

Imprensa em Portugal: uma história

Coord.
Ana Cabrera
& Helena Lima

Ficha Técnica

Título

*Imprensa em Portugal:
uma história*

Title

The press in Portugal: a history

Coordenação

Ana Cabrera
& Helena Lima

Data de publicação

2022, Coleção ICNOVA

ISBN

978-989-9048-22-5

[Suporte: Eletrónico]

978-989-9048-23-2

[Suporte: Impresso]

DOI

<https://doi.org/10.34619/gi8d-c84k>

Edição

ICNOVA — Instituto
de Comunicação da NOVA
Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
icnova@fcsh.unl.pt
www.icnova.fcsh.unl.pt

Direção da coleção

António Granado
Cláudia Madeira
Fernanda Bonacho

Gestora editorial

Patrícia Contreiras

Design

Tomás Gouveia

Apoio

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

A edição deste livro é financiada por
fundos nacionais através
da FCT — Fundação para a Ciência
e a Tecnologia, I.P., no âmbito do
projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017
— Para uma história do jornalismo
em Portugal



O conteúdo desta obra está
protegido por Lei. Qualquer forma
de reprodução, distribuição,
comunicação, publicação
ou transformação da totalidade ou
de parte desta obra carece
de expressa autorização do editor
e dos seus autores. Os artigos, bem
como a autorização de publicação
das imagens, são da exclusiva
responsabilidade dos autores.

A presente publicação
encontra-se disponível
gratuitamente em:
www.icnova.fcsh.unl.pt

Título:

Imprensa em Portugal: uma história

Resumo: Este livro reúne um conjunto de capítulos sobre o jornalismo impresso em Portugal. Aqui apresentamos os resultados de processos de investigação que usaram metodologias diversificadas, de natureza interdisciplinar, combinando as técnicas de análise e síntese histórica, abordagens diacrónicas e sincrónicas, a que foram associados processos de análise de textos, imagens e gravuras, técnicas de métodos quantitativos e qualitativos. O objetivo deste livro é disponibilizar os resultados de investigações parcelares que, no seu conjunto compõe a história do jornalismo impresso em Portugal, entre o século XVII e o Século XX.

Palavras-chave: história do jornalismo; história da imprensa; Portugal

Title:

The press in Portugal: a history

Abstract: This book brings together a set of chapters on print journalism in Portugal. Here we present the results of research processes that used diversified methodologies, of an interdisciplinary nature, combining the techniques of analysis and historical synthesis, diachronic and synchronic approaches, to which were associated processes of analysis of texts, images and engravings, and techniques of quantitative and qualitative methods. The purpose of this book is to make available the results of partial investigations that, as a whole, make up the history of printed journalism in Portugal, between the 17th and 20th centuries.

Keywords: history of journalism; history of the press; Portugal

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

hllima@letras.up.pt | hldlima@gmail.com

ORCID ID: [0000-0003-3023-6412](https://orcid.org/0000-0003-3023-6412) **CIÊNCIA ID:** [451F-FE7D-B94A](https://ciencia.id/451F-FE7D-B94A)

Ana Cabrera

Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

anacabrera@fcsh.unl.pt

ORCID ID: [0000-0002-2372-5165](https://orcid.org/0000-0002-2372-5165) **CIÊNCIA ID:** [9611-32B6-EC8F](https://ciencia.id/9611-32B6-EC8F)

Índice

Introdução	7
<hr/>	
CAPÍTULO I	11
Visões panorâmicas sobre a História da Imprensa Periódica Portuguesa [1641-1820]	
Eurico José Gomes Dias	
1.1. Antecedentes da imprensa periódica portuguesa	12
1.2. O periodismo no “ciclo da Restauração”	14
1.3. A propagação de outras formas jornalísticas: <i>folhas, relações e cartas</i>	20
1.4. Lacunas do panorama periódico nos inícios do século XVIII	25
1.5. A maturidade do periodismo entre a <i>Gazeta de Lisboa</i> e o <i>Jornal Enciclopedico</i>	28
1.6. A caminho da especialização/diversificação no universo periódico	33
1.7. O incremento do periodismo literário nos meados do século XVIII	37
1.8. <i>Fazedores</i> de periódicos: D. José Ângelo de Moraes ou <i>José Maregelo de Osan</i>	41
1.9. O periodismo literário e historicista na expansão das <i>Luzes</i> em Portugal	43
1.10. Oscilações e desgastes na imprensa periódica	47
1.11. Do <i>Jornal Enciclopedico</i> à quase extinção do periodismo nos finais do século XVIII	50
1.12. A especialização cultural e científica do periodismo	56
1.13. O advento dos jornais musicais e lúdicos	60
1.14. O recrudescimento da imprensa periódica entre o início do século XIX e as Invasões Francesas	62
1.15. O crescendo da imprensa periódica ilustrada	69
1.16. A resistência da imprensa periódica durante as Invasões Francesas	73
1.17. A imprensa periódica brasileira e internacional sob a governação portuguesa	78
1.18. A ‘ <i>contra-ofensiva</i> ’ do periodismo nacional perante o invasor francês	82
1.19. Avanços e retrocessos no arranque do periodismo diário	86
1.20. Olhares sobre a imprensa periódica portuguesa em Londres	89
1.21. O periodismo nacional após as Invasões Francesas	91
1.22. Acerca de alguns periódicos desaparecidos coevos	95
1.23. Um novo vigor internacional do periodismo português	96
1.24. Expressividades do periodismo literário português	99
1.25. A imprensa periódica no início do constitucionalismo	103
1.26. Considerações Finais	110
Fontes e Bibliografia	112
<hr/>	
CAPÍTULO II	121
Imprensa portuguesa (1820-1864): da turbulência à estabilidade	
Jorge Pedro Sousa	
Introdução	123

2.1. O periodismo artesanal vintista e pós-vintista (1820-1834)	125
2.2. A imprensa pré-industrial (1834-1864)	135
2.2.1. <i>A imprensa até à Regeneração (1834-1851)</i>	135
2.2.2. <i>A imprensa na Regeneração (1851-1864)</i>	148
2.3. O <i>Diário de Notícias</i> e o impulso à industrialização do jornalismo português	155
Conclusões	161
Fontes e Bibliografia	164

CAPÍTULO III	167
Continuidade e inovação na imprensa portuguesa de finais do século XIX: a emergência do jornalismo noticioso	

Helena Lima

3.1. Marco histórico e caracterização global da imprensa periódica portuguesa em finais de Oitocentos	168
3.2. O novo jornalismo popular e noticioso e os seus conceitos definidores	174
3.3. Os jornais portugueses, a notícia e as novas opções editoriais	174
Conclusões	186
Fontes e Bibliografia	187

CAPÍTULO IV	188
A Imprensa Periódica na I República Portuguesa (1910-1926): novos contributos para a sua história	

Álvaro Costa de Matos & Nuno Bessa Moreira

4.1. A I República (1910-1926): contexto histórico	189
4.1.1. Base demográfica e população entre 1910 e 1926	189
4.1.2. O 5 de Outubro de 1910	192
4.1.3. Os primeiros anos da República (1910-1917)	193
4.1.4. O Sidonismo (1917-1918)	198
4.1.5. Os últimos anos da República (1919-1926)	201
4.1.6. Educação, cultura e meio sócio-cultural lisboeta durante a I República (1910-1926)	202
4.1.7. A Ditadura Militar	204
4.2. Os jornais noticiosos e de informação geral	204
4.2.1. Antecedentes, linha de força, constantes e rupturas	204
4.2.2. O jornal <i>A Capital</i> (1910-1926)	211
4.3. Os <i>lock-outs</i> patronais e as greves do operariado da imprensa: o caso da suspensão dos jornais diários de Lisboa em Junho de 1919	235
4.3.1. As condicionantes específicas	236
4.3.2. Os passos do <i>lock-out</i> patronal de Junho de 1919	236
4.3.3. <i>A Imprensa</i> e o “sindicalismo revolucionário”	238
4.3.4. A cobertura jornalística d’ <i>A Capital</i>	241
4.4. A censura e as leis de imprensa	251
4.4.1. As reacções dos jornalistas	253
4.4.2. A repressão da rua	261
4.4.3. A censura do <i>Diário de Lisboa</i> (1921-1926)	265
Conclusões	267
Fontes e Bibliografia	270

CAPÍTULO V	271
O Jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação	
Ana Cabrera	
Introdução	273
5.1. O jornalismo no processo de construção do Estado Novo	277
— o Plebiscito e a Constituição de 1933	
5.2. O atentado a Salazar em Lisboa a 4 de julho de 1937	283
5.3. As eleições para a Presidência da República em 1958: a candidatura de Humberto Delgado	291
5.4. Marcello Caetano: os jornais e os jornalistas 1969	307
Fontes e Bibliografia	312

CAPÍTULO VI	313
O jornalismo de imprensa no Portugal democrático	
Helena Lima	
Introdução	314
6.1. A Revolução de Abril e os jornais	315
6.2. Nova legislação da Imprensa	321
6.3. A imprensa e o processo revolucionário: o exemplo da cobertura da campanha eleitoral de 1975	325
6.4. O período da imprensa estatizada	336
6.5. O jornalismo português em democracia: linhas editoriais e contextos de desenvolvimento	340
Conclusões	352
Fontes e Bibliografia	357

CAPÍTULO VII	359
Para uma história do negócio da imprensa portuguesa: políticas da informação entre 1926 e 1976	
Suzana Cavaco	
Introdução	360
7.1. O negócio da imprensa diária no Portugal: do Estado Novo à Democracia	364
7.2. Políticas na Ditadura Militar e no Estado Novo	374
7.2.1. Obstáculos ao funcionamento: a censura	376
7.2.2. Barreiras legais à entrada	385
7.2.3. Outras intervenções	388
7.3. Políticas entre o 25 de Abril e a institucionalização da democracia	391
7.3.1. Obstáculos ao funcionamento	399
7.3.2. Outras intervenções	402
Conclusões	406
Fontes e bibliografia	409

Introdução

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

hllima@letras.up.pt | hldlima@gmail.com

ORCID ID: 0000-0003-3023-6412

CIÊNCIA ID: 451F-FE7D-B94A

Ana Cabrera

Instituto de História Contemporânea,

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,

Universidade Nova de Lisboa

anacabrera@fcsh.unl.pt

ORCID ID: 0000-0002-2372-5165

CIÊNCIA ID 9611-32B6-EC8F

A realização de uma história do jornalismo impresso em Portugal impõe uma segmentação do trabalho, repartição e coordenação de diversos grupos de investigação que avocam os retalhos do tempo em que se especializaram. Isto porque a história do jornalismo, tal como a história dos media, têm uma vocação totalizante. Se por um lado, o foco da investigação é sobre o jornalismo, como resultado do trabalho de profissionais, cujo sentido é a disseminação de informações para o público. Por outro lado, facto é que os jornalistas integram uma organização empresarial complexa, como é um jornal, onde se cruzam a política, a sua agenda e os seus interesses, a economia, porque compatibiliza a problemática da produção e distribuição de bens e serviços, tendo como exemplo as notícias e os lucros empresariais; e uma dada sociedade ao mesmo tempo produtora de factos e consumidora de informação.

É por isso evidente que a história do jornalismo pressupõe um ritmo epocológico, cujos diferentes contextos emergem e afirmam-se como alicerces, onde jornais, e grupos empresariais, jornalistas o seu profissionalismo e a sua visão do mundo, se cruzam com os produtores de acontecimentos e os seus interesses. Estes diversos interesses, que por vezes se chocam, são fruto das raízes do tempo. A notícia difundida pelos jornais comporta em si, uma luta entre agentes de informação que procuram fazer passar para os meios as suas diversas versões dos acontecimentos.

Assim, neste trabalho que agora apresentamos um dos aspetos fundamentais foi a periodização do jornalismo de forma a tornar evidente a sua evolução, ao longo de quatro séculos (1641-1990), como forma de responder à questão de saber quais são os antecedentes da imprensa periódica e como aparece e como evolui o jornalismo em Portugal.

Assim a *Gazeta da Restauração* (1641-1647) vem a ser considerada a primeira publicação periódica em Portugal que se enquadra na necessidade de propagandear a restauração da independência. No capítulo intitulado, “**Visões panorâmicas sobre a História da Imprensa Periódica Portuguesa [1641-1820]**”, da autoria de Eurico José Gomes Dias, apresenta-se uma análise das fontes jornalísticas no contexto de uma época em que, politicamente predominava a monarquia absoluta, com os problemas inerentes ao controlo do poder real sobre as publicações. No entanto, e quase em simultâneo, despertava o novo tempo do Século

das Luzes, cujo pensamento iluminista reconfigurou novos caminhos ao conhecimento e da ciência, da sociedade, da economia e da política. A imprensa sofre o embate das novas ideias centradas na razão.

O autor problematiza o conceito de “jornalismo” a propósito dos periódicos que constituem o *corpórea* deste trabalho e discute a génese da imprensa periódica portuguesa. Percorre assim um extenso rol de Gazetas, Relações, Folhetos, Mercúrios, entre outras.

A afirmação do liberalismo está indissolivelmente ligada à ilustração às ideias de liberdade da imprensa. Apesar do desassossego social e político que Portugal registou entre 1820 e 1851, a imprensa acompanha o novo ritmo dos tempos. Jorge Pedro Sousa no capítulo intitulado **“Imprensa portuguesa (1820-1864): da turbulência à estabilidade”**, salienta como a imprensa vai perdendo o seu carácter artesanal e ganhando paulatinamente uma perspectiva industrial. A conquista da liberdade de imprensa aliada à consolidação dos jornais com propósitos políticos e defensores de determinadas causas, afirmaram-se, essencialmente por meio de um modelo de negócio assente em assinaturas e patrocínios. Nesta época a difusão dos jornais era limitada, pela pobreza e pelos elevados índices de analfabetismo que grassava no País. Ainda assim, foi no final deste período que surgiu o *Diário de Notícias*, um novo modelo de jornalismo industrializado e orientado para o mercado, onde a notícia se constitui como verdadeira mercadoria, que atrai, as vendas, e os anúncios capazes de gerar lucros que garantam a sua independência.

O capítulo intitulado **“Continuidade e inovação na imprensa portuguesa de finais do século XIX: a emergência do jornalismo noticioso”**, é um trabalho assinado por Helena Lima. A autora coloca-nos perante um dilema de uma época de transição do século XIX onde os contextos da monarquia liberal favoreciam ora, a difusão da imprensa, ora a sua restrição. Ainda assim a corrente transformadora da industrialização possibilitou o a afirmação de um jornalismo moderno e o aparecimento de novos públicos. O jornal é um produto do qual se espera que relate as notícias do dia, que se centre em factos e acontecimentos, muitas vezes com pendor sensacionalista. Neste capítulo, a autora, aborda a evolução da notícia a partir do estudo de quatro jornais que se tornarão centenários, a partir da perspectiva dos respetivos elementos identitários, das mudanças e da inovação: O *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Século* e *Jornal de Notícias*.

A instauração da República em 5 de Outubro de 1910 mudou, radicalmente, o panorama político português e, este facto impactou fortemente na imprensa. No quarto capítulo, **“A Imprensa Periódica na I República Portuguesa (1910-1926): novos contributos para a sua história”**, Álvaro Costa de Matos e Nuno Bessa Moreira integram a análise dos principais jornais, no contexto das mudanças, que a implantação da República impôs. Como metodologia, partem de uma análise qualitativa de conteúdos jornalísticos que relacionam com o poder político, os seus objetivos, a opinião pública e aspetos retórico-discursivos e epistemológicos. Os autores centram a sua análise no jornal *A Capital*, *Diário Republicano da Noite*

e nos jornais políticos mais relevantes. Neste capítulo são também assinalados os *lock-out* patronais, as greves dos operários da imprensa, bem como as leis de imprensa e a censura e as diversas reações que estas medidas proporcionaram.

O Estado Novo (1933-1974), criado no processo da Revolução Nacional, liderada por Salazar, foi um período longo da história de Portugal do século XX. Salazar que assume a chefia do governo, não só prossegue a ditadura, como reforça o pendor autoritário do Estado, através da criação de estruturas orgânicas do poder, com capacidade para controlar todos os setores sociais, económicos e políticos. Depois do Plebiscito à nova Constituição (19 de março de 1933), verifica-se uma intensa atividade legislativa com a finalidade de criar as instituições do Estado que se encarregavam da vigilância e controlo de todos os sectores da sociedade portuguesa. O controlo da opinião publica era assegurado através de mecanismos de propaganda, acompanhados pelas estruturas da censura dirigidas pela Direção Geral dos Serviços de Censura criada em 1933. Em **“O Jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação”**, Ana Cabrera interroga-se sobre que jornalismo era possível realizar sob a tutela da censura e como reportavam os acontecimentos periódicos de diversas origens? Assim, a autora selecionou quatro acontecimentos (Plebiscito e a Constituição de 1933; atentado a Salazar em Lisboa, em 4 de julho de 1937; a candidatura de Humberto Delgado; Marcello Caetano, os jornais e os jornalistas, em 1969), que suportam a análise da cobertura jornalística feita com base nos textos do *Diário de Notícias*; *Século*; *Diário de Lisboa* e *Diário Popular*. Tal procedimento permitiu compreender as diferenças entre os jornais selecionados ao nível da construção das narrativas, da seleção das notícias e do respetivo ângulo de abordagem, da titulação e da subserviência perante o regime.

A revolução do 25 de abril de 1974 derrubou a ditadura de Salazar e Caetano e instaurou um regime democrático. Esta foi uma transformação profunda da sociedade portuguesa

Desde logo com a implantação das liberdades, entre elas a liberdade de imprensa o que implicou o fim da censura e do exame prévio.

“O jornalismo de imprensa no Portugal democrático”, é um capítulo da autoria de Helena Lima onde se demonstra como a liberdade de expressão reconfigurou a imprensa diária portuguesa, alterou os conteúdos dos jornais e as rotinas dos jornalistas, proporcionadas, também, pela avalanche de acontecimentos, por vezes contraditórios e até inconciliáveis, que uma revolução proporciona. A autora salienta a enorme diversidade de fontes de informação que entram em cena com o processo democrático. Este estudo centra-se no desenvolvimento da imprensa generalista nas décadas de 80/90 a partir dos novos títulos da imprensa privada, considerando o *Expresso*, *Correio da Manhã*, *Tal & Qual*, *Semanário*, *Independente* e o *Público*.

A questão de quem é o detentor dos meios de comunicação revela-se central, acompanha todo o devir histórico e influencia, tanto o negócio da imprensa, como a opinião pública. Este é o assunto do capítulo *Sétimo* **“Para uma história do negócio da imprensa**

portuguesa: políticas da informação entre 1926 e 1976”, da autoria de Suzana Cavaco, com que encerramos este livro.

A autora demonstra que no final do Estado Novo, se verificou um processo de concentração da propriedade dos media, patrocinado pelos grandes grupos económicos da época ligados à banca. Mas a instauração da democracia e o processo revolucionário, que se seguiu ao 25 de Abril, impuseram novas alterações na propriedade dos media. Desta feita, a nacionalização banca, conduziu a uma imprensa controlada pelo Estado. Suzana Cavaco conclui que, tanto durante o Estado Novo, como nos primeiros anos de democracia, as políticas da informação foram fortemente influenciadas pelas ideias políticas e económicas a que se associou a confusão entre o interesse público e os interesses partidário ou governamentais.

Capítulo I

Visões panorâmicas sobre a História da Imprensa Periódica Portuguesa [1641-1820]

*Panoramic views on the History of the Portuguese
Periodical Press [1641-1820]*

Eurico José Gomes Dias

ICPOL-ISCPSI — Instituto Superior de Ciências
Policiais e Segurança Interna

eurico_dias@sapo.pt; egdias@psp.pt

CIÊNCIA ID: D818-B637-7362

ORCID ID: 0000-0002-2989-4912

Resumo: pretendemos estabelecer uma visão panorâmica da história da imprensa periódica portuguesa entre 1640 e 1820. Atendendo às fontes periódicas disponíveis deste período, será feita uma análise concisa a esse *corpus*. É bem notório que a história da imprensa periódica em Portugal é ainda um campo de estudos limitadamente desenvolvido, embora possuamos um historial riquíssimo e diversificado, assim como uma tradição jornalística profundamente enraizada na nossa Cultura. Pretendemos, portanto, apresentar alguns contributos para a colmatação de uma lacuna existente na historiografia jornalística. Procurando relacionar o entendimento do conceito de “jornalismo” patenteado neste numeroso rol de periódicos, conhecer-se-á igualmente todo um crescente público que despontou após a Restauração, se dilatou em pleno *Século das Luzes* e se impôs às vésperas do Liberalismo português.

Palavras-chave: imprensa periódica; História; Historiografia; Absolutismo; Liberalismo; Portugal; cronistas; jornalistas.

Abstract: we intend to establish a panoramic view of the history of the portuguese periodical press between 1640 and 1820. Taking into account the periodical sources available from this period, a concise analysis of this *corpus* will be made. It is well known that the history of the periodical press in Portugal is still a limitedly developed field of study, although we have a very rich and diversified history, as well as a journalistic tradition deeply rooted in our Culture. Therefore, we intend to present some contributions to fill an existing gap in journalistic historiography. Seeking to relate the understanding of the concept of “journalism” patented in this numerous list of periodicals, it will also be known a growing public that emerged after the Restoration, expanded in the middle of the *Enlightenment* and imposed itself on the eve of portuguese Liberalism.

Keywords: periodical press; History; Historiography; Absolutism; Liberalism; Portugal; chroniclers; journalists.

1.1. Antecedentes da imprensa periódica portuguesa

Ainda é difícil distinguir qual a publicação que foi a ‘componente embrionária’ da História da imprensa periódica portuguesa. Apontado por diferentes catálogos bibliográficos como o primeiro “noticiário nacional” (*DJP*, p. 54-55), a folha noticiosa *Relação Vniversal do qve svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente* (Lapa, 1967, p. 18.) constitui um aglomerado de relatos dos eventos bélicos e políticos portugueses entre 1625 e 1626. Estas informações foram enumeradas por Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, usando o pseudónimo de Francisco de Abreu (*BL*, p. 368-374; *DBP*, p. 106-108; *DLP*, 1993, p. CXI).

Todavia, a ausência de periodicidade e continuidade na *Relação Vniversal do qve svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente*, de que sobreviveram apenas dois exemplares — segundo o próprio Manuel Severim de Faria só seriam editadas quando tal se justificasse —, aparta-as da categoria dos “periódicos” devido à sua falta de cadência editorial (Rocha, 1998, p. 20-21). Os dois números que compõem a *Relação Vniversal do qve svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente* integram-se, portanto, na classificação das “folhas volantes”.

Foi uma folha mensal de 32 fólios, noticiosa e propositadamente política, com um preço elevado e a singularidade de ser impressa em Braga, à época, um centro periférico na actividade



Figura 1
Relação Vniversal do que succedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente..., Frutuoso Lourenço de Basto, Braga, 1627.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 2
Noticias de Portvgal..., Officina Craesbeeckiana, Lisboa, 1655.
 Fonte: reprodução do original.

tipográfica nacional. Não obstante o papel original das *Gazetas* [1641-1647/8], dever-se-á assinalar a importância destas *Relações* (Serrão, 1974; Lopes e Saraiva, 1996, p. 542). Note-se que esta publicação apresentava um forte teor nacionalista, já *pressentindo* o movimento da Restauração de 1640 (Mas, 1988, p. 523). A propensão noticiaria de Manuel Severim de Faria consagra-o na ‘galeria’ dos precursores da imprensa periódica em Portugal devido às suas *Relações*, ainda que não seja uma matéria concordante. No entanto, talvez a sua obra mais conhecida seja *Notícias de Portugal* [1655] (Faria, 2003), durante largo tempo também erroneamente considerada um dos primeiros periódicos, mas, em boa verdade, mais não é do que uma colectânea de numismática, genealogia, história das universidades peninsulares, reflexões sobre organização militar e um memorial dos cardeais portugueses, etc.

Tal como as suas congéneres estrangeiras, as *relações* portuguesas “aparentavam-se” com os livros, com frontispícios ilustrados, um pequeno formato [predominando as medidas «in-quarto» e «in-oito»], alterando o número de páginas e/ou fólhos [normalmente não transpondo as 8 folhas], em papel tosco. Sem exigência de regularidade, cada uma destas



Figura 3
D. João IV de Portugal, in *Reys de Portugal...*,
por Gabriel M. Rousseau, gravura água
forte e buril, 1736.
Fonte: reprodução do original.



Figura 4
*Gazeta em que se relatam as novas todas, que ouve
nesta Corte e que vieram de varias partes...*, n.º 1,
Officina de Lourenço de Anvers, Dezembro 1641.
Fonte: reprodução do original.

relações limitava-se a relatar, sem interpretações, um único acontecimento com alguma minúcia, mas nem sempre com precisão. É impossível precisar a frequência editorial das *relações* e/ou a extensão da sua clientela, dado que o analfabetismo grassava e os preços não eram convidativos à maioria da população. Com toda a certeza, foram editadas numerosas *folhas e relações* desde 1555 até ao primeiro “jornal”, em 1641, as quais motivaram uma expansão progressiva entre nós.

1.2. O periodismo no «ciclo da Restauração»

O longo processo político-militar da Restauração (Cunha, 2001, p. 354) originou uma literatura patriótica copiosa, onde não faltaram os tratados panegíricos e tantos outros panfletos legitimadores da dinastia de Bragança, como sucedeu nos domínios da politologia, da historiografia, da parenética e, inclusive, da ‘pueril’ imprensa periódica. As Guerras da Restauração, o prolongado conflito entre Portugal e Espanha [1640-1668], selou o fim do

domínio filipino, englobou o reinado de D. João IV e apenas cessou no fim do reinado de D. Afonso VI, embora D. Pedro II dominasse o governo.

Foram disputas ininterruptas em quatro continentes, particularmente acérrimas nas campanhas brasileiras contra as ambições holandesas e francesas, mantendo-se as operações militares durante quase três décadas, tendo forçado Portugal a um esforço financeiro e humano colossal. Paralelamente, essas campanhas militares foram acompanhadas por negociações diplomáticas visando o reconhecimento internacional perante a França, a Inglaterra, a Santa Sé, assim como as Províncias Unidas e a Suécia, actuações necessárias para a nossa emancipação (Selvagem, 1926/1999, p. 388; Cunha, 1941, p. 15-16).

A imprensa periódica portuguesa nasceu, assim, das crises sociais e políticas da Restauração, revelando, desde logo, o seu poder de ingerência (Tengarrinha, 2002, p. 470-497). Estas características editoriais, aliadas ao propósito informativo, só se reúnem primeiramente nas *Gazetas*, a primeira das quais ostentou um título longo: *Gazeta, em Qye Se Relatam as Novas Todas, Qye Ovve Nesta Corte, E Qye Vieram de varias partes no mes de Nouembro de 1641*, sendo conhecidas por *Gazetas da Restauração*, ou, simplesmente, *Gazetas* (Balbi, vol. II, p. CLXXVI; *DJP*, vol. I, p. 35-38-v.º; Silva Júnior, 1905, p. 215-216; DIAS, 2006; Sousa *et al.*, 2010).

A particularidade mais inovadora das *Gazetas* foi transformar as mais distintas notícias desconexas e assimétricas em “notícias periódicas”, ‘agrilhoadas’ agora às vontades políticas, religiosas, económicas e sociais, sem esquecer as ressalvas, coercivas ou não, impostas aos autores e impressores, procurando sempre escapular-se às censuras instituídas (Serrão, vol. V, 1980, pp. 170-172). As *Gazetas* venderam-se pela primeira vez em Dezembro de 1641, mas volvidos poucos meses, as *Gazetas* foram suspensas, aplicando-se a lei de 19 de Agosto de 1642, “[...] em razão da pouca verdade de muitas noticias e do mau estilo de todas elas.” Seria o primeiro entrave da Coroa à imprensa periódica, logo após o seu *começo* (Pereira, 1901, p. 9-10; Alves, 1983, p. 5).

A sua periodicidade foi estritamente mensal desde o primeiro número. Deste modo, as *Gazetas*, aguardadas em datas prévias, produziram hábitos de leitura próprios do Jornalismo. Limitadas por uma circulação delimitada a certos círculos, dado que o analfabetismo alcançava mais de 90% da população portuguesa, também o seu preço elevado [de 6, 8 e 10 réis], não era atractivo. Entre os seus leitores englobar-se-iam os aristocratas, os burgueses, os religiosos e os burocratas, entre outros indivíduos ligados à Corte lisboeta, mas todos grandemente interessados nas *novidades* dos conflitos com Espanha (Herculano, 1838, p. 101-102) e nos territórios ultramarinos, assim como por toda a Europa, nessa fase final da Guerra dos Trinta Anos [1618-1648]. Foram impressas em Lisboa, principiando na *Officina* de Lourenço de Anvers e na *Officina* de Domingos Lopes Rosa, intercalando com a *Officina* de António Álvares, estando abrangidas pelo privilégio real outorgado a Manuel de Galhegos, por alvará de 14 de Novembro de 1641, um dos seus prováveis redactores (Martins, 1964).

As *Gazetas* compunham-se com um número incerto de fólhos, embora prevalecesse o formato in-quarto com 8 páginas, apresentando um conteúdo noticioso fortemente politizado e propagandístico. Devem ser consideradas fontes históricas fundamentais para a compreensão das manifestações políticas, militares e sociais nos primeiros anos da Restauração: “A *Gazeta* aparecia atafalhada de notícias preciosas para a história do seu tempo, no que, de resto, são elementos magníficos os jornais desde que dêem só notícias, e quanto mais completas e esmiuçadas forem melhor servirão os investigadores. Os critérios e comentários, às vezes, são prejudiciais, mas o crítico tem o seu encargo e o noticiário absolutamente outro.” (Martins, 1942, p. 19).

Fr. Francisco Brandão foi indicado como um dos autores das *Gazetas*, pelo menos após Julho de 1645, além do poeta Manuel de Galhegos, João Franco Barreto e até o próprio D. João IV, segundo algumas opiniões pouco críticas (*DBP*, vol. II, p. 360-361; *DBP*, vol. III, pp. 137-141; *PDH*, vol. II, p. 479; Brandão, 1976, p. XIII; *ELBCV*, vol. III, col. 1793-1794; *GEPB*, vol. V, p. 32; Figueiredo, 1922, p. 177-178; *CPS*, p. 50). Terminada repentinamente a edição das *Gazetas* em Setembro de 1647 ou, como defendemos, em meados de 1648, até à criação do *Mercvrio Portvgvez* [1663], existem escassos registos fiáveis sobre a actividade jornalística em Portugal, além de algumas *folhas volantes* impressas e manuscritas com notícias das Guerras da Restauração.

Seguiu-se *Le Mercvre Portvgais*, talvez das publicações mais ambíguas deste período e, simultaneamente, das mais ignotas (*DJP*, vol. I, p. 49-49v.^o; Tengarrinha, 1989, p. 42; Dias, 2005). Lançado no primeiro semestre de 1643, subsistem várias incertezas sobre a sua autoria. Nas poucas referências bibliográficas disponíveis, a sua redacção foi atribuída a Antoine de Somerville e Augustin Courbé, responsáveis pela *Officina* do *Collège de France*. No entanto, os estudos consultados sugerem-nos que o seu autor fosse François de Grenaille, até porque o seu nome está expresso no final do *Le Mercvre Portvgais*. Assim sendo, defendemos que seja, verdadeiramente, o redactor deste periódico, embora contasse com o auxílio dos editores aludidos, sem esquecer a participação imputada a Manuel Fernandes Vila Real (*DBP*, vol. V, p. 422-423; vol. XVI, p. 189-209; Vila Real, 2005).

O *Le Mercvre Portvgais* foi editado em Paris, propondo-se a apresentar notícias acerca da Restauração em Portugal. Detendo um privilégio de impressão autorizado por Luís XIII de França, estava ao corrente das conversações para os primeiros acordos franco-portugueses (Costa, p. 45-46). De certo modo, aparenta-se a uma proclamação panegírica a D. Vasco Luís da Gama, 5.^o conde da Vidigueira e embaixador extraordinário em Paris (Sousa, 1946, p. 336-337), mas cuja leitura se destinaria às elites cortesãs francesas. Aliás, este típico “mercúrio” dirige-se a esta individualidade –segundo se consta, terá sido editado às suas custas –, como um “pregoeiro” das pretensões portuguesas (Cardim, 2002, p. 47-87).

Seguiu-se o curioso *Mercvrius Ibernicvs* (Tengarrinha, 1989, p. 42; Silva Júnior, 1905, p. 216) e que apenas publicou um único número, taxado a 13 de Fevereiro de 1645. Nada se sabe



Figura 5
Le Mercvire Portvgaïs..., n.º 1, Chez Antoine de Sommaville, Paris, 1643. Frontispício.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 6
Mercvrius Ibernicvs..., Officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa, 1645.
 Fonte: reprodução do original.

acerca da sua autoria, embora se constate que o seu anónimo autor fosse português ou alguém residente em Portugal. Redigido em castelhano para ser divulgado além-fronteiras, tratou-se de uma clara manobra de propaganda política. Porque motivo teria sido suprimido da leitura pública, logo após o primeiro número? Pese apenas existir este exemplar em formato in-quarto, de 8 fólios, é praticamente idêntico aos inúmeros panfletos que então circulavam.

Apesar de zelar pela fé católica irlandesa, o autor procurava para satisfazer a curiosidade dos leitores garantindo a veracidade dos acontecimentos descritos, sempre numa fundamentação teológica assertiva. Ou seja, para explicar cada fenómeno ou episódio, o autor preocupou-se em expor as fontes de informação mais idóneas, apontando várias testemunhas em trânsito por Lisboa. O *Mercvrius Ibernicvs* foi impresso na *Officina* de Domingos Lopes Rosa, o editor da *Gazeta* e um dos impressores mais conceituados do seu tempo. Portanto, este periódico não poderia ser uma publicação “marginal”, visto que cumpriu todas as exigências burocráticas.

Se existem incógnitas nos princípios da imprensa periódica, deu-se um caso singular respeitante à existência, ou não, da *Gazeta do Parnaso Prologetica*. Lançada provavelmente em Lisboa [1649?], não se conhecem outras informações a seu respeito, a não ser o que

assinalou Augusto Xavier da Silva Pereira (DJP, vol. I, p. 47-47v.^o). Terá existido tal periódico? Tudo leva a crer que a resposta é afirmativa, embora não se conheça nenhuma cópia. Segundo consta, possuía um conteúdo encomiástico a D. João IV e à Restauração, tendo usado motivos mitológicos no seu discurso.

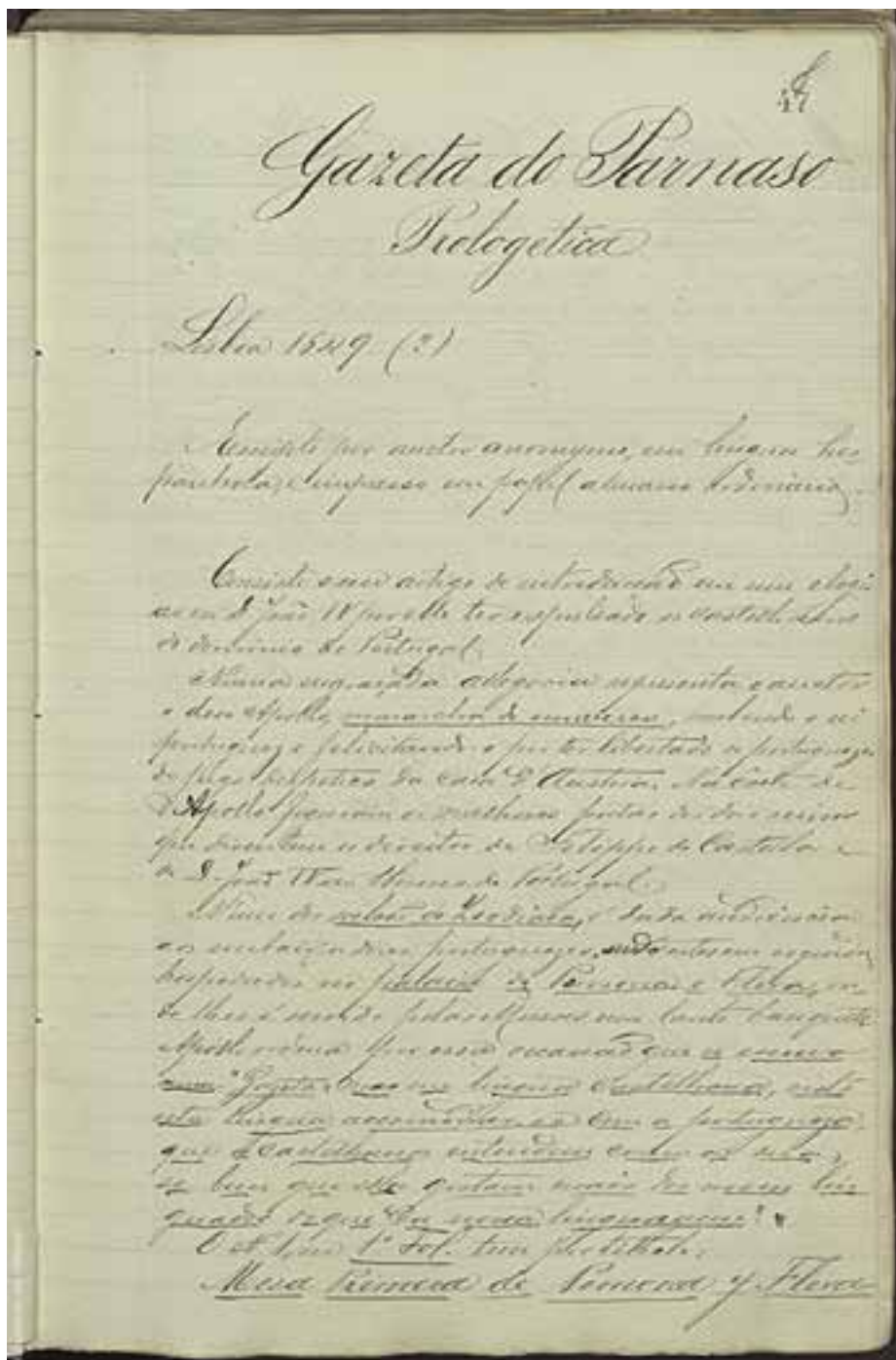


Figura 7
«Gazeta do Parnaso Prologética», in *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, Academia das Ciências, [manuscrito], Lisboa, [s. d.], f.^o 47.
Fonte: reprodução do original.

Seguindo a linha cronológica dos exemplares assinalados na imprensa periódica nos finais do século XVII, apresenta-se-nos uma *relaçam*, dita “terceira” e “quarta”, referente às vitórias das forças portuguesas sob o comando de D. Sancho Manuel de Vilhena, 1.º conde de Vila Flor, em operações na raia fronteiriça entre Almeida e Cuidad Rodrigo (*GEP*, vol. I, p. 158-159). Referindo-se explicitamente no frontispício, e respectivos títulos, ao terceiro e ao quarto números de uma *relaçam* destacando a mesma matéria, sugere a existência de um primeiro e segundo números. Ter-se-ão perdido no andar dos tempos, conservam-se esquecidas em algum arquivo ou imprópriamente catalogadas?

Esta *relaçam*, cuja autoria permanece desconhecida, terá conhecido uma divulgação alargada, dado ser publicada pouco antes do *Mercvrio Portvgvez* e por um impressor lisboeta de renome, Domingos Carneiro. Segundo tudo indica, teve o patrocínio de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Castelo Melhor, e escrivão da puridade de D. Afonso VI. Com um preço unitário de 6 réis [formato «in-quarto», de 6 fólios e ornamentação simples], os seus exemplares foram taxados a 22 de Agosto de 1662, em Lisboa, depois do exame prévio de censores régios e eclesiásticos.

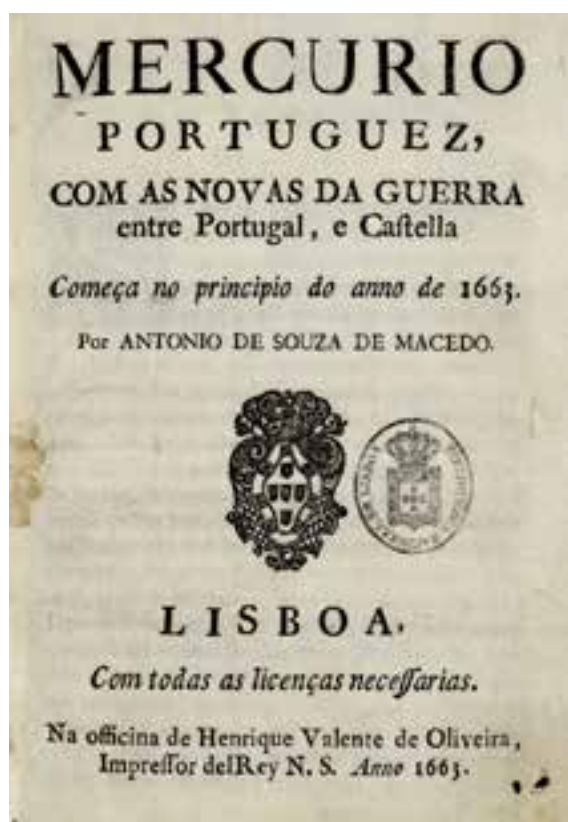


Figura 8
Mercvrio Portvgvez..., vol. I, Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, 1663.
Fonte: reprodução do original.



Figura 9
D. Afonso VI de Portugal, in *Reys de Portugal...*, por Gabriel M. Rousseau, gravura, água forte e buril, 1736.
Fonte: reprodução do original.

Sucessor da *Gazeta da Restauração* surgiria, na mesma directriz, o *Mercvrio Portvguez*, sob direcção de D. António de Sousa de Macedo (*BL*, vol. I, p. 399-403; *DBP*, vol. I, p. 276-278; vol. III, p. 139; vol. VIII, p. 311-312; vol. XXII, p. 360; *PDH*, vol. VI, p. 1084-1087; *DHP*, vol. IV, pp. 112-113), doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, embaixador plenipotenciário de D. João IV em Londres e, a partir de 1650, nas Províncias Unidas. Nomeado Secretário de Estado para o governo do 3.º conde de Castelo Melhor, dirigiria o *Mercvrio Portvguez* até finais de 1666 (Matos, 1944, p. 373), concorrendo para a ascensão de um órgão noticioso fundamental à causa independentista. Organizado segundo o modelo da *Gazeta*, o *Mercvrio Portvguez* compreende os últimos anos das Guerras da Restauração, sendo que a *Gazeta* reproduziu as primeiras dificuldades da causa restauracionista (Sousa, org., 2013; Sousa e Teixeira, orgs., 2015).

Ambos os periódicos representam, nesta circunstância, o prólogo e o posfácio de um ciclo da nossa História e são, assim o defendemos, as melhores fontes históricas para examinar este período. O *Mercvrio Portvguez* foi, definitivamente, um utensílio patriótico e um órgão de propaganda obediente ao governo de D. Afonso VI. Direccionado pela dissuasão informativa, o *Mercvrio Portvguez* lutou pela coesão nacional e impôs uma vernaculidade combativa, sem perder as regras da objectividade e veracidade, ainda que, por vezes, ‘resvalasse’ para algumas obliquidades panegíricas (Dias, vols. I-II, 2010).

Espectador atento do contexto político-militar europeu transmitido pelas *gazetas* e *mercúrios* espanhóis, holandeses, italianos e franceses, contrapôs as publicações oponentes num verdadeiro panorama de guerra da informação/contra-informação. Contudo, a partir dos inícios de 1667, foi um outro redactor, ainda desconhecido, que conduzirá o *Mercvrio Portvguez* até ao seu término.

1.3. A propagação de outras formas jornalísticas: *folhas, relações e cartas*

Concluído o ciclo da Restauração, seguiu-se um longo hiato na imprensa periódica nacional até 1715, apenas colmatado pela difusão de *folhas, relações e cartas*, as quais, gradualmente, não respondiam à crescente avidez por notícias. Assim, seguir-se-ão vários periódicos que, de algum modo, tentaram preencher essa lacuna, a começar pela *Continvaçam Historica* [1684-1685] (*CPS*, p. 38 e 72), uma compilação de relações impressas que circularam até aos finais do século XVII, denunciando a passividade da nossa imprensa periódica devido às coacções do governo de D. Pedro II.

Composta a partir de informações oriundas da correspondência diplomática e das *gazetas* europeias, a *Continvaçam Historica* foi compilada, traduzida em vários idiomas e impressa em Portugal e Espanha. A sua autoria é desconhecida, ainda que se saiba que fosse uma iniciativa de várias personalidades e editores (*DBP*, vol. III, p. 138-139). A informação incluída na *Continvaçam Historica* foi publicada primeiramente em Madrid, para leitura na



Figura 10

D. Pedro II de Portugal, in *Reys de Portugal...*, por Gabriel M. Rousseau, gravura, água forte e buril, 1736.
Fonte: reprodução do original.

Corte espanhola [7 de Novembro de 1684] e, pouco depois, em Lisboa [20 de Novembro de 1684], sendo impressas na *Officina* de Miguel Deslandes.

Note-se a agilidade com que estas *relações* foram compiladas, traduzidas, censuradas e difundidas, acatando as devidas licenças. Foi um indício da inclinação do público português por notícias acerca da guerra contra o expansionismo turco otomano em todo o Leste europeu. Cada número da *Continuação Historica* é constituído por 15 fólios com um frontispício orna mentação gráfica simples, expresso numa linguagem simples e fundamentada, apesar de se tratarem de mensagens recalcadas de várias fontes, com numerosos cortes, versões, traduções e retroversões. Para melhor instrução do leitor, encontrava-se, ao início dos números, o índice dos acontecimentos aí relatados, expondo lugares e personagens que seriam, *a priori*, estranhas aos leitores. Quais seriam os canais de comunicação orais, manuscritos

e impressos destas informações? Apesar de tudo, reflectem a permuta de notícias por essa Europa fora, embora não se refiram as reacções políticas de Portugal a tais acontecimentos.

As *Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra* [Setembro de 1687] foi uma *relação* perfeitamente igual às incontáveis publicações impressas que pululavam no universo informativo europeu dos finais do século XVII. Os inventários bibliográficos (CPS, p. 62) dão-nos conta de ser apenas um número único, não seriado, mas existiria, pelo menos, um número anterior — ou mais, presumivelmente —, como se menciona. Possui um arranjo gráfico simples em formato «in-quarto», exibindo uma narrativa sucinta ao longo dos seus 12 fólhos. Não se conhece o seu autor[es] e/ou compilador[es], sendo uma súmula de outras gazetas e correspondência diplomática, a avaliar pela lista de assuntos patentes no frontispício. Apresentando-se como uma *folha* noticiosa defendendo um catolicismo belicoso, defendia o regresso do catolicismo romano em Inglaterra, assim como das relações eclesiásticas entre Londres e a Santa Sé.



Figura 11
Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra...,
Agosto de 1687.
Fonte: reprodução do original.

A matéria noticiosa que compõe as *Noticias de Constantinopla* [ou a sua *Continuacion*, 1687-1688] dispõe-se em 3 números redigidos em castelhano, não se sabendo se houve números anteriores ou posteriores. Estas publicações estiveram a cargo da *Officina* de Miguel Deslandes, com uma média de 12 a 15 fólhos por cada exemplar (CPS, p. 62). As *Noticias de Constantinopla* contêm as traduções das missivas diplomáticas e comerciais de um indivíduo anónimo [mas que se identifica pelas siglas “N. N.”, de nacionalidade francesa] e com funções consulares em Constantinopla. Como agente diplomático, veiculou informação, sob cifra, para o Ocidente revelando o sobressalto de toda a comunidade estrangeira, apesar da protecção da *Sublime Porta*.

A folha noticiosa *Noticias de Inglaterra* (CPS, p. 62), editada em dois únicos números [1 e 3 de Janeiro de 1689], facultou informações sobre a queda de Jaime II de Inglaterra e o seu exílio em França, assim como da fuga da Família Real e dos seus súbditos mais fiéis. Trata-se de um periódico de 8-12 fólhos em formato «in-quarto», onde se encontram outras notícias procedentes de toda a Europa, via Amesterdão. Contudo, o assunto principal das *Noticias de Inglaterra* foram as agitações dos partidários de Jaime II de Inglaterra e o futuro Guilherme III de Inglaterra, retratando a *Gloriosa Revolução*.



Figura 12
Noticias de Constantinopla...,
 Dezembro de 1687.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 13
Noticias de Inglaterra..., Officina de Miguel
 Deslandes, Lisboa, 1689. Fonte:
 reprodução do original.

O periódico conhecido como *Mercvrio da Evropa* (Cunha, 1941, p. 63; CPS, p. 62) foi um exemplo categórico da qualidade das *relações* impressas nos finais do século XVII. Saíram apenas 3 números [20 e 28 de Maio; 7 de Junho de 1689], com poucas mudanças nos títulos. Não se sabe se terão existido edições posteriores deste *mercurio* e desconhece-se quem fossem os seus autores e compiladores. Com uma excelente apresentação gráfica, em letras capitulares, gravuras ilustrativas e uma narração excepcionalmente imparcial. Como o seu próprio título assinala, o *Mercvrio da Evropa* foi uma publicação de índole “europeísta”, sendo mais utilitária do que as suas congéneres, particularmente no volume de matéria estritamente informativa (Tengarrinha, 1989, p. 42).

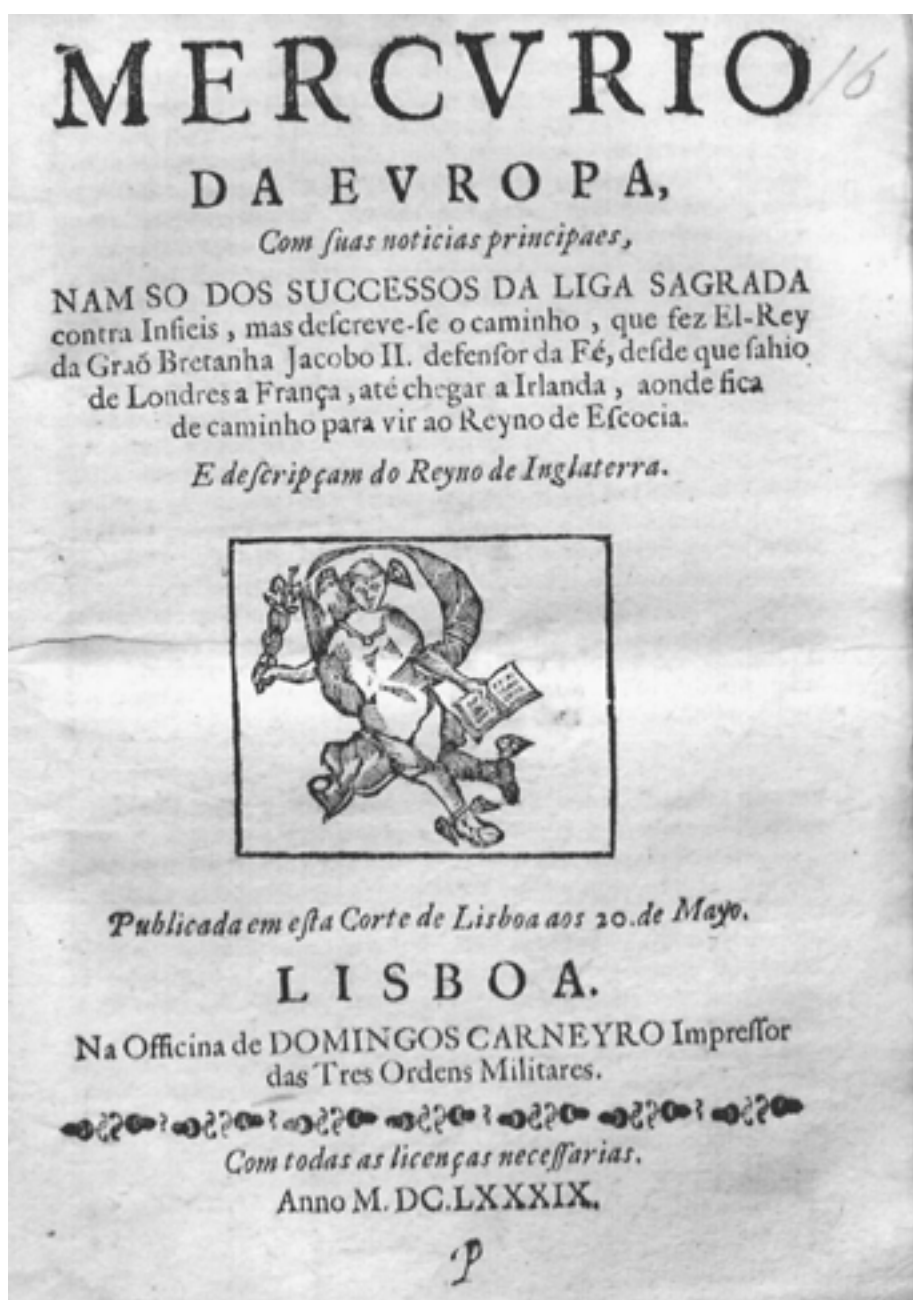


Figura 14
Mercvrio da Evropa com suas Noticias Principaes..., Officina de Domingos Carneiro, Lisboa, 1689. Fonte: reprodução do original.

O *Mercvrio da Evropa* recolheu várias missivas diplomáticas e informações avulsas, posteriormente traduzidas e difundidas em “forma de gazeta ou relação”. Os autores (DBP, vol. XVII, p. 33) terão sido quase sempre estrangeiros e poucas referências são respeitantes a Portugal. O *Mercvrio da Evropa* reuniu notícias remetidas de Londres, Paris, Roma, Viena e Varsóvia, etc., anunciando-se, em primeiro lugar, as campanhas de *Santa Liga*. É ainda de sobressair a periodicidade semanal do *Mercvrio da Evropa*, característica ainda incomum nas relações, gazetas e mercúrios.

Segue-se o *Noticias Geraes de Evropa* (CPS, p. 62), uma publicação não seriada, editada precisamente no dia anterior [27 de Maio de 1689] ao segundo número do *Mercvrio da Evropa*, cuja substância é idêntica àquele periódico. Compreende 7 fólhos impressos, não numerados e em formato «in-quarto», da responsabilidade da *Officina* de Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício. Menciona notícias expedidas de Viena, Belgrado, Ratisbona, Amesterdão, Londres, Dublin, Bruxelas, Veneza, etc., pese não haverem referências a Portugal (DPB, vol. XVII, 1894, p. 243).

1.4. Lacunas do panorama periódico nos inícios do século XVIII

Portugal “entrou” no século XVIII sem sinalizar nenhuma publicação periódica em pleno exercício. Todos os periódicos editados no século XVII tiveram uma existência breve, pelo que o início do século XVIII revelava-se pouco promissor ao avanço da imprensa periódica, encontrando-se, ao tempo, em estagnação. Segundo alguns catálogos, o periódico que se apresenta simplesmente como *Gazeta* teria sido a primeira publicação periódica do século XVIII, com dois exemplares seriados, correspondentes a Agosto e Outubro de 1704. Composta por 6 fólhos num formato gráfico «in-quarto», desconhece-se a existência de outros números.

Segundo algumas indicações, esses dois exemplares da *Gazeta* transmitiram notícias originárias de vários pontos da Europa, mas também de Lisboa. Como não conseguimos averiguar a sua existência, seguimos os indícios de Inocêncio Francisco da Silva (DBP, vol. IX, p. 420), o primeiro erudito que inventariou estes exemplares. Curiosamente, Augusto Xavier da Silva Pereira não as mencionou e somente Alfredo da Cunha lhes concedeu alguma atenção (Cunha, 1941, p. 66-67), problematizando a sua existência (Tengarrinha, 1989, p. 43).

As folhas noticiosas que compõem a colectânea *Noticias dos Gloriosos Successos* (CPS, p. 61) foram publicadas ao longo de 1704, em datas não especificadas, e reportam-se às contra-ofensivas portuguesas comandadas pelo D. António Luís de Sousa, 2.º marquês das Minas, contra as coligações franco-espanholas na região de Castelo Branco (Selvagem, 1926/1999, p. 456-457), no início da Guerra da Sucessão de Espanha [1702-1714].



Figura 15
Primeira Notícia dos Gloriosos Successos que tiverão as armas de S. Magestade na Provincia da Beira...,
 Officina de Miguel Manescal,
 Lisboa, 1704. Fonte: reprodução
 do original.

Todos os exemplares das *Noticias dos Gloriosos Successos* são formados por 7 fólhos em formato «in-quarto», com uma estrutura narrativa explicativa. Embora não se conheçam todos os exemplares nem tão-pouco a sua autoria, os 4 números apresentam uma homogeneidade entre si, não obstante algumas diferenças nos títulos, mesmo sendo impressos em *Officinas* distintas. Trata-se de uma fonte histórica incontornável para conhecer as nossas intervenções na Guerra da Sucessão de Espanha, tendo sido um instrumento muito útil às manobras propagandísticas nesse sentido.

A relação *Diaria, y Veridica Relacion de las Operaciones* foi dedicada ao cerco de Barcelona em Março de 1706, no decorrer da Guerra da Sucessão, quando a cidade, maioritariamente a favor do pretendente arquiduque Carlos de Áustria [aclamado como Carlos III de Espanha, apoiado por D. Pedro II], resistiu às forças do rival Filipe V. É um opúsculo noticioso com 48 fólhos «in-quarto», redigido em castelhano e impresso em Barcelona, o qual, sem qualquer retroversão para português, foi publicado em Lisboa, a 28 de Agosto de 1706.

Ainda no contexto da Guerra da Sucessão de Espanha, salientamos a relevância da série *Relações da Marcha do Exercito* [Abril-Novembro 1706], sendo quase desconhecida da

historiografia actual, a qual foi constituída por 7 números «in-quarto» de 12 fólhos. Como curiosidade, no frontispício de cada exemplar, abaixo da indicação do impressor, indica-se os locais de venda destas *relações* [na “casa de Manoel Diniz às portas de S. Catharina”], facto inédito até então e que atesta o acréscimo do interesse dos leitores e concede-nos alguns dados sobre o circuito comercial destas publicações.

Figura 16
Primeyra Relaçam da Marcha,
e Progressos do nosso Exercito até o Campo
da Praça de Alcantara..., Oficina
de António Pedroso Galvão, Lisboa,
24 Abril 1706.
Fonte: reprodução do original.



Aliás, em todos os exemplares das *Relações da Marcha do Exercito* verifica-se uma preocupação em informar com veracidade e idoneidade, exigências básicas da actividade jornalística. Ainda podemos mencionar a sequência dos diferentes números entre si e noutros periódicos anteriores focando os mesmos assuntos (DBP, vol. XVIII, pp. 232-234; CPS, p. 72-73). As *Relações da Marcha do Exercito* relataram o itinerário das forças aliadas congregando cerca de 14700 soldados portugueses e 4200 efectivos anglo-holandeses, sob o comando de D. António Luís de Sousa, 2.º marquês da Minas, até entrarem em Madrid (Borges, 2003).

A finalizar esta primeira partição do periodismo nacional, seguiu-se o *Anno Historico, Diario Portuguez* [1714-1744], da autoria do P.º Francisco de Santa Maria (Bacelar, 1739; BL, vol. II, pp. 189-191), o qual encerra um discurso historiográfico baseado em efemérides, i. e., trata-se uma obra “periódica” que enumerou as personalidades e os acontecimentos da nossa História ao longo dos 365 dias do ano. O P.º Francisco de Santa Maria é lembrado,

fundamentalmente, pelo pioneirismo do *Anno Historico, Diario Portuguez*, ainda que o primeiro volume fosse editado em 1714, pouco depois da sua morte, e os restantes dois volumes em 1744. Após comparar as disparidades entre ambas as edições, volvidos precisamente 30 anos, seria o P.^e Lourenço Justiniano da Anunciação (*BL*, vol. III, p. 30; vol. IV, p. 232-233; *DBP*, vol. V, p. 197-198) quem, revendo este repositório, exaltaria os seus atributos.

1.5. A maturidade do periodismo entre a *Gazeta de Lisboa* e o *Jornal Enciclopédico*

Foi a 10 de Agosto de 1715, um sábado, que o primeiro periódico oficial português iniciou a sua publicação e ocuparia o lugar cimeiro na imprensa periódica nacional. Embora seja vulgarmente conhecida como a *Gazeta de Lisboa*, ao longo da sua vida editorial ostentou títulos diferentes, constituindo, em si mesma, uma ‘espinha dorsal’ que consolidou o universo periódico entre os séculos XVIII e XIX, mesmo quando adoptou outras estratégias divergentes. Graças à sua autoridade, todos os periódicos publicados de 1715 em diante consideraram, em algum momento, a *Gazeta de Lisboa* como um padrão institucional (*DBP*, vol. III, p. 137-141; *DJP*, vol. I, p. 39-44v.^o; *GEPB*, vol. XII, p. 244-247; Cunha, 1941, p. 70-101; Tengarrinha, 1989, p. 42-44, 59-61, 65-69; Rocha, 1998, p. 21-22; Alves, p. 152-156).

Publicado semanalmente em folhetos com 4, 6, 8 fólios ou mais [com suplementos, ou não] num formato «in-quarto», ostentava o primeiro título *Historia Annual, Chronologica, e Politica do Mundo, & especialmente da Europa* no seu primeiro número, sendo José Freire de Monterroio Mascarenhas o seu primeiro redactor (*BL*, vol. II, p. 853-858; vol. IV, p. 210-211; *DBP*, vol. V, p. 197-198; vol. IV, p. 343-353), o qual dirigiu a sua publicação até falecer com uma idade avançada.

Como compreender o protagonismo da *Gazeta de Lisboa* no desenvolvimento da actividade periódica, nomeadamente nas mudanças estruturais da sociedade portuguesa nos séculos XVIII-XIX? Sendo a leitura da *Gazeta de Lisboa* destinada aos estratos sociais instruídos, poderemos verificar que as evoluções dos periódicos em Portugal acompanharam as tendências europeias, mesmo no panorama manuscrito, ainda largamente disseminado (Lisboa, orgs., vols. I-II, 2002, 2005). A *Gazeta de Lisboa* possuía uma circulação modesta relativamente a outros periódicos europeus: em meados do século XVIII, calculava-se que a tiragem média rondasse, sensivelmente, os 1500 exemplares por edição.

Sabe-se que a *Gazeta de Lisboa* era recebida nas províncias, a julgar pela correspondência do seu primeiro redactor, mas seria lida maioritariamente em Lisboa, revelando-se também a nossa tradicional macrocefalia cultural. Tal como a maioria dos periódicos congêneres, a *Gazeta de Lisboa* não informava o “grande público”, como se exigirá à imprensa periódica a partir do terceiro quartel do século XIX. Antes disso, os periódicos dos séculos XVII-XVIII difundiram-se unicamente entre as camadas elitistas.



Figura 17
Historia Annual, Chronologica, e Politica do Mundo, & especialmente da Europa..., n.º 1, Oficina de Pascoal da Silva, Lisboa Ocidental, 1715.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 18
Gazeta de Lisboa, n.º 2, Oficina de Pascoal da Silva, Lisboa Ocidental, 17 Agosto 1715.
 Fonte: reprodução do original.

O ‘primeiro ciclo’ da *Gazeta de Lisboa* [1715-1760] tem sido alvo de várias reinterpretções, permitindo responder às muitas omissões bibliófilas e jornalísticas na historiografia contemporânea (Belo, 2000, p. 619-637; Belo, 2001). De facto, a *Gazeta de Lisboa* apresentava-se como uma obra de expressão e funcionalidade histórica. Como o primeiríssimo título o indica, propunha-se a “fazer memória” das pessoas notáveis, das batalhas e guerras, da diplomacia e dos acontecimentos mais meritórios no decorrer das semanas (Ramos, 1998, p. 143; Araújo, 2003, p. 66-67).

A *Gazeta de Lisboa* foi redigida de acordo com um plano político-historicista, mas simultaneamente cronológico e sócio-geográfico. As primeiras notícias de cada número da *Gazeta de Lisboa* eram as mais antigas, oriundas de inumeráveis pontos da Europa e do resto do mundo. Divididas por regiões ou reinos, no interior de cada uma destas rubricas separadas por parágrafos, as notícias ‘aproximavam-se’ do tempo mais recente e, simultaneamente, da Península Ibérica. Consoante a proximidade da informação, cada acontecimento era descrito entre um

a dois meses na *Gazeta de Lisboa*. Só a última parte de cada número era dedicada às notícias em Portugal e na Corte. Esta secção seria a última a entrar na composição gráfica.

A *Gazeta de Lisboa* tinha um modo próprio de interpretar o “tempo presente” ou o “tempo longínquo” em virtude da vocação historicista do seu redactor, apresentando um raciocínio cronológico extremamente competente. Não sendo uma obra histórica nem um jornal “moderno”, foi, sobretudo, um compêndio incomensurável de notícias (Lopes e Saraiva, 1996, p. 543).

O *Folheto de Ambas Lisboas* [1730-1731] foi, provavelmente, o primeiro periódico satírico editado em Portugal, embora a publicação de folhetos idênticos fosse comum. Foi um periódico consagrado à crítica social, sendo proveitoso para o estudo da vida lisboeta na primeira metade do século XVIII, relatando as traquinices das camadas populares nas ruas e bairros da capital. O título deste periódico alude às designações «Oriental» e «Occidental» em que Lisboa esteve circunscrita administrativamente (Tengarrinha, 1989, p. 44).



Figura 19
Folheto de Ambas Lisboas, Officina da Musica, Lisboa Ocidental, 22 Janeiro 1730.
Fonte: reprodução do original.

Editado semanalmente às sextas-feiras, iniciou a sua edição a 25 de Agosto de 1730 [e não a 22 de Junho desse ano] e o último número foi o n.º 26, a 17 de Agosto de 1731 (CPS, p. 49). Dedicado a um público instruído e ao deleite palaciano, o *Folheto de Ambas Lisboas* teve como redactores Jerónimo Tavares Mascarenhas de Távora (BL, vol. II, p. 527-528) e Vitorino José da Costa (DBP, vol. VII, p. 444-446), colaborador nos últimos números. Praticava uma linguagem arrojada para a época, influenciada pela escrita satírica europeia, espantando o leitor até pelas imagens herméticas utilizadas (DJP, vol. I, p. 32-34 v.º; Lapa, 1967, p. 29-31).

Reflexo das primeiras actividades do periodismo satírico, a folha *Queyxas de Manoel de Passos* [1731] deve, presumivelmente, a sua autoria a Jerónimo Tavares Mascarenhas de Távora (DBP, vol. III, p. 278-279; vol. X, p. 137-138), citado como um dos primeiros “jornalistas” do século XVIII. A folha *Queyxas de Manoel de Passos* (CPS, p. 70) é um registo constituído por 8 fólios em formato «in-quarto», relatando a defesa ficcional de um personagem chamado *Manuel de Passos*, poeta de ofício, o qual viu a sua entrada numa Academia literária, dita a *Fleumatica*, negada pela cor da sua pele. As *Queyxas de Manoel de Passos* (CPS, p. 70), ainda que apenas um suplemento do *Folheto de Ambas Lisboas*, revela-se útil para conhecer o quotidiano lisboeta coevo.

O Expresso da Corte (CPS, p. 70) foi um periódico dedicado à Corte lisboeta e às festividades profanas e religiosas ao longo de 1740. Esta publicação teria, segundo as informações disponíveis, uma periodicidade semanal e foi escrita por D. José Barbosa (BL, vol. II, p. 825-829; DBP, vol. IV, p. 259-264; vol. XII, p. 252) segundo o modelo formal das *gazetas*, onde apelava à necessidade de vulgarizar as novidades. Porém, *O Expresso da Corte* não existe em nenhum depósito, sendo que A. X. da Silva Pereira foi o primeiro a referenciá-lo dando conta de 3 números «in-quarto» com 8 fólios, datados entre 1 de Janeiro e 20 de Novembro de 1740 (DJP, vol. I, p. 28-30).

Este compilador declarava que os números de *O Expresso da Corte* estavam nos arquivos nacionais nos finais do século XIX, mas, inexplicavelmente, esses números desapareceriam, pelo que apenas poderemos interpretar estas informações em conformidade com o *Diccionario Jornalístico Portuguez*. No entanto, D. José Barbosa, foi um dos primeiros 50 académicos da Academia Real de História Portuguesa e um pregador famoso no seu tempo (Mota, 2003, p. 245-247).

Como exemplo das traduções de periódicos estrangeiros na primeira metade do século XVIII, apresenta-se-nos o *Mercurio Historico y Politico*, periódico holandês vertido para os idiomas castelhano e francês com o título genérico *Mercurio del Haya* ou *Mercure Historique et Politique* [1686-1782], respectivamente, traduzido para o castelhano por um tal Mr. Le Margne, de quem nada sabemos. Em Agosto de 1741, um tal João de Buitrago (DBP, vol. X, p. 197), igualmente uma individualidade obscura, começou a traduzir e divulgar alguns números do *Mercurio Historico y Politico*, conhecidos por *Mercurios Hespanhoes* em Portugal. Estes exemplares saíram mensalmente entre Agosto de 1741 e Dezembro de 1744, impressos em formato

«in-doze», pela *Officina Silviana* em Lisboa (Cunha, 1941, p. 42; Tengarrinha, 1989, p. 251). Passados alguns anos, reapareceriam, pelo mesmo tradutor, alguns números avulsos traduzidos [1759].

A compilação periódica *Cartas Familiares, Historicas, Politicas e Criticas* (da autoria de Francisco Xavier de Oliveira, o afamado «Cavaleiro de Oliveira», é um dos testemunhos da vida mundana europeia nos meados do século XVIII. Não se trata de um verdadeiro “periódico”, em nossa opinião, embora lhe admitamos características partilhadas com outros periódicos “em forma de *carta*”, nomeadamente quanto à periodicidade baseada numa correspondência marcada pela crítica social (DBP, vol. III, p. 90-93; vol. IX, p. 391-392; Figueiredo, 1944, p. 294-295; Rodrigues, 1950).

A imensidade dos assuntos desenvolvidos por Francisco Xavier de Oliveira é vastíssima, o qual, deambulando pelas principais cidades europeias e desprezado na sua pátria, nunca esqueceu as suas raízes. Com uma periodicidade quase bissemanal, as *Cartas Familiares, Historicas, Politicas e Criticas* abrangem mais de 150 folhetins compilados por Adriaen Moetjens, impressor holandês. Esta publicação epistolar é composta por 56 cartas [I volume] e 100 cartas [II volume], sendo a primeira carta datada de 3 de Janeiro de 1736 e a última de 27 de Dezembro de 1737.

Abordamos agora os *Fastos Politicos e Militares* [1745], de Inácio Barbosa Machado (BL, vol. II, p. 532-533), relembrando as dificuldades em inserir este título no universo periódico português. À excepção da sua publicação em folhetins compilados e ser pautada por normas cronológicas, o conceito de «efeméride» foi abundantemente aplicado nestas reflexões. Obra de referência da historiografia setecentista, os *Fastos Politicos e Militares* serão, na melhor das possibilidades, uma publicação periódica apoiada em efemérides/fastos e não uma *gazeta* ou *folheto* convencionais. Os *Fastos Politicos e Militares* terão sido, casualmente, distribuídos mensalmente, à semelhança do que terá sucedido com o *Anno Historico, Diario Portuguez* [1714/1744], título póstumo do P.^e Francisco de Santa Maria. Com a devida prudência, incluímos este “periódico” na nossa explanação.

O panfleto denominado *Paschoino em Portugal*, publicado em Janeiro de 1748, é um simples *pasquim* que difundia textos jocosos, embora com um intuito lúdico. Não se conhecem os seus autores ou o lugar onde foi impresso, assim como outros números se supõem ter existido. Em boa verdade, o *Paschoino em Portugal* (CPS, p. 68), do qual conhecemos um único exemplar, com 7 fólios «in-quarto», era uma colectânea de conselhos práticos ao jeito dos *almanaques*.

Na mesma circunstância, surgiu o *Folheto Cotovia*, com uma edição semanal, a julgar pelo frontispício do único número, a 11 de Junho de 1749 (CPS, p. 49). Típico folheto *molieresco* dos meados do século XVIII, possui 8 fólios «in-quarto», sendo de registar que o seu redactor fez um primeiro apelo à liberdade da imprensa humorística.



Figura 20
Paschoino em Portugal. Discurso jocoserio, e jocosa critica para entretenimento dos curiosos, [s. n.], [s. l.], Janeiro 1748.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 21
Folheto Cotovia, [s. n.], [s. l.], Junho 1749.
 Fonte: reprodução do original.

1.6. A caminho da especialização/diversificação no universo periódico

O primeiro periódico português puramente científico, o *Zodiaco Lusitanico-Delphico* seria, simultaneamente, o primeiro a ser impresso no Porto (DJP, vol. I, p. 56-59; Cunha, 1941, p. 242-243; Paulo, 1944; Tengarrinha, 1989, p. 50-52; Nunes, 2001, p. 54). Publicado sob a chancela da *Academia dos Escondidos da Cidade do Porto, Imitadores da Natureza*, a sua redacção esteve delegada a Manuel Gomes de Lima Bezerra (BL, vol. III, p. 278-279; vol. IV, p. 243; DBP, vol. V, pp. 444-445). Pela sua curiosidade, o *Zodiaco Lusitanico-Delphico* marcou o arranque do periodismo no Porto. Elaborado à parecença do *Zodiacus Medicus-Gallicus* [Genebra, 1680], foi um testemunho dos avanços científicos portuenses.

Entre os seus colaboradores, os quais usaram pseudónimos como *Andromaco* ou *Rhasis*, por exemplo, este periódico teve a protecção de D. José I. Apenas se conhece a edição inaugural do *Zodiaco Lusitanico-Delphico*, embora tenham existido outros números entre Janeiro e Maio de 1749, actualmente desaparecidos.

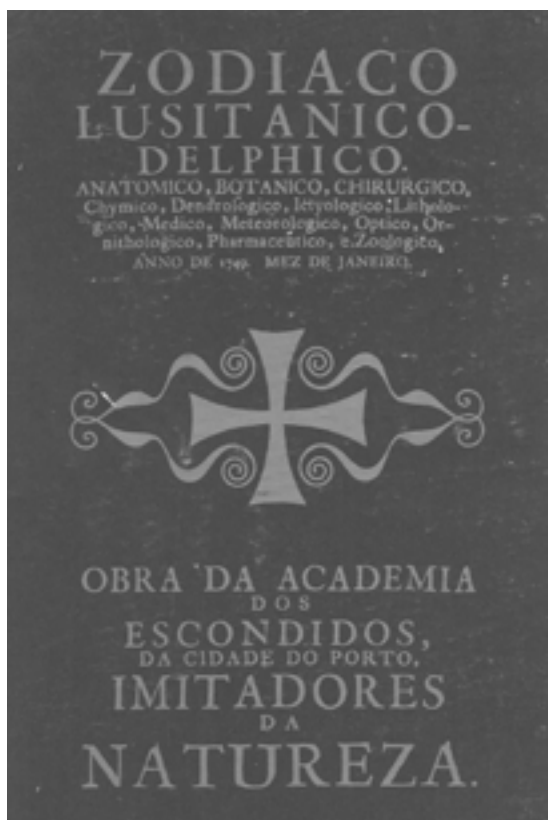


Figura 22
Zodiaco Lusitanico-Delphico...,
 [s. n.], Porto, 1749.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 23
Iosephus I. D. G. Rex Portvg. et. Alg...,
 gravura maneira negra, p&b, [s. n.],
 [s. l.], 1756.
 Fonte: reprodução do original.

Este número contém 18 fólhos «in-quarto», complementados com os estatutos e nomeações da *Academia dos Escondidos da Cidade do Porto*. Foram divulgados alguns casos práticos de Medicina por médicos baseados numa bibliografia especializada, tendo primado pela isenção e o valor científico.

Retomamos as questões ligadas ao aludido Francisco Xavier de Oliveira [«Cavaleiro de Oliveira»], autor do “periódico” *Amusement Périodique*, ou *Recreação Periódica* [1751], impresso no idioma francês, ainda que em Londres (*DBP*, vol. IX, 1870, p. 392). É composto por uma colectânea de 93 *cartas* ou *folhetins* «in-oito», alguns dos quais anteriormente publicados em *Cartas Familiares, Historicas, Politicas e Criticas* [1741-1742], em Amesterdão e Haia (*DJP*, vol. I, p. 27-28; Tengarrinha, 1989, p. 45). Em tudo análogo a essa primeira obra, a maioria dos estudos e referências incluem este “periódico” nesse agregado.

Surge-nos imediatamente *O Anonymo*, pelo P.^e Bento Morganti (*BL*, vol. I, p. 506-507; vol. IV, p. 73-74; *DBP*, vol. I, p. 349-350; vol. VIII, p. 375) — embora este não se identificasse oficialmente como o seu autor —, publicação que influenciou o nosso universo periódico na charneira do século XVIII. Altamente interventivo, *O Anonymo* (Dias, 2006) assumia-se como um utensílio instrutivo, aspirando a ser um “conselheiro” nas questões do quotidiano. Numa época em que a esfera social ascendia a uma maior expressividade, foi um dos periódicos editados no período pombalino.

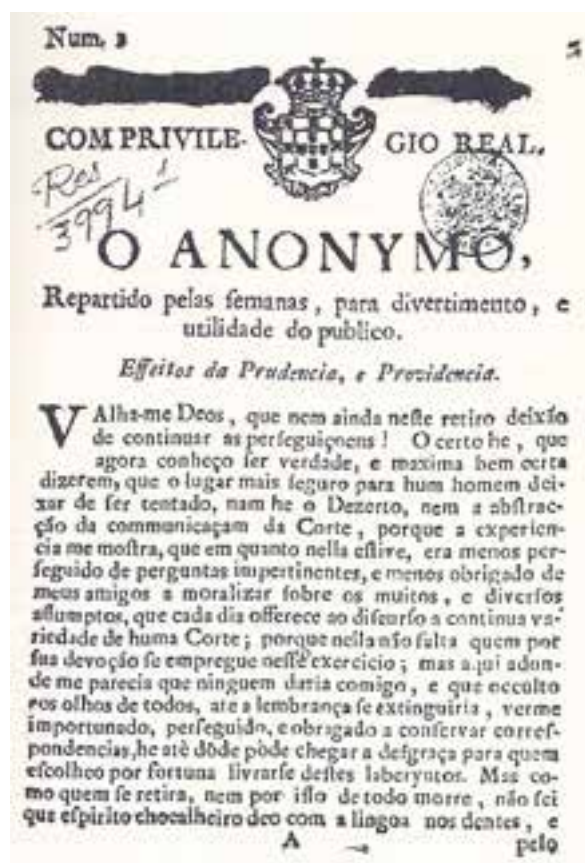


Figura 24

O Anonymo, repartido pelas semanas, para divertimento, e utilidade do publico, Officina de Pedro Ferreira, Lisboa, 1752-1754.

Fonte: reprodução do original.

Bento Morganti, nascido em Roma e filho de pais portugueses, era licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra e prelado na Sé de Lisboa. Foi um escritor experimentado na investigação histórica e científica, tendo sido redactor de dois periódicos: *O Anonymo* [1752-1754], composto por 4 séries distintas de 42 números semanais, em formato «in-quarto»; e o periódico *Tardes de Maio* [1758], de 8 números e, segundo se consta, irremediavelmente perdido.

Exemplo evidente desta acepção foi o *Folheto* [1752], publicação humorística editada em Lisboa. De autoria anónima e com 8 fólios «in-quarto», só se conhece um exemplar, curiosamente o segundo número (CPS, p. 48).

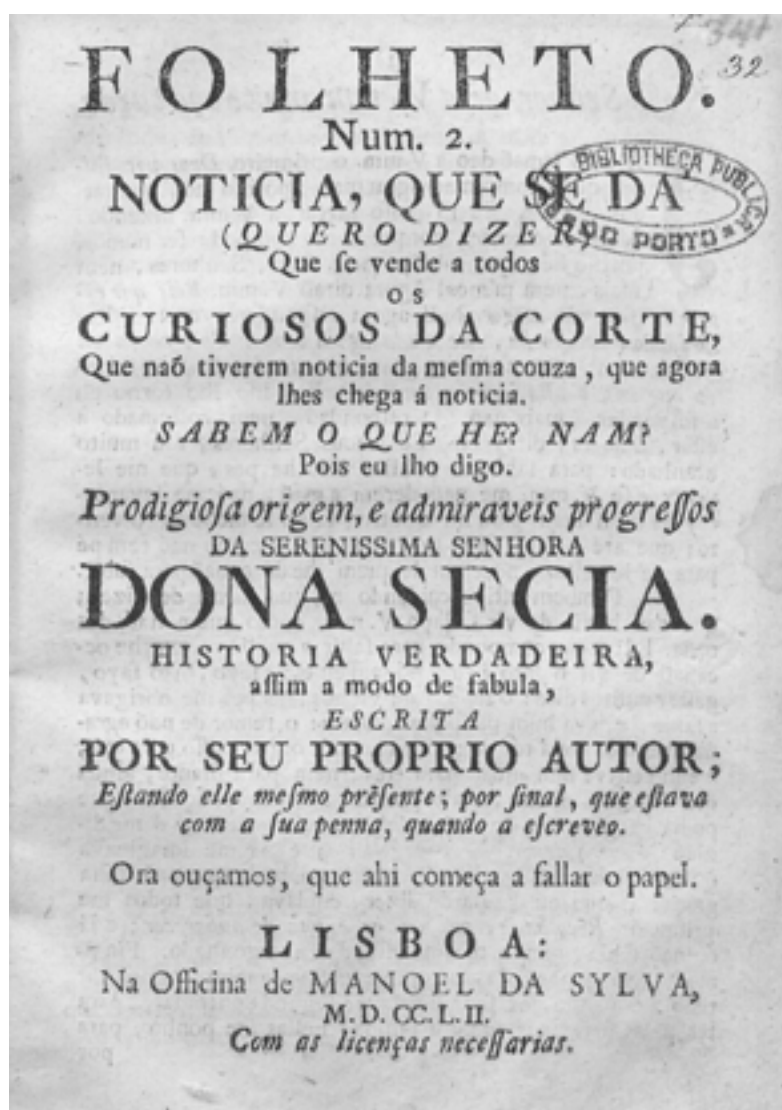


Figura 25
Folheto..., n.º 2, Officina de Manuel da Silva, Lisboa, 1752.
Fonte: reprodução do original.

1.7. O incremento do periodismo literário nos meados do século XVIII

O Occulto Instruído, um dos periódicos mais famosos do século XVIII, foi um marco do profissionalismo gradual no ofício periodista em Portugal (DBP, vol. XVII, p. 117; DJP, vol. I, p. 123-125 v.º; GEPB, vol. XXIX, p. 187). Praticamente ignorado pelo panorama historiográfico, dedicou-se ao entretenimento e à instrução. Conseguiu, em cerca de dois anos, captar a atenção de um público atraído por actualidades e informações históricas. Ainda não se conhece o redactor deste periódico devido ao anonimato militante destes *papéis*, pois, em opinião desse autor, só as obras eruditas deveriam identificar-se. *O Occulto Instruído* possui 17 folhetos «in-quarto», de 8 fólios, cuja numeração surge sequenciada, dado prever-se, ao fim de cada série, a possibilidade de encadernar esses volumes (Cunha, 1941, p. 243; Piwnik, p. 545; CPS, p. 65).

Divulgando notícias históricas, geográficas e políticas de várias nações da Europa, nutriu uma preferência para as biografias dos soberanos estrangeiros e das querelas religiosas. Preocupado em apresentar um trabalho jornalístico com uma matriz enciclopédica, transpõe a influência das correntes literárias francesas, concedendo algum fôlego às correntes científicas coetâneas (Tengarrinha, 1989, p. 45-46; Alves, 2005, p. 209). Observa-se ainda a demanda por uma crítica imparcial, elucidativa e respeitadora dos bons costumes, onde — caso inédito até então —, se debateu o acesso dos periódicos a todas as bolsas. Responderia às críticas de vários eruditos, declarando que o Conhecimento deveria estar ao alcance de todos e não unicamente de alguns.

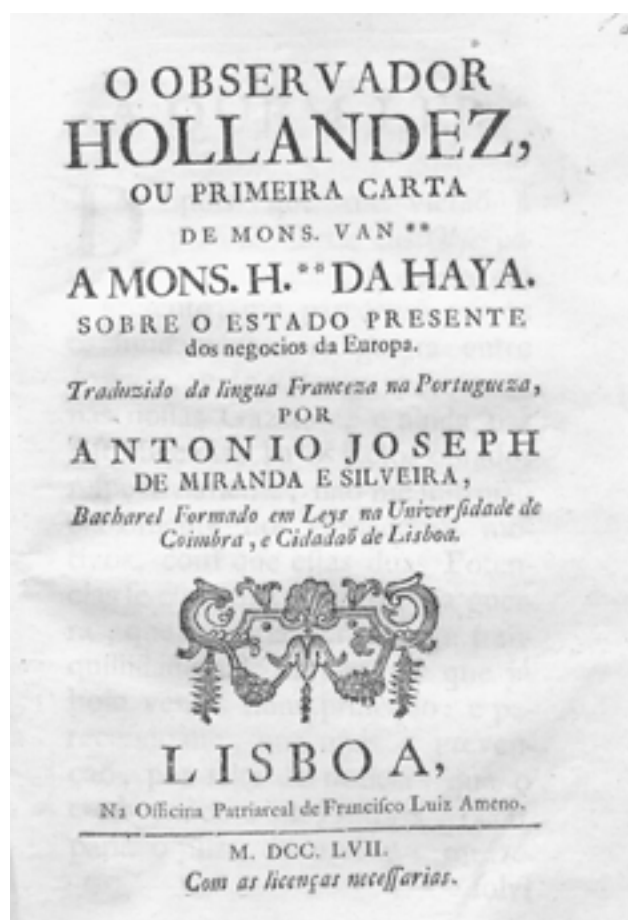
O *Observador Hollandez* foi o modelo representativo dos periódicos políticos do século XVIII, cuja base noticiosa assentou numa antologia de escritos pessoais com carácter diplomático. De acordo com as indicações bibliográficas disponíveis, foi possível presumir a autoria do *Observador Hollandez*, até agora incógnita, mas que seria Jacob-Nicolas Moreau, jurisconsulto francês e, curiosamente, o último cronista-mor de França antes da Revolução de 1789.

Raro testemunho das hostilidades entre a França e a Inglaterra entre 1757 e 1758, logo ao início da Guerra dos Sete Anos [1756-1763], debruçou-se sobre as contendas na Europa, mas também no norte da América, o que era uma verdadeira novidade no nosso periodismo. Redigido de acordo com o prisma francês, era endereçado a um correspondente holandês *imaginário*, engrandecendo as políticas francesas e denunciando a agressão do inimigo inglês. Considerava imprescindível manter o domínio da *Nova França* [Canadá], tecendo observações sobre os efeitos político-económicos sobre o conflito e para o qual Portugal seria arrastado.

Figura 26

O Observador Hollandez..., Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1757.

Fonte: reprodução do original.



Resta-nos dizer que o seu tradutor foi António José de Miranda e Silveira, um obscuro magistrado lisboeta — que se considerava escassamente informado sobre estes assuntos —, o qual traduziu os 15 exemplares originais de *O Observador Hollandez*, variando entre os 15 e 21 fólios «in-quarto». Embora só se conheçam três números, a julgar pelos catálogos bibliográficos (CPS, p. 64), salientamos que esta publicação teve a protecção de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal.

O “periódico” intitulado *Academia dos Humildes e Ignorantes*, editado alternadamente entre 1758 e 1765-1770, foi uma *paródia* às academias literárias e científicas que proliferaram na Europa (DHL, 1994, p. 17; PDH, vol. I, p. 38; GEPB, vol. I, p. 178). Publicado em folhetos de 8 fólios «in-quarto», o seu primeiro número sairia em Setembro de 1758 — ao findar de cada ano ou dos 52 números [ou «conferências»] encadernava-se tal volume —, de modo que a obra completa possui oito volumes editados até 1765 ou 1770, de acordo com vários estudos (DJP, vol. I, p. 61-62; Cunha, 1941, p. 243; Tengarrinha, 1989, p. 45-46; Alves, 2005, p. 209).



Figura 27
Academia dos Humildes e Ignorantes...,
 vol. I, Officina de Inácio Nogueira
 Xisto, Lisboa, 1752 [1758].
 Fonte: reprodução do original.

Nos frontispícios da *Academia dos Humildes e Ignorantes* observam-se as siglas «D. F. J. C. D. S. R. B. H.», indicando, supostamente, o nome do autor — após alguma polémica, seria o obscuro Fr. Joaquim de Santa Rita (DBP, vol. I, pp. 3-4; vol. VIII, p. 6; Fonseca, 1896, p. 106). o responsável pela *Academia dos Humildes e Ignorantes*? Cada número sugere uma «conferência», cujo assunto versava conforme a ‘sua’ actualidade em jeito de diálogo entre 4 personagens principais — o *teólogo*, o *filósofo*, o *ermitão* e o *soldado* —, e outras figuras secundárias que comparecem num espaço fictício, ou seja, no “*sítio de Nossa Senhora da Consolação*”.

A inclusão da *Academia dos Humildes e Ignorantes* na imprensa periódica será sempre uma acepção discutível. Este periódico, partindo do pressuposto de considerar-se um órgão jornalístico, foi, ao seu tempo, um projecto altamente empreendedor. O seu promotor teve a perfeita noção de que os leitores aumentavam em número e exigência intelectual, daí a obrigatoriedade em publicar um conteúdo douto, ainda que breve, direccionado a todos os leitores que não dispunham de bibliotecas e livrarias.

Finalizando, segue-se um outro periódico conhecido pelo título plural *Mercurios Historicos de Portugal*, ou *Introducçam aos Mercurios Historicos de Portugal* [1759], um outro nome, mas referindo-se ao mesmo periódico, o qual compreende uma tradução de vários excertos do *Mercurio de Haya*, em 93 fólios «in-oito». É uma tradução imputada a um tal Alexandre Ferreira de Faria, identificado no próprio frontispício com as siglas «A. F. de F. M.». Editado em Lisboa, transmitiu notícias das principais Cortes europeias, assim como do início da Guerra dos Sete Anos, em que Portugal manteria, naquele momento, uma neutralidade dúbia pelo pulso pombalino (Barrento, 2006).

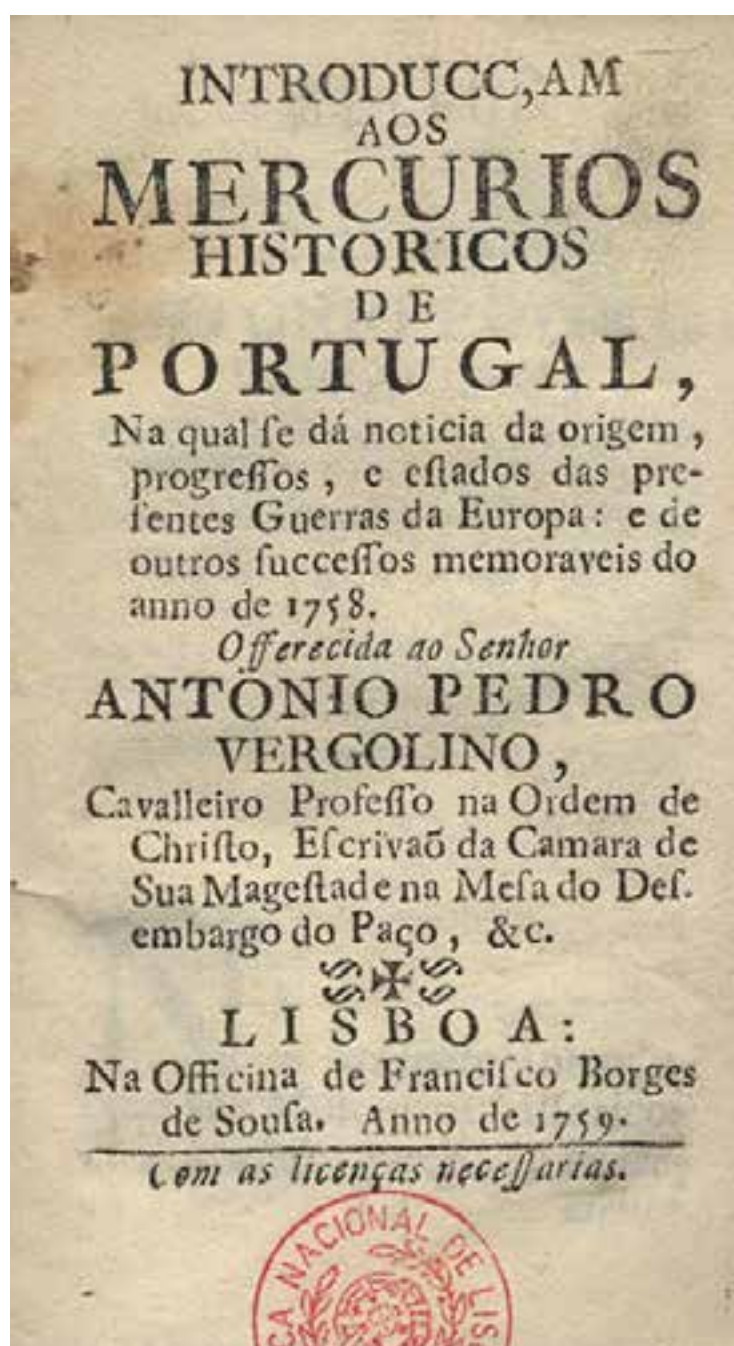


Figura 28
*Introducçam aos Mercurios Historicos
de Portugal...*, Officina de Francisco Borges
de Sousa, Lisboa, 1759.
Fonte: reprodução do original.

1.8. Fazedores de periódicos: D. José Ângelo de Moraes ou José Maregelo de Osan

Um dos mais periodistas mais laboriosos nos meados deste século foi, indiscutivelmente, D. José Ângelo de Moraes, o qual usou o pseudónimo [ou anagrama] *José Maregelo de Osan*, patente em todas as suas obras (*DBP*, vol. IV, pp. 234-235; vol. V, p. 14; *PDH*, vol. IV, p. 1280; *GEPB*, vol. XVII, pp. 810-811). Pouco se sabe acerca deste autor setecentista, além ser cônego regente da Ordem de Santo Agostinho e pouco mais. Ao invés, a sua actividade periodista foi extremamente fecunda, dado que que, às suas expensas e somente entre 1759 e 1762, editou cinco periódicos, entre outros opúsculos, tais como o *Despertador de Marte* [1762] (Bebiano, p. 448, 454).

No conjunto da actividade periodista de D. José Ângelo de Moraes recordamos, em primeiro lugar e por ordem cronológica, *Os Medicos Perfeitos* [1759] (*DJP*, vol. I, p. 116-116 v.º; Cunha, 1941, p. 244; Tengarrinha, 1989, p. 45-46; Alves, 2005, p. 209). Compreende 15 números semanais, de 8 fólhos «in-quarto», cujo único propósito foi relatar textos ético-morais, depois compilados na primeira parte de *Semanas Proveitosas ao Vivente Racional* [1760] (*DJP*, vol. I, p. 141). Estes escritos ‘disciplinadores’ versavam sobre as soluções para os vícios da sociedade portuguesa com a “aplicação” de uma determinada “posologia”. Ou seja, para cada “desvio social”, D. José Ângelo de Moraes recomendaria vários remédios extraídos dos filósofos gregos, assim como dos Doutores e Padres da Igreja, etc.

Paralelamente, em *Os Medicos Perfeitos*, encetou a publicação de *O Discipulo Instruido* [1759-1760]. Embora diferente do precedente, era um periódico semanal composto por 15 números, de 8 fólhos «in-quarto», e representava um diálogo entre o “discípulo” e um “mestre” sobre temas triviais. Como tal, expôs um rol de perguntas e respostas para distração do leitor, em paralelo com uma tentativa de explicar alguns fenómenos da Natureza — questões algo inesperadas, mas que reflectiam as superstições ainda radicadas na nossa sociedade (*DJP*, vol. I, p. 88; Cunha, 1941, p. 245).

O terceiro periódico publicado por D. José Ângelo de Moraes intitula-se *Palestra Admiravel, Conversação Proveitosa* [1759-1760] e, tal como os seus congéneres, foi uma publicação semanal com 18 números «in-quarto». Neste periódico retratam-se as proezas de Camilo, um jovem lisboeta, o qual, após uma vida desregrada, era instruído nos caminhos da Moral e da História, considerados como alicerces educacionais (*DJP*, vol. I, p. 127; Cunha, 1941, p. 245; *GEPB*, vol. XX, p. 80; *CPS*, p. 113).

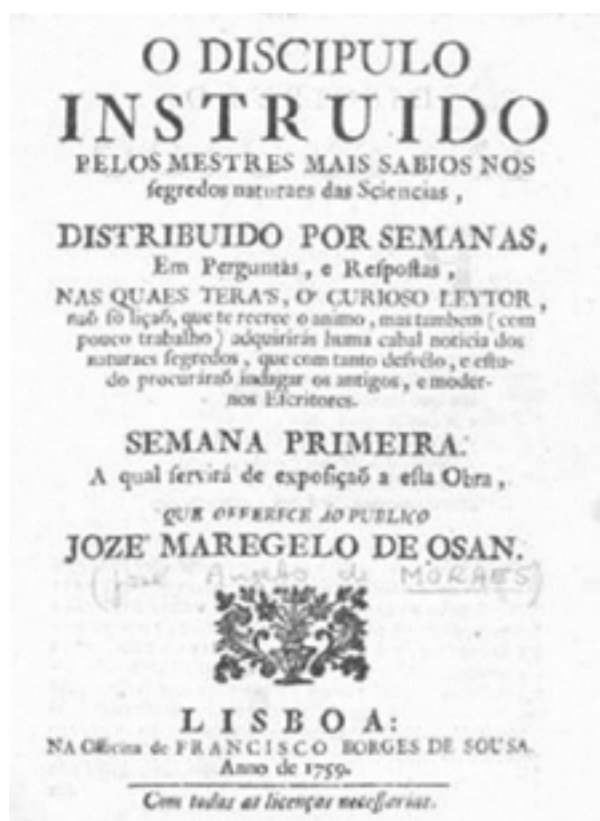


Figura 29
O Discipulo Instruido pelos Mestres mais Sabios nos segredos naturaes das Sciencias..., n.º 1, Officina de Francisco Borges de Souza, Lisboa, 1759.
Fonte: reprodução do original.



Figura 30
O Palestra Admiravel, Conversação Proveitosa..., n.º 1, Officina de Francisco Borges de Souza, Lisboa, 1759.
Fonte: reprodução do original.

O último “periódico” publicado por D. José Ângelo de Moraes foi *Eccos que o Clarim da Fama dá ou o Postilhaõ de Apollo* [1761-1762], uma compilação poética de autores renascentistas e barrocos portugueses, em folhetos «in-oito», a qual reuniu os folhetins difundidos em dois volumes (DJP, vol. I, p. 131-132; Cunha, 1941, p. 245). Sendo que alguns trabalhos eram inéditos e outros textos foram compilados na *Fenix Renascida* [1716 e 1746], refiram-se os textos poéticos de António Barbosa Bacelar, António da Fonseca Soares, Francisco de Vasconcelos Coutinho e vários autores anónimos (Loureiro, 1987). Cada volume corresponde a um *Ecco*, mas o terceiro *Ecco*, relativo ao terceiro volume e cuja impressão foi anunciada, não chegou a publicar-se (HLP, 474; Simões, p. 410-411).

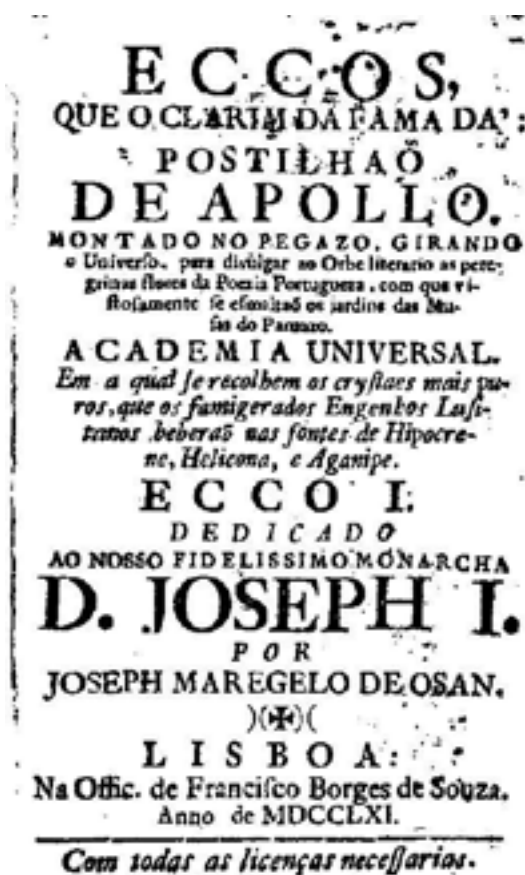


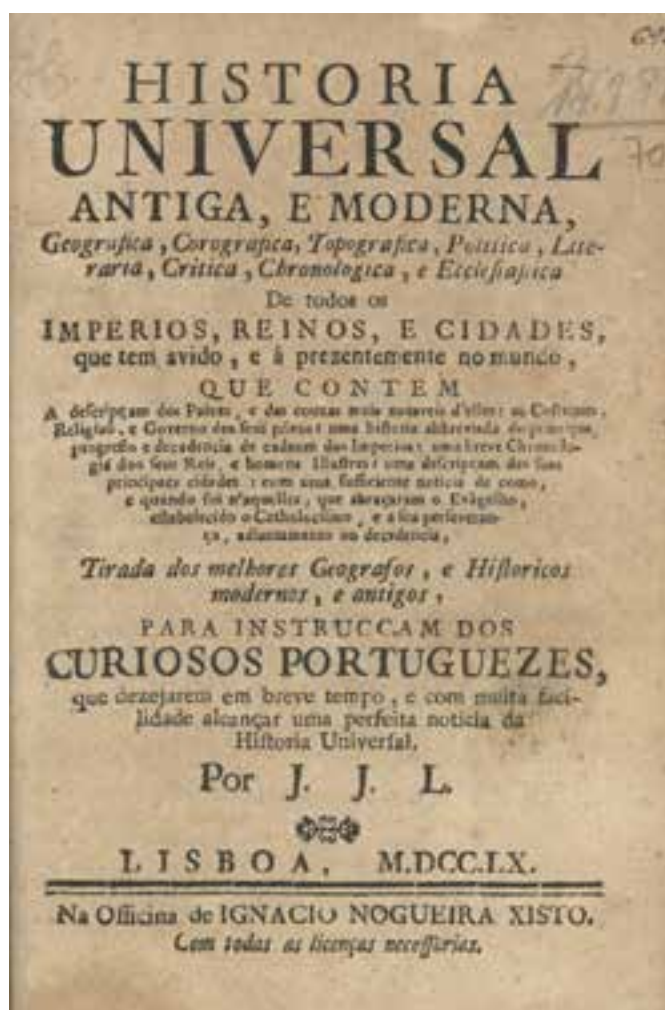
Figura 31

Eccos que o Clarim da Fama dá ou o Postilha de Apollo montado no Pegazo..., Officina de Francisco Borges de Souza, Lisboa, 1761.
Fonte: reprodução do original.

1.9. O periodismo literário e historicista na expansão das *Luzes* em Portugal

Um dos periódicos mais inovadores de todo o século XVIII foi a *Historia Universal Antiga e Moderna* [1760], da autoria do presbítero João Baptista de Castro, ainda que surgam as siglas «J. J. L.» no frontispício (BL, vol. II, p. 596-597; vol. IV, p. 173; DBP, vol. III, p. 300-302; vol. X, p. 171-172; GEPB, vol. VIII, p. 242-243). Embora seja uma obra periódica completamente olvidada, a *Historia Universal Antiga e Moderna*, foi o primeiro periódico a referir o Antigo Egipto (DJP, vol. I, p. 107-107v.^o; Cunha, 1941, p. 245; GEPB, vol. XIII, p. 297; Tengarrinha, 1989, p. 45-46, 53-54; Alves, 2005, p. 209). Publicado semanalmente, só nos chegaram 5 folhetins de 8 fólhos «in-quarto», mas terá continuado a sua edição, mas, por motivos desconhecidos, não pôde concretizar os seus desígnios.

Figura 32
Historia Universal Antiga e Moderna...,
 Officina de Inácio Nogueira Xisto,
 Lisboa, 1760.
 Fonte: reprodução do original.



Entre 1761 e 1762 foi editado o primeiro periódico literário português, a *Gazeta Literaria*, redigida pelo P.^e Francisco Bernardo de Lima, primeiramente publicada no Porto e, pouco tempo depois, em Lisboa. Registo de qualidade excepcional, mesmo ao olhar crítico actual, seja pela sua novidade e/ou valor científico, a *Gazeta Literaria* foi um símbolo das *Luzes* em Portugal (BEVLLP, vol. II, p. 804-805; HLP, p. 613, 624, 637. Considerado o primeiro e mais antigo dos periódicos literários, embora outros periódicos mais antigos como *O Anonymo* [1752-1754] e *O Occulto Instruido* [1756-1758] foram, de algum modo, verdadeiros periódicos literários.

Sendo uma obra individual, em virtude de um intercâmbio epistolar com eruditos e várias sociedades académicas europeias (Mattos, 1788, p. 145-147; Costa, 2001, p. 243; DBP, vol. II, p. 352-353; Bruno, 1907, p. 140), a *Gazeta Literaria* beneficiou do desenvolvimento das *gazetas*, dos *jornais* e de obras científicas a que Portugal não se eximiu, apesar dos atrasos generalizados (Rossi, p. 11-12). No programa da *Gazeta Literaria* sobressaem as notícias traduzidas de obras sobre Ciência, Literatura e História Natural, entre outras áreas do Saber (Fernandes, 1993, p. 205-231).

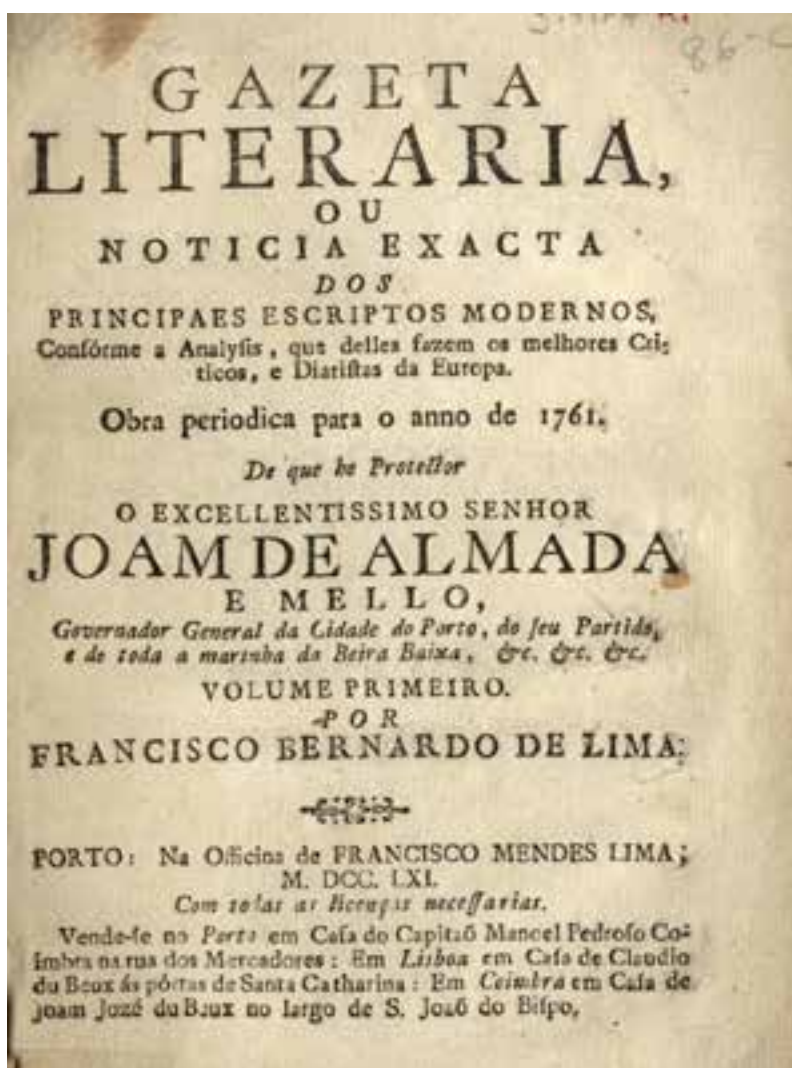


Figura 33
Gazeta Literaria ou Noticia Exacta dos Principaes Escriptos..., Officina de Francisco Mendes Lima, Porto, 1761.
 Fonte: reprodução do original.

A *Gazeta Extraordinaria de Londres* [1762], de autoria anónima, mais não é do que a tradução de um relatório militar inglês expedido desde Havana [Cuba] para o palácio de Whitehall [Londres], a 21 de Agosto de 1762. Publicada por E. Owen e T. Harrison em Londres, foi traduzida para o português e publicada por Miguel Rodrigues a 30 de Setembro de 1762, o que prova a fluidez comunicacional da época (DJP, vol. I, p. 99; Cunha, 1941, p. 246; Tengarrinha, 1989, p. 46; CPS, p. 50; Alves, 2005, p. 209).

Mesmo tratando-se da cópia de um documento militar, considera-se a *Gazeta Extraordinaria de Londres* um periódico de um único número, de 64 fólios «in-quarto», com elevada qualidade narrativa. Notícia a capitulação da praça espanhola de Havana perante as tropas inglesas, a 13 de Agosto de 1762, no decorrer da Guerra dos Sete Anos, sendo uma fonte histórica elementar para esse conflito (Mourinho, 1970).

O folheto *Sonho Lembrado* [1762], de carácter lúdico, da autoria de João Homem de Silveira, apresentava-se como uma miscelânea de assuntos religiosos e profanos (DBP, vol.

X, p. 274; *GEPB*, vol. XXVIII, p. 914). Publicado em Lisboa em 1762, apenas se conhecem 2 exemplares de 16 fólhos «in-quarto». Segundo parece, teria uma periodicidade semanal, embora esses exemplares tenham-se extraviado, inclusivamente uma primeira edição impressa pouco antes do terramoto de 1 de Novembro de 1755, actualmente desaparecida. Com uma qualidade de impressão e um discurso narrativo douto, o *Sonho Lembrado* possuía estampas ilustrativas no corpo do texto. Incluía várias décimas poéticas inspiradas em animais fabulosos, como a Fénix, p.e. Este periódico foi um dos primeiros periódicos especializados em História (*DJP*, vol. I, p. 143-144; Cunha, 1941, p. 246; Tengarrinha, 1989, p. 53-54; *CPS*, p. 50; Alves, 2005, p. 209).

Se houve um periódico que refez então o nosso universo jornalístico, tanto pela sua originalidade como pela fama, seria, muito certamente, o *Hebdomadario Lisbonense* (*DJP*, vol. I, p. 106-106v.º; *GEPB*, vol. XII, p. 1009; Cunha, 1941, p. 246; Lapa, 1967, p. 32-33; Tengarrinha, 1989, p. 46; Alves, 2005, p. 209). Publicado entre Dezembro de 1763 e Julho de 1767, destinava-se especialmente ao público lisboeta, crescentemente receptivo aos *hebdomadários*.

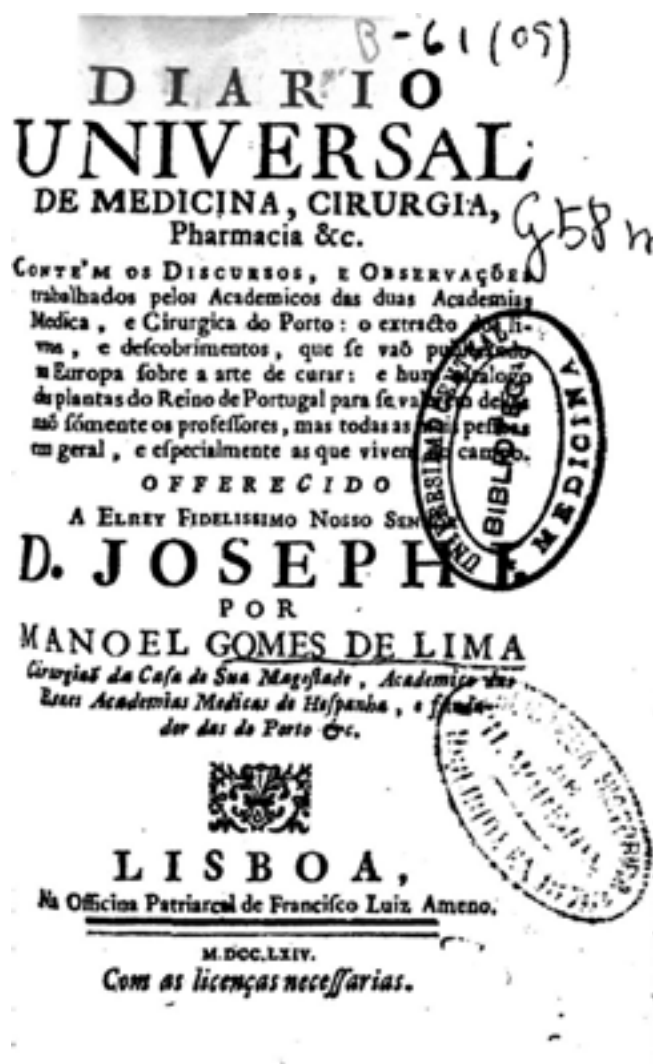
Com uma periodicidade semanal regularíssima perante a quantidade de informação veiculada, foram editados alguns «suplementos», com 4 a 6 fólhos «in-quarto». Não se conhecem o autor ou os promotores do *Hebdomadario Lisbonense*, mas, com certeza, estariam ligados a actividades mercantis, pois foi, na sua essência, uma publicação comercial. Em várias ocasiões dedicou panegíricos a Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, louvando a sua administração e a licença outorgada ao *Hebdomadario Lisbonense*.

Aqui publicou-se um pouco de tudo: anúncios de “perdidos e achados”, alertas para escravos fugidos aos donos com a oferta de alvíssaras, leilões de toda a espécie, produtos de ervanários e boticários, transacções imobiliárias na capital e arrabaldes, assentamentos do movimento portuário lisboeta (Guinote, 1999, p. 7), sem esquecer a publicidade aos cirurgiões-dentistas e às últimas peças teatrais (Almeida, 2001).

Por fim, um dos primeiros periódicos científicos a beneficiar de uma projecção internacional foi o *Diario Universal de Medicina* [1764], da responsabilidade de Manuel Gomes de Lima Bezerra, o autor do nosso primeiro periódico científico, o *Zodiaco Lusitanico-Delphico* e, simultaneamente, o primeiro jornal a ser impresso no Porto (*GEPB*, vol. XII, p. 534). O *Diario Universal de Medicina* foi publicado entre Janeiro e Abril de 1764, contendo cerca de 500 fólhos «in-oito», sendo redigido em castelhano, possivelmente atendendo à sua promoção/distribuição a nível ibérico, revelador dos avanços científicos nacionais (*DJP*, vol. I, f.º 87; Cunha, 1941, p. 102, 246; Tengarrinha, 1989, p. 46, 48, *CPS*, p. 44; Alves, 2005, p. 209).

Defendeu o exercício cirúrgico na *praxis* médica, diagnosticando as posologias para vários casos médicos, de acordo com as auscultações registadas nos hospitais portugueses e europeus (Lemos, vol. II, p. 169). O *Diario Universal de Medicina* tratava dos temas da sexualidade feminina, ocasionando, com toda a certeza, um forte escândalo, sendo um marco fundamental da nossa Medicina.

Figura 34
Diario Universal de Medicina,
Cirurgia, Pharmacia &c..., Officina
Patriarchal de Francisco Luiz Ameno,
 Lisboa, 1764.
 Fonte: reprodução do original.



1.10. Oscilações e desgastes na imprensa periódica

Existirão sempre inúmeras omissões no universo periódico português, sendo que a discussão sobre a existência de um periódico como o *Folheto Universal* [1764] é prova dessa constatação (Piwnik, p. 545). Mencionado por alguns especialistas na matéria, não o encontramos em nenhum repositório. Por esta razão, desconhecemos o que noticiaria.

O folheto *Medicina do Amor*, de autor anónimo, é composto por 6 «diálogos» teatrais de 8 fólios «in-quarto» (DBP, vol. XVII, p. 20; CPS, p. 57). Versando temas passionais, estes folhetos eram vendidos avulso a um público 'absorvido' pelas emoções das novelas. Apesar de direccionado para o teatro, este periódico teve uma forte procura, embora o seu estilo fosse pouco requintado. Pouco mais se sabe acerca deste esquecido *folheto*, outrora vendido por vendedores ambulantes em Lisboa.



Figura 35
Medicina do Amor..., Oficina de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1764.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 36
Palestras Criticas e Semi-Jocozas, em que se reprehendem os Costumes, e Modas Affectadas..., Oficina de Caetano Ferreira da Costa, Lisboa, 1771.
 Fonte: reprodução do original.

As *Palestras Crítica e Semi-Jocozas*, folheto do qual apenas restou um número de 8 fôlios «in-quarto», de autoria desconhecida, mas possivelmente elaborado por Caetano Ferreira da Costa, a julgar por obras idênticas que publicou (*DJP*, vol. I, p. 128; Cunha, 1941, p. 251; Tengarrinha, 1989, p. 54; Alves, 2005, p. 155). Por ventura, teria uma edição semanal, em que cada número correspondia a uma «palestra» proferida numa «tarde». Periódico satírico, criticava os exageros das modas *afrancesadas* utilizadas na Corte portuguesa. Crítica sofisticada aos hábitos cortesãos, o autor socorreu-se de exemplos históricos para elogiar a austeridade dos costumes, nomeadamente na República Romana.

Pela dificuldade de inclusão no universo periódico, apesar do título «Mercurio», apontamos o *Mercurio Correctivo e Parenético* [1776] dificilmente classificado como “periódico” pelos principais estudos especializados (Tengarrinha, 1989, p. 42). Mas decidimos referenciá-lo, embora sem atestar a sua existência em nenhum arquivo.

O “periódico” intitulado *Novidades da Corte* consta de um número único, de 12 fôlios «in-quarto», e inclui um soneto panegírico de José Daniel Rodrigues da Costa, figura notória no jornalismo nacional no primeiro quartel do século XIX (*GEPB*, vol. VIII, pp. 242-243;

Tengarrinha, 1989, p. 45-46, 53-54). Detendo as armas reais no seu frontispício, o *Novidades da Corte* contém uma estória entre dois camponeses que se rejubilam com a aclamação da rainha D.^a Maria I [1777]. Neste sentido, a inclusão das *Novidades da Corte* no universo periódico português coloca-se ainda com reservas.



Figura 37
Novidades da Corte vistas por Jozino, e relatadas aos Pastores da sua Aldêa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777.
 Fonte: reprodução do original.

Encerra-se um capítulo na História da imprensa periódica portuguesa com o “periódico” *Com Privilegio Real*, ou *Privilegio*, também conhecido pelo título bibliográfico *Anuncios Mercantis de Lisboa*. Editado entre o início de 1778 e 13 de Novembro de 1807, pouco antes da primeira invasão francesa, foi publicado por Félix António Castrioto, entre outros redactores (DBP, vol. II, p. 259; GEPB, vol. VI, p. 252). Compunha-se de várias *folhas* que noticiavam o tráfego portuário de Lisboa, o preço dos produtos agrícolas, os volumes das mercadorias para a importação/exportação e anúncios de toda a ordem, etc. À altura da sua publicação, Félix António Castrioto era o responsável pela *Gazeta de Lisboa* e depois do *Jornal Enciclopédico* — por essa razão, não seria o *Com Privilegio Real* um “suplemento” à *Gazeta de Lisboa*? Seria uma eventualidade, mas carece de fundamento. No entanto, não existe nenhum exemplar que chegasse até nós (DJP, vol. I, p. 83-83 v.º; Cunha, 1941, p. 246).

1.11. Do *Jornal Enciclopédico* à quase extinção do periodismo nos finais do século XVIII

Anunciando o triunfo da Ciência e as inovações das *Luzes* em Portugal, patentes em todos os patamares sociais e políticos, as obras científicas proliferaram entre a segunda metade do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX. Neste período, predominaram vários tipos de periódicos, além da ‘submissa’ publicação oficial, a *Gazeta de Lisboa*. A sua maioria dedicava-se a assuntos de natureza mercantil, de teor científico ou de uso agrícola, assim como às áreas literárias, musicais e de entretenimentos, entre outros usos. Surge, então, o *Jornal Enciclopédico*, imbuído do espírito da época — como o seu próprio título indica, foi um dos arautos do Enciclopedismo —, embora com uma expressão modesta no meio científico nacional (Paulo, 1944, p. 46; Lemos, 1991, vol. II, p. 294-295; Araújo, 2003, p. 78-85).



Figura 38

Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha Nossa Senhora e destinado para instrução geral com notícia dos novos descobrimentos em todas as Sciencias e Artes, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo [et al.], Lisboa, 1779.
Fonte: reprodução do original.

Logo após cessar o *Jornal Enciclopédico*, outros periódicos ostentariam uma designação homónima até à Revolução Liberal de 1820, dos quais falaremos adiante. Embora sem o título de “enciclopédicos”, outros periódicos tiveram, na verdade, as mesmas características, propondo-se difundir conhecimentos científicos, literários, filosóficos e artísticos para um auditório cada vez mais alargado, superando os públicos elitistas tradicionais. O *Jornal Enciclopédico* iniciou a sua publicação em Julho de 1779, sob a direcção de Félix António Castrioto, e com o selo do *Privilégio Real*. O primeiro número, ou “caderneta”, denominava-se *Prospecto d’um Jornal Enciclopédico* [1779] e foi publicado em nome de uma «Sociedade de Homens de Letras», sendo o ‘embrião’ do mesmo *Jornal Enciclopédico*, mas que não vingou.

Em virtude de vários obstáculos, o primeiro número do *Jornal Enciclopédico* só ressurgiria em Junho de 1788, por iniciativa de alguns editores, sendo publicado mensalmente até Maio de 1793. Impresso em diferentes *Officinas*, contou com a participação de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Joaquim José da Costa e Sá e Fr. José Agostinho de Macedo, entre outros. Em 1806, o livreiro António Manuel Policarpo da Silva planeou retomar a publicação, mas o *Jornal Enciclopédico* apenas difundiria mais um único número (Dias, 2014). Espaço de vanguarda do movimento enciclopedista, não resistiria, mesmo com apoios institucionais, às campanhas movidas por vários caluniadores.

Tentou implementar uma discussão acerca dos novos ideais, nomeadamente de ideias suprimidas pela Igreja. Devido às iniciativas do *Jornal Enciclopédico*, todos os periódicos posteriores tentaram divulgar as propensões sociais e científicas politicamente progressivas, baseando o motor do progresso e a capacidade de racionalizar a Natureza, sob a inspiração iluminista. Acrescentamos que o anonimato foi uma prática corrente na maioria das curiosidades mencionadas no *Jornal Enciclopédico*.

Caminhando para os finais do século XVIII, a curiosidade polígrafa do periodismo português lançava, com enorme sucesso, a colectânea *Miscellanea Curioza, e Proveitoza* [1779-1785], um dos poucos periódicos activos nestes anos (CPS, 60). Os folhetins desta colecção foram organizados num volume anual com cerca de 320 páginas «in-oito», estando a sua edição a cargo do impressor J. Francisco Rolland, embora o título anuncie que era traduzido por um tal «C. J.» (Canaveira, 2002, p. 117). O conteúdo da *Miscellanea Curioza, e Proveitoza* não seria da lavra de autores nacionais, visto que seus artigos eram traduzidos.

Na *Miscellanea Curioza, e Proveitoza* assistiu-se a uma liberdade editorial inovadora, isentando-se o editor e o tradutor de quaisquer questões legais. Desde as artes e ofícios, os progressos da agricultura e da economia doméstica, assim como as composições poéticas, encontra-se um pouco de tudo (Topa, 2001).

MISCELLANEA
CURIOZA , E PROVEITOZA .

OU
COMPILAÇÃO,
Tirada das melhores Obras das Nações
Estrangeiras ;
Traduzida , e ordenada por *** C. J.

Turpe est ignorare quod omnibus fieri convenit.
Arist.

TOMO I.



LISBOA,
NA TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA.

Com licença da Real Mesa Gráfica. 1779.



Figura 39

Miscellanea Curioza, e Proveitoza, ou Compilação, tirada das melhores Obras das Nações Estrangeiras, vol. I, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1779.
Fonte: reprodução do original.

Figura 40

D. Maria I, Rainha de Portugal, gravura água-forte e buril, p&b, Casa de Francisco Manuel Pires, Lisboa, 1777.
Fonte: reprodução do original.

Apesar de ser um «almanaque», a maioria dos investigadores concorda em introduzir o *Almanach de Lisboa* [1782-1823] no rol dos periódicos nacionais. Embora tenhamos optado por não analisar publicações conotadas como «almanaques», abrimos uma excepção para o *Almanach de Lisboa*, igualmente conhecido por *Almanach da Academia* (Lapa, 1967, p. 33-34). A colecção corresponde a 29 volumes anuais, impressos no pequeníssimo formato de «in-doze», exceptuando os três últimos volumes «in-oito». Todos os volumes contêm entre 350-550 páginas, tendo sido editados entre 1782-1783 e 1823, sob a responsabilidade de João Baptista Reyceud.

Após a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa [1779], D. Maria I concedeu o privilégio de publicar obras de interesse público, entre as quais um *Mappa Civil e Litterario* com dados acerca do nascimento, funções e competências das pessoas que constituíam o Estado, em conformidade com o que se observava noutras Cortes europeias (DBP, vol. I, p. 44-45).

Estando o *Almanach de Lisboa* relacionado com as actividades da Academia, tratou de noticiar os principais prémios científicos, as listagens dos académicos, sendo uma excelente

fonte de informações para o conhecimento da organização e os seus programas científicos. Num quotidiano que “acelerava”, introduziu o espaço gráfico necessário para o leitor fazer a sua *agenda*, uma outra mudança de costumes.

O folheto *Assembléa Curiosa, e Observador Academico*, de autor anónimo, foi uma publicação periódica dedicada à crítica dos costumes portugueses, atacando os malefícios das «modas» afrancesadas. Apenas se conhece um número, composto por 13 páginas «in-quarto» e datado de 1788, embora existissem mais números.

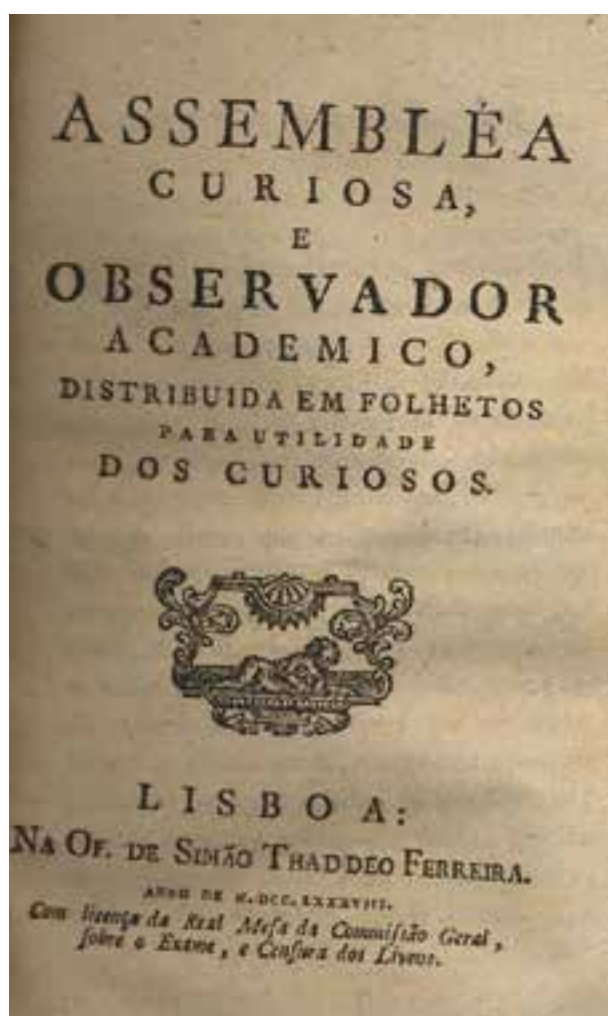


Figura 41
Assembléa Curiosa, e Observador Academico..., Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1788.
Fonte: reprodução do original.

Talvez um dos “periódicos” mais conhecidos por estes anos fosse o *Theatro Estrangeiro*, onde o impressor J. Francisco Rolland promoveu traduções de peças francesas, mas apenas registou sete números editados irregularmente entre 1787 e 1805 (*DJP*, vol. I, p. 151; *DBP*, vol. VII, p. 298; vol. XIX, p. 246-247; Cunha, 1941, p. 247; Tengarrinha, 1989, p. 52).

Como se observa em toda a nossa reflexão, por vezes é difícil incluímos alguns periódicos num universo delimitado. Um exemplo dessa complexidade foi, sem dúvida, o “periódico” *Ephemerides Nauticas*, publicado entre 1788 e 1862, com uma ligeira descontinuação entre 1809 e 1820. Como se verifica pelo seu infindável conteúdo, as *Ephemerides Nauticas* eram tábuas astronómicas que indicavam a posição relativa dos astros em cada dia, de acordo com a posição geográfica do meridiano de Lisboa (Balbi, vol. I, p. CLXXVIX; *DBP*, vol. II, p. 229; vol. VI, p. 169-170; *DJP*, vol. I, p. 97-97v.^o; *GEPB*, vol. IX, p. 434; Cunha, 1941, p. 247; Tengarrinha, 1989, p. 52).



Figura 42

Ephemerides Nauticas, ou Diario Astronomico para o anno de 1793..., Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1793.
Fonte: reprodução do original.

Com a chancela da Academia Real das Ciências, esta publicação científica, em formato «in-quarto», destinava-se ao público erudito e à pilotagem marítima, sendo que cada número indicava a previsão astrológica para o ano seguinte. As *Ephemerides Nauticas* foram editadas sob a responsabilidade de Custódio José Gomes Villas-Boas, seguindo-se José Maria Dantas Pereira e Theodoro Damoiseau de Monfort, entre outros redactores. Circunscrito à classe dos «almanaques», contudo, a maioria dos especialistas inclui esta publicação entre a imprensa periódica.

Um dos “periódicos” portugueses mais indefiníveis nos finais do século XVIII foi a *Academia Orthografica Portuguesa*, a publicação oficial da Academia homónima (*DJP*, vol. I, p. 63; Cunha, 1941, p. 247; Tengarrinha, 1989, p. 52). Apenas se conhece um exemplar deste folheto, em formato «in-quarto» e de 1789, da responsabilidade de João Pinheiro Freire da Cunha, o criador dessa Academia [1772] (*DBP*, vol. IV, p. 21; vol. X, p. 331-332; vol. XI, p. 302). Inclui reflexões sobre às novas tendências gramaticais portuguesas, na forma de um *diálogo* entre personagens fictícios. Trata-se de um folheto que muito interessa aos estudos linguísticos (Kemmler, 2007).

Podem encontrar-se inúmeras provas do nosso crescimento comercial nos finais do século XVIII e inícios do século XIX em periódicos como o *Correio Mercantil, e Economico de Portugal* [1790-1811], da responsabilidade de António Manuel Policarpo da Silva, entre outros editores (*DJP*, vol. I, p. 84; Cunha, 1941, p. 247; Tengarrinha, 1989, p. 53; *CPS*, p. 39). Publicado semanalmente em folhetos «in-quarto», apenas se conhecem alguns números compilados em volumes. Sendo um noticiário de compleição comercial, continha anúncios publicitários para o meio comercial lisboeta.



Figura 43
Correio Mercantil, e Economico de Portugal, n.º 1, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1790.
Fonte: reprodução do original.

No *Correio Mercantil, e Economico de Portugal* encontram-se notícias comerciais enviadas para Lisboa e oriundas das principais praças comerciais europeias, americanas, africanas e asiáticas, numa escala claramente global. Deu também conta dos progressos agrícolas, anúncios de eventos culturais, como teatros, concertos e os dias das lotarias, por exemplo. Embora norteado para os contextos comerciais, este periódico é uma fonte de informação indispensável sobre o trânsito atlântico e mediterrânico nas Guerras Napoleónicas, assim como os Estados Unidos da América e Portugal.

1.12. A especialização cultural e científica do periodismo

Abrindo um precedente na imprensa periódica especializada, o *Jornal de Modinhas* [1792-1797] seria o primeiro periódico a dedicar-se à divulgação musical em Portugal. Durante a última metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, as *modinhas* estiveram em voga nos teatros, salões, tabernas e palácios, inclusive nas igrejas e conventos. Além da componente musical, as *modinhas* podiam ser adaptadas ao teatro, o que sucedia frequentemente.

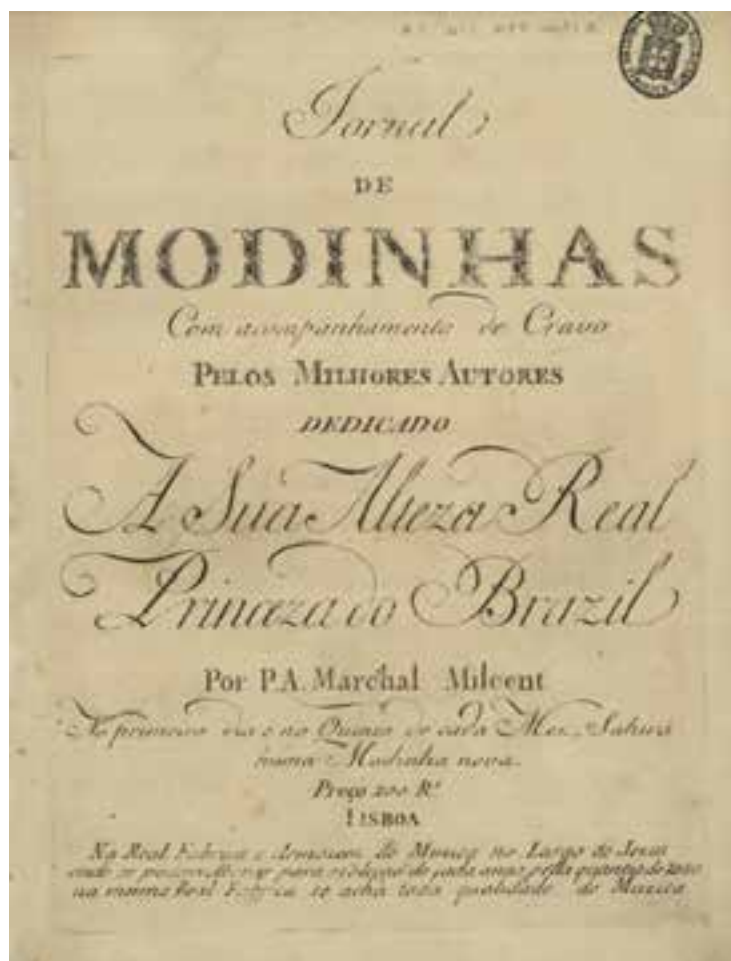


Figura 44
Jornal de Modinhas com acompanhamento de cravo pelos melhores autores..., n.º 1, Real Fábrica e Armazém de Música, Lisboa, 1792.
Fonte: reprodução do original.

Periódicos como o *Jornal de Modinhas* e a *Viola de Lereno*, assim como outros trabalhos impressos e manuscritos, permitem conhecer os “milhores” compositores de então. Embora fosse propriedade de Francisco Domingos Milcent e Pedro Anselmo Marchal Milcent, seu irmão, o *Jornal de Modinhas* contou com a direcção artística de João de Sousa Carvalho e a colaboração de vários artistas nacionais, destacando-se o famoso Marcos de Portugal. Com uma publicação quinzenal, era possível comprar a colecção na *Officina do Jornal de Modinhas* ou colecionar os fascículos, em formato «in-quarto», embora com paginação incerta. Como se verifica da leitura do *Jornal de Modinhas*, é exclusivamente composto por pautas e letras musicais vocacionadas para o canto e acompanhamento ao cravo (DBP, vol. XVII, p. 286; DJP, vol. I, p. 115; Cunha, 1941, p. 248; Tengarrinha, 1989, p. 52; Alves, 2005, p. 155).

Celebrizou-se o *Almanak das Musas* [1793-1794] nos enredos da História da Literatura portuguesa, inspirando-se no *Almanach des Muses* [<1765] e em *Musen-Almanach* [<1770], por exemplo (DBP, vol. I, p. 42-43; PDH, vol. I, p. 229; GEPB, vol. II, p. 23-24; CPS, p. 21). Esta colecção é formada, na quase totalidade, por poesias dos sócios da *Academia das Belas Letras de Lisboa*, também conhecida por *Nova Arcádia* (HLP, p. 624-625). A edição do *Almanak das Musas* foi dirigida por Domingos Caldas Barbosa, contudo, a sua inserção no domínio da imprensa periódica portuguesa é discutível, embora o seu título, a periodicidade e o encadeamento editorial o justifiquem. Conheceu um êxito enorme, ainda que fosse dirigido a um público académico, a que não foram alheias as gravuras de qualidade superior (Sawaya, 2016).

Um dos periódicos científicos menos conhecidos deste período foi, certamente, o folheto *Bibliotheca das Sciencias, e Artes*, editado no Porto em 1793 (DBP, vol. VIII, p. 402; CPS, p. 26). Apenas se conhece um número, embora tenham existido mais dois números «in-quarto», pelo menos. Não se conhece o seu autor ou o tradutor das notícias internacionais ou se seria apoiado por alguma instituição. Recordamos que nem todos os estudos coincidem que seja um «periódico», por várias razões.

Todo este folheto foi dedicado à divulgação de uma obra revolucionária na Medicina, por Johann Peter Frank, médico austríaco, o qual defendia que a «miséria era a mãe de todas as enfermidades». Considerado o fundador da Higiene enquanto disciplina científica com a edição de *System einer vollständigen medicinischen Polizey* [1779-1819], não obstante, no folheto *Bibliotheca das Sciencias, e Artes* foi comentada outra obra da sua lavra, traduzida e intitulada por *Tractado dos meynos, que são, ou podem ser applicados, tanto para nós, como para os diferentes povos, para obter huma povoação numeroza, e robusta*. Não possui data de edição, sendo traduzida do alemão para o flamengo, depois retrovertida para o português pelo anónimo redactor, o qual lhe acrescentaria algumas observações.

Um símbolo da maioria jornalística portuguesa seria, decerto, o periódico *Mercurio Historico, Politico e Litterario de Lisboa*, publicado mensalmente entre Janeiro e Junho de 1797. Da responsabilidade editorial de J. Francisco Reycend, concedeu visibilidade à política internacional europeia, a uma escala crescentemente multiperiférica. Editado em Lisboa, cada

número «in-oito» continha relatos minuciosos sobre as guerras na Europa e a supremacia bélica francesa após a Revolução de 1789. Também se publicaram notícias sobre o Exército português, posteriores à campanha do Rossilhão [1793/5], a correspondência diplomático-militar remetida de vários pontos do mundo, com proeminência para a Europa e os Estados Unidos da América (*DJP*, vol. I, p. 119-120; Cunha, 1941, p. 248; Tengarrinha, 1989, p. 42; *CPS*, p. 59).



Figura 45

Mercurio Historico, Politico e Litterario de Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1795.

Fonte: reprodução do original.

O *Mercurio Historico, Politico e Litterario de Lisboa* editou extractos de notícias retiradas de outros periódicos internacionais, entre os quais a *Gazette de Leyde* [1677-1811]. Divulgou «notícias literárias» de cada país e, graças às ligações do impressor J. Francisco Reycend com a Academia Real das Ciências, muitas foram as notícias propagadas acerca desta agremiação no *Mercurio Historico, Politico e Litterario de Lisboa*. Orientado para a divulgação bibliográfica, publicitou numerosos títulos literários entre 1794 e 1797.

Um dos periódicos mais completos na vertente instrutiva desta época foi o folheto *Tardes Divertidas* [1794-1804], de Fr. Francisco do Nascimento Silveira (*DJP*, vol. I, p. 145-145v.º;

Cunha, 1941, p. 248; Tengarrinha, 1989, p. 53-54; CPS, p. 78). Trata-se de um periódico organizado por “diálogos” entre vários personagens sobre temáticas históricas estruturadas em «tardes» e «semanas». É, portanto, uma miscelânea de assuntos compilados em três volumes, de formato «in-quarto», versando desde a Biologia à História, embora seja conhecido como um compêndio de notícias topográficas e de História Natural, mas foi, seguramente, muito mais do que isso.



Figura 46

Tardes Divertidas..., Nova Officina de João Rodrigues Neves, Lisboa, 1804 [1794].
Fonte: reprodução do original.

No âmbito da propagação científica veiculada pela imprensa periódica nos finais do século XVIII, é importantíssimo recordar o periódico *Anno Medico*, organizado pelo médico José Bento Lopes (DBP, vol. IV, p. 271-272; vol. XII, p. 257; GEPB, vol. XV, p. 435). Publicado em folhetos «in-oito» em 1796, o seu título refere-se explicitamente às observações registadas em 1792, facto que impeliu alguns estudos bibliográficos em erro. Deste modo, o *Anno Medico* registou meticulosamente as condições meteorológicas observadas no Porto, contendo tabelas descritivas para todos os dias de 1792 (DJP, vol. I, p. 69-69v.^o; Cunha, 1941, p. 248; Tengarrinha, 1989, p. 52; CPS, p. 23). Paralelamente, José Bento Lopes dissertaria sobre as doenças mais comuns assinaladas na urbe portuense e seus arredores. De acordo com essas observações meteorológicas alcançadas procurou fundamentar as correlações possíveis com a sazonalidade de certas enfermidades. Com o *Anno Medico*, o Porto posicionou-se como uma cidade beneficiária da investigação médica nacional, tendência que remontava ao *Zodiaco Lusitanico-Delphico* [1749].

Entre as publicações periódicas que noticiavam os avanços científicos europeus e norte-americanos, encontra-se o *Palladio Portuguez, ou Clarim de Pallas*, publicado mensalmente por Fr. José Mariano da Conceição Veloso, famoso botânico de origem brasileira (DBP, vol. VI, p. 334-335; vol. XVII, p. 333; DJP, vol. I, p. 129-29v.^o; GEPB, vol. XX, p. 37; Cunha, 1941, p. 248; CPS, p. 66). Este periódico anunciava já o término do Enciclopedismo, embora só tivesse editado dois números com cerca de 150 páginas «in-quarto». Refira-se o entusiasmo das novas invenções descritas no *Palladio Portuguez, ou Clarim de Pallas*, como o telégrafo, ainda rudimentar, com a inclusão de ilustrações coloridas, a primeira vez que tal sucedeu no jornalismo português.

A tradução de artigos extraídos do *European Magazine* [1782-1826] ou do *The London Gazette*, por exemplo, acusam a troca de correspondência com os principais círculos europeus de informação. Aliás, cada vez mais se sentia a necessidade de noticiar as inovações científicas através do periodismo, não obstante a sua carestia. Também se podem consultar reflexões de carácter médico-farmacêutico originários de médicos portugueses no Brasil e noutros pontos das nossas colónias. Este jornal foi dedicado à Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação [1788-1834], talvez os mecenas desta publicação.

1.13. O advento dos jornais musicais e lúdicos

A generalidade da imprensa periódica entre os séculos XVIII-XIX dedicou-se essencialmente ao campo humorista, cáustico e de recreação — por conseguinte, o nome de José Daniel Rodrigues da Costa foi a figura principal deste género jornalístico em Portugal (DBP, vol. IV, p. 304-305; vol. XII, p. 295; Cardoso, 1977). Se a crítica social não podia ser propagandeada abertamente, usavam-se os mais diversos estratagemas para exteriorizar uma mensagem

contra a opressão política, cultural e religiosa, empreitada que este periodista soube executar com requinte.

Houvera publicado as *Novidades da Corte vistas por Jozino, e relatadas aos Pastores da sua Aldêa* [1777], mas pouco impacto granjeou junto do público, mas a situação acabaria por se reverter com o famoso *Almocreve de Petas* [1797-1799] (Balbi, vol. I, p. CLXXVII; *DJP*, vol. I, p. 64-65; Cunha, 1941, p. 248-249; *CPS*, p. 21; Alves, 2005, p. 210). Seria a única publicação humorística tolerada pelas autoridades civis e que, juntamente com a *Gazeta de Lisboa*, os únicos periódicos autorizados a circular em no Brasil. Do *Almocreve de Petas* publicaram-se cerca de 88 números em 1797 [vol. I] e 51 folhetos em 1798 [vol. II], cujos números possuíam 8 páginas «in-quarto». Entre 1817 e 1818 publicaram-se mais 39 números, depois incorporados noutro volume.

Paralelamente ao *Almocreve das Petas*, José Daniel Rodrigues da Costa editou o *Retorno do Almocreve de Petas* [1797-1798], ainda que a sua autoria foi atribuída também a António Manuel Policarpo da Silva, mas é uma presunção afastada. Em tudo igual à primeira publicação quasi homónima, contou com 22 folhetos em formato «in-quarto» e acompanhou os mesmos propósitos (*DJP*, vol. I, p. 136-137; Cunha, 1941, p. 249; Tengarrinha, 1989, p. 54; *CPS*, p. 74).

Além do predomínio das publicações humorísticas, a edição de peças teatrais sobre temas mundanos e burlescos, norteados para a comédia e a crítica social, ganharam um novo fôlego. Um dos exemplos desta vertente foi o “periódico” *Theatro Comico de Pequenas Peças* [1798] compreendendo 15 farsas em formato «in-oito», as quais eram representadas nos teatros de Lisboa (Tengarrinha, 1989, p. 52; *CPS*, p. 78). Esta publicação teve um forte sucesso editorial e marcou o panorama teatral português.

Confirmando a aceção de que neste período apenas se publicaram periódicos humorísticos e satíricos, o *Café Jocosso* [1797-1798] terá sido um claro exemplo (*DJP*, vol. I, p. 78-78v.^o; *DBP*, vol. IX, p. 6; Cunha, 1941, p. 249). Infelizmente, não se conhece nenhum número nem tão-pouco o seu autor, editor ou local de edição. Segundo os estudos disponíveis, compreendia 12 números em formato «in-oito».

Instalando-se o marasmo no periodismo nacional, um dos periódicos europeus mais influentes desta época foi o *Mercurio Britannico* [1798-1800] (*DJP*, vol. I, p. 117-118; Cunha, 1941, p. 250). Editado por Jacques Mallet du Pan, jornalista suíço exilado em Inglaterra, o *Mercurio Britannico* foi uma tradução do *Mercure Britannique* [1798-1800]. A sua redação/tradução era executada em Londres, apesar de desconhecermos o tradutor para o português. O *Mercurio Britannico* publicou 30 números quinzenais com cerca de 60 páginas «in-quarto», posteriormente encadernado em quatro volumes. Manifesto político contra a intromissão francesa na Suíça, motivando a criação da República Helvética [1798], o autor redigiu elogios às liberdades helvéticas.

Retornando aos periódicos musicais, o “periódico” *Viola de Lereno* [1798], de Domingos Caldas Barbosa, atingiria um enorme sucesso l, ainda que criticado por autores

contemporâneos devido à sua [alegada] mediocridade (*DJP*, vol. I, p. 152; Cunha, 1941, p. 249; Tengarrinha, 1989, p. 52; *CPS*, p. 81). Sucessor do *Jornal de Modinhas* [1792-1797], o *Viola de Lereño* influenciaria a História da Literatura brasileira, dado o seu autor ter nascido no Brasil, ainda que vivesse grande parte da sua vida em Portugal. É, portanto, uma colecção de várias dezenas de peças musicais, editadas em folhetos de formato «in-doze» — a primeira edição fazia-se acompanhar das pautas musicais —, com simplicidade estética. Excelente violonista, Domingos Caldas Barbosa alcançou a fama como intérprete das *modinhas* brasileiras nos cafés e salões portugueses, tal como ainda é recordado (Barbosa, 1944).

Findando o século XVIII, a actividade da imprensa periódica em Portugal era quase inexistente, exceptuando a *Gazeta de Lisboa*, o órgão oficial do Governo, cada vez mais instrumentalizada. Deste modo, os estudos consultados apenas dão conta de um outro periódico activo — o *Arquivo de Peças Importantes e Instrutivas* [1800], editado em Lisboa. Não se conhece nenhum número, mas sabe-se que era uma publicação humorística, ainda que ignoremos o seu autor ou editor.

1.14. O recrudescimento da imprensa periódica entre o início do século XIX e as Invasões Francesas

Logo a iniciar o século XIX terá existido um periódico musical denominado *Divertimento Musical ou Collecção de Modinhas* [1801], a crer nas indicações bibliográficas. Sem conhecermos os seus autores ou compiladores, está desaparecido dos acervos (*DJP*, vol. I, p. 90; Cunha, 1941, p. 251; Tengarrinha, 1989, p. 52).

Também pouco ou nada conhecemos da *Collecção de Pensamentos* [1801], uma colectânea periódica editada em Lisboa, provavelmente uma miscelânea de textos não identificados (Cunha, 1989, p. 282; Tengarrinha, 1989, p. 56). Ao que parece, cada número conteria cerca de 24 folhetos, embora se levante a hipótese de ser publicada entre 1801-1804 e 1803-1804. Com uma responsabilidade editorial indigitada a José Bento de Carvalho Landim, carece de confirmação.

Quase nada sabemos acerca do periódico *Minerva Lusitana* [1801-1803], da lavra de António Patrício Pinto Rodrigues, e do qual foram publicados 3 números mensais com cerca de 15 páginas «in-quarto», destinando-se a anunciar os últimos progressos científicos das academias portuguesas e europeias (*DBP*, vol. VI, p. 252-253; *DJP*, vol. I, p. 121-121v.^o; Cunha, 1989, p. 251; Tengarrinha, 1989, p. 50).

Abrangia ainda artigos sobre economia política, agricultura, comércio, assim como poesias e novelas ornadas com estampas coloridas retratando as “modas” de Inglaterra e França, entre outros assuntos (Rodrigues, 1802). Infelizmente, não conseguimos encontrar nenhum exemplar do *Minerva Lusitana*, mas, curiosamente, o primeiro periódico publicado em Coimbra [1807] tinha o mesmo título, algo que confundiu os estudos bibliófilos.

Um dos grandes sucessos editoriais da primeira década do século XIX foram *As Variedades* [1801-1805], orientado por D. António da Visitação Freire de Carvalho, cónego regente de S. Agostinho e membro da Academia Real das Ciências. (*DBP*, vol. I, p. 295-296; vol. VIII, p. 320-321; vol. XXII, p. 386; *DJP*, vol. I, p. 153-153v.^o; Cunha, 1941, p. 251; Tengarrinha, 1989, p. 50-51). A edição de *As Variedades* iniciou-se em Janeiro de 1801 e terminou em 1804, interrompendo-se pelo falecimento precoce do redactor, mas saíam alguns números por insistências de José Liberato Freire de Carvalho, seu irmão, que redigiu e traduziu numerosos artigos. Este periódico compunha-se de 28 folhetos de três a cinco páginas «in-oito», contendo, além de notícias biográficas de personalidades históricas, uma multiplicidade de anedotas, máximas e novelas traduzidas. Alcançou tanto sucesso que a maioria dos primeiros números foi logo reeditada.

Nos inícios do século XIX, a imprensa periódica demonstrava uma tendência crescente no campo humorístico, embora se entendesse o humor como um simples divertimento oferecido aos leitores. Assim, o primeiro periódico humorístico publicado na entrada do século XIX foi o *Comboy de Mentiras* [1801], um libelo humorístico dedicado a personalidades pitorescas de Lisboa, tendo conhecido outra edição [1820] (*DJP*, vol. I, p. 82-82v.^o; Cunha, 1941, p. 251; Tengarrinha, 1989, p. 54-55; *CPS*, p. 36).

Figura 47
Comboy de Mentiras, vindo do Reino Petista com a Fragata Verdade Encoberta por Capitania, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1801.
Fonte: reprodução do original.





Figura 48
O Espreitor do Mundo Novo: Obra Critica, Moral, e Divertida, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1802.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 49
Barco da Carreira dos Tolos. Obra Critica, Moral, e Divertida, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1803.
 Fonte: reprodução do original.

Seguiu-se uma nova publicação periódica, denominada *O Espreitor do Mundo Novo* [1802], em tudo idêntica a outras edições do mesmo autor. Centrado na sátira das personagens e contextos lisboetas, haveria de alcançar o êxito, assim como na segunda edição [1819]. Compreendeu 12 folhetos com sonetos, glosas e textos burlescos com gravuras (DJP, vol. I, p. 98-99; Cunha, 1941, p. 252; CPS, p. 47).

Mantendo a mesma linha editorial, haveria de lançar o *Barco da Carreira dos Tolos* [1803], um panfleto humorístico, perfeitamente acolhido pelas autoridades.

Abordaria os mesmos assuntos, premiado com uma segunda edição [1820] (DJP, vol. I, p. 76-76v.^o; Cunha, 1941, p. 252; CPS, p. 83). Sem nunca perder o fôlego que o caracterizava, José Daniel Rodrigues da Costa continuaria as mesmas temáticas em *O Hospital do Mundo* [1805], publicação humorística, procedendo-se a uma nova edição [1824] (DJP, vol. I, p. 108; Cunha, 1941, p. 253; CPS, p. 53).



Figura 50
O Hospital do Mundo. Obra Critica, Moral, e Divertida, em que é Medico o Desengano, e Enfermeiro o Tempo, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1805.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 51
Camara Optica, onde as vistas ás avessas mostram o mundo ás direitas, 2.^a edição, Officina de J. F. M. de Campos, Lisboa, 1824.
 Fonte: reprodução do original.

Atendendo ao fim de um ciclo que enfrentou as dificuldades intrínsecas às Invasões Francesas, José Daniel Rodrigues da Costa manteve a publicação do *Camara Optica* [1807-1811].

No entanto, esta publicação era igual a todos os folhetos editados por si — aliás, noutra perspectiva —, poder-se-ia afirmar que estes títulos são nomes diferentes para uma iniciativa comum que o autor sustentou mais de duas décadas. Tal como o *Hospital do Mundo*, o *Camara Optica* seria novamente reeditado [1824] (*DJP*, vol. I, p. 79-80; Cunha, 1941, p. 255-256; *CPS*, p. 27).

Atendendo à cientificidade gradual das práticas agrícolas, foi publicado o primeiro periódico especializado em Agricultura: o *Annuncios Ruraes* [1802]. Não se conhece o seu autor ou promotor, ou melhor dizendo, o tradutor dos textos e excertos das notícias sobre os avanços botânicos. Apenas existe um exemplar de 8 páginas «in-quarto», mas seriam editados mais números? Curiosamente, apelava aos leitores para que apresentassem testemunhos e espécimes vegetais recolhidos nas suas viagens para divulgação neste periódico (*DJP*, vol. I, p. 72; *GEPB*, vol. II, p. 909; Cunha, 1941, p. 251; Tengarrinha, 1989, p. 53).

Um dos esforços mais ignorados do periodismo português no início do século XIX foi, com toda a certeza, o periódico *Novidades Literarias* [1802]. Não se sabe quem fosse o seu redactor, mas suspeita-se de Luís António de Azevedo, embora somente tenha editado um número de 72 páginas «in-quarto», mas a sua qualidade é irrefutável. Dotado com gravuras de qualidade artística, o autor deu a conhecer as últimas obras científicas publicadas esse ano na Europa (DBP, vol. VIII, p. 59; DJP, vol. I, p. 122-122v.^o; Cunha, 1941, p. 252; Tengarrinha, 1989, p. 50, 54; CPS, p. 63). Voltando a aludir à nossa imprensa humorística, apontamos o caso de *O Piolho Viajante* [1802-1804], um dos periódicos mais lidos [e temidos] em Portugal e no Brasil pelos inícios do século XIX (GEPB, vol. XXI, p. 904; Cunha, 1941, p. 282; Tengarrinha, 1989, p. 55; CPS, p. 68).

Lançado inicialmente em folhetos semanais, foi posteriormente compilado [1821], sendo a sua autoria imputada a António Manuel Policarpo da Silva ou a José Sanches de Brito (DBP, vol. V, p. 119; vol. XIII, p. 193). Os folhetos semanais referem-se a 72 «carapuças», ou «capítulos», correspondentes às travessuras de um *piolho viajante* que saltitava de cabeça em cabeça, tecendo as suas críticas. À parte da ‘falta de higiene’, as sucessivas reedições abonaram a popularidade de *O Piolho Viajante* em Portugal e no Brasil até meados do século XIX, quando os seus folhetos caíram no esquecimento, embora existam reedições e estudos relativamente recentes.

Existem algumas publicações que, olhando para a sua qualidade gráfica e valor intelectual, aparentam estar extremamente adiantadas para o seu tempo. Essa realidade torna-se manifesta quando apontamos periódicos como *O Redactor* [1803], editado em Lisboa, por José Pedro Quintela. Embora só tenha publicado 3 números de *O Redactor*, a sua qualidade discursiva é, inquestionavelmente, superior à maioria dos periódicos da primeira década do século XIX. No âmbito das questões da política e relações internacionais, o autor interessou-se pela pesquisa literária e científica, divulgando um manancial precioso de informações para o meio intelectual nacional, prevendo que a actividade jornalística exercitaria um protagonismo incontornável. Por causas desconhecidas, publicou somente no último trimestre de 1803, pelo que, caso tivesse uma publicação mais duradoura seria, certamente, uma referência inegável (DBP, vol V, p. 90-91; PDH, vol. VI, p. 62; DJP, vol. I, p. 135; Cunha, 1941, p. 252; GEPB, vol. XXIV, p. 655; Tengarrinha, 1989, p. 50).

Um dos periódicos mais proeminentes de então foi, sem dúvida, o *Bibliotheca Universal* [1803-1805], dirigido por Luís Caetano Altina de Campos. Publicação periódica mensal, conheceu o sucesso entre o público leitor, que reconhecia o redactor de outros títulos literários e periodísticos. O periódico *Bibliotheca Universal* pautou-se por uma dinâmica editorial notável, noticiando a realidade portuguesa e europeia do início do século. Aqui encontra-se um pouco de tudo — ao jeito das miscelâneas do nosso periodismo —, desde a discussão dos conceitos politólogos de Thomas Hobbes, Montesquieu e Voltaire, até à sua aplicação na sociedade contemporânea, considerando o panorama pós-revolucionário francês. Ainda foram

anunciados estudos sobre Cultura Clássica, sem esquecer os progressos da Medicina com o recurso à electricidade ou a vulgarização das vacinas, o último ‘grito’ nos avanços científicos (Balbi, vol. II, p. CLXXVIII; *DBP*, vol. VIII, p. 402; *DJP*, vol. I, p. 77-77v.^o; *GEPB*, vol. V, p. 633; Cunha, 1941, p. 253; Tengarrinha, 1989, p. 50-51; *CPS*, p. 26).

Um dos prenúncios da combatividade que faria furor na imprensa periódica em todo o século XIX seria o *Diario Critico sobre os erros dos Falsos Filosofos* [1803-1804], de Fr. José Maria de Jesus. Editado anonimamente, apenas publicou 10 números «in-oito» e não foi, de modo algum, um verdadeiro “diário”. O *Diario Critico sobre os erros dos Falsos Filosofos* é uma obra de carácter moral, sustentada nas Sagradas Escrituras, onde se combateu violentamente o pensamento de Jean-Jacques Rousseau e outros autores franceses (*DBP*, vol. V, 1860, p. 37; *DJP*, vol. I, p. 86-86v.^o; *GEPB*, vol. VIII, p. 922; Cunha, 1941, p. 252; Tengarrinha, 1989, p. 50).



Figura 52
Diario Critico sobre os erros dos Falsos Filosofos, n.º 1, Impressão Régia, Lisboa, 1803.
Fonte: reprodução do original.

O interesse científico pela agricultura também encontrou um espaço de vulgarização na imprensa periódica especializada, como sucedeu com a *Gazeta do Campo* [1804-1806], pelo botânico Fr. José Mariano da Conceição Veloso, embora aluda aos *Extractos Praticos, e Uteis, á Economia Rural Portugueza assim no Reino, como nas Colonias, ou Gazeta do Campo*. Especializado em assuntos agrícolas, apenas saíram apenas 8 números «in-oito», os quais representam uma ínfima parte da divulgação promovida pela Academia Real das Ciências, com sùmulas de traduções e sumários de obras (*DJP*, vol. I, p. 100, 102; Cunha, 1941, p. 253-254; Tengarrinha, 1989, p. 53).

Noutro patamar científico, iniciava-se a edição das *Ephemerides Astronomicas*, constituído por tabelas com a posição relativa dos astros em cada dia, de acordo com a posição geográfica do meridiano do Observatório Real da Universidade de Coimbra (DBP, vol. II, vol. p. 228-229; Ribeiro, vol. V, p. 67-68; vol. VI, p. 123-124; DJP, vol. I, p. 93-96; GEPB, vol. IX, p. 434; Cunha, 1941, p. 252; CPS, p. 45). Com a chancela da Universidade, esta publicação periódica, em formato «in-quarto», destinava-se ao público universitário, mas também aos oficiais do Exército e da Marinha. Cada número apontava a previsão astronómica para o ano seguinte, sendo uma das publicações periódicas mais duradouras do nosso periodismo, editada entre 1803 e 2001, ainda que com alguns hiatos.



Figura 53

Ephemerides Astronomicas calculadas para o meridiano do Observatorio Real da Universidade de Coimbra: para o uso do mesmo Observatorio, e para o da Navegação Portuguesa, vol. I, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1803.
Fonte: reprodução do original.

No campo da Técnica, o verdadeiro precursor da imprensa especializada em Engenharia foi, indubitavelmente, *O Engenheiro Civil Portuguez* [1804], editado por José Manuel de Carvalho e Negreiros, tenente-coronel do Corpo de Engenheiros, arquitecto dos Paços Reais, membro do Senado da Câmara de Lisboa, etc. Com uma qualidade gráfica notável, apesar de só ter editado dois números [Abril e Maio de 1804], a sua cientificidade é indubitável. Incluía uma lista dos subscritores do periódico, prevendo-se uma distribuição alargada, curiosamente, para os domínios ultramarinos. Compreende reflexões críticas sobre Architectura, Engenharia e Aritmética, assim como artes e ofícios (DBP, vol. V, p. 7; DJP, vol. I, p. 92; GEPB, vol. IX, p. 733; Cunha, 1941, p. 253; Tengarrinha, 1989, p. 52, 54).

O universo periódico português nos inícios do século XIX está repleto de publicações anónimas cujo objectivo fora entreter e elucidar, pelo que o *Divertimento Instructivo* [1804-1806] é um desses exemplos mais peremptórios. Cada um dos 6 números «in-oito» conhecidos possui estampas coloridas de qualidade, mas desconhecemos quem fossem o seu redactor, o compilador ou tradutor (DJP, vol. I, p. 89; Cunha, 1941, p. 254; Tengarrinha, 1989, p. 50; CPS, p. 44).

1.15. O crescendo da imprensa periódica ilustrada

Anunciando a recepção do periodismo ilustrado, é de ressaltar os *Retratos dos Grandes Homens da Nação Portuguesa* [1804-1825], onde foram ilustradas figuras eminentes da História de Portugal (DBP, vol. VII, p. 139-140; DJP, vol. I, p. 142-142v.^o; GEPB, vol. XXV, p. 379; Cunha, 1941, p. 254; Tengarrinha, 1989, p. 53). Trata-se de uma antologia de António Patrício Pinto Rodrigues, redactor do *Minerva Lusitana* [1801-1803], adornada com gravuras do escultor italiano João Cardini, residente então em Portugal. As estampas das gravuras foram impressas em cobre e timbradas em papel de fólho grande, ostentando um brevíssimo resumo biográfico da personagem retratada no plano inferior. Editada em Lisboa, prosseguiu com intervalos irregulares até 1825, não obstante a sua enorme procura.

Esta série foi divulgada sem numeração ou frontispício, mas no primeiro número fez publicidade ao respectivo preço avulso e da sua subscrição. Algumas gravuras terão incluído biografias mais extensas [hoje desaparecidas ou incorporadas noutros títulos], ao preço unitário de 720 réis, algo elevado para a época. As estampas dos *Retratos dos Grandes Homens da Nação Portuguesa* estão dispostas a meio corpo oval com o sumário biográfico e medem, sensivelmente, 36x25 centímetros, compreendendo 34 retratos a buril e água-forte aguarelados, embora apenas existam 22 números. A série *Retratos dos Grandes Homens da Nação Portuguesa* dificilmente será entendida como um verdadeiro “periódico”, mas pela sua periodicidade e a excelência das suas ilustrações, merece figurar neste universo, pelo menos, no campo da ilustração.

O *Analecto de Recreação e Erudição* [1805-1806], de Luís António de Azevedo, foi uma publicação mensal, embora registando apenas 6 números «in-oito» (DBP, vol. VIII, p. 59; DJP,

vol. I, p. 68-68v.^o; Cunha, 1941, p. 254; Tengarrinha, 1989, p. 50). Composto por pequenos contos, notícias, anedotas e poemas, a sua cientificidade foi ínfima, dado o seu objectivo lúdico. Em virtude das suas reflexões sobre a Gramática e o Latim, o *Analecto de Recreação e Erudição* divulgou algumas curiosidades sobre as principais línguas faladas em todo o mundo.

A colectânea periódica *Jardim das Musas e dos Sabios* [1805-1806], compilada por Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão, teve uma forte difusão em Lisboa (DBP, vol. VI, p. 77-78; vol. XVI, p. 284-285; DJP, vol. I, p. 109; GEPB, vol. XIV, p. 171; Cunha, 1941, p. 254). Publicaram-se 6 pequenos folhetos «in-oito» contendo poesias originais, traduções de autores nacionais e estrangeiros [curiosamente, o redactor concedeu a cada um dos seis números a denominação «ramalhete»].



Figura 54
Retratos e Elogios dos Varões, e Donas...,
vol. I [único], Officina de Simão
Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1817.
Fonte: reprodução do original.

Sem qualquer sombra de dúvida, o periódico ilustrado mais notório da primeira vintena do século XIX foi o *Retratos e Elogios dos Varões e Donas* [1806-1825], da responsabilidade de Pedro José de Figueiredo e autor da maior parte das biografias aí publicadas (Silva, 1828, p. 75-78; DBP, vol. VI, p. 415-419; vol. XVII, p. 210). Os *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*, publicação mensal subordinada à Sociedade Filopátria, foi editado entre Julho de 1806 e Março de 1807, possuindo cada um dos números retratos de personalidades da História de Portugal, acompanhados de biografias, à semelhança dos *Retratos dos Grandes Homens da Nação Portuguesa* ou o *Templo da Gloria dos Luzos* (DBP, vol. VII, p. 140-142; DJP, vol. I, p. 138-140; GEPB, vol. XXV, p. 379; Cunha, 1941, p. 255; Soares, 1971, p. 286; Tengarrinha, 1989, p. 53; CPS, p. 74-75). Os preços de cada número oscilavam entre os 480 e 600 réis para os subscritores, possuindo uma lista de assinantes fixos e beneméritos. Estes retratos, em formatos ovais, cujo diâmetro media entre 10x11 centímetros, foram quase todos desenhados por José da Cunha Taborda, ainda que as placas de impressão fossem buriladas por vários gravadores.

A tradição enciclopédica do panorama jornalístico tentou renovar-se com uma nova edição do *Jornal Enciclopédico* [1806], mas, ao invés, parece ter sido um malogro editorial (Balbi, vol. II, p. CLXXVIII; DBP, vol. p. 114-114v.^o; Cunha, 1941, p. 254; Tengarrinha, 1989, p. 48, 51; CPS, p. 55). Como se sabe, este periódico iniciou-se em Julho de 1779, sob a direcção de Félix António Castrioto. Após o primeiro número, esteve suspenso durante cerca de dez anos e só reiniciaria em Junho de 1788, prosseguindo com alguma normalidade até Maio de 1793, embora impresso em *Officinas* diferentes e com numerosos colaboradores. Entretanto, António Manuel Policarpo da Silva tentou implementar a publicação com o mesmo título, mas não chegaria a suplantat o primeiro “caderno”.

Poucas informações bibliográficas mencionam a colectânea periódica *Armazem Interessante, e Recreativo* [1806], publicada em Lisboa. Apenas se conhecem 4 números «in-oito», mas não sabemos quem procedeu à compilação e tradução das suas novelas, onde transparece uma certa sensibilidade literária por ambiências históricas. No entanto, este periódico possui outro motivo de interesse, ter sido, ao que parece, a primeira publicação com estampas litografadas (DJP, vol. I, p. 75; Cunha, 1941, p. 256; Tengarrinha, 1989, p. 50, 197).

Também quase nada se saber sobre a *Collecção de Mentiras e Verdades* [1806-1807], o “sucessor” do *Divertimento Instructivo* [1804-1806], o qual incluiria 10 números com cerca de 30 páginas «in-oito» e estampas coloridas representando os vendedores ambulantes de Lisboa. Vocacionado para a diversão, a *Collecção de Mentiras e Verdades* continha novelas e anedotas (DJP, vol. I, p. 81; Cunha, 1941, p. 254; Tengarrinha, 1989, p. 55).

A primeira experiência periodista de António Maria do Couto iniciou-se com a publicação do *Produções Litterarias* [1806]. Segundo consta, apenas foram difundidos 5 números, mas, infelizmente, nenhum exemplar sobreviveu. A julgar pelo seu título, estaria orientado para a divulgação literária nacional e europeia (DBP, vol. XXII, p. 317; DJP, vol. I, p. 134; GEPB, vol. XXIII, p. 342; Cunha, 1941, p. 255; Tengarrinha, 1989, p. 56).

Olhando novamente para a nossa imprensa periódica comercial, existem poucas informações sobre os *Preços Correntes na Praça de Lisboa*, difundido apenas em Janeiro de 1807 (*DJP*, vol. I, p. 133; *GEPB*, vol. XXIII, p. 92; Cunha, 1941, p. 255; Lapa, 1967, p. 64). Tendo sido impresso na Impressão Régia, não se conhece, todavia, quem foi o seu autor, ou os seus promotores, mas seria uma continuidade do *Com Privilegio Real* [1778-1807]. Detinha, paralelamente, os mesmos intentos do *Correio Mercantil, e Economico de Portugal* [1790-1811], outra referência do periodismo comercial — no entanto, as razões do seu rápido desaparecimento após o primeiro número permanecem uma incógnita. Composto por 2 folhas que noticiavam o movimento do porto de Lisboa, com tabelas de preços e quantidades de produtos, anúncios publicitários, etc.

Voltando à perspectiva humorística, publicou-se o *Recreio Domestico* [1807], mas ignora-se quem tenha sido o seu autor ou editor, assim como outras particularidades. Praticamente ignorado pelos estudos bibliográficos, não se conhece nenhum exemplar que testemunhe a sua aparência (Tengarrinha, 1989, p. 56).

O último periódico a ser publicado por Luís António de Azevedo seria o *Archivo de Peças Divertidas, e Scientificas* [1807], embora registando-se apenas dois números com cerca de 60 páginas «in-oito». No mesmo prumo editorial dos periódicos deste redactor, insere-se na divulgação dos conhecimentos práticos (*DJP*, vol. I, p. 74; Cunha, 1941, p. 256; Tengarrinha, 1989, p. 50).



Figura 55
Correio das Modas, [s. n.],
Lisboa, 1807.
Fonte: reprodução do original.

Debruçamo-nos agora sobre o periódico *Correio das Modas* [1807], a primeira publicação dedicada à moda em Portugal, particularmente consagrada ao público feminino (*DJP*, vol. I, p. 85; *GEPB*, vol. XVII, p. 473; Cunha, 1941, p. 255; Tengarrinha, 1989, p. 53-54). Mesmo só existindo um único exemplar, publicaram-se 5 números num formato «in-oito», ainda que se ignore quem fosse o seu redactor. Com um custo unitário elevado [240 réis], o *Correio das Modas* exibia estampas com figurinos e secções recreativas com anedotas e novelas.

Assim termina um pequeno ciclo sucedido desde o início do século XIX até ao último momento antes da entrada das tropas francesas em Portugal, um ponto de viragem estrutural no universo periódico. O próprio discurso noticioso sofrerá transformações visíveis, em que a tónica política de aceitação ou repúdio ao invasor francês será discutida na esmagadora maioria dos periódicos portugueses após Novembro de 1807. Será um combate ideológico que, em breves anos, se travará no embate entre o *Portugal Velho* e a ascensão do Liberalismo.

1.16. A resistência da imprensa periódica durante as Invasões Francesas

Todo o período entre 1807 e 1811 será determinante para a imprensa periódica devido ao impacto das três invasões francesas após o Bloqueio Continental [1806] decretado por Napoleão Bonaparte, ao qual Portugal não aderiria. Durante as Invasões Francesas os prejuízos foram monumentais a todos os níveis, o mesmo sucedendo em quase todas as oficinas tipográficas, em virtude do saque de armazéns, a inutilização de material tipográfico, a destruição dos postos de venda e distribuição, etc. Contudo, a resistência ao ocupante encontrou um modo altamente eficiente de combater o inimigo e manter a *chama* patriótica.

Em meados de 1808, por despacho de Manuel Paes de Aragão Trigoso, governador de Coimbra e vice-reitor da Universidade, foi publicado o *Minerva Lusitana* [1808-1811], o primeiro periódico conimbricense (*DBP*, vol. VI, p. 253; vol. XVII, p. 72-73; *DJP*, vol. I, p. 218-220v.º; Cunha, 1941, p. 257-258; *GEPB*, vol. XVII, p. 288; Tengarrinha, 1989, p. 185-186; *CPS*, p. 60). Da redacção do *Minerva Lusitana* ficaram incumbidos José Bernardo de Vasconcelos Corte-Real, Joaquim Navarro de Andrade e Fr. Luís do Coração de Maria, lentes da Universidade de Coimbra.



Figura 56
Minerva Lusitana, Real Imprensa
 da Universidade, Coimbra, 1808.
 Fonte: reprodução do original.

Aqui dar-se-ia notícia das operações militares em Portugal e na Europa, motivada pela insurreição contra o exército francês, à qual Coimbra aderiu em 23 de Junho de 1808. Para a história das Invasões Francesas, os 173 números do *Minerva Lusitana* são uma fonte imprescindível de notícias, especialmente na zona envolvente de Coimbra.

Na conjuntura internacional da nossa imprensa periódica nasceria o *Correio Braziliense ou Armazem Literario* [1808-1822], um periódico mensal publicado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, mais conhecido por Hipólito José da Costa, em Londres, contabilizando 175 números editados (DJP, vol. I, p. 166-167; Cunha, 1941, p. 256-257; Tengarrinha, 1989, p. 50-51, 84-88, 90-93, 95-99; CPS, p. 38; Dourado, 1957; Rizzini, 1957; Ferreira, 1987). Através deste periódico, expedido clandestinamente para Portugal e o Brasil, defendeu a emancipação brasileira, concedendo cobertura à Revolução Pernambucana [6 de Março de 1817] e aos eventos conducentes à independência do Brasil. Encerraria a sua publicação em 1822, visto que, segundo a sua perspectiva, não faria sentido após o Brasil conseguir a sua soberania, sendo considerado o primeiro periódico brasileiro.

CORREIO BRAZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

Na quarta parte desta os campos ara,
Est mais mundo honrara lechegara.

CAMPOS, C. VII. e. 14.

Introdução.

O PRIMEIRO dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tiram das trevas, ou da illuzão, aquelles, que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepcia, e do engano. Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica sã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as solidas conjecturas sobre o futuro.

Devem-se à Nação Portugueza as primeiras luzes destas obras, que excitam a curiosidade publica. Foi em Lisboa, na imprensa de Crasboek, em 1649, que este Redactor traçou, com evidencias, debaixo do nome de Boktim os acontecimentos da guerra da aclamação de D. João o Quarto. Neste folheto se viam os factos, taes quaes a verdade os devia pintar, e desta obra interessante se valco, ao depois, o Conde da Ericeira, para escrever a historia da aclamação com tanta censura, e acertada critica, como fez.

Figura 57

Correio Braziliense ou Armazem Literario, n.º 1, W. Lewis, Paternoster-Row, [et al.], Londres, Junho 1808.
Fonte: reprodução do original.

O desconforto causado à Coroa portuguesa pelo *Correio Braziliense* levou a que se patrocinasse *O Investigador Portuguez em Inglaterra* [1811-1819], também em Londres, visando diminuir a influência daquele periódico, considerado nocivo aos interesses nacionais. A partir de 1813, a Coroa dispenderia cerca de mil libras anuais [equivalentes a 500 assinaturas do *Correio Braziliense*], as quais seriam entregues indirectamente a Hipólito José da Costa, daí o abrandamento do seu teor crítico.

Ao contrário do que vários autores defendem, os temas noticiosos procedentes do Brasil não eram o foco principal do *Correio Braziliense*, preferindo relatar os principais acontecimentos em todo o continente americano e na Europa, dividido entre temáticas dedicadas à Política, Comércio, Artes, Literatura, Ciências, etc. Ao longo dos 14 anos de produção jornalística transmitiu um discurso doutrinário das novas concepções políticas. Era agora o tempo de erguer uma imprensa opinativa que correspondesse aos partidarismos das lutas europeias

e americanas. Consolida-se o *personal comment*, em que se supunha um ‘direito de resposta’ e a troca de correspondência com os leitores, publicável, ou não, nesses periódicos.

A despeito das incertezas que se mantêm sobre a imparcialidade política do «primeiro jornalista brasileiro», nada obsta quanto ao valor intelectual de Hipólito José da Costa, assinalada por uma intervenção política enquanto sustentou a sua actividade jornalística. Dever-se-á entender o *Correio Braziliense* ou *Armazem Literario* o máximo expoente da imprensa periódica aquando as Invasões Francesas, ainda que seja, inclusive, a matriz maior do universo periódico brasileiro.



Figura 58
Gazeta do Rocio..., n.º 1, Typografia Lacerdina, Lisboa, 1808.
Fonte: reprodução do original.



Figura 59
Gazeta de Lisboa, n.º 17, Imprensa Régia, Lisboa, 26 Abril 1808.
Fonte: reprodução do original.

Com o desenrolar das Invasões Francesas, toda a imprensa periódica suportaria uma transformação profundíssima, adoptando uma postura combativa e usando as “armas” possíveis, ou seja, a sátira e o humor — ridiculizando o inimigo, perdia-se o medo pela opressão, promovendo-se a liberdade e o patriotismo nacionais (Dias, 2010). Começemos por registar as *Gazetas do Rocio* [1808-1809], da autoria provável de António Maria do Couto, altamente

satíricas, com 21 números de 2 páginas «in-quarto». Dispunha-se a ridicularizar as falsidades que o ministério francês propagava na *Gazeta de Lisboa*, à altura, o órgão oficial do marechal Junot. As *Gazetas do Rocio* afirmavam ser publicadas «Com Privilégio do Desgoverno» e eram encimadas por uma águia invertida, uma ofensa ao ocupante francês (*DJP*, vol. I, p. 159, 192-193; Cunha, 1941, p. 258; *GEPB*, vol. XII, p. 247; Tengarrinha, 1989, p. 61-65; Lapa, 1967, p. 59-63; Alves, 2000, p. 306, 400, 563).

Uma das actuações mais decisivas da ocupação francesa em Lisboa foi, sem dúvida, o controlo restrito da imprensa periódica. Deste modo, o novo Intendente-Geral da Polícia, o ‘maldito’ Pierre Lagarde, quem orientaria a *Gazeta de Lisboa*, com oficiais portugueses sob o seu comendo. Foi quem ordenou a substituição das armas reais portuguesas pelas armas imperiais francesas nos cabeçalhos do principal periódico português, entre outras despotismos (*DBP*, vol. III, p. 140-141).

Face essa ignomínia contra a nossa soberania, Luís de Sequeira Oliva e Sousa Cabral tomara a responsabilidade de publicar o *Lagarde Portuguez* [1808], um periódico satírico achincalhando Napoleão Bonaparte e, como o próprio título assinala, o supracitado Pierre Lagarde. Publicado entre 21 de Novembro e 19 de Dezembro de 1808, esta publicação periódica conheceria apenas 8 números (*DBP*, vol. V, p. 320-321; *DJP*, vol. I, p. 206; Cunha, 1941, p. 258-259; Tengarrinha, 1989, p. 61-63).

O mesmo autor continuaria a sua campanha cáustica contra o invasor, editando *O Telegrafo Portuguez* [1808-1814], uma continuação formal do periódico precedente, composto por 105 números. Publicou-se entre Dezembro de 1808 e Junho de 1809, recomeçando em Janeiro de 1812 até Dezembro de 1814. A sua colecção completa integra um repositório utilíssimo de notícias político-militares (*DJP*, vol. I, p. 252-254v.^o; Aranha, 1909, p. 237, 255; Cunha, 1941, p. 259; Tengarrinha, 1989, p. 61, 63).

Num horizonte tão ampliado como a nossa imprensa periódica existirão sempre incógnitas que não se prevêem solucionadas. Um desses exemplos, entre tantos outros, foi a publicação do *Correio do Outro Mundo* [1808], uma tradução do original castelhano e do qual não conhecemos o autor ou o tradutor, mas apenas a menção a um tal «Filopolo». Conheceu um enorme sucesso, sendo publicado em várias oficinas tipográficas, e versava abertamente sobre o fim da escravatura e a política internacional. Apesar de tudo, só se conhecem 2 números em formato «in-quarto».

N.º 102. 1813.
TELEGRAFO PORTUGUEZ.

TERÇA FEIRA 21 DE DEZEMBRO DE 1813.

Conspiração dos senhores de Lamego em 6 de Dezembro de 1813.

Outra declamação, ou choradeira de Bompas.

PARIS 27 de Novembro.

HA pena de hum mes, que o letrado está nas suas fronteiras, não aproveita a punição (Não tarda quem tarda); a suplicação actual dos senhores monarcas phariseos, a boa vontade, o amor de todos os habitantes manobras da nossa provincia do Rio de Janeiro, tem sido suficientes para rebaixar a um indolente, e desapparecer as suas lazes esportivas. Mas a pena ainda não passou: diz o governo monárquico deve instantaneamente por toda a França, e o logo do Patriotismo deve animar todos os animos. (Devi ao confesso o meu dever, que também, ha parte de hum mes, que a França confie a situação em que se acha, e não por isso tem dado a mais pagoda demonstração de preparar-se para auxiliar a sua terra). Em quanto a choradeira da guerra, estava longe do nome Trist; em quanto a choradeira suplica, em termos civis, não podemos esquecer a nossa terra: ponteiros de Maria, e instantaneamente os seus de hum mes devei suplicar. Hoje porphy si não ha tempo de demonstrar. Mas não patentes, mas sim apelos de que instantaneamente, devemos trabalhar dignos de hum mes, e d'isto previsto, em que a liberdade de França se acha em perigo.

Quando ha, ou antes a sempre extra, ajeitadas nos phantoms de Champou, e em ataques com instantaneamente, e instantaneamente com propagação para as suas fronteiras. E por quem foi feita esta mortuaria? Que esperarmos da monarca, quando voltamos para as nossas lazes? Quando, e todos a tempo a si demonstrar demonstrar! Tão direita a França prevista a terra a cada o perigo. Esta monarca assim saber que fosse das instantaneamente, do que instantaneamente de instantaneamente.

Figura 60

O Telegrafo Portuguez, ou Gazeta para depois de jantar, n.º 102, Impressão Régia, Lisboa, 21 Dezembro 1813.

Fonte: reprodução do original.

CORREIO
DO
OUTRO MUNDO, (470)

CONTÉM A RELAÇÃO DA JUNTA

Celebrada no Templo da Immaculidade entre o Grão Capito, Antonio Peres, o Cardial Ximenes, D. Diogo Saavedra Fajardo, e Bartholomeo de las Casas, na qual tratário de varios pontos mal instantaneamente a Imprensa nas instantaneamente circumstancias.

LISBOA,

NA OFFIC. DE JOÃO EVANGELISTA GARCEZ.

Anno 1808.

Com Range de Mito e Domingo de Paço.

Figura 61

Correio do Outro Mundo..., n.º 2, Officina de João Evangelista Garcez, Lisboa, 1808.

Fonte: reprodução do original.

1.17. A imprensa periódica brasileira e internacional sob a governação portuguesa

Atendendo à evolução da imprensa periódica nacional, é indispensável debruçarmo-nos sobre a imprensa periódica brasileira, nomeadamente entre 1808 e 1820, estreitamente relacionada com a permanência da Família Real no Brasil. Em todo o domínio colonial brasileiro, de acordo com as ordens rígidas da governação portuguesa, não era permitido instalar a imprensa ou os estudos universitários no Brasil, sendo a circulação de livros e periódicos fortemente vigiada. Embora o tráfico livreiro clandestino fosse fortemente combatido pelas autoridades, temia-se que a circulação das novas ideias revolucionárias pudesse contrariar a subordinação do Brasil, não esquecendo que tal sentimento independentista progredia infalivelmente.

Não obstante, o nascimento da imprensa periódica brasileira também possui as suas que-relas, dado que os dois primeiros jornais brasileiros, o *Correio Braziliense ou Armazem Literario* [relembremos que o primeiro número é de 1 de Junho de 1808] não é propriamente brasileiro e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, surgida a 10 de Setembro de 1808, era um instrumento da Coroa (DJP, vol. I, p. 190-191v.º; Cunha, 1941, p. 258; Tengarrinha, 1989, p. 206-209; CPS, p. 52; Caseiro, 1985, p. 25-26).

Figura 62
Gazeta do Rio de Janeiro, n.º 1,
 Impressão Régia, Rio de Janeiro, 10
 Setembro 1808.
 Fonte: reprodução do original.



A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi um periódico elaborado à imagem da *Gazeta de Lisboa* e transmitia unicamente os comunicados do Governo e da Família Real. Esteve, inclusive, ligada à criação da Impressão Régia, a primeira oficina tipográfica brasileira e de cujo prelo foram impressos todos os números. Publicado bissemanalmente, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o periódico oficial do Governo português, cujo primeiro editor foi Fr. Tibúrcio José da Rocha, oficial da Secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, seguido do brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que permaneceu nesse serviço até Junho de 1821.

Logo após a *Gazeta do Rio de Janeiro*, seria publicado um outro famoso periódico, a *Idade de d'Ouro do Brazil* [1811-1823], em tudo equivalente às *gazetas* europeias ou, por 'afinidade hierárquica', à *Gazeta de Lisboa*, da qual era uma perfeita réplica (DJP, vol. I, p. 194-196v.º; Cunha, 1941, p. 263; Tengarrinha, 1989, p. 207 CPS, p. 53). Acresce que foi o primeiro periódico publicado na Baía por Diogo Soares da Silva de Bivar e Inácio José de Macedo, contendo informações extraídas de outros periódicos portugueses e europeus, sem esquecer uma predilecção por notícias norte-americanas. Fortemente controlado pelo Governo português, foi, portanto, um jornal oficial idêntico à *Gazeta do Rio de Janeiro*.



Figura 63

Idade d'Ouro do Brazil, n.º 1, Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, Bahia, 14 Maio 1811.
Fonte: reprodução do original.

SEMANARIO PATRIÓTICO.

*Nada enim nobis societas cum tyrannicis, sed
putamus tuam distraxis... atque hoc, omne
genus perfidum atque injurum ex bonis
communitate exterminandum est.*

ED. DE OFFICII LIB. 3. cap. 6.

TOMO I.

MADRID.
IMPRENTA DE REPULLER.
1808.

Figura 64

Semanario Patriótico, n.º 1, Imprenta de Repuller, Madrid, 1 Setembro 1808.
Fonte: reprodução do original.

No circuito dos periódicos estrangeiros que circularam em Portugal entre 1808 e 1820, mencionamos o *Semanario Patriótico* [1808], editado pelo escritor espanhol Manuel José Quintana, e traduzido por Tomás Ferreira de Castro. Apenas se conhecem 12 números «in-oito», nos quais se retratou a situação de Espanha sob o domínio napoleónico (DJP, vol. I, p. 250-250v.º; Cunha, 1941, p. 257; GEPB, vol. XXVIII p. 202; Tengarrinha, 1989, p. 61; CPS, p. 76).

Adiante, relembramos o *Calendrier de Lisbonne*, um pequeno almanaque impresso em Lisboa e com uma edição bilingue em francês e português (CPS, p. 27). Ao que parece, gozou do patrocínio das forças de ocupação e foi um útil instrumento para os estrangeiros de visita à capital. Só se conhece a versão francesa desta pequeníssima publicação, editada no formato «in-doze», mas se continuidade editorial.

Não se conhece o tradutor ou o promotor das *Noticias Officiaes transcriptas das Folhas Inglezas* [1809], dado só existir um exemplar datado de 7 de Agosto de 1809, com 4 páginas

«in-quarto». Sabe-se que dos prelos da Impressão Régia foram publicadas traduções de notícias de periódicos europeus, mas com outras designações. Seja como for, seria apenas uma tradução de notícias sobre as Guerras Napoleónicas.

Ainda no âmbito dos periódicos estrangeiros, destacamos o *Diario de Badajoz*, dirigido por José María Domenech y Andrade, iniciado a 8 de Julho de 1809, compreendendo 15 números de 4 e 8 páginas «in-quarto», o qual versou sobre o domínio napoleónico em Espanha (DJP, vol. I, p. 176; Cunha, 1941, p. 260 Tengarrinha, 1989, p. 62).

DIARIO DE BADAJOZ.

DEL VIERNES 17 DE JUNIO DE 1809.

INTRODUCCION.

LOS Franceses se han llevado á nuestro Rey, han invadido nuestro País, se han apoderado de nuestras Piazas, sus Ejércitos atraviesan impunemente desde Barcelona á Lisboa, y desde Pamplona á Cádiz, y nosotros estamos atordidos, y sin saber al completo. ¡No hay remedio, seremos esclavos de Napoleón! Las cadenas que nos han de aprisionar parecen ya en nuestros oídos nuestras camisas desoladas van á ofrecernos en espectáculos horribles y dentro de pocos días nuestros desgraciados hermanos, atados como villos delinquentes, irán á preparar en otro extremo de la tierra, nuevos laureles y nuevos esclavos al monstruo del linage humano.

Así discursábamos hace pocos días los espíritus exaltados creían estos males, la imaginación atormentada los aumentaba, y nos creía perdidos porque el remedio no era tan veloz como el mal. Pero la mina reventó, se varió la escena, y una nueva perspectiva se presentó á nuestros ojos. ¿Qué es esto el 13 de Mayo! ¿Qué estamos hace no días! ¿Y qué somos ya hoy! Un espíritu tan alto se ha erigido sobre las almas, y ha dado energía á toda la Nación. Las voces Patria, Religión y Fernando resonaron en las playas del Oriente y del Mediodía del Reyno, y las montañas del Pacífico y del Norte repitieron al eco. Patria, Religión y Fernando, resonaron también en las llanuras del Guadina, y asombrados los traidores, huyeron á esconderse, ó desaparecieron, los invasores se animaron y las almas grandes y generosas repitieron entusiasmadas viva la Patria, viva la Religión, viva Fernando.

En un momento todo se ordena de nuevo. Los riendos de un Gobierno inerte y cobardé pasan á manos patrióticas y activas, y en tan pocos días renace la esperanza en los corazones de todo buen Español. Por todo el Reyno se circulan proclamas, se hacen alistamientos, y la gente á guisa corre á todos los puntos importantes del Reyno, á formar Ejércitos que defendan la

Figura 65

Diario de Badajoz, n.º 1, [s. n.],
Badajoz, 17 Junho 1808.

Fonte: reprodução do original.

Na linha dos periódicos estrangeiros, o *Diario do Governo da Corunha* [1809] seria uma diligência editorial que divulgou os acontecimentos militares em Espanha e na Europa. Dotado de alguns suplementos e alterações no seu título, conhecem-se alguns números (DJP, vol. I, p. 177; Cunha, 1941, p. 261; Tengarrinha, 1989, p. 62).

A compilação *Noticias Officiaes dos Combates da Hespanha* [1810] inclui uma miscelânea de folhetos e papéis noticiosos com a mais distinta procedência sobre as Guerras Napoleónicas. Como se sabe, a circulação de notícias sobre os conflitos europeus conheceu uma expansão fantástica, razão pela qual se justificava tais notícias.

Um outro exemplo completamente diferente prende-se com a *Collecção de Noticias acerca do Resgate dos Portuguezes* [1810-1811, 1813], a publicação das subscrições, donativos e balancetes dos peditórios para os resgates de portugueses capturados pelos piratas mouriscos no Mediterrâneo e nas nossas costas. Editaram-se somente 4 números com 30 páginas «in-quarto».

1.18. A ‘*contra-ofensiva*’ do periodismo nacional perante o invasor francês

Um dos periódicos mais interventivos durante as Invasões Francesas foi *O Leal Portu-guez* [1808-1810], editado após a saída das tropas francesas do Porto, a 27 de Julho de 1808 (*DJP*, vol. I, p. 209-212v.^o; Cunha, 1941, p. 257; Tengarrinha, 1989, p. 61). Contudo, a entrada do marechal Soult na cidade em Março de 1809 obrigou à sua suspensão, ressurgindo após a nova retirada dos invasores, a 24 de Junho de 1809, prolongando-se até meados do ano seguinte. Editado pelo juiz desembargador José Joaquim de Almeida e Correia de Lacerda, depois ministro de D. João VI, foi um dos periódicos portuenses que confrontou o invasor nos seus 26 números «in-quarto».



Figura 66
Joannes Brasiliæ Princeps,
gravura água-forte e buril, p&b,
[s. n.], [s. l.], 1777?
Fonte: reprodução do original.

Como seria expectável, existem vazios existenciais no período das Invasões Francesas. Assim, refira-se o *O Philarmónico Portuguez* [1808], editado na Figueira da Foz, e praticamente ignorado nos catálogos bibliográficos, à excepção de raros estudos (Tengarrinha, 1989, p. 62). Foi uma publicação quinzenal dedicada à música filarmónica e não às composições eruditas, como o seu próprio título insinua.

Um outro lapso na nossa imprensa periódica foi *O Patriota ou o Amigo da Independência de Portugal* [1809], de redactor anónimo. A julgar pelo título, era um manifesto anti-francófono (*DJP*, vol. I, p. 235; *GEPB*, vol. XX, p. 632; Tengarrinha, 1989, p. 61).

Um outro exemplo da ausência material será o caso do *Postilhão de Lisboa* [1809], de autoria anónima, e do qual não resta nenhum exemplar. Existem indícios bibliográficos que indicam tratar-se de um periódico noticioso (Balbi, vol. II, p. CCLXXIV; *DJP*, vol. I, p. 242; Cunha, 1941, p. 260; *GEPB*, vol. XXII, p. 922; Tengarrinha, 1989, p. 62).

Que tipo de periódico seria *O Economista* [1811], de autor anónimo, e do qual não sobreviveu qualquer exemplar? Seja como for, como o título assinala, dedicar-se-ia a temáticas económicas ou descreveria ocorrências nacionais e internacionais? (*DJP*, vol. I, p. 180; Cunha, 1941, p. 262; *GEPB*, vol. IX, p. 406; Tengarrinha, 1989, p. 72).

Registamos ainda *O Espião Patriota* [1811], de José António da Silva Freire. Este panfleto surge em pouquíssimas citações bibliográficas, tratando-se de uma publicação anti-francófona (Tengarrinha, 1989, p. 73).

Como se depreende, a *Relação dos Folhetos e Papeis* foi uma listagem das principais publicações vendidas na «Casa da Gazeta», em Lisboa, desde 1808 em diante (*CPS*, p. 71). Não se pode considerar como um verdadeiro “periódico”, mas um perfeito rol de periódicos, ainda que detivesse, por si só, uma certa periodicidade.

Em muitos casos, subsiste uma hesitação em catalogar determinados opúsculos como “periódicos”, como sucedeu com o *Observador Portuguez* [1809], editado por Benevenuto António Caetano de Campos (Balbi, vol. II, p. p. CLXXIX; *DBP*, vol. VI, p. 319; vol. XVII, p. 117; *DJP*, vol. I, p. 228; *GEPB*, vol. XIX, p. 135; Cunha, 1941, p. 256; Lapa, 1967, p. 63-64; *CPS*, p. 65). Em vários catálogos, esta publicação «in-quarto» surgiu em 1807, mas, no entanto, só se imprimiu em 1809. No seu extenso título estipulou-se um “balizamento cronológico” dos episódios ocorridos entre 27 de Novembro de 1807 [data do embarque da Família Real] até 15 de Setembro de 1808 [primeira saída dos contingentes franceses], o que induziu certas referências em erro.

Quase não existem referências à *Collecção de Trajes que usam todas as Nações do Mundo* [1809] e não conhecemos o seu redactor, sendo uma publicação destinada a um público feminino, o qual terá aglomerado 5 números (Balbi, vol. II, p. CCLXXIV; *DJP*, vol. I, p. 164; Cunha, 1941, p. 259).



Figura 67
Observador Portuguez..., Impressão Régia,
 Lisboa, 1809.
 Fonte: reprodução do original.

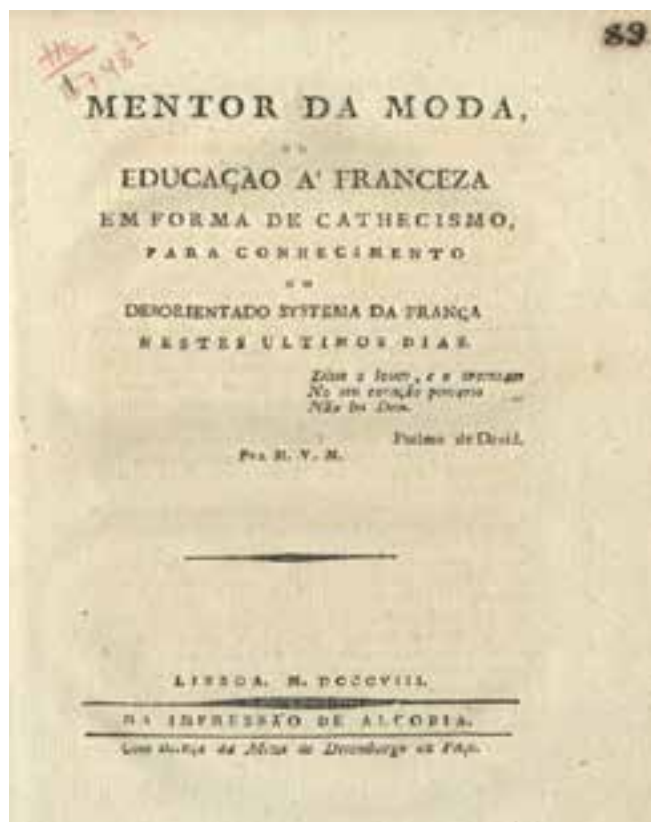


Figura 68
Mentor da Moda..., n.º 1, Impressão de Alcobia,
 Lisboa, 1808.
 Fonte: reprodução do original.

O [quase] desconhecido “periódico” *Mentor da Moda* [1808-1809] corresponde a uma sátira às alterações políticas, sociais e religiosas aplicadas nas promulgações napoleónicas em Portugal. Deste modo, os dois números do *Mentor da Moda* delinearam diálogos [ou «lições»] entre um mestre e o aluno sobre tais mudanças num tom acusativo (Tengarrinha, 1989, p. 62).

Cultivando um periodismo de combate, a *Gazeta d’Almada ou Telescopio Portuguez* [1809-1810], de José Anastácio Falcão, foi publicada semanalmente entre 7 de Julho de 1809 e 16 de Fevereiro de 1810 (*DJP*, vol. I, p. 187-187v.º; Cunha, 1941, p. 261; *GEPB*, vol. XII, p. 246; Tengarrinha, 1989, p. 63-64). A partir de 31 de Outubro de 1809, teve uma tiragem bissemanal e, a partir do n.º 42, seria conhecido somente por *Telescopio Portuguez*, tentando inculcar uma maior seriedade ao seu conteúdo. Alguns folhetos com este título circularam igualmente em formato manuscrito, mas em todos os seus 54 números abordaram questões político-militares nacionais e europeias.

Surge-nos o periódico *Abelha do Meio-Dia* [1809-1810], o qual assumia-se como homónimo do periódico russo *Abelha do Norte* [*Sjevernava Plschelam*, Moscovo?], editado em

Lisboa. Desconhece-se o seu redactor, mas foi um “espelho” fidedigno de uma Europa em armas. Com uma publicação trissemanal entre 31 de Julho de 1809 e 29 de Março de 1810, contabilizou 102 números «in-quarto» (DBP, vol. p. 156-156v.º; Cunha, 1941, p. 261; GEPB, vol. I, p. 58; Tengarrinha, 1989, p. 62, 96).

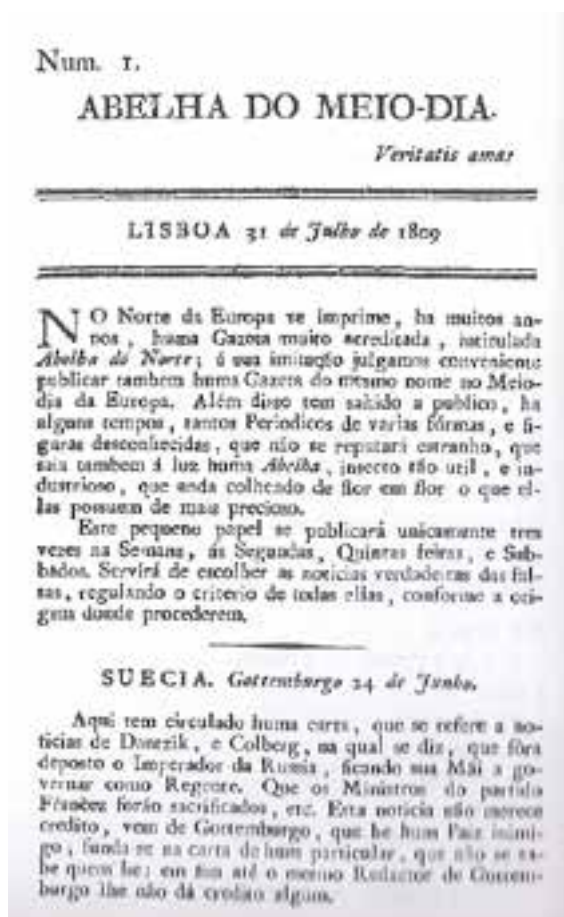


Figura 69

Abelha do Meio-Dia, n.º 1, Impressão Régia, Lisboa, 31 Julho 1809.
Fonte: reprodução do original.

O *Correio de Londres* [1809-1810] foi uma tradução do *London Courier and Evening Gazette* [1801-1839], que circulavam com outras publicações similares. Publicado entre 15 de Julho de 1809 e 4 de Dezembro de 1810, os seus 45 números apresentavam títulos distintos, o que, por vezes, obstruiu o seu recenseamento. Além do conteúdo noticioso sobre as guerras europeias, foi desprovido outras temáticas (DJP, vol. I, p. 170-170v.º; Cunha, 1941, p. 261; Tengarrinha, 1989, p. 62; CPS, p. 39).

Entre os periódicos portugueses mais famosos destacamos o *Correio da Tarde* [1809], de Luís Caetano Altina de Campos. Iniciaria a sua publicação a 4 de Junho de 1809, com tiragens sucessivamente semanais, trissemanais e diárias até ser proibido a 1 de Setembro de

1809, curiosamente a data de fundação dos primeiros diários em Portugal. Apesar de contar 86 números noticiosos, o *Correio da Tarde* não divulgou outros assuntos (DJP, vol. I, p. 173; Cunha, 1941, p. 260; Tengarrinha, 1989, p. 62, 69).

1.19. Avanços e retrocessos no arranque do periodismo diário

Abriu-se uma etapa totalmente revolucionária na imprensa periódica com a aposta editorial nas tiragens diárias, atendendo à propensão crescente do público pela notícia. Consequentemente, surgiu o *Novo Diario de Lisboa*, um dos primeiros diários em Portugal, fundado a 1 de Setembro de 1809, embora só tivesse impresso um número, a julgar pelos registos bibliográficos (DJP, vol. I, p. 226; Cunha, 1941, p. 261; GEPB, vol. XVIII, p. 989 Tengarrinha, 1989, p. 59, 62). Seja como for, este periódico de 4 páginas «in-quarto» ambicionava uma circulação diária, mas não se conhecem mais exemplares que confirmem esta intenção. O volume de notícias oriundas das guerras na Europa e nas possessões ultramarinas justificavam o acréscimo da impressão de notícias, o que permitiu, por sua vez, a expansão explosiva da imprensa periódica diária.

Inaugurou-se, então, uma nova formato no nosso jornalismo, embora se previsse uma inclinação para a edição diária em alguns antigos periódicos setecentistas. Seguidamente, o *Diario Lisbonense*, considerado [quase] unanimemente o primeiro diário português, e cujo primeiro número sairia a 1 de Maio de 1809 e o último número a 31 de Maio de 1813, teve um total de 1198 números (DJP, vol. I, p. 178-178v.º; Cunha, 1941, p. 260; Tengarrinha, 1989, p. 57-59, 62; Cruz, 2002, p. 142-143). Todavia, segundo alguns estudos, o *Diario Lisbonense* seria uma sucessão do *Observador Portuguez*. No entanto, continuam por esclarecer quais as solitudes de Estêvão Brocardo, editor do *Diario Lisbonense*, naquele “periódico”.

Para a história do Porto durante as Invasões Francesas é fundamental o *Diario do Porto*, redigido por António Soares de Azevedo. Publicado entre 5 de Abril de 1809 [n.º 1] e 6 de Maio de 1809 [n.º 5], contém notícias instrumentalizadas pelos ocupantes, daí ser conhecido como um «jornal jacobino» (DJP, vol. I, p. 179-179v.º; Cunha, 1941, p. 259; Tengarrinha, 1989, p. 59, 62, 65; CPS, p. 43).

O prematuro periódico *Journal de Lisboa, ou Folha Diaria* foi também um dos primeiros diários. Fundado também a 1 de Setembro de 1809, apenas editou um número, de acordo com os catálogos bibliográficos. Este periódico de 4 páginas «in-quarto» desejou uma edição diária vespertina, mas desconhecem-se as razões do seu fracasso (DBP, vol. p. vol. XII, p. 192; DJP, vol. I, p. 205-205v.º; Cunha, 1941, p. 262; GEPB, vol. XIV, p. 316; Tengarrinha, 1989, p. 59, 62).



Figura 70
Diário Lisbonense, n.º 1, Impressão Régia, Lisboa, 1 Maio 1809.
 Fonte: reprodução do original.

O periódico *Lanterna Mágica* [1809] foi um simples compêndio de notícias das Guerras Napoleónicas extraídas de outros periódicos europeus e traduzidas para o português. Só se conhecem 2 números com 7 páginas «in-quarto», possuindo a chancela da Impressão Régia (DJP, vol. I, p. 207-208v.º; Cunha, 1941, p. 261; GEPB, vol. XIV, p. 674; Tengarrinha, 1989, p. 62, 70).

O Mappa Politico, um dos primeiros periódicos diários, saiu do prelo a 1 de Setembro de 1809 e subsistiu até 9 de Outubro de 1809. Repositório de notícias extraídas de periódicos ingleses e espanhóis, contém informações procedentes dos Estados Unidos da América (DJP, vol. I, p.º 213; Cunha, 1941, p. 262; GEPB, vol. XVI, p. 197; Tengarrinha, 1989, p. 61-62).

Assinalamos a existência de *O Mensageiro*, igualmente publicado entre 1 e 2 de Setembro de 1809 e do qual apenas conhecemos 2 números (DJP, vol. I, p. 214; Cunha, 1941, p. 262; GEPB, vol. XVI, p. 958; Tengarrinha, 1989, p. 59, 62).

O Resumo Historico dos Successos Memoraveis da Restauração do Porto [1809] foi redigido clandestinamente durante a primeira invasão francesa, daí o uso das iniciais “J. L. C. M.”, as quais reportam a José Luís Coelho Monteiro. Conhecem-se apenas 2 números com 22 páginas «in-oito» noticiando eventos em Coimbra e no Porto (DJP, vol. I, p. 244; Cunha, 1941, p. 259; GEPB, vol. XXV, p. 399; Tengarrinha, 1989, p. 61-62; CPS, p. 74).

Como o próprio título refere, o *Semanario Lusitano*, redigido por Teodoro José Biancardi,

foi um periódico semanal editado entre 3 de Maio e 28 de Dezembro de 1809 posteriormente continuado pelo *Mercurio Lusitano* [1812-1815]. A temática militar foi dominante nos seus 36 números (*DJP*, vol. I, p. 248-248v.^o; Cunha, 1941, p. 260; *GEPB*, vol. XXVIII, p. 202; Tengarrinha, 1989, pp. 62, 118).

Publicado entre 3 de Julho de 1809 e 2 de Agosto de 1810, o *Correio da Peninsula ou Novo Telegrafo* foi um dos periódicos mais significativos editados após a primeira invasão francesa (*DJP*, vol. I, 171-17; Cunha, 1941, p. 260; Tengarrinha, 1989, p. 62, 71, 87; *CPS*, p. 39). Pela abertura concedida às ideias constitucionais, sem omitir as reformas políticas estruturais, é, assim, considerado o primeiro periódico liberal entre nós. Os 136 números bissemanais do *Correio da Peninsula ou Novo Telegrafo* foram dirigidos por João Bernardo da Rocha Loureiro em associação com Nuno Álvares Pereira Pato Moniz.

Reflexo da realidade portuguesa e europeia do seu tempo, o *Correio da Peninsula ou Novo Telegrafo* manteve uma colaboração assídua com congéneres estrangeiros, inclusivamente provenientes de França, o que levantaria suspeitas sobre os seus redactores. Foi um dos primeiros periódicos onde surgem artigos de opinião, e que tanta polémica acarretariam. Estamos perante uma escalada da importância dos redactores enquanto percussores dos líderes de opinião, dado que o *Correio da Peninsula ou Novo Telegrafo* foi um pregoeiro da *vox publica* que despontava.

Damos conta de um “periódico” intitulado *Boletim* [1809], unicamente devotado à capitulação de Valença do Minho [10 de Abril de 1809] perante as forças concertadas da segunda invasão francesa. Trata-se de um edital de compleição militar (*DJP*, vol. I, p. 158; Cunha, 1941, p. 260; Tengarrinha, 1989, p. 62).

Não se poderão avaliar as *Ordens do Dia*, ou a *Collecção das Ordens do Dia* [1809-1835], mandadas compilar pelo marechal inglês William Carr Beresford, como um “periódico” no seu sentido mais estrito (*DBP*, vol. VI, p. 329; vol. IX, p. 81; vol. XVII, p. 129; *DJP*, vol. I, p. 230-233v.^o; *CPS*, p. 35). Esta publicação teve vários responsáveis, como o tenente Joaquim José Anaia e Manuel Pedro de Lacerda, entre outros redactores. Como o próprio nome sugere, trata-se de uma informação de cariz militar e centrada nas rotinas da vida castrense, as quais foram publicadas diariamente, uma prática que subsiste nas unidades militares portuguesas. Não obstante a sua cadência, uniformidade e periodicidade, não serão, mesmo assim, verdadeiros “periódicos”. A partir da Revolução Liberal, a redacção das *Ordens do Dia* será da incumbência da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino [1820-1821].

Seguiu-se o *Microscopio Patriotico* [1810], um periódico anti-francófono escrito por Bernardino Xavier de Quadros, do qual existem poucos dados biográficos. Trata-se de uma proclamação patriótica com citações mitológicas contra a ingerência de França nos destinos de Portugal. Resta apenas um exemplar do *Microscopio Patriotico*, com 18 páginas «in-quarto, mas foram impressos mais números, justificando-se a sua cadência (*DJP*, vol. I, p. 216; Cunha, 1941, p. 262; Tengarrinha, 1989, p. 62, 72).

Ainda no campo dos libelos patrióticos contra o invasor francês, salientamos o “periódico” *Hum Portuguez aos Portuguezes* [1810-1814], de José António de Sá (CPS, p. 216). Sob este título publicaram-se, ainda que anonimamente, cerca de 6 ou 7 discursos, com apenas uma folha «in-quarto», em que o autor instava os ânimos dos compatriotas para a defesa da Pátria.

1.20. Olhares sobre a imprensa periódica portuguesa em Londres

Um dos periódicos portugueses mais emblemáticos fundados por emigrantes liberais foi *O Investigador Portuguez em Inglaterra* [Londres, 1811-1819], da responsabilidade de Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e, após Janeiro de 1814, José Liberato Freire de Carvalho, cuja intervenção tornou este periódico tão notório internacionalmente (DBP, vol. III, p. 230-231; vol. X, p. 94; DJP, vol. I, p. 197-198v.º; GEPB, vol. XIII, p. 994; Cunha, 1941, p. 263-264; Tengarrinha, 1989, p. 50-51, 87-88, 90-91, 93, 96-98, 112, 209). Editado entre Junho de 1811 e Fevereiro de 1819, *O Investigador Portuguez em Inglaterra* contou 92 números mensais [ou «cadernos»], compilados em 23 volumes. Cada número possuía, em média, cerca de 130-300 páginas, usando um formato «in-quarto». Este periódico, além dos inúmeros artigos científicos e literários, contém documentação imprescindível para a História política e militar do primeiro quartel do século XIX.



Figura 71
O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c., vol. I, H. Bryer, Londres, 1811.
Fonte: reprodução do original.

O Investigador Portuguez em Inglaterra foi editado sob os auspícios de D. Domingos António de Sousa Coutinho, 1.º conde e marquês do Funchal, então embaixador na Corte londrina, o qual obteve um subsídio do Governo português, para combater as doutrinas francamente hostis do *Correio Braziliense ou Armazem Literario* [1808-1822], de Hipólito José da Costa, e, mais tarde, de *O Portuguez ou, Mercurio Politico, Commercial e Literário* [1814-1826], de João Bernardo da Rocha Loureiro, entre outros periódicos do circuito londrino. Apesar de, numa primeira fase, a cooperação com os agentes da Coroa portuguesa tenha alcançado os seus objectivos, a partir da entrada de José Liberato Freire de Carvalho, o conteúdo do periódico adoptou uma postura agressiva, recusando sujeitar-se às directrizes governamentais até que, finalmente, cessaram todos as subvenções.

Em breve, a proibição da circulação de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* foi promulgada, à semelhança com os dois periódicos supracitados. Em Dezembro de 1818, José Liberato Freire de Carvalho deixava a redacção do periódico a outros colaboradores, os quais apenas publicariam os números de Janeiro e Fevereiro de 1819. Nas extensas páginas de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* encontram-se ainda notícias sobre o protagonismo político, militar e económico dos Estados Unidos da América. Proveitoso para o entendimento político internacional, é, por outro lado, extremamente profícuo para o conhecimento do Exército português, sobretudo no campo da Estratégia e da Tática, veiculando a urgência de academias militares e as reformas militares, entre outras preocupações.

Figura 72
Motim Literario em Fôrma de Soliloquios, vol. III, Impressão Régia, Lisboa, 1811.
 Fonte: reprodução do original.



Uma das resistências mais veementes às novas correntes políticas que despontavam seria o *Motim Literario em Fôrma de Soliloquios* [1811], de José Agostinho de Macedo, o qual marcará o periodismo português no primeiro quartel do século XIX. Constituído por 37 números bissemanais «in-oito» e contando com 3 edições, o *Motim Literario em Fôrma de Soliloquios* é um retrato autobiográfico onde o autor impôs a crítica literária como arma política contra o pensamento liberal (DJP, vol. I, p. 223-224; Cunha, 1941, p. 262-263; Tengarrinha, 1989, p. 72; *Catálogo das Publicações em Série 1641-1833*, p. 61).

1.21. O periodismo nacional após as Invasões Francesas

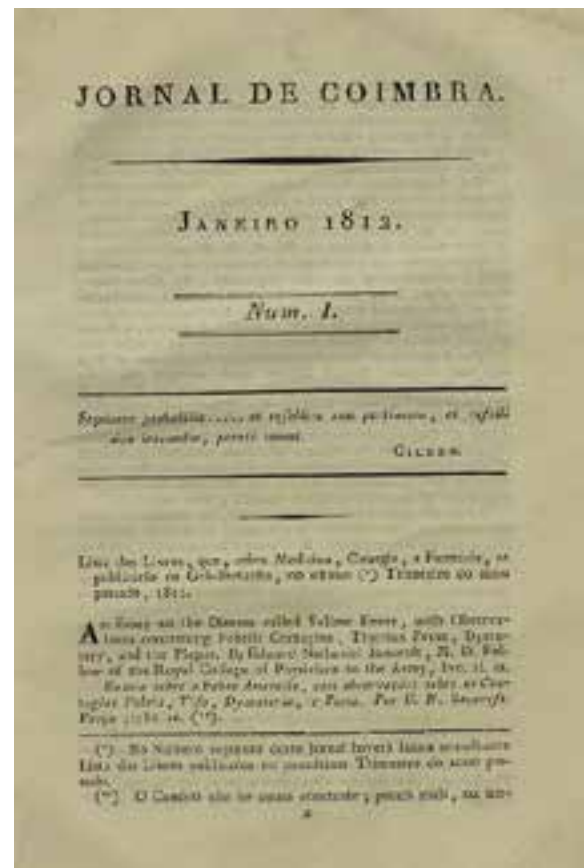
Apesar de grande parte da Europa encontrar-se em estado de guerra contra o poderio napoleónico, o comércio internacional manteve-se extremamente activo e assistiu, inclusive, a um crescimento exponencial. Deste modo, renovou-se o interesse comercial e a difusão dos novos avanços da agricultura, considerada [ainda] como a base estrutural de toda a Economia. Um dos periódicos mais activos nesta senda foi a *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal* [1812-1813], publicada por Francisco Soares Franco, o qual acumulava igualmente a redacção da *Gazeta de Lisboa* (DJP, vol. I, p. 186; Cunha, 1941, p. 264; Tengarrinha, 1989, p. 72). Os seus 75 números foram noticiosos, embora norteadas para as questões comerciais e agrícolas, tal como o *Correio Mercantil, e Economico de Portugal* [1790-1811], o *Palladio Portuguez, ou Clarim de Pallas* [1796], o *Annuncios Ruraes* [1802], o *Extractos Praticos* [1804-1806], o *Preços Correntes na Praça de Lisboa* [1807], o *Correio Geral do Commercio* [1815], a *Folha Mercantil da Cidade do Porto* [1816-1832], entre outros títulos.

Depois da saída dos exércitos franceses do território nacional assistiu-se a uma intensificação da imprensa periódica, aumentando notavelmente o número e a qualidade editorial dos novos títulos. Ocupando um lugar eminente nas edições periódicas, destacamos o *Jornal de Coimbra* [1812-1820], o qual ainda vigora, mas sem qualquer vínculo com este periódico oitocentista ou outros títulos homónimos ao longo do século XIX (DBP, vol. IV, p. 177-178; vol. XII, p. 187-188; DJP, vol. I, p. 200-201; Cunha, 1941, p. 264; Tengarrinha, 1989, p. 50, 73, 123, 186).

Marco incontornável da nossa imprensa periódica e dotado de uma índole pré-romântica, foi impresso mensalmente em Lisboa, apesar do seu título referir-se a Coimbra. Teve por fundadores José Feliciano de Castilho, Ângelo Ferreira Dinis, Jerónimo Joaquim de Figueiredo e José Maria Soares, lentes de Medicina na Universidade de Coimbra, entre numerosos colaboradores e correspondentes. Sendo um jornal conectado ao meio universitário, reavivou as relações entre a Universidade e o poder político em Lisboa. Visava um intercâmbio internacional, não descurando a situação nacional abalada pela ausência da Família Real e a observância censuratória que, entretanto, se reimplantara no meio editorial.

Figura 73

Jornal de Coimbra, n.º 1, Impressão Régia, Lisboa, Janeiro 1812.
Fonte: reprodução do original.



Aqui encontram-se traduções de notícias de todo o mundo, inclusive de vários pontos do continente africano além dos domínios portugueses e europeus, algo inédito no periodismo nacional. Relatou o preponderância progressiva norte-americana no panorama internacional. Manteve uma colaboração estreita com numerosas individualidades académicas, divulgando assuntos extremamente interessantes sobre Ciências e Artes, nomeadamente quanto às vertentes topográficas, arqueológicas e literárias da História de Portugal e nos seus domínios. Este periódico apresentou, fundamentalmente, algumas preocupações de natureza jurídica devido à sua ligação à Universidade, pretendendo-se, deste modo, prover os leitores com as melhores reflexões sobre essas questões, não olvidando as mais recentes propensões académicas.

Publicado entre 1 Setembro de 1812 [n.º 1] e 22 Dezembro de 1815 [n.º 168], o *Mercurio Lusitano*, de Teodoro José Biancardi, foi um dos primeiros diários portugueses, sendo considerado uma “continuação” do *Semanario Lusitano* [1809]. Periódico noticioso de qualidade, publicou novidades traduzidas de outros periódicos europeus, como era hábito. Dedicou-se a relatar os acontecimentos militares dos finais das Guerras Napoleónicas, introduzindo artigos de opinião que alcançaram notoriedade. Formalmente idêntico à *Gazeta de Lisboa*, era também considerado um periódico oficial (DJP, vol. I, p. 215-215v.º; Cunha, 1941, p. 265; GEPB, vol. XVI, p. 983; Tengarrinha, 1989, p. 42, 73; CPS, p. 59).



Figura 74
Mercurio Lusitano, n.º 112, Impressão
 Régia, Lisboa, 23 Agosto 1815.
 Fonte: reprodução do original.

O periodismo português retomou progressivamente as causas da instrução e recreação literárias após o término das Invasões Francesas, como sucedeu com o *Semanario de Instrução, e Recreio*, de Joaquim José Pedro Lopes, o que confirmaria a propensão desta vertente periodista. São conhecidos 52 números «in-quarto» editados entre 2 de Setembro de 1812 e 25 de Agosto de 1813, conhecendo bastante sucesso no circuito lisboeta (DJP, vol. I, p. 247-247v.º; Cunha, 1941, p. 264-265; Tengarrinha, 1989, p. 50-51).

Dada a celebridade desta publicação, o editor Joaquim José Pedro Lopes dirigiria a *Gazeta de Lisboa* [ou o *Diario do Governo*], mantendo-se neste cargo até Novembro de 1820, quando o órgão oficioso foi alterado para *Diario do Governo*. Continuando até Abril de 1821, sendo exonerado, passou a redigir a *Gazeta Universal* [1821-1823]. Discípulo assumido de José Agostinho de Macedo, apesar da fama como «jornalista», Joaquim José Pedro Lopes denunciava uma formação literária pouco solidificada, sendo os seus textos mais competentes pela

sua dimensão do que pelo seu crédito. Ainda assim, foi um dos primeiros redactores a analisar a prática do jornalismo num momento fulcral em que se adivinhavam os conflitos entre as facções absolutistas e liberais.

Ainda no circuito dos primeiros diários, destacou-se o *Correio de Lisboa*, publicado entre 1 de Outubro [n.º 1] e 30 de Novembro de 1812 [n.º 52]. Desconhece-se quem fosse o seu redactor ou editores, apesar da qualidade superior do discurso noticioso e das suas análises políticas (*DJP*, vol. I, p. 169; Cunha, 1941, p. 265; Tengarrinha, 1989, p. 73).

Logo após as Invasões Francesas, a difusão de periódicos estrangeiros manteve-se extremamente activa. Um dos exemplos deste trânsito noticioso, mesmo redigido em castelhano, foi o *El Viridico Español*, publicado entre 2 de Novembro e 30 de Novembro de 1812, compreendendo 9 números com 8 páginas «in-quarto» (Balbi, vol. II, p. CLXXIX; *DJP*, vol. I, p. Cunha, 1941, p. 265; Tengarrinha, 1989, p. 73). Cessaria bruscamente a sua edição, dado o seu redactor comunicar que ingressaria nas fileiras liberais em Espanha, devolvendo o dinheiro da subscrição do periódico aos seus assinantes. Foi, portanto, um periódico noticioso, mas divulgou poesias, *ordens do dia*, curiosidades e traduções de outros periódicos.



Figura 75
Collecção de Opusculos sobre a Vaccina..., n.ºs 1 e 2, Typografia da Academia, Lisboa, 1812.
Fonte: reprodução do original.



Figura 76
Jornal Poetico..., Impressão Régia, Lisboa, 1812.
Fonte: reprodução do original.

O primeiro periódico científico do século XIX foi a *Collecção de Opusculos sobre a Vacina* [1812-1814], uma compilação de 23 números sobre assuntos de saúde pública, dedicado ao combate à varíola (DBP, vol. II, p. 89; vol. IX, p. 77; DJP, vol. I, p. 163-163v.º; Cunha, 1941, p. 264; Tengarrinha, 1989, p. 73; CPS, p. 34). Promovido pela Academia Real das Ciências, este periódico foi importantíssimo para as campanhas de vacinação daquela epidemia.

O *Jornal Poetico* [1812] foi o primeiro jornal oitocentista a dedicar-se exclusivamente à promoção de autores e textos poéticos. Coordenado pelo livreiro Desidério Marques Leitão, este periódico quinzenal apenas conheceria 10 números «in-quarto». Para a posteridade, ficaria a compilação dos trabalhos poéticos de poetas árcades como Diogo de Sousa, José Dias Pereira e João Vieira Caldas, entre outros autores (DBP, vol. XII, p. 194; DJP, vol. I, p. 204; Cunha, 1941, p. 264; GEPB, vol. XIV, p. 317; Tengarrinha, 1989, p. 73).

1.22. Acerca de alguns periódicos desaparecidos coevos

Tal como em qualquer outra partição cronológica da imprensa periódica portuguesa, o período entre as Invasões Francesas até à Revolução Liberal de 1820 registou algumas omissões materiais. As causas destas lacunas são numerosas, mas, contudo, existem dados bibliográficos que permitem refazer, tanto quanto possível, a análise desses periódicos desaparecidos.

De acordo com as inexistências corpóreas deste período, o primeiro jornal musical de Oitocentos foi o *Jornal de Modinhas Patrioticas* [1812], do compositor António José do Rego. Infelizmente, nenhum número sobreviveu, mas tratava-se uma compilação de obras musicais de índole patriótica (GEPB, vol. XVII, p. 481; Tengarrinha, 1989, p. 73).

Segundo várias referências bibliográficas, foram publicados alguns folhetos identificados como *Theatro Nacional* [1813], mas dos quais nenhum chegou ao nosso conhecimento. Não seria um verdadeiro “periódico”, mas um conjunto de panfletos que anunciavam as peças encenadas no Teatro Nacional, sito na Rua dos Condes, em Lisboa (Balbi, vol. II, p. CCLXXXVIII; DJP, vol. I, p. 256; Cunha, 1941, p. 265; Tengarrinha, 1989, p. 73).

Nos primórdios do periodismo brasileiro existem omissões de periódicos, embora tais circunstâncias tenham que ser inseridas na esfera da influência política e editorial portuguesa. Aí se insere *O Popular* [1813-1814], um periódico político publicado no Rio de Janeiro e do qual não existe nenhum exemplar. Não se sabe quem foi o seu redactor, mas tentaria imitar a *Gazeta do Rio de Janeiro* (Cunha, 1941, p. 266; GEPB, vol. XXII, p. 488; Tengarrinha, 1989, p. 209).

De acordo com os escassos dados bibliográficos, damos conta da *Gazeta Instrutiva* [1814]. Não se conhece o seu redactor, mas seria uma publicação de índole cultural, embora a sua inexistência não permita análises mais fiáveis. Teria reunido cerca de 15 números, mas desconhecemos quais os assuntos retratados (Balbi, vol. II, p. CCXCI; DJP, vol. I, p. 189; Cunha, 1941, p. 266; Tengarrinha, 1989, p. 73).

Nos periódicos de índole económica, refira-se a inexistência do *Correio Geral do Commercio* [1815], cuja existência é recordada por escassos autores. Desconhece-se o seu redactor ou a oficina tipográfica onde foi impresso, mas a julgar pelo título, seria destinado à divulgação comercial (Balbi, vol. II, p. CCXCV; *DJP*, vol. I, p. 168; Cunha, 1941, p. 267).

No campo da divulgação da poesia portuguesa, incluímos a *Miscellanea Curiosa de Varias Poesias Joviais e Serias* [1815], embora não exista nenhum exemplar deste periódico. Suspeita-se que fosse análoga à *Miscellanea Curioza, e Proveitoza* [1779-1785], por exemplo (*DJP*, vol. I, p. 221; Cunha, 1941, p. 267; *GEPB*, vol. XVII, p. 374; Tengarrinha, 1989, p. 73).

Ainda se discute se *A Abelha* [1818] foi publicada, pois não conhecemos nenhum exemplar e mesmo as referências bibliográficas são escassas, a não ser pelo testemunho de José Agostinho de Macedo. Supostamente, seria um jornal político, semelhante à *Abelha do Meio-Dia* [1809-1810], atrás referida (*DJP*, vol. I, p. 155; Cunha, 1941, p. 269; Tengarrinha, 1989, p. 73).

1.23. Um novo vigor internacional do periodismo português

Num ambiente editorial vibrante como se viveria em Londres no início do século XIX, sucediam-se as iniciativas dos emigrantes políticos na edição de periódicos — veja-se o semanário *O Espelho Politico e Moral*, redigido por José Anselmo Correia Henriques e João Bernardo da Rocha Loureiro, entre 4 de Maio de 1813 [n.º 1] e 1 de Fevereiro de 1814 [n.º 41]. Com uma apresentação gráfica excelente, destacou-se a política internacional e o protagonismo dos Estados Unidos da América, entre inúmeros anúncios publicitários (*DJP*, vol. I, p. 183-183v.º; Cunha, 1941, p. 265-266; Tengarrinha, 1989, p. 62, 84, 87, 92; *CPS*, p. 46).

No campo do periodismo brasileiro, sob a alçada portuguesa, publicou-se o primeiro jornal literário brasileiro ou, segundo outra perspectiva, a primeira revista de cultura impressa no Brasil após a chegada de D. João VI. Trata-se de *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil* [1813-1814], por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, e sediado no Rio de Janeiro (*DJP*, vol. I, p. 236-236v.º; Cunha, 1941, p. 266; Tengarrinha, 1989, p. 93).

A sua publicação iniciou-se em Janeiro de 1813 e findou em Dezembro de 1814, embora começasse com uma tiragem mensal e depois bimensal, em formato «in-oito». Contém notícias sobre Geografia e Topografia brasileiras, assim como Literatura, Medicina, Botânica, Política e Estatística, contribuindo com novos estudos para a História do Brasil e de Portugal, procedentes da correspondência dos leitores e correspondentes. Deste modo, uma das características mais notórias deste periódico foi incluir artigos científicos estrangeiros, sem omitir os autores brasileiros.



Figura 77
O Espelho Político e Moral, n.º 1, W. Lewis, Londres, 4 Maio 1813.
 Fonte: reprodução do original.

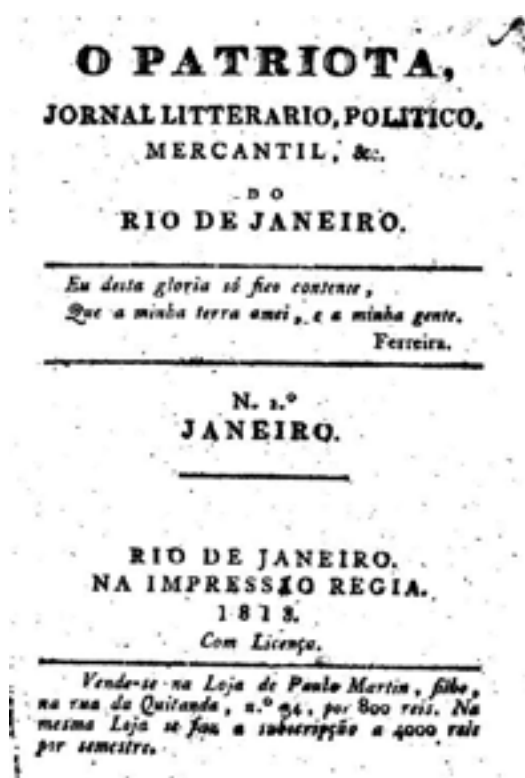


Figura 78
O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, n.º 1, Imprensa Régia, Rio de Janeiro, Janeiro 1813.
 Fonte: reprodução do original.

Impresso sem a identificação do redactor Manuel Ferreira de Araújo Guimarães no frontispício, contou com Silvestre Pinheiro Ferreira, José Saturnino da Costa Pereira e José Bonifácio de Andrada e Silva, antigo lente na Universidade de Coimbra. Como se sabe, todos terão um protagonismo decisivo na independência do Brasil.

Entre os periódicos editados em Londres, impôs-se um dos mais importantes órgãos de comunicação internacional em língua portuguesa: *O Portuguez ou Mercurio Politico* [1814-1826], redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro e José Anselmo Henriques (Balbi, vol. II, p. CLXXXI; *DJP*, vol. I, p. 238-241; Cunha, 1941, p. 267; Tengarrinha, 1989, p. 84-90). Ilustre publicação política, *O Portuguez ou Mercurio Politico* foi um periódico mensal que registou uma procura imensa em Inglaterra e Portugal, apesar das violentas proibições que o Governo decretara contra a sua edição, circulação e leitura (Alves, 2005).



Figura 79
O Portuguez ou Mercurio Politico, n.º 1. W. Lewis,
 Londres, 30 Abril 1814.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 80
Microscopio de Verdades..., W. Lewis,
 Londres, 1814.
 Fonte: reprodução do original.

Ainda no contexto londrino, despontaria o *Microscopio de Verdades* [1814-1815], sob a orientação do diplomata Francisco de Alpoim e Meneses. Tratava-se de uma publicação muitíssimo politizada, cujos interesses centralizavam-se nas relações entre Portugal e a Inglaterra, noticiando as providências comerciais que se adivinhavam com o final das Guerras Napoleónicas. Foi um dos primeiros periódicos a relatar os trabalhos do Congresso de Viena [1815] (*DJP*, vol. I, p. 217-217v.º; Cunha, 1941, p. 266; Tengarrinha, 1989, p. 84).

Um pouco antes da batalha de Waterloo [1815], foi editado um periódico português no circuito editorial parisiense — *O Observador Lusitano em Pariz*, do médico e diplomata Francisco Solano Constâncio, que colaborara no *Investigador Portuguez em Inglaterra* [1811-1819] e destacar-se-á no *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras* [1818-1822]. Apenas publicou 4 números mensais entre Janeiro e Abril de 1815, a sua circulação esteve interdita em Portugal e nos domínios ultramarinos.

Este periódico é, ainda assim, uma fonte histórica valiosa para o pensamento económico dos inícios do século XIX e sendo Francisco Solano Constâncio um entusiasta das instituições sociais e políticas norte-americanas, esta apreciação foi decisiva para a sua nomeação como representante diplomático nos Estados Unidos da América entre 1822 e 1823 (Balbi, vol. II, p. CLXXXI; *DJP*, vol. I, p. 229-229v.º; Cunha, 1941, p. 268; Castro, 1980, p. 77; Tengarrinha, 1989, p. 84-85).

1.24. Expressividades do periodismo literário português

O Espectador Portuguez [1816-1818], de José Agostinho de Macedo, foi um periódico semanal dedicado à política nacional e internacional, assim como à crítica anti-liberal e anti-maçónica, ‘apontando baterias’ contra o *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, entre outros periódicos liberais (*DJP*, vol. I, p. 182-182v.º; Cunha, 1941, p. 268; Tengarrinha, 1989, p. 73; *CPS*, p. 46). Foi uma das muitas iniciativas deste famoso polemista, que tanto influenciou a sociedade portuguesa dos inícios do século XIX. Editou 26 números, cuja controvérsia foi constante. Mais tarde, seria continuado por *O Desaprovador* [1818-1819], composto por 25 números, em tudo similar ao periódico anterior.



Figura 81
O Espectador Portuguez: Jornal de Litteratura e Critica, n.º 1, Impressão de Alcobia, Lisboa, 1816.
 Fonte: reprodução do original.

A primeira publicação periódica especificamente orientada para as notícias artísticas, foi o *Jornal de Bellas-artes, ou Mnemosine Lusitana* [1816-1817], de Pedro Alexandre Cavoé. Contém algumas gravuras da sua autoria, entre notícias úteis para o estudo e conservação do património artístico português. Desenvolveu um olhar crítico na exposição histórica e arquitectónica dos edifícios, monumentos e praças de Lisboa, com as respectivas estampas, descrevendo os estabelecimentos de ensino das artes e ofícios. Ainda se pode indagar um catálogo dos pintores e poemas inéditos de autores nacionais, etc., veiculando uma visão artística da História de Portugal, algo nunca observado no nosso periodismo. Apesar da simplicidade discursiva do *Jornal de Bellas-artes, ou Mnemosine Lusitana*, é um marco na imprensa periódica artística (DBP, vol. IV, 1860, p. 176; DJP, vol. I, p. 199-199v.^o; Cunha, 1941, p. 268; Tengarrinha, 1989, p. 73; CPS, p. 54).



Figura 82
Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana, n.º 1, Impressão Régia, Lisboa, 1816. Fonte: reprodução do original.



Figura 83
O Negociante Perfeito, ou Jornal de Commercio, e de Geografia, n.º 1, Regia Typographia Silviana, Lisboa, 1816. Fonte: reprodução do original.

Seguiu-se *O Negociante Perfeito, ou Jornal de Commercio, e de Geografia* [1816], redigido por José Pedro Coelho Mayer. Nos 13 números conhecidos deste periódico literário esboçaram-se algumas problemáticas históricas, acepções comerciais e práticas mercantis em uso por todo o mundo. Publicaram-se, simultaneamente, diversas noções breves de Matemática e Aritmética aplicáveis ao comércio (DJP, vol. I, p. 225; Cunha, 1941, p. 268; Tengarrinha, 1989, p. 73).

Entre os periódicos portugueses do circuito parisiense, recordamos os *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, publicados por uma «Sociedade de Portuguezes residentes em Paris», compreendendo 16 volumes publicados trimestralmente entre Julho de 1818 e meados de 1822 (DBP, vol. I, p. 73; DJP, vol. I, p. 157-157v.^o; Cunha, 1941, p. 270; Tengarrinha, 1989, p. 106). Este periódico, no qual foram compilados trabalhos científicos, foi fundado por José Diogo Mascarenhas Neto, Francisco Solano Constâncio e Cândido José Xavier Dias da Silva, colaborando, posteriormente, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque.



Figura 84
Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras, tomo III, A. Bobée, Paris, Janeiro 1819.
Fonte: reprodução do original.

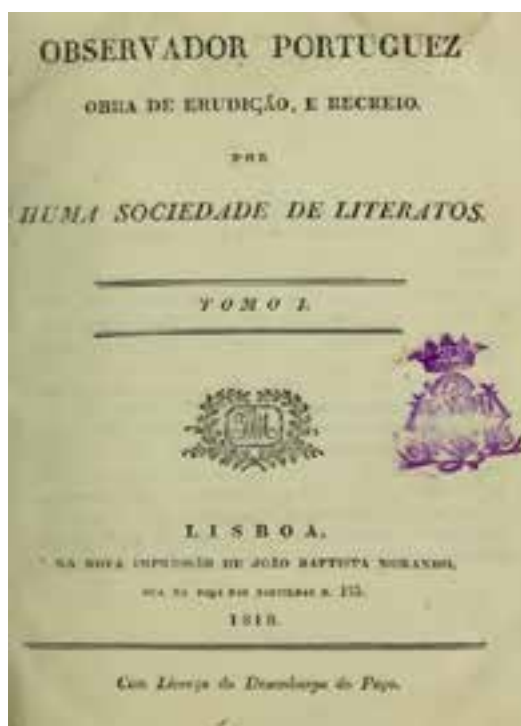


Figura 85
Observador Portuguez. Obra de Erudição, e Recreio, tomo I, Nova Impressão de João Baptista Morando, Lisboa, 1818.
Fonte: reprodução do original.

Apesar de ser uma publicação técnico-científica, editou algumas anotações aliciantes para a Historiografia, nomeadamente de D. Manuel Francisco de Macedo Leitão e Carvalho, 2.^o visconde de Santarém. Uma segunda série deste periódico sairia com título de *Novos Annaes das Sciencias, e das Artes dedicados aos que falam a Lingua Portuguesa em ambos os Hemispherios* [Chez Farcy, Paris, Janeiro-Julho 1827].

O *Observador Portuguez*, um periódico pertencente à “cúpula” do nosso periodismo literário, foi iniciativa de «hum Sociedade de Literados» e editado semanalmente entre Janeiro de 1818 e Março de 1819, totalizando 13 números. Os principais colaboradores do *Observador Portuguez* foram Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, José Maria da Costa e Silva e António Maria do Couto, etc. Contudo, apesar da sua qualidade editorial, seria proibido em Março de 1819, sendo-lhe negada a licença de impressão devido a querelas públicas com José Agostinho de Macedo (DBP, vol. VI, p. 319-320; DJP, vol. I, p. 227-227v.^o; Cunha, 1941, p. 269-270; Tengarrinha, 1989, p. 111; CPS, p. p. 65).

Pertencente aos periódicos liberais da primeira emigração em Londres, recordamos O *Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo* [1819-1821], redigido por José Liberato Freire de Carvalho, o qual reuniu 36 números quinzenais, tendo cessado com o seu regresso a Lisboa (DJP, vol. I, p. 160-162; Cunha, 1941, p. 270-271; Tengarrinha, 1989, p. 84-85; CPS, p. 28).

O
CAMPEÃO PORTUGUEZ.

OU

O AMIGO DO REI E DO POVO.

JORNAL POLITICO, PUBLICADO TODOS OS QUINZE
DIAS PARA ADVOGAR A CAUSA E INTERESSES
DE PORTUGAL.

No. I. Vol. I.

JULHO, 1819.

LONDRES:

IMPRESSO POR L. THOMPSON,
GREAT ST HELENS.

Figura 86

O Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo, vol. I, n.º 1, L. Thompson, Londres, Julho 1819.
Fonte: reprodução do original.

Sucedido por *O Campeão Portuguez em Lisboa, ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional* [1822-1823], expresso numa linguagem menos violenta do que outros periódicos congéneres, apelou para a implementação de reformas, censurou os abusos do Governo no Rio de Janeiro e “preparou-se” para a inevitável mutação política após Agosto de 1820. Sendo um repositório de notícias e documentos sobre a Revolução Liberal, por vezes, é confundido como o *Observador Portuguez, Histórico, e Politico de Lisboa* [1809].

1.25. A imprensa periódica no início do constitucionalismo

Nas vésperas da Revolução Liberal, o periodismo português encontrava-se em forte ebulição. Todos os periódicos portugueses assinalam um certo ‘rejuvenescimento’, vislumbrando o futuro com expectativa. A nossa imprensa periódica especializada seguia, paralelamente, um caminho traçado por outros países europeus após a criação das suas academias e a multiplicação de periódicos científicos. Tendo em conta o nosso panorama cultural, subjugado pelas estruturas do *Ancien Regime* e o elevado índice de analfabetismo, não podemos admitir que os progressos da Ciência cativassem grandes parcelas da população, mas unicamente um círculo limitado de leitores.



Figura 87
Jornal Enciclopédico de Lisboa, tomo II, n.º 7,
Impressão Régia, Lisboa, Julho 1820.
Fonte: reprodução do original.

No entanto, atendendo ao primeiro *Jornal Enciclopédico* editado entre os fins do século XVIII e os inícios do século XIX, encetaram-se esforços editoriais para o reactivar. Surgirá, portanto, o *Jornal Enciclopédico de Lisboa*, coordenado por José Agostinho de Macedo e Joaquim José Pedro Lopes, constituindo um marco na divulgação científica em Portugal e uma matriz para outros títulos na primeira metade do século XIX (*DJP*, vol. I, p. 203; Cunha, 1941, p. 271-272; Lapa, 1967, p. 66-67; Tengarrinha, 1989, p. 123; *CPS*, p. 55).

Nestes periódicos, as Ciências assumem-se como elementos cruciais para o desenvolvimento da Nação. Integrados na categoria dos “jornais enciclopédicos”, uma vez que seguem um modelo desenvolvido pela *Encyclopédie*, em que a multiplicidade de conteúdos científicos, políticos e literários foram as suas particularidades mais populares.

O último dos periódicos portugueses criado em Londres antes da Revolução Liberal seria *O Padre Amaro, ou Sovéla, Política, Historica, e Literaria*, publicado entre Janeiro de 1820 e Maio de 1826, resultando numa colectânea de 12 volumes — continuado pelo *Apêndice ao Padre Amaro* [1826-1830], num total de 6 volumes (*DJP*, vol. I, p. 233-234v.^o; Cunha, 1941, p. 271; Tengarrinha, 1989, p. 143). Editado por Joaquim Ferreira de Freitas, o qual esteve ao serviço das forças francesas, fugiu para Londres e abraçou o jornalismo. Pela defesa pública do esforço independentista brasileiro, Joaquim Ferreira de Freitas receberia uma tença vitalícia de 600 libras anuais a expensas de D. Pedro IV, suspensa nos seus últimos anos de vida.

Entretanto, ainda em Paris, será editado *O Contemporaneo Politico e Litterario* [1820], de tiragem mensal, cujo redactor foi Manuel Martins Pamplona Corte-Real, 1.^o conde de Suberra, coadjuvado por Cândido José Xavier Dias da Silva e José da Fonseca. Apenas publicou 4 números entre Janeiro e Abril de 1820, onde inclui artigos históricos e literários, mas estritamente consagrado à reflexão em torno das Guerras Napoleónicas, do Congresso de Viena e o advento do Liberalismo (*DBP*, vol. IX, p. 94; *DJP*, vol. I, p. 165-165v.^o; Cunha, 1941, p. 271; Tengarrinha, 1989, p. 84; *CPS*, p. 38).

A 24 de Agosto de 1820 iniciou-se um levantamento revolucinário no Porto e que logo se alastraria para outras vilas e cidades portuguesas, consolidando-se com a adesão de Lisboa. Não se registou forte resistência à revolta, a qual foi provocada pelo pretexto da falta de pagamento dos soldos militares e por comerciantes descontentes, garantindo o apoio de quase todas as camadas sociais. A junta governativa de Lord Beresford foi substituída pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, convocando as Cortes Gerais para promulgar uma Constituição, segundo o modelo espanhol. Ainda que o Congresso de Viena promovesse o retorno ao *status quo* europeu prévio a 1789, apenas a Rússia, o Império Austro-Húngaro e a Prússia, principais signatárias de Viena, preservavam as suas monarquias absolutistas. A Espanha jurou uma Constituição liberal [Cádiz, 1820], suspensa, porém, pela reacção absolutista de 1823.

O CONTEMPORANEO.

DO ESTADO DAS OPINIOENS

Em Novembro de 1819.

A época actual he das mais importantes. A Europa, que por espaço de trinta annos, padecio todas as calamidades, inseparaveis das revoluçoens, as quaes como as enfermidades do corpo humano se desenvolvem a certas epochas imprevisitas, apenas pode convalescer da moléstia grave, e talvez chronica, de que foi atacada. Debalde a restauração de 1814 restituiu a familia dos Bourbons ao throno de seus antepassados, proclamando a legitimidade, como hum dogma politico, tão útil á estabilidade dos governos, como á tranquillidade dos povos; debalde os soberanos; reunidos no congresso de Vienna, tentário pôr o complemento á felicidade publica por meio de revoluçoens, a que se ligião reciproca e espontaneamente, resoluçoens tomadas para conceder aos povos a fruição das garantias dos interesses nacionaes; debalde chamámo effectivamente alguns soberanos as naçoens a repartirem com elles o exercicio do poder legislativo, e outros promettêmo solemnemente fazello a epochas proximas; todas estas importantissimas cousas, como, garantidas pela pra-

1

Figura 88
O Contemporaneo, Politico, e Litterario,
Officina de P. N. Rougeron, Paris, 1820.
Fonte: reprodução do original.



Figura 89
«Aos Portuguezes...», pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, Typographia da Viuva Alvares Ribeiro e Filhos, Porto, 24 Agosto 1820.
Fonte: reprodução do original.

Também os ventos revolucionários sopraram em Portugal, semeando o Liberalismo. Após as invasões francesas de 1807-1811 e a fuga de D. João VI e a Família Real para o Brasil, ainda que expulsos os exércitos de Napoleão, os contingentes ingleses mantiveram-se no nosso país. Comandando arbitrariamente o País na ausência do soberano, mantiveram os antigos métodos absolutistas, perseguiram os partidários liberais, despoletando o descontentamento geral. Os ideais da Revolução Francesa ganham cada vez mais seguidores, muitas vezes clandestinamente, com especial relevo para a Maçonaria. Assim, a 24 de Agosto de 1820, deu-se a revolta com uma sublevação militar no Porto. A muito custo, D. João VI regressará no ano seguinte, após as eleições para as Cortes Constituintes. Em 1822, jurará a Constituição, *ensombrada* pela independência brasileira, a 22 de Setembro desse ano.

Logo após a Revolução de 1820, a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino assumiu a responsabilidade de editar o *Diário Nacional*, publicado entre 26 de Agosto e 5 de Setembro de 1820, sem autoria expressa. Foi o primeiro periódico publicado após os acontecimentos

e uma fonte de informação capital para os primeiros dias da Revolução (Cunha, 1941, p. 272; *GEPB*, vol. VIII, p. 923; *CPS*, p. 43).

Finda a edição do *Diário Nacional*, logo a 5 de Setembro de 1820, a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino ordenou a publicação do *Regeneração de Portugal*, saído unicamente entre 18 e 27 Setembro de 1820. Disposto em 2 páginas «in-quarto», era um simples edital com informações sobre os actos revolucionários (Cunha, 1941, p. 273; *GEPB*, vol. XXIV, p. 782; *CPS*, p. 71).



Figura 90
Regeneração de Portugal, n.º 1,
Typographia da Praça de Santa
Thereza, Porto, 18 Setembro 1820.
Fonte: reprodução do original.

De entre os periódicos políticos criados pelos movimentos constitucionais, salientou-se *O Portuguez Constitucional* [1820-1821], por Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, envolvido no processo revolucionário, agrupando os seus 161 números diários (Cunha, 1941, p. 273; Tengarrinha, 1989, p. 125; CPS, p. 83).

Houve um periódico que se propôs ser a “memória” da Revolução: tratou-se do diário *Mnemosine Constitucional* [1820-1821], de Pedro Alexandre Cávroé, assumindo-se como um repositório sobre o processo constitucional (Cunha, 1941, p. 273; GEPEB, vol. XVII, p. 429; Tengarrinha, 1989, p. 125).

A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino faria editar o *Correio do Porto*, redigido por Joaquim Rodrigues de Andrade, João António Frederico Ferro e Alvito Buela Pereira de Miranda (Cunha, 1941, p. 273-274; Tengarrinha, 1989, p. 142; CPS, p. 39). Foi uma continuação do *Regeneração de Portugal*, sendo publicado entre 27 de Setembro de 1820 e 7 de Maio de 1834 — suspenderia a sua actividade entre 8 Julho de 1832 e 5 Janeiro de 1833, mas, a partir de 6 Janeiro de 1833, seria também impresso em Coimbra, pela Real Imprensa da Universidade. O *Correio do Porto* abraçou as causas liberais e/ou absolutistas conforme as propensões políticas do momento, permanecendo um repositório fulcral de notícias até ao fim das lutas liberais.



Figura 91
Correio do Porto, n.º 2,
Typographia da Praça de Santa
Tereza, Porto, 28 Setembro 1820.
Fonte: reprodução do original.

Entretanto, fundou-se *O Patriota*, editado entre 27 Setembro de 1820 e 17 de Dezembro de 1821, totalizando 358 números diários. Periódico estritamente dedicado aos procedimentos burocrático-políticos das Cortes Constituintes, foi redigido por João Pedro Norberto Fernandes (Cunha, 1941, 273; Tengarrinha, 1989, p. 137).

Uma semana depois de eclodir a Revolução, António Maria do Couto iniciou *O Liberal* a 28 de Setembro de 1820, findando a 29 de Agosto de 1821, editando 37 números inteiramente subordinados aos eventos revolucionários (Cunha, 1941, p. 274; Tengarrinha, 1989, p. 125).

O Genio Constitucional, periódico que cooperou para o sucesso do processo revolucionário, revela-se uma importantíssima fonte de informação histórica. Redigido por Alfredo Braga e António Luís de Abreu, este diário portuense foi publicado entre 2 de Outubro e 30 de Dezembro de 1820 (Cunha, 1941, p. 274; *GEPB*, vol. XII, p. 288; *CPS*, p. 52).



Figura 92
Genio Constitucional, n.º 1,
Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro
& Filhos, Porto, 2 Outubro 1820.
Fonte: reprodução do original.



Figura 93
Astro da Lusitania, n.º 8, Officina de J. F.
M. de Campo, Lisboa, 15 Novembro 1820.
Fonte: reprodução do original.

O *Astro da Lusitania* [1820-1823] foi um dos mais influentes periódicos publicados em Lisboa, logo após a eclosão revolucionária no Porto. Redigido pelo bacharel Joaquim Maria Alves Sinval, o *Astro da Lusitania* seria impresso até à *suspensão das garantias* que precedeu a queda da Constituição [Junho de 1823], saindo o último número a 15 de Abril desse ano (*DJP*, vol. I, p. 292-292v.^o; Cunha, 1941, p. 274; Tengarrinha, 1989, p. 131-133; *CPS*, p. 24).

Pouco se sabe acerca do *Manifesto da Razão* [1820], o primeiro periódico político editado em Coimbra depois da Revolução Liberal. Os dois números «in-quarto» revelavam a sua natureza revolucionária, mas não conhecemos o seu autor (*DJP*, vol. I, p. 480; Cunha, 1941, p. 271; Tengarrinha, 1989, p. 186).

A pretexto das reuniões constituintes, João Francisco Delgado avançaria com o periódico bissemanal *Minerva Constitucional* (*DJP*, vol. I, p. 485-485v.^o; Cunha, 1941, p. 275; Tengarrinha, 1989, p. 125). Só se conhecem 8 números impressos entre 11 de Novembro e 9 de Dezembro de 1820, embora o seu noticiário se prestasse às notícias dos Estados Unidos da América. Nesse sentido, não se deverá confundir com outro periódico intitulado *Minerva Constitucional* [Coimbra, 1823].

O *Amigo do Povo, ou Sentinella da Liberdade*, periódico semanal escrito por Manuel José Gomes de Abreu Vidal, foi um dos jornais políticos publicados depois dos acontecimentos revolucionários (*DJP*, vol. I, p. 273-273v.^o; Cunha, 1941, p. 274; Tengarrinha, 1989, p. 125). De entre os vários títulos lançados a seguir à Revolução Liberal, refira-se o *Cidadão Artista Constitucional aos seus Compatriotas*, de autor anónimo, e do qual só existem o n.^o 6 [1820] e n.^o 7 [15 de Janeiro de 1821]. Foi unicamente dedicado às Cortes Constituintes.

Para a memória histórica do Liberalismo é essencial conhecer *O Pregoeiro Lusitano* [1820-1821], de Clemente José de Mendonça. Todos os números deste periódico compreendem somente os trabalhos das Cortes Constituintes desde a sua instalação [26 de Janeiro de 1821], embora tenha cessado algures nos finais desse ano (*DJP*, vol. I, p. 564-566; Cunha, 1941, p. 273; *GEPB*, vol. XXXIII, p. 131; Tengarrinha, 1989, p. 125; *CPS*, p. 70).

O *Templo da Memória, ou Observador Constitucional* [1820], editado por Francisco Baptista Oliveira de Mesquita, cujos 10 números contêm documentos relativos à Revolução Liberal. Embora possuísse artigos culturais, serviu unicamente a causa vintista (*DJP*, vol. I, p. 611; Cunha, 1941, p. 272; Tengarrinha, 1989, p. 125).

As *Parabolas Accrescentadas ao Portugal Regenerado* [1820-1821], da autoria do jurista Manuel Borges Carneiro, englobava números «in-oito». Publicação noticiosa, o autor usou o pseudónimo «D. C. N. Públicola», tecendo considerações sobre o Direito Constitucional emergente (*CPS*, p. 156).



Figura 94
O Templo da Memoria, ou Observador Constitucional, n.º 1, Impressão Régia, Lisboa, 1820.
 Fonte: reprodução do original.



Figura 95
Parabolas Accrescentadas ao Portugal Regenerado, n.º 1, Impressão Régia, Lisboa, 1820.
 Fonte: reprodução do original.

Como consequência directa do processo revolucionário, assistiu-se a uma profusão de títulos periódicos, como *A Nação e o Rei* [1820], do qual apenas se conhece um número, embora o seu anónimo autor anunciasse uma tiragem bimensal. Aqui fez-se uma apologia às virtudes que devem constar numa Constituição. A maioria destes periódicos desapareceram e os exemplares disponíveis são raríssimos. Embora existam referências a outros títulos impressos em 1820, como o *Lysia Degenerada*, *O Homem Livre Amigo do Povo e do Principe*, *O Mudo com Fala* ou *A Voz da Razão*, as indicações bibliográficas sugerem-nos um volume acrescido de outras publicações.

1.26. Considerações Finais

Nos inícios da década de 1820, os meandros da imprensa periódica portuguesa foram também vanguardistas, daí este data ser um ponto de viragem em qualquer estudo sobre o

periodismo nacional, assim como noutras vertentes historiográficas. Como se apurou desde o nascimento da imprensa periódica, as práticas jornalísticas evoluíram amplamente, fornecendo gradualmente as estruturas necessárias para edificar representações discursivas com que se divulgaram os acontecimentos. Foi igualmente o tempo que precedeu o Romantismo no panorama literário português.

Neste sentido, quantas questões, dúvidas e incertezas, assim como preconceitos e tradições pairam sobre este conjunto extraordinária de periódicos publicados num arco temporal que dista de 1625 a 1820! Quantas mudanças assistiu a nossa sociedade em quase duzentos anos e nos quais o Jornalismo, tal como todas as áreas do se metamorfosearam numa outra didáctica da História!

As afinidades entre a História e a Imprensa não são opostas, mas de coadjuvação mútua, algo conhecido desde os primórdios da *arte da notícia*. Actuando em patamares científicos distintos, as suas fronteiras parecem-nos suavizadas — qual será, portanto, o futuro destas ligações? Serão estas, supomos, algumas das directrizes que deverão orientar estudos mais detalhados sobre estes periódicos e respectivos conteúdos. Serão pesquisas da maior utilidade para a nossa Cultura, pois permitirão inúmeras revelações que o antigo jornalismo português nos ofertará. Existe todo um domínio quase desconhecido e da maior fortuna e cremos que estas fontes, quase menosprezadas até actualmente, são utilíssimas para conhecermos os factos, as sensibilidades coevas e as atitudes mentais das várias épocas históricas.

Bibliografia

1. Fontes Manuscritas

Pereira, A. X. S. *Dicionário Jornalístico Portuguez* [manuscrito]. Academia das Ciências de Lisboa.

2. Fontes Periódicas

A Abelha, (1818). (s. n.).

A Nação, e o Rei, ou idéa geral dos deveres que huma Nação está obrigada a praticar consigo mesma, pelo que respeita a escolha da sua Constituição; e daquelles que tem a exigir do Soberano que a houver de governar (1820). Impressão de Alcobia.

A Voz da Razão (1820). Typographia Morandiana.

Abelha do Meio-Dia (1809-1810). Impressão Régia.

Academia dos Humildes, e Ignorantes. Dialogo entre hum Theologo, hum Filosofo, hum Escrivão, e hum Soldado, no sitio de Nossa Senhora da Consolação (1758-1770). Officina de Ignacio Nogueira Xisto.

Academia Orthografica Portugueza, em que sao interlocutores Sabino presidente, Severo arguente, Deziderio discipulo (1789). Officina de António Gomes.

Advinhações Curiozas, e Instructivas, nas quaes igualmente se contem, e explicão alguns dos mais delicados emblemas, e melhores lugares da Fábula para Intelligencia da Historia Mythologica (1801). Officina Patriarchal.

Almanach de Lisboa (1782-1823). Officina Patriarchal; Officina da Academia das Sciencias; Officina de António Rodrigues Galhardo.

Almanach Militar ou Livro dos Quarteis (1817-1822). Typographia de F. X. de Souza.

Almanak das Musas offerecido ao Genio Portuguez (1793-1794). Officina de Filipe José de França; Officina de António Gomes; Officina de João António da Silva.

Almanak das Ordenanças (1815). Impressão Régia.

Almanak Militar ou Lista Geral dos Officiaes do Exercito de Portugal (1817-1822). Typographia de Manuel Pedro de Lacerda.

Almanak Militar: Parte I (1809). Officina de Joaquim Thomaz de Aquino.

Almocreve de Petas, ou Moral Disfarçada, para correcção das miudezas da vida (1797-1799). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Analecto de Recreação, e Erudição (1805-1806). Impressão Régia.

Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras (1818-1822). A. Bobée.

Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal (1744). Officina de Domingos Gonçalves.

Anno Medico, que contem as observações meteorologicas, e medicas, feitas na cidade do Porto em 1792 (1796). Officina de Viuva Mallen Filhos e Companhia.

Annuncios Ruraes a favor da Agricultura do Reino, e Colonias (1802). Regia Officina Typografica.

Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense (1810). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Archivo de Peças Divertidas, e Scientificas (1807). Impressão Régia.

Argus Lusitano: ou Cartas Analiticas (1809-1810). Officina de Cox Son and Baylis.

Armazem Interessante, e Recreativo, ou Collecção de Novellas, e Noticias Uteis, e Agradaveis (1806). Impressão de Bernardino José Alcobia.

Arquivo de Peças Importantes e Instrutivas (1800). [s. n.].

As Variedades (1801-1805). Officina de Simão Thaddeo Ferreira; Typografia Lacerdina.

Assembléa Curiosa, e Observador Academico, distribuida em folhetos para utilidade dos curiosos (1788). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Astro da Lusitania (1820-1823). Officina de J. F. M. de Campo.

Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasilienze (1811). Impressão Régia.

Barco da Carreira dos Tolos. Obra Critica, Moral, e Divertida (1803). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Bibliotheca das Sciencias, e Artes: ou Noticia das melhores obras, que sahém na Europa, como tambem os melhores discursos, dissertações, memorias, compostas sobre as sciencias e artes, pelos mais celebres escriptores em Latim, Francez, Inglez, Italiano, Alemão, etc. para utilidade dos applicados (1793). Officina de Pedro Ribeiro França.

Bibliotheca Universal Extrahida de Muitos Jornaes, e dos Melhores Escritores Antigos, e Modernos. Pelo author das Viagens de Altina (1803-1805). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Boletim Extraordinario que traz a Capitulação da Praça de Valença (1809). Impressão Régia.

Café Jocosamente aberto junto de um campo que pertence á ill.m^a sr.^a D. Ociosidade, viuva que ficou do preclarissimo sr. Trabalho, que Deus haja (1797-1798). [s. n.].

Calendrier de Lisbonne pour L'An 1808. Avec un grand nombre de curiosités utiles et nécessaires tant aux nationaux qu'aux étrangers (1808). Imprimerie de Rolland.

Camara Optica, onde as vistas ás avessas mostram o mundo ás direitas (1807-1809). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Campanha de Portvgal: pela provincia do Alentejo na Primavera do Anno de 1663, governando as armas daquella Prouincia Don Sancho Manoel Conde de Villa Flor, etc. (1663). Officina de Henrique Valente de Oliveira.

Cartas Familiares, Historicas, Politicas e Criticas. Discursos Serios e Jocosos (1741-1742) Adrien Moetjens.

Cidadão Artista Constitucional aos seus Compatriotas (1820-1821) Typographia Morandianna.

Collecção das Célebres Gazetas do Rocio, que para seu desenhado compòz certo Patusca; o qual andava á pesca de todas as imposturas, que o intruso Ministério Francez fazia imprimir no Diario Portuguez (1808-1809). Typografia Lacerdina.

Collecção das Ordens do Dia do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Guilherme Carr Beresford, Commandante em Chefe dos Exercitos de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor (1809-1835). António Nuno dos Santos [Impressor do Quartel-General].

Collecção de Mentiras, e Verdades (1806-1807). Impressão de Bernardo José Alcobia.

Collecção de Noticias acerca do Resgate dos Portuguezes captivos em Argel ajustado no ano de 1810 (1810-1811). Typographia da Academia Real das Ciências.

Collecção de Opusculos sobre a Vaccina feitos pelos Socios da Academia Real das Sciencias, que compoem a Instituição Vaccinica (1812-1814). Typografia da Academia.

- Collecção de Trajes que usam todas as Nações do Mundo* (1809). Impressão Régia.
- Com Privilegio Real* (1778-1807). Regia Officina Typographica.
- Comboy de Mentiras, vindo do Reino Petista com a Fragata Verdade Encoberta por Capitania* (1801). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Continuação Historica do Estado, Svccessos, e Progressos da Liga Sagrada contra Turcos: formada das cartas, qve trouxeraõ os ultimos Correios do Norte, & Italia* (1684-1690). Officina de Miguel Deslandes.
- Correio Braziliense ou Armazem Literario* (1808-1822). W. Lewis.
- Correio da Peninsula ou Novo Telegrafo* (1809-1810). Impressão Régia.
- Correio da Tarde* (1809). Impressão Régia.
- Correio das Modas* (1807). [s. n.].
- Correio de Lisboa* (1812). Officina de Joaquim Rodrigues d'Andrade.
- Correio de Londres* (1809-1810). Impressão Régia.
- Correio do Outro Mundo. Dialogo entre hum druida, e hum moderno francez* (1808) Imprensa Regia; Nova Officina de João Rodrigues Neves; Officina de João Evangelista Garcez.
- Correio do Porto* (1820-1834). Typographia da Praça de Santa Thereza.
- Correio Geral do Commercio* (1815). [s. n.].
- Correio Mercantil, e Economico de Portugal* (1790-1811). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Diaria, y veridica relacion de las operaciones, y sucessos del Sitio de la Ciudad de Barcelona, desde el dia 31. de Março de 1706. hasta la retirada del enemigo* (1706). Imprenta de Antonio Pedrozo Galram.
- Diario Critico sobre os erros dos Falsos Filosofos* (1803-1804). Impressão Régia.
- Diario de Badajoz* (1809). Impressão Régia.
- Diario do Governo* (1820-1823). Impressão Régia.
- Diario do Porto* (1809). Typographia de Antonio Alvarez Ribeiro.
- Diario Lisbonense* (1809-1813). Impressão Régia.
- Diario Nacional* (1820). Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.
- Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia &c. Contem os discursos, e observações trabalhados pelos Academicos das duas Academias Medica e Cirurgica do Porto: o extrato dos livros e descobrimentos que se vão publicando na Europa sôbre a arte de curar e um catalogo das plantas do Reino de Portugal para se valerem dellas não somente os professores, mas todas as mais pessoas em geral e especialmente os que vivem no campo* (1764/1772). Officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno; Regia Officina Typographica.
- Divertimento Instructivo ou Collecção Escolhida de Novellas, Historias, Contos Moraes, Anedoctas interessantes, Parabolas, Fabulas, ditos filosoficos, contos para rir, &c. Obra moral, instructiva, e agradável, destinada para honesto divertimento, e util instrucção da mocidade Portuguesa* (1804-1806). Impressão Régia.
- Divertimento Musical ou Collecção de Modinhas* (1801). [s. n.].
- Eccos que o Clarim da Fama dá ou o Postilhão de Apollo montado no Pegazo, girando o Universo para divulgar ao Orbe Literario as Peregrinas Flores da Poezia Portuguesa com que vistosamente se esmaltão os Jardins das Musas do Parnazo* (1761-1762). Officina de Francisco Borges de Souza.
- Eclipse da Lva Otomana, ou Compendio Historico de todos os successos desta ultima Guerra contra os Otomanos, desde o seu principio até a destruição dos Turcos, pelas Armas da Liga Christaã, estabelecida entre Leopoldo I Emperador, e Ioam Terceiro Rey de Polonia, & outros Principes do Imperio, pelo Santissimo S. N. P. Innocencio XI* (1684). Officina de Miguel Deslandes.
- El Viridico Español* (1812). Impressão Régia.
- Ephemerides Astronomicas calculadas para o meridiano do Observatorio Real da Universidade de Coimbra: para o uso do mesmo Observatorio, e para o da Navegação Portuguesa* (1804). Real Imprensa da Universidade.
- Ephemerides Nauticas, ou Diario Astronomico para o anno de..., calculado para o meridiano de Lisboa e publicado por ordem da Academia Real das Sciencias* (1789-1862). Officina da Academia Real das Sciencias.
- Exame Critico do Motim Litterario de José Agostinho de Macedo* (1811). Impressão Régia.
- Exame dos Artigos Historicos, e Politicos, que se contem na Collecção Periodica intitulado Correio Braziliense, ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal* (1810). Impressão Régia.
- Extractos Praticos, e Uteis, á Economia Rural Portuguesa assim no Reino, como nas Colonias, ou Gazeta do Campo* (1804-1806). Impressão Régia.
- Fastos Politicos, e Militares da Antigua, e Nova Lusitania em que se descrevem as açoens memoraveis, que na Paz, e na guerra obraraõ os Portuguezes nas quatro partes dos Mundo* (1745). Officina de Inácio Rodrigues.
- Folha Mercantil da Cidade do Porto* (1816-1832). Typographia da Praça de Santa Thereza.
- Folheto* (1752). Officina de Manoel da Sylva.
- Folheto Cotovia* (1749). [s. n.].
- Folheto de Ambas Lisboas* (1730-1731). Officina da Música.
- Folheto Universal* (1764). Officina de Ignacio Nogueira Xisto.
- Gazeta d'Almada ou Telescopio Portuguez* (1809-1810). Impressão Regia.
- Gazeta d'Almada: uma recordação dos tempos do Junot* (1907). Parceria António Maria Pereira [facsimile].
- Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal* (1812-1813). Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Gazeta de Lisboa* (1715-1833). Officina Pascoal da Sylva; Officina de Luís José Correia de Lemos; Officina de José António da Silva; Officina de Pedro Ferreira; Officina de António Correia de Lemos; Officina de António Rodrigues Galhardo; Impressão Régia.
- Gazeta do Porto. O Leal Portuguez que contem a historia dos successos politicos e militares desde a feliz Restauração* (1808-1810). Typographia de Antonio Alvarez Ribeiro.
- Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822). Impressão Régia.
- Gazeta em que se relatam as novas todas, que ouve nesta Corte e que vieram de varias partes* (1641-1648). Officina de Lourenço de Anvers; Officina de Domingos Lopez Rosa; Officina de António Alvarez.
- Gazeta Extraordinaria de Londres* (1762). Officina de Miguel Rodrigues.
- Gazeta Instrutiva* (1814). Officina de Viuva Neves & Filhos.
- Gazeta Literaria ou Noticia Exacta dos Principaes Escriptos, que modernamente se vão publicando na Europa. Conforme a Analysis, que dellas fazem os melhores Criticos, e Diaristas das naçoens mais civilizadas* (1761-1762). Officina de Francisco Mendes Lima.

- Gazeta Primeyra, em que se referem as nouas, do Reyno, e se dá noticia de todas, as mais fora delle, em o mez de, Agosto de 1704* (1704). Imprensa de Valentim da Costa Deslandes.
- Genio Constitucional* (1820). Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.
- Hebdomadario Lisbonense: papel curiozo, noticiozo, util e de noticias publicas* (1763-1767). Oficina de Pedro Ferreira.
- Historia Universal Antiga, e Moderna, Geografica, Corografica, Topografica, Politica, Literaria, Critica. Chronologica, e Ecclesiastica de todos os Imperios, Reinos, e Cidades, que tem auido, e á prezentemente no mundo, que contem a descripçam dos Paizes, e das couzas mais notaveis d'elles: os Costumes, Religiao, e Governo dos seus povos: uma historia abbreviada do principio, progresso e decadencia de cada um dos Imperios: uma breve Chronologia dos seus Reis, e homens Illustres: uma descripçam das suas principaes cidades: com uma sufficiente noticia de como, e quando foi n'aquelles, que abraçaram o Evangelho, estabelecido o Catholicismo, e a sua perseverança, adiantamento ou decadencia, tirada dos melhores Geografos, e Historicos modernos, e antigos, para instrucçam dos Curiosos Portuguezes, que dezejarem em breve tempo, e com muita facilidade alcançar uma perfeita noticia da Historia Universal* (1760). Oficina de Ignacio Nogueira Xisto.
- Hum Portuguez aos Portuguezes* (1810-1814). Impressão Régia.
- Idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823). Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva.
- Introduçam aos Mercurios Historicos de Portugal, na qual se dá noticia da origem, progressos, e estados das presentes Guerras da Europa: e de outros sucessos memoraveis do anno de 1758* (1759). Oficina de Francisco Borges de Sousa.
- Jardim das Musas, e dos Sabios; ou Flores Poéticas Extrangeiras, e Nacionaes* (1805-1806). Impressão Régia.
- Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana* (1816-1817). Impressão Régia.
- Jornal de Coimbra* (1812-1820). Impressão Régia.
- Jornal de Modinhas com acompanhamento de cravo pelos melhores autores* (1792-1797). Real Fábrica e Armazém de Música.
- Jornal de Modinhas Patrioticas* (1812). [s. n.].
- Jornal Enciclopedico de Lisboa* (1820). Impressão Régia.
- Jornal Enciclopedico dedicado à Rainha Nossa Senhora e destinado para instrucção geral com noticia dos novos descobrimentos em todas as Sciencias e Artes* (1779-1806). Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo; Typographia Moraziana; Oficina de Filipe da Silva e Azevedo; Oficina de António Gomes.
- Jornal Encyclopedico ou Diario Universal das Sciencias e Artes* (1806). Typografia Lacerdina.
- Jornal Poetico, ou Collecção das melhores composições, em todo o genero, dos mais insignes poetas portuguezes, tanto impressas, como inéditas* (1812). Impressão Régia.
- Journal de Lisboa, ou Folha Diaria* (1809). Impressão Régia.
- Lanterna Mágica cuja relação contém o seguinte: extraida de diversas folhas, noticia da declaração da Russia* (1809). Impressão Régia.
- Le Mercvre Portvgais, ov relations politiqves de la fameuse révolution d'Estat arrivée en Portugal depuis la mort de D. Sebastien jusques au couronnement de D. Iean IV. à present regnant* (1643). Chez Antoine de Somerville e Augustin Courbé.
- Lista dos Officiaes das Milicias* (1811-1812). Impressão Régia.
- Lysia Degenerada* (1820). Imprensa de Alcobia.
- Manifesto da Razão sobre o estado presente das cousas de Portugal, e partido, que cada um deve tomar, conforme os verdadeiros principios da justiça e moral christã* (1820). Real Imprensa da Universidade.
- Mappa Politico, que contém hum Extracto do mais interessante das noticias de Londres* (1809). Impressão Régia.
- Medicina do Amor, na qual se expõem a origem, progressos, e fim do mesmo Amor; e se propõem o remedio para evitar as suas desordens: exposto tudo em huma disputa; que na Ribeira das Nãos tiverão dous velhos, hum soldado, e hum estudante; em que tambem se toca nas muitas módas, que diariamente se inventaõ, &c.* (1764). Oficina de Ignacio Nogueira Xisto.
- Mentor da Moda, ou Educação á Franceza em forma de Catechismo, para conhecimento do desorientado systema da França nestes ultimos dias* (1808-1809). Impressão de Alcobia; Nova Oficina de João Rodrigues Neves.
- Mercurio Britannico, ou Noticias Historicas, e Criticas sobre os Negocios Actuaes* (1798-1800). [s. n.].
- Mercurio Correctivo e Parenetico* (1776). [s. n.].
- Mercurio historico y politico: que contiene el estado presente de la Europa, lo sucedido en todas las cortes, los intereses de los principes, y generalmente todo lo mas curioso* (1741-1744/1759). Imprenta de M. Fernandez.
- Mercurio Historico, Politico e Litterario de Lisboa* (1794-1797). Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Mercurio Lusitano* (1812-1815). Impressão Régia.
- Mercvrio da Evropa com svas Noticias Principaes* (1689). Oficina de Domingos Carneiro.
- Mercvrio da Evropa, com suas noticias principaes, nam so dos successos da Liga Sagrada contra Infieis, mas descreve-se o caminho, que fez El-Rey da Graõ Bretanha Jacobo II, defensor da Fé, desde que sahio de Londres a França, até chegar a Irlanda, aonde fica de caminho para vir ao Reyno de Escocia. E descripçam do Reyno de Inglaterra* (1689). Oficina de Domingos Carneiro.
- Mercvrio Portvguez, com as novas da guerra entre Portugal & Castella* (1663-1667). Oficina de Henrique Valente de Oliveira [et al.].
- Mercvrius Ibernivus. Qve relata algvnos casos notables, que sucedieron en Irlanda, despues que tomó las armas por defender la Religion Catholica. Con una breve noticia del Estado prezente de aquel Reyno* (1645). Oficina de Domingos Lopez Rosa.
- Microscopio de Verdades; ou, Oculo Singular, para o Povo Portuguez ver puras, e singelas verdades despidas dos caprichos, e paixões particulares, e outras expostas abrihante luz do patriotismo, depois de terem sido descobertas por elle, entre as sombras do erro, da ignorancia, ou malicia dos Godoyanos* (1814-1815). W. Lewis.
- Microscopio Patriotico offerecido aos M. N. e M. L. Portuguezes e Hespanhoes* (1810). Impressão Régia.
- Minerva Constitucional* (1820). Nova Impressão da Viuva Neves & Filhos; Impressão Régia.
- Minerva Lusitana* (1808-1811)., Real Imprensa da Universidade.
- Minerva Lusitana, ou Rapsodia Periodica de Litteratura, Sciencias e Artes* (1801-1803). Oficina de António Rodrigues Galhardo.
- Miscellanea Curiosa de Varias Poesias Joviais e Serias* (1815). [s. n.].

- Miscellanea Curioza, e Proveitoza, ou Compilação, tirada das melhores Obras das Nações Estrangeiras*, traduzida e ordenada por ***C. J. (1779-1785). Typographia Rollandiana.
- Mnemosine Constitucional* (1820-1821). Imprensa Nacional.
- Motim Literario em Fôrma de Soliloquios* (1811). Imprensa Régia.
- Noticias (Primeiras) da gloriosa, & perfeitissima Vitoria alcançada pelas armas Imperiaes, Auxiliares, e Vngaras, governadas pelo Serenissimo Senhor Duque de Lorena, a 16. de Agosto do presente Anno de 1685. Contra o principal exercito ottomano, a que se reduzia o maior esforço do seu Poder, que mandava Muydan Baxá, Seraskier, ou generalissimo do Sultão* (1685). Officina de Miguel Deslandes.
- Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra que trouxeraõ os ultimos Correyos do Norte: publicadas nesta Corte de Lisboa a 16. de Setembro, Anno de 1687* (1687). Officina de Miguel Deslandes.
- Noticias de Inglaterra vindas pelo Correyo de Flandres, no primeiro de Janeiro de 1689* (1689). Officina de Miguel Deslandes.
- Noticias do estado de cousas de de Inglaterra. Vindas de Amsterdam, & de França a 3. de Janeiro de 1689* (1689). Officina de Miguel Deslandes.
- Noticias do que se tem passado no Exercito Turco de Vngria, & em Constantinopla, desde o combate de Harsan, & vitoria dos Imperiaes, até 8. de Novembro de 1687* (1688). Officina de Miguel Deslandes.
- Noticias Geraes de Evropa, com os Avisos, que ha de Alemanha, Venesa, Inglaterra, França, & Irlanda. Vindas no ultimo correyo de Italia, & Norte* (1689). Officina de Miguel Manescal.
- Noticias Officiaes dos Combates da Hespanha* (1810). Imprensa Régia.
- Noticias Officiaes relativas á destruição dos Francezes na Batalha de Figueirolla e outras* (1811). Imprensa Régia.
- Noticias Officiaes transcriptas das Folhas Inglezas* (1809). Imprensa Régia.
- Novidades da Corte vistas por Jozino, e relatadas aos Pastores da sua Aldêa* (1777). Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Novidades Literarias, Filosoficas, Scientificas, Poeticas, e Mercantis* (1802). Officina Nunesiana.
- Novo Diario de Lisboa* (1809). Imprensa Regia.
- O Amigo do Povo, ou Sentinella da Liberdade* (1820-1821). Imprensa Régia.
- O Anonymo, repartido pelas semanas, para divertimento, e utilidade do publico* (1752-1754). Officina de Pedro Ferreira.
- O Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo. Jornal politico, publicado todos os quinze dias para advogar a cauza e interesses de Portugal* (1819-1821). L. Thompson.
- O Contemporaneo, Politico, e Litterario* (1820). Officina de P. N. Rougeron.
- O Desapprovador* (1818-1819). Imprensa de Alcobia.
- O Discipulo Instruido pelos Mestres mais Sabios nos segredos naturaes das Sciencias, distribuido por semanas, em perguntas, e respostas, nas quaes terás, ó curioso Leytor, não só lição, que te recree o animo, mas tambem (com pouco trabalho) adquirirás huma cabal noticia dos naturaes segredos, que com tanto desvêlo, e estudo procuráraõ indagar os antigos, e modernos Escritores* (1759-1760). Officina de Francisco Borges de Souza.
- O Economista* (1811). Typographia Portugueza.
- O Engenheiro Civil Portuguez, respondendo aos quesitos que lhe propoem, relativos á sua profissão, etc. Obra utilissima a todas as classes de pessoas* (1804). Imprensa Régia.
- O Espectador Portuguez: Jornal de Litteratura e Critica* (1816-1818). Imprensa de Alcobia; Typographia Rollandiana.
- O Espelho Politico e Moral* (1813-1814). W. Lewis.
- O Espião Patriota, ou Cartas de Paulo Mendes Mirrado a hum seu amigo em Lisboa, participandolhe os passos do exercito francez depois da invazão de Portugal* (1811). [s. n.].
- O Espreitor do Mundo Novo: Obra Critica, Moral, e Divertida* (1802). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- O Expresso da Corte e Emprego de Curiosidades nas Cidades de Lisboa Occidental e Oriental em todas as semanas do anno de 1740* (1740). Officina de António Isidoro da Fonseca.
- O Homem Livre Amigo do Povo e do Principe* (1820). Officina de J. F. M. de Campos.
- O Hospital do Mundo. Obra Critica, Moral, e Divertida, em que é Medico o Desengano, e Enfermeiro o Tempo* (1805). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.* (1811-1819). H. Bryer; T. C. Hansard.
- O Lagarde Portuguez, ou Gazeta para depois de jantar* (1808). Imprensa Régia.
- O Liberal* (1820-1821). Typographia Morandiana [Imprensa de Morando].
- O Mensageiro* (1809). Imprensa Régia.
- O Mudo com Fala, ou hum Portuguez verdadeiro e sincero* (1820). Typographia Rollandiana.
- O Negociante Perfeito, ou Jornal de Commercio, e de Geografia* (1816). Regia Typographia Silviana.
- O Observador Hollandez, ou primeira carta de Mons. Van** a Mons. H. ** da Haya. Sobre o estado presente dos negocios da Europa. Traduzido da lingua Franceza na Portugueza* (1757-1758). Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- O Observador Lusitano em Pariz, ou Collecção Litteraria, Politica, e Commercial* (1815). P. N. Rougeron.
- O Occulto Instruido, que para licito divertimento, e honesta recreação se ha de publicar dividido em diferentes partes* (1756-1758). Officina de Domingos Rodrigues.
- O Padre Amaro, ou Sovêla, Politica, Historica, e Literaria* (1820-1826)., L. Thompson; R. Greenlaw.
- O Patriota* (1820-1821). Imprensa Morandiana; Nova Imprensa da Viuva Neves & Filhos.
- O Patriota ou o Amigo da Independencia de Portugal* (1809). Imprensa Régia.
- O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro* (1813-1814). Imprensa Régia.
- O Philarmonico Portuguez* (1808). [s. n.].
- O Piolho Viajante. Divididas as Viagens em mil e huma carapuças. Obra muito util para o Inverno, e para o Verão. Vertida da Lingua Piolha, com algumas notas do Traductor. Dividida nos tomos que forem. E offerecida a quem quizer* (1802-1804). Nova Officina de João Rodrigues Neves.
- O Popular* (1813-1814). [s. n.].
- O Portuguez Constitucional* (1820-1821). Typographia Rollandiana.
- O Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial e Literario*, (1814-1826). T. C. Hansard; W. Lewis; L. Thompson.

- O *Pregoeiro Lusitano. Historia circunstanciada da Regeneração Portuguesa. Desde o Porto, seu Illustre Berço, até a ultima conclusão das Côrtes, com varios Discursos tendentes ao mesmo objecto* (1820-1821). Typographia de João Baptista Morando; António Nuno dos Santos.
- O *Redactor, ou Ensaio Periodicos de Litteratura, e Conhecimentos Scientificos destinados para illustrar a Nação Portuguesa* (1803). Impressão Régia.
- O *Telegrafo Portuguez, ou Gazeta para depois de jantar* (1808-1814). Impressão Régia.
- O *Templo da Memoria, ou Observador Constitucional* (1820). Impressão Régia.
- Observador Portuguez, Histórico, e Politico de Lisboa, desde o dia 27 de Novembro do anno de 1807, em que embarcou para o Brazil o Principe Regente Nosso Senhor e toda a Real Familia, por motivo da invasão dos Francezes neste Reino, etc.* (1809). Impressão Régia.
- Observador Portuguez. Obra de Erudição, e Recreio* (1818-1819). Nova Impressão de João Baptista Morando; Impressão de Alcobia.
- Oeuvres mêlées ou discours historiques politiques, moraux, littéraires et critiques, publiés dans les mois de janvier (jusqu'en Décembre) de 1757, sous le titre d'Amusement périodique* (1751). [s. n.].
- Os Enjeitados da Fortuna expostos na Roda do Tempo. Obra moral, e muito divertida* (1817-1818). Impressão Régia.
- Os Medicos Perfeitos: ou novo methodo de curar todas as enfermidades; descoberto, e explicado pelos Mestres de mais subtil engenho, e applicado aos Enfermos, pelos Doutores mais sabios. Distribuido por numeros e semanas, em beneficio do vivente racional* (1759-1760). Officina de Francisco Borges de Souza.
- Palestra Admiravel, Conversação Proveitosa, e noticia universal do Mundo. Distribuida por numeros, e semanas. Para emprego da ociosidade, desterro da melancolia, e lição para recrear, e instruir a todo o estado de pessoas* (1759-1760). Officina de Francisco Borges de Souza.
- Palestras Criticas e Semi-Jocozas, em que se reprehendem os Costumes, e Modas Affectadas* (1771). Officina de Caetano Ferreira da Costa.
- Palladio Portuguez, ou Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os Novos Descobrimientos n'Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio, &c.* (1796). Officina Patriarchal.
- Parabolas Accrescentadas ao Portugal Regenerado* (1820-1821). Impressão Régia; Imprensa Nacional; Typographia Lacerdina.
- Paschoino em Portugal. Discurso jocoserio, e jocosa critica para entretenimento dos curiosos* (1748). [s. n.].
- Passatempo Curioso. Tardes de Inverno. Dialogos entre dois amigos Aleixo e Duarte repartidos em varias tardes para recreio das pessoas curiosas* (1779). Officina de Francisco Libório dos Santos.
- Postilhão de Lisboa* (1809). [s. n.].
- Preços Correntes na Praça de Lisboa* (1807). Impressão Régia.
- Primeira Noticia dos Gloriosos Successos que tiverão as armas de S. Magestade na Provincia da Beira; e particularmente do que houve junto à Villa de Monsanto em onze de Junho no combate, que teve com o inimigo, o exercito de S. Magestade mandado pelo Marques das Minas Governador das armas daquella provincia, &c do Conselho de Estado de Sua Magestade* (1704). Officina de Miguel Manescal.
- Primeyra Relaçam da Marcha, e Progressos do nosso Exercito até o Campo da Praça de Alcantara, governado pelo Marquez das Minas, dos Concelhos de Estado, &c Guerra; & da diversaõ intentada pelo inimigo na Praça de Elvas* (1706). Officina de António Pedroso Galrão.
- Producções Litterarias* (1806). [s. n.].
- Prospecto d'um Jornal Enciclopedico* (1778). Regia Officina Typographica.
- Quarta Relaçam dos Successos das Armas Portuguezas, progressos de ElRey Catholico Dom Carlos III. e dos mais Aliados desta Coroa, assim em Espanha, como em Italia, &c India Oriental* (1706). Officina de António Pedroso Galrão.
- Queyxas de Manoel de Passos, em que sua essencia se mostra escandalisado, por não ser na Academia Fleumatica admittido; fielmente traduzidas de idioma Lusitano, para a frase Portugueza, ou mais claro, passadas de hu papel de letra de mão para outro de letra redonda, por hum curioso, criado antigo da casa de Sua Essencia* (1731). Officina de Pedro Ferreira.
- Quinta Relaçam das Operaçoens das Armas Portuguezas, Progressos de ElRey Catholico Dom Carlos III. e mais Aliados desta Coroa, assim em Flandes, como no Alto Rhim, Italia, e Piamonte* (1706). Officina de António Pedroso Galrão.
- Recreio Domestico* (1807). [s. n.].
- Reflexões sobre o Correio Brasiliense* (1809). Impressão Régia.
- Regeneração de Portugal* (1820). Typographia da Praça de Santa Thereza.
- Relaçam da segvnda, e myy notavel vitoria campal, consegvida pelo principal exercito Cesareo, qve gouerna o Sereñissimo Heroe Duque de Lorena, contra o mayor poder dos Turcos, em distancia de tres leguas de Buda* (1684). Officina de Miguel Deslandes.
- Relaçam do lastimozo navfragio da Nao Conceiçam chamada Algaravia a Nova de que era Capitão Francisco Nobre a qual se perdeo nos bayxos de Pero dos Banhos em 22 de Agosto de 1555. [17.?].* Officina de António Álvares.
- Relaçam do svccesso qve as Armas portuguezas tiueram na Prouincia da Beira, governadas por D. Sancho Manoel conde de Villa Flor* (1662). [s. n.].
- Relaçam extraordinaria do exemplar castigo execvtda á força de Bombas, &c Carcassas, em a cidade &c porto de Tripoli, pelas Armas maritimas de Sua Magestade Christianissima, &c do ajuste, &c pactos, a que obrigou aquelles barbaros, cujo Divão (ou Senado) os assinou em este Anno de 1685* (1685). Officina de Miguel Deslandes.
- Relaçam terceira, e qvarta da victoria qve o Conde de Villafior Dom Sancho Manvel Gouvernador das armas da prouincia da Beira alcançov das armas castelhanas a noue, &c a dez de Agosto deste anno de 662. (1662).* Officina de Domingos Carneiro.
- Relaçam verdadeyra e compendio historial em qve se comprehendem todos os svccessos da guerra que os Turcos fizeram contra a christandade em este anno de 1683, desde o tempo qve sahirão de Constantinopla, até qve foram derrotados pelas Armas Imperiaes, &c Polacas sobre Viena &c seguidos em alcance até restituir-se a suas terras* (1683). Impressão de António Craesbeeck de Mello.
- Relação da vitoria qve o Conde de Villa Flor, D. Sancho Manuel, Mello, governadores das armas da prouincia da Beira, ganharão aos castelhanos. Sabbado 29 de Outubro de 1661* (1661). Officina de Antonio Craesbeeck.

- Relação do que succedeu em Portugal, e nas mais provincias do Occidente e Oriente desde Março de 626 até Agosto de 627. A Gil de Nicola cavalleiro francez* (1627). Frutuoso Lourenço de Basto.
- Relação do svceesso que tiveran as armas portvguezas governadas por D. Sancho Manuel, Conde de Villa Flor, e governador das armas do partido de Caslello Branco na prouincia da Beira, em 17 de Dezembro do anno passado de 1661* (1662). Officina de Antonio Craesbeeck.
- Relação dos Folhetos e Papeis que se vendem na Casa da Gazeta em prosa e em verso relativos à Feliz Restauração deste Reino com os preços por que se vendem* (1808). [s. n.].
- Relação Vniversal do qve svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente, desde mes de Março de 625. até todo Setembro de 626. Contem muitas particularidades, & coriosidades, ordenada por Francisco d'Abreu natural da cidade de Lisboa* (1626). Frutuoso Lourenço de Basto.
- Resumo Historico dos Successos Memoraveis da Restauração do Porto* (1809). Typographia Lacerdina.
- Retorno do Almocreve de Petas* (1797-1798). Officina Nune-siana.
- Retratos dos Grandes Homens da Nação Portugueza* (1804-1825). Officina de Alcobia.
- Retratos e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portugueza em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim Nacionaes, como Estranhos, tanto Antigos, como Modernos. Offerecidos aos Generosos Portuguezes* (1806-1825). Officina de Simão Thaddeo Ferreira; Impressão Régia.
- Revista dos Genios de Ambos os Sexos, passada em virtude da denuncia, que delles se deo, ou Segunda Parte do Tribunal da Razão* (1815). Impressão Régia.
- Roda da Fortuna, onde gira toda a qualidade de gente bem, ou mal segura. Obra critica, moral, e muito divertida* (1816-1817). Impressão Régia.
- Segunda Relaçam Verdadeyra da Marcha, e Operaçoens do Exercito, e Operaçoens do Exercito da Provincia do Alentejo governado pelo Marquez das Minas D. Antonio Luis de Sousa, dos Conselhos de Estado, & Guerra delRey nosso Senhor, & Governador das Armas da dita Provincia; rendimento da Praça da Alcantara, & diversaõ intentada pelo inimigo na Praça de Elvas* (1706). Officina de António Pedroso Galvão.
- Semanario de Instrução, e Recreio* (1812-1813). Impressão Régia.
- Semanario Lusitano* (1809). Impressão Régia.
- Semanario Patriotico, traduzido do Hespanhol* (1808). Impressão Régia.
- Semanas Proveitosas ao Vivente Racional, ou modos para curar a alma enferma, e adquirir sciencia dos segredos naturaes, repartido em trinta semanas, nas primeiras quinze se curao a Soberba, Avareza, e Gulla, que são cabeça originaria de todas as outras enfermidades. Nas segundas se divulgaõ os Naturaes Segredos, que com tanto desvelo, e estudo procuraráõ indagar os antigos, e modernos Escriitores* (1760). Officina de Francisco Borges de Souza.
- Setima Relaçam das Operaçoens das Armas DelRey N. Senhor, & delRey Catholico Dom Carlos III. e mais Aliados desta Coroa, assim em Espanha, como nos Paizes baixos, Alto Rhim, Piamonte, & Italia, em q se refere a gloriosa vitoria alcançada sobre Turim pelo Duque de Saboya, & pelo Principe Eugenio contra os Exercitos de França, governados pelos Duques de Orleans, & de la Folhada, & pelo Marichal de Marsim* (1706). Officina de António Pedroso Galvão.
- Sexta Relaçam das Operaçoens das Armas delRey N. Senhor, & delRey Catholico Dom Carlos III. e mais Aliados desta Coroa, assim em Espanha, como nos Paizes baixos, Ungria, Italia, & Piamonte* (1706). Officina de António Pedroso Galvão.
- Sonho lembrado, successos do Mundo depois de creado, memorias de cazos, semanas futuras dos annos passados. Historia Sagrada, e Profana. Offerecida aos Leitores* (1762). Officina de Pedro Ferreira.
- Tacito Portuguez, ou traducçam politica dos tres primeyros livros dos Annaes de Cornelio Tacito, illustrados com varias ponderaçoens que servem à comprehensão assim da Historia como da Politica* (1715). Officina Real Deslandesiana.
- Tardes de Maio, ou tardes de passeio, passadas em conversação erudita, para servir de instrucção á mocidade portugueza, e de introducção á geographia* (1758). Officina de José da Costa Coimbra.
- Tardes Divertidas, e Conversações Curiosas, praticadas nos sitios mais alegres de Lisboa, por quatro Amigos bem instruidos nas Historias, Sacra, Politica, Natural, e Fabulosa* (1794-1804). Nova Officina de João Rodrigues Neves; Officina de Simão Thaddeo Ferreira; Officina de João Procópio Correia da Silva; Officina de António Rodrigues Galhardo.
- Templo da Gloria dos Luzos* (1806-1807). [s. n.].
- Tempo Presente, Maquina Aerostatica, noticia universal, ó novidades de cada dia, trazidas pela mesma maquina, tanto de Portugal, como do mais resto do mundo. Dadas todas as semanas aos olhos de quem os tiver, etc.* (1806-1807). Typographia Lacerdina.
- Terceyra Relaçam dos Gloriosos Successos das Armas Portuguezas, depois da Expugnaçam, e Rendimento da Praça de Alcantara, até pôr á obediencia de ElRey Catholico Dom Carlos III. A Corte de Madrid, Capital de toda a Monarquia de Espanha* (1706). Officina de António Pedroso Galvão.
- Theatro Comico de Pequenas Peças* (1798). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Theatro Estrangeiro* (1787-1805). Typographia Rollandiana.
- Theatro Nacional* (1812-1813). [s. n.].
- Traducção Fiel do Diario do Governo da Corunha* (1809). Impressão Régia.
- Tribunal da Razão, onde he arguido o dinheiro pelos queixosos da sua falta: obra critica, alegre e moral* (1814-1816). Impressão Régia.
- Victoria que por principio de campanha conseguiram a vinte sete de Junho as Armas Cesareas debaixo do governo de seu generalissimo o serenissimo Heroe Duque de Lorena, contra todo o poder, que os Turcos tinham prevenido em sua opposição* (1684). Officina de Miguel Deslandes.
- Viola de Lerenio: collecção das suas cantigas offerecidas aos seus amigos* (1798). Typographia Rollandiana.
- Zodiaco Lusitanico-Delphico. Anatomico, Botanico, Chirurgico, Chymico, Dendrologico, Ictyologico, Lithologico, Medico, Meteorologico, Optico, Ornithologico, Pharmaceutico, e Zoologico* 1749/1980, [s. n.].

3. Estudos e Obras de Referência

- Almeida, F. (2004). *História de Portugal. Instituições Políticas e Sociais de 1385-1580 e de 1580-1816*, vol. II. Bertrand Editora.

- Alves, J. A. S. (2000). *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Departamento de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Alves, J. A. S. (2005). *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio. O Português (1814-1826)*. INCM.
- Alves, J. A. S. (2005). *O poder da Comunicação*. Casa das Letras.
- Alves, L. (1983). Inventário da Legislação sobre Imprensa [1576-1841], in *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*. Centro de Estudos Humanísticos.
- Andrade, M. I. O. (2001-2004). *José Agostinho de Macedo. A Contra-revolução em Português*, vols. I-II. Edições Colibri.
- Aranha, P. W. B. (1909). *Nota acerca das invasões francezas em Portugal principalmente a que respeita à primeira invasão do comando de Junot: contém muitos documentos relativos aos sucessos assombrosos na Europa no fim do século XVIII e princípios do século XIX*. Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Araújo, A. C. (2003). *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Livros Horizonte.
- Balbi, A. (2004). *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, tomos I-II. INCM/FEUC.
- Baptista, J. (1977). *Alexandre Herculano jornalista*. Livraria Bertrand.
- Barbosa, D. C. (1944). *Viola de Lereño*, vols. I-II. Imprensa Nacional.
- Batista, V. & Correia, I. (2002). Sobre o *Jornal Enciclopédico* (1779-1793). *Cultura — Revista de História e Teoria das Ideias*, 2.^a série, XIV, 173-186.
- Belo, A. (2000). A *Gazeta de Lisboa* e o terramoto de 1755: a margem do não escrito. *Análise Social*, (XXXIV)151-152, 619-637. <https://www.jstor.org/stable/41011375>
- Belo, A. (2001). *As gazetas e os livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. ICS.
- Bernardes, J. A. C. (dir.) (1995-2005). *Biblos. Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa*, vols. I-V. Editorial Verbo.
- Bessa, J. (1904). *O jornalismo: esboço historico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Viúva Tavares Cardoso.
- Boisvert, G. (1982). Le premier périodique liberal publié au Portugal: le *Correio da Península ou Novo Telegrafo* (Lisbonne, 3 juillet 1809-2 août 1810), in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, vol. II. Livraria Sá da Costa.
- Borges, J. V. (2003). *Conquista de Madrid: 1706*. Tribuna da História.
- Brandão, F. C. (2005). *Da Crise do Antigo Regime à Revolução Liberal 1799-1820: uma Cronologia*. Europress.
- Canaveira, R. (2002). *Dicionário de tipógrafos e litógrafos famosos*. [s. n.].
- Carbonell, C.-O. (1992). *Historiografia*. Editorial Teorema.
- Caseiro, M. E. (1985). *A história dos meios de comunicação social em língua portuguesa no Brasil*. Centro de Estudos da Secretaria de Estado da Emigração.
- Catroga, F. (2001). *Memória, história e historiografia*. Quarteto Editora.
- Chagas, M. P. (1876-1886). *Diccionario popular historico, geographico, mythologico, biographyco, artistico, bibliographico e litterario*. Lallement Freres.
- Chorão, J. B. (1963-1986). *Enciclopédia luso-brasileira de cultura Verbo. Edição Século XXI*, vols. I-XXIX. Editorial Verbo.
- Coelho, J. P. (1997). *Dicionário de literatura*, vols. I-V. Mário Figueirinhas Editor.
- Costa, J. D. R. (1974). *O Almocreve das Petas e outras prosas*. Estúdios Cor.
- Couto, D. (2003). *História de Lisboa*. Gótica.
- Cruz, J. C. (2002). *Introdução ao estudo da comunicação: imprensa, cinema, rádio, televisão, redes multimédia*. IS-CSP.
- Cruz, M. H. B. e Silva, J. M. (1985). *Catálogo das publicações em série 1641-1833*. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Cunha, A. (1941). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Academia das Ciências de Lisboa.
- Curto, D. R. (ed.) (2003). *Bibliografia da história do livro em Portugal. Séculos XV a XIX*. BNL.
- Dias, E. G. (2003). Fr. Francisco Brandão [1601-1680]: da poligrafia da História ao contributo para o arranque do periodismo em Portugal no século XVII, *Revista Militar*, (LV)12. <https://comun.rcaap.pt/handle/10400.26/35397>
- Dias, E. G. (2005). A contribuição do *Le Mercvre Portvgais* para o movimento periódico português e para a construção de História de Portugal. *ArtCiência.Com, Revista de Arte, Ciência e Comunicação*, o. <https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.26/35542/1/ACONTR-1.PDF>
- Dias, E. G. (2006). *O Anonymo* [1752-1754], a excelência historiográfica de um periódico português nos meados do século XVIII. *ArtCiência.Com, Revista de Arte, Ciência e Comunicação*, 2. <https://comun.rcaap.pt/handle/10400.26/35155>
- Dias, E. G. (2006). *Gazetas da Restauração (1641-1648): uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*, (edição transcrita). Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Dias, E. G. (2010). A resistência ao invasor — os combates na imprensa periódica portuguesa aquando das Invasões Francesas [1807-1811], in *Actas do XXXV Congresso Internacional de História Militar. A Guerra no tempo de Napoleão*, vol. II (pp. 995-1015). Comissão Portuguesa de História Militar.
- Dias, E. G. (2010). *Olhares sobre o Mercurio Portuguez* [1663-1667]. *Transcrição e comentários*, vols. I-II. IN-CM/CEPESE.
- Dias, E. G. (2011). *A construção da História Medieval na imprensa periódica portuguesa de Oitocentos*. INCM.
- Dias, E. G. (2014). O esplendor do *Jornal Encyclopedico* na imprensa periódica portuguesa entre os séculos XVIII-XIX, *Mátria Digital*, 2, 212-230. <https://matriadigital.cm-santarem.pt/images/numero2/euricodias.pdf>
- Dias, E. G. (2015). Tudo aquilo que passa são apenas alegorias: o *Anno Historico, Diario Portuguez...* [1714-1744]. *Mátria Digital*, 3, 259-269. <https://matriadigital.cm-santarem.pt/images/numero3/eurico.pdf>
- Dias, E. G. (2017). *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*. Caleidoscópio.
- Dourado, M. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Brasilense*, vols. I-II. Biblioteca do Exército
- Evans, R. (2000). *Em defesa da história*. Temas & Debates.
- Fabre, M. (1980). *História da comunicação*. Moraes Editores.

- Faria, M. S. (2003). *Notícias de Portugal*. Colibri/Escola Secundária Manuel Severim de Faria.
- Febvre, L. e Martin, H.-J. (2000). *O aparecimento do livro*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fernandes, J. (1993). *Gazeta Literária* (1761-62): reflexos e sombras de um jornal das Luzes, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, X, 205-232. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5683/5348>
- Ferreira, J. P. R. (1987). A proposta constitucional do *Correio Brasileiro*. Separata de *Cultura — História e Filosofia*, vol. V. Centro de História da Cultura/FCSH-UNL.
- Figanière, J. C. (1850). *Bibliographia Historica Portugueza, ou catalogo methodico dos auctores portuguezes, e de alguns estrangeiros domiciliarios em Portugal, que tractaram da historia civil, politica e eclesiastica*. Typographia do Panorama.
- Figueiredo, F. (1922). *Historia da litteratura classica*. 2.^a Epoca: 1580-1756 (continuação) e 3.^a Epoca: 1756-1825. Portugália Editora.
- Fonseca, M. A. (1896). *Subsidios para um diccionario de pseudonymos iniciaes e obras anonymas de escriptores portuguezes*. Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Gama, J. S. (1869). *Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso*. Typographia de Pinheiro & C.^a
- Gomes, R. R. (1988). *Introdução ao pensamento histórico*. Livros Horizonte.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1998), vols. I-L. Página Editora.
- Lapa, A. (1967). A palavra «Lisboa» na *História do Jornalismo*. CML.
- Lisboa, J. L. (2002). *Gazetas. A informação política nos finais do Antigo Regime*. *Cadernos de cultura*. Centro de História da Cultura, FCSH-UNL.
- Lopes, O. & Saraiva, A. J. (1996). *História da Literatura Portuguesa*. Porto Editora.
- Machado, D. B. (1741-1759/1965-1967) *Bibliotheca Lusitana: historica, critica, e cronológica na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*, vols. I-IV. Atlântida.
- Martins, R. (1942). *Pequena história da imprensa portuguesa*. Editorial Inquérito.
- McMurtrie, D. (1997). *O Livro. Impressão e fabrico*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Neves, J. A. (1989). *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Direcção-Geral da Comunicação Social.
- Nunes, M. F. (2001). *Imprensa periódica científica (1772-1852). Leituras de Sciencia Agricola em Portugal*. Estar Editora.
- Paulo, Z. (1944). *Periódicos portugueses de medicina e ciências subsidiárias*. Instituto para a Alta Cultura.
- Pereira, A. X. S. (1895). *O jornalismo portuguez. Resenha chronologica*. Typographia Soares.
- Pereira, A. X. S. (1901). *As leis de imprensa*. Imprensa da Universidade.
- Pereira, E. & Rodrigues, G. *Portugal* (1904-1915). *Diccionario historico...*, vols. I-VII. João Romano Torres Editor.
- Pereira, J. C. (1990). *Dicionário enciclopédico da história de Portugal*, vols. I-II. Publicações Alfa/Seleções do Reader's Digest.
- Pereira, J. C. & Martins, J. F. (1986). *Dicionário ilustrado de história de Portugal*, vols. I-III. Publicações Alfa.
- Piwnik, M.-H. (1979). *O Anónimo. Journal portugais du XVIII^e Siècle (1752-1754)*. Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pizarroso Quintero, A. (coord.) (1994). *História da imprensa*. Planeta Editora.
- Pollard, M. (2002). *Johann Gutenberg. A história da invenção da imprensa, que conduziu à explosão do conhecimento*. Editora Replicação.
- Ponte, C. (2005). Media e acontecimentos (com)sentidos, *Trajectos. Revista de Comunicação e Educação — O Acontecimento*, 6, 101-104.
- Rafael, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e Revistas portuguesas do séc. XIX*, vol. I. Biblioteca Nacional.
- Rafael, G. G. & Santos, M. (2002). *Jornais e revistas portuguesas do séc. XIX*, vol. II. Biblioteca Nacional.
- Rêgo, M. & Mucznik, L. (coord.) (1991). *A moda em Portugal através da Imprensa*. BNL.
- Reis, A. D. S. (1896, 1999). *Jornais do Porto*. BPMP.
- Reis, C. & Pires, M. N. (1993). *História crítica da literatura portuguesa. O Romantismo*, vol. V. Editorial Verbo.
- Reis, F. E. (coord.) (2005). *Felicidade, utilidade e instrução. A divulgação científica no Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha 1779; 1788-1793; 1806*. Porto Editora.
- Ribeiro, J. S. (1876). *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos...*, vol. V. Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Rizzini, C. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Brasileiro*. Companhia Editora Nacional.
- Rocha, J. L. M. (1998). *O essencial sobre a imprensa em Portugal*. INCM.
- Rosado, N. (1966). *A imprensa*. DGEP.
- Rossi, G. C. (1963). *La "Gazeta Literaria" del padre Francisco Bernardo de Lima (1761-1762)*. Instituto Universitario Orientale.
- Sampaio, A. F. (dir.) (1929-1942). *História da literatura portuguesa ilustrada*, vols. I-IV. Bertrand.
- Santana, F. & Sucena, F. (1994). *Dicionário da história de Lisboa*. [s. n.].
- Santos, M. H. C. (2004). Jornalistas, poder e exílio nos princípios de Oitocentos, in *O jornalismo português — Passado, presente e futuro*. *Actas & Colóquios da Hemeroteca*. HML/CML.
- Serrão, J. (2002). *Dicionário de história de Portugal*, vols. I-VI. Livraria Figueirinhas.
- Serrão, J. V. (1974). *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604/9/25)*. Academia Portuguesa da História.
- Serrão, J. V. (1977). *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I. Editorial Verbo.
- Serrão, J. V. (1980). *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V. Editorial Verbo.
- Serrão, J. V. (1996). *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, vol. VI. Editorial Verbo.
- Silva, A. M. (2002). *Grande dicionário da língua portuguesa*, vols. I-VII. QuidNovi/Jornal de Notícias.
- Silva, I. F., Aranha, P. W. et al. (1858-1978, 1998). *Diccionario bibliographico portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brazil*, vols. IXXII. INCM.
- Silva, J. P. P. (2001). *Temas, mitos e imagens de Portugal numa revista inglesa do Porto. The Lusitanian (1844-1845)*. FCG/ECT.

- Soares, A. R. (dir.) (2003). *Imprensa Militar Portuguesa. Catálogo da Biblioteca do Exército*. Biblioteca do Exército.
- Sousa, J. P. (org.) (2013). *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e Contexto*. LabCom. <https://labcom.ubi.pt/livro/93>
- Sousa, J. P. (coord.) (2007). *A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (coord.) (2010). *A Gazeta da “Restauração”: primeiro periódico português — uma análise do discurso*. Livros LabCom, Covilhã. <http://labcom.ubi.pt/livro/19>
- Sousa, J. P. e Teixeira, P. (2015). *Contar o mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: a Gazeta “da Restauração” (1641-1647) e o Mercúrio Português*. Editora Media XXI.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Editorial Caminho.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Temas & Debates/Círculo de Leitores.

Capítulo II

Imprensa portuguesa (1820-1864): da turbulência à estabilidade

*The Portuguese press (1820-1864): from turbulence
to stability*

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa
e ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA
jpsousa@ufp.edu.pt
ORCID ID: 0000-0003-0814-6779
CIÊNCIA ID: 4110-C40A-9ACF

Resumo: Entre 1820 e 1864, a imprensa portuguesa foi abandonando o seu carácter artesanal e deu os primeiros passos rumo à industrialização, apesar da turbulência social registada entre 1820 e 1851. A solidificação dos *jornais políticos* foi o eixo principal do desenvolvimento da imprensa nesse período, podendo ser dado o exemplo do diário *A Revolução de Setembro*. A conquista da liberdade de imprensa, plasmada nos textos constitucionais, permitiu a solidificação desse segmento dos jornais impressos, sustentado por um modelo de negócio que ia buscar receitas às assinaturas, aos patrocínios privados e, mais residualmente, às vendas em banca. Ao tempo, os jornais politicamente orientados, que, na verdade, se foram tornando, cada vez mais, político-noticiosos, dominaram a imprensa e tinham forte impacto social. A paisagem jornalística, cuja segmentação se iniciou, em Portugal, no século XVIII, primou, no entanto, por uma crescente diversidade. As revistas, muitas delas ilustradas, como *O Panorama*, também tiveram forte presença no país, atingindo fatias consideráveis de um público mais diverso do que o dos jornais políticos. Apresentavam conteúdos ecléticos, que cruzavam a cultura com a promoção do conhecimento, mesclados, por vezes, com notícias da atualidade e propostas de entretenimento. Várias dessas revistas tiveram no *enciclopedismo*, primeiro, e no *publicismo*, depois, as suas linhas editoriais. Contudo, apesar de algumas tentativas de popularização da imprensa, por meio da publicação de periódicos de baixo preço, jornais e revistas circularam, principalmente, entre as elites masculinas alfabetizadas que tinham interesse na política e se envolviam nos assuntos públicos. Apesar da transição em curso para uma sociedade crescentemente urbana e pré-industrial, caracterizada por progressos na escolaridade, na industrialização, no investimento público na construção de infraestruturas e, enfim, na modernização do país, revistas e jornais eram bens caros, inacessíveis à generalidade dos portugueses e de difícil leitura e assimilação pelos menos letrados. A sua difusão colidia com a pobreza e com o analfabetismo da esmagadora maioria da população, arredada dos mecanismos de decisão política e dos circuitos culturais. Ainda assim, acompanhando a evolução da sociedade, o carácter artesanal de alguns dos empreendimentos jornalísticos foi cedendo à marcha dos tempos, perante a crescente aceitação de projetos jornalísticos mais sólidos, pré-industriais, alicerçados em empresas que, nalguns casos, adquiriram uma certa dimensão. No fim do período, o nascimento do *Diário de Notícias* representa, simbolicamente, a transição para um modelo de jornalismo industrializado, orientado para o mercado (*jornalismo como negócio*), que recuperou a notícia de interesse geral, facilmente assimilável mesmo por pessoas com défices de literacia, como matéria-prima dos jornais. A notícia tornou-se, no entanto, uma *mercadoria*. O novo modelo industrial e mercadológico de negócio jornalístico gerava receitas — e lucro — por meio da captação de anúncios publicitários. Indo buscar a fatia maior das suas receitas à publicidade, jornais e revistas puderam ser vendidos a baixo preço, fatores igualmente determinantes para o aumento da sua difusão e circulação e, de certa forma, para a sua independência.

Palavras-chave: história da imprensa; história dos jornais; história das revistas; Portugal (1820-1864)

Abstract: Between 1820 and 1864, the Portuguese press gradually abandoned its artisanal character and took the first steps towards industrialization, despite the social turbulence registered between 1820 and 1851. The solidification of *political newspapers*, such as the daily *A Revolução de Setembro*, was the main axis of the development of the press. The conquest of the freedom of the press, protected in the constitutional texts, allowed the solidification of this segment of newspapers, supported by a business model that drew revenues from subscriptions, private sponsorships and, residually, from newsstand and street sales. Political newspapers, which, in fact, increasingly paid attention to news, dominated the press and had a strong social impact. Journalistic landscape, whose segmentation began, in Portugal, in the 18th century, was, however, characterized by a growing diversity. Magazines, many of them illustrated, such as *O Panorama*, also had a strong presence in the country, reaching considerable slices of a more diverse audience than the political newspapers. They presented eclectic contents, which crossed culture with the promotion of knowledge, sometimes mixed with current affairs, actual news and entertainment proposals. Several of these magazines had *encyclopedism*, first, and *publicism*, later, as their editorial lines. However, despite some attempts to popularize the press by publishing low-priced periodicals (*"penny press"*), newspapers and magazines circulated mainly among the literate male elites who were interested and involved in public affairs. Regardless of the transition to an increasingly urban and pre-industrial society, characterized by small progresses in literacy, industrialization, building of public infrastructures and, in general, by the modernization of the country, magazines and newspapers were expensive goods, inaccessible to the generality of the Portuguese, and they were, also, difficult to be read and assimilated by common people. Their diffusion clashed with the poverty and illiteracy of the overwhelming majority of the population, excluded from political decision-making mechanisms and cultural circuits. Even so, as society evolved, the artisanal nature of many journalistic projects gave way to the growing acceptance of more solid, pre-industrial projects, based on companies that, in some cases, grew to a certain size. At the end of the period, the birth of *Diário de Notícias* symbolically represents the transition to a model of industrialized and market-oriented journalism

(*journalism as business*), which, as in the 17th century, recovered the news of general interest, easily assimilated even by people with literacy deficits, as the raw material of newspapers. News, however, became a *commodity*. The new industrial and market-oriented model of journalistic business generated revenue — and profit — by capturing advertising. Drawing the lion's share of their revenue from advertising, newspapers and magazines could be sold at low prices, increasing their diffusion and circulation.

Keywords: history of the press; history of newspapers; history of magazines; Portugal (1820-1864)

Introdução

O século XIX foi o século em que Portugal se desamarrou das amarras do Antigo Regime e se amodernou, política, social, económica e culturalmente. Simbolicamente, o século XIX português começa, mesmo, com a Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820, que, no que ao jornalismo¹ diz respeito, permitiu que, pela primeira vez, Portugal experimentasse a liberdade de imprensa.

O processo modernizador que se seguiu à revolução, contudo, teve pouco de pacífico e muito de turbulento. Testemunham-no os retornos cíclicos ao Absolutismo, entre 1826 e 1834, as revoltas, como a afamada Revolução de Setembro, em 1836, e as guerras civis de 1832 a 1834 e de 1847.

O jornalismo não foi imune à tumultuosa mudança em curso no país. Aumentaram as necessidades de informação, cultivo cultural e reforço ideológico para a interpretação do mundo, que jornais² e revistas³ podiam satisfazer. O processo transformador que os portugueses vivenciaram solidificou a *dependência social do jornal*. A imprensa expandiu-se, assim, pela totalidade do território nacional, ainda que Lisboa e, secundariamente, o Porto e Coimbra, esta cidade por ser sede da única universidade do país, fossem os centros da produção jornalística.

Num mundo instável, as elites masculinas envolvidas ou simplesmente interessadas nos negócios públicos dependiam dos jornais para se informarem, cultivarem e doutrinarem, podendo, assim, orientar melhor a sua vida e interagir social e politicamente. Dependiam,

1 Usaremos, aqui, uma conceção ampla de *jornalismo* como uma atividade organizada de difusão massiva de notícias e opiniões na sociedade, por meio de dispositivos adequados.

2 Em bom rigor, um jornal é relativo à *jorna*, portanto um registo da jorna e, por consequência, um *diário*. Mas o conceito alargou-se ao conjunto de periódicos impressos focados nos assuntos da atualidade, independentemente da sua periodicidade ser diária, semanal ou outra. É essa conceção lata de jornal que aqui se emprega.

3 As revistas distinguem-se dos jornais por serem publicações que “passam em revista” uma gama variada de assuntos, alguns deles *intemporais* (isto é, cuja importância não se esgota na atualidade). As revistas propõem informação, muita dela não noticiosa, e também, não raras vezes, cultura e entretenimento, aos seus leitores.

igualmente, dos jornais para se afirmarem, sobressaindo entre os seus pares, por meio da intervenção pública e da exibição dos seus dotes retóricos e literários. Um indivíduo ilustrado que quisesse destacar-se, literária ou politicamente, nada era sem a imprensa. Quando uma personalidade não tinha dotes, tempo ou paciência para colaborar com a imprensa, precisava de ter, pelo menos, poder e meios financeiros suficientes para patrocinar jornais que lhe fossem favoráveis.

Nasceu, assim, no rescaldo da Revolução Liberal de 1820, uma imprensa politicamente combativa, caracterizada pelo seu carácter *artesanal* e pela gritaria panfletária desbocada da maioria dos periódicos dessa índole, redigidos e editados, com frequência, por indivíduos isolados que queriam fazer ecoar publicamente a sua voz e lograram conquistar e cultivar determinados segmentos de público.

Os movimentos políticos que se foram constituindo como partidos, principalmente após o sucesso da Revolução de Setembro, em 1836, e, mais tarde, após o triunfo do movimento regenerador, em 1851, também cultivaram a imprensa. Os jornais garantiam que a luta política extravasasse as paredes do parlamento e ecoasse na sociedade.

O desenvolvimento de uma imprensa de cariz político e político-noticioso, ligada mais a partidos e movimentos políticos do que a indivíduos isolados, mais sofisticada, empresarializada, que pode mesmo ser considerada *pré-industrial*, foi a característica mais marcante da história do jornalismo português, entre 1834 e 1864. Essa tendência é particularmente evidente após o apaziguamento da situação política, com a Regeneração, em 1851. Efetivamente, entre 1851 e 1890, o país viveu momentos de certa tranquilidade política, que se refletiram na construção de infraestruturas, numa incipiente industrialização e, no que à imprensa diz respeito, na melhoria da qualidade e estabilidade dos projetos jornalísticos. A imprensa política, inclusivamente, moderou-se. Foi visível a adoção de princípios de urbanidade e boas-maneiras na confrontação política por meio dos jornais, que conduziram a uma certa contenção e distensão discursivas — só quebradas, mais tarde, por alguma imprensa republicana, conduzida por jornais radicais, como *O Mundo*, sobretudo no início do século XX.

Em 1864, finda o período aqui estudado da história do jornalismo português. O seu fim é assinalado, simbolicamente, pelo surgimento do *Diário de Notícias*, primeiro projeto jornalístico consistente português de *jornalismo como negócio*. A partir de 1864, já se entra num novo período da história do jornalismo português — o da industrialização da imprensa, assinalado pelo aparecimento e desenvolvimento dos diários de massas, de baixo preço, fossem estes predominantemente noticiosos⁴ e independentes; ou fossem estes político-noticiosos, quando aliavam a informação à intervenção e doutrinação política⁵.

4 Casos do *Diário de Notícias* e, mais tarde, de *O Século*, apesar deste jornal ter surgido como um diário republicano.

5 Casos de *A Revolução de Setembro* e, mais tarde, de *O Mundo*, por exemplo.

Nessa atmosfera, o século XIX foi, por isso, o século em que a *cultura do jornal* se afirmou no país. Aliás, a conjuntura política retomada com o triunfo liberal na Guerra Civil (1834) e prosseguida com o Setembrismo (1836), primeiro, e com a Regeneração (1851), depois, favoreceu o movimento jornalístico e a segmentação da imprensa. Periódicos voltados para a promoção da cidadania pela via da promoção do conhecimento (*publicismo* e *enciclopedismo*), vários deles ilustrados com abundante iconografia, e periódicos especializados, frequentemente associados à economia e comércio, às ciências e medicina ou às artes e cultura (música, teatro, artes plásticas...), acompanharam os periódicos políticos e político-noticiosos na composição de uma paisagem mediática diversa, dinâmica e atraente para um público que, apesar das reduzidas taxas de alfabetização e da pobreza, ia crescendo, graças à incorporação de operários instruídos, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes, caixeiros e outros funcionários de serviços entre o público leitor.

Por outro lado, a circulação de informações e de periódicos acelerou-se e facilitou-se, graças à melhoria das comunicações, simbolizada pelo telégrafo e pelo caminho-de-ferro, ambos a partir de 1856⁶. Os serviços de correio não foram alheios ao sucesso da imprensa — permitindo que as pessoas recebessem, comodamente, os jornais e revistas que subscreviam nas suas casas.

2.1. O periodismo artesanal vintista e pós-vintista (1820-1834)

A Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820 e a consequente instituição de um certo grau de liberdade de imprensa, com acolhimento legal e constitucional, detonou o aparecimento, em Portugal, de um numeroso número de jornais de intervenção política, que resultaram da iniciativa de indivíduos isolados ou de pequenos grupos de homens. Arcaicos na forma e no conteúdo, com um design sofrível⁷, artesanais, esses periódicos recorreram a uma retórica exuberante, às vezes desbocada e insultuosa, que foi buscar muitos elementos à oratória⁸.

Os combativos periódicos políticos vintistas — das várias correntes liberais e absolutistas — introduziram o *político* na sociedade portuguesa e contribuíram para a expansão e solidificação de uma *cultura do jornal impresso* em Portugal. Digladiaram-se intensa e vivamente, providenciando a o alargamento de um novo *espaço público*, em torno das correntes

6 Em 1856, foi inaugurada a primeira linha telegráfica, sendo o serviço aberto ao público em 1857. Em 1860, as linhas telegráficas já tinham cerca de dois mil quilómetros de extensão. Conectavam, nomeadamente, as principais cidades. O telefone, porém, só foi introduzido em Portugal em 1892.

7 Normalmente, os periódicos vintistas apresentavam um formato *in-quarto*, sendo paginados a uma ou duas colunas. O título encimava a primeira página (cf. figura 1).

8 A grande referência que os periodistas do Vintismo tinham era, precisamente, a oratória sagrada, praticada pelo clero nos púlpitos das igrejas.

de opinião que sustentavam. Não foram, no entanto, uma absoluta novidade entre os portugueses. Antes deles, Portugal teve uma imprensa política anti-napoleónica, entre 1807 e 1811. Teve, também, uma imprensa política e publicista durante a Primeira Emigração⁹. Também não inovaram no modelo de negócio. Subsistiam, tal como os seus predecessores, das receitas das assinaturas, vendas diretas e, eventualmente, do patrocínio de mecenas que, entendendo o papel fulcral que a imprensa tinha nos mecanismos de poder, queriam controlar jornais que lhes fossem favoráveis.

A racionalidade que, idealmente, caracterizaria o debate público, raramente pautava, ao tempo, o discurso periodístico. Os periódicos vintistas e pós-vintistas eram artefactos artesanais, que orbitavam em redor de um único indivíduo ou de um pequeno grupo de indivíduos, que deles se serviam para divulgar os seus pontos de vista. Configuravam, no entanto, um novo paradigma comunicacional público e orientado para a intervenção política, no qual o periodista, ou jornalista, assumia a *centralidade*. Um político, aliás, tinha, frequentemente, de brilhar por meio de um jornal. Ou tinha de ter ao seu serviço jornais que o fizessem brilhar. Os clérigos, que até então, a partir do púlpito, detinham quase um monopólio da voz pública, viram-se relegados a um papel secundário no contexto da comunicação política pública, a ponto de a Igreja Católica se ter visto forçada a criar os seus próprios meios de comunicação social para influenciar os novos públicos que se constituíam em redor da imprensa.

Assim, em Portugal, ao longo do século XIX, a política, anunciada, estrepitosamente, pela nova imprensa combativa, substituiu a religião enquanto foco da vida social. A sociedade portuguesa moderna e contemporânea, mesmo que marcada pela religião, pôde redefinir-se em torno de uma laicidade crescente. A voz do clero, outrora onnipresente a partir dos inúmeros púlpitos das igrejas, perdeu importância perante a nova voz pública do periodista político, cujos escritos simbolizam, no domínio dos ideais, ainda que nem sempre da realidade experimentada, o espaço racional, e já não religioso e dogmático, de uso da razão crítica. O escrito político veiculado através da imprensa tornou-se, pois, o espaço privilegiado para o desenvolvimento da argumentação política e da crítica, alimentando, com temas e com enquadramentos interpretativos para estes temas, a conversação pública. O espaço público português foi-se deslocalizando para o espaço simbólico da imprensa. Por isso, esse espaço público alargou-se, permitindo a participação de mais cidadãos, nem sempre mais cultos e mais alfabetizados, nos processos políticos e nas discussões políticas.

Por meio da imprensa política combativa, os periodistas portugueses afirmaram o seu poder simbólico. Começaram, mesmo, a experimentar novos géneros jornalísticos, como o

⁹ Por “Primeira Emigração” entende-se a vaga de exilados portugueses fugidos à repressão absolutista, que encontraram refúgio em Inglaterra e em França, onde publicaram periódicos políticos e publicistas. Vários deles circularam clandestinamente em Portugal e no Brasil.

artigo de fundo, ou simplesmente *fundo*, que antecedeu o editorial político. Foi no artigo de fundo que o periodista, consciente do seu papel e do seu poder, melhor plasmou, simbolicamente, a sua nova condição de autoassumido representante, ainda que não eleito, de um grupo político ou mesmo da sociedade em geral, do povo ou nação.

Os periódicos vintistas e pós-vintistas promoveram, assim, não somente o *hábito do jornal*, até porque, escritos, frequentemente, numa linguagem rasteira e vulgar, cultivavam os menos eruditos, mas também o *hábito* de usar este instrumento impresso para discussão e crítica dos assuntos da política, do governo e das relações internacionais, entre outros, tornando-os públicos e tornando o sentido dos discursos alvo de disputa simbólica, ideológica e política.

Já havia, ademais, um *público* para as publicações periódicas. Mais precisamente, a imprensa, na sua diversidade, cultivava *públicos*, que se iam constituindo, por adesão e identificação, à volta de cada título. Disseminava informações e ideias. Noticiava. Entretinha quem a lia. Alimentava conversas e discussões nas casas, na rua, nas empresas, nos cafés, tavernas e clubes, na Corte e nas Cortes. Promovia conhecimentos, distanciando, socialmente, quem os adquiria por lhes ter acesso de quem não os obtinha por não lhes ter acesso. Fornecia argumentos de substância que podiam ser usados nas conversas e discussões de circunstância. Reforçava identidades políticas, mas também sedimentava a identidade nacional.

A imprensa funcionava, pois, como uma *plataforma de sociabilidade, conhecimento, cultura e entretenimento*. Portugal, na alvorada do século XIX, experimentando os novos tempos trazidos pela Revolução Liberal de 1820, já não podia passar sem ela. Para a controlar, o poder sentiu a necessidade de a regulamentar. Fê-lo por meio de várias portarias e leis, a primeira das quais, de 21 de setembro de 1821, regulou a liberdade de imprensa, tendo sido reforçada, a 12 de julho de 1821, por uma lei com o mesmo fim. A Constituição de 1822 acolheu, igualmente, o princípio da liberdade de imprensa.

Assim, durante o Primeiro Liberalismo (1820-1823), o País beneficiou pela primeira vez, da liberdade de imprensa. Todavia, foi mantida a censura prévia para certos assuntos relacionados com a monarquia, a religião católica, a chefia do estado, a *Constituição* e as relações internacionais. Mas as condições políticas, entre 1820 e 1823, as divergências no campo liberal, os conflitos de poder entre as autoridades e entre os próprios órgãos do estado e o ritmo intenso de publicação de novos periódicos inoperacionalizaram a censura. Os periódicos de intervenção política e doutrinária tornaram-se dominantes no país.

Além do *Diário do Governo*, diário oficial, sucessor da *Gazeta de Lisboa*, que ecoava publicamente as posições e ideias do governo liberal, entre os numerosos periódicos políticos vintistas podem assinalar-se o *Diário Nacional* (1820), primeiro periódico liberal editado em Portugal; o *Astro da Lusitânia*, um trissemanário liberal radical (1820-1823); o *Campeão Português ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional* (1822-1823), liberal moderado; o *Censor Lusitano ou o Mostrador dos Poderes Políticos e Contraste dos Periódicos* (1822-1823), liberal pró-governamental, diário oficioso do governo; a *Gazeta Universal* (1821-1823), principal periódico

pró-absolutista; e o mais interessante de todos, *O Independente* (1821-1822), liberal moderado.

O Independente, liderado por José Joaquim Ferreira de Moura e Manuel Fernandes Tomás, publicado, em Lisboa, entre 1821 (número prospetto) e 1822, foi, entre os periódicos políticos vintistas, o que mais procurou fugir à retórica grandiloquente e agressiva mas, frequentemente, oca, característica do periodismo vintista, para se centrar, com circunspeção, na análise das grandes questões que se colocavam ao desenvolvimento político, económico e social do país. Noticiava, abundantemente, sobre as Cortes. Polemizou, frequentemente, com os jornais ultraliberais — incluindo o popular *Astro da Lusitânia* — e pró-absolutistas. No *Independente*, segundo a avaliação de Alves (2013), estão presentes a maioria dos temas, conceitos e polémicas que marcaram a vida política vintista.

O INDEPENDENTE.

N.º 1. QUARTA FEIRA 2 DE JANEIRO DE 1822. 80 réis.

O NOVO ANNO.

Começamos o anno de 1822 com um sentimento de nobre orgulho, ao ver o longo espaço moral, que temos decorrido em tão curto tempo; e o quanto nos ficão já longe os esboços, em que ha stultos naufragado as gerações umas após outras, sem que no meio delles tivesse apparecido em Onda politica, que comendo alevantar o cabo das tormentas, abrisse uma nova estrada para a felicidade, e abandonasse antigos rotões, que conduzião a morte a escravidão, e a morte. Finalmente estamos em caminho para a terra da promissão; e bem que ainda separados della por longo espaço, ja começamos a destruir os dozes influxos de sua presença: tão longe se estende a atmosphera do regimen constitucional! Já se não respira o ar abasado do despotismo; já nos não assusta o seu aspecto obo, e selvagem, nem o seu silencio sepulchral. Principios de vida comegou de todas as partes a desenvolver-se a nossa almas. De todas as partes se extrahiu athenas, e se dispõe o terreno do Estado, para receber as novas sementes, que em de fructificar em utilidade geral da nação. Como navegantes luctados por uma longa tempestade, em que as honras, as fazendas, e as proprias vidas estiverão a discreção dos torões, ainda mal podemos crer, que estamos a salvo; e que a nova direcção, em que navegamos, ao nos rapará a novos riscos, se formos cientes dos novos desastres; ou se com a nossa inexperiencia quizemos governar a embarcação, que não sabemos desviar dos baixos, em que enove quasi sepobrada. O homem, que no silencio dos pojeitos tempestas amansa a distancia, que hoje o sepa de dia 21 de Agosto de 1810, abraça um horisonte magnifico, e ao mesmo tempo magnifico! Vendo de um lado amanecer-se as ruínas do velho edificio, que amagacei envolver na sua queda os individuos instantes, que o habitava; e do outro, elevar-se o novo Parthenon Publico, destinado a consagrar todos os direitos dos cidadãos: vendo elevar neste templo uma estatueta a Liberdade Nacional, que ha tantos seculos jazia por terra, como o Monumento de Trévis; vendo em fim um novo prodigio de restructuraçã na restructuraçã de todos os firos do homem, ou desconhecidos, ou postergados: a lei, ser o resultado da vontade de todos, e por isso ser superior a vontade de cada um; generalidade de encargos da sociedade, assim como os seus benefícios: proclamação os direitos de propriedade, e segurança, como as duas pedras angulares do novo edificio, e que não o remota de toda a lei: vendo tudo isto, como deixará ella de reconhecer, que estamos em um paiz inteiramente novo; que tambem abrimos a porta, de gignit para uma regeneração

ção completa; e que não só não está todo como estava, (segundo a frase de algumas vozeiras politicas) mas que uma grande parte das instituições já está, como nunca esteve desde os principios da Monarchia; não porque estas a nação não existissem antes de seus direitos; mas porque de um lado estes direitos ainda não estavam antes definidos; e do outro, o governo naquelles tempos era nemem uma sciencia, de que um simples exercicio do poder, e de um poder quasi nullo; pois que entre nós se verificou á letra esta excellente verso:

Le premier qui fut roi, fut un misérabie homme.

A celebre carta dos ingleses, obida depois dos mais violentos abalos, he a filha primogenita desta liberdade europeia, que depois plantada nas suas Américas, brotou lá fructos maiores, e mais abundantes, que os de mil pontos. A França adoptou a nova planta; mas quando já começava a florcer, novos insepertos se opposerão á sua cultura, e a fôrça degenerou a ponto, que a sua seve se converteu em veneno, e o seu fructo, em fructos de morte. A Hespanha a cultivava com successo, quando uma tempestade a destruiu por terra; e com ella, os trabalhos desta nação hebra, que tragara com uma mão o seu novo pacto social, em quanto com a outra combatia os inimigos da patria: até que rebandando mais forte das suas cinzas, cobria hoje com a sua sombra magestosa, quantos povos se dilapão desde a serra de Hiculus, até ás montanhas de Pyrene. Os venenos, que por vezes se accodem a a fortificaçã ainda mais. He o endro de Libano, cujo tronco inhabivel tomou dos tempestades, que agião a sua ruína! Menos feliz na Italia: ella crede nos furacões do Norte, que em tropel se despendirão sobre ella, quando, ainda temia vergonha, mal tinha profundado a terra: mas esta terra vingou as cinzas estrujadas dos Sulpites, e dos Emdies, que nella repousão; e da seu alto bronzará talvez de novo a antiga Roma, como dos dentes serrados por Cédere bronzará guerras armadas.

Acabida finalmente, no terreno portuguez, a sua vegetação foi logo tão vigorosa, que ella gerou uma planta verdadeiramente indigena do paiz. Os eras dos Nacões, que nos haviam preendido na sua cultura, foram para nós outros tantas lições, que nos illustrão sobre o melhor methodo de a fazer prosperar; e não foi o menor dos nossos trancos, o haver deumido o pejoito barbaço, e de longas eras amedida, m de que só regando-se com sangue, he que esta planta fructifica: m como se a liberdade fôr-se o Odo de Scandinavia, o Trankito dos Gallaes, ou o Janero de Carthago: Alguns re-

Figura 1

Primeira página do primeiro número regular de *O Independente*.

Fonte: reprodução do original.

Uma nota somente para lembrar que a imprensa opinativa política vintista, ainda que hegemónica, não perfez todo o universo da grande imprensa portuguesa do período. Entre 1820 e 1823, foram publicados vários periódicos informativos, tais como: o noticioso *Diário Portuense* (1823); o bissemanário *Periódico Mercantil da Cidade do Porto* (1822-1828), especializado em comércio e economia; e o mensário *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1822-1854), do grémio com o mesmo nome, com conteúdos dedicados à indústria e comércio, mas também às ciências, tecnologias e agricultura.

A partir do início de 1823, adivinhando-se a contrarrevolução absolutista, o regime liberal apertou o controlo sobre a imprensa e adotou medidas repressivas contra periódicos contrarrevolucionários e antigovernamentais, recorrendo, inclusivamente, à censura e a admoestações e inquirições dos seus editores. Por isso, além de terem sido submetidos a práticas censórias, vários jornais desapareceram até abril desse ano.

A partir da Vilafrancada, a 27 de maio de 1823, começou a lenta, mas inexorável, marcha que haveria de reconduzir Portugal ao Antigo Regime e D. João VI ao papel principal na política portuguesa, como Rei absoluto.

A preocupação com os periódicos e outros escritos portugueses publicados no estrangeiro sem serem autorizados pelas autoridades portuguesas foi reforçada com um decreto de 13 de novembro de 1823, publicado no *Diário do Governo* de 15 de novembro do mesmo ano¹⁰, instituindo penas de multa e prisão, ou de expulsão do território (no caso de estrangeiros), a quem assinasse esses periódicos.

A partir de 1824, as pulsões absolutistas ganharam novo fôlego com a Abrilada, mais um golpe ultraconservador e absolutista protagonizado por D. Miguel, que redundou, não obstante, no exílio deste príncipe e no confinamento da rainha D. Carlota, a mais importante apoiante do filho rebelde, ao palácio de Queluz. O rei D. João VI, com o decisivo apoio do corpo diplomático — particularmente do inglês — permaneceu, até à sua morte, em 1826, a figura-charneira do regime, rejeitando quer os ultraconservadores, quer os liberais.

Em consonância com os acontecimentos, um decreto de 6 de março de 1824, publicado na *Gazeta de Lisboa* de 12 de março de 1824¹¹, aboliu a Carta de Lei de julho de 1821 e reinstalou o regime de controlo da imprensa instituído pela Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794 e pelo Alvará regulador de 30 de julho de 1795. A censura prévia aos jornais e outras publicações pela Mesa do Desembargo do Paço¹² regressou, assim, ao Reino de Portugal.

A reinstalação do absolutismo régio e a promulgação da lei de 6 de março de 1824, que

10 Pode consultar-se aqui:

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1823/13Novembro1823/13Novembro1823_item1/index.html

11 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1824/6Marco1824/6Marco1824_item1/index.html

12 O Desembargo do Paço equivaleria, hoje, grosso modo, ao Supremo Tribunal de Justiça.

revogou a legislação liberal e restabeleceu a censura e o regime de licenças para a fundação de jornais, levou ao decréscimo do número de jornais publicados em Portugal, especialmente no segmento da imprensa política. Além do diário oficial, a *Gazeta de Lisboa*¹³, só foram editados no país periódicos absolutistas (como *O Punhal dos Corcundas* e *O Mastigoforo*), periódicos predominantemente noticiosos ideologicamente ambíguos (caso do *Argos Lusitano*) e periódicos de outra índole, como o feminino *Periódico das Damas*, de 1823-1824.

No estrangeiro, porém, alguns liberais publicaram, durante o regresso ao absolutismo do período 1823-1826, periódicos livres que iam circulando clandestinamente em Portugal, como *O Popular: Jornal Político, Literário e Comercial* (1824-1826), *O Correio Interceptado* (1825-1826), *O Cruzeiro ou a Estrela Constitucional dos Portugueses* (1826-1827) e *O Padre Amaro ou Soveia Política, Histórica e Literária* (1820-1826). Misturando conteúdos políticos, noticiosos e culturais, essa imprensa era significativamente mais interessante e apelativa do que aquela que era publicada no país. Era, igualmente, aguerrida na defesa das convicções dos seus promotores, editores e redatores.

Entretanto, a 10 de março de 1826, D. João VI morre. D. Pedro, imperador do Brasil, é aclamado Rei de Portugal, como D. Pedro IV. Outorga, então, ao país, sem passar por Cortes eleitas pelos cidadãos, uma *Carta Constitucional*, segunda constituição que Portugal teve. A *Carta* vigorou entre abril de 1826 (outorga da *Carta*) até maio de 1828 (aclamação de D. Miguel como rei absoluto), de agosto de 1834 (triunfo liberal) até setembro de 1836 (Revolução Setembrista e restauração provisória da *Constituição* de 1822) e de janeiro de 1842 (golpe de estado de Costa Cabral) até outubro de 1910 (implantação da República), perfazendo um total de 72 anos não ininterruptos. Ao longo desse tempo sofreu quatro revisões — os *Atos Adicionais*. Em todas as suas versões, a *Carta Constitucional* estatuiu o princípio da liberdade de imprensa.

A liberdade de imprensa foi, no entanto, logo regulada por uma portaria de 21 de agosto de 1826¹⁴. A nova legislação obrigava a que os escritos sobre a Igreja Católica fossem submetidos à Mesa do Desembargo do Paço; proibia escritos ofensivos para com o rei ou a infanta regente, a futura D. Maria II, bem como escritos que exortassem à desobediência às leis e autoridades, expusessem a vida privada dos cidadãos, prejudicassem as relações com outros estados, ofendessem a moral ou fossem anónimos. Permitia, por outro lado, a análise das leis e dos atos dos funcionários públicos e governantes e a exposição de crimes públicos. Facultava, também, a adoção de medidas contra os abusos de liberdade de imprensa e seus autores.

13 O *Diário do Governo* voltou a adotar o título *Gazeta de Lisboa* entre 5 de junho de 1823 e 23 de julho de 1833. No período, a *Gazeta* foi redigida por Joaquim José Pedro Lopes José Luís Pinto Queiroz, José Liberato Freire de Carvalho, José Basílio Rademaker e António Vicente Dellaneve, entre outros.

14 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1826/21Agosto1826/21Agosto1826_item1/index.html

A promulgação da *Carta Constitucional* gerou divisões políticas. Os absolutistas contestaram vivamente a nova ordem constitucional. Os liberais dividiram-se entre os que defendiam a *Constituição* de 1822 (“progressistas”, especialmente membros da baixa e média burguesia, que estiveram, mais tarde, na génese do movimento setembrista), e os que defendiam a *Carta Constitucional* (conservadores, mais tarde conhecidos como “cartistas”, essencialmente membros da alta burguesia e da alta nobreza). A cisão entre os liberais conduziu, após 1834, à instabilidade política e militar que agitou o país até à Regeneração, em 1851.

Na vigência da *Carta Constitucional* criaram-se, não obstante, condições para o aparecimento de novos periódicos, até 1828, sendo de realçar, nomeadamente, *O Português* (1826-1827) e o *Periódico dos Pobres* (1826-1848).

O Português: Diário Político, Literário e Comercial (figura 3) foi um influente e moderno diário matutino político e noticioso de tendência cartista moderada, mas independente. Foi redigido e editado por Almeida Garrett (figura 2), mentor do projeto e um dos inovadores no jornalismo português de Oitocentos. Montou uma rede de correspondentes nas principais cidades portuguesas, em Londres e em Paris. Publicado entre segunda-feira e sábado, saía, pontualmente, às 9 horas, feito único entre os jornais da época. A sua tiragem ascendeu a dois mil exemplares, dos quais 1500 eram vendidos por assinatura (chegaria, portanto, a cerca de dez mil leitores, se cada exemplar fosse lido, em média, por quatro ou cinco pessoas). O preço por exemplar avulso era de 60 réis.



Figura 2
Almeida Garrett.
Fonte: recuperada da Web
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Almeida_Garrett].

A partir de abril de 1827, *O Português* começou a ter problemas com a Comissão Geral de Censura, tendo-se queixado às autoridades de que a retirada do seu censor privativo impedia a sua publicação diária, já que os censores não reuniam com assiduidade exigida. Cessou a publicação a 17 de setembro de 1827, data em que foi suspenso e o mentor do projeto, Almeida Garrett, foi preso, tal como outros colaboradores, acusados de se encontrarem entre os promotores das manifestações a favor da ordem liberal que ficaram para a história com a designação de Archotadas (julho de 1827).

O Português foi o primeiro periódico nacional a ser publicado num formato maior do que o tradicional *in-quarto*. Conforme anunciou, podia, assim, publicar “amplíssimos extratos das Cortes Gerais nas duas câmaras” — narrações objetivas e cronológicas das sessões. Foi também o primeiro jornal português a adotar uma estrutura empresarial, sob a forma de sociedade por ações. A empresa, com tipografia própria, empregava cerca de cem trabalhadores.

Foi no *Português* que surgiu, nos jornais portugueses, pela mão de Garrett, o género do *folhetim*, que deixaria a sua marca na imprensa de Oitocentos e muito contribuiu para a sua popularização. Ainda que o primeiro folhetim português não tivesse sido um conto ou novela por capítulos, conforme depois se tornou moda, mas antes uma crónica crítica sobre uma ópera (28 de abril de 1827), já reunia algumas das características do género.

Já *O Periódico dos Pobres* (figura 4) foi um dos primeiros jornais populares de baixo preço (quando comparado com os preços habituais) publicados em Portugal. Com quatro páginas, atingiu, rapidamente, uma tiragem de três mil exemplares, feito notável para a época, que progrediu até aos seis mil exemplares, dos quais cinco mil vendidos por assinatura (poderá, assim, ter conquistado cerca de 25 mil leitores diretos, considerando que cada exemplar poderia ser lido por quatro a cinco pessoas). Tornou-se diário a partir do número 11. O “baixo preço” de dez réis (tendo em conta que os jornais políticos tradicionais podiam custar três a seis vezes mais) tornava-o “popular” no custo, ainda que não tanto na linguagem. Lançado a 30 de setembro de 1826, teve uma vida relativamente longa para o que era timbre na época, já que o seu último número data de 31 de março de 1848. Ideologicamente inócuo e muito noticioso para escapar à censura absolutista, teve, ainda assim, vários problemas com as autoridades, quer logo em 1826, em que foi suspenso, quer durante o Miguelismo, de 1828 a 1834, anos durante o qual viu a sua publicação igualmente suspensa, em alguns momentos. Após o triunfo liberal na Guerra Civil, assumiu um perfil editorial cartista (direita liberal), ainda que moderado, dando sequência, aliás, à matriz ideológica com que tinha nascido, em 1826. Foi redigido e editado por António José Cândido da Cruz, que merece, a par de Garrett e, mais tarde, de Herculano e de Eduardo Coelho, ser considerado um dos inovadores do jornalismo português em Oitocentos. Nos primeiros tempos, associou-se ao projeto o dono da tipografia em que foi impresso, João Nunes Esteves, que se desligou do empreendimento para fundar o *Periódico para os Pobres*.

O Periódico dos Pobres já apontava para um modelo de negócio baseado num baixo preço de comercialização, conforme viria a ser típico dos jornais industriais. Num certo sentido, inaugurou o “jornalismo popular” em Portugal. O seu aparecimento mostra que algumas das ideias que estavam, na mesma época, a permitir a lenta transformação “industrial” da imprensa norte-americana e europeia também ecoavam em Portugal.

Portanto, em boa verdade, uma das inovações mais interessantes para o desenvolvimento futuro do jornalismo português não veio do jornalismo estritamente político e erudito, mas sim do jornalismo político-noticioso “popular” — entendido, no entanto, mais como um jornalismo “de baixo preço” do que como jornalismo com linguagem e temas de interesse para a generalidade da população.



Figura 3
Primeira página do primeiro número de *O Português*.
Fonte: reprodução do original.



Figura 4
Primeira página do primeiro número de *O Periódico dos Pobres*.
Fonte: reprodução do original.

A partir de meados de 1827, o rumo político do país alterou-se. Os liberais foram perdendo a sua posição de força. Os censores intensificaram a sua ação, mas, desta vez, fazendo a defesa do Absolutismo. Os mais importantes periódicos do campo liberal sofreram a interferência da censura. As autoridades também se apressaram a substituir o então redator da *Gazeta de Lisboa*, o liberal José Liberato Freire de Carvalho, pelo absolutista José Basílio Rademaker.

Em 1828, D. Miguel foi proclamado rei absoluto de Portugal. Durante o seu reinado, a repressão abateu-se, novamente, sobre a imprensa, que, tacitamente, voltou a ser controlada nos mesmos termos do Antigo Regime, vertidos para a Carta de Lei de 6 de março de 1824. Vários cidadãos-jornalistas foram presos (como Almeida Garrett, editor de *O Português*). Outros tiveram de exilar-se. Pelo menos um jornalista e político liberal foi condenado à morte: José Sousa Bandeira, editor de *O Azemel Vimaranense*, de Guimarães (acabou por não morrer na forca devido à entrada providencial do exército liberal em Lisboa).

Os escassos jornais que se publicaram legalmente em Portugal Continental no período miguelista, além da oficial *Gazeta de Lisboa*, ou eram inócuos para o Absolutismo (caso, por exemplo, da *Folha Comercial do Porto*, publicada entre 1828 e 1836), ou enalteciam a figura de D. Miguel. Distinguiram-se, nessa tarefa, entre outros, o padre José Agostinho de Macedo, editor de *A Besta Esfolada* e *O Desengano*; o padre Alvito Buela Pereira de Miranda, editor de *Defesa de Portugal*; Francisco Recreio, redator e editor de *O Cacete*; e ainda outro religioso, frei Fortunato de São Boaventura, editor de *A Contra Mina* e de *O Mastigoforo*, que tinha surgido já em 1824 e durou até 1829.

As perseguições políticas desencadeadas em Portugal pelos absolutistas originaram, por outro lado, uma segunda emigração de liberais, em número bastante superior aos da primeira vaga emigratória. Alguns desses novos exilados liberais rumaram a Espanha, França e Inglaterra. Reproduzindo a situação verificada anos antes, aí editaram jornais políticos (alguns deles também satíricos) e político-noticiosos, que enviavam, clandestinamente, para Portugal. A estes podem ser adicionados, no campo liberal, já no período da Guerra Civil, os jornais publicados nos Açores, designadamente a *Crónica da Terceira*; e os jornais publicados no Porto, nomeadamente a *Crónica Constitucional do Porto*. Os periódicos liberais refletiam, não obstante, as divisões no campo liberal — os moderados e anglófilos, defensores da *Carta Constitucional* de 1826 e da regência de D. Pedro, agrupavam-se em torno do duque de Palmela e do chefe liberal, D. Pedro, duque de Bragança¹⁵; os mais radicais e francófilos, defensores da *Constituição* vintista, congregavam-se em torno do marechal duque de Saldanha.

Os redatores escreviam sobre o que observavam, o que iam sabendo ou mesmo, quiçá, o que lhes mandavam escrever os seus altos patrocinadores, não se abstendo de copiar — e traduzir — textos de outros periódicos. Por vezes, publicavam cartas dos leitores (algumas das quais meramente inventadas, para induzir a sensação de diálogo) e outras colaborações literárias, políticas e publicistas. Os periódicos oficiosos — a *Crónica da Terceira* e, mais tarde, a *Crónica Constitucional do Porto* — publicavam, também, as resoluções, nomeações e legislação promulgada pelo poder liberal. Todos os jornais dependiam do patrocínio de mecenas

15 Rei de Portugal, como D. Pedro IV; primeiro Imperador de Brasil, como D. Pedro I, de cujo trono abdicou em favor do seu filho, o Imperador D. Pedro II, para se colocar à frente das forças liberais na guerra civil contra os absolutistas.

ricos envolvidos na política ou do apoio financeiro direto das autoridades, das assinaturas e, mais residualmente, das vendas diretas. Além de granjear reputação aos editores, redatores e colaboradores, editar um periódico era, por vezes, uma ocupação rentável, que contribuía, tal como tinha ocorrido durante a Primeira Emigração, para o sustento destes indivíduos.

2.2. A imprensa pré-industrial (1834-1864)

2.2.1. A imprensa até à Regeneração (1834-1851)

Em 1834, o triunfo liberal na Guerra Civil e a retoma da *Carta Constitucional* de 1826 reinstituiu, em Portugal, um modelo normativo de jornalismo fundado no princípio da liberdade de imprensa. Nova legislação reguladora foi publicada no *Diário do Governo* de 22 de dezembro de 1834¹⁶. Basicamente, estatuiu os mesmos princípios da legislação de 21 de agosto de 1826, estabelecia as penas para os abusos de liberdade de imprensa, regulava a instrução dos processos relativos aos delitos de abuso de liberdade de imprensa e alargava o carácter regulador da nova legislação à instalação e funcionamento de oficinas de tipografia e gravura. A imprensa portuguesa refloresceu, reforçando a formação de correntes de opinião entre as elites que acompanhavam os assuntos públicos.

Após 1834, o desenvolvimento da imprensa em Portugal é caracterizado pela afirmação da imprensa política partidária — ainda que os movimentos políticos, numa fase meramente embrionária, tivessem, à época, uma dimensão relativamente inorgânica. Os principais jornais desse tempo, normalmente, têm uma estrutura empresarial e, muitas vezes, possuem tipografia própria, apresentando, portanto, características *pré-industriais*. Diferenciam-se dos jornais da geração anterior “por dois [aspetos] fundamentais: maior segurança nos processos jornalísticos e apetrechamento técnico mais desenvolvido” (Tengarrinha, 1989, p. 153). Tinham uma sede urbana que dava presença física ao título. O edifício albergava a redação, serviços administrativos e de expedição e, quando existia, a tipografia. Criar um jornal obrigava a pensar, portanto, na sustentabilidade de uma estrutura cada vez mais pesada, que exigia crescentes meios tecnológicos, financeiros e humanos, alimentada, sobretudo, com o dinheiro das vendas e de patrocínios políticos e, só mais tarde, dos anúncios publicitários.

Apartir de meados da década de 1840, os periódicos políticos apresentam-se, cada vez mais, não como títulos independentes, de indivíduos sós ou de pequenos grupos empreendedores,

16 Pode consultar-se aqui: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1834/22Dezembro/22Dezembro_item1/P5.html

mas sim como vozes públicas dos movimentos políticos. Ainda se socorreram, amiúde, como os seus antepassados vintistas, de uma retórica inflamada e agressiva que, por vezes, roçava o insulto, a insinuação torpe e a calúnia. No entanto, acentuou-se a tendência para a solidificação de um modelo de jornalismo político-noticioso, que agregava informação de atualidade e especificamente noticiosa à retórica política. Os jornais, mesmo que tivessem uma matriz política e partidária, tinham, também, de se orientar para a atualidade, mesmo fazendo leituras políticas dos acontecimentos e problemas do quotidiano. A partir de 1834, tornou-se cada vez menos possível a um periódico sobreviver da pura retórica desbocada que tinha sido imagem de marca de uma certa imprensa política arcaica, simbolizada por vários jornais vintistas. O público habituou-se, efetivamente, a esperar de um periódico informação nova. Notícias, enfim. Cada vez menos um jornal podia desprezar a novidade.

Mais sofisticados e complexos, os jornais portugueses pré-industriais começaram, igualmente, a organizar melhor os conteúdos, tendência que se acentuou a partir de 1840. Abriam, normalmente, com uma “parte oficial”, na qual se registavam, principalmente, os diplomas legais que iam sendo promulgados e os atos oficiais. Seguia-se, habitualmente, a parte nobre do jornal — o *fundo*. O artigo de fundo, antepassado do editorial, era o elemento fulcral do jornal, no qual este, pela pena do redator principal, apresentava a sua interpretação da atualidade política. Por isso, ser redator principal e poder redigir o artigo de fundo era a grande ambição daqueles que colaboravam nos jornais políticos. Apareciam, depois, outros artigos, notícias (em número reduzido), informações de utilidade pública (como os movimentos de navios e as taxas de câmbio) e anúncios.

Com o passar do tempo, a redação deixou de ser um espaço meramente frequentado pelos promotores e redatores políticos e literários do jornal para se converter num local de trabalho quotidiano, com uma estrutura organizada e hierarquizada, na qual assumia especial preponderância o redator principal. Mais tarde teriam também protagonismo na redação o chefe de redação, coordenador e supervisor do trabalho dos jornalistas, e o secretário de redação, que se encarregava de um conjunto de tarefas que podiam ir da planificação do trabalho às questões administrativas e burocráticas, passando, ainda, pelos contactos com colaboradores e fontes de informação.

Essa geração pré-industrial de jornais combativos e partidários, mais sofisticada do que a geração anterior na forma e no conteúdo, acentuou a expansão do debate político para fora das paredes das Cortes. O diário *A Revolução de Setembro* (1840-1892, ressurgindo, esporadicamente, em 1901 — figura 5) é exemplar. Nele distinguiu-se o paradigma do jornalismo político oitocentista português, António Rodrigues Sampaio (figura 6), um homem que fez uma combativa carreira periodística que lhe valeu ascender à chefia do governo. Inicialmente afeito aos setembristas, o jornal alinou-se, depois, com os regeneradores, seguindo a trajetória do próprio Sampaio.



Figura 5
Diário *A Revolução de Setembro* em 1840 e em 1847.
Fonte: reprodução dos originais.



Figura 6
António Rodrigues Sampaio.
Fonte: *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, VIII(12), 608.

Outros periódicos alargavam a esfera do que era noticiado, como o *Correio Mercantil* (1838-1839), especializado em informação financeira, comercial e económica.

Os jornais desse tempo tinham, porém, uma enorme dificuldade: eram pouco comprados (vendiam-se, principalmente, por assinatura) e pouco lidos (cerca de 80% da população continuava a ser analfabeta, especialmente nos meios rurais, embora os periódicos fossem lidos em voz alta em aglomerações de indivíduos e nas tavernas e cafés). As tiragens eram reduzidas.

Os jornais eram, além disso, produtos caros. Um número avulso de um jornal político, como *A Revolução de Setembro*, podia custar 60 réis — uma fortuna para a generalidade da população. Outros jornais, porém, seguindo o modelo do *Periódico dos Pobres*, de 1826, apostaram no baixo preço e na obtenção de receitas quer por meio de tiragens elevadas, que nem sempre logravam conseguir, quer pela captação de alguns anúncios publicitários, pagos por linha. São os casos do *Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, 1834), do *Periódico do Pobre* (Lisboa, 1837), do *Dez Réis: Jornal de Utilidade Pública* (1841) e ainda do efémero *O Cinco Réis: Jornal de Interesse Público* (1843). Estes jornais, ainda que de perfil político-noticioso, demonstram que, ao tempo, em Portugal, e seguindo exemplos estrangeiros¹⁷, já se tinha inculcado a noção de que se podia financiar uma publicação fazendo pouco lucro por exemplar vendido, mas lucrando até mais, no global, pelo aumento do número de exemplares vendidos, o que ajudava, retroativamente, a captar publicidade. A venda de espaço publicitário veio mesmo a ser, futuramente, a fonte principal de receitas dos jornais.

A legislação assente no princípio da liberdade de imprensa e a extinção da censura deu aos empreendedores do jornalismo a base legal para se aventurarem na proposta de novos periódicos ao mercado. Conforme atesta Tengarrinha (2013, p. 479), a partir de 1834 há, efetivamente, vários sinais de mudança na imprensa portuguesa:

grande expansão do movimento jornalístico, não apenas quanto ao muito maior número de jornais, mas também quanto à sua mais ampla penetração no Reino (...); maior diversificação dos géneros, com especial destaque para os temas literários e culturais, científicos e técnicos e económicos, de acordo com a preocupação de desenvolvimento do País; relação mais estreita de fidelidade entre o jornal e o leitor, de que resulta maior estabilidade do quadro periodístico, aumento de tiragens e longevidade, até aí nunca atingida, de alguns jornais; e melhoria dos meios técnicos e da qualidade jornalística. Para algumas dessas alterações contribuiu também a influência da imprensa estrangeira.

17 Como a primeira geração da imprensa popular norte-americana, casos de: *The New York Tribune*, de Horace P. Greeley; *The New York Daily Times*, de Henry Raymond; *The New York Herald*, de James Gordon Bennett; e *The New York Sun*, de Benjamin Day e, depois, de Moses S. Beach.

Se a reposição da *Carta Constitucional* em vigor e se a Carta de Lei de regulação da liberdade de imprensa de 5 de dezembro de 1834 criaram condições para o reaparecimento de jornais políticos, de várias cores políticas, em Portugal, a Revolução de Setembro¹⁸ (10 de setembro de 1836) e o restabelecimento da *Constituição* de 1822, mais liberal do que a *Carta Constitucional*, aceleraram o ritmo de criação de periódicos.

Efetivamente, a 9 de setembro de 1836, um golpe orquestrado pela esquerda liberal — a Revolução de Setembro — repôs em vigor a *Constituição* vintista (10 de setembro) até à promulgação de uma nova *Constituição*, a 20 de março de 1838.

Para a imprensa, a Revolução de Setembro não deveria ter tido consequências negativas, já que os jornais e revistas beneficiavam das amplas liberdades formais que a *Carta Constitucional*, a *Constituição* vintista (reposta, provisoriamente, em vigor entre 11 de setembro e 20 de março de 1838) e ainda a *Constituição* setembrista de 1838 lhe garantiam. A *Carta Constitucional*, que vigorou no Reino entre 26 de maio de 1834 e 9 de setembro de 1836 e entre 10 de fevereiro de 1842 e 5 de outubro de 1910, reconhecia a liberdade de imprensa como um direito dos cidadãos, tal como o faziam a *Constituição* de 1822 e a *Constituição* setembrista de 1838 (vigorou entre 20 de março de 1838 e 9 de fevereiro de 1842). A situação política, porém, tornou-se muito agitada. E se, constitucional e legalmente, os periódicos beneficiavam de ampla liberdade de imprensa, a qual, à partida, garantiria condições para o combate político se travar nas páginas dos impressos, na verdade os periódicos cartistas e os miguelistas, com receio de represálias, atenuaram, ou silenciaram, as suas vozes públicas entre setembro de 1836 e 1838. Mais tarde, com a reação do Cartismo e a chegada de Costa Cabral ao poder, foram os jornais setembristas a verem-se compelidos a moderarem o seu discurso — o que, na verdade, nem sempre fizeram, sofrendo as consequências.

A instabilidade e a desordem da situação política prolongaram-se até à Regeneração de 1851. O poder setembrista que se afirmou após o sucesso da Revolução de Setembro de 1836, por exemplo, foi logo ameaçado pelos contragolpes cartistas¹⁹, anulados, da Belenzada (4 e 5 de novembro de 1836) e da Revolta dos Marechais (12 de julho de 1837 a 20 de setembro de 1837). Essa instabilidade política trouxe constrangimentos à imprensa, principalmente após se iniciar a ascensão gradual de Costa Cabral à liderança de facto do governo e do estado, após 1838. Ao tentar modernizar o estado e instituir a ordem com “mão-de-ferro”, Cabral granjeou inúmeros inimigos — quer entre os ultraconservadores miguelistas, quer entre a esquerda liberal setembrista.

18 O setembrismo correspondia à esquerda — não socialista — do campo liberal.

19 Isto é, dos defensores da *Carta Constitucional*, alinhados com a Rainha e, mais tarde, com Costa Cabral. O cartismo seria, nos termos de hoje, a direita moderada.

Assim, depois de 1838, o poder político — protagonizado, principalmente, por Costa Cabral — sentiu, em várias ocasiões, necessidade de controlar a animosidade discursiva que se fazia notar nos jornais setembristas e miguelistas. Num estado que, pelo menos na forma, se instituíu, gradualmente, como um Estado de Direito, a lei tornou-se o principal instrumento do poder político para regular o exercício da liberdade de imprensa. Mas houve formas de pressão e controlo violentas.

A animosidade e a inimizade entre os líderes liberais dos diferentes partidos ou dos grupos dentro de um mesmo partido tiveram, efetivamente, tremendas repercussões na imprensa. As circunstâncias demonstravam, por outro lado, que os indivíduos, grupos e partidos políticos necessitavam de um jornal com o qual se identificassem, que os reunisse e que lhes desse voz pública, congregando apoios. A retórica era muito importante — era sempre de bom-tom para os partidários reunidos à volta de um jornal que este atacasse, de preferência violentamente, os adversários políticos, intolerantemente encarados como inimigos. Às vezes, os jornais de cada partido, grupo ou indivíduo, mais do que sustentarem as suas posições políticas, distinguiram-se por atacar desenfreadamente os adversários e, não raras vezes, apelavam, direta ou indiretamente, a revoltas e sublevações.

Embora tivessem, por norma, uma filiação política, por vezes os jornais iam, curiosamente, variando na orientação, de acordo com as alianças estabelecidas pelos seus promotores. As amizades e inimizades que se faziam e desfaziam no mundo da política e dos negócios também se repercutiam na linha editorial que cada periódico seguia em cada momento. Em resultado deste estado de coisas, houve muita inconstância no jornalismo político português, de 1834 a 1851. Alguns periódicos, como o *Correio de Lisboa* (1837-1842) e o *Diretor* (1838-1840), por exemplo, nasceram setembristas e tornaram-se cartistas. Reagiram, assim, sobretudo o primeiro, à desordem nas ruas. Mas também acompanharam a transferência de poder do Setembrismo para o Cartismo.

Foi nesse turbilhão que Costa Cabral se impôs na política portuguesa. Costa Cabral tinha-se feito notar enquanto jovem e radical advogado setembrista, mas moderou-se, face à desordem social, consequência direta da instabilidade política e militar provocada pelos egos inflados e tonitruantes dos líderes liberais, que se consideravam donos do regime e da razão e se digladiavam abertamente nas Cortes, nos jornais e, por vezes, também em duelos.

Na qualidade de administrador-geral de Lisboa, Costa Cabral, então já um setembrista moderado, conseguiu, por exemplo, esmagar um levantamento da Guarda Nacional, a 13 de março de 1838, e expurgá-la dos setembristas radicais, sempre prontos a sublevarem-se. Visto, a partir daqui, como um traidor pelos setembristas radicais e desiludido com o fervor revolucionário permanente de alguns dos seus líderes, como José Estêvão, Costa Cabral aproximou-se das posições cartistas e tornou-se, por meio de alianças (que, na verdade, tanto fazia como desfazia), o protagonista do poder. Tomou posse como ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos, a 26 de novembro de 1839, num governo setembrista, mas moderado.

Distinguiu-se por ter, autoritariamente, impulsionado a modernização do país, abrindo as portas para aquelas que seriam as políticas da Regeneração. A sua reforma judiciária de 1841 foi a base do direito português por mais de um século.

Consequência direta da política de modernização à força do estado e do país e do aumento do seu poder autoritário, Costa Cabral tornou-se a personalidade política mais atacada do seu tempo — em boa verdade, era detestado por uns e amado por outros, conforme, normalmente, acontece. Era atacado pelos seus opositores nas Cortes, nos jornais, nas ruas. Foi, provavelmente, um dos políticos mais violentamente vilipendiados de todo o século XIX em Portugal. É verdade que enriqueceu sem justificação aparente, mas, durante o período em que participou do governo, foi também alvo de calúnias desonestas. Um desses boatos acusava-o de ser amante da rainha. Certo é que também reuniu uma vasta legião de apoiantes entre aqueles que desejavam a ordem social e a modernização do país, incluindo a rainha e as elites económicas. O povo comum, pobre e analfabeto, arredado dos processos políticos e decisórios, na verdade seria algo indiferente à situação política, e o que mais queria seria ordem e tranquilidade para viver e ganhar a sua vida.

Entre os defensores da *Carta Constitucional*, os cabralistas afastaram-se, assim, dos cartistas moderados. Entre os setembristas, radicais e moderados também se afastaram uns dos outros. Os miguelistas ainda estavam ativos. Tudo isto teve repercussões na imprensa. Periódicos cartistas, como o *Correio de Lisboa* (1837-1842) e o governamental *Diário do Governo*, hostilizaram o setembrismo; *A Revolução de Setembro* e *O Nacional* (1834-1843), setembristas, hostilizaram os cartistas e, em especial, os cabralistas. *A Nação* (1847-1928), legitimista, já de 1847, hostilizava-os a todos e queria, na verdade, o regresso de D. Miguel.

Terão sido os ataques pessoais constantes da imprensa setembrista — da qual o jornal *A Revolução de Setembro* era o máximo expoente — e o clima de sublevação permanente que terão levado Costa Cabral a tentar constranger as amplas liberdades de que os jornais e os jornalistas beneficiavam, quer pela via legislativa, quer pela violência. Fê-lo sempre que exerceu o poder.

Elaborada por Costa Cabral, uma nova lei, de 19 de outubro de 1840 (publicada a 24 do mesmo mês), criou, pois, certas restrições ao exercício da liberdade de imprensa. A nova legislação obrigou os editores de jornais a preencherem determinados requisitos cívicos e a depositarem um conto e duzentos mil reis para sustentarem, como garantia, indemnizações e multas em juízo (este postulado da lei já se encontrava na legislação de 10 de novembro de 1837), bem como a terem bens não hipotecados, no valor de dois contos e quatrocentos mil réis, que pudessem ser arrestados em caso de condenação por abuso de liberdade de imprensa — o que constituía uma novidade.

As novas circunstâncias normativas e o crescente grau de complexidade dos jornais e revistas, que exigiam investimentos cada vez mais vultuosos, conluiaram-se para diminuir o ritmo a que novos periódicos foram criados. Mesmo assim continuaram a ser fundados e

publicados jornais políticos (na verdade, cada vez mais político-noticiosos) de diversas tendências, demonstrando o setor um certo dinamismo, que correspondia, ademais, à efervescência política. Datam desse período conturbado das décadas de Trinta e Quarenta do século XIX da vida política portuguesa, entre outros, jornais como: *O Nacional* (setembrista, 1834-1843); *O Tempo* (esquerda liberal, 1835-1839); *O Diretor* (cartista, 1838-1840); *O Portugal Velho* (miguelista, 1837-1843); *O Procurador dos Povos* (esquerda setembrista radical e algo desalinhada dos principais movimentos políticos, 1837-1848); *A Lança* (esquerda liberal setembrista, 1840); *O Azorrague* (independente, 1838-1839); e o mais bem-sucedido de todos eles, *A Revolução de Setembro* (esquerda liberal setembrista, regenerador após 1851, que dura de 1840 a 1892, ressurgindo, esporadicamente, em 1901). Ao *Diário do Governo* competia defender o governo em funções, fosse ele qual fosse.

A permanente agitação política e militar em que Portugal viveu ao longo da primeira metade do século XIX teve, no entanto, uma consequência positiva para a imprensa: o interesse pela informação e pela opinião sobre o país recrudescceu. O reino ocupava cada vez mais páginas nos jornais, enquanto o noticiário do estrangeiro se reduzia na mesma proporção (Tengarrinha, 1989, p. 156). Porém, teve também, como se disse, uma consequência negativa, pois, por variadas vezes, se constrangeu, normativamente, a liberdade de imprensa no país, apesar da *Constituição* de 1838 e da *Carta Constitucional* instituírem esta liberdade como direito constitucionalmente consagrado.

O golpe principal de Costa Cabral foi dado em fevereiro de 1842. Já totalmente alinhado com os cartistas, orquestrou um pronunciamento militar que, no dia 10 desse mês, com a conivência da Rainha, repôs em vigor a *Carta Constitucional* (seria, com emendas, a Lei Fundamental do país até 5 de outubro de 1910).

A *Carta Constitucional* instituíra a liberdade de imprensa. Porém, a imprensa oposicionista foi atingida por numerosas formas de censura indireta e outros constrangimentos, entre os quais atos administrativos, processos sucessivos por abuso de liberdade de imprensa, impedimento de circulação por correio, pagamento a arruaceiros que destruíam as tipografias dos jornais da Oposição, sequestro dos equipamentos tipográficos pelas autoridades, etc..

A 4 de fevereiro de 1844, os setembristas intentaram um levantamento militar contra o regime de Costa Cabral, em Torres Novas. As garantias constitucionais à imprensa foram retiradas após essa intentona e vários jornais, com o setembrista *Revolução de Setembro* à cabeça, foram administrativamente impedidos de sair desde 6 de fevereiro até 24 de maio de 1844. Certos jornalistas, como José Estêvão, tiveram de exilar-se. O exílio de Estêvão abriu as portas do cargo de redator principal do diário *A Revolução de Setembro* a António Rodrigues Sampaio, que se veio a distinguir como o principal jornalista político — ou político-jornalista — português de Oitocentos. A repressão abateu-se, então, sobre os jornais oposicionistas, particularmente os setembristas, com o aguerrido *Revolução de Setembro* à cabeça.

O governo mandou fechar a tipografia onde o *Revolução de Setembro* era impresso, selar as instalações e prender os distribuidores conhecidos, mas, um dia em que o cerco policial se apertava, Sampaio fugiu com caixas com tipos. A partir de 22 de julho de 1844, apesar das investigações policiais e da repressão, o *Revolução de Setembro* passou a ser redigido, composto, impresso e distribuído “ilegalmente” por todo o Reino. Durante meses, poucos sabiam onde se encontrava Rodrigues Sampaio, que então vivia numa espécie de semiclandestinidade, nem onde se imprimia o jornal, que aparecia por todo o país, apesar da proibição da sua expedição pelos correios. Somente a 29 de abril de 1845 é que os tribunais decidiram a favor do *Revolução*, que pôde, então, regressar à sua normal publicação. Com essa vitória, António Rodrigues Sampaio viu crescer o seu prestígio como jornalista, ou, talvez de forma mais rigorosa, como “político de jornal”, num tempo em que fazer jornalismo e fazer política eram quase sinónimos.

A revolta da Maria da Fonte²⁰, iniciada a 22 de março de 1846, condicionou, de novo, a imprensa oposicionista. Aliás, o governo cartista do duque da Terceira, do qual Costa Cabral era a eminência parda, continuou em funções. O governo decretou, novamente, a suspensão de garantias e o *Revolução* viu a sua publicação interrompida durante cerca de sessenta dias. Rodrigues Sampaio, seu redator principal, foi preso.

A 20 de maio de 1846, o governo do duque da Terceira caiu. O país, endividado por causa dos empréstimos contraídos para a sua modernização, estava perto da bancarrota. Costa Cabral foi destituído de funções. Tornou-se, pouco depois, embaixador de Portugal em Espanha.

Entretanto, a 6 de outubro, o novo governo do duque de Palmela caiu e o cabralismo voltou ao poder, num governo liderado pelo duque de Saldanha. Os protestos foram de tal grau que detonaram a Guerra Civil da Patuleia²¹, entre outubro de 1846 e junho de 1847. O Porto e o Minho foram os principais bastiões dos revoltosos.

O conflito levou à interdição dos jornais de combate político oposicionistas, como *A Revolução de Setembro*, embora vários destes se tivessem continuado a publicar clandestinamente. Outros foram fundados e editados por oposicionistas que entraram na clandestinidade. O

20 Revolta popular iniciada no Minho e que se alastrou a todo o país, contra as políticas modernizadoras do Governo de Costa Cabral: novas leis de recrutamento militar; reforma do sistema fiscal, com introdução de um imposto sobre o património edificado; e proibição de enterros nas igrejas e nos seus adros — passando a ser obrigatório fazer os enterros em cemitérios. Teve por consequência a substituição do governo de Costa Cabral por outro presidido pelo duque de Palmela. Costa Cabral exilou-se em França e, depois, em Espanha, onde foi nomeado embaixador pela Rainha, a 6 de novembro de 1846, mas continuou a ser a eminência parda da política portuguesa.

21 Guerra Civil que, ao longo de oito meses, entre 1846 e 1847, opôs uma aliança improvável de miguelistas, setembristas e outros populares contra cartistas. Veio na sequência da Maria da Fonte. Foi detonada pela contestação à substituição, por iniciativa da Rainha, do Governo do duque de Palmela por um Governo cartista e cabralista presidido pelo duque de Saldanha, ainda que sem Costa Cabral, a 6 de outubro de 1846. Durante a guerra, o país teve dois governos: um revoltoso, no Porto (Junta Provisória do Supremo Governo do Reino), e o oficial, em Lisboa. O conflito terminou com a Convenção de Gramido, imposta pela intervenção de forças militares estrangeiras apoiadas por Espanha, França e Inglaterra, a 30 de junho de 1847, o que muito se deveu à ação diplomática de Costa Cabral. Triunfaram as posições cartistas. Costa Cabral regressaria ao País pouco depois e chefiou novo governo entre 18 de junho de 1849 e 26 de abril de 1851.

Eco de Santarém e o seu sucessor, *O Espetro*²² (1846-1847), ambos fundados, redigidos e editados, clandestinamente, por António Rodrigues Sampaio, com equipamento e materiais subtraídos da tipografia da *Revolução de Setembro*, tornaram-se os principais jornais da oposição setembrista ao governo²³ e à influência que Costa Cabral mantinha, desde Espanha, sobre a política interna. A sua publicação foi uma aventura. Os jornais eram impressos clandestinamente, quer em casas seguras, quer em lugares improváveis e secretos, como numa barcaça no meio do Tejo ou as ruínas de um convento. Eram distribuídos camuflados no meio de pão, legumes e outras mercadorias e dentro de barricas.

O termo da Guerra Civil da Patuleia, graças à Convenção de Gramido, a 29 de julho de 1847, não pôs fim à instabilidade e à violência. A implantação da república em França (1848), a Primavera dos Povos e a difusão das ideias revolucionárias e republicanas agudizaram o clima de instabilidade que se vivia em Portugal, com repercussão na fundação de jornais políticos (caso dos efémeros periódicos republicanos *A Alvorada*, *O Republicano*, *A República* e *A Fraternidade*).

As eleições de 1848 reconduziram Costa Cabral, conde de Tomar, ao poder, revigorando os ataques da imprensa contra si.

Perante as violentas agressões verbais da imprensa oposicionista, de setembristas, de outros cartistas (sobretudo os da direita conservadora liberal, chefiada pelo seu próprio irmão) e dos miguelistas, Costa Cabral, na chefia do governo desde 18 de junho de 1849, agastou-se. O governo cabralista apresentou um novo projeto de lei de imprensa.

Embora duramente criticada, a nova legislação foi promulgada a 3 de agosto de 1850, tendo ficado popular e simbolicamente conhecida por “Lei das Rolhas”. A nova lei aumentou o valor que das garantias preconizadas na lei de 19 de outubro de 1840 e enumerou uma longa lista de temas que não podiam ser tratados pela imprensa, resultando, na prática, num forte constrangimento à liberdade de imprensa. Repetiram-se os assaltos a jornais e tipografias. Assim, o clima repressivo continuou a dificultar a vida à imprensa oposicionista, principalmente aos jornais setembristas, até 1851, apesar de não ter impedido a circulação de periódicos.

A promulgação da “Lei das Rolhas” originou protestos em todo o país, mesmo entre os jornais mais neutros ou que alinhavam, comedido, pelas posições governamentais, pois o diploma definia tantos e tão vagamente os crimes e delitos por abuso de liberdade de imprensa que facilmente as autoridades podiam incriminar quem quer que fosse que tivesse a veleidade de criticar o governo. As infrações à lei eram punidas com penas de prisão e multas, proibindo-se as subscrições públicas para as pagar.

22 Pode consultar-se aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OEspectro/OEspectro.htm>

23 Governo cartista do marechal Saldanha (6 de outubro de 1846 a 28 de abril de 1847). Governo cartista de iniciativa régia e apoio internacional (28 de abril a 18 de dezembro de 1847).

A “Lei das Rolhas” também dificultava a fundação de jornais, pois obrigava os editores a depositarem, previamente, avultadas quantias de dinheiro e darem garantias de solvência financeira pessoal para garantirem o pagamento de multas e indemnizações por hipotéticos crimes de abuso de liberdade de imprensa. Essa lei foi, porém, revogada em maio de 1851, na sequência de um golpe militar liderado pelo duque de Saldanha, que conduziu o país à Regeneração, período de acalmia e de rotativismo na governação. A estabilidade política, o crescimento económico baseado na industrialização e na construção de infraestruturas e a permissiva legislação reguladora da liberdade de imprensa permitiram, finalmente, o desenvolvimento da imprensa portuguesa e o aparecimento dos primeiros jornais portugueses “de grande circulação” (apesar de as restrições ligadas ao baixo índice de alfabetização e escolarização e ao baixo poder de compra sempre terem impedido o surgimento de um amplo mercado para a imprensa em Portugal ao longo de Oitocentos).

Apesar da onnipresença hegemónica da imprensa política e político-noticiosa no meio do século XIX em Portugal, não se perdeu, no país, a tradição da grande informação noticiosa, fosse ela especializada, caso de periódicos como a *Folha Comercial da Praça de Lisboa* (1834-1862), ou generalista, casos de *O Correio*, *A Estrela* (1837-1839) e, com título apropriado, *O Noticioso* (1840-1842).

Além de palco privilegiado para as lutas políticas, a imprensa também era vista pelos liberais como um instrumento para a formação cultural e cívica dos portugueses, indispensável quer para dar solidez ao regime liberal e o tornar imune ao revanchismo do conservadorismo absolutista, quer para garantir o progresso (Silva, 1998, pp. 86-88). Germinava, também, ao tempo, um certo espírito filantrópico e associativo ente as elites liberais, animadas por exemplos do estrangeiro. Foram, assim, várias as organizações que, nessa altura, com o objetivo de fazer avançar a “civilização” no país e de o fazer trilhar um caminho de progresso material, científico e cultural, começaram a publicar periódicos de promoção das ciências, das artes e das letras, nos quais desaguavam as preocupações que os seus membros manifestavam com a promoção do conhecimento e que marcavam a posição dos seus redatores no espaço público. Essas publicações — que deram sequência às revistas portuguesas do século XVIII e do dealbar do século XIX e ainda a certas publicações dos exilados liberais — podem mais bem classificar-se como revistas do que como jornais. Alguns indivíduos empreendedores também editaram periódicos culturais e literários do mesmo tipo.

Nessa conjuntura, foram surgindo, após 1834, um conjunto vasto de publicações dedicadas à cultura e à difusão do conhecimento (*publicismo*), que publicavam uma série de amenidades, peças literárias (incluindo muita poesia e alguma prosa, nomeadamente romances *folhetins* e peças dramáticas) e conteúdos de interesse geral, muitas vezes traduzidos de

publicações congêneres estrangeiras²⁴. Várias dessas publicações são denominadas *enciclopédicas* porque, ainda que os seus conteúdos se apresentassem com uma *miscelânea* de peças que cobriam assuntos díspares, a sua vocação mais genuína era a promoção geral do conhecimento sobre assuntos diversos mas concretos. Uma boa parte delas era *ilustrada*, primeiro com litografias, depois, mais vulgarmente, com gravuras, elaboradas com base em técnicas xilográficas. As ilustrações conferiam *identidade* a essas publicações e demonstravam que a informação gráfica podia ter um lugar relevante na imprensa.

O *Panorama*²⁵ (figura 8) foi a principal revista portuguesa de divulgação histórica, científica e cultural na primeira metade do século XIX. De periodicidade semanal, tirava cinco mil exemplares, feito singular no panorama da imprensa portuguesa da época. Surgiu em Lisboa, a 6 de maio de 1837, sob a chancela da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, uma empresa filantrópica que tinha, inclusivamente, tipografia própria, e sob a direção de Alexandre Herculano (figura 7), o mais notável intelectual português do seu tempo e, conforme já se referiu, um dos inovadores do jornalismo português em Oitocentos, a par de Almeida Garrett, António José Cândido da Cruz e Eduardo Coelho. A revista inglesa *Penny Magazine* foi o seu modelo. Grande parte do seu êxito deveu-se à colaboração da intelectualidade da época. Além de Herculano, colaboraram com a revista, entre muitos outros, o economista António de Oliveira Marreca e o escritor António Feliciano de Castilho.



Figura 7

Alexandre Herculano.

Fonte: recuperada da Web [https://en.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Herculano].

24 Na primeira revista ilustrada enciclopédica portuguesa, *O Recreio*, o redator nem se deu ao trabalho de traduzir alguns artigos — mas, na verdade, provavelmente o seu público-alvo, ainda que português, encontrava-se nas elites que dominavam perfeitamente o francês — que era, inclusivamente, a língua da Corte.

25 Pode ser consultado aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama.htm>



Figura 8

Capa de um número de *O Panorama*.
Fonte: *O Panorama*, 22 de julho de 1837 (capa).

Até 1868, *O Panorama* teve cinco séries, sendo as mais notáveis as duas primeiras, ininterruptas (1837-1844), as únicas publicadas sob a chancela da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Embora as tecnologias tipográficas disponíveis não permitissem grande variabilidade nas soluções de design, *O Panorama* distinguiu-se pela introdução de gravuras de grande dimensão nas capas e no miolo. Em 1841, publicou, pela primeira vez, um daguerreótipo na imprensa portuguesa, ainda que transcrito para xilogravura.

O cultivo da gravura de madeira pelas revistas a partir do lançamento de *O Panorama* foi tão importante que incrementou a indústria da xilogravura em Portugal. A litografia, mais perfeita, mas mais cara, complicada e morosa, foi sendo abandonada aos poucos enquanto tecnologia relevante para a imprensa periódica. O mesmo sucederia com a gravura, destronada pela fotografia, mas somente no final de Oitocentos.

Outra revista a destacar é *A Ilustração: Jornal Universal* (1845-1846). Foi a primeira revista a publicar, em Portugal, gravuras que se reportam a acontecimentos da atualidade. Foi assim, cronologicamente, a primeira das revistas ilustradas que, sem desprezar os conteúdos culturais, apontava já para a cobertura da atualidade por meios iconográficos.

A *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859), surgida por iniciativa de António Feliciano de Castilho (um escritor cego), seu redator principal, e outros indivíduos, teve grande circulação, apesar de não ser ilustrada. Além de textos de “cultura geral”, incluía, entre outras, matérias relativamente leves sobre a atualidade nacional e internacional, nomeadamente sobre acontecimentos de índole cultural e problemas sociais. Segundo Silva Túlio (*cit. in* Cunha, 1914, p. 44), a *Revista Universal Lisbonense* foi a primeira publicação portuguesa a criar uma secção específica para as notícias, ainda que, de acordo com o mesmo autor, a palavra *noticiário* foi usada por ele próprio, pela primeira vez, em 1851, na revista *A Semana — Jornal Literário e Instrutivo* (1850-1852), lançada por João de Lemos Seixas Castelo Branco (Silva Túlio, *cit. in* Cunha, 1914, p. 45). A *Revista Universal* foi também pioneira na criação de um cargo que se afirmaria, ao longo do século XIX, nas redações portuguesas — o de revisor. O primeiro revisor dessa publicação foi Júlio César Machado.

2.2.2. A imprensa na Regeneração (1851-1864)

O período que vai de 1851 a 1864 foi um período de liberdade e empreendedorismo à sombra do qual a imprensa floresceu, tendo por marco, no final de 1864, o nascimento do *Diário de Notícias*.

Efetivamente, no primeiro de maio de 1851, um levantamento militar protagonizado pelo marechal Saldanha conduziu à queda do governo de Costa Cabral. Depois de um interregno de quatro dias, Saldanha tomou posse como presidente do Ministério (“primeiro-ministro”) no primeiro de muitos governos do Partido Regenerador. Nele tomou assento, como ministro das Obras Públicas, aquele que seria o mais impactante político português até à sua morte, em 1883 — António Maria de Fontes Pereira de Melo. Foi ele o estratega das políticas de progresso material que modernizaram e transformaram o país, ainda que à custa do endividamento público. Após a Regeneração, com a normalização e suavização da política, dois partidos assumiram, rotativamente, o governo: o Regenerador, centrista, chefiado por Saldanha e, depois, por Fontes Pereira de Melo; e o Histórico, fundado em 1856, herdeiro do Setembrismo, situado mais à esquerda do espectro político, chefiado pelo duque de Loulé, e cujas bases se lançaram quando Saldanha, para dar protagonismo a Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo, afastou os setembristas do governo, ainda em 1851.

Após a Regeneração, o país virou a página. A legislação da imprensa evidenciou o novo rumo, mais estável, mais tranquilo e tolerante, mais preocupado com o desenvolvimento

material e menos com apelos a sublevações e revoltas. A “Lei das Rolhas” e toda a legislação constrangedora da liberdade de imprensa²⁶ caiu logo a 22 de maio de 1851, por força de um decreto publicado no *Diário do Governo* de 24 de maio²⁷, ficando a valer a legislação anterior que não contradissesse o novo decreto. Ou seja, os princípios normativos reguladores da imprensa voltaram a ser aqueles que, partindo do princípio de liberdade de imprensa estatuído no § 3.º do art.º 145.º da *Carta Constitucional* de 1826, foram expressos pelos diplomas de 5 de dezembro de 1834 e 10 de novembro de 1837.

Assistiu-se, durante a Regeneração, a um processo de distensão política e de acalmia militar que tornou mais tolerante, ainda que igualmente vigoroso, o debate público acerca da governação. O desenvolvimento, materializado, sobretudo, no impulso à industrialização e na criação de infraestruturas, como o telégrafo, as estradas de macadame e as vias-férreas, e a consequente dívida pública, que cresceu a olhos vistos, tornaram-se as preocupações centrais do governo, dos partidos e, consequentemente, da imprensa política — cuja paisagem era dominada pelos jornais de partido.

Com a contemporaneidade a bater, finalmente, à porta do país e da sua imprensa, os tempos de aventureirismo jornalístico foram, enfim, relativamente ultrapassados. Os novos jornais e revistas, para vingarem no tempo e conquistarem espaço, necessitavam, cada vez mais, de estruturas sólidas, de cariz empresarial, que lhes dessem sustentabilidade e estabilidade. A publicidade, por exemplo, tornou-se um fator importante para garantir a viabilidade de jornais e revistas, ainda que a venda por assinatura, nas ruas e nas bancas continuasse a ser a principal fonte de financiamento dos periódicos.

A circulação de informações e de periódicos acelerou-se e facilitou-se graças às infraestruturas mandadas construir pelos governos da Regeneração e à melhoria dos serviços de correio (que beneficiaram da melhoria dos sistemas de transportes). O debate político passou a centrar-se em assuntos concretos, como a política de investimento público, o grau de endividamento ou a reforma da *Carta Constitucional*. Uma certa sensação de normalidade, depois de mais de quarenta anos de sobressalto, tomou conta de Portugal. O país modernizou-se, a política modernizou-se e, consequentemente, a imprensa também se modernizou.

A imprensa aparece assim aos olhos do público (...) como instrumento do progresso. (...) O interesse dos debates (...) sobre matéria económica acabou por superar os do Parlamento, que decorriam mornos e desinteressantes. (Tengarrinha, 2013, p. 653)

26 Lei de 19 de outubro de 1840, portaria de 23 de outubro de 1840 e Lei de 3 de agosto de 1850 (“Lei das Rolhas”).

27 Pode consultar-se aqui:
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1851/N121/N121_item1/index.html

Nesse ambiente, os jornais de partido dedicaram cada vez mais espaço à informação de atualidade, mesmo quando sobre ela faziam leituras políticas, e às notícias propriamente ditas. Adotaram, portanto, linhas editoriais *político-noticiosas*. No rescaldo das lutas e da instabilidade entre 1834 e 1851, a economia e a necessidade de desenvolvimento e união do país tornaram-se temas omnipresentes na Regeneração.

Os diários políticos já não podiam viver de pura retórica política, ainda que os políticos os usassem para se combaterem mutuamente na praça pública, fora das Cortes. Num tempo em que a informação acelerava e a sociedade se complexificava, era necessário suprir as carências noticiosas da sociedade. As pessoas não queriam apenas solidificar as suas convicções políticas pelo consumo da imprensa doutrinária. Elas precisavam de informações que, na antecâmara da Revolução Industrial em Portugal, lhes permitissem orientar as suas vidas e interagirem, informadamente, com os outros cidadãos e com as instituições sociais.

Era, pois, cada vez mais difícil a um diário político cultivar um público fiel se não o presenteasse com uma dose notável de novidades. As notícias e outras informações, incluindo os anúncios e a informação de serviços (agenda de espetáculos, preços correntes, taxas de câmbio, movimento de navios...), tornaram-se importantes para que os diários satisfizessem quotidianamente o público. A imprensa política assumiu, pois, crescentemente, uma orientação político-noticiosa e generalista, cumprindo, cada vez mais, as funções informativas que, ainda hoje se esperam de qualquer diário. Surgiram, inclusivamente, jornais político-noticiosos independentes, que davam grande atenção à política e exerciam o direito ao comentário político, em nome de conceitos abstratos como a *razão* e o *bem-comum*, ou em nome do *povo*, dos *cidadãos*, da *Nação*, do *país*, sem se vincularem, explicitamente, a um partido ou movimento político — ou só o fazendo vagamente. Alguns dos periódicos de fora de Lisboa assumiram-se, por outro lado, como porta-vozes dos interesses locais e regionais e era em defesa destes que, maioritariamente, faziam política, num tempo em que a polémica sobre a municipalização do país excitava os ânimos.

O figurino editorial típico de um jornal político-noticioso do miolo de Oitocentos incluía um artigo de fundo, um ou mais artigos comentados sobre as sessões parlamentares e assuntos da governação, informação administrativa (decretos, leis, nomeações), um folhetim, crónica teatral e crónica musical, peças literárias ou comentários a obras literárias e outras, notícias (por vezes comentadas) e informação de serviços — além de anúncios publicitários.

Os periódicos políticos e informativos, mesmo os mais baratos, eram, no entanto, somente acessíveis à minoria que tinha rendimentos suficientes e, claro, era alfabetizada, num país onde o analfabetismo atingia a esmagadora maioria da população. Os cidadãos politicamente engajados eram, de facto, uma minoria elitista no Portugal de Oitocentos.

As mudanças que se registaram na imprensa política abriram caminho para o surgimento dos diários noticiosos, politicamente independentes, organizados industrialmente, feitos

para darem lucro e não para doutrinarem, entre os quais, em Portugal, o *Diário de Notícias* (1864) é o primeiro e mais importante exemplo.

Mesmo alguns jornais especializados, como *O Jornal do Comércio* (1853-1989 e 2015 — figura 9), de Lisboa, e *O Comércio* (figura 10), depois redenominado *O Comércio do Porto* (1854-2005), evoluíram na mesma direção, tornando-se, essencialmente, diários informativos generalistas independentes — mesmo quando defensores intransigentes do seu público (*O Comércio do Porto*, por exemplo, foi voz da burguesia comercial e industrial do Porto).



Figura 9
Primeira página do primeiro número
do *Jornal do Comércio*.
Fonte: reprodução do original.



Figura 10
Primeira página do primeiro número
de *O Comércio do Porto*.
Fonte: reprodução do original.

Ainda que não se abstivessem de travar guerras verbais simbólicas em torno das opções políticas, estendendo à rua os debates parlamentares, os periódicos políticos podiam levar uma vida relativamente tranquila. Não eram ameaçados no mesmo grau em que o tinham sido entre 1834 e 1851, não só por força da legislação tolerante e permissiva, como também porque o seu discurso se moderou e urbanizou. Diferendos resultantes dos choques na imprensa eram, ocasionalmente, resolvidos em duelos, mas estes, normalmente, terminavam com a reconciliação dos adversários depois do primeiro sangue vertido. Entre os jornais

políticos, *A Revolução de Setembro*, liderado por António Rodrigues Sampaio, convertido em apoiante da Regeneração²⁸, tornou-se no diário oficioso do Partido Regenerador. Foi o diário mais representativo e lido de toda a Regeneração.

A omnipresença da imprensa política, alguma dela ligada a projetos pessoais de poder mais até do que aos partidos políticos, não era isenta de reparos, como demonstra o texto de apresentação da revista cultural semanal *Arquivo Universal* (1859-1861):

A imprensa periódica entre nós, quase exclusivamente entregue à política, tem-se visto obrigada a substituir a missão de evangelizar, o propósito de seduzir e afeiçoar seguidores para os seus princípios ou para os seus homens. A discussão e controvérsia sobre a grande ciência do governo e da administração das coisas públicas, suspeitas de servir somente certos interesses individuais, tem afastado de si as simpatias do público imparcial e desta arte inutilizado em grande parte o alcance dos seus intuitos. O leitor que não está (...) alistado no bando a que o jornal pertence desconfia de quanto nele encontra e cerra ouvidos (...). O jornal político que deveria convencer, limitado à esfera dos já convencidos, torna-se inútil e vive mais de influências especiais interessadas na sua sustentação do que das verdadeiras fontes de uma vida segura (...). A imprensa diária, conquanto acompanhe os acontecimentos (...), perde muito em valor crítico por carência de meditação e análise. (*Arquivo Universal*, I(1), 4 de janeiro de 1859, p. 1)

O mercado estava, no entanto, bastante saturado por um número suficientemente diverso de periódicos políticos alinhados com os principais partidos. A conjuntura tendia a dificultar novos projetos editoriais nesse segmento. Já havia quase sempre um periódico político para cada nicho de mercado. Existia já quase sempre um periódico com o qual um indivíduo com interesse na política se pudesse identificar para fortalecer as suas convicções e no qual podia abastecer-se de argumentos. Por isso, e também porque os novos projetos jornalísticos tinham de ser sólidos para vingarem, durante a Regeneração criaram-se menos periódicos políticos do que em tempos anteriores.

Não se duvida de que, embora fosse relativamente menor o número de jornais políticos criados neste período, eles continuavam a ter uma considerável massa de leitores fiéis. Era visível, porém, um crescente fastio pelos confrontos políticos que resultavam frequentemente de rivalidades pessoais e intrigas, à margem dos graves problemas do país (...). Para um número cada vez maior de pessoas, os políticos perdiam o crédito, o que explica o crescente alheamento da vida política. (...) Também era posta a nu a venalidade dos jornalistas, acusados (...) de proporem determinadas quantias a políticos para estes serem poupados ou elogiados. (Tengarrinha, 2013, pp. 652-653)

28 António Rodrigues Sampaio foi parlamentar, ministro e presidente do Ministério pelo Partido Regenerador.

Todavia, havia muitos outros assuntos que iam além da política e que interessavam às pessoas. Os periódicos políticos, além do mais, tendiam a concentrar-se nos grandes temas da política. Não acompanhavam, por exemplo, as realidades locais e regionais. Assim, beneficiando de um clima favorável ao empreendedorismo e de um regime normativo benigno, foram surgindo periódicos com outras tipologias que engrossaram e diversificaram o mercado da imprensa. Durante a Regeneração, efetivamente, não só aumentou o número de títulos em circulação como também a edição e consumo de jornais e outros periódicos de índole diversa, ainda que tivesse continuado centrada em Lisboa e, secundariamente, no Porto, estendeu-se à generalidade do território nacional.

Se a edição de jornais se estendeu a todo o território, sendo notório o desenvolvimento da imprensa regional e local, o seu consumo, no entanto, não se estendeu a toda a população. Os jornais e as revistas eram caros e o analfabetismo atingia a esmagadora maioria do povo. A política desenvolvimentista dos governos da Regeneração fracassou no estímulo à escolaridade. Houve, ainda assim, um renovado interesse das elites pela cultura, “a que corresponde um grande aumento dos jornais literários e de conhecimentos gerais dirigidos a um público largo” (Tengarrinha, 2013, pp. 652-653).

As revistas — culturais, científicas, literárias — cultivavam e entretinham as elites alfabetizadas, promovendo o conhecimento sobre temas diversos. Por vezes, também abordavam assuntos relevantes da atualidade coeva e, ocasionalmente, procuravam intervir sobre a política seguida em assuntos concretos — como a defesa dos monumentos nacionais ou o fomento da escolaridade básica — em nome não de um partido, mas do povo, do bem-comum, da nação ou de qualquer outra abstração similar. Essas revistas abriam-se, também, cada vez mais, à iconografia informativa, graças à proliferação da gravura de madeira. As gravuras, algumas vezes, eram elaboradas a partir de fotografias, mais concretamente de daguerreótipos, sem que isso significasse, no entanto, que o gravador fosse sempre e inteiramente fiel à imagem daguerreotipada.

O arquétipo das revistas culturais ilustradas, no período que se estende de 1851 a 1864, foi a revista semanal *Arquivo Pitoresco* (1857-1868 — figura 11)²⁹, digna sucessora de *O Panorama* (e que com esta coexistiu em diversos períodos). O seu conteúdo repartia-se, tal como era timbre do periodismo enciclopédico e cultural, por uma grande variedade de assuntos, entre os quais se destacam a história, a etnografia, a geografia, as ciências e a tecnologia, a língua e a literatura, a agricultura e a economia, entre outros (Sousa, 2017).

Num tempo em que a maioria das revistas ilustradas gravavam rapidamente xilogravuras a partir de decalques grosseiros das imagens das revistas estrangeiras, o *Arquivo Pitoresco* notabilizou-se pela produção própria de desenhos e gravuras de excelente execução, que o

29 Pode consultar-se aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/ArquivoPN1.htm>

tornaram num dos máximos expoentes da gravura de madeira e das artes gráficas, ao tempo, em Portugal. Chegou a instituir uma oficina-escola de gravura de madeira de topo a buril, em 1862. A sua tiragem, conforme se revela no prólogo do volume VI, de 1863, atingiu cinco mil exemplares, feito que *O Panorama* também tinha alcançado, anos antes. Tinha organização empresarial, com tipografia própria (sofreu um incêndio em 1858, facto devidamente noticiado pela revista, verbal e iconograficamente).

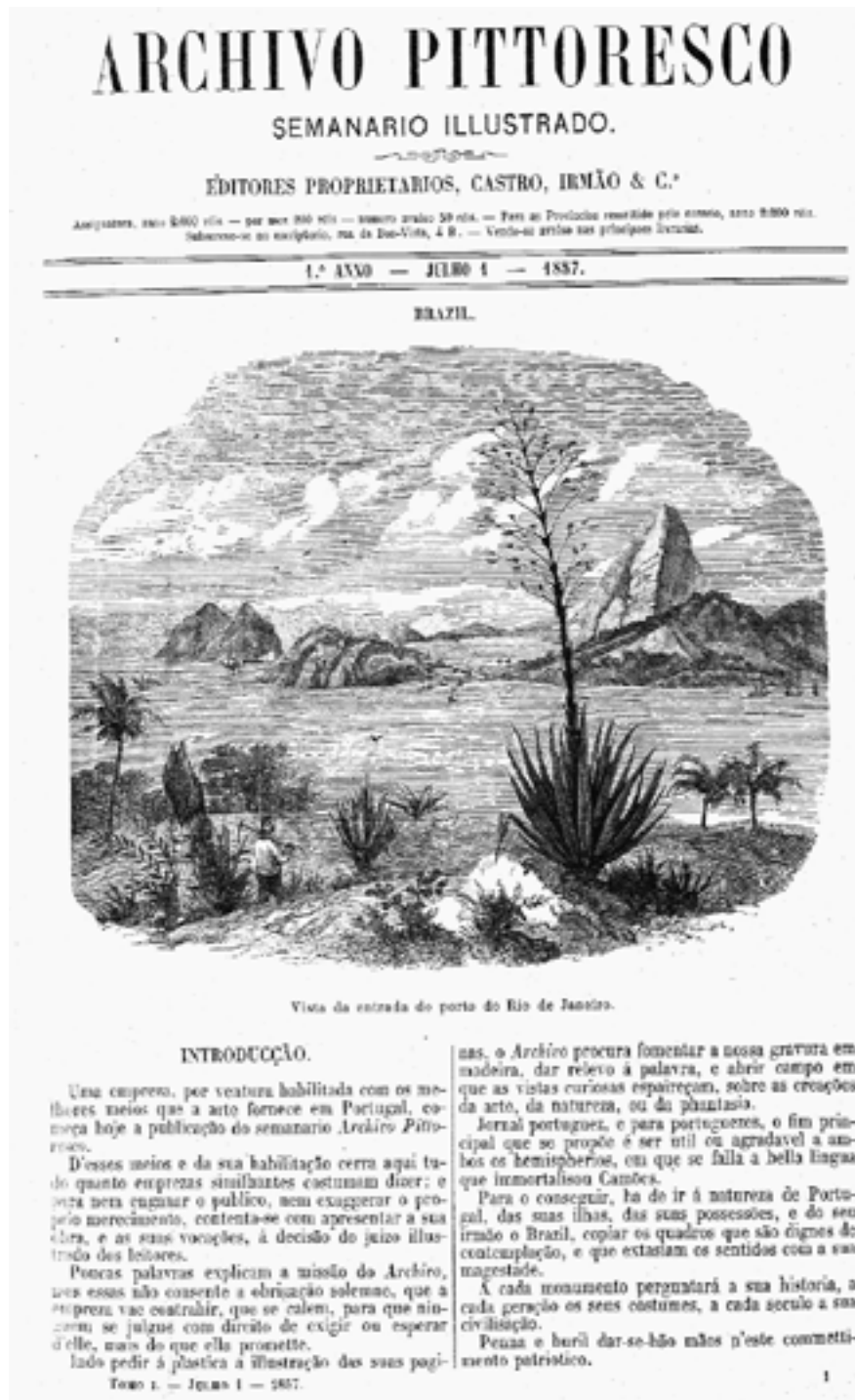


Figura 11

Capa do primeiro número de *O Arquivo Pitoresco*.

Fonte: reprodução do original.

Apesar da linha editorial do *Arquivo Pitoresco* ter sido, predominantemente, enciclopédica e cultural, a atualidade nem sempre pairou longe da revista. A cobertura — verbal e visual — estendia-se dos acontecimentos do quotidiano aos temas mais intemporais, mas, à época, sempre presentes, como o progresso material do país, simbolizado pela ferrovia e pela indústria. Os acontecimentos importantes para a sociedade, como o casamento real entre o Rei D. Pedro V e a Rainha D. Estefânia; as peças de teatro; o incêndio que destruiu a tipografia do *Arquivo Pitoresco* e outros acontecimentos da atualidade foram reportados verbal e iconograficamente nas páginas da revista. O *Arquivo Pitoresco*, neste particular, já aponta para um modelo de revista que, perseguindo a *noticiabilidade*, a *atualidade*, a *notícia*, não se esgotava no enciclopedismo e na cultura.

O *Arquivo Pitoresco* teve, contudo, uma debilidade. Dependia de um grande patrocínio privado. A Sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro, que agremiava emigrantes portugueses, comprava um determinado número de exemplares, para distribuição benemérita nas escolas portuguesas. Quando cessou esse apoio, o *Arquivo Pitoresco* extinguiu-se.

2.3. O *Diário de Notícias* e o impulso à industrialização do jornalismo português

O *Diário de Notícias* (figura 12) foi o primeiro jornal português que se pode identificar com o conceito de matutino independente de informação geral de conceção empresarial, no sentido de ter sido o primeiro jornal português que assumiu o *jornalismo como negócio*. O seu nascimento, em 1864³⁰, pela mão de Eduardo Coelho (figura 13), mentor do projeto, e do seu sócio, Tomás Quentino (figura 14), industrial e dono da tipografia onde o DN se veio a imprimir, constitui, por isso, um acontecimento histórico de relevo para a imprensa portuguesa, um marco histórico, pelo que, simbolicamente, encerra o período da história da imprensa portuguesa aqui estudado — podendo, igualmente, abrir o período seguinte. O DN e os jornais que seguiram, em maior ou menor grau, o seu modelo, ou que a ele se tiveram de render, assentaram num paradigma de produção de conteúdos que elegeu a informação noticiosa de interesse geral como elemento estruturante e que fez da captação de anúncios publicitários a sua principal fonte de financiamento e lucro.

Embora tenham existido outros jornais noticiosos generalistas independentes em Portugal, o *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português bem-sucedido a surgir com os objetivos de sustentar a produção e difusão de notícias de interesse geral e dar lucro aos seus

30 O DN iniciou a sua publicação regular no início de 1865, embora o seu número programa date de 29 de dezembro do ano anterior. Por este motivo, considera-se 1864 como o ano da fundação do jornal, embora, em boa verdade, fosse mais correto considerar-se 1865.

promotores por meio, sobretudo, da venda de espaço para publicidade, e não tanto pelo produto das vendas nas bancas e nas ruas, nem pela receita das assinaturas, nem, muito menos, pela dependência de patrocínios privados de indivíduos e grupos de poder interessados em terem jornais ao seu serviço.

A ideia em que assentou o DN, em si, não era nova, mas o *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal deste tipo a ter êxito no país, perdurando de 1864 até hoje, graças à firme estrutura empresarial e jornalística que o sustentou desde o início.

O DN distinguiu-se, ainda, por não pretender ser voz pública de um partido, por não querer ser conotado com qualquer tendência partidária nem ser um veículo de informação especializada³¹. Pelo contrário, sempre se notabilizou pela independência política, pelo carácter generalista dos seus conteúdos e pela implantação de um modelo de negócio jornalístico que não apenas assegurava lucro aos investidores como também permitia a independência do jornal. Esse modelo de negócio — ainda hoje dominante — encara a notícia como uma mercadoria transacionável, com valor de troca, e não só como um bem socialmente útil e relevante. A notícia incrementa o interesse dos leitores, promove o aumento das tiragens e, assim, faz crescer o interesse dos anunciantes, os quais, na verdade, pagam o jornal, permitem que este seja vendido abaixo do preço de custo e dão lucro aos investidores.

Nesse modelo, os anúncios publicitários tornam-se, consequentemente, a principal fonte de rendimento e lucro do jornal. As vendas em banca ou por assinatura são importantes, mas não tanto quanto as receitas da publicidade. O baixo preço por exemplar, em banca ou por assinatura, quando associado a conteúdos de interesse socialmente transversal, gera procura elevada e, consequentemente, tiragens grandes, as quais, por sua vez, atraem mais anunciantes. O público — massivo, dado o baixo preço por exemplar — busca nos jornais a notícia e, mais raramente, o anúncio; mas é exposto, identicamente, à notícia e ao anúncio, podendo optar por consumir um, os dois ou nenhum.

O DN não apenas mostrou que um projeto moderno, independente, de jornalismo informativo e, especificamente, noticioso generalista podia vingar no país, como também demonstrou que, para sobreviver, um grande jornal independente e informativo necessitava de possuir um modelo de negócio viável, assente nas receitas da publicidade, mais do que nas vendas e assinaturas, e uma organização de tipo empresarial.

O *Diário de Notícias* introduziu, por isso, uma secção de anúncios a baixo preço (logo no primeiro número, o jornal anunciava que recebia anúncios a vinte réis a linha). Esses

31 Recorde-se que quando o DN surgiu existia uma imprensa informativa especializada, solidamente implantada, apartidária e independente. Havia jornais e revistas culturais e enciclopédicos, literários, musicais, teatrais, sobre belas-artes, económicos etc. Também existiam jornais noticiosos independentes. O que o *Diário de Notícias* trouxe pela primeira vez para Portugal foi um projeto jornalístico informativo, até mais propriamente noticioso, generalista, apartidário, independente, sólido, que, assente numa organização empresarial, procurava dar lucro aos investidores.

anúncios apresentavam-se mais ou menos organizados tematicamente (publicações, vendas, leilões...), o que facilitava a vida ao leitor, e possuíam títulos que os sinalizavam. Essa opção de design e organização dos conteúdos teve popularidade instantânea. Aliás, em plena Revolução Industrial, os bens e serviços necessitavam de se tornar notórios e diferenciados para serem consumidos. O anúncio na imprensa era um meio para se atingir esse fim.

Não eram somente comerciantes e industriais que buscavam na imprensa um meio para anunciarem ou demandarem um produto ou um serviço. Particulares que procuravam algo, queriam oferecer os seus préstimos ou queriam vender alguma coisa também precisavam de anunciar na imprensa para propagarem as mensagens. O pequeno anúncio, por vezes de uma ou duas linhas, barato para o anunciante, tornou-se o dispositivo mais apropriado para esse fim. E o DN foi o primeiro projeto jornalístico sólido a entendê-lo em Portugal.

Efetivamente, enquanto os jornais políticos e partidários, e mesmo alguns periódicos especializados, buscavam nas vendas em banca e nas ruas e por assinaturas, ou no patrocínio de indivíduos interessados em exercerem influência pública por meio da imprensa, a sua principal fonte de rendimento, o *Diário de Notícias* procurou, desde o seu início, gerar lucro pela publicação de anúncios publicitários, curtos ou extensos. O DN tornou a publicação e consulta de anúncios publicitários uma rotina. Era o anúncio a garantir a sobrevivência e o lucro do jornal e, portanto, a receita dos anúncios era, tal como ainda é, a principal fonte de financiamento da operação jornalística. Além disso, o anúncio, retroativamente, gerava interesse pelo jornal e promovia a sua circulação. Isto é, as notícias interessavam ao público, mas os anúncios também.

Com o DN, a publicidade tornou-se, finalmente, em Portugal, como já o era noutros países, a fonte prioritária de rendimento de um periódico. O lucro gerado pela publicidade crescente permitiu contratar mais colaboradores; adquirir novas rotativas e outros equipamentos, que possibilitaram o aumento da tiragem. Viabilizou, também, um forte investimento na produção autónoma, independente e própria de informação, incluindo a instituição e manutenção de uma rede de correspondentes, essencial para que os conteúdos fossem geograficamente diversos. Deu solidez à empresa, assegurando a independência do jornal face aos poderes externos e a pressões de toda a índole. Tiragens maiores, sustentadas pelas receitas publicitárias, mercê de tecnologia adequada, possibilitaram a prática de um baixo preço de venda por exemplar, inferior, até, ao custo de produção. Um exemplar do jornal era, efetivamente, vendido a um preço inferior ao que, para a empresa, custava produzi-lo, já que a publicidade compensava a perda e ainda dava lucro.

O contexto da época foi favorável ao projeto de jornal de empresa protagonizado pelo *Diário de Notícias*. O DN nasceu em plena Revolução Industrial e no miolo da Regeneração. As políticas da Regeneração preconizavam o progresso material e a modernização do país. Um projeto como o do DN respondia aos anseios de modernidade na imprensa, imitando os diários noticiosos populares, independentes e apartidários que obtinham êxito assinalável em vários países estrangeiros, a vizinha Espanha incluída.



Figura 12
Primeira página do primeiro número
(número-programa) do *Diário de Notícias*.
Fonte: reprodução do original.



Figura 13
Eduardo Coelho, fundador
do *Diário de Notícias*.
Fonte: Cunha, 1914, s/n.



Figura 14
Tomás Quintino, cofundador
do *Diário de Notícias*.
Fonte: Cunha, 1914, s/n.

Os leitores procuravam no DN notícias e informações que lhes permitissem orientar-se na sociedade; interagir, informadamente, com os demais e, quiçá, disfrutar de momentos de ócio e entretenimento. Os jornais de partido, ao invés, buscavam, sobretudo, fidelizar apoiantes, fortalecer as convicções dos militantes já convencidos, mesmo que não pudessem prescindir de dar notícias, normalmente interpretadas em função da corrente ideológico-partidária de cada jornal.

Nos jornais de partido, as notícias das Cortes e da esfera política governativa e partidária constituem, possivelmente, os casos mais relevantes de matérias nas quais se nota a fusão entre facto/informação e interpretação/opinião. Nesses periódicos, inclusivamente, a política era o prato forte. No DN, pelo contrário, a política era somente uma das vertentes do noticiário. A notícia de interesse geral era, no DN, o prato principal.

O *Diário de Notícias* era, além disso, barato. O seu preço, inferior ao dos principais jornais político-noticiosos de partido, era acessível a muitas bolsas. Só assim lograva atingir uma circulação que lhe garantia o afluxo de publicidade indispensável para a sua sobrevivência.

Assim, o DN vingou e prosperou. Graças ao baixo preço a que era vendido, deu, inclusivamente, origem a uma explosão do número de ardinhas, que o apregoavam e vendiam nas ruas.

O jornalismo noticioso protagonizado pelo DN, dirigido a toda a gente, cultivando uma linguagem simples e direta, apostado na expansão do seu público e na captação de receitas pela venda de espaço para anúncios publicitários teve, no entanto, dificuldades de aceitação pelo resto da imprensa. O meio jornalístico era vincadamente conservador, elitista e politizado. Todavia, contra a corrente dominante, o *Diário de Notícias*, apesar de muito criticado pela imprensa política, que via no privilégio à notícia de interesse geral, sobretudo à notícia de *interesse humano*³², por vezes *sensacional*, *emotiva*, um abastardamento do jornalismo, foi muito bem aceite pelo público em geral e cedo se revelou um empreendimento de sucesso. O anúncio publicitário, aliás, tornou-se, também, vital para a sobrevivência da imprensa de partido, a partir do momento em que teve de competir com a imprensa noticiosa industrialmente organizada.

A imprensa noticiosa não era, porém, uma imprensa politicamente amordaçada. Essa imprensa podia ter *voz pública*, por meio de editoriais e artigos de fundo. Mas quando tinha *voz pública*, essa voz era assumida como a *voz do povo*, ou a *voz da nação*, ou a *voz do país*, ou a *voz da razão* e do *bom-senso*, e nunca a voz de um partido ou de uma facção política.

O número programa do *Diário de Notícias* apontava, já, para um modelo de jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (predominantemente noticiosos e generalistas), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma (paginação a quatro colunas e, depois, a sete e dez colunas, à medida que também aumentava a dimensão das

32 O DN, por exemplo, no número programa noticiou o “imoral” rapto de uma virgem por um marinheiro. A moça, contudo, regressou a casa “pura e imaculada”.

páginas), na dimensão (sensivelmente semelhante aos atuais tabloides, evoluindo, depois, para o *broadsheet*) e ainda no preço (dez réis por exemplar, menor quando vendido por assinatura). Esta renovada e contemporânea perspetiva do jornalismo noticioso e informativo, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado, essencialmente, como negócio, era, de resto, clara aos olhos dos investidores no projeto, que, na primeira página do primeiro número, anunciavam “Ao Público”:

O Diário de Notícias – o seu título o está dizendo – será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor. Escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos atos da vida particular dos cidadãos, às injúrias, às alusões desonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos – para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.

Primando pela independência em relação às forças políticas e pela neutralidade nos confrontos políticos; eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutra, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e “com a possível verdade”; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre as quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias, opiniões e argumentos prontos a consumir, o *Diário de Notícias* tinha encontrado a fórmula certa para se fincar com sólidas raízes na paisagem jornalística portuguesa, contribuindo, ademais, para a sua modernização.

Outra novidade introduzida pelo DN em Portugal foi a implementação de um sistema organizado de recolha de informações para o noticiário, por meio de uma rede de correspondentes espalhados pelo país. Contemporâneo do telégrafo, das agências noticiosas, dos caminhos-de-ferro, o DN, efetivamente, chegava a todo o lado e de todo o lado lhe enviavam informações (tinha correspondentes em várias cidades portuguesas, no Brasil e em Espanha), o que não obstava a que também manifestasse iniciativa ao fabricar informação nova de produção própria.

Os folhetins também cedo fizeram a sua aparição no DN. Os grandes nomes da literatura

colaboravam, à época, assiduamente com a imprensa em geral, tal como os homens políticos colaboravam com a imprensa política. Em 1867, por exemplo, teve grande sucesso, no *Diário de Notícias*, o folhetim *A Bruxa do Vale*, de Jaime Moniz. Mas o mais importante e mais-bem sucedido folhetim do DN, que muito contribuiu para a popularização do jornal, foi *O Mistério da Estrada de Sintra*, da autoria de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, publicado entre 24 de julho e 27 de setembro de 1870.

Também contribuíram para o sucesso do jornal a introdução de rubricas de entretenimento e ilustração e de moda e assuntos femininos. O DN ia conquistando todos os públicos, incluindo as mulheres e os jovens, ao contrário do que sucedia com a imprensa doutrinária, que quase somente suscitava o interesse da elite masculina politizada.

A corrente transformadora de modernização do setor da imprensa aberta pelo *Diário de Notícias* obrigou à metamorfose dos jornais políticos. Estes, para agregarem valor aos conteúdos, deram destaque crescente às notícias da atualidade, mesmo quando delas faziam leituras políticas. O crime e os escândalos, por exemplo, constituem temáticas que foram sendo incorporados na imprensa partidária, cujo perfil editorial se tornou, crescentemente, político-noticioso. Por outro lado, o principal desafio para quem criava um novo jornal passou a ser a sustentabilidade e a viabilidade da empresa jornalística que o publicava, ainda que muitas funcionassem periclitantemente.

As principais empresas jornalísticas eram, portanto, cada vez maiores e mais sofisticadas, albergando, por exemplo, tipografia própria, serviços administrativos e de venda de publicidade e redações cada vez mais povoadas, nomeadamente por noticiaristas, encarregues da elaboração do noticiário sem o qual já nenhum diário já podia passar.

As mudanças sociais e os novos públicos levaram, igualmente, a transformações progressivas nos jornais. A política perdeu lugar para as notícias de interesse geral na generalidade da imprensa e as vendas subiram, bem como a afluência de publicidade.

Conclusões

Entre 1820 e 1864, imprensa informativa portuguesa de grande circulação agrupou-se, essencialmente, em torno de três tipos de publicações:

- a) Os jornais políticos, periódicos combativos que, não obstante, assumiram, crescentemente, uma linha editorial político-noticiosa.
- b) As revistas culturais e literárias, dedicadas à difusão do conhecimento. Estas podiam ser ilustradas ou não ilustradas, sendo as primeiras mais bem-sucedidas.
- c) Os periódicos informativos especializados, como os de natureza comercial, financeira e económica, que supriam algumas das carências de informação de determinados nichos do mercado.

Entre esses periódicos, a imprensa política foi dominante.

Efetivamente, a enorme vitalidade da imprensa oitocentista portuguesa, entre 1820 e 1864, deveu-se muito ao surgimento e desenvolvimento dos periódicos políticos, pelos quais passaram as lutas ideológicas e pelo poder que caracterizaram o período. Graças aos jornais políticos, desde 1820 que o espaço público, em Portugal, se ampliou, galgando as fronteiras do governo, dos círculos políticos e do parlamento. Pode mesmo dizer-se que o poder dessa imprensa política, residiu, principalmente, na capacidade de dar expressão simbólica e pública aos mecanismos de poder, contrapoder, balanceamento e arbitragem que, permanentemente, interagiam no espaço social, quer em momentos de equilíbrio, quer em momentos de rutura. A publicação de um jornal permitia, inclusivamente, que grupos políticos não representados nas duas câmaras do parlamento tivessem a possibilidade de usufruírem de uma *voz pública*. Era o jornalismo, enfim, que facultava aos grupos de cidadãos fazerem-se ouvir na esfera pública, num tempo em que as forças políticas apresentavam, ainda, uma estrutura embrionária e debilidade ideológica e doutrinária. Na verdade, esses grupos políticos refletiam, sobretudo, a segmentação da elite social em grupos de interesses.

A primeira geração de periódicos políticos portugueses era caracterizada pelo seu carácter artesanal e individual. Muitos desses periódicos, de preço elevado, dirigidos à elite masculina e letrada que queria acompanhar e mesmo envolver-se nos assuntos públicos, eram empreendimentos individuais, obras de indivíduos isolados, e assentavam na prática de um discurso inflamado e retórico sobre os problemas e ocorrências da época, só raramente dando notícias sobre os acontecimentos coevos.

No entanto, a segunda geração de jornais políticos portugueses, que se afirma entre 1834 e 1864, é caracterizada pela empresarialização dos projetos jornalísticos (incluindo o aparecimento de sociedades por ações com tipografia própria), pela diversificação dos assuntos cobertos (política, agricultura, tecnologia, educação, indústria...) e pela inclusão de um noticiário (local, regional, nacional e internacional) e de informações comerciais (preços, cotações, movimentos de navios...). Os artigos políticos, nomeadamente o artigo de fundo, ou simplesmente fundo, antepassado do editorial, era, no entanto, o vértice dos conteúdos dos jornais políticos. A sua escrita estava reservada ao redator-principal ou a outro nome sonante de um jornal.

Após 1851, os temas da discussão política favoreceram, além disso, um debate político mais urbano e cordato, mesmo quando era vivo, centrado em questões como as infraestruturas, a educação, a promoção da atividade industrial e da agricultura, os impostos e a crescente dívida pública. Os jornais políticos portugueses foram-se, enfim, sofisticando, tornando-se vozes extraparlamentares dos partidos e movimentos políticos. Aproveitaram, ainda, as correntes transformadoras da industrialização e modernização da imprensa, metamorfoseando-se em jornais cada vez mais *político-noticiosos*. As notícias e outras informações viram a sua importância aumentar, não somente nos jornais políticos, mas na imprensa periódica em geral.

Em 1864, o nascimento do *Diário de Notícias* representa, simbolicamente, o fim da era pré-industrial da imprensa portuguesa e a sua entrada num novo período — o da industrialização. O DN foi, efetivamente, o primeiro diário de informação geral português sólido e independente, o primeiro diário nacional assente num projeto empresarial que obtinha receitas, sobretudo, dos anúncios publicitários. Afirmou valores relevantes para o jornalismo contemporâneo, como a independência, a imparcialidade e o apartidarismo. Adotou, desde o início, uma linha editorial cuja matriz era, primeiramente, noticiosa. Conseguiu sobreviver fidelizando um público massivo. Isso não se obtinha com retórica política para um grupo específico de fiéis. Somente a notícia de *interesse geral*, à qual, por vezes, se adicionava *interesse humano*, *sensação* e *emoção*, podia satisfazer uma procura que se queria e era, efetivamente, crescente. O DN dirigia-se, assim, a todos os portugueses alfabetizados e não a uma elite. Era um jornal manifestamente interclassista: interessava ao homem e à mulher, ao operário e ao burguês, ao idoso e ao jovem.

O *Diário de Notícias* deu um forte impulso à transformação da imprensa portuguesa. A imprensa política partidária, que já vinha a assumir uma linha editorial crescentemente político-noticiosa, viu-se obrigada a prestar crescente atenção aos assuntos da atualidade, sob a forma de notícias e mesmo, mais tarde, de entrevistas e reportagens, fizesse, ou não, leituras políticas desses acontecimentos.

Bibliografia

- Alves, J. A. S. (1987). *O Português e o discurso de saber/poder. Cultura — Revista de História e Teoria das Ideias*, 6, 699-724.
- Alves, J. A. S. (2005). *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Media XXI.
- Alves, J. A. S. (2005). *Ideologia e política na imprensa do exílio. “O Português” (1814-1826)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Alves, J. A. S. (2005). *O periodismo político da pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836): um mundo cativante e multifacetado*. Media XXI.
- Alves, J. A. S. (2005). *O poder da comunicação*. Casa das Letras.
- Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses — Do século XIX ao Marcelismo*. Escritório.
- Baptista, J. (1977). *Alexandre Herculano: Jornalista*. Bertrand.
- Cabrera, A. (Org.). (2011). *Jornais, jornalistas e jornalismo (séculos XIX e XX)*. Livros Horizonte.
- Cádima, F. R. (2002). *História e crítica da comunicação*. Edições Século XXI.
- Carqueja, B. (1924). *O Comércio do Porto ao completar setenta anos. Notas para a sua história*. O Comércio do Porto.
- Carqueja, B. (1934). *O Comércio do Porto ao completar 80 anos. Notas para a sua história*. O Comércio do Porto.
- Carrasco, C., Cunha, C., & Pintassilgo, J. (1983). O mais célebre jornal clandestino português. *História*, 56, 58-69.
- Cavroé, P. A. (1821). *Resposta ao papel intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios com o responso de Santo António contra a descoberta da malignidade dos aleijões solapados*. Imprensa Nacional.
- Cordeiro, C. & Serpa Silva, S. (Coords.). (2009). *A história da imprensa e a imprensa na história. O contributo dos Açores*. Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores & Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.
- Cunha, A. (1891). *Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a história do jornalismo*. Tipografia Universal. <https://purl.pt/26835/4/>
- Cunha, A. (1914). *O Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Diário de Notícias. <https://purl.pt/26833>
- Diário de Notícias. (1925). *Diário de Notícias: O grande jornal português*. Diário de Notícias.
- Dias, A. C. (1966). *Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro parlamento português 1821: Textos Integrais*. Portugalia.
- Dourado, M. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Bibliex.
- Ferreira, J. P. R. (1992). *O jornalismo na emigração. Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Foyos, P. (2015). *O “Grande Jornalzinho” da Rua dos Calafates. História do Diário de Notícias nos primórdios da publicação*. Prelo.
- Freire, J. P. (1939). *O Diário de Notícias. Da sua fundação às suas bodas de diamante* (vol. I). Empresa Nacional de Publicidade. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/diariodenoticias/ODiariodeNoticias-Vol1.pdf>
- Freire, J. P. (1939). *O Diário de Notícias. Da sua fundação às suas bodas de diamante* (vol. II). Empresa Nacional de Publicidade. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/diariodenoticias/ODiariodeNoticias-Vol2.pdf>
- Henriques, L. N. P. (2015). *Ilustração: imagem da Modernidade em Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade de Barcelona]. <http://hdl.handle.net/2445/66422>
- Imprensa do Porto (1882). *António Rodrigues Sampaio: Honmenagem prestada à sua memória pela imprensa do Porto*. Real Tipografia Lusitana.
- Leal, G. (1881). *O Renegado. A António Rodrigues Sampaio. Carta ao velho panfletário sobre a perseguição da imprensa*. Tipografia Largo dos Inglesinhos. <https://purl.pt/6577>
- Leal, J. S. M. (1889). *O jornalismo português. Resenha dos jornais publicados de 1628 até Outubro de 1889*. S/e.
- Macedo, J. A. (1821a). *Cordão da peste ou medidas contra o contágio periodiqueiro*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Macedo, J. A. (1821b). *Reforço ao cordão da peste*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Macedo, J. A. (1821c). *Exorcismos contra periódicos e outros malefícios*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Exorcismos/Exorcismos_item1/index.html
- Martins, R. (1942). *Pequena história da imprensa portuguesa*. Inquérito.
- Mesquita, J. C. V. C. (1997). *A ilustração nas publicações periódicas portuguesas (1820-1850)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/19448>
- Miranda, P. C. G. M. (2005). *O jornalismo em Portugal. Elementos para a arqueologia de uma profissão (1865-1925)*. [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/11854>
- Miranda, P. G. (2002). *As origens da imprensa de massas em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/15086>
- Miranda, P. G. (2014). *De políticos e escritores a jornalistas profissionais: jogos de identidade (1865-1925). As origens do arquiteto da informação*. Chiado Editora.
- Pereira, A. X. da S. (1895a). *Dicionário Jornalístico Português* (12 vols. manuscritos). Academia Real das Ciências/Autor.
- Pereira, A. X. da S. (1895b). *O jornalismo português. Resenha cronológica de todos os periódicos portugueses impressos e publicados no Reino e no estrangeiro desde meados do século XVI Até à morte do saudoso Rei Senhor D. Luís I, bem como os jornais em língua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português*. Tipografia Soares.
- Pereira, A. X. da S. (1897). *Os jornais portugueses. Sua filiação e metamorfoses. Notícia suplementar alfabética de todos os periódicos mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português recentemente publicada pelo mesmo autor e agora correta e aumentada*. Imprensa de Libano da Silva.

- Pereira, A. X. da S. (1901). *Leis de imprensa promulgadas em Portugal. Memória oferecida ao Exm^o Senhor Conselheiro Bernardino Machado*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, A. M. (2014). *O museu de imagens na imprensa do Romantismo. Património arquitetónico e artístico nas ilustrações e textos do Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, J. M. C. (1850). *A imprensa e o conde de Tomar*. Tipografia da Rua da Bica de Duarte Belo.
- Ribeiro, J. S. (1871-1886). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal*. Academia Real das Ciências de Lisboa. <https://purl.pt/173/4/>
- Ribeiro, M. M. T. (1984). Subsídios para a história da liberdade de imprensa: meados do século XIX. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, VI, 461-529.
- Ribeiro, M. M. T. (1988). A imprensa portuguesa e as revoluções europeias de 1848. *Cultura, História e Filosofia*, VI, 413-452.
- Ribeiro, M. M. T. (2009). Imprensa: liberdade e censura nos meados de Oitocentos. In C. Cordeiro & S. Serpa Silva (Coord.), *A história da imprensa e a imprensa na história. O contributo dos Açores* (pp. 73-108). Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores & Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.
- Rosado, N. (1966). *A imprensa*. Ministério da Educação Nacional/Direção-Geral do Ensino Primário.
- Sant'anna, B. C. L. (2007). *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859): Uma contribuição para o estudo da imprensa literária em Língua Portuguesa* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2007.tde-02102007-141548>
- Santa'Anna, B. C. L. (2009). *O Panorama (1837-1868): História de um jornal. Patrimônio e Memória*, 4(2), 236-254. <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/187/511>
- Santos, M. H. C. (1980). Imprensa periódica clandestina no século XIX: O *Portuguez* e a Constituição. *Análise Social*, XVI(61/62), 429-445. http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12
- Santos, M. L. C. L. (1985). *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Editorial Presença.
- Santos, M. L. C. L. dos (1979). Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social*, XV(57), 69-115. http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=9
- Silva, A. M.. (1998). A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: Cartismo, Setembrismo e Cabralismo. In J. Mattoso (Dir.), L. R. Torgal, & J. L. Roque (Coords.), *História de Portugal — O Liberalismo* (vol. V, pp. 77-89). Estampa.
- Silva, J. L. M. S. L. (2006). *O diário A Revolução de Setembro (1840-1857): Música, poder e construção social da realidade em Portugal nos meados do século XIX* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/126236>
- Silva, J. L. R. O. (2014). *O Panorama (1837 — 1844). Jornalismo e ilustração em Portugal na primeira metade de oitocentos*. LabCom. <http://labcom.ubi.pt/livro/115>
- Soares, E. (1940/1941). *História da gravura artística em Portugal. Os artistas e as suas obras* (2 vols.). Instituto de Alta Cultura.
- Soares, E. (1951). *Evolução da gravura de madeira em Portugal: Séculos XV a XIX*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Soares, E., Carneiro, P. D., Santos, P. M. dos, Meireles, C., & Rosas, L. (1999). *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. Instituto Português dos Museus/Ministério da Cultura.
- Soriano, S. J. L. (1854). *A quadrilha dos senhores António Rodrigues Sampaio, Francisco Tavares de Almeida, António Pedro de Carvalho e António dos Santos Monteiro ou duas cartas ao redator da "Imprensa e Lei" com uma introdução da defesa do deputado por Angola Simão José da Luz Soriano*. Tipografia da Rua dos Douradores n.º 31.
- Sousa, F. (Ed.). (2020). *Os jornais oficiais em Portugal e no Mundo. Da história impressa à memória digital*. CEPESE — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Sousa, J. M. M., & Veloso, L. M. M. (1987). *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra Editora.
- Sousa, J. P. & Azevedo, C. (2021). Revistas da Monarquia e I República: uma contribuição para a história da imprensa em Portugal. In C. Baptista, J. P. Sousa, & C. Azevedo (Eds.), *Para uma história do jornalismo em Portugal II* (pp. 74-95). Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/qirm-kpln>
- Sousa, J. P. & Lima, H. (2020). História do jornalismo em Portugal: proposta de periodização. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 9(2), 171-190. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.92202012183>
- Sousa, J. P. & Lima, H. (2021a). Jornalismo do século XIX: Da Monarquia à República. In C. Baptista, J. P. Sousa, & C. Azevedo (Eds.), *Para uma história do jornalismo em Portugal II* (pp. 44-62). Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/hyth-jc9h>
- Sousa, J. P. & Lima, H. (2021b). Para uma periodização da história do jornalismo em Portugal. In C. Baptista, J. P. Sousa, & C. Azevedo (Eds.), *Para uma história do jornalismo em Portugal III* (pp. 10-32). Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/fdpy-xftm>
- Sousa, J. P. (2008). História do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In J. P. Sousa (Org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 93-118). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2017a). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (vol. II, pp.13-210). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017b). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2018a). Eduardo Coelho e a fundação do *Diário de Notícias*. In J. P. Sousa (Org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 163-192). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/noticias-em-portugal/>

- Sousa, J. P. (2018b). O jornalismo político português em Oitocentos: notas biográficas e jornalísticas sobre António Rodrigues Sampaio. In J. P. Sousa (org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 103-140). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/noticias-em-portugal/>
- Sousa, J. P. (2020a). A imprensa portuguesa sob o signo da mudança: a *Gazeta de Lisboa* antes e depois da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820. In J. P. Sousa (Coord.), *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos* (pp. 139-192). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/imprensa-e-mudanca-portugal-e-brasil-no-primeiro-quartel-de-oitocentos/>
- Sousa, J. P. (2020b). *Para uma história do jornalismo iconográfico em Portugal. Das Origens a 1926*. Livros ICNOVA. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/para-uma-historia-do-jornalismo-iconografico-em-portugal-das-origens-a-1926/>
- Sousa, J. P. (2021). *Portugal. Pequena história de um grande jornalismo I. Da manufatura à indústria*. Lisboa: Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/hyc1-qblv>
- Sousa, J. P. (Coord.). (2011). *António Rodrigues Sampaio: jornalista (e) político no Portugal oitocentista*. Livros LabCom/Universidade da Beira Interior. <http://labcom.ubi.pt/livro/22>
- Sousa, J. P. (Coord.). (2020). *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos*. Lisboa: Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/imprensa-e-mudanca-portugal-e-brasil-no-primeiro-quartel-de-oitocentos/>
- Sousa, J. P. (Org.). (2018). *Notícias em Portugal: Estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)*. Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/noticias-em-portugal/>
- Sousa, J. P., Tuna, S. & Simões, E. (2014). The Portuguese press during the Monarchy: From its origins to 1910. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Orgs.), *A history of the press in the Portuguese-Speaking Countries* (pp. 11-112). Media XXI.
- Teixeira, L. (1941). *O Diário de Notícias e o século XIX*. Grupo Amigos de Lisboa.
- Teles, J. J. S. (1864). Apontamentos para a história dos jornais portugueses em 1863. In *Anuário Português Científico, Literário e Artístico, 1863* (pp. 183-192). S/e.
- Tengarrinha, J. (1963). António Rodrigues Sampaio, desconhecido: a vida apaixonante do maior jornalista português. *Gazeta Literária*, X(5), 9 e 18.
- Tengarrinha, J. (1963). Uma importante obra inédita sobre o jornalismo português. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, IV(2), 342-352.
- Tengarrinha, J. (1965). *História da imprensa periódica portuguesa*. Portugália.
- Tengarrinha, J. (1966). La presse illégale portugaise pendant la Guerre Civile de 1846-1847. *Bulletin des Études Portugaises*, XXVII, 137-156.
- Tengarrinha, J. (1974). A oratória e o jornalismo no Romantismo. In *Estética do Romantismo em Portugal. 1º Colóquio. Lisboa, 1970*. Grémio Literário/Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário.
- Tengarrinha, J. (1984). Imprensa. In J. Serrão (Dir.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. 3, pp. 266-272). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa* (2ª ed.). Caminho.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Edições Colibri.
- Tengarrinha, J. (1999). Imprensa. In A. Barreto & M. F. Mónica (Dirs.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. VIII, pp. 245-247). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Torgal, L. R. (1980). A contrarrevolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação. *Análise Social*, XVI (61-62), 279-292. http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12
- Torgal, L. R., & Vargues, I. N. (1998). Produção e reprodução cultural. In J. Mattoso (Dir.), L. R. Torgal, & J. L. Roque (Coords.), *História de Portugal — O Liberalismo* (vol. V, pp. 575-583). Estampa.
- Trindade, L. (2014). Um país de palavras num mundo de imagens. In N. S. Teixeira (Dir.), *História de Portugal (1890-1930 — A crise do liberalismo)*. (vol. III, pp. 99-124). Objectiva.
- Vargues, I. N. (1997). *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. MinervaCoimbra.
- Vieira, C. J. (1850). *A imprensa e a resistência legal. Dever de todos os cidadãos e principalmente dos que protestaram contra a lei repressiva da liberdade de imprensa*. Tipografia do Nacional.

Capítulo III

Continuidade e inovação na imprensa portuguesa de finais do século XIX: a emergência do jornalismo noticioso

Tradition and innovation in the Portuguese press at the end of the 19th century: the emergence of news journalism

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade
do Porto / CITCEM

hllima@letras.up.pt

ORCID: 0000-0003-3023-6412

Ciência ID: 451F-FE7D-B94A

Resumo: Na transição do século XIX para a centúria seguinte, a imprensa periódica foi marcada pelos contextos que favoreceram ou restringiram a sua difusão. A Monarquia Liberal, no plano legislativo, permitiu que os jornais tivessem uma grande expansão ou fossem violentamente reprimidos, dependendo da conjuntura política. O progresso social, a economia e os níveis de escolaridade, que permanecerem em níveis muito baixos, foram igualmente importantes, enquanto impulsionadores de progresso. O jornalismo de cariz político e político-noticioso foi a tendência mais relevante em todo o século. Já num período de transição, a corrente transformadora da industrialização da imprensa permitiu a metamorfose dos jornais e a sua entrada no jornalismo moderno. As mudanças sociais e os novos públicos levaram a inovações progressivas, na transição para o novo século. O jornal que relatava as notícias do dia passou a integrar as lógicas dos diários portugueses. O relato dos factos, os acontecimentos de forte pendor emocional, a reportagem e o enquadramento sensacionalista fariam a sua aparição, conquistando novos públicos e trazendo os títulos portugueses para o campo da imprensa industrializada. Este capítulo trata a evolução da notícia e das matrizes editoriais em quatro jornais diários que se tornariam centenários, nos seus elementos de identidade fundadora, mudança e inovação. O *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Século* e *Jornal de Notícias* são analisados segundo as linhas de evolução características deste período, tendo em consideração os conceitos teóricos que integram a imprensa popular e sensacionalista.

Palavras-chave: jornalismo político, liberdade de imprensa, jornalismo noticioso, sensacionalismo.

Abstract: In the transition from the 19th century to the following decades, press was marked by the contexts that enhanced or restricted its diffusion. The Liberal Monarchy, through legislation, allowed newspapers either to have a great expansion or to be drastically repressed, depending on the political context. Social progress, the economy and educational attainment, which remained at very low levels, were equally important as drivers of progress. Political journalism or political and news features were the most relevant trend throughout the century. In a period of transition, the transforming current of industrialization of the press allowed changes in newspapers and a path to modern journalism. Social changes and new audiences led to progressive innovations in the transition to the new century. The newspaper that reported the news of the day became part of the logic of Portuguese dailies. The facts, emotional events, the reporting and the sensationalist framework would make their appearance, conquering new audiences and bringing Portuguese titles to the field of the industrialized press. This chapter approaches the evolution of news and editorial formats in four daily newspapers, in their elements of foundational identity, changes and innovation. *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Século* and *Jornal de Notícias* are analysed according to evolution characteristic of this period, also taking into consideration the theoretical concepts regarding popular and sensationalist press.

Keywords: political journalism, freedom of the press, news journalism, sensationalism.

3.1. Marco histórico e caracterização global da imprensa periódica portuguesa em finais de Oitocentos

A imprensa portuguesa de Oitocentos foi marcada por diferentes elementos estruturantes, que determinaram processos evolutivos e que revelam as fragilidades do jornalismo daquele período, como apontado nos pontos anteriores. Os níveis de alfabetização, o desenvolvimento das cidades e as questões do poder económico da população são alguns desses eixos de desenvolvimento da imprensa periódica. Contudo, as também as questões ligadas à liberdade de imprensa e de expressão acompanharam todo o processo de implantação do Liberalismo e, em consequência, as balizas restritivas impactaram também os periódicos. O

enquadramento legal da imprensa dependeu da vigência do regime constitucional e durante a primeira metade do século, a quase constante guerra pelo poder entre absolutistas e constitucionalistas ou entre as diferentes facções liberais impediram a estabilidade necessária para o funcionamento das instituições ou um marco legal estável.

A nova conjuntura política, iniciada com a Regeneração, veio favorecer o movimento publicista e as iniciativas de criação de novos periódicos. Em virtude da consolidação do regime liberal e da nova estabilidade política, foram garantidas, globalmente, as condições de liberdade de imprensa, dando assim seguimento à tendência que se tinha iniciado com a Revolução Vinhista. Contudo, a Monarquia Constitucional teve também legislação restritiva, nomeadamente no reinado de D. Carlos. A nova liberdade de imprensa favoreceu a publicação de novos títulos e permitiu que os jornais cumprissem a sua função de difusão do ideário político, bem como educacional. Até ao *Ultimatum Britânico* foi mantida esta perspetiva legal. Em 1890, o clima de boatos levou à publicação em *Diário do Governo* de medidas adicionais de responsabilização criminal por parte dos jornais: “Senhor. — Os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periodica augmentam e aggravam-se de dia para dia á sombra de quasi constante impunidade. Escrevem-se as maiores injurias contra o systema monarchico representativo fundado na carta constitucional e nos seus actos addicionaes, offende-se a pessoa do Rei (...)” (*Diário do Governo*, N.º 76 de 29 de março de 1890). No declínio da Monarquia Constitucional sucederam-se uma série de iniciativas de restrição à liberdade de imprensa, que culminaram com a legislação aprovada durante a ditadura de João Franco. O *Diário de Governo* de 21 de junho estipulava: “Artigo 1º — É proibida a circulação, exposição ou outra forma de publicidade dos escritos ou desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou segurança publica. Artigo 2º — Os governadores civis deverão suspender a publicação dos periódicos que se acharem incursos na disposição do artigo anterior.” Esta legislação seria revogada em 1908. Do ponto de vista legislativo, e de acordo com Franco (1993, pp. 33), a imprensa foi o sustentáculo do regime monárquico constitucional, mas também a razão do seu fim.

O enquadramento legislativo foi muito importante para a criação de uma dinâmica favorável para os jornais, na segunda metade de Oitocentos. As novas publicações seguiram as lógicas temáticas do período precedente e o propósito político continuou a ser a linha editorial dominante. A função do jornal e dos jornalistas era a defesa de uma causa, de uma ideologia, pelo que os novos títulos defendiam uma ou outra facção das forças políticas em luta pelo poder. Contudo, muitas destas publicações tinham um período de vida curto, por vezes apenas com o número de lançamento. A exceção, em termos de longevidade foi o jornal *A Revolução de Setembro* (1840-1889), que conseguiu prevalecer numa época em que imperavam as iniciativas de curta duração, sustentadas pelo mecenato político.

A grande maioria das novas publicações editava-se em Lisboa, seguida pelos periódicos do Porto. Durante o último quartel do século XIX, houve também um grande impulso no aparecimento das folhas de jornalismo local. Para além do jornalismo político, verificou-se a

continuidade e afirmação de um publicismo especializado, que de alguma forma espelhava a dinamização da sociedade portuguesa, quer da vida material, quer social e cultural. A linha editorial de difusão de ideias e especialização temática, que anteriormente se tinha pautado sobretudo pelos jornais literários e científicos, ganhou uma maior diversidade e um novo fôlego resultante das condições da liberdade de imprensa.

A par de publicações de carácter mais lúdico, outros títulos com uma intenção pedagógica clara, provenientes do período anterior ou novos lançamentos, vieram promover o enriquecimento cultural dos portugueses, numa imprensa dita de difusão de conhecimento. Por outro lado, vários dos periódicos publicados podiam aliar diferentes intenções editoriais, assumindo designações como “científico e literário”, “literário e noticioso” ou “noticioso e político”, a título de exemplo. Tratava-se não só do espírito que animava a época, mas também de alguma indefinição em termos de lógica temática, em que os conteúdos anunciados e o público-alvo se articulam de forma direta.

Durante a segunda metade do século XIX, uma grande parte dos novos jornais continuou, ainda assim, a ser de orientação política. Para além das famílias liberais defendidas em publicações de maior vulto, como a mencionada *Revolução de Setembro* ou *Primeiro de Janeiro*, lançado no Porto, na sequência da Revolta da Janeirinha, em 1868, muitos outros títulos de jornalismo político foram surgindo em Lisboa e Porto, mas também nos Açores. No último quartel do século XIX, a imprensa operária foi já influenciada pelos movimentos revolucionários europeus, mas também pelo desenvolvimento industrial que deu lugar ao aparecimento de publicações por setor, como foi o caso da *Voz do Operário*, lançado em 1879, e ligado à indústria do tabaco.

Associado ainda ao jornalismo político, surgiram as publicações satíricas, que faziam sobretudo a caricatura da classe política, como o *Álbum das Glórias* (Lisboa, 1880-1902), *O António Maria* (Lisboa, 1879-1899), *Os Ridículos* (Lisboa, 1895-1898) ou *O Charivari* (1886), publicado no Porto.

Com o desenvolvimento das artes gráficas e da impressão, as revistas ilustradas ganharam também um público fiel. De acordo com Sousa (2017, pp. 303 e seguintes), no período de transição do século XIX para XX, as revistas gráficas passam a ter a componente de atualidade. Estas publicações terão contribuído para o “aprimoramento e expansão” das tecnologias da gravura, da fotografia e impressão, o que acabaria também por ter impacto na imprensa periódica generalista. O mesmo autor refere os títulos *O Ocidente: revista Ilustrada de Portugal e Estrangeiro* (1878-1915), *Branco e Negro* (1896-1898), *Brasil-Portugal* (1899-1914) e *Ilustração Portuguesa* (1903-1931), além de outras mais tardias. Esta última é destacada por ser a mais conhecida, pelo volume da sua representação imagética, mas também pela cobertura fotojornalística.

Houve uma continuidade em termos de jornais literários e de entretenimento, como os musicais ou de modas, igualmente beneficiados pelas melhorias gráficas. Por outro lado,

prosseguiu a tendência de publicação de periódicos especializados e que se acentuaria até ao final do século, constituindo uma das vertentes de maior incidência, como o aparecimento de novos títulos na área da medicina e da farmácia. Surgiram também periódicos especializados em temas jurídicos. Toda esta variedade traduzia de alguma forma o ambiente vivido à época: dadas as novas áreas de atividade e a necessidade de as regulamentar, justificava-se a criação de novos códigos legais que enquadrassem as novas instituições, fossem elas civis, políticas ou económicas. As novidades do empreendedorismo provocaram debates em que as partes interessadas eram chamadas a intervir e o publicismo especializado serviu bem este propósito.

O principal desafio para quem criava um novo jornal era a sua implantação, em termos de público. Num país tão profundamente marcado pela pobreza e pelo analfabetismo, a leitura dos periódicos era coisa de gente rica ou de políticos. O jornal era comprado por um leitor, mas cada exemplar era difundido por várias pessoas, podendo inclusive ser lido em voz alta no grupo da família ou círculo social próximo. A venda dos jornais fazia-se tendencialmente por assinatura, em detrimento da venda avulsa, pelo que pressupunha poder despende de uma verba considerável para empatar por seis meses ou um ano.

O meio favorável às vendas por excelência era a cidade, com todas as rotinas que ela envolve, todos os motivos de notícia que despertam a curiosidade do público. As urbes portuguesas tardaram muito em adquirir esta feição, mantendo-se muitos dos costumes provincianos. Isto implicou que muito tardiamente se criassem as condições para o aparecimento do jornalismo noticioso, onde o pregão do dia anunciava as últimas e a edição era paga pela publicidade.

Os próprios profissionais tardaram em aceitar a nova lógica noticiosa. À imagem do que se verificou em França, o meio jornalístico português encarava o modelo informativo moderno como uma forma menor do exercício da profissão e, como tal, a discussão arrastou-se e as mudanças tardaram a ser implementadas.

Nesse sentido, o projeto de Eduardo Coelho, apesar de muito criticado, foi a exceção e como referido, muito bem aceite pelo público e cedo se revelou um empreendimento de sucesso.

Esta descrição corresponde à forma de afirmação iniciada nos países anglo-saxónicos, ainda durante os anos 30 do século XIX: conteúdos apelativos, a baixo preço, onde o fator da atualidade passou a ser determinante. O público, agora cada vez mais amplo em função da alfabetização, gerou um novo mercado onde a “penny press” venceu em função de vários fatores: ia ao encontro não só das novas temáticas que a cidade fornecia, mas também do interesse que elas suscitavam nos leitores não tradicionais; ao ser acessível a um maior número de pessoas teve também o engenho de captar o interesse dos anunciantes e assim capitalizar-se para poder evoluir para modelos tecnicamente melhor elaborados; graças à nova maquinaria foi possível responder ao aumento da procura, que atingiu níveis notáveis, até que a rádio se afirmou como um concorrente sério.

Passando por diversos ciclos de evolução, a imprensa popular constituiu-se com o grande meio de comunicação de massas, mas também como um novo sector empresarial

altamente atrativo, já que os títulos que se enquadravam na lógica do “yellow journalism” de Randolph Hearst, podiam chegar ao meio milhão de exemplares de tiragem diária. A Grã-Bretanha conseguiu o mesmo tipo de resultados através da criação dos tabloides, em particular nos “chain newspapers” (Curran & Seaton, 1991), como foi o caso do império dos irmãos Harmsworth. Isto não significa que as grandes tiragens se confinassem apenas ao jornalismo popular. Os vários jornais adotaram o modelo noticioso, sendo que o que se verificou foi uma distinção inicial de o que eram os jornais de referência, como *The New York Times* ou *The Times*, e os jornais como *The New York Journal* ou o *Daily Mail* mais dirigidos às grandes camadas mais incultas.

O resto dos países europeus tiveram maiores reticências em optar pela vertente noticiosa, fosse pelo impedimento constituído pela falta de liberdade de expressão, fosse pelo peso do jornalismo ideológico e pela dificuldade que o meio teve em aceitar a transformação do papel da imprensa. Contudo, o jornalismo popular acaba por emergir nos diferentes países europeus, embora devidamente enquadrados por cronologias distintas e contextos políticos, económicos e culturais próprios, sendo a linhas de desenvolvimento ligadas aos modelos jornalísticos tradicionais (Cawley, *et al.* 2019).

A mudança de comportamentos tardou em implantar-se em Portugal. A questão da difusão/ venda permaneceu como um obstáculo, dados os níveis de analfabetismo dos portugueses. Assim, a manutenção dos títulos garantia-se pela existência de uma segunda linha alheia aos responsáveis editoriais, a dos capitalistas, que por interesse ou persuasão, acarretavam os custos da impressão. Quando esse suporte deixava de existir, os jornais fechavam e os seus responsáveis, tarde ou cedo, davam início a um novo projeto que obedecia à lógica do anterior.

No Porto como em Lisboa, estes jornais estavam normalmente ligados a linhas propagandísticas das correntes partidárias e a sua criação e fecho faziam-se muitas vezes ao sabor das alianças ou cisões políticas. Também por estas razões as áreas de difusão eram circunscritas, limitadas aos que se identificavam com as correntes de pensamento expressas. Na segunda metade do século XIX, esta continuou a ser a tendência editorial dominante, ainda que, embora dando um maior realce às questões políticas, o espaço impresso passou a ser salpicado por matérias noticiosas de outra ordem, o que tornava a sua leitura mais aliciante para um público mais amplo. Além de haver, por exemplo, uma maior preocupação com o que se passava no estrangeiro, incluíam-se também temas do dia-a-dia que de alguma forma traduziam uma alteração à normalidade. Por outro lado, os jornais passaram a dar cada vez mais espaço aos anúncios, o que seria o caminho para encontrar o bem-estar económico indispensável à sua sobrevivência.

O *Comercio do Porto*, na sua primeira década, como referido, foi bem o espelho desta realidade, ainda que não se possa integrar na categoria dos jornais de raiz partidária. As notícias de fundo, relacionadas direta ou indiretamente com a atividade económica, preenchiam

quase metade da área de impressão. O internacional era assegurado pela inclusão de trechos de jornais estrangeiros da mesma área editorial. Havia um grande destaque para a agenda do movimento portuário e dos preços e o restante era preenchido por anúncios. A sobrevivência dos projetos editoriais dependia da necessidade da sua manutenção, enquanto órgãos de pressão. Omnipresente e maioritário permanecia o jornalismo ideológico que ganhou maior incremento com a difusão do ideal republicano. Muitas das novas folhas surgiram com este objetivo e nelas colaboraram figuras destacadas da República.

A vida dos jornalistas era difícil, uma vez que os salários eram baixos e pagos tardiamente. Era normal os colaboradores mais destacados viverem com grandes dificuldades. As redações eram pequenas e nelas trabalhavam um ou dois redatores, a que se juntavam os “informadores”. A estes cabia fazer a cobertura dos acontecimentos da cidade: a polícia, a Câmara, e outros aspetos considerados menores. Havia ainda os colaboradores que eram muitas vezes os que faziam a crónica, folhetins, traduções e mesmo revisão.

A divisão de tarefas era muitas vezes diluída em função da restrita dimensão dos jornais. O espaço a preencher foi, durante muito tempo, de quatro folhas, uma vez que não havia rotativas. Portanto, o corpo redatorial era necessariamente reduzido. Só quando se produziu o investimento em nova maquinaria e a alteração do formato dos jornais mais do que o aumento da paginação, é que se passou a justificar a contratação de mais profissionais, o que também permitiu uma maior diversificação dos temas tratados.

Embora houvesse diversidade de publicações e respetivos conteúdos houve, na perspetiva do papel da imprensa portuguesa uma dicotomia que opunha os jornalistas literatos e defensores de causas aos novos membros dos jornais, contratados para escrever notícias, numa perspetiva classista em que os conceitos de alta cultura e baixa cultura tipificam os modelos divergentes. Como refere Sousa (2016), as elites rejeitavam as publicações periódicas que não atuassem como uma arma ideológica e desprezavam os modelos de negócio, em que a posição de neutralidade face às causas políticas era uma prática comum. Intelectuais, políticos e empresários de imprensa viam esta nova linha editorial como uma decadência do jornalismo sério.

Apesar das desconfianças em relação à vocação informativa, gradualmente, os diferentes títulos nacionais começaram a incorporar notícias de acontecimentos, muitas vezes replicados de jornais estrangeiros, outras vezes factos ocorridos em Portugal, o que despertou o interesse de uma audiência mais ampla. Mas a matriz ideológica continuou a ser a dominante e o desenvolvimento do jornalismo noticioso em Portugal foi lento.

3.2. O novo jornalismo popular e noticioso e os seus conceitos definidores

Na viragem do século XIX em Portugal e no período seguinte, houve uma mudança nos principais jornais políticos portugueses, que acabaram por seguir a tendência da imprensa popular internacional. As capas passaram a incluir mais notícias em detrimento das temáticas partidárias, desenvolveram uma maior diversidade de assuntos e incluíram ilustrações e novos tópicos mais apelativos (Campbell, 2001). Essa nova abordagem atraiu um público mais amplo. Artigos com “interesse humano” chegaram às primeiras páginas, assim como os eventos de grande impacto. No plano gráfico, as capas tornaram-se muito mais atraentes, o que conquistava a atenção de públicos mais diversificados. A imprensa evoluiu para um formato mais informativo, com imagens e novidades que despertavam a curiosidade dos leitores.

Esta evolução tardia parece indicar que os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica do final do século XIX, não encontraram uma conjuntura favorável no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabaram por ser adotadas por alguns diários nacionais, como foi o caso do *Jornal de Notícias*. Embora não se possa afirmar a emergência duma imprensa de perfil editorial sensacionalista, pode-se apontar, por exemplo, a inclusão quase sistemática de “soft-news” ou “fait-divers” que de alguma forma denotam influência deste jornalismo mais popular, no sentido de um discurso e temáticas mais próximas das classes menos ilustradas (Conboy, 2006). Na conceptualização da “penny press” ou “yellow journalism” destacam-se alguns elementos-chave que permitem a identificação deste formato: menos “hard news” e mais “soft news” (Esser, 1999, Patterson, 2000).

As notícias passaram a contar mais acontecimentos sobre a vida das pessoas comuns. Desenvolveu-se um maior interesse sobre aspetos da vida privada (Sparks, 2000). Houve um maior enfoque sobre os acontecimentos nacionais e menos noticiário internacional (McLachlan & Golding, 2000; Conboy, 2006). O formato ganhou mais importância que o conteúdo (McLachlan & Golding, 2000), o que foi impulsionado pelas melhorias gráficas, a inclusão de imagens e a o aparecimento de títulos em tipos de letra distintos do corpo de texto.

3.3. Os jornais portugueses, a notícia e as novas opções editoriais

Quatro jornais portugueses deste período refletem tendências, mais ou menos evidentes, de evolução do jornalismo noticioso na viragem do século XIX e inícios da centúria seguinte. O *Diário de Notícias* manteve a linha editorial que caracterizou o seu lançamento, enquanto que *O Comércio do Porto* pouca inovação introduziu no seu *layout* e conteúdos. O *Jornal de Notícias* e *O Século*, lançados com objetivos políticos declarados, acabaram também por adotar a vertente informativa anteriormente enunciada, sendo que o *JN* foi o exemplo em que o jornalismo popular esteve mais presente.

O *Comércio do Porto* foi lançado em 2 de junho de 1854, por um grupo de pessoas ligadas à Associação Comercial do Porto. Na folha de lançamento afirmava a necessidade de um jornal especializado no “Comércio, Agricultura e Indústria” e na “prosperidade das sociedades modernas” (O *Comércio do Porto*, 2 de junho de 1854). O *Comércio* também pretendia falar em nome da região Norte e de todos os seus interesses económicos, mantendo, no entanto, a sua independência política.

Aos poucos, tornou-se mais moderno e mais próximo de um modelo de notícias. A reorganização do *layout* levou a uma melhor distribuição do espaço de impressão. A edição diária tinha quatro páginas e uma reportagem de capa na primeira página, e em baixo um folhetim. A segunda e a terceira página apresentavam uma mistura de assuntos: notícias do estrangeiro, geralmente retiradas de outros jornais, o comércio marítimo e de carga no porto do rio Douro e outras informações económicas semelhantes. A última página tinha notícias curtas e anúncios, alguns com pequenas gravuras. Era, de aspeto geral, uma mancha de texto, com pequenos separadores de gráficos. Esta característica tendeu a suavizar-se com as melhorias gráficas. Com mais espaço para publicação, a separação entre as notícias ficou mais evidente pelo uso de diferentes tipos ou pelo espaçamento.

As questões económicas e políticas eram a agenda central do *Comércio*, mas a inclusão de noticiário acabaria por acontecer e o diário ganhou um discurso mais crítico. Em março de 1890, sob o título “Constitucionalismo à Portuguesa” o leitor podia detetar um tom geral de ironia relacionada com medidas repressivas do governo: “Alguns podem pensar que há censura prévia [que é] proibida por lei. Nós, que sempre procuramos explicar coisas eufemísticas, achamos que não se trata de censura prévia.” (O *Comércio do Porto*, 4 de março, 1890)

O tom crítico também ficou claro nas notícias de um tratado de comércio e navegação celebrado entre Portugal e Grã-Bretanha, em março de 1880. As observações foram dirigidas às autoridades portuguesas por não conseguirem planear com antecedência e compreender a importância da cabotagem para o comércio colonial, muito significativo para os interesses portuenses.

A banca foi abordada em muitos artigos, pois esta atividade cresceu em importância, mas também sofreu uma falência generalizada na década de 70. Para este diário, uma das suas principais funções era apoiar o comércio: “Quanto ao montante do crédito comercial, os bancos estabelecidos em Portugal podem falar pelo seu volume no auxílio ao comércio. No entanto, sendo o crédito um dos mais importantes agentes do comércio nacional e internacional é claro que não pode ser mantido na sua plenitude e aumentado como tem feito sem o reconhecimento dos seus méritos na defesa do comércio (...).” (O *Comércio do Porto*, 2 de novembro, 1872)

A linha editorial séria manteve-se como principal característica, mas este jornal portuense acabou por incluir também pequenas notícias de eventos locais com uma abordagem mais “humana”. No entanto, o estilo de escrita manteve-se. Uma notícia sobre uma luta entre

populares foi apresentada de forma bastante factual: “Na taberna de José Francisco, José Fernandes «o russo» do Louro [a aldeia] e Manuel Ferreira espancaram António Correia Pedrosa que foi tratado. A justiça agiu contra os agressores, ficando um deles na cadeia.” (*O Comércio do Porto*, de 3 de abril, 1890)

O primeiro número do *Jornal de Notícias*, saído a 2 de junho de 1888, manifestava a intenção clara de defesa da linha partidária: “O nosso jornal combate nas fileiras do partido regenerador. Nem representa qualquer individualidade, por muito que ella se imponha dentro do partido; nem favorece os agrupamentos parciaes, porque desadora qualquer fragmentação que roube a força que só uma completa unidade pode dar.” Este diário propunha-se esclarecer a opinião pública e acusava os vários periódicos da cidade de estarem ao serviço de entidades e interesses escamoteados. Criticava ainda o exercício da política, mas defendia os governos regeneradores.

Ainda assim, o período dominado pela controvérsia política foi necessariamente mais curto do que nos demais jornais partidários. Desde cedo optou por uma abordagem popular de notícias, e a factualidade cotidiana tornou-se um dos focos da agenda. Assim, o *Jornal de Notícias* foi lançado no Porto, numa altura em que a cidade iniciava um período de crescimento e melhorias urbanas. Foi também o terceiro dos três jornais centenários que fizeram parte da história da cidade e o único que sobreviveu às grandes transformações da imprensa no final do século XX (Lima, 2012). A iniciativa de criar um novo jornal de perfil partidário foi tomada quando a cidade do Porto apresentava um novo dinamismo em termos de crescimento demográfico e desenvolvimento industrial. Estes fatores de modernidade eram, ainda assim modestos, e a concentração populacional nunca atingiu os níveis de Lisboa.

Apesar do crescimento urbano, as condições de vida das pessoas eram difíceis e além da pobreza, a população adulta tinha níveis altos de analfabetismo, à imagem do que se vivia no resto do país. O Porto modernizou-se, abriram novas ruas e construíam-se edifícios grandiosos, como o palácio das Cardosas, o palácio de Cristal ou a estação de São Bento. Contudo, faltavam infraestruturas sanitárias, iluminação e policiamento e a cidade tinha ainda, muitos traços de ruralidade. O novo urbanismo trouxe consigo os pequenos factos que seriam fonte de notícia, como os pequenos dramas passionais, acidentes, naufrágios, incêndios, cheias que passaram a constar das páginas da imprensa.

O *Jornal de Notícias* adotou progressivamente a orientação editorial de cariz popular, mas esta evolução deve ser considerada dentro do devido enquadramento temporário. Significa isto que, não apresentou todas as características enunciadas pelos diferentes autores quando se referem ao modelo de sensacionalismo ou ao formato tabloide típico da imprensa anglo-saxónica atual, nem mesmo se pode comparar aos grandes jornais popular da viragem do século, como o britânico *Daily Mirror* ou o americano *The New York Journal*, quando atingiam as inigualáveis tiragens daquele período. Não era essa a matriz editorial do JN, nem nunca o seu formato chegou a esses extremos e muito menos os níveis de circulação, nem mesmo

para os parâmetros nacionais. Salvaguardando as devidas distâncias, este diário apresentou um processo gradual, em que se pode constatar a inclusão de *soft news* e a inclusão de temáticas de enquadramento mais dramático passaram a fazer parte da sua agenda diária.

A orientação editorial partidária esteve sempre presente nos primeiros anos deste diário, mas este projeto surgia num período em que a imprensa nacional se deixava já influenciar pelos formatos mais noticiosos que vingavam no estrangeiro. Por outro lado, o sistema de rotativismo típico deste período do liberalismo português estava já em declínio e a grande crise política de 1890, o *Ultimatum* Britânico, estava já a desenrolar-se e com responsabilidades para os dois partidos que alternavam no poder.

Apesar dos artigos de fundo se terem mantido, o período em que o *Jornal de Notícias* insistiu nas temáticas partidárias foi necessariamente menor que o dos seus predecessores. O declínio da política rotativista pode explicar, em parte, o atenuar da agenda política. Pode-se dizer que o *JN* ensaiou duas linhas narrativas, a inicial, política e defensora dos Regeneradores, e uma segunda que se foi instalando gradualmente, em que o tom discursivo é dirigido a outros públicos mais amplos. A inclusão de novos conteúdos no *Jornal de Notícias* não foi drástica nem repentina, resultando eventualmente também do período de transformações na cidade do Porto. Assim, o *JN* acabou por apresentar uma simbiose de estilos e intenções. Por outro lado, dado o seu lançamento mais tardio, houve também vantagens de formato: era grande e de mais fácil leitura, permitindo também mais informação.

Inicialmente tinha quatro páginas e a primeira começava justamente pelo artigo de fundo, de carácter político. Em baixo publicava-se o “Folhetim”, que começou por ser uma tradução de romances estrangeiros, mas cedo deu lugar romances nacionais, que eram anunciados repetidamente em vários números. Outras temáticas eram tratadas nas páginas seguintes, sem separações ou ordem aparente: questões internacionais, notícias de agenda e outras. A segunda página seguia a mistura temática e a terceira e quarta eram total ou parcialmente ocupadas com anúncios, que rapidamente chegaram a preencher 50% do jornal. A publicidade denota a sua boa difusão, mas também o êxito em termos de negócio. O preço de lançamento era de dez reis, à imagem do *Diário de Notícias*, o que de alguma maneira o retirava do grupo dos jornais caros das elites. Por outro lado, o *JN* contou com a colaboração de figuras da intelectualidade nacional e portuense, como Pinheiro Chagas, Gomes Leal, Maria Amélia Vaz de Carvalho ou Oliveira Martins, que às segundas-feiras colaboravam na página literária.

A conquista do público feminino passou também pela inclusão de uma “Crónica de Modas”, notícias sobre danças da moda, acompanhadas de gravuras ilustrativas. Em 15 de janeiro de 1903, por exemplo, o *Jornal de Notícias* publicava “O bakewalk”, em que a dança era explicada com gravuras. Os artigos com conselhos de beleza e o combate às rugas iniciaram uma tendência que nunca perde atualidade.

A vertente informativa contribui para a conquista de novos leitores e assim se pode entender a inclusão de reportagens que trataram os grandes acontecimentos do final do século XIX.

As políticas de desenvolvimento da cidade tiveram também espaço editorial, lado a lado com a defesa dos interesses da população. Criticava-se a falta de policiamento, de transportes e de outras medidas contribuía para que a toda a vida urbana melhorasse, como a iluminação, saneamento e o fornecimento de água. As campanhas de solidariedade constaram das iniciativas do jornal na angariação de fundos para as situações mais desesperadas, estratégia comum aos vários grandes diários nacionais. As iniciativas faziam-se para auxílio de situações específicas de desespero ou campanhas de solidariedade, típicas dos jornais deste período.

As páginas do *Jornal de Notícias* não foram preenchidas apenas com notícias sobre a cidade. Havia também artigos com uma intenção pedagógica, onde se condenava a linguagem vernácula, que já então ofendia os ouvidos de quem passava pelo centro urbano. Criticavam-se também as escaramuças entre gente baixa condição e, de uma maneira geral, apontavam-se outros aspetos pouco simpáticos da vida urbana, que traduziam má-fé ou comportamentos de incivilidade.

Para além da informação séria e do debate político, o *JN* incluiu, desde cedo, o tom popular. Este era dado pelo romance cor-de-rosa publicado no folhetim e pelos títulos “A rir” e “Notas alegres”. A ridicularização dos temas políticos teve também a sua abordagem, nomeadamente pelo aparecimento das “gazetilhas”, onde pontificou Acácio Paiva, um dos jornalistas que fez também parte do período inicial do jornal. A vertente popular viria gradualmente a ser acentuada pela inclusão de outras temáticas e rubricas, mas foram as notícias sobre acontecimentos dramáticos e o tom textual que introduzem um enquadramento mais sensacionalista.

Inicialmente, o *Jornal de Notícias* começou por publicar relatos retirados de jornais estrangeiros, como foi o caso de um episódio de humor a e que foi copiado do famoso *Tit-Bits*, em que o papagaio de um capelão terá dito “ugly, ugly woman”, referindo-se à Rainha Vitória (*Jornal de Notícias*, 25 de agosto, 1898). A inclusão de notícias internacionais replicadas de outros jornais que se referiam a personalidades da realeza denota a adoção de uma linha editorial idêntica à dos jornais populares da época. “Amor de princesa”, título que parece tirado de um romance de cordel, referia-se, de facto, a um namoro fora do habitual: “Parece que não é blague, mas uma verdade incontestável, estar a princesa Victoria, filha do Príncipe de Gales, perdidamente enamorada de um simples burguês, a quem prefere a todos os príncipes, duques e aristocratas pimpolhos da velha Europa” (*Jornal de Notícias*, 26 de agosto, 1898). O interesse sobre aspetos privados da vida de figuras públicas passou a ser uma das características do *JN* nesta fase, fosse pela revelação deste tipo de episódios, fosse pelo enfoque quase diário em situações de maior carga emocional.

Paulatinamente, notícias do mesmo tipo passaram a ser incluídas com maior frequência, algumas de âmbito nacional. Considerando os parâmetros de Sparks (1998) “quantidade” e “protagonismo”, enquanto elementos de análise de conteúdo nos efeitos da tabloidização, o *Notícias* utilizou formatos narrativos nos quais a experiência individual imediata e os

“fait-divers” foram sendo adotados de forma recorrente. Esta tendência é ainda acentuada pela apresentação gráfica, com mais ilustrações e separação e destaque de temáticas. Os relatos de acontecimentos mais espetaculares foram acompanhados por uma mudança no discurso, que se tornou mais coloquial (Esser, 1999).

Apesar dessa transformação, do aumento dos elementos emocionais e da mudança nas narrativas jornalísticas, nunca houve um distanciamento total das notícias sérias, que cerca de uma década continuaram a ocupar parte da capa e mantinham espaço de publicação nas páginas seguintes. Essa dupla orientação editorial está também presente nos textos que apresentavam duas linhas distintas: o tom austero manteve-se nas notícias e temáticas sérias, típicas das editoriais de Política, Internacional e Economia. Em paralelo, a escrita para notícias de “fait-divers” e relatos de crimes ou factos de atualidade era muito mais de apelo às emoções e reações primárias dos leitores. Esse estilo esteve presente nos relatos sobre as tragédias humanas, destacando-se a abordagem emocional, em que o sofrimento ocupava o centro do interesse público. As notícias dramáticas adotaram narrativas com uma carga emocional muito forte, por vezes com um tom mórbido, que rompeu com o estilo austero do jornalismo tradicional do Porto.

Os protagonistas destes acontecimentos eram muito diferenciados. Replicadas de jornais internacionais, figuras da nobreza e das monarquias europeias eram frequentemente personagens centrais da emotividade narrativa, justamente pelo seu destaque em termos de representação pública. Uma das temáticas com forte valor de notícia foram os ataques a vários elementos das monarquias europeias, que fizeram parte da agenda noticiosa deste período. A 3 de setembro de 1898, o *JN* noticiava que a imperatriz Isabel da Áustria tinha sido assassinada, por esfaqueamento. Esta notícia foi tratada com todos os detalhes, em dias sucessivos, com abundância de pormenores: “Depois de vibrar a punhalada na vítima, o assassino fugiu.” Nos diversos números, os textos eram longos, com subtítulos e pontos mórbidos, como: “O cadáver [subtítulo] da soberana, vestido de branco e envolto num lençol foi metido num tríplice capitonado de cetim também branco “. Outro subtítulo que procurava explicar o ambiente do funeral: “O desfile do sentimento” (*Jornal de Notícias*, 15 de setembro, 1898)

A morte, fosse por assassinato ou por suicídio foi um tema constante. Uma notícia copiada do *Daily Telegraph* referia o julgamento de um caso que chocou a opinião pública: “Começou no tribunal de Bourg, o julgamento de Vacher, o hediondo matador de pastores, cujos crimes em tempos relatamos minuciosamente.” (*Jornal de Notícias*, 18 de setembro, 1898). Dentro da mesma lógica dos crimes que chocavam e assustavam a opinião pública, deram-se também notícias sobre Jack, O Estripador. (*Jornal de Notícias*, 1 de setembro, 1898).

Outra notícia de impacto internacional, o caso Dreyfus foi tratado de forma continuada em diferentes números do jornal. O suicídio do capitão Henry foi descrito minuciosamente e publicada a carta em que expunha as razões porque punha fim à vida. Este episódio foi acompanhado por uma ilustração (*Jornal de Notícias*, 2 de setembro, 1898). Estas histórias tinham

um efeito forte sobre os leitores, dada a evidente carga dramática, que por vezes adotava um certo tom mórbido, que rompeu com o estilo austero do jornalismo do Porto. Além das elites europeias, o *JN* relatava outras desgraças, como a de uma jovem francesa: “Uma rapariga de 15 anos, engomadeira, tendo uma contrariedade, resolveu matar-se. Deitou dois litros de uma essência e besuntou-se com o líquido.” (*Jornal de Notícias*, 22 de dezembro, 1898) O suicídio foi uma temática recorrente, em que as personagens eram das mais diferenciadas, abrangendo todas as classes sociais.

Os dramas humanos que chocavam a opinião pública europeia e contados a partir de jornais estrangeiros foram a inspiração narrativa que o *Jornal de Notícias* seguiu, ao incluir na sua agenda e em formato de notícia ou reportagem, acontecimentos da vida do Porto e do país, onde o mesmo enquadramento emocional estava presente. Estes casos, contados com pormenor e que chocavam a opinião pública terão contribuído para o afirmar desta linha editorial popular. Assim, uma multiplicidade de acontecimentos foram retratados e deram conta de como se podia associar os aspetos emotivos às notícias da vida cotidiana.

Esta abordagem editorial também esteve presente nas notícias sobre crimes passionais. Em regra, estes casos eram chamados à primeira página e o desenrolar dos acontecimentos era narrado com muitos detalhes, declarações dos envolvidos e por vezes com gravuras que explicavam os dramas e retratavam as personagens envolvidas. A título de exemplo, “O crime de Vila Nova de Gaia”, apresentado aos leitores do *JN* como um exclusivo. A notícia teve tratamento continuado durante vários dias e os formatos discursivos e gráficos reforçaram a relevância do tema. Em dias seguidos o jornal fez e repetiu a cronologia dos acontecimentos e deu também destaque aos aspetos considerados mais importantes. Os textos estavam repletos de emoção, bem como juízos de valor, patentes pela adjetivação exagerada. O tom mórbido pôde ser identificado em vários momentos, mas a seguinte descrição é eloquente: “Entretanto o Teixeira evadia-se, o Serafim erguendo-se a escorrer sangue que lhe saía aos borbotões pelo golpe recebido, e sem poder articular mais do que uns gritos roucos, abafados pelo sangue que lhe saía às golfadas pela boca, foi cair próximo à capelita da invocação da Senhora da Piedade, que se acha erecta frente à praia (...)” (*Jornal de Notícias*, 17 de julho, 1900).

As mortes relacionadas com paixão e ciúmes eram muito tratadas pelo *Jornal de Notícias*, que apontava a traição como justificação destes dramas, sendo os crimes muitas vezes seguidos de suicídio. Segundo a mesma lógica noticiosa, o *Jornal de Notícias* contou a história de um casal que sofreu um final muito dramático: “O noivado da morte. Detalhes trágicos. Dois tiros de revólver [em subtítulo] “É uma tragédia que emociona profundamente, pois constitui uma página do romance de amor tão impressionante como tantos que se escreveram noutros tempos.” (*Jornal de Notícias*, 4 de dezembro, 1905) Outra notícia do mesmo tipo: “Drama sensacional. Tentativa de assassinato e suicídio [título]. O Albino, obcecado pelo ódio que intimamente nutria contra a esposa, resolveu por em prática O CRIME.” (*Jornal de Notícias*, 20 de setembro, 1900) A temática de crimes era constante, fossem nacionais ou estrangeiros, sendo os ciúmes e adultério a causa

dos atos tresloucados. A 22 de janeiro o jornal reportava: “Um drama de ciúme. Amores contrariados, um louco de paixão. Tentativa de assassinato e suicídio. Pormenores emocionantes (...) Como Henrique matou a Micas.” (*Jornal de Notícias*, 22 de janeiro, 1903)

Para além dos crimes, os acidentes, incêndios e julgamentos contribuíam para também despertar a atenção do público: “Dois descarrilamentos na Ponte D. Maria Pia. Grande pânico. (...) Os maquinistas viram logo do que se tratava e um grande terror os tomou. O comboio foi rodando estrepitosamente, num fragor medonho.” (*Jornal de Notícias*, 21 de maio, 1903). Acontecimentos deste tipo, considerados de grande impacto, eram acompanhados de gravuras, como é o caso de um fogo na Rua das Flores: “Um incêndio pavoroso. Terrível explosão numa drogaria. A cidade alarmada.” (*Jornal de Notícias*, 12 de junho, 1903). Narrativas sobre casos sensacionais, descritos com emoção e que captavam a atenção dos leitores.

Os mesmos temas populares, sensacionalistas podem também explicar a insistência do *Jornal de Notícias* no espiritismo. Esta temática apareceu inúmeras vezes neste diário e o enquadramento era de que seria um facto comprovado o aparecimento do espírito uma mãe que esteve na origem do salvamento da filha. A notícia era ainda ilustrada com uma gravura do centro espiritismo do Porto. O *JN* defendeu também uma mulher presa pela polícia e acusada de bruxaria. A justificação para a defesa foi porque quando o repórter a foi entrevistar, ela revelou-se como uma mulher educada, mas que praticava o espiritismo. Os textos sobre esta temática não eram assinados, sendo mencionado o termo “colaborador”. Num deles podia ler-se: “Este espectro parou voltado para o Sr. S. parecendo encará-lo fixamente. Em seguida, estendeu para ele o braço direito, notando os assistentes que tinha a mão decepada. O Sr. S. estendeu os braços para o espectro e soltando um grito terrível, foi recuando para o fundo da sala, onde caiu sem sentidos.” (*Jornal de Notícias*, 10 de setembro, 1900). Foram vários os textos do mesmo autor e os relatos apresentados como factuais, sendo que o jornal recebeu uma admoestação e teve de se retratar.

As novas narrativas foram acompanhadas por uma maior inclusão de gravuras, sobretudo a partir do início do novo século. Houve uma clara mudança nas edições de domingo, em que as capas passaram a incluir mais imagens do que nos outros dias da semana. Muitas destas gravuras estavam relacionadas com temas de humor. As ilustrações foram, também, importantes em pequenas narrativas ficcionais de carácter frívolo. No campo da ficção, um dos elementos de conquista de públicos, mas também das temáticas mais sensacionalistas, pode-se referir os folhetins, que eram, em regra anunciados em vários números anteriores e cujos títulos e gravuras deixavam antever o pendor narrativo.

Na primeira década do século XX, o *JN* publicou também fotografias na capa, em regra, quando houve situações de valor-notícia muito forte, como as grandes inundações na zona ribeirinha, aquando da visita de D. Manuel II ou da revolução republicana, sendo publicadas as fotos dos líderes do movimento. Com o tempo, o uso desta nova técnica tornou-se mais comum e foi usado para notícias diárias ou outros tópicos, mas este seria um processo que implicou a transformação e modernização do jornal. Do ponto de vista gráfico, este diário sempre se caracterizou

por uma certa qualidade, o que proporcionava uma leitura agradável, com uma imagem atraente que acompanhou o tom claro das notícias.

Os jornais *Diário de Notícias* e *O Século* são também dois dos exemplos relevantes das transformações ocorridas em termos de desenvolvimento da imprensa noticiosa, ainda que a matriz editorial seja distinta e as intenções da criação de cada um deles, muito diferentes.

O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português que se pode identificar com o conceito atual de matutino de informação geral de concepção empresarial, enquanto que o *Século* foi lançado com o propósito claro de propaganda política em favor da causa republicana. A escolha deste estudo recai sobre estes dois títulos, dada a sua relevância em termos de difusão e qualidade, mas também porque ilustram bem a inclusão da lógica noticiosa, a partir de matrizes fundacionais distintas.

O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português bem-sucedido a surgir com os objetivos de sustentar a produção e difusão de notícias de interesse geral e dar lucro aos seus promotores por meio, sobretudo, da venda de espaço para publicidade e não tanto pelo produto das vendas nas bancas e das assinaturas. Lançado por Eduardo Coelho em sociedade com Quintino Antunes, em 1864, dos jornais deste período, juntamente com o *Jornal de Notícias*, mantém ainda a sua edição diária.

Constituindo uma rutura com o modelo vigente, o *DN* distinguiu-se por não pretender ser voz pública de um partido, por não querer ser conotado com qualquer tendência partidária, nem ser um veículo de informação especializada. Sempre se notabilizou pela independência política, pelo carácter generalista dos seus conteúdos e pela implantação de um modelo de negócio jornalístico que não apenas assegura lucro aos investidores como também permite ao jornal gozar de independência. Este diário mostrou que um projeto moderno, independente de jornalismo informativo generalista podia vingar no País. Provou ainda que, para sobreviver, um grande jornal necessitava de possuir um modelo de negócio viável, assente nas receitas da publicidade mais do que nas vendas, e uma organização de tipo empresarial.

Para o período aqui referenciado, 1900-1905, o *DN* manteve algumas das características da linha editorial da sua fundação. O noticiário era diversificado, as temáticas, regra geral, idênticas, e a dimensão dos artigos era também tendencialmente curta. Contudo, o *Diário de Notícias* parece ter tido necessidade de mudar esta abordagem, uma vez que vai passar a incluir notícias de maior dimensão e um formato idêntico à reportagem, que podia ser acompanhada de gravuras. Apesar de as notícias breves serem muito variadas, nota-se uma preponderância nas notícias do agendamento político-institucional, análise financeira, côrte, monarquia, etc.. A diversidade era dada pelas notícias locais, informação sobre o Porto e Coimbra e, com menos frequência, outras regiões do país. Notícias de crimes, julgamentos e outros *fait-divers* eram comuns.

Graficamente, o jornal não era muito interessante. Publicado com 12 colunas, a leitura não era fácil. As gravuras na capa limitavam-se a uma ilustração humorística, de fraca qualidade. Esta tendência foi patente nos números de 1900/1901, em que teve até períodos de pior imagem

gráfica. A partir de 1902, há uma clara intenção de tornar a primeira página mais atraente. As gravuras são usadas na ilustração dos debates das cortes ou de outros atos públicos. Em regra, eram incluídas as imagens dos oradores ou outros agentes da notícia, o que trouxe um maior dinamismo à agenda informativa. Incluem-se também muitas imagens femininas, em que o tema é a moda.

A inclusão da gravura no *DN* pode ser também entendida como uma relação com o valor-notícia e aqui, a diversidade temática parece ter acompanhado transversalmente as escolhas da agenda diária. A título de exemplo, o diário noticiou as cerimónias fúnebres de Almeida Garrett, com a gravura do seu retrato, bem como uma cronologia dos momentos mais relevantes da sua vida (*Diário de Notícias*, 3 de maio, 1903). A notícia de uma homenagem a Eça de Queirós foi igualmente publicada com imagem (*Diário de Notícias*, 3 de março, 1902). Estes acontecimentos foram tratados pelos dois jornais da capital.

As figuras da hierarquia social eram frequentemente notícia. Um acidente de charrete foi detalhadamente explicado: “Pelas nove horas e meia da manhã saiu de Cintra o Sr. Conde com sua filha D. Maria do Carmo Mello, em direção a Cascaes.” (...) “Alegre e descuidosa guiava o cavallo da «charrette-pannier», um bello vehiculo — um presente feito a D. Maria do Carmo por sua majestade a rainha, que muito a estimava -” (...) “Era o Sr. Dr. Pinheiro que quanto à feliz menina apenas pode confirmar o óbito, e que ao sr. Conde prestou os primeiros socorros, no que foi auxiliado pelo sr. dr. António Lencastre, que casualmente transitava no local.” (*Diário de Notícias*, 21 de setembro, 1902)

Das inúmeras notícias de figuras relevantes para este período, podemos destacar a morte da rainha Vitória de Inglaterra (*Diário de Notícias*, 23 de janeiro, 1901). O jornal prestou homenagem à sua vida e obra, ilustrando-a com gravuras e follow-ups, nos dias seguintes. O *DN* optou também por um efeito de composição ao explicar as linhas de sucessão e identificação dos membros da casa real britânica. Aliás, a cobertura mais relevante deste período é justamente a da visita do Rei Eduardo VII a Portugal e também aqui a informação acrescida dá esse efeito de composição. As páginas relativas a este acontecimento jornalístico são graficamente muito apelativas, repletas de gravuras e do valor atualidade. (*Diário de Notícias*, abril, 1903)

O *Diário de Notícias* não publicava notícias apenas sobre as elites. Destacamos aqui uma notícia de sublevação social e um crime. “O Crime do Milharado” conta a história de criminosos (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901), que mataram três pessoas causando grande alvoroço na opinião pública: “não é menos certo que a prisão dos assassinos tem causado a maior alegria e satisfação em toda a gente”. O jornal optou por seguir a informação detalhada da investigação policial: “Também averiguou a policia de Lisboa que o Faustino dos Santos, ao chegar a Lisboa se associará com o taberneiro António Jorge (...), a quem dera 30\$000 para ficar interessado no negócio do vinho.” (...) O taberneiro contou que o Faustino tinha muito dinheiro “levava 6 libras em ouro...” A notícia incluiu gravuras dos criminosos, tendo o *DN* feito atualização, durante três dias.

A 17 de março de 1903, o diário começa uma série de notícias sobre uma sublevação em

Coimbra. Pelo texto, é também possível perceber que o diário tinha um correspondente na cidade. “Em virtude de serem exigidas licenças no mercado de D. Pedro pelos fiscais dos impostos, houve hoje ali uma «greve», excepto pelos vendedores de carne e peixe.” O conflito agravou-se e no número seguinte lia-se: “Os acontecimentos de Coimbra assumiram tal importância e gravidade, como não há memória entre os mais velhos.” No dia 19 o *DN* já noticiava a reposição da paz, e incluía gravuras dos retratos dos agentes da autoridade. A publicação de gravuras de pessoas envolvidas e follow-up nos dias seguintes em acontecimentos deste tipo revelam uma abordagem noticiosa moderna, comum já nos jornais deste período. Esta forma de noticiar foi desenvolvida em diferentes temáticas de sociedade, crime, política, etc..

O lançamento do diário *O Século*, em junho de 1880, obedeceu a uma matriz editorial que se enraíza na linha do jornalismo político-noticioso dominante em Portugal, um pouco à imagem dos elementos referenciados para o *Jornal de Notícias*. Na amostra aqui estudada, podem ser considerados dois momentos, a partir das características editoriais detetadas. Entre 1880-1896 o jornal segue o processo de afirmação do projeto republicano, sendo o seu diretor Sebastião Magalhães Lima. Com as mudanças ocorridas na propriedade da empresa, José Joaquim da Silva Graça, tornou-se o sócio maioritário, sucedendo a Magalhães Lima.

A nova direção acabaria por promover uma orientação editorial mais abrangente, capaz de agradar a diversos tipos de leitores. O jornal denotou também novos investimentos, onde se incluem novos suplementos, edições especiais e fora do âmbito do estudo, o lançamento de outras publicações. Esta administração acabaria por construir uma nova matriz, transformando o periódico num grande órgão de informação, embora sempre mantendo a orientação republicana. É neste período da viragem do século que o cabeçalho começa a ostentar: “o jornal de maior circulação em Portugal”.

Nos exemplares estudados nesta amostra, a variedade noticiosa é uma característica transversal. Nos primeiros anos a informação patente na primeira página confere um grande valor notícia às temáticas políticas, internacional e demais temas de relevância, como economia e editoriais de análise do momento político. Da agenda noticiosa, podem-se destacar os vários números sobre as eleições de dezembro de 1887. Este tema foi tratado sem qualquer preocupação de isenção. Toda a capa apelava ao voto, com o título a toda página “À urna pela lista republicana”, seguida de uma série de notícias, com subtítulos onde diversas temáticas tratadas segundo a perspetiva republicana, como “Aviso aos leitores”, “O caso Gaffarel” ou “Galopinagem”. Nesta última, a polícia era o centro da notícia: “A policia de Lisboa está toda recenseada, apesar de que a lei não lhe dá direito para votar. São mais de 600 polícias com que o governo conta.” (*O Século*, 15 de dezembro, 1886). Este tipo de agendamento foi repetido noutros números, nas eleições do ano seguinte.

O noticiário internacional deste período seguiu uma orientação do mesmo tipo. As notícias dos regimes monárquicos eram dadas em tom crítico, enquanto que a França, uma república, além de ser muitas vezes chamada à capa, era tratada com cores mais favoráveis. No número

de 4 de dezembro, 1887, a primeira página tratava do resultado da eleição: “O novo presidente da República Francesa”, com os resultados em subtítulo, como se de um lead se tratasse. O tom apologético está presente em todo o artigo. Apesar das críticas ao regime, a França, segundo *O Século*: “acaba mais uma vez de mostrar o seu patriotismo e o desinteresse pessoal de cada um dos seus membros. (...). Registamos com o mais vivo júbilo esta última e incontestável demonstração da força da República.” (*O Século*, 4 de dezembro, 1887).

A chama republicana surgia em artigos anticlericais, mas também em notícias de sociedade. Tal é o caso da Febre Amarela e as medidas preventivas tomadas nesse sentido. Em 11 de julho de 1887, o jornal escreve criticamente sobre o furo da quarentena em relação a um navio chegado do Brasil. A crítica à falta de cumprimento dos serviços públicos toca temas como o policiamento, o crime, a saúde pública, e embora reportando os factos das notícias há sempre o enquadramento das falhas do sistema político ou administrativo.

A influência de Silva Graça fez-se sentir na transformação do jornal, sendo de realçar a inclusão da reportagem acompanhada de ilustrações. Claramente, são as edições dominicais que compreendem a maioria dos assuntos “pintados” com gravuras. As temáticas são muito diversas, como as “Cheias do Tejo” (*O Século*, 24 de março de 1895). Outro dos exemplos deste período é “O serviço de incêndios no Porto”, que, curiosamente, é publicado na página 3. Esta reportagem tem grande valor notícia, dado o grande número de incêndios urbanos registados e a pouca capacidade de resposta das corporações. (*O Século*, 15 de janeiro, 1895)

As grandes reportagens correspondem a excelentes composições de texto e gravura sobre temas internacionais, quer ilustrativos de realidades geográficas diferentes, quer de agenda de atualidade como a Guerra dos Boers ou Guerra dos Boxers. Mas as gravuras foram incluídas noutros acontecimentos, quer de “soft-news”, quer de atualidade, como crimes ou incêndios.

O Século passaria também a publicar mais notícias de “interesse humano”. Os crimes que envolvem emoções eram alvo de tratamento mais cuidadoso e outras temáticas de sociedade fizeram também a sua aparição. Esta orientação editorial passa a ser a regra até à viragem do século, o que de alguma forma representa a adequação do jornal aos tempos modernos. As notícias de criminalidade são uma contante, com evidente domínio dos crimes passionais, descritos com profusão de pormenores, apresentados em “follow-ups”, com atualização e elementos explicativos. Destas, uma temática de internacional apresenta um apelo emotivo evidente. Em “Carta de Paris”, o correspondente do jornal contava que: “estão expostas sobre as pedras de mármore da Morgue os cadáveres de duas meninas, que foram encontradas nas proximidade da ponte de Suresnes, no Sena.” (*O Século*, 10 de abril, 1895). A notícia foi ilustrada com duas gravuras das bebês.

Outra das novidades em termos noticiosos são os destaques de figuras públicas, fora do círculo político. O diário fez um “follow-up” sobre uma senhora da sociedade, a escritora Juliette Adam, que visitou Lisboa em abril de 1895. Em 15 de abril o jornal conta que a senhora foi recebida por jornalistas e escritores, entre eles Magalhães Lima. O texto conta com pormenores as

figuras da sociedade lisboeta que estiveram presentes. Para além destas notícias de atualidade e atividades de lazer, este diário fez edições de homenagem a personalidades como João de Deus, Eça de Queirós e Elias Garcia.

Conclusões

Os exemplos dos jornais portugueses aqui apresentados, de alguma forma espelham o marco teórico em que o jornalismo noticioso se desenvolve, a nível internacional, neste período de implantação da imprensa empresarial e informativa. Os elementos mais tradicionais e prevalência de linhas editoriais mais conservadoras confirmam estes processos de transformação com cronologias diferentes, bem como os contextos específicos que promoveram a implantação e popularidade deste tipo de jornalismo, em Portugal, na viragem do século XIX e década seguinte.

Os diários estudados na transição do século XIX denotam as transformações em que o *Diário de Notícias* foi pioneiro. As matrizes editoriais da fundação foram determinantes no lançamento e evolução de *O Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *O Século*. Eventualmente, todos integraram os elementos do jornalismo noticioso e empresarial, mais evidente neste último e no *JN*, uma vez que o *DN* tinha já essa configuração. É interessante notar na análise das notícias, como os elementos da factualidade diária vão ganhando cada vez mais espaço de impressão, em detrimento da agenda política. De realçar ainda, no caso do *Jornal de Notícias*, os elementos característicos do jornalismo popular, típico deste período, enquanto tendência editorial da imprensa internacional.

Bibliografia

- Bessa, A. (1904). *O jornalismo*. Viúva Tavares Cardoso.
- Campbell, W. J. (2001). *Yellow journalism: picturing the myths, defining the legacies*. Praeger Publishers.
- Carqueja, B. (1934). *O Comércio do Porto ao completar 80 anos*. O Comércio do Porto.
- Cawley, A., Lima, H., Kruglikova, O. & Birkner, T. (2019). The “new” newspapers: the popular press in Britain, Portugal, Russia, and Germany, from late 1800s to early 1900s, in K. Arnold, P. Preston, S. Kinnebrock (Eds.), *The Handbook of European Communication History* (pp. 221-238). Wiley Blackwell.
- Conboy, M. (2006). *Tabloid Britain: Constructing a Community Through Language*. Routledge.
- Cunha, A. (1914). *O Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Diário de Notícias.
- Cunha, A. (1941). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Academia de Ciências de Lisboa.
- Curran, J. & Seaton, J. (1994). *Power without responsibility: the press and broadcasting in Britain*. Routledge.
- Esser, F. (1999). Tabloidization of news. A comparative analysis of Anglo-American and German press journalism. *European Journal of Communication*, 14(3), 291-324. <https://doi.org/10.1177/0267323199014003001>
- Franco, G. (1993). *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. INCM — Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Lima, H. (2017). A evolução editorial do *Jornal de Notícias* e a inclusão de elementos de jornalismo popular. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 1, 23-34. http://revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170909-hele-na_lima.pdf
- McLachlan, S. & Golding, P. (2000). Tabloidization in the British Press: a quantitative investigation into changes in British newspapers 1952-1997, in C. Sparks, J. Tulloch (Eds.), *Tabloid tales: global debates over media standards* (pp. 75-90). Rowman and Littlefield Publishers.
- Patterson, T. E. (2000). *Doing well and doing good: how soft news and critical journalism are shrinking the news audience and weakening democracy — and what news outlets can do about it*. Harvard University Press.
- Sousa, J. P. (2016). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910, in Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A., Barbosa, M. (orgs.), *Uma História da Imprensa Lusófona. Brasil-Galiza-Imprensa Colonial Portuguesa* (pp. 13-210). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (coord.). (2010). *O pensamento jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*. Livros LabCom. <http://labcom.ubi.pt/livro/12>

Capítulo IV

A Imprensa Periódica na I República Portuguesa (1910-1926): novos contributos para a sua história

*The Periodical Press in the First Portuguese
Republic (1910-1926): new contributions
to its history*

Álvaro Costa de Matos

Câmara Municipal de Lisboa
— Direcção Municipal de Cultura,
ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA
e HTC — CFE — Nova FCSH
alvarocmatos@hotmail.com
ORCID: 0000-0002-5721-0549
Ciência ID: 1D13-AF4B-BC42

Nuno Bessa Moreira

Universidade Lusófona do Porto
CITCEM
Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão
knunoclio@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5689-0282

Resumo: neste capítulo será abordada a História da Imprensa Periódica na I República Portuguesa (1910-1926), de modo a fornecer uma síntese das principais dimensões deste período histórico, conjugando uma panorâmica com alguns elementos de teor monográfico que com ela se relacionem, complementando-a. Por outro lado, procura-se caracterizar a imprensa escrita no decurso do lapso cronológico referido. Para o efeito, este estudo divide-se nas seguintes partes, para além da introdução e da conclusão. Num primeiro momento aborda-se o contexto histórico da I República. Em seguida são descritos e analisados, nas suas linhas essenciais, os principais jornais noticiosos ou de informação geral (centrando-se a abordagem quase exclusivamente no jornal *A Capital: diário republicano da noite*) e os jornais políticos mais relevantes publicados durante a I República. Num quarto andamento enfatiza-se os *lock-outs* patronais e as greves do operariado da imprensa, sem esquecer, num derradeiro momento, a censura e as leis de imprensa. Ambos os pontos são estruturados a partir de estudos de caso, para que não se fique por uma caracterização genérica dos assuntos tratados. Do ponto de vista metodológico, concretiza-se uma análise qualitativa de conteúdos, mas também das relações com o poder político e a opinião pública ou de aspectos retórico-discursivos e epistemológicos.

Palavras-chave: I República; história da imprensa; história dos jornais; *lock-outs* e greves; censura.

Abstract: in this chapter, the History of the Periodical Press in the First Portuguese Republic (1910-1926) will be approached, in order to provide a synthesis of the main dimensions of this historical period, combining an overview with some elements of monographic content that are related to it, complementing it. On the other hand, it seeks to characterize the written press during the aforementioned chronological period. To this end, this study is divided into the following parts, in addition to the introduction and conclusion. At first, the historical context of the First Republic is approached. Next, the main news or general information newspapers are described and analyzed in their essential lines (focusing the approach almost exclusively on the newspaper *A Capital: diário republicano da noite*) and the most relevant political newspapers published during the First Republic. In a fourth movement, employers 'lock-outs and press workers' strikes are emphasized, without forgetting, at a last moment, censorship and press laws. Both points will be strengthened with case studies, so that it is not limited to a generic characterization of the subjects covered. From the methodological point of view, a qualitative analysis of contents is carried out, but also of relations with political power and public opinion or of rhetorical-discursive and epistemological aspects.

Keywords: First Republic; press history; newspaper history; lockouts and strikes; censorship.

4.1. A I República (1910-1926): contexto histórico¹

4.1.1. Base demográfica e população entre 1910 e 1926

O que poderá significar a pesquisa e escrita de um capítulo sobre a Imprensa da I República? Doze anos volvidos sobre a efeméride comemorativa do centenário desse período da História de Portugal importa destacar a complexidade e dificuldade desta temática e assinalar a importância dos estudos que então se publicaram e tentaram patentear esforços

¹ Este ponto reproduz, com alguns cortes, uma pequena parte da dissertação doutoral de Nuno Bessa Moreira (Moreira, 2012).

assinaláveis no sentido de evitar panegíricos ou, no extremo oposto, a demonização, enfrentando ambiguidades inerentes à dificuldade da tarefa e ao próprio momento da efeméride (Rosas; Rollo, 2009; Amaral, 2011). No dizer de Alexandre Homem Cristo:

Talvez por isso, a celebração do Centenário da República (1910-2010) tenha ficado marcada por uma constante ambiguidade. Afinal, o que se festejou em 2010? Terá sido o projecto reformista do Partido Republicano Português, que ambicionou um Portugal que depois não pôde e não quis implementar? Terá sido simplesmente a queda da Monarquia? Ou terá sido a República enquanto regime político? A pergunta não é, afinal, simples de responder. Mas é, contudo, importante que o façamos, pois, da resposta, virá não só uma compreensão do nosso passado, como também, porque se tratou de uma celebração, uma ambição para o nosso futuro. (Cristo, 2011, p. 2)

Na impossibilidade de desenvolver uma monografia muito aprofundada, este texto procura conjugar alguma pesquisa empírica em torno da imprensa periódica com uma prévia contextualização histórica, sem a pretensão de uma exaustividade que esgote o tema ou sequer de uma originalidade incontestável. Este subcapítulo tenta efectuar uma síntese, de modo a situar o período histórico que decorreu em Portugal de 1910 a 1926. Parece indeclinável, ou pelo menos premente e ajustado, abordar a I República sob um prisma que salvaguarde a pluralidade e diversidade de acontecimentos políticos, económicos, sociais e culturais, como os expostos, sem esquecer as tensões, as interpenetrações e os cruzamentos que favorecem e propiciam, sublinhando convergências, divergências, compromissos e dissensos, que não obliterem singularidades e particularizações, mas com a preocupação de abarcar um quadro mais geral e abrangente, propiciador de uma panorâmica.

Assim, importa relevar o carácter provisório e parcelar dos acontecimentos da I República, das narrativas coevas e das que se produzem na actualidade, tendo em atenção que o mesmo raciocínio pode aplicar-se aos discursos histórico-historiográficos hodiernos e às formas e tonalidades que assumam, reversíveis e passíveis de revisão constante. (Silva, 2000, p.197)

Até 1910 a população portuguesa era essencialmente rural, vivendo nos campos cerca de 85% dos habitantes de Portugal. Dos restantes, 15% moravam em núcleos de mais de 10.000 pessoas. Destacavam-se, neste conspecto, Lisboa e Porto, que absorviam 68% da população urbana e possuíam mais de 100.000 habitantes. Numa faixa intermédia situavam-se Setúbal, Funchal, Braga, Coimbra e Évora. Entre 1910 e 1920 a população de nove dos 21 centros urbanos decresceu, devido ao aumento da emigração (mormente entre 1911 e 1913) e ao dinamismo das migrações internas. Todavia, em sentido inverso, Braga cresceu 61%, Matosinhos 39,5% e Setúbal 22%. Entre 1921 e 1930 assistiu-se a uma aceleração de todos os centros urbanos, nomeadamente Coimbra, Évora, Portimão, Aveiro e Braga. Nesta medida, o crescimento populacional fora contínuo entre 1861 e 1890, obtendo uma média de 1,2% ao ano. (Miranda, 1991, p.15 e ss)

Simultaneamente, sobretudo entre 1910-20 e, em menor grau na década seguinte, a mortalidade infantil diminuiu — apesar da excepção em 1918-19, quando grassaram os focos epidémicos —, aumentando a esperança de vida à nascença. No Porto, a esperança de vida era de 27,3 anos em 1890, 24,5 em 1900 e 35,2 no caso dos homens e 35,8 no das mulheres. Em 1930 verificou-se um crescimento notável no país, situando-se respectivamente nos 46,5 anos e nos 50,6. Este quadro foi consequência do aumento da taxa de natalidade, que até 1920-24 colocou-se acima dos 30%. Após 1935 o crescimento da produção agrícola associou-se à revolução dos transportes e à diminuição de excedentes, implicando a destruição paulatina do equilíbrio resultante da relação directa entre a natalidade e a nupcialidade. O aumento da emigração entre 1910 e 1929 deveu-se à agressividade dessas campanhas de angariação associada aos maus anos agrícolas motivados pela filoxera. Os distritos mais afectados foram os de Viseu (entre 1910-1919 perdeu 12% da população residente e 11,2% na década seguinte); Porto (que registou taxas de emigração de 9,4% entre 1910-1919 e de 11,2 % entre 1920-1929); Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra e Vila Real (sofreram perdas para a emigração de cerca de 8% entre 1910-1919). Por seu turno, em Braga e Vila Real houve entre 20.000 e 30.000 emigrantes na segunda década do século XX. A região norte registou índices mais elevados de emigração entre 1910 e 1919, havendo maior equilíbrio nas perdas na década seguinte em relação ao Sul do País. Porto e Aveiro continuaram a ser as localidades mais penalizadas. Simultaneamente, a emigração para África era residual e quase inexistente entre 1907 e 1918. No que respeita à caracterização dos emigrantes, em 1912, 2/3 eram homens, 53,6% deles solteiros e 30% menores de 14 anos. Contudo, a perda de homens para a emigração foi compensada pelo afluxo das remessas das suas poupanças a Portugal. (Miranda, 1991, p.15 e ss)

Analisada a base demográfica, convém perceber a estrutura da sociedade portuguesa entre 1910 e 1926. Assim, em 1911, no seio da esmagadora ruralidade anteriormente abordada, na agricultura trabalhava, como vimos, mais de 50% da população. Do ponto de vista das classes em presença viviam no mundo rural: o proletariado agrícola (totalmente dependente do patronato); o semi-proletariado (camponeses pobres e médios, estes últimos recorriam a assalariados, de forma mais ou menos irregular); camponeses ricos, latifundiários e médios capitalistas. Deste modo, 58% da população rural estava isenta de contribuição predial. Do ponto de vista de representatividade, em 1911, o proletariado agrícola constituía 7,3% e os camponeses pobres totalizavam 36,8% da população, situação que explica a percentagem de 53,5% de semi-proletariado agrícola. Os camponeses médios, ricos e latifundiários não excediam os 2,2%. Quanto ao rendimento, os 532.134 pequenos proprietários auferiam anualmente, em termos médios, entre 11 e 300 escudos, enquanto o salário diário dos trabalhadores era de 280 réis. No que tange à distribuição geográfica da população pertencente ao mundo rural, no Norte quase não havia camponeses sem terra, ao contrário da tendência dominante a Sul nesse sentido, para onde se dirigiam os camponeses nortenhos com o fito de completar o seu

rendimento nas ceifas, debulhas, mondas e na apanha da azeitona. A sociedade rural era, no início da I República, extremamente heterogénea.

Os levantamentos oficiais — concretizados pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e pela Repartição do Trabalho Industrial da Direcção Geral do Comércio e Indústria — demonstram que em 1907 havia, no que respeita ao mundo urbano, 85.600 proletários industriais, chegando o respectivo número a 100.686 e a cerca de 114.000 em 1913 e 120.000 em 1920.

Quanto às burguesias urbanas, à entrada da I República, comportavam cerca de 800.000 pessoas, havendo 210.000 em Lisboa e cerca de 100.000 no Porto, no ano de 1911. No entender de David Pereira: “Os pensionistas, os juristas, os funcionários públicos, os oficiais do exército, os professores, muitos empregados comerciais e alguns operários menos favorecidos constituíram o foco de alteração social no sentido depreciativo dos seus rendimentos após 1914”. (Pereira, 2009, p. 90)

Por seu turno, a aristocracia decaiu em 1910, mas recompôs-se em seguida no meio rural. O clero foi mais afectado devido à Lei da Separação do Estado e da Igreja, implicando expulsões de bispos do Porto, Évora, Algarve, Lamego, Braga, Portalegre e Guarda. No que concerne às Forças Armadas, o número de efectivos da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal era difícil de determinar para o ano de 1911, não ultrapassando, provavelmente, 140 a 150 mil efectivos. Nos primeiros quatro anos da República, a pequena burguesia comercial e sectores intermédios viveram um período de relativo bem-estar, mas que não se estendeu à generalidade da população, sobretudo após a I Guerra Mundial, diminuindo o poder de compra de amplas camadas sociais. A propaganda republicana, forte ao nível da simbologia e da representação nacional, não conseguiu implementar, com a profundidade desejada, políticas sociais consentâneas com os seus desígnios propagandísticos. (Pereira, 2009, p. 90)

4.1.2. O 5 de Outubro de 1910

O 5 de Outubro de 1910 foi um ponto de chegada, de ruptura e de partida. Constituiu, no entender de João Bonifácio Serra, um movimento insurreccional lisboeta, que não esgotou o processo revolucionário que a ele não se resumiu. Tinha um passado e um futuro contraditório pela frente. Resumamos, sucintamente, o que se passou nesses primeiros dias do mês de Outubro de 1910. O Almirante Cândido dos Reis foi o comandante-chefe das operações. Do dia 1 ao dia 4 iniciaram-se as operações navais. As unidades navais, estacionadas no Tejo, recolheram a Cascais. No segundo dia do mês, Cândido dos Reis marcou a revolução para a noite e madrugada seguintes. (Serra, 2010, p. 55-56) Conforme assinala Ernesto Rodrigues:

O Directório do Partido Republicano defende, a partir de 1909, a Revolução pelas armas. O Almirante Cândido do Reis é o elo da ligação às tropas e o seu chefe. O professor Miguel Bombarda coordena as estruturas civis, que deverão apoiar os soldados. (Rodrigues, 2010, p.80)

Ernesto Rodrigues narra a seu modo todas estas movimentações: “Quarta-feira, 5 de Outubro. São 8 horas, nesta manhã luminosa: a bandeira da República foi arvorada no castelo de S. Jorge, substituindo a azul e branca”. (Rodrigues, 1910, p.80)

Como lembrou Álvaro Costa de Matos, para o êxito da revolução de 5 de Outubro de 1910 importa não esquecer o contributo da imprensa,

nomeadamente da imprensa republicana. De duas formas, sobretudo: por um lado, na doutrinação republicana, na divulgação dos programas, propostas e protagonistas republicanos; por outro, funcionando como contrapoder, na crítica política, na denúncia da iniquidade ou na recusa do *status quo*, criando assim o tal “ambiente” que também aqui acabou por asfixiar a Monarquia Constitucional. Este “ambiente” foi determinante na formação de uma opinião pública hostil ao regime, que se acentuou sobretudo na primeira década do século XX. (Matos, 2017, p. 233)



Figura 1

A proclamação da República na varanda principal dos Paços do Concelho de Lisboa, a 5 de Outubro de 1910, logo após o triunfo da revolução.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

4.1.3. Os primeiros anos da República (1910-1917)

Após a proclamação da República, o Directório do Partido Republicano Português perdeu preponderância em sentido estrito, ou seja, em termos exclusivamente partidários. Mas,

num plano genérico, o seu poder aumentou, transferindo-se para o Primeiro Governo Provisório. Todavia, a primeira grande questão com implicações político-sociais do novo regime estendeu-se do 5 de Outubro de 1910 até ao Primeiro Governo Constitucional de Setembro de 1911. Trata-se de uma temática de natureza religiosa mas que nela não se extingue e pode ser denominada como *A separação do Estado e da Igreja*. Esta designação qualifica a abordagem recente desta matéria empreendida por Luís Salgado de Matos, que a ela se dedicou por três razões, das quais destacamos no imediato a seguinte, que constitui, em nosso entender, a principal novidade desta perspectiva:

A separação é um tema complexo. É diferente da Lei da Separação; a separação foi executada em numerosas medidas anteriores à lei, inscrevendo-se numa mentalidade laicizadora diferente da actual; a longa e complexa lei é uma parte, decisiva embora, da separação. (Matos, 2010, p.80)

Luís Salgado de Matos confere grande relevância à lei de 20 de Abril de 1911, mas torna-a parte activa de um conjunto mais vasto, eximindo-se a atribuir-lhe o lugar central da problemática em análise. A sua prioridade historiográfica situa-se a outro nível, conforme reconhece o sociólogo:

O presente trabalho defende a tese de que a separação não foi querida nem pela Igreja Católica nem pelo Estado. Uma vez iniciada, ultrapassou-os, obrigou-os a aplicarem estratégias de luta, dividiu-os a ambos, e reformulou-os em termos que, à partida, nem um nem outro tinham imaginado. (Matos, 2010, p.80)

Alternativamente, João Seabra estudou a peça legislativa portuguesa sob o ponto de vista do direito canónico comparado, relacionando-a com a lei americana, a brasileira (de Janeiro de 1890), e a francesa (de 5 de Dezembro de 1905). O autor conclui que o clausulado americano respeita as isenções e deduções fiscais das igrejas e a sua personalidade histórica e jurídica, enquanto do lado de lá do atlântico também se encontra registada preocupação análoga, salvaguardando-se as hierarquias, a propriedade e a liberdade na administração dos bens eclesiásticos. Nessa medida, a lei em vigor em Portugal a partir de 20 de Abril de 1911 é mais dura, segue o modelo francês, de modo alegadamente ainda mais restritivo: “Não foi nestas experiências de separação porém, que se inspirou Afonso Costa: a sua *Lei de Separação* depende directa e exclusivamente da lei francesa”. (Seabra, 2009, p.16)

Entretanto, no ano anterior tinham começado as Constituintes que promoveram reuniões que conduziram à aprovação a 19 de Agosto de 1911 da Constituição, que congregou na sua origem o contributo de diversas personalidades, portadoras de opiniões nem sempre coincidentes. Foi realizado um esforço de convergência na procura de um denominador comum, que passou pela consagração de um regime parlamentar e bicameralista. Paulo Ferreira

Figura 2

Desenho humorístico de Stuart Carvalhaes tendo como protagonista o Zé Povinho, numa alusão ao “divórcio” com a Monarquia, à “separação” da Igreja Católica e, por fim, à “união” com a República, in *O Zé*, de 9 de Maio de 1911. Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.



da Cunha resume do seguinte modo o cerne do documento constitucional: “A Constituição é, assim, parlamentarista (de um parlamentarismo bastante puro — salvo os resíduos do projecto presidencialista, embora de um presidencialismo *sui generis*, designadamente sem eleição directa do Presidente”. (Cunha, 2011, p. 51-52)

Resulta claro que a própria Constituição de 1911 materializa as contradições da I República, uma vez que o documento não concretiza a aspiração de soberania popular que parecia constituir a sua base teórica fundamental. Na prática, Afonso Costa e os seus pares protegeram os interesses da elite à qual pertenciam, evitando uma democracia plena, mais consentânea com o respectivo ideário e perfil doutrinário, mas entendida como perigosa para as suas ambições políticas, com as quais colidia. Simultaneamente, na segunda metade de 1911, realizaram-se as eleições para a Presidência da República, que tornaram patentes as divisões crescentes e a instabilidade delas decorrentes no interior do Partido Republicano Português. Concorreram dois candidatos: Bernardino Machado, apoiado por Afonso Costa, e Manuel de Arriaga, suportado por António José de Almeida e Brito Camacho, que formavam um *bloco*. Manuel de Arriaga ganhou as eleições e nomeou Duarte Leite primeiro-ministro, almejando o consenso entre as partes. Não o conseguiu de modo duradouro, até porque ele próprio era tudo menos consensual, conforme sublinha Joana Gaspar de Freitas: “A escolha de Manuel

de Arriaga para primeiro presidente da nova República deixou desde logo a opinião dividida”. (Freitas, 2011, p. 119-120)

Entre meados de 1911 e inícios do ano seguinte, as contradições internas no Partido Republicano Português agudizaram-se, atingindo um ponto de saturação que culminou com a criação a 24 de Fevereiro de 1912 do Partido Evolucionista, liderado por António José de Almeida e, dois dias depois, nasceu a União Republicana de Brito Camacho. Em Novembro Augusto de Vasconcelos demitiu-se, voltando Duarte Leite ao Governo, por pouco tempo, apenas até Janeiro de 1913. (Serra, 2010, p. 93-128) Sucedeu-o Afonso Costa que saneou despesas e angariou receitas. Todavia, o seu estilo não era consensual. A 9 de Junho de 1914 tomou posse Bernardino Machado, que preparou terreno para a realização de eleições. Procurou consensos mínimos e convergências, mas teve que enfrentar uma grande dificuldade, que acentuou a instabilidade partidária e governamental na qual se vivia. Em Agosto de 1914 principiou a I Guerra Mundial, que, conforme nota Ana Paula Pires:

envolveu todos os países europeus, com excepção da Espanha, dos Países Baixos, da Escandinávia e da Suíça. (...) A chegada do mês de Agosto de 1914 determinou por isso o fecho de um capítulo na História mundial; com ele sobreveio a insegurança, a angústia e o sacrifício. (Pires, 2010, p.250)

Entretanto, eclodiu a polémica entre intervencionistas e não intervencionistas. Bernardino Machado congregou sensibilidades diversas em torno do primeiro grupo, evidenciando, num primeiro momento, cautelas tendentes a aproveitar até ao limite a margem de não-beligerância portuguesa. Contudo essa margem era curta e convinha a alguns sectores da política portuguesa o apoio a Inglaterra, que tentou atrasar a participação efectiva de Portugal no conflito.

Filipe Ribeiro de Meneses traça um perfil dos intervencionistas e anti-intervencionistas portugueses: “começou assim mais um período agitado na vida da República. Do lado intervencionista estavam parte do Partido Socialista Português (PSP), o Partido Democrático e o Partido Evolucionista”. (Meneses, 2010, p. 268-69) Ribeiro de Meneses explica que o que estava em jogo para os intervencionistas, não era apenas evitar que, excluído de um contexto e conseqüente esforço de guerra, Portugal contasse cada vez menos no conspecto político diplomático europeu. Contudo, segundo o autor, a população portuguesa, na sua maioria rural e a passar por dificuldades económicas, estava longe de ser sensível ao esforço de arregimentação e união em torno da salvação do país, através da sua entrada na guerra. Esse esforço não era sequer reconhecido e obrigava a uma tentativa, frustrada, de mobilização pela propaganda informativa e política que continha uma mensagem do foro interno, incitando os portugueses a conciliar esforços no sentido de consolidação da República, ainda muito jovem e bastante permeável a dificuldades e contradições:

O mais importante objectivo era, porém, a implantação definitiva do regime republicano em Portugal. Toda a população seria afectada pela guerra e, esperavam os partidários da intervenção militar, tornar-se-ia por isso mais sensível aos ideais pelos quais Portugal, junto à Grã-Bretanha e à França, se bateria. (Fraga, 2010, p. 30-31)

A situação agravou-se em Portugal entre finais de 1914 e inícios de 1915, fruto do impasse instalado pelas divergências entre intervencionistas e não intervencionistas. Este clima de desconfiança mútua foi propício ao surgimento, em Fevereiro de 1915, da Ditadura de Pimenta de Castro — defendida por Fidelino de Figueiredo — a qual foi derrubada dois meses volvidos. Fernando Rosas vai mesmo mais longe declarando que I Guerra Mundial matou a I República.



Figura 3

As tropas do Corpo Expedicionário Português a caminho de França, com honras de primeira página na *Ilustração Portuguesa* de 12 de Fevereiro de 1917. Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Ainda antes de enviado o contingente para a Flandres, a situação política, económica e social da República estava a tornar-se cada vez mais instável e periclitante:

A constituição do *Governo da União Sagrada* (15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917) fez-se com base na aliança política entre os democráticos e os evolucionistas para a intervenção imediata na frente europeia da Grande Guerra. (Leal, 2008, p. 62)

Terminada esta experiência, Afonso Costa voltou a chefiar o governo a 25 de Abril de 1917 e assumiu a pasta das Finanças, mas começou a ser crescentemente contestado. O Partido Democrático, que governava sozinho, mas com o apoio do Partido Evolucionista, criou uma situação que desagradava aos mais radicais daquele partido. No entanto, Afonso Costa conseguiu derrotar Norton de Matos no Congresso de 3 de Julho. Entre 8 e 25 de Outubro de 1917 visitou as tropas do Corpo Expedicionário Português na Flandres, que tinham sofrido pesada derrota em La Lys a 9 de Abril. No regresso foi preso no Porto a 8 de Dezembro, aquando do golpe de Sidónio Pais.

4.1.4. O Sidonismo (1917-1918)

Não foi surpreendente o golpe que a Lisboa política já esperava e foi liderado por Sidónio Pais que, a 5 de Dezembro de 1917, tomou a Rotunda num gesto de grande simbolismo, dado que este fora o lugar mais emblemático das operações que levaram à implantação da República, sete anos antes. Ora, Sidónio Pais entendia que *aquela república* estava a passar por um esgotamento, sendo necessário capitalizar o verdadeiro espírito republicano que vinha sendo alegada e progressivamente traído, mormente pelos grupos ligados ao *Afonsismo* e ao próprio Afonso Costa. Sidónio Pais não agiu sozinho, nem actuou isoladamente. Tinha consigo algumas facções da direita republicana, mormente os Unionistas de Brito Camacho, mas também Machado dos Santos, inimigo declarado de Afonso Costa, ou ainda e, em primeira linha, os Centristas que agiam mais por um desiderato individual do que colectivo ou grupal e eram, alguns deles, íntimos de Egas Moniz, como era o caso de Tamagnini Barbosa. Por outro lado, também os monárquicos mais conservadores ligados ao Integralismo Lusitano se juntaram ao movimento e consideravam que Sidónio Pais era uma esperança legítima para alcançarem os seus objectivos. (Samara, 2010, p. 371)

O próprio perfil biográfico desta personalidade republicana constituía um garante das suas capacidades. Oriundo de uma família tradicional bracarense, era um militar e conhecia o meio, embora durante alguns anos tivesse deixado o exercício dessa carreira em segundo plano, tornando-se Professor de Matemática em Coimbra, onde se doutorara, e membro da Assembleia Constituinte em 1911. Chegou a ocupar a pasta do Fomento, antes de partir para a Legação Portuguesa em Berlim, cargo diplomático que ocupou até ao regresso a Portugal em 1916. Desconhecia as vicissitudes mais intrincadas da política interna portuguesa, mas essa circunstância jogou, por isso mesmo, a seu favor, dado que não estava exclusivamente

comprometido com nenhuma das tendências anti-afonsistas que se juntaram em seu redor pelo facto de reconhecerem que Sidónio Pais podia ser o denominador comum a todas. O golpe iniciado a 5 de Dezembro de 1917 ocorreu não só porque tinha um líder mas também devido ao facto de as várias direitas não conseguirem de outro modo chegar ao poder, nem por via legal, uma vez que perdiam as eleições, nem através da gorada dissolução parlamentar em favor de um desejado presidencialismo nunca alcançado.



Figura 4
Ecos do golpe sidonista de 5 de Dezembro de 1917 na revista *Ilustração Portuguesa*, de 17 de Dezembro de 1917.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Maria Alice Samara descreve o golpe. Acompanhemos apenas alguns momentos dessa descrição, para, em seguida, caracterizar a República Nova:

Pelas cinco horas da tarde [do dia 5], Sidónio Pais vestiu a farda (...) que não usava havia quase uma vida (...). Chegara a sua hora. Os sidonistas dispunham ainda da sua artilharia civil, homens que pertenciam a centros e/ou grupos republicanos ligados a Machado dos Santos. (...) Machado dos Santos saiu de Viseu, mas ao marchar sobre Coimbra, a caminho de Lisboa, recebeu a notícia de que Sidónio Pais já era vencedor. O ódio de boa parte do povo republicano ao *afonsismo e à política*

de Guerra contribuiu decisivamente para o sucesso do golpe liderado por Sidónio Pais no dia 8 de Dezembro. (Samara, 2010, p. 371)

Afonso Costa e Augusto Soares foram presos e, no dia 12 de Dezembro, Bernardino Machado foi destituído do cargo de Presidente da República. Entretanto, o executivo sidonista começou a formar-se, com a preocupação de reunir várias direitas, estabelecendo um equilíbrio de representação entre elas, incorporando, progressivamente, membros do Integralismo Lusitano. Dentro dos republicanos mais moderados, Brito Camacho não integrou o elenco governativo para poder melhor manobrar à distância.

Para melhor entender o ambiente no qual essas críticas ocorreram convém perceber que o Sidonismo passou por duas fases centrais na sua organização governativa. A primeira ocorreu logo após o golpe e foi caracterizada pelo equilíbrio das direitas. A segunda teve lugar após Abril de 1918 e caracterizou-se por um crescente bonapartismo, ou seja, um presidencialismo, que se queria democrático, mas efectivamente baseado na autoridade do chefe.

Sobre o bonapartismo evidenciado pelo *Presidente Rei* pronuncia-se Armando Malheiro da Silva, acompanhando o desenho indiciário do perfil correspondente desde a fase Decebrista: “A accidental vitória da força armada em Dezembro de 1917, as entusiásticas manifestações populares de Janeiro/Fevereiro de 1918 dirigidas ao homem, ao responsável por essa vitória e ao governante que detinha as rédeas do Poder.” (Silva, 2006, p. 131)



Figura 5
Retrato de Sidónio Pais, o “Presidente Rei”, na capa da *Ilustração Portuguesa* de 11 de Fevereiro de 1918.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Para fazer face ao empobrecimento do país, Sidónio Pais apostou na agricultura e no fortalecimento paralelo das burguesias e oligarquias rurais. Por outro lado, foi criada uma polícia política e efectivou-se a restrição de algumas liberdades. A partir de Outubro de 1918, devido ao insucesso de algumas destas medidas, Sidónio Pais começou a sentir o peso do descontentamento, patente na pressão crescente das oposições. Principiava assim o sentimento de solidão do poder, que conduziu a um endurecimento do regime sem retorno. Exemplo disso, a greve de Novembro de 1918, declarada pela União Operária Nacional, que tinha apoiado anteriormente o Dezembrismo.

Conforme afirma António José Telo:

Em 1918 assiste-se à primeira tentativa consciente do movimento operário, dominado por uma corrente anarquista radical e influenciado pela revolução russa para derrubar o poder do Estado burguês. É uma tentativa falhada como não podia deixar de ser dado a fraqueza e o isolamento do movimento operário na altura, marcada pela ingenuidade da ideologia que o dirige mas igualmente pela sua “pureza” de princípios. (Telo, 1977, p. 8)

Em 14 de Dezembro de 1918 as tensões políticas e sociais e o descontentamento atingiram um limite que conduziu ao assassinato de Sidónio Pais.

4.1.5. Os últimos anos da República (1919-1926)

Os monárquicos liderados por Paiva Couceiro tomaram o poder em Janeiro de 1919, instaurando a Monarquia do Norte, que teve curta duração e antecedentes ainda em vida do *Presidente Rei*. Conforme descreve Fernando J. Almeida:

Morto Sidónio Pais, em 14 de Dezembro de 1918, logo se agravaram as fundas contradições que separavam os seus apoiantes. Em 10 de Janeiro de 1919 rebentou uma revolta em Santarém, a fim de restabelecer a Constituição Republicana. Este acontecimento levou ao fortalecimento da Junta Militar do Norte, que em 19 de Janeiro de 1919 restaurava, no Porto, a Monarquia em Portugal. (Almeida, 1999, p34-35)

Os derradeiros anos da República foram agitados devido às divisões no seio do Partido Democrático e do bloco nacionalista, dominando a incerteza e o paradoxo resultantes da hesitação entre a via revolucionária e os impasses de reconstitucionalização do regime. Luís Farinha traça uma sucinta e incisiva panorâmica das forças em confronto, e confirma a agonia republicana até ao estertor final:

De solução, o regime convertera-se em mais um problema a resolver no país. Chegados a 1921, os dois grandes campos políticos republicanos e democráticos eram, de facto, frágeis, e incapazes de constituírem, cada um por si, uma alternativa política. (Farinha, 2009, p.106)

A República carregava no seu seio o gérmen de um regime ditatorial, transitoriamente encarado como necessário para a regeneração republicana. O ano de 1926 foi decisivo e clarificador:

Chegados a 1926, um último obstáculo — o governo constitucional de António Maria da Silva — seria removido por uma conjugação de golpe militar e de “transmissão legal” de poderes constitucionais pela parte do presidente da República Bernardino Machado ao comandante Mendes Cabeçadas. Forçados por formidáveis constrangimentos económicos e sociais, os homens abdicavam da liberdade em nome de uma República ordeira e ditatorial. (Farinha, 2009, p. 106)

Apesar das fragilidades, dos impasses e das contradições políticas, a I República desenvolveu, ao longo do tempo, um conjunto de medidas educativas, culturais e científicas, condicionadas pela instabilidade partidária e governamental, mas que importa considerar brevemente.

4.1.6. Educação, cultura e meio sócio-cultural lisboeta durante a I República (1910-1926)

Desde o primeiro governo provisório, foram realizadas reformas relevantes nos diversos graus de ensino. O infantil ganhou autonomia, enquanto o primário se tornou gratuito e obrigatório entre os 7 e os 10 anos, revelando a preocupação de se tornar acessível a todos e universal, massificando-se. O ensino primário dividiu-se em elementar, complementar e superior, embora este último nunca se tenha generalizado, evidenciando avanços e recuos, devido à escassez de meios materiais, generalizada a todo o projecto educacional que, embora nem sempre tenha conseguido a implantação almejada, registou progressos assinaláveis, mormente a nível da configuração legislativa inovadora. O ensino primário era descentralizado, cabendo aos municípios, concertados com os governos, a sua gestão e administração. O número de escolas e professores não deixou de aumentar ao longo de todo o período republicano. Ao nível da instrução secundária tentou-se aproveitar as infra-estruturas e o espírito da reforma de Jaime Moniz, levada a cabo entre 1894 e 1895, ainda durante a Monarquia Constitucional. O ensino superior, por seu turno, sofreu um grande impulso. Foram criadas novas universidades em Lisboa e Porto, acabando assim o monopólio de Coimbra nesta matéria. Acresce que também se assistiu ao surgimento de diversas faculdades, nomeadamente as de Letras de Lisboa e Porto, aquela na

sequência da extinção do Curso Superior de Letras que aí existira, onde Fidelino de Figueiredo e alguns colaboradores da *Revista de História* se formaram. Note-se que uma das primeiras notícias da Secção de Factos e Notas da *Revista de História*, no ano de estreia, respeita à criação recente das Faculdades de Letras, às quais são opostas resistências, subtis e discretas mas efectivas, colocando-se em causa a novidade constituída pelas escolas normais e a massificação no acesso ao processo de ensino-aprendizagem.

Num plano mais informal e menos institucionalizado, mas ainda na senda da contestada democratização cultural, convém assinalar a criação das Universidades Livres (1912) e Populares (1913). A publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo regista, de modo fugaz, as primeiras, mas omite as segundas, por ser adversário da massificação.

Passamos agora a analisar sumariamente o meio sócio-cultural de Lisboa entre 1910 e 1926, muito concentrado em torno do Chiado e da Academia de Ciências de Lisboa, por onde tinham que passar aqueles que quisessem deter um poder cultural e político assente numa base literária. No entender de Luís Trindade, durante a década de 10, a “coincidência entre o literário e o político deu à forma como o jovem Fidelino (de Figueiredo) entrou no campo (literário) uma posição (política). Em 1910 publicara uma *História da Crítica Literária em Portugal*.”

Entre 1919 e 1926, assiste-se, no meio cultural constituído pelo Chiado lisboeta, a uma progressiva substituição da liderança de Júlio Dantas pela crescente influência do idealismo racionalista de António Sérgio e, noutro sentido, do Modernismo de António Ferro. (Trindade, 2008, p. 152) No entanto, este era olhado com desconfiança e algum medo pelos cultores do Neo-garrettismo, que até 1923 tinham bastante poder. Acontece que Sérgio começou a entrar no espaço cultural que lhe era hostil através de uma revista que dirigiu, denominada *Homens Livres*, onde também colaboravam integralistas. Entre 1926 e 1933, o Chiado já não era, definitivamente, controlado por Júlio Dantas: “O momento da transição política para o autoritarismo corresponde a uma profunda redefinição do campo literário.” (Trindade, 2008, p. 227)

Contudo, através da História, da tradicional político-literária, à dos Descobrimentos, a Historiografia praticada na *Revista de História* (1912-1928), dirigida por Fidelino de Figueiredo, órgão de informação e comunicação da Sociedade Nacional de História/Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, mantém certas ressonâncias do contacto com alguns dos ideais sócio-culturais presentes nalgumas correntes literárias neo-românticas vigentes entre 1910 e 1926, estudadas por José Carlos Seabra Pereira: “Ao arrepio da herança anterioriana [De Antero de Quental] e da paideia sergiana, como o Neo-Romantismo e as suas três correntes (vitalista, saudosista e lusitanista)”. (Pereira, 2010, p. 3)

4.1.7. A Ditadura Militar

O regime ditatorial, inaugurado a 28 de Maio de 1926, quando o General Gomes da Costa ordenou a descida dos militares até à capital, consagrava uma série de princípios conjugados, como o reforço do poder executivo e, por consequência, o fim do parlamentarismo. Todavia, segundo Luís Bigotte Chorão, a existência isolada destes pressupostos teria sido insuficiente para a sustentabilidade do golpe militar, dependente, em seu entender, da gestão que o regime fez das suas contradições internas. Prova disso, a escolha para Presidente da República do General Óscar Carmona que se comprometeu, em nome dos interesses que o colocaram no poder, a honrar os valores da Ditadura e pugnar por uma nova ordem constitucional e jurídica:

Tendo sido recorrente na história contemporânea portuguesa o fenómeno da interrupção da normalidade constitucional, o Movimento de 28 de Maio bem poderia ter passado o registo dos anais pátrios como mais um momento caracterizado pelo reforço da autoridade dos executivos. António de Oliveira Salazar, que veio a ser convidado para a pasta das finanças e a ter um papel decisivo no conspecto da Ditadura Militar não foi o autor do princípio orientador desta, que congregou não apenas forças militares, mas também civis à sua volta. Salazar teve precursores que tornaram possível a sua acção. Diga-se que o movimento no qual ela se enquadrou estruturou-se em torno de uma combinação da competência técnica dos governantes, com um perfil político não despiciendo. O general Carmona contribuiu para a construção de uma imagem de Oliveira Salazar como o salvador da pátria, mas houve momentos em que aquele reconheceu que os seus antecessores se eximiram a cuidar apenas da ordem pública, preparando terreno em matérias como a justiça. (Chorão, 2010, p. 9)

4.2. Os jornais noticiosos e de informação geral

4.2.1. Antecedentes, linhas de força, constantes e rupturas

Os jornais noticiosos e de informação geral tiveram uma gestação que remonta à segunda metade do século XIX e que torna a sua classificação densa e difícil, estudada por Jorge Pedro Sousa. O primeiro entre eles a ser fundado foi o *Diário de Notícias* no ano de 1864. Procuravam os jornais pertencentes a esta tipologia distanciar-se dos da primeira metade do século, que eram essencialmente políticos, combativos e opinativos, possuindo, não raro, um tom ou pendor literários, que lhes condicionava a matriz e imprimia um estilo por ela influenciado, onde a subjetividade irrompia amiúde e era por vezes dominante. O *Diário de*

Notícias e outros periódicos primavam por um esforço crescente de procura da objetividade e da verdade, sem comprometimento político explícito. No entender de Sousa:

A Regeneração, a partir de 1851, influiu nesta mudança, bem como a Industrialização. Se bem que a imprensa opinativa e combativa continuasse, portanto, a ter um lugar relevante no campo jornalístico português, até porque, apesar do rotativismo dos principais partidos no governo, a situação política se manteve instável, rapidamente alguns empresários portugueses se aperceberam do lucrativo negócio que constituía a imprensa popular noticiosa, neutral, de baixo preço e difusão massiva já existente noutros países. Por mão da iniciativa privada, Portugal viu, assim, transfigurar-se o cenário jornalístico. Começaram, então, a aparecer em Portugal jornais populares noticiosos, direcionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens (à escala do Portugal de então), baixo preço por exemplar (custos sustentados pela publicidade), linguagem clara e acessível, que não discutiam nem polemizavam, que não seguiam aparentemente qualquer linha política, antes procuravam relatar factos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objetividade possíveis. Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias*, de 1864, que ainda hoje se publica, ostentando o orgulhoso título de decano dos diários portugueses, é o primeiro expoente, inaugurou-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial. A imprensa passava, também em Portugal, a ser perspectivada como um negócio, como uma *indústria* semelhante às demais. Este novo entendimento da *imprensa como negócio* proporcionaria a matriz em que se sustentaria o desenvolvimento do jornalismo nos tempos vindouros. Com o jornalismo industrial, porém, a política, razão de ser e matriz dos jornais combativos e partidários que dominavam hegemonicamente a paisagem jornalística de então, passaria a ser relegada para segundo plano ou, pelo menos, para um plano em tudo semelhante ao dos restantes assuntos do quotidiano, como os casos de polícia, os assuntos sociais e similares. (Sousa, 2016, pp. 142-143)

Isto não significa que a novidade tenha imposto apenas uma ruptura, coexistindo, de modo complexo e ambíguo, com aquilo que vinha substituir. Fundado pelo empresário Eduardo Coelho e pelo seu amigo Tomás Quintino, o *Diário de Notícias* era diferente na estrutura, dado que tinha redação e repórteres, no estilo (conciso, preciso, claro e simples), mas também na forma (com paginação a 4 colunas), aproximando-se de um tablóide, apresentando preços acessíveis, 10 réis. Dirigia-se a um público abrangente e popular e encarava a sua missão como um negócio. Sousa sintetiza bem estas características do *Diário de Notícias*:

O primeiro número do *Diário de Notícias*, lançado pelo jornalista e empresário Eduardo Coelho e pelo seu sócio Tomás Quintino, empresário de tipografia, surgiu a 29 de Dezembro de 1864 (número de apresentação), tendo a sua venda em banca começado no início de 1865. Era um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (noticiosos), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma, nomeadamente no aspeto (paginação a quatro colunas), na

dimensão (que já era *de jornal*, sensivelmente semelhante aos atuais tablóides), e ainda no preço (dez réis por exemplar, menor ainda quando vendido por assinatura). A sua concepção era empresarial, buscando lucro nas vendas e na publicidade (logo no primeiro número, o jornal anunciava que se recebiam anúncios a vinte réis a linha). Esta renovada e contemporânea perspetiva do jornalismo noticioso, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado essencialmente como negócio. (Sousa, 2016, pp. 148-149)

Também em Lisboa, começou a publicar-se em 1881 *O Século*, com precioso contributo de Magalhães Lima, que o fundou e dirigiu desde a primeira hora. Quinze anos volvidos, a direcção passou para Silva Graça, que lhe imprimiu novas características. O jornal deixou de ter uma natureza iminentemente política para se basear na informação de cariz generalista, com implantação local, através do recurso a correspondentes e afirmando uma vocação empresarial, impulsionada pelo facto de exibir o maior número de tiragens entre os seus congéneres, chegando a atingir, em 1908, 160.000 exemplares, situação que lhe permitiu congregar projectos editoriais como *A Ilustração Portuguesa* ou a *Modas e Bordados*.

Por seu turno, o *Jornal de Notícias*, nascido em 1888, aprofundou algumas das linhas de orientação e actuação do *Diário de Notícias*, ainda que tenha surgido como apoiante do Partido Regenerador. Preocupava-se com um jornalismo objectivo, mas atento às necessidades das populações mais carenciadas. Tinha uma secção com anúncios para suprir as necessidades de trabalho dos desempregados e, em 1889, manifestou-se contra as restrições impostas à cidade do Porto aquando da Peste Bubónica e a favor dos mais carenciados, através da iniciativa *O Natal dos Pobres*. Por outro lado, apoiava o principal clube da invicta, desde o início do século XX, e conquistava a atenção do público feminino.

Respectivamente anterior ao *Diário de Notícias* e pouco posterior a este jornal, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* transformaram-se gradualmente, forçados pelo sucesso dos jornais generalistas. *O Comércio do Porto*, surgido em 1854, dedicado desde sempre a assuntos de natureza comercial e industrial, manifestou-se atento a novas notícias, enquanto *O Primeiro de Janeiro*, de 1868, que começou por ter teor noticioso e político, tornou-se generalista comercial e devotou-se a questões da intelectualidade no dealbar do século XX, como confirma Sousa:

O sucesso dos jornais noticiosos generalistas “industriais” obrigou alguma imprensa a adaptar-se à nova situação, reorientando a sua linha editorial. Dois casos sintomáticos ocorreram no Porto. *O Comércio do Porto*, que tinha nascido, em 1854, essencialmente para veiculação de informação comercial e industrial, abriu-se a novos conteúdos noticiosos, transformando-se, gradualmente, num jornal de informação geral. Por seu turno, *O Primeiro de Janeiro*, fundado em 1868, nasceu como órgão simultaneamente político e noticioso, mas também evoluiu para um diário generalista comercial e, já no século XX, tornou-se o grande jornal de referência da intelectualidade do Norte de Portugal. (Sousa, 2016, p. 159)



Figura 6
Primeiro número do *Diário de Notícias*, de 29 de Dezembro de 1864, título que funda em Portugal o jornalismo popular, sem filiação partidária.
Fonte: Col. Álvaro Costa de Matos.



Figura 7
Silva Graça retratado na *Ilustração Portuguesa* de 19 de Julho de 1915, um dos suplementos do "seu" jornal *O Século*.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

A ideia segundo a qual a imprensa periódica na e da I República, mormente através dos jornais, se limitou a fazer eco da conjuntura, ou a ser dela instrumento, desempenhando face aos acontecimentos políticos, económicos, sociais e culturais um papel secundário e subsidiário, acrítico ou subalterno, resulta no mínimo apressada, não possuindo, as mais das vezes, qualquer adesão às realidades históricas multímodas. Mesmo se e quando tal subjugação aconteceu pode ter ocorrido por razões de sobrevivência, de estratégia transitória, ou outras.

Muito antes do 5 de Outubro de 1910, nas últimas décadas do século XIX, mas também após 1910, parte da imprensa foi não só solidária com o ideário republicano, como ajudou a construí-lo e a propagá-lo, contribuindo de forma determinante e determinada para a sua disseminação, apesar desta se ter centrado mais fortemente nos principais centros urbanos. Acresce que a imprensa funcionava como contrapoder relativamente à Monarquia, auxiliando o Partido Republicano a implantar-se gradualmente no terreno, mau grado as dificuldades sentidas, contribuindo decisivamente para a implementação da I República, conforme comprova Álvaro Costa de Matos (2017, pp. 233-309), cuja argumentação se aplica, de formas diversas, aos jornais de informação geral, como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e o *Primeiro de Janeiro*. Também se destaca *A Capital: diário republicano da noite*, periódico que servirá de plataforma privilegiada de análise neste estudo. Matos explica as razões do sucesso da imprensa durante esse período histórico, assente em vários factores e diversas linhas de força. Cumpre destacar cada um deles:

1.º Desde logo, a elevação do nível de cultura das populações, quer nos grandes centros urbanos, quer na província, corolário dos progressos verificados na luta contra o analfabetismo. Apesar de Portugal possuir uma das mais altas taxas de analfabetismo da Europa, a rondar os 80%, no fim do século XIX, a massa de leitores não deixou de aumentar por todo o país, concretamente nas cidades. Consequentemente, o hábito de ler jornais espalhava-se e radicava-se no público, embora ainda continuasse a ser frequente a sua leitura em voz alta em pequenas vilas e aldeias, perante assistências heterogéneas de povo analfabeto, que ouvia e comentava. (Matos, 2017, p. 236)

No entender de Matos, o primeiro factor foi a elevação do nível de cultura das populações, destacando, em segundo lugar, a crescente politização da opinião pública:

2.º Não menos importante foi a crescente politização da opinião pública, fenómeno que vinha de trás e que resultou do novo entendimento que os diferentes partidos políticos actuates tinham do papel da imprensa. Esta transformou-se no mais importante instrumento de acção e no principal veículo de afirmação dos partidos políticos. Eram os jornais, portanto, quem marcava a agenda política e pressionava ou defendia os governos. Eram eles os grandes formadores da opinião pública. E era neles que se formavam os futuros quadros políticos do país, criando “a nova e importante classe dos jornalistas, na qual entraram, ou nela se formaram, poetas, historiadores, críticos,

filósofos e homens de grande valia nas ciências e nas letras e dela saíram para as cadeiras das câmaras ou dos ministérios e para os mais altos lugares do Estado.” (Vasconcelos, 1859) A criação de jornais como órgãos dos partidos ou movimentos políticos, fossem eles republicanos ou monárquicos, católicos ou operários, continuou a ser uma constante na I República. Tal como as tentativas de controlo da imprensa, evidentes nos períodos de censura prévia, como na I Guerra Mundial, mas igualmente presentes naqueles períodos em que a República não suprime a liberdade de imprensa, de direito, mas vai atentar contra ela, de facto, seja através da repressão das autoridades administrativas, judiciais ou policiais, seja através da repressão feita na rua contra os jornais, os jornalistas e as suas redacções, como iremos ver. Mas tais expedientes, embora colocassem graves problemas aos jornais, não impediram que estes continuassem a aparecer, fruto de várias estratégias de resistência, como o recurso ao subterfúgio, usual e legal, na época, de continuar o jornal censurado com outro título. (Matos, 2017, pp. 236-23)

A melhoria das vias de comunicação e das relações postais também deve ser ressaltada:

3.º A melhoria das vias de comunicação e das relações postais foi outro factor importante na expansão dos jornais durante a I República. Os jornais eram distribuídos com mais facilidade e rapidez, dos centros (Lisboa e Porto) para as periferias. O aparecimento do telégrafo e a sua utilização pela imprensa também deu uma importante ajuda, permitindo a colocação de correspondentes na província. Com isso, os jornais obtiveram uma informação mais alargada, o que era fundamental para conquistar leitores cada vez mais exigentes, com diferentes interesses, ávidos de novidades. (Matos, 2017, pp. 237-238)

Por outro lado, a tecnologia também se desenvolveu muito:

4.º O aumento da procura estimulou, em contrapartida, a importação de tecnologia, facilitando igualmente a fundação de periódicos. Os jornais equiparam-se com as melhores máquinas para satisfazer uma procura que não parava de crescer. Apareceram as máquinas rotativas de grande tiragem: primeiro as Marinoni, seguindo-se-lhes as potentes Augsburg, de duas bobinas. A composição mecanizou-se, com a introdução da máquina Linotype. Cada uma destas máquinas executava o trabalho de cinco compositores manuais. Consequentemente, as tiragens dispararam e os preços baixaram: em 1900, as máquinas do diário *Novidades*, de Lisboa, permitiam que se imprimisse um exemplar cada três segundos; a partir de 1903, o *Diário de Notícias* passou a ser impresso na grande máquina rotativa Augsburg, com uma tiragem de 24.000 exemplares por hora (4 ou 6 páginas); o preço dos grandes jornais desce de 20 a 30 réis para 10 réis. A imprensa entrava, assim, na sua fase industrial, acompanhando o crescimento geral da nossa indústria, que se acelerou no último quartel do século XIX. (Matos, 2017 p. 238)

Finalmente, Matos salvaguarda as mudanças de estilo jornalístico:

5.º Mas não foi só a organização da imprensa que mudou, começou a mudar também, ainda que lentamente, o seu estilo. Durante a segunda metade do século XIX, nomeadamente a partir de 1865, vimos desenvolver-se entre nós a imprensa popular, sem filiação partidária, por oposição à imprensa de opinião. Baixados os preços, importava agora dirigir o jornal a uma mais vasta camada de leitores, não como um jornal de opinião, mas meramente noticioso. Abandonou-se a discussão, a polémica, o combate, e privilegiou-se o entretenimento, a notícia, a informação — principal preocupação e objectivo do novo jornalismo. Um dos exemplos mais flagrantes deste novo jornalismo popular, ou talvez até seu fundador, foi o *Diário de Notícias*: fundado em 1 de Janeiro de 1865 por Eduardo Coelho, tinha como objectivo central “interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas [custava apenas 10 réis] e compreensível a todas as inteligências”, como anunciava o seu número-programa de 19 de Dezembro de 1864. (Matos, 2017, pp. 238-239)

Importa sublinhar que, desde o seu início, a I República tentou estabelecer uma cisão face à Monarquia, desde logo no que tange a dimensões fundamentais no plano simbólico, como são o hino, a bandeira e a moeda, mas também relativamente a dois esteios daquela que pretendia ser a nova arquitectura político-jurídica e religiosa, assente na Lei da Separação do Estado e da Igreja e na Constituição de 1911.

No entanto, vigoravam tempos de instabilidade política, sendo o parlamento e a rua os palcos preferenciais das contendidas e a imprensa um veículo fundamental desses combates e da situação vivida:

Resultou daqui uma grande instabilidade política que marcaria profundamente a I República, patente nos sucessivos governos e nas constantes insurreições, golpes e contragolpes, revoltas e conspirações que lhes punham termo: no curto espaço de 16 anos tivemos nada menos do que 45 ministérios! Só entre Janeiro de 1920 e Julho de 1921 houve 11 governos! Tudo isto formou um caldo cultural propício à proliferação de jornais. A luta política, feita na rua e no parlamento, tinha também como principal palco a imprensa, com destaque naquela que era mais facciosamente partidarista. A polémica fazia-se sobretudo no jornalismo ideológico: debater as questões políticas, culturais ou religiosas tornava-se uma rotina no quotidiano da imprensa escrita. Era, até, um sinal de prestígio intelectual: ao escritor ou jornalista que acreditasse na justeza dos seus ideais políticos competia “fazer do jornal uma arena e da palavra a farpa implacável que derrubasse a *tolice com cabeça de touro*”, como recordava Eça de Queirós, na advertência ao leitor de *Uma Campanha Alegre*, de 1890. (Matos, 2017, p. 243)

Em seguida, aborda-se o jornal *A Capital: diário republicano da noite*, que será encarado como estudo de caso, no conspecto dos jornais de informação geral.

4.2.2. O jornal *A Capital* (1910-1926)

N ‘*A Capital: diário republicano da noite*, vários acontecimentos são noticiados e analisados. Cumpre destacar alguns deles, de modo a ressaltar a importância das narrativas jornalísticas, não apenas no que respeita à descrição das situações, do que se passou, mas também para a construção da realidade que se relata. Nessa medida, o editorial do dia 5 de Outubro de 1910 demonstra as emoções vividas e o modo como interferem na percepção e na escrita que delas resulta, reconhecendo a magnitude e dificuldade da tarefa, patentes na forma interrogativa e nas incertezas relativas ao momento de comoção e ansiedade, que condicionam e perturbam o discurso jornalístico, consciente da complexidade do esforço intelectual requerido, da necessidade de se ser objectivo, proporcional aos constrangimentos impostos pela comoção, suficientes para suscitarem a explicitação de uma assumida auto-reflexão: “O que escrever quando os olhos ainda se enublaram de lágrimas de emoção, e o peito ainda palpita com a vibração de uma ansiedade enorme que o agitou durante estes dias de glória e tragédia?” (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)



Figura 8
Primeira página do 1.º número do jornal *A Capital* (1 de Julho de 1910).
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Convém notar, desde logo, que a visão é um dos sentidos que um jornalista não pode dispensar e ainda mais quando, como aqui, comparece enquanto testemunha ocular dos acontecimentos, sendo simultaneamente alguém que vive e descreve o que vê, numa dupla condição. Faz parte da informação, dela participa e dá conta, não se poupando a abundante adjectivação, que sublinha a singularidade do que se está a passar e a insuficiência sentida da transposição para palavras da realidade, sendo que aquelas revelam, dentro de possível, a ambiguidade do que se vive, descrito como algo situado entre a *glória* e a *tragédia*, afastando a ausência de conflitualidade ou qualquer ilusão de um ambiente plena ou essencialmente pacífico:

Quem viveu esses dias inolvidáveis, únicos de vida, não julga possível traduzi-los ainda na expressão mais bela e mais sentida da palavra humana. Em presença destas situações excepcionais reconhecemos que tudo quanto delas é miragem ténue que mal se descortina, ao pé da viva, esplêndida realidade. O que julgamos um sonho ideal do nosso espírito, não é mais do que a recordação de páginas históricas que o estilo em harmonia exprimiu, que a imaginação em beleza corporizou, mas que não passa duma literatura especial, sem dúvida apta a encantar-nos os sentidos, mas que não nos conquista profundamente a alma. Isto não! Isto é vida, com as suas ásperas lutas, as suas espirituais afirmações, as suas sentidas crenças, os seus emocionantes entusiasmos, as suas rudezas majestosas cujas arestas se recortam no granito. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

O discurso patente no editorial d'*A Capital* do dia 5 de Outubro de 1910 é particularmente sugestivo e complexo, resultando paradoxal. No plano das intenções, recusa idealizações, projecções efabulatórias, contrapondo-lhes a urgência de realidade. Contudo, esta bipolarização engendrada discursivamente, aparentemente assente na rejeição de uma *literatura especial*, cede e repõe aquilo a que se opõe e que critica, referindo-se, em linguagem metafórica, revestida de um pendor geométrico, ao *recorte das arestas de rudezas no granito*. Quem, imprudentemente, julgasse erradicada a incandescência de um jornalismo romântico, de reminiscência oitocentista, depressa se desiludiria diante de oximoros que se precipitam perante um fervor demonstrativo, mas que dispensa factos e pormenorizações dos acontecimentos. Acumulam-se as sinestésias e o vigor que delas emana:

Isto é a dor que purifica, o Martírio que exalta, o heroísmo que engrandece, e a alegria que ilumina. Isto são todas as crispações que podem torcer os nervos, e todas as comoções que podem fazer pulsar o coração. Isto é a história vivida; isto é a humanidade surpreendida no preciso momento em que galga uma das suas etapas. Isto é o que quer que seja de misterioso, formidável e enternecedor a um tempo em que julgamos entrever as verdades do destino a palpar as formas nebulosas do futuro. Perfila-se um discurso permeável a uma toada profética, que desenha uma teleologia na qual o destino parece desafiar as incertezas do futuro. O normal curso da história acelera, salta-se alegadamente uma etapa. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

Em seguida, a implantação da República é comparada a uma mulher em trabalho de parto, tal o fulgor genesíaco com que é descrita, sem se esquecer a cena bíblica:

Acabamos, como a bíblica mulher criadora, de sofrer e gozar as dores de um parto, e com o sangue que derramamos, entre as carnes dilaceradas, um prazer infinito nos delicia e entenece, ao contemplar o puro, gentil ser de formosura em que, depois de tanto sofrimento e angústia, vemos alvorecer um sorriso. A República brota das entranhas do povo. Gerámo-la na miséria e na servidão, na ignorância e na tristeza, no mistério e na luta, e cruzando-lhe sobre o berço as lâminas das espadas, vamos criá-la para as palmas da paz. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

Importa assinalar a utilização da palavra povo num sentido genérico, sem especificações ou indicações mais concretas, tanto ao nível social e económico, como também de um ponto de vista político. O mais importante, segundo o editorial d' *A Capital*, era salientar uma ligação sem cesuras, divisões ou hesitações, do povo à revolução republicana, situando-o nas origens do ímpeto revolucionário. Acresce que este impulso não esteve isento de manifestações de natureza bélica, ainda que com o intento de assegurar a paz. Defende-se um pacifismo que se não reveste de um cariz utópico, sendo necessário empregar os instrumentos da conflitualidade com pragmatismo para que, com esforço, aquele desígnio se cumpra, superando obstáculos.

Fernando Catroga sublinha as implicações do conceito de povo, desde a propaganda republicana, concretizando o substrato que não impediu a sua consideração genérica e sem pormenorizações no jornal *A Capital* do dia 5 de Outubro de 1910, num momento em que interessava captar energias e forças difusas, mais do que indagar caracterizações profundas, dado que o apelo mobilizador e a vontade de que a revolução surtisse efeito se tornavam mais urgentes naquela hora:

Neste modo de pensar, o “povo” era configurado como um corpo a que uma alma nacional, traduzida nos hábitos e costumes (Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, José Leite de Vasconcelos, etc.), dava conteúdo, o que lidava mal com as teses voluntaristas acerca da génese da nação (Herculano), ou sobre a nacionalidade (Antero). E esta característica é importante para se entender melhor os limites da fundamentação cívica da ideia de nação no republicanismo português. É que esse fundo positivista (e etnológico) obrigava a que a apreensão da sua índole devesse ser “deduzida da realidade das coisas”. Como se vê, estava-se bem longe da definição, predominantemente contratualista, que Renan (*Qu'est qu'une nation*, 1882) deu sobre a ideia de nação, ao caracterizá-la como um plebiscito de todos os dias. O povo feito nação seria, portanto, uma força colectiva e anímica, que moveria a história a caminho da democracia (sua vocação e destino secular), inevitabilidade a que se tinham oposto (ou estavam a opor-se) movimentos de vária origem. (Catroga, 2010, pp. 99-100)

Na sua edição de 5 de Outubro de 1910, *A Capital* apela ao sentimento patriótico, sem o designar como tal directamente. Todavia, convoca-o num plano simbólico como eixo decisivo da revolução em curso, alicerçando nele uma atitude pedagógica e educativa. No entender de Fraga:

A mudança política ocorrida em Outubro de 1910, em Portugal, pretendeu configurar, também, uma alteração no regime militar nacional. A ideia de Nação em armas implicava a reforma de mentalidades, especialmente as masculinas, de modo a gerar um sentimento geral de patriotismo, criando uma simbiose entre República e Pátria. O patriotismo seria o respaldo dos republicanos tal como o cidadão armado seria o defensor da Pátria: uma Pátria necessariamente republicana. Num país onde os alfabetizados não iam além de 25% da população impunha-se encontrar processos expeditos para conseguir adesão das massas mais ignaras às ideias de Pátria e, especialmente, de República e de Nação em armas. O republicanismo tinha de ser a continuação coerente de uma Pátria com quase oitocentos anos de Monarquia ao mesmo tempo que era a esperança num futuro diferente, moderno e esclarecido. (Fraga, 2012, p. 1)

A República é encarada como filha de um colectivo ao qual o editorial em análise não se refere explicitamente, mas substitui essa referência pela assunção de um pronome possessivo com valor vincutivo e de afirmação de pertença:

É nossa filha — é ao sentimento dos pais, reto como o dever, e ao sentimento das mães, doce como o amor —, que estas palavras se dirigem para que lhe apreendam bem o grau de dedicação de selvagem paixão, que ao ser, fruto do nosso ser, temos de consagrar a vida inteira, enquanto uma nova treva de energia nos alimentar o peito. É nossa filha, filha das horas austeras de sacrifício, dos sonhos gloriosos do ideal, da esperança num progresso contínuo, que gradualmente assegura a humanidade sofredora, a profícua e plena posse dos seus destinos e da sua filha. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

A expressão *treva de energia* parece remeter para o impasse vivido a 5 de Outubro de 1910, momento no qual se instalavam e dominavam a dúvida e a incerteza, contrariadas por um fervor revolucionário sem contemplanções ao nível retórico, tanto maior quanto era necessário enfrentar e disfarçar as inseguranças e reticências vigentes, sublimando-as e suturando-as através de um ímpeto expresso de modo enfático e hiperbólico.

Nesta perspectiva, exprime-se um desejo de progresso contínuo, na senda dos valores propugnados pela Revolução Francesa, e na busca da perfectibilidade humana, uma das bases do ideal republicano. Como diz Catroga:

Postulando a crença na perfectibilidade humana e no progresso indefinido, pode dizer-se que, com a fé na cientificidade da lei dos três estados, ou, pelo menos, com o convencimento de que só a ciência podia trazer conhecimentos emancipatórios (porque seriam os únicos que estariam em consonância com as exigências da evolução social), se visava afiançar o velho optimismo iluminista e a sua respectiva paideia, já presente na Revolução Francesa (Condorcet), mas agora reactualizada pela política escolar de Jules Ferry e da III República francesa, sob a divisa ensino obrigatório, gratuito e laico. (Catroga, 2010, pp. 99-100)

No entanto, no editorial d'*A Capital* não se fazem referências directas a um ensino a haver, certamente projectado, nem às suas fontes doutrinárias. Tal não impede, todavia, que um sentido ainda pouco nítido de afirmação da Paideia comece a esboçar-se nas palavras proferidas, dotadas de um tom apologético, pouco distante do panegírico em louvor de uma vontade de unidade e coesão, dando a sensação de que a 5 de outubro de 1910 a República está concretizada. As palavras que se seguem erigem o seu autor, em causa própria, como testemunha privilegiada da realidade, sobressaindo do seu discurso um povo que assoma unido por uma mesma vontade e aspiração, patentes na aclamação do regime nascente:

A República nasceu. A República está feita. No próprio momento em que escrevemos passam sob nossas janelas, soldados e civis, homens, mulheres e crianças entoando, como num coro, a mesma aclamação frenética ao régimen que alvorece. É a imagem nítida de um povo, irmanado numa mesma vontade, numa mesma aspiração, a que perpassa perante os nossos olhos. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

Sendo o jornalismo praticado no editorial d'*A Capital* contemporâneo dos acontecimentos sobre os quais se debruça e não se limitando, por isso, a fazer deles eco ou ressonância, participa da respectiva construção, resultando muitas vezes difícil discernir o sujeito da notícia ou o seu objecto, passíveis de coincidência, coabitação ou, pelo menos, paralelismo. Torna-se temerário considerar que nos encontramos perante casos de metajornalismo, circunstância difícil de comprovar quantitativa e qualitativamente, em profundidade e extensão. No entanto, existem casos curiosos, a coberto, todavia, de ambiguidade estatutária ou indistinção, mas, ainda assim, comprovativos de uma concomitância, denotando a presença de jornalistas nos momentos decisivos da revolução.

Convém evitar e não forçar anacronismos que lancem a confusão, reconhecendo que o facto do jornalismo se tornar notícia se alargou e aprofundou nas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI. Ainda assim, as palavras de Madalena Oliveira, referentes à actualidade, podem favorecer um exercício comparativo que respeite e meça distâncias, mas alimente sem dogmas relações de cariz reflexivo:

Dizem os clássicos manuais de jornalismo que o jornalista nunca é notícia. Este princípio, que radica na concepção do jornalismo como um observador ou supervisor dos poderes constituídos (legislativo, executivo e judicial), manteve a imprensa afastada dos adágios de vigilância com que ela sempre se impôs aos mais diversos actores sociais. Ora, recusando encarar o próprio jornalista como agente de acontecimentos que deveriam ser notícia, o jornalismo descuidou, durante séculos, a hipótese que colocávamos atrás de ser ele próprio a manifestação de um poder tão ou mais proeminente que o dos legisladores, governantes ou juizes. (Oliveira, 2007, pp. 247-248)

A 5 de Outubro de 1910, o papel desempenhado pelo jornalista Carlos Calixto é noticiado em dois momentos, não se eximindo o redactor da informação de aludir à partilha de ofício:

O nosso colega Carlos Calixto anunciou a proclamação da República em Lisboa e em breves palavras pediu ao povo para que fosse ordeiro e tolerante, que não esquecesse que a República é um governo da ordem e da liberdade e que seria indigno de ser cidadão da República todo aquele que praticasse qualquer acto de desordem ou de intolerância (...). Em Paço d'Arcos houve novas e calorosas ovações, especialmente em frente a casa do nosso colega Carlos Calixto, cuja família espargiu (sic) muitas flores sobre a multidão. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

Importa salvaguardar que Carlos Calixto desenvolve uma actividade que conjuga amiúde, mas aqui de modo particularmente impressivo, o dever de informar e o imperativo ético da cidadania, sendo simultaneamente jornalista e cidadão, pelo que resulta natural que num momento revolucionário reproduza e duplique parcialmente a sua função profissional, anunciando uma proclamação. Pode observar-se um desvio semântico face ao mais comum acto de informar, fruto dos tempos turbulentos que estavam a ser vividos.

Ainda assim, Carlos Calixto comparece como cidadão e agente cívico, que veicula os valores republicanos, consubstanciados na defesa da ordem e da liberdade. Mais interessante se torna verificar que, conforme se refere na segunda notícia, o jornalista não se limitara a um acto isolado, repetindo-o perto de casa, desta vez com o envolvimento da família, demonstrativo de uma adesão ao regime republicano sem hesitações. Não se entra em pormenores da esfera privada, do foro pessoal ou íntimos, mas demonstra-se o comprometimento cúmplice da instância familiar.

Carlos Calixto não se transformou em objecto de crítica por ser sujeito da notícia, situação mais comum no jornalismo dos dias de hoje. No entanto, desenvolveu uma actividade jornalística que exerceu sob o signo da conciliação com a cidadania. O diagnóstico de Madalena Oliveira para os dias de hoje não se lhe aplica, mas deve ser ressaltado, de modo a sublinhar a natureza complexa e a importância da sua actuação e de outros jornalistas seus contemporâneos: “De sujeito a objecto de crítica, portanto, o jornalismo e, concomitantemente, os jornalistas descobrem-se então sob o olhar ajuizador de um público cada vez

mais exigente e menos condescendente às anomias da informação.” (Oliveira, 2007, p. 318)

Do ponto de vista da construção da narrativa, o editorial d'*A Capital* de 5 de Outubro de 1910 parece privilegiar um estilo apologetico e interpretativo face à República nascente. A tentativa de rasura do impasse e da incerteza vigentes passa por estratégias de apagamento de angústias e reticências que pudessem ser confirmadas por um discurso descritivo, maioritariamente preterido, já que, mesmo quando este pode irromper e insinuar-se, surge em função de uma agenda ideológica que cauciona e legitima a República, apagando hesitações, contradições, reveses, em função de uma marcha vitoriosa que cumpre destacar. Na parte noticiosa da edição de 5 de Outubro, o esforço informativo alinha por um diapasão mais descritivo, factual, em busca da verdade dos acontecimentos, mas desagua, apesar deste estilo, numa mais complexa e menos óbvia confirmação dos louvores à República.

Outro acontecimento importante a ter em conta pela sua complexidade político-militar, com repercussões sociais relevantes, foi a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, primeiro em Angola e Moçambique, em 1914, e dois anos volvidos em cenário europeu. Este estudo debruça-se apenas sobre o primeiro país referido.

Luís Barroso salvaguarda que quando Alves Roçadas foi designado, por Pereira d'Eça, ministro da Guerra, comandante da expedição, ambos sabiam da inferioridade de meios portugueses relativamente à Alemanha, mas era preciso marcar posição do lado da Inglaterra no xadrez da guerra, apesar de resistências populares, e reforçar internamente o regime republicano:

Quando, em 18 de agosto de 1914, o tenente-coronel Alves Roçadas foi designado comandante da expedição pelo ministro da Guerra, o general Pereira D'Eça, ambos sabiam que o Exército não tinha capacidade de lidar com a ameaça alemã em Angola. Apesar disso, num curtíssimo espaço de tempo, foi preparada e enviada uma expedição com limitações de força e regras de empenhamento restritas, que amputavam a iniciativa do comandante, a fim de evitar qualquer incidente internacional. A ideia de entrar na guerra, com um pretexto conveniente, cresceu no seio do governo português mesmo sabendo que as manifestações em apoio dos aliados realizadas em Lisboa poderiam não corresponder à verdadeira vontade popular. O governo acreditava que estar ao lado da Grã-Bretanha na guerra lhe traria benefícios políticos essenciais. Estar ao lado dos vencedores adiava, pelo menos, o problema das pretensões alemãs e britânicas. Consolidava-se o reconhecimento da república, colocando o país em pé de igualdade com a Inglaterra. Também se cria que, estando o país em guerra, se atenuava o antagonismo entre os atores políticos internos, reforçava o Partido Democrático e reforçava o regime (...). Em geral, teriam sido estes os objetivos da ala “intervencionista”, dentro do Partido Democrático, contra os “não intervencionistas” no seio do governo e de outros partidos ou correntes (unionista, anarcossindicalista, monárquica), bem como dentro de alguns setores do Exército que consideravam a defesa das colónias o único motivo para mobilizar forças. (Barroso, 2018, s/n)

Figura 9
 Página d'*A Capital* de 11 de Setembro
 de 1914 alusiva à partida das
 “forças expedicionárias” para África.
 Fonte: Hemeroteca Municipal
 de Lisboa.



Ainda a 18 de Agosto, *A Capital* noticiou o regresso de compatriotas portugueses provenientes da Alemanha, tida por perigosa e comparada sugestivamente a um vulcão: “São os Portugueses que voltam da Alemanha. Alegres por verem de novo o céu da Pátria, tranquilos por terem escapado enfim da cratera esbraseada deste vulcão que ameaçava devorá-los”. (*A Capital*, 18 de Agosto de 1914)

Por causa da instabilidade vivida e devido eventualmente ao secretismo diplomático, o jornal não noticiou a designação de Alves Roçadas para comandar a expedição colonial. Entretanto, no palco europeu, a guerra avançou mais decisivamente a partir de 21 de Agosto e ficava cada vez mais claro o apoio a Inglaterra, afirmado no parlamento duas semanas antes, abandonando-se a neutralidade inicial.

Barroso explica circunstanciadamente o envio de tropas portuguesas para as colónias. Por um lado, internamente, através do apoio de outros partidos ao intervencionismo, o Partido Republicano consolidava o seu poder. Por outro lado, a França, consciente da reticência inglesa face à entrada de Portugal no espaço europeu, em território francês, apoiou a fixação em território colonial. Para além do mais, as sublevações dos autóctones eram uma constante. Era necessário acalmá-las e acabar com elas. Ora, Alves Roçadas já estivera anteriormente

no território em 1906-1907 e adquirira importante experiência do que lá se passava. Logo em 11 de setembro, o corpo expedicionário marchava para o cais efusivamente saudado por uma multidão, conforme noticiava o jornal diário *A Capital*:

Alves Roçadas era a escolha acertada para galvanizar a população no apoio ao esforço de guerra em África, devido ao reconhecimento do seu valor militar contra os Cuamatos em 1906-1907. Sendo também um reconhecido monárquico, valorizava-se a decisão do envio da expedição e minimizavam-se as críticas dos sectores do Exército em relação à opção pela beligerância. Por conseguinte, estava dado um passo importante para que a população se entrincheirasse em torno do governo, contribuindo decisivamente para a estratégia ‘intervencionista’. (*A Capital*, 18 de Agosto de 1914)

Explica Barroso:

Em certa medida, aquela situação explica o curto espaço de tempo entre a decisão política e o embarque das forças. Mas era também uma jogada do ministro da Guerra a caminho da beligerância, que nessa altura transmitiu ao ministro francês em Lisboa que Portugal não poderia ficar alheado da guerra na Europa e que dispunha de “sessenta mil homens em pé de guerra” prontos a serem enviados para a Europa. Não sendo de todo verdade, era um expediente para que a França convencesse os britânicos a aceitarem a beligerância portuguesa. Porém, a Grã-Bretanha sabia que os radicais pretendiam usar a participação na guerra para se consolidarem no poder através da aceitação internacional da República e do pedido de apoio financeiro e económico. Por essa razão, colocava sérias reservas ao envio de uma força expedicionária para França, que sabia ter de apoiar financeiramente sem qualquer vantagem militar. A França, por seu lado, pretendia a beligerância portuguesa para contrabalançar a ambiguidade britânica quanto ao entendimento com os alemães em relação às colónias portuguesas. Apoiava as posições radicais dos “intervencionistas” de forma a comprometer a Grã-Bretanha, que desejava inimiga da Alemanha. (Barroso, 2018, s/n.)

Acresce que, através do envio da expedição chefiada por Alves Roçadas para Angola, aumentando o efectivo da guarnição, tentava-se impedir o avanço dos alemães. Conforme sublinha Barroso:

Uma outra explicação, embora complementar, é baseada nas instruções dadas pelo ministro das Colónias a Alves Roçadas: posicionar forças em Angola e rapidamente aumentar o efetivo da guarnição a fim de evitar qualquer invasão por parte dos alemães; evitar que o território pudesse ser palco de combates entre alemães e britânicos; e dispor de forças que pudessem auxiliar a Grã-Bretanha em caso de necessidade. Impor a soberania portuguesa ao “gentio” que se sublevasse por vontade própria ou por influência alemã, e ainda mais num momento em que britânicos e alemães já combatiam na África Austral, era uma missão que vinha sendo executada desde o início

do século e era de amplo consenso nacional e militar. Havia também a hipótese de os alemães invadirem o planalto do Huíla, fosse devido a uma retirada forçada pelas forças anglo-sul-africanas ou para que o pudessem reclamar se a guerra na Europa se decidisse em breve. (Barroso, 2018, s/n)

Em Angola, Norton de Matos cumpria o estratagema “intervencionista”, minimizando a importância das instruções recebidas do ministro para não criar situações melindrosas com os alemães. Propôs a instauração do estado de sítio no distrito da Huíla, sabendo que essa decisão provocaria reacções embaraçosas devido ao movimento contínuo de entrada e saída de alemães em Angola por razões comerciais, que podia ser facilmente explorado como um acto de agressão. Em 16 de setembro de 1914, relatava ao ministro que os alemães poderiam chegar ao planalto central antes de a expedição liderada por Roçadas estar em condições de iniciar as operações militares, originando uma situação de confrontação directa desvantajosa para Portugal, dado o apoio que aqueles obteriam da população cuanhama. A 12 de Outubro, notificava o ministro que tinha informações de que a população europeia e os indígenas da colónia alemã tinham sido mobilizados por receio de que a expedição fosse uma atitude beligerante contra a Alemanha devido à aliança Luso-Britânica.

O mais grave desastre com as tropas portuguesas em Naulila, provocado pelo Alemães, ocorreu a 18 de Dezembro de 1914 e constituiu uma vingança face a um incidente anterior, que acontecera a 19 de Outubro e fora preparado de véspera.

Na manhã de 19 de Outubro, conforme combinado, a liderança da expedição alemã acompanhou o pelotão português a Naulila, enquanto os restantes membros do grupo permaneceram no local do acampamento. O grupo alemão que chegou a Naulila era composto pelo Dr. Hans Schultze-Jena, pelo Oberleutnant Alexander Lösch, pelo tenente miliciano Kurt Röder, pelo intérprete Carl Jensen e pelos ordenanças nativos Andreas e Hugo. (Barroso, 2018, s/n)

Apesar do intérprete informar Schultze-Jena que Sereno, oficial português, está a agir de acordo com instruções que recebeu, o alemão duvida e acredita ser vítima de uma armadilha para o separar do grupo e o desarmar. (Barroso, 2018, s/n)

O incidente visto do lado alemão assumiu gravidade extrema: não se tratava de uma qualquer expedição, mas sim de uma delegação de alto nível, enviada por ordem expressa do governador da colónia para negociar com os portugueses. Na realidade, em Setembro de 1914, Hans Schultze-Jena fora encarregado pelo governo de Windhoek, ao tempo presidido por Theodor Seitz, de iniciar negociações com a administração colonial portuguesa em Angola sobre o transporte do correio alemão, bloqueado pelos britânicos, e sobre a aquisição de víveres. Portugal ainda não tinha entrado na I Guerra Mundial, sendo por isso encarado como neutral, e as comunicações entre a colónia e a Alemanha, que antes se faziam recorrendo ao cabo submarino britânico via Cidade do Cabo, tinham sido cortadas. Também as aquisições de víveres na União Sul-Africana tinham sido proibidas pelos britânicos. A solução parecia ser o estabelecimento de um acordo com as autoridades portuguesas em Angola para criar

vias de comunicação e de abastecimento alternativas. Para complicar ainda mais a situação, o Dr. Hans Schultze-Jena (1874-1914) era uma das figuras mais prestigiadas da colónia.

No lado alemão, o incidente deu brado, sendo notícia nacional na Alemanha dada a importância social de um dos falecidos, os quais passaram a ser conhecidos pelos «*cinco assassinados de Naulila*». O incidente foi referido pela imprensa alemã como «*o assassinato de Naulila*», correndo a informação que as fardas, armas e pertences pessoais teriam sido roubados e os corpos enterrados sem cerimónia em lugar desconhecido. A indignação na colónia era enorme e os apelos à vingança sucederam-se. (Barroso, 2018, s/n)

O incidente de Naulila deu-se a 19 outubro de 1914 e ocorreu porque um administrador alemão do território de Outjo, Hans Schultz-Jena, chegou a um local a escassos quilómetros da referida região sob o pretexto de capturar um desertor e foi surpreendido pelo alferes Sereno, que o recebeu. Apesar das hostilidades mútuas iniciais, ficou combinada a viagem até Naulila, ao encontro do capitão-mor Álvaro Fernandes Varão. Quando chegaram ao local do encontro, este último não se encontrava no forte. A intenção dos alemães era mais vasta do que o que revelaram, dado que se prendia com a tentativa de expedição para a Europa do correio germânico. (Barroso, 2018, s/n)

Os alemães desconfiaram das intenções dos portugueses e insistiram em voltar, armados, ao acampamento. O alferes Sereno terá solicitado entrega das armas, mas, encontrando-se ele próprio desarmado, terá sido ameaçado pelo tenente Alexander Lösh, ordenando que os seus homens abrissem fogo sobre os germânicos. Morreram os três oficiais e dois ordenanças alemães.

Nesse mesmo dia 19 de Outubro de 1919, o jornal *A Capital*, não sabendo ainda o que concretamente se passava quanto ao episódio, reiterou em editorial, nunca nomeado como tal, a urgência da entrada efectiva de Portugal na Guerra, servindo-se de um discurso inflamado de Alexandre Braga no mesmo sentido, considerando-se insuficiente o apoio ao aliados sem envio de homens, apenas baseado na entrega de armas e materiais de guerra:

Para onde forem os canhões, as armas dos nossos soldados, irão esses soldados hasteando a bandeira de Portugal. O contrário seria uma ignomínia sem nome. Um dia, iriam as peças da nossa artilharia; outro dia iriam as espingardas dos nossos soldados; outro dia ainda as espadas dos nossos oficiais e mais tarde, porventura, as suas fardas, as suas dragonas, as suas divisas. O exército português converter-se-ia num cabido de exercícios que se bate. Esta hipótese é tão inadmissível que só enunciá-la faz gelar o sangue nas veias. Não! Portugal não deu nunca a ninguém o direito a duvidar do brio dos seus filhos, da intrepidez dos seus soldados. (*A Capital*, 19 de Outubro de 1914)

Na notícia seguinte, *A Capital* faz eco de um artigo do filósofo Emil Boutroux, apresentando-o enquanto crítico do germanismo. Este é definido e recusado como a defesa de uma civilização assente na força e não na *bondade e na doçura*. O pensador francês repudia os

alegados orgulho e egoísmo germânicos, que se apropriaram, segundo o autor, do misticismo propugnado em 1807 por Fichte como motor de uma suposta superioridade divina deste povo e da respectiva civilização. (*A Capital*, 19 de Outubro de 1914)

Com este alinhamento das notícias, *A Capital* parece defender uma posição de resposta pragmática ao poderio alemão, colocado no centro de uma guerra de civilizações que situa o antagonista do lado dos *maus*, que se servem da ciência para destruir a humanidade, obrigado a civilização de matriz greco-romana a responder por razões de sobrevivência. Numa primeira notícia, uma decisão político-militar de natureza estratégica pelo envio não só de armas e materiais de guerra, mas também de homens, serve de mote para um activismo patriótico inevitável. Na segunda notícia são as ideias que se sobrepõem aos acontecimentos, ditando e interpretando a sua marcha e denunciando a alegada manipulação dos conhecimentos em favor de ímpetos belicistas e de uma doutrina que os sustenta, denunciada pelo jornal, apoiado na autoridade científica de Boutroux.

Barroso refere que os alemães atacaram o posto de Cougar a 31 de Outubro de 1914, para vingar o que se passara em Naulila, e a 18 de Dezembro os alemães atacaram violentamente as tropas portuguesas nesta localidade, causando muitas mortes e destruição:

A 31 de outubro, os alemães adiantaram-se e vingaram Naulila, atacando o posto do Cuangar e outros postos de fronteira. A 18 de dezembro de 1914, os alemães atacaram as forças de Alves Roçadas ancoradas no forte de Naulila, para onde se haviam deslocado para impedir a tão temida “invasão”. A surpresa veio da violência, dos meios empregues e da incapacidade portuguesa em manter a posição, que teve de retrair o dispositivo cerca de 300 quilómetros (até ao Lubango). Roçadas tinha planeado uma campanha baseado na premissa de que a imposição de soberania no Cuanhama era suficiente para precaver qualquer tentativa alemã no sul de Angola. A sua missão era ambígua e não respondia à situação que poderia encontrar em Angola, dando oportunidade à crítica em setores “não intervencionistas” no Exército. (Barroso, 2018)

Entre estas duas datas, a do ataque a Cougar e o desastre de Naulila, a 18 de Dezembro de 1914, *A Capital* confirma o desaire Português de 31 de Outubro no Cougar, com a morte de dois oficiais e muitas incertezas quanto a outros infortúnios semelhantes. Destaca o falecimento do tenente Ferreira Durão, louva-lhe a valentia e traça-lhe uma breve biografia, fazendo o mesmo relativamente ao tenente Henrique José de Sousa Machado. O que aconteceu no Cougar é descrito como um triste acontecimento e, segundo *A Capital*, constituiu forte agravamento das más relações com a Alemanha e não se teria dado se não tivesse ocorrido de noite, circunstância que aumentou o grau de surpresa e apanhou desprevenidas as tropas portuguesas. (*A Capital*, 18 de Novembro de 1914)

Nota-se no jornal em análise o emprego de uma linguagem cuidadosa, com criteriosa escolha de palavras, de pendor essencialmente estratégico e calculista, que mimetiza as

preocupações dos operacionais em cenário de guerra e a escassez de informações mais precisas, aconselhando a prudência e o recato, sem deixar de expressar uma confiança nas nossas tropas, mediada e matizada por um tom ponderado. Os receios confirmaram-se e o processo desenrolou-se durante um mês, culminando com a vitória alemã, a 18 de Dezembro.

Confirma-se que, na data coincidente com o epicentro do ataque germânico e nos dias subsequentes, *A Capital*, pela dificuldade natural em obter informações em cima dos acontecimentos, mas também para evitar alarmar com notícias desfavoráveis, recorreu a cartas mais antigas, do mês de Novembro de 1914, desviando eventualmente atenções da real situação desfavorável no cenário dos confrontos no sul de Angola, mas aumentou a contundência das adjectivações, invectivando os germânicos, na edição de 21 de Dezembro de 1914, e chamando atenção para o *estado de sítio*:

Trechos de uma carta expedida de Luanda a 29 do mês passado. No Sul as nossas tropas já tiveram confrontos com os cães dos Alemães e Angola está toda em estado de sítio e com suspensão de garantias. Muitos boatos correm na Província, alguns manifestamente inverosímeis. Parece, no entanto, que estão tomadas todas as medidas com o fim de assegurar uma acção enérgica por parte das nossas tropas, na campanha contra os Alemães no sudoeste africano. (*A Capital*, 21 de Dezembro de 1914)



Figura 10

As notícias das “agressões germânicas” no Sul de Angola, n.º 4 *Capital* de 18 de Novembro de 1914.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Estrategicamente, a notícia d’*A Capital* não especifica os boatos, tratando dessa forma os avanços decisivos alemães, de modo a não os publicitar nem insistir na resposta portuguesa. Finalmente, a 27 de Dezembro, *A Capital* noticia a inevitabilidade da invasão alemã a Angola num texto assinado por Mayer Garção, que aproveita para atacar a ideia de neutralidade portuguesa e respectiva prática, reforçando a posição oficial e maioritária do jornal ao longo do tempo. No dia 28 de Dezembro de 1914, *A Capital* denuncia sem tibiezas o seguinte: “Ambicionando o planalto. A cobiça teutónica desmascarada finalmente com as agressões do sul de Angola”. (*A Capital*, 28 de Dezembro de 1914) Este título não deixa dúvidas, uma vez que surge como um desvelamento e uma revelação, ainda que anteriormente esboçada e quase anunciada, o que demonstra que a pressão dos factos obrigava a engendrar como epifania, mas paradoxalmente despida do necessário efeito de surpresa, algo que o desgaste do tempo perfilava já. O tom é teatral, *cai a máscara à Alemanha*. Todavia, o trecho jornalístico não especifica, nem desenvolve, os efectivos procedimentos germânicos em Naulila, talvez para não desmoralizar as tropas portuguesas, ou por eventualmente desconhecer a extensão das perdas e dos estragos.

O texto que se segue ao título, apesar de entusiasmado e mobilizador, é mais pedagógico e didático, dotado de um pendor histórico-geográfico. Começa por explicar as razões da cobiça alemã face ao território do planalto português e aos respectivos portos. Enquanto as localidades da colónia alemã eram secas, áridas, pouco propícias à agricultura, algumas das localidades na posse de Portugal eram ricas em cereais, gado e algodão. Por outro lado, o autor da notícia enfatiza que Guilherme II era *inconsequente e pouco de fiar*, situação que impedia negociações e acordos. Em suma, a notícia recorre aos meios e discurso similares aos de um geógrafo, analisando a posição da Alemanha no mapa geográfico, sem perder de vista a perspectiva de um estratega, ao identificar geoestrategicamente os alvos teutónicos. No dia 30 de Dezembro de 1914, *A Capital* informa da retirada das tropas comandadas por Alves Roçadas, desvalorizando este acontecimento de enorme importância, que não pormenoriza, mas apoia e dá coragem aos portugueses que ficaram a combater:

A retirada das forças expedicionárias do comando do Tenente-Coronel Roçadas, que em virtude de razões estratégicas abriu aos Alemães o passo para avançarem um pouco mais no nosso território, não é de forma alguma de natureza a provocar sequer a mínima apreensão quanto ao resultado final das operações militares. Morreram, no primeiro combate travado com as nossas forças, alguns dos nossos heróicos soldados. Mas o sangue vertido é mais uma garantia de que a tradicional bravura dos portugueses há de em breve triunfar da infamíssima agressão que contra nós dirigiram os soldados de um país irremediavelmente condenado. (*A Capital*, 30 de Dezembro de 1914)

No dia 31 de Dezembro de 1914, *A Capital* noticia que o governo reuniu nesse dia e manifestou a intenção de revelar o nome e o número dos soldados mortos, como fez com os

oficiais, mas estes eram alegadamente poucos, o que facilitava a tarefa, se comparada com as necessidades de organização quanto àqueles. (*A Capital*, 31 de Dezembro de 1914) Ficou prometido um reforço do envio de tropas para 15 de Janeiro de 1915. No dia 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, mas *A Capital* só confirmou essa declaração no dia 10. O jornal não se publicara a 8 e, quando regressou, noticiou que a declaração alemã estava iminente, na sequência do desagrado face a um apresamento de um navio germânico no cumprimento da aliança portuguesa com a Inglaterra.



Figura 11

Ecos da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em letras garrafais, na primeira página d'*A Capital*, de 10 de Março de 1916.

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

De resto, *A Capital* agiu em estrita consonância com a posição oficial portuguesa, como se fizesse parte do Governo e da sua diplomacia. Adoptou um tom firme mas sem ser demasiado hiperbólico, resultando simultaneamente institucional e assertivo, sob o signo do cumprimento de compromissos e da inevitabilidade de reacção do antagonista teutónico, recusando qualquer piedade de outros, e reafirmando a não neutralidade, a aliança com a Inglaterra e as respectivas consequências, demonstrando assim lealdade e pragmatismo no cumprimento de tratados e na resposta a situações históricas:

Comunicada a apropriação dos navios Alemães ao gabinete de Berlim era inevitável que esse governo respondesse com um protesto. Já hoje ninguém pensa em negar que esse protesto foi formulado pelo Ministro Alemão em Lisboa junto do nosso governo como já também é sabido que

o nosso governo replicou mantendo o seu acto. (...) Chegamos a uma situação que era inevitável produzir-se e a sua verdadeira significação não é que sejamos vítimas inocentes de uma brutalidade alemã nem que a ela chegamos por uma opressiva imposição de Inglaterra. Como já é sabido, a Inglaterra logo que entrou na luta recomendou-nos, invocando a nossa velha aliança, que não declarássemos a neutralidade. Portugal aceitou esta recomendação e seguiu-a escrupulosamente, porque ela não representava só um dever dos seus velhos compromissos, mas também correspondia aos seus mais vivos sentimentos. Por isso mesmo a declaração ministerial que dela resultou, feita na célebre sessão de 7 de Agosto de 1914, foi acolhida com aplauso por todos os partidos nela representados. (*A Capital*, 9 de Março de 1916)

A 10 de Março de 1916, *A Capital* noticia a reunião do parlamento português na qual este reitera a aliança com a Inglaterra e assume os efeitos dessa atitude. O relato jornalístico assume uma solidariedade sem fissuras com esta posição e adopta um tom institucional e por vezes mais grave, mas permeável ao júbilo de um sentimento de dever patriótico consumado, bem patente desde o título, propagandístico, enfático e fervoroso, agregador de vontades: *Viva Portugal!*

O registo jornalístico deixa-se inflamar pelo pathos do discurso político e da sua agenda mobilizadora, pugnando pelo que entende como dever, passível de ser relacionado com um certo ethos retórico, que em nosso entender se liga ao desígnio tornado imperativo de um certo sentido de respeito pela história de Portugal, que simultaneamente promove um substrato racional relevante: o Corpo Expedicionário Português começou a preparar a ida para França em 1916. Todavia, esse processo ficou marcado por tensões entre guerristas e anti-guerristas, mas também entre oficiais e sargentos de um lado e milicianos do outro. Estes foram incorporados em cumprimento das leis da República, mas demonstravam debilidades e fragilidades decorrentes de falta de formação especializada de base, que aqueles notavam e queriam corrigir. Como bem nota Marquês de Sousa:

Após a vitória do Partido Democrático nas eleições de Agosto de 1915, com o Presidente da República Bernardino Machado, e o Chefe do Governo, Afonso Costa, a liderança política assumia a posição guerrista, reforçada mais tarde após a declaração de guerra da Alemanha (9 de Março 1916) com o governo da União Sagrada, chefiado por António José de Almeida (...). Mas entre a declaração de guerra da Alemanha, e a chegada a França das primeiras forças do CEP passou quase um ano repleto de tensões entre os políticos guerristas e muitos militares contrários ao envolvimento português, problemas que marcaram as profundas divisões internas no exército, não apenas entre guerristas e antiguerristas, mas também entre militares do quadro e milicianos. O modelo de exército miliciano criado com a reorganização militar republicana de 1911 formou este “tipo” de oficial das armas e serviços, com uma instrução militar muito reduzida, o que provocava a reação negativa, não só dos oficiais de carreira como também dos sargentos, que punham em causa a preparação

destes novos oficiais, como testemunha o artigo publicado na *Revista dos Sargentos Portugueses*, logo após as manobras de Tancos, em Agosto de 1916: “(...) foi-se buscar à escola indivíduos que nunca haviam transposto uma porta de armas, em cujas veias corre apenas o sangue da juventude (...).” (Marquês de Sousa, 2016, s/ n.)

Marquês de Sousa aponta o reduzido tempo de serviço militar promovido pelas leis da República e a isenção de licenciados, que tiveram que ser recrutados à pressa, como obstáculos à preparação do Corpo Expedicionário Português:

Para além do reduzido tempo de serviço militar obrigatório promovido pelas leis da República ter constituído um óbice à preparação do CEP, outro obstáculo resultou do facto de a lei permitir isenção de licenciados, que tiveram que ser recrutados à pressa, fazendo do processo de preparação uma atribulada corrida contra o tempo, com elevados custos financeiros para o erário público. A convocação de licenciados não foi bem aceite e deu origem a diversos casos de indisciplina e tensões, não apenas pelo inconveniente de ser mobilizado, mas também pelas situações de injustiça em resultado das “dispensas” de alguns rapazes de famílias influentes, mais sentida nas comunidades mais pequenas. (...) Durante o período tratado neste capítulo, basicamente no segundo semestre de 1915 e durante todo o ano de 1916, a Instituição Militar sofreu uma profunda transformação numa luta contra o tempo para mobilizar, preparar e equipar o Exército, implicando elevadas despesas (...). (Sousa, 2016, s/n.)

Torna-se curioso destacar o depoimento de Júlio Dantas, republicado n’*A Capital*, no início de Janeiro de 1917 (originalmente dado à estampa n’*O Primeiro de Janeiro*), mais pelo interesse simbólico do que pela relevância estratégica, precisamente porque provém de um intelectual, oriundo do mundo das letras, uma personalidade excêntrica ao circuito militar em toda a sua amplitude, naturalmente num sentido restrito, mas igualmente numa aceção mais lata.

Passa, como seria de esperar, ao largo de questões organizativas, disciplinares ou técnicas do foro militar, preferindo anichar-se numa comparação histórica com a Legião que em 1808 esteve ao lado de Napoleão:

Foi no dia 30 de Maio de 1808 que os primeiros soldados da Legião Portuguesa passaram a terra de França. Napoleão, em cujas mãos, Carlos IV acabava de depor, com uma jóia, a coroa das Espanhas, esperava os portugueses em Baiona, com toda a Corte Imperial. Pois bem. Sobre o dia 30 de Maio de 1808 um século passou. Sobre esse século, mais oito anos lentos, trágicos, dolorosos. De novo os nossos soldados entram, sorrindo em Paris; de novo as rosas de França vão florir em espinhargas portuguesas; de novo o mesmo clarão de epopeia envolve o nosso nome e hoje, cento e oito anos depois, é ainda o mesmo grito heróico que se ouve ao longe, como se o erguessem milhares de espectros: Portugal! Portugal! (*A Capital*, 5 de Janeiro de 1917)

A 30 de Janeiro de 1917 as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português foram enviadas para França. No entanto, menos de um ano e meio depois, a 9 de Abril de 1918, sofreram pesada derrota em *La Lys*. No dia 11, *A Capital* duvida dos dados que recebe, desvalorizando-os inicialmente, mas estes não deixam de ser, por isso mesmo, profundamente elucidativos: “Os telegramas de hoje desenvolvem o comunicado (...) no qual se referia que o sector português na linha de batalha ocidental fora alvo de uma furiosa investida alemã. (...) As forças portuguesas tiveram que recuar.” (*A Capital*, 11 de Abril de 1918)

Entretanto, antes disso, em território continental português entre 5 e 8 de Dezembro de 1917 ocorreram disputas entre o governo vigente e Sidónio Pais, que saiu vitorioso (Silva, 2006; Samara, 2009). Nos primeiros dias, *A Capital* não foi publicada, mas no dia 8 fez um primeiro balanço do confronto, apontando, genericamente, sem especificá-los, erros aos democráticos e dando o benefício da dúvida ao novo governo que daqui resultaria e aproveitando para deixar em suspenso eventuais críticas a Sidónio, embora se perceba nas entrelinhas que a linha editorial não lhe era de todo favorável, mas convinha não hostilizá-lo à partida, para não se ser acusado de precipitação ou preconceito. O bom senso aconselhava que se esperasse para ver, propondo-se a correção de alguns radicalismos democráticos que tinham ditado as lutas pelo poder e as mudanças subsequentes

Sidónio Pais foi assassinado cerca de um ano depois, no decurso dos minutos finais do dia 14 de Dezembro, por José Júlio da Costa. *A Capital* reagiu no dia seguinte de forma institucional, publicando decretos do governo, o primeiro sobre o rumo da situação política, o segundo acerca das cerimónias fúnebres do infausto presidente. (*A Capital*, 15 de Dezembro de 1918) O caudal noticioso impôs-se de modo avassalador, dando-se à estampa documentação oficial do governo, corporizando a urgência e solenidade necessárias. Informar passava, em primeira instância, por dar voz aos principais decisores políticos, sem escamotear impasses, mas refreando ímpetos de exposição muito pormenorizada de clivagens, que contribuiria para acirrar ânimos, alimentar feridas abertas entre os detentores do poder, que começavam a perfilar-se. Essas notícias das movimentações foram dadas num tom sóbrio, mais descritivo do que interpretativo. Essa postura relativamente discreta e expectante ficou ainda mais acentuadamente patente no facto d’*A Capital* não ter procurado no imediato afrontar a ordem instituída periclitante, através de depoimentos de vários sectores da oposição.

No entanto, o vespertino não deixou de noticiar as hipóteses que se afiguravam para a sucessão presidencial, e que passavam por uma destas soluções: o plebiscito nacional directo ou a eleição por maioria absoluta no Congresso. Nas ruas, o clima era instável, a violência podia ter e nalguns casos teve efeito multiplicador, gerando insegurança, que *A Capital* queria refrear, parar ou, na pior das hipóteses, impedir que se alargasse, tomando proporções impossíveis de controlar. Houve divisões internas no Conselho de Gabinete do Governo.

No dia 15 de Dezembro de 1918, *A Capital* foi vítima de um assalto e, em virtude dessa circunstância, deixou de se publicar durante um período de tempo, cerca de quinze dias,

no nosso entender bastante para a imprensa diária, que não se compadece com esse tipo de quebras, tantas vezes irreversíveis, porque interrompem o livre curso do fluxo informativo. Todavia, no caso do *diário republicano da noite*, a paragem forçada não significou o fim de um percurso e o jornal começou a reerguer-se, ciente das dificuldades e perdas, bem como dos esforços gigantescos de reorganização necessária, para mais numa conjuntura política sob o signo da urgência. O assalto ao vespertino *não foi descrito pormenorizadamente no que concerne às incidências e implicações políticas, sociais e culturais, mas em função* de um símbolo, a bandeira da República, pela qual o jornal pugnara desde a sua fundação em vários momentos, como relembra o autor da notícia, Hermano Neves. A bandeira republicana d'*A Capital* foi dilacerada por mãos humanas. (*A Capital*, 30 de Dezembro de 1918)

O recurso retórico ao momento de implantação da República parece uma evocação nostálgica, que denuncia os alegados perigos do presente, e não deixa de funcionar desse modo, mas também actua com esperança no futuro e vontade de afirmação na actualidade do sentimento republicano, de modo a voltar a fortalecê-lo. Como se vê, Hermano Neves tem consciência que o episódio da bandeira é um epifenómeno e aproveita-o simbolicamente, de forma a chamar a atenção para a necessidade de pugnar pelo sentimento republicano e dar a entender que o assalto ao *diário republicano da noite* foi muito importante porque o jornal corporizava, no seu ponto de vista, esse espírito e terá sido vítima disso. Contudo, do ponto de vista do alinhamento das peças jornalísticas, o referido episódio da bandeira surge quase no final da primeira página da edição de regresso de 30 de Dezembro de 1918. A iniciar a edição desse dia, comparece um texto doutrinário e ideológico. Antes de analisá-lo detidamente do ponto de vista retórico importa sublinhar que *A Capital* fora solidária com o governo de Tamagnini, que entretanto estava no poder, e saberia que os republicanos mais radicais, os democráticos, não concordariam com isso, nem com alguma alegada abertura anterior do jornal ao governo de Sidónio Pais, descrita como necessária no momento em que se afirmou.

Desse modo, o argumento central dessa peça opinativa d'*A Capital* pode resumir-se nos seguintes termos, que são, a certa altura, os do referido investimento intelectual. A República não pode morrer e só uma observação atenta do que se está a passar é passível de evitar esse desenlace. O texto inaugural da edição de 30 de Dezembro de 1918 continua com a evocação da história oitocentista, lembrando que a Revolução Liberal tivera períodos de luta e violência, entendidos como relevantes e necessários, até chegar à pacificação da Regeneração. Por outro lado, o jornal considera que a revolução de 5 de Dezembro de 1917 também chegou por não haver alternativa.

Por outro lado, a *Monarquia do Norte* foi instaurada a 19 de Janeiro de 1919 em Portugal sob a liderança de Paiva Couceiro, num processo enquadrado por uma série de acontecimentos prévios, iniciado a 9 de Janeiro de 1919. Nessa data, ocorreu a apresentação do governo saído da crise política e presidido por Tamagnini Barbosa ao parlamento. *A Capital* publicou a declaração, que nem sequer foi votada, do deputado do Partido Socialista minoritário, João

de Castro, na qual alega que fora dado crédito às Juntas Militares para a resolução da crise, em vez de se atender a problemas económicos, sociais e outros. No dia 10, o vespertino sentia já, talvez, de modo algo difuso, a iminência do perigo de concretização de ameaças nesse sentido e receava esse cenário, mas sem se expressar directamente sobre o que pudesse estar a acontecer porque não teria disso notícia ainda. No entanto, é sintomática a informação sobre o recrudesimento da violência, patente reconhecidamente desde o início da República e, neste caso concreto, na linguagem e nas posturas evidenciadas no parlamento, sendo disso exemplo Machado dos Santos, que acabou por reconhecer ter incorrido em excessos, cujos comportamentos poderiam derivar da tensão provocada por correligionários, por defensores de outros partidos, mas também por defensores do regime monárquico, apesar d'*A Capital* pouco dizer sobre isto nesta circunstância, enveredando por um diagnóstico mais genérico: “Não duvidamos acreditá-lo. Mas, nem por isso, deixa de nos dar o aspecto de uma sociedade truculenta, onde só as paixões têm voz e a razão não consegue senão raramente fazer-se ouvir com a sua sonora limpidez.” (*A Capital*, 10 de Janeiro de 1919).

Em seguida, analisa-se a revolta monárquica de 1919, tendo em consideração que esta fora antecedida, desde 1911, por outros momentos muito importantes e interessantes, sintetizados por Artur Coimbra:

A contra-revolução monárquica sucedeu quase de imediato à proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910 e teve como objectivo primordial organizar um movimento político-militar capaz de derrubar as instituições do novo regime e restaurar a situação vigente até àquela data. A história da I República é pontuada, desde os seus alvores, por um esforço contra-revolucionário levado a cabo por sectores descontentes com as medidas decretadas pelos governos republicanos e que, incluindo o clero e forças políticas conservadoras e radicais, tinham nos monárquicos de diversas tendências (dos integralistas aos monárquico-constitucionais) os seus mentores mais salientes e inconformados. O chefe carismático da contra-revolução monárquica foi sem dúvida Henrique de Paiva Couceiro, um dos poucos realistas que resistiu em armas à revolução republicana e que, refugiado político na Galiza, comandou duas frustradas incursões no norte do País, em 1911 e 1912. (Coimbra, 2000, p. 2)

A 11 de Janeiro de 1919, *A Capital* noticia que se iniciara na noite e madrugada anteriores um movimento insurreccional das Juntas Militares e das forças monárquicas, alegadamente prestes a findar, como se diz no primeiro parágrafo, certamente com o intuito de acalmar ânimos, atitude reforçada ao longo da peça jornalística, percorrida por um tom calmo. Todavia, percebe-se a incerteza que as palavras procuram relativizar, ao sublinharem que o Governo recebeu um telegrama do coronel Figueiredo, comandante militar de Santarém, a oferecer-se para libertar o presidente do governo, que estaria coagido pelos *revoltosos*.

Simultaneamente, a confirmar a situação de impasse que se pretendia normalizar e

relativizar, o Governo deliberou que não circulassem comboios de Vila Franca para Lisboa e vice-versa, de modo a isolar aquela localidade. Segundo o vespertino, *Álvaro de Castro e Cunha Leal já se encontravam em Coimbra, como revoltosos, desconhecendo-se alegadamente o paradeiro de Machado Santos*. Acrescenta o jornal que no Norte do país tudo se encontrava mais calmo, segundo informações do governo relativas a Porto, Peso da Régua e Vila Real, localidade onde ocorrera suposto conflito inexpressivo.

No dia 12 de Janeiro de 1919, *A Capital* destaca os seguintes título e subtítulo: *Os Acontecimentos. Como se procura realizar o cerco de Santarém*. Informações oficiosas dizem que o Governo pretende evitar a efusão de sangue, nas quais se percebe que o golpe das Juntas Militares apoiado pelos monárquicos já está em marcha, ainda que seja tratada como um boato a informação segundo a qual os combates já tinham começado às 11 horas, sendo que, segundo indicação recebida pelo jornal às 14 horas, o governo controlaria a situação, tendo mais armamento.

Todavia, nessa mesma edição noticia-se a publicação do manifesto dos *revoltosos*, entre os quais se contam os monárquicos. Para reforçar a urgência da situação e o carácter fundado dos seus medos, *A Capital* elogiou instrumentalmente os alegados esforços dos adversários do regime republicano no sentido de se unirem para conseguirem os respectivos desígnios, actuando em conformidade, defendendo que os republicanos deveriam seguir caminho análogo. Miguel Santos sublinha a importância da imprensa monárquica na sua heterogeneidade:

Efectivamente, foi a imprensa um dos meios privilegiados de combate político em campo monárquico. Inicialmente proibidos de se organizar em partidos, segundo a lógica de defesa das instituições da República, os adeptos do trono viram a sua acção confinada aos jornais. Fora os períodos em que censura foi rigorosa com os excessos, ou que as autoridades se viram obrigadas ao seu encerramento, os jornais são um inestimável contributo para compreender o posicionamento dos monárquicos em cada uma das conjunturas republicanas. No caso em apreço, a seu contributo reside no facto de à volta de cada periódico se formar um determinado grupo de opinião realista e de combate político. Em certa medida, a imprensa monárquica assumia, claramente, determinada estratégia política e ideológica, para além de contemplar, ainda que de forma superficial, considerando de natureza doutrinária. Os editoriais dos diferentes jornais assumiam determinada linha política e ideológica, não apenas nas relações com o regime que combatiam, mas nas relações entre si. Foi por isso a imprensa monárquica a base da tese que apresentamos, na medida em que nos apercebemos da sua importância para definir, sem equívocos, a evolução e o estado psicológico de um movimento bastante heterogéneo. (Santos, 1998, p. 10)

Ora, no entender d'*A Capital* urgia fazer o mesmo. Primeiro na sensibilização e mobilização dos correligionários em direcção à união em torno da causa comum, materializando-a depois em políticas concretas. Havia o receio de que os monárquicos estivessem muito adiantados nesse caminho, e de facto estavam.

Por outro lado, *A Capital* de 19 de Janeiro de 1919 começa a peça noticiosa na qual expõe o tema do reforço do regime republicano, face a ameaças tangíveis e rigorosas, criticando as tentativas de deposição do regime instaurado a 5 de Outubro de 1910 pelas Juntas Militares, que supostamente não queriam esse quadro institucional. Em seguida, resulta evidente o elogio à clareza dos *Monárquicos do Norte* na expressão e materialização dos seus intentos, sem artifícios ou subtilezas, exortando os republicanos a fazer o mesmo, impedindo o sucesso da iniciativa daqueles. O *diário republicano da noite* colheu parte das informações que servem de base ao seu argumentário no jornal monárquico *A Pátria*, que intensificara as suas posições e iniciativas na edição de dia 16 de Janeiro.



Figura 12
O fim da *Monarquia da Norte* estampado na primeira página d'*A Capital*, de 20 de Janeiro de 1919.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Os periódicos podem construir acontecimentos, parcialmente na medida em que estiverem atentos a movimentações ideológicas de diversa natureza, mormente as mais perigosas de sentido oposto, insuflando uma reacção a partir desse trabalho de pesquisa conducente ao conhecimento aprofundado do adversário. Os responsáveis e jornalistas d'*A Capital* estavam tão atentos que viram com preocupação o modo como *A Pátria* tratou Sidónio Pais e a sua memória. Para estes monárquicos, eram dúbias as propostas que aquele fizera no início do seu mandato presidencial no sentido de estar aberto à Monarquia, tendo-se depois revelado e demonstrado republicano, querendo fazer o inverso do que prometera inicialmente. Este suposto desmascaramento de Sidónio, com cujo conteúdo *A Capital não concordava, demonstrava uma atitude combativa por parte d'A Pátria*, que aquele jornal republicano queria

replicar, alertando para o perigo que a mudança de regime poderia configurar num momento delicado da conjuntura internacional, desgastada por uma guerra longa e desastrosa. *A Capital* termina o seu arrazoado sobre o perigo monárquico, apelando ao presidente do governo Tamagnini Barbosa para que não ignore essa realidade e aja em conformidade.

Com o passar do tempo, circunscrita a *revolta* monárquica a uma região, e sem bases materiais nem contingente e armas para fazer face aos republicanos, estes, entretanto mobilizados, organizados e coordenados, foram-se encaminhando para a vitória, sendo que os *órgãos de informação*, como *A Capital*, contribuíram para o fortalecimento do espírito de grupo junto da opinião pública.

Ao longo de todo este período, *A Capital* acompanhou pormenorizadamente o evoluir dos acontecimentos. Entretanto, os pontos de apoio da *Monarquia do Norte*, Lamego ou Estarreja, foram perdendo força até à derrota final, a 23 de Fevereiro. A 25 de Fevereiro de 1919, *A Capital* noticia o seguinte, de modo sarcástico: “O Regresso à normalidade. Notas para História. A cólera Popular. O Eden do Porto está hoje reduzido a um montão de escombros”.

Alguns anos depois, no decurso de uma conjuntura política também bastante complexa, mas assaz diversa, assistiu-se ao final do regime republicano, que vivera um longo estertor nos seus últimos tempos. A 28 de Maio de 1926, *A Capital* noticiou as movimentações de um golpe militar que partira de Braga, liderado pelo General Gomes da Costa, demonstrando-se seriamente preocupada com o rumo dos acontecimentos, considerando ditatorial essa tentativa, cabendo ao Governo, alegadamente, impedir a concretização deste cenário, apesar de poder não ter condições para fazer face ao contexto histórico adverso:

Na leitura dos jornais da manhã temos conhecimento de que tinha eclodido a revolta militar de que há tanto tempo se falava. A divisão militar de Braga insurreccionou-se sob o comando do General Gomes da Costa. Segundo uma informação oficial, contra os revoltosos estão marchando forças militares pertencentes à divisão do Porto. O Senhor General Gomes da Costa lançou uma proclamação às tropas revoltadas. A análise desse decreto não permite dúvidas quanto aos objectivos dos insubmissos. Condena-se, nesse escrito, a República. Estamos, portanto, em frente de quê? Manifesta e iniludivelmente, o movimento revolucionário tem por fim a implantação de um régimen ditatorial. Mas todo o exército comunga dessas ideias? É evidente que não. Nem todas as tropas foram atrás da espada do General Gomes da Costa. Nem foram, nem irão. Nas próprias regiões onde agora operam os revoltosos, existem forças militares que não aderiram ao movimento de insubordinação das tropas bracarenses. (*A Capital*, 28 de Maio de 1926, p.1)



Figura 13

O relato das movimentações militares oriundas de Braga e que culminaram no derrube da I República aparece logo n' *A Capital* de 28 de Maio de 1926. O apelo para "salvar a República e a Liberdade" cairia em saco roto!

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Interessante se torna verificar que *A Capital* nota divisões no seio dos ditos *revoltosos*, apontando que se trata de um movimento avaliado como restrito. Reconhece o jornal que o problema dos tabacos era uma das razões que levava ao golpe em curso:

Sendo assim, como realmente é, a revolta é parcial, restrita e, por conseguinte, fraca de origem. Qualquer, porém, que seja a sua amplitude, compete ao Governo restringi-la ao mínimo para bem da pátria e da República. É o seu dever primário. *Não há revolta que não tenha fundamento num qualquer mal social, grande ou pequeno. A revolta presente não foge a essa regra geral. A população portuguesa excitou-se por causa do mal-aventurado problema dos Tabacos. É de boa lógica e de excelente prudência destruir a origem do mal.* (...) Tem o Governo os elementos indispensáveis para reduzir à obediência os militares que se colocaram ou vierem a postar-se numa posição adversa à ordem e à disciplina? Um Governo que é partidário, que não pode deixar de ser partidário, é o mais apto a reestabelecer a ordem nos espíritos? (...) Temos o dever de responder com firmeza e sinceridade. Cremos que não! (*A Capital*, 28 de Maio de 1926)

O movimento militar *revoltoso* acabou por impor-se, mas na edição de 29 de Maio *A Capital* noticia ainda que, segundo diz o Governo, as forças *insubordinadas* estão sendo cercadas

e duas colunas de Infantaria 7 renderam-se. O vespertino exhibe no título o tom assertivo e exaltado da defesa da República, contra qualquer ditadura, a dos *insubmissos* e a governamental e não deixou de noticiar possíveis divisões no seio daqueles entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas:

Pela República! Pela Liberdade! Republicanos, é preciso vencer quer a ditadura do governo quer outra que se esboce em nome dos altos interesses da Pátria! (...) Mas não há dúvida que a Proclamação do Sr. General Gomes da Costa tem a densidade das trevas. É uma antítese perfeita e completa da doutrina da carta do Sr. Comandante Cabeçadas. (*A Capital*, 29 de Maio de 1926)

A *Capital* declarou que necessitava de ver se os dois se entendiam. Isso aconteceu e o complexo 28 de Maio de 1926 saiu vitorioso (Chorão, 2009; Farinha, 2009). No *diário republicano da noite*, como de resto na maioria dos periódicos de informação geral, existiu a defesa do regime republicano entre 1910 e 1926.

4.3. Os *lock-outs* patronais e as greves do operariado da imprensa: o caso da suspensão dos jornais diários de Lisboa em Junho de 1919

A análise da imprensa entre 1910 e 1926 comporta vários desafios e alguns riscos. Uns e outros aliciantes e prometedores, mas não isentos de incertezas, zonas de sombra e ambiguidades. Desde logo, a I República, apesar de não ter sido particularmente longa, alberga, eventualmente, uma temporalidade conjuntural. Todavia, esta taxinomia, de ressonância e ascendência Braudeliana, revela-se problemática se for cumprido o desafio segundo o qual urge atentar na complexidade acontecimental da I República percorrida, pelo menos, por três fases: de 1910 a 1914, de 1914 a 1918 e de 1919 a 1926. O primeiro lapso temporal corresponderia, grosso modo, à implementação do regime republicano com cisões partidárias no seu dealbar e várias medidas reformadoras. Por outro lado, a I Guerra Mundial suscitou alinhamentos pró e anti-belicistas, sem esquecer, a partir de Dezembro de 1917, o governo de Sidónio Pais e o seu significado político. Após 1919, houve tentativas goradas de regressar, uma vez mais, à Monarquia e o xadrez político tornou-se mais denso, promovendo uma celebrada sucessão de governos até culminar no golpe estado de 28 de Maio de 1926.

Neste ponto interessa-nos testar a validade conceptual daquela periodização, mas sobretudo perceber se a imprensa periódica se limita à reconstituição dos acontecimentos enquanto observadora externa ou se, a par desta atitude ou função, assume ela própria um papel fulcral na produção de acontecimentos históricos. Para o efeito, recorreremos a um estudo de caso: a suspensão dos jornais diários de Lisboa em Junho de 1919, sob a forma de *lock-out* patronal devido às acções de protesto do operariado gráfico contra o encerramento do jornal

A Batalha. Abordaremos as formas em como este *lock-out* se manifestou, o seu desenlace e significado na história da imprensa portuguesa. Pela singularidade do acontecimento, merecerá especial cuidado a análise do diário *A Imprensa*, criado pelas empresas jornalísticas como resposta à greve geral dos seus trabalhadores, bem como a cobertura noticiosa e política do jornal *A Capital*, dirigido por Manuel Guimarães.

4.3.1. As condicionantes específicas

Tivemos algumas condicionantes específicas que levaram à greve geral de solidariedade, de 48 horas, a 17 e 18 de Junho, que, por sua vez, levou ao *lock-out* patronal. Ou seja, à suspensão dos jornais diários de Lisboa. A saber:

- 1.^a Esta não era uma greve isolada, pelo contrário, era mais uma a juntar a tantas outras que marcaram o ano de 1919 e que não podem ter uma leitura estritamente económica. Por outras palavras, eram o resultado prático da influência cada vez maior da Revolução Russa de 1917 no movimento operário português;
- 2.^a Quanto à leitura económica, a greve reflectia o contexto do pós-guerra, marcado pelo aumento do preço dos géneros essenciais, fenómeno associado à crise da produção agrícola e industrial, à fuga de capitais ou ao açambarcamento e especulação. A desvalorização dos salários por parte de uma inflação galopante conduziria a uma resposta sindical. A greve geral de 1918 daria o mote para o alargamento e organização das lutas operárias, visível na criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) em 1919. (Matos, 2018, 194)
- 3.^a Do ponto de vista político, a greve traduzia a hostilidade crescente entre o poder político e o movimento sindical;
- 4.^a A par da agitação política e social, temos uma crise sanitária: o país experimentava uma terceira onda de pneumónica, que só terminaria no final do Verão de 1919. Em Portugal, o número oficial de vítimas foi superior a 60 mil!

4.3.2. Os passos do *lock-out* patronal de Junho de 1919

Telegraficamente, os passos que levaram ao *lock-out* patronal de Junho de 1919 foram os seguintes:

1.º A greve geral de 48 horas (17 e 18 de Junho) convocada pela União Operária Nacional, como “demonstração de solidariedade” para com os trabalhadores da Companhia União Fabril (CUF), em greve desde 25 de Maio, por motivo do despedimento dos trabalhadores mais empenhados na organização do respectivo sindicato — a greve geral contou com a adesão da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, associada da União Operária Nacional (UON)², pelo que durante esses dois dias não saíram jornais diários na capital, com excepção de *O Século*, que terá sido o único que chegou às bancas (o que nos diz que os seus trabalhadores ou parte deles não concordaram com a greve geral);

2.º O encerramento pelo Governo das instalações da UON e do seu órgão informativo, o jornal *A Batalha*, que funcionava no mesmo edifício, a 18 de Junho;

3.º A acção de protesto da classe gráfica contra as medidas repressivas do poder político, protesto que se expressou na recusa em trabalhar enquanto o Governo não desbloqueasse a situação — a Federação do Livro e do Jornal, à altura em pleno processo negocial com as empresas em torno de um novo convénio de trabalho, anunciou que os gráficos se recusariam a compor e a imprimir sempre que *A Batalha* estivesse sob ameaça estatal;

4.º O *lock-out*, como resposta, das empresas jornalísticas: entre 19 de Junho e 3 de Julho, os principais jornais diários com sede em Lisboa foram suspensos por iniciativa concertada entre as respectivas empresas, que romperam as negociações laborais com a Federação do Livro e do Jornal — nesta acção ofensiva participaram as empresas de 14 jornais diários, matutinos e vespertinos: *A Capital*, o *Diário de Notícias*, *A Época*, o *Jornal do Comércio*, o *Jornal da Tarde*, *A Luta*, *A Manhã*, *O Mundo*, *A Opinião*, o *Portugal*, a *República*, *O Século*, *A Vanguarda* e a *Vitória*;

5.º A edição, igualmente como resposta ao protesto dos operários gráficos, do *Boletim da Imprensa* e do jornal *A Imprensa*, publicações que, como iremos ver, foram um canal de uma campanha contra o “sindicalismo revolucionário”, que vinha ganhando terreno nas organizações operárias desde a Revolução Russa de 1917 — o *lock-out* propriamente dito foi anunciado no *Boletim da Imprensa* (não datado, mas que segundo as notícias foi distribuído no dia seguinte, a 20 de Junho), e justificado no diário *A Imprensa*, iniciado a 21 de Junho.

2 A União Operária Nacional (UON) foi a primeira organização sindical, de âmbito nacional, criada pelos trabalhadores portugueses. Foi criada a 17 de Março de 1914, durante o Congresso Nacional Operário de Tomar, representando 103 sindicatos, 7 federações e 90.000 trabalhadores.

4.3.3. *A Imprensa* e o “sindicalismo revolucionário”

O novo diário *A Imprensa* publicou-se entre 21 de Junho e 3 de Julho de 1919. No total, saíram 13 números. O jornal tinha cinco edições diárias, mercê do trabalho realizado por tipógrafos d’*O Século* que não aderiram à greve e, mais tarde, por técnicos cedidos pelas autoridades policial e militar.

Proclama-se, portanto, como “o jornal de maior circulação em Portugal”. Os dois primeiros números saíram das tipografias de *O Século* e os restantes das do *Diário de Notícias*, alteração que se reflecte no grafismo, desde logo no tipo usado no cabeçalho do jornal.

Figura 14
Primeira página do 1.º número do jornal
A Imprensa (21 de Junho de 1919).
Fonte: Hemeroteca Municipal
de Lisboa.



A responsabilidade editorial competia a uma “Comissão Directora” composta por Augusto de Castro (*Diário de Notícias*), Hermano Neves (*A Vitória*), João Pereira da Rosa (*O Século*) e Manuel Guimarães (*A Capital*). Isto é, era assegurada pelos mais reputados e experientes jornalistas da época. Quanto ao cargo de editor, coube a António Maria Lopes (*O Século*), nos dois primeiros números, passando o terceiro para Acúrsio das Neves (*Diário de Notícias*), quando a administração, redacção e oficinas transitaram para as instalações deste jornal, no Bairro Alto.

Como vimos, a par do *lock-out*, *A Imprensa* foi criada pelas empresas de jornais como retaliação à greve geral dos seus trabalhadores. Mas qual era o seu principal fim ou fins? Que estratégia discursiva vai adoptar? Começando pelo fim ou fins d'*A Imprensa*. O jornal surgia para que o público, face ao *lock-out*, não ficasse sem notícias do que se passava no país e no estrangeiro. Assim era dito em editorial, no primeiro número, de 21 de Junho, que funcionou também como uma espécie de programa do novo jornal:

Os jornais diários de Lisboa, suspensos por acordo comum, em face da singular ameaça que lhes foi feita, e enquanto as circunstâncias lhes não permitam reaparecer, deliberaram, por unânime consenso, iniciar a publicação de *A Imprensa*, a fim de que o público, neste momento supremo em que tão grandes acontecimentos se produzem, dentro e fora do país, não fique privado do conhecimento desses factos. (*A Imprensa*, 21 de Junho de 1919)

A Imprensa posicionou-se como “um jornal de vasta informação”, na linha, portanto, dos jornais suspensos que lhe davam origem, na sua larga maioria caracterizados por um jornalismo mais popular e noticioso. Mas lendo aquele editorial com atenção, bem como os que se seguiram, percebe-se claramente que *A Imprensa* teria dois objectivos, não menos importantes: por um lado, seria como que um órgão de defesa das posições políticas das empresas jornalísticas na luta contra a classe gráfica — os jornais suspensos estariam, assim, “unidos para a luta como um só jornal”; por outro lado, o novo jornal procuraria garantir que a cobertura noticiosa dos acontecimentos não fosse apenas realizada pel'*A Batalha*, jornal cada vez mais importante no panorama da imprensa nacional, *libertado* desde 19 de Junho.

Com uma tiragem entre os 20 mil e os 25 mil exemplares, contando com uma vasta rede de distribuição e financiamento militante, o diário operário rivalizava com os mais relevantes jornais da altura. Criado cinco meses antes do *lock-out* patronal, a 23 de Fevereiro de 1919, *A Batalha* alcançou imediatamente uma grande receptividade entre o operariado (urbano e agrícola), cumprindo com grande eficácia a sua missão de informar, mas também de doutrinar, organizar e mobilizar as classes profissionais. Daí que tenha sido percebido como uma ameaça pelo patronato e pelo poder político e governativo (republicano), e por isso mesmo, alvo de medidas repressivas.

A Batalha, a par dos jornais monárquicos e católicos, foi um dos jornais mais visados pela censura republicana no pós-guerra.



Figura 15
Exemplar de 1 de Maio de 1920
d'*A Batalha*, órgão da Organização
Operária Portuguesa e o mais
importante jornal operário publicado
durante a I República.
Fonte: Hemeroteca Municipal
de Lisboa.

Voltando ao diário *A Imprensa* e às suas estratégias discursivas; destas importa reter as seguintes ideias:

- 1.^a A moção da Federação do Livro e do Jornal, apresentada numa reunião entre as empresas de jornais e os representantes da organização sindical, pela qual a “classe gráfica se comprometia a não compor, nem imprimir qualquer jornal sempre que *A Batalha* fosse por qualquer forma impedida de circular”, é vista pelos jornais de Lisboa como “uma humilhante imposição operária”, uma “coação revoltante” e uma inaceitável pressão de “orientações desorientadas” contra a imprensa portuguesa;
- 2.^a A ser aceite, “tão inaudita intromissão da classe tipográfica”, abriria um precedente que poria em causa a sua própria sobrevivência: o “pessoal tipográfico” como o árbitro por excelência dos deveres de solidariedade entre os jornais. Era isto que estava em causa e era isto que as empresas de jornais não podiam admitir, sob pena de caírem no arbítrio do operariado gráfico ou na “tirania” ou naquilo que designavam pela “ditadura do proletariado sobre a imprensa”;
- 3.^a Consequentemente, não lhes restava outra alternativa que não fosse a luta, uma espécie de greve à greve, daí a suspensão dos jornais de Lisboa e, ao mesmo tempo, a publicação do jornal *A*

Imprensa. Sem surpresa, temos uma leitura maniqueísta do conflito em causa: “dum lado, os que têm por fito a subversão de todo o existente, arrastados por obsessão idealista ou malevolência doentia”, o operariado gráfico; “do outro, aqueles que no restabelecimento, ainda possível, do justo equilíbrio das forças sociais põem as suas patrióticas esperanças num futuro melhor”, as empresas jornalísticas;

4.^a Assim se compreende porque estas vão colocar a luta contra a classe operária num plano moral, pois o que estava em causa era a liberdade de “poder livremente dispor dos seus destinos” e, mais grave, a “liberdade de pensamento e consciência”, agora ameaçadas. A luta ganhava, portanto, foros de “causa justa” e, como tal, o desenlace não podia deixar de ser favorável às empresas dos jornais diários de Lisboa, como em parte foi, como iremos ver;

5.^a Por último, a separação entre as reclamações apresentadas pelo operariado gráfico às empresas jornalísticas — as negociações com vista a um novo convénio de trabalho decorriam desde finais de Maio — e o novo conflito aberto com a classe gráfica por causa da sua recusa em publicar qualquer jornal sempre que *A Batalha* fosse por qualquer forma impedida de circular. Para as empresas de jornais as duas situações eram distintas, por consequência teriam que ser tratadas separadamente: só depois de resolvida a segunda, que expurgavam de qualquer natureza económica (era moral, como vimos), se poderia voltar a retomar as negociações da primeira, vista como um “incidente”.

4.3.4. A cobertura jornalística d’*A Capital*

Neste ponto a atenção centra-se n’*A Capital*, procurando responder de forma aproximada, indiciária e lacunar a algumas questões que percorrem este estudo de modo transversal, mais ou menos destacado, e que decorrem da seguinte problemática, condicionando-a e sendo por ela afectadas: o *lock-out*, suas origens, características, implicações e efeitos. Podem ser colocadas diversas interrogações: qual a relevância da temática no jornal, quantitativa e qualitativamente? Que motivações e objectivos presidiram às escolhas efetuadas? Quais os ângulos de abordagem escolhidos? A que público se dirigem as notícias sobre o *lock-out*?

As hipóteses a testar no que concerne à presença, natureza e impacto do *lock-out* n’*A Capital* contemplam as vias descritas no imediato: o assunto em pauta patenteia escassez no plano numérico, que não impede riqueza de significações, repercute as orientações gerais do periódico fundado em 1910, confirmando a importância do director n’*A Capital*, no *lock-out* e no processo negocial que se lhe seguiu, construindo as realidades político-culturais, sociais, económicas de que faz parte, não sendo delas reflexo inexpressivo. Por outro lado, de um modo bem distinto, uma segunda hipótese, entre outras, ganha corpo. O *lock-out* foi apenas um episódio que passou quase despercebido no *diário republicano da noite*, não

deixando quase sequer rasto, imperando a publicação anódina do acordo que se seguiu ao acontecimento, que pode não ter passado a fronteira de facto para se tornar facto histórico e muito menos jornalístico, sendo destituído da espessura deste, ou de um entendimento do acontecimento que não o restrinja àquilo que se manifesta num dado momento ou lugar com vários actores, comportando ocorrências, instâncias e existências várias correlacionáveis.

No entanto, torna-se imperativo romper com chaves dicotómicas consignadas como algo absoluto, defendendo outrossim a sua validade relativa, instrumental e hermenêutica. Isabel Babo diferencia acontecimentos jornalísticos e históricos, ressaltando a ênfase concedida a duas dimensões temporais, respectivamente o passado e o presente, deixando espaço na sua reflexão para a possibilidade de interligar temporalidades, entrelaçando-as, sendo útil a diferenciação mormente a nível heurístico:

O acontecimento é uma entidade histórica e jornalística por excelência e a sua temporalidade é o presente. Ora, o presente é o objeto da narrativa jornalística, enquanto a história se ocupa do passado. Por isso, o dispositivo compreensivo e explicativo da história, suportado pela dimensão empírica e documental, distingue-se da lógica jornalística que vive ao ritmo do acontecimento e que se subordina ao presente. (Babo, 2018, p. 85)

Isabel Babo define acontecimento como irrupção do novo, que não oblitera nem subsume as reacções que provoque, no que tange à sua valorização enquanto recepção, incorporando descontinuidade, narrativa e sentido como elementos fulcrais na construção de efeitos, entre a experiência e o horizonte de expectativas, numa linha devedora a Koselleck:

Único, singular e inesperado, o acontecimento é a irrupção da novidade — é o aparecimento (o princípio, o advento) de qualquer coisa de novo — e, nesse sentido, introduz a descontinuidade. O acontecimento afecta alguém ou uma comunidade, precisamente porque surpreende, atinge, perturba e porque tem consequências. Serão estas últimas que em termos retrospectivos e narrativos marcarão o seu sentido. (...) Todo o acontecimento é uma unidade de tempo delimitada à qual se pode dar um passado e um futuro, enquadrados num “campo de experiência” e num “horizonte de expectativas”. (Babo, 2011, pp. 74-75)

Importa entender, desde logo, que do ponto de vista metodológico parece proveitoso um travejamento que percorre este estudo, afigurando-se como basilar também no tratamento deste jornal, sem apagar a sua especificidade, mas enquadrando-a num conspecto mais lato: os jornais são produto e reflexo das épocas em que surgem, é certo, repercutindo as respectivas peculiaridades, expressas num plano diacrónico, mas também sincrónico. Todavia, esta perspectiva é, do nosso ponto de vista, insuficiente e compaginável com outra, igualmente relevante, e que pode configurar uma inversão, transformação e até subversão da exposta.

Aos periódicos cabe, muitas vezes, um papel activo e importante na construção de modos de ser e de estar, assumindo-se enquanto constructos culturais complexos e multiformes, formando mentalidades e a opinião pública e contribuindo decisivamente para a constituição de uma plataforma densa que envolve formas de pensar o indivíduo e a sociedade, conceptualizações assistemáticas e incipientes, ou então estruturadas e expressivas, integrando estratégias, táticas e catapultando a tomada de decisões, que não raro extrapolam o ideal de objectividade associado ao dever de informar, albergando possibilidades de doutrinação mais ou menos explícitas ou conscientes.

Este andamento sobre o tratamento noticioso do *lock-out* n'A *Capital* estrutura-se do seguinte modo: inicialmente procede-se a uma descrição breve do percurso biográfico do director do jornal, e do primeiro editorial, correspondente ao número inaugural, de 1 de Julho de 1910, de forma a enquadrar e contextualizar a temática em apreço, que constitui o fulcro deste tópico. Em trabalhos futuros é fundamental aprofundar o estudo do trajecto de Manuel Guimarães, que merece uma investigação autónoma, ou pelo menos alargada, que não se circunscreva a um conjunto de dados esparsos que por ora se enunciam.

O director d'A *Capital* terá nascido em S. Tomé, em 1868, e faleceu na capital portuguesa a 12 de Agosto de 1938. Ficou órfão de pai aos quatro anos, situação que obrigou a sua mãe a vir com ele e os irmãos para Lisboa, onde frequentou o liceu. No entanto, teve que interromper esta experiência para fazer face às dificuldades económicas enfrentadas. Começou por trabalhar na Companhia dos Caminhos de Ferro:

Para ganhar a vida foi-lhe preciso começar muito cedo a trabalhar e empregou-se num modesto lugar dos Caminhos de Ferro Portugueses, onde chegou ao lugar de inspector. Conseguiu fazer-se informador de *O Século*, dando-lhe noticiário dos serviços da Companhia, que mais podia interessar ao jornal e ao público (...). De repórter noticioso e político, passou a redactor e a escrever artigos "suetos" e foi orientador de campanhas populares e de educação. (*Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, 1998, pp. 897-898)

A entrada no universo dos jornais deu-se por via indirecta, tendo começado por dar informações ao jornal *O Século* sobre a companhia onde trabalhava. Essas informações permitiram-lhe transitar plenamente para o universo jornalístico exercendo, n'*O Século*, várias tarefas e ocupando diversos postos, até se tornar numa personalidade na qual Silva Graça, o director do jornal, muito confiava:

Rapidamente conquistou a amizade e absoluta confiança de Silva Graça, de quem foi o braço direito. Quando Silva Graça se ausentava para o estrangeiro, Manuel Guimarães ficava a substituí-lo, por bastantes meses e até em situações particularmente difíceis da vida portuguesa. Quando *O Século* organizou uma campanha de protecção às crianças pobres de Lisboa, Manuel Guimarães

colaborou nesse empreendimento, do qual também foram seus auxiliares os médicos Drs. Samuel Maia, José Pontes, Tovar de Lemos e Jorge Cid e mostrou o seu grande amor a essa obra, que mais tarde tomaria maior amplitude, a Colónia Balnear. Entretanto, Manuel Guimarães saiu de *O Século* e fundou *A Capital*, periódico vespertino, a 1 de Julho de 1910, cerca de três meses antes da proclamação da República, com outras personalidades como o jornalista Tito Martins e Jorge Abreu. (*Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, 1998, pp. 897-898)

No editorial do primeiro número d'*A Capital*, de 1 de Julho de 1910, estão ausentes informações detalhadas sobre as origens de Manuel Guimarães. Também primam pela ausência reflexões pormenorizadas acerca da natureza do periódico, destacando-se a luta contra a situação política de grande impasse, que corresponde ao estertor da Monarquia Constitucional onde o rotativismo continua a imperar, sendo crescente o incómodo sentido.

O editorial inaugural critica o governo de esquerda e o bloco de direita por alegadamente consubstanciarem ambos etiquetas vazias de sentido. O texto em consideração é sobretudo político, antimonárquico e republicano, dirigindo-se em termos genéricos à população, engendrando um discurso que é mais um manifesto do que uma circunstanciada declaração de intenções ou princípios, que comparecem de modo pouco ou nada sistemático. Questões e dinâmicas processuais internas relativas aos estatutos do jornal não marcam presença, em detrimento da exortação à luta:

Governo de Esquerda! Bloco de direita! Rótulos vazios de sentido, etiquetas falsas! (...). É no meio desses o nosso posto e combate. Procuraremos inspirar-nos no exemplo admirável de abnegação e sacrifício desse exército de generosos combatentes: robustecer a nossa fé na sua fé ardente e patriótica, fortificar o ânimo, quando porventura experimentado pela amargura dos revezes, na sua heróica dedicação, exemplarmente inquebrável, por um ideal que enche as almas de luz e os corações de ternura; reflectir as suas raras alegrias, sofrer as suas grandes dores, bradar as suas justas cóleras, chamar à verdade e ao dever as populações ainda adormecidas na ignorância que é a força do regime monárquico, ou caídas pelos desenganos de tantos anos de luta estéril e pelas promessas sempre mentidas dos partidos monárquicos (...); lutar, combater, doutrinar, influir por todos os meios ao alcance da nossa mediania, mas com a intensa dedicação das nossas convicções ardentes, para que o povo, rompendo com o prejuízo histórico que faz dele o mais atrasado e o mais miserável dos povos da velha Europa, sem direitos e sem regalias, sujeito aos caprichos do poder, relegado à condição ínfima de servo, ganhe com o estabelecimento de um governo de todos, por todos e para todos que é o governo da República, a consciência da soberania e adquira as virtudes políticas que são a base e o fundamento da dignidade cívica. (*A Capital*, 1 de Julho de 1910)

Apesar deste apelo moral, ético e cívico, a I República, instaurada a 5 de Outubro de 1910, passou por diversas contradições internas, instabilidades várias, momentos diversos e

fases distintas. A I Guerra Mundial constitui um marco a nível externo e interno. O assassinato de Sidónio Pais, Presidente da República, também, no plano nacional, a 14 de Dezembro de 1918, situação que tornou patente e agravou a instabilidade e acelerou mudanças de governo e de orientação assaz profundas. Desde logo, assomou uma guerra civil, que conduziu à restauração da Monarquia no Norte, a 19 de Janeiro de 1919, na sequência de um movimento liderado por Paiva Couceiro e que 4 dias depois chegou a Lisboa. No entanto, esta tentativa saiu frustrada, sendo gorada a 13 de Fevereiro, com a vitória militar do Partido Republicano Português e a expulsão das tropas monárquicas do Porto. A *Capital* acompanhou este processo de forma muito presente e extremamente detalhada, através de editoriais e notícias diversas, colocando-se do lado dos republicanos, mas alinhando por uma postura mais moderada e conservadora do que a defendida pelo Partido Democrático, não deixando, todavia, de reafirmar o apoio à República, tal como o fizera desde a sua criação, ainda que de formas diversas, decorridos que estavam 9 anos de tantas transformações.

Não é, pois, de estranhar que este clima de profundas incertezas tenha atraído a atenção noticiosa d'A *Capital*. A conferência de Paris, ocorrida a 18 de Janeiro, e sobretudo as consequências que acarretou, desencadearam preocupação e apreensões, com eco considerável no vespertino durante vários meses, transmitindo os respectivos impasses, mas também esperanças e desilusões.

A 27 de Janeiro de 1919 tomou posse o décimo nono governo, liderado por José Relvas e exonerado a 30 de Março. A 23 de Fevereiro fora fundado A *Batalha*, órgão da União Operária Nacional, que foi fundamental na organização das classes trabalhadoras. Desde então e até 29 de Junho existiu um novo governo presidido por Domingos Pereira, mas teve duração também muito curta. Não resistiu a uma conflitualidade social crescente, com várias greves sectoriais a acontecer, culminando na Greve Geral de 16 de Junho e dois dias depois deu-se o protesto da classe gráfica contra o encerramento da União Operária Nacional e do seu jornal A *Batalha*, que implicava a paralisação da actividade laboral enquanto não fosse reposta a normalidade. Contra esta tomada de decisão, as principais empresas do sector impuseram um *lock-out*, que vigorou até 3 de Julho. Entretanto, a 29 de Junho, tomara posse Alfredo de Sá Cardoso, presidente do vigésimo primeiro governo, que se manteve em funções até 21 de Janeiro do ano seguinte.

N'A *Capital*, a temática do *lock-out* surge de modo central apenas em três momentos e em função do acordo entre as partes. Todas as informações sobre situações de conflitualidade anteriores à negociação e respectivo desfecho são apresentadas no quadro exposto, sem terem merecido destaque autónomo anterior, mas a publicação noticiara a greve geral, os seus antecedentes e as greves sectoriais que a precederam. Este quadro pode ter decorrido de diversos factores. Por um lado, revela-se operativo sublinhar que A *Capital* foi parte activa no processo do *lock-out* e tinha uma posição difícil, dado que poderia potencialmente produzir notícias sobre algo em que estava directamente envolvida como participante, sendo simultaneamente

sujeito e objecto do ofício noticioso, situação caricata, dado que por razões laborais o jornalismo poderia estar a ser alvo de informação, algo a que hoje se chama metajornalismo. Sem incorrer num anacronismo nem forçar a aplicação deste conceito a uma época em que não estava formalizado nem desenvolvido ou sistematizado deste modo é, contudo, útil assinalar que *A Capital* procurou contornar o constrangimento exposto, de modo a não violar a objectividade e a busca pela verdade que alegadamente procuraria desde a sua fundação, mas sem reflectir teoricamente sobre ética.

Num primeiro momento, a 4 de Julho, exactamente quando os vários jornais envolvidos no *lock-out* voltaram a laborar autonomamente, dado que tinham tido um órgão oficial conjunto, *A Imprensa*, enquanto durou a suspensão, *A Capital* publicou na íntegra o documento do acordo do dia 3 entre as empresas jornalísticas que o promoveram e os operários, precedido de uma breve introdução, de natureza preambular, na qual se explica como se chegou a este desiderato, sendo conveniente destacar que os eventos que conduziram ao *lock-out* não são descritos pormenorizadamente. Este texto introdutório foi assinado por todas as empresas jornalísticas envolvidas na questão e é relevante porque revela, desde o título, uma preocupação ética, consubstanciada num viés pedagógico-didáctico, de forma a materializar a posição que defende, concretizando:

A Explicação duma atitude. O conflito existente entre as empresas jornalísticas e a classe gráfica ficou ontem resolvido pelos termos do acordo que abaixo publicamos. Este conflito causou consideráveis prejuízos de ordem material e moral à imprensa de Lisboa, aos tipógrafos também. Ao público que, como era natural, por esta questão se interessou — pela questão em si e pelos aspectos que ela comporta — devemos explicações. O incidente é conhecido. Bom é, porém, referir que nele não houve qualquer divergência sobre questões materiais — pois que disso não se tratava — nem qualquer intuito por parte das empresas jornalísticas de prejudicar ou hostilizar a classe gráfica. Houve apenas a necessidade de afirmar um indispensável princípio de ordem. A necessidade de afirmar esse princípio traduziu-se desde o começo numa atitude que foi comunicada ao público no *Boletim* de 20 de Junho passado e confirmada na nota oficiosa da reunião realizada pelos directores e representantes dos diversos jornais em 23 do mesmo mês na Associação Industrial. (*A Capital*, 4 de Julho de 1919)

É importante assinalar o modo como *A Capital* e as outras empresas jornalísticas adjetivam o processo que conduziu ao *lock-out*, denominando-o por esta ordem: *conflito, questão, incidente*. Note-se que começam pela dimensão relacional, prosseguem pela via reflexiva da contenda e, por fim, destacam uma vertente temporal, que demonstra o *clímax*, o ponto mais alto da tramitação em curso.

O *lock-out* como acontecimento implica um conjunto de episódios e eventos, historicamente situáveis. Não deixa de ser curioso que a introdução ao acordo que põe fim ao *lock-out* é ambígua e de árdua circunscrição e classificação taxonómica, dado que pretende ser jornalística

e objectiva, enquanto se assume como explicação, mas envolve, conscientemente ou não, a historicidade da situação e o testemunho de um dos participantes na contenda, que demonstra isso mesmo ao insistir, de modo assertivo e alegadamente insuscetível de contraditório, que não foram razões de natureza material a ditar o conflito, mas a necessidade de cumprir um imperativo tido como ético e que constitui, eventualmente, um eufemismo para matizar interpretações deceptivas que entendessem o *lock-out* como imposição de autoridade.

Deste modo, confirma-se que, enquanto protagonistas do *lock-out*, as empresas jornalísticas pretendem ser descritivas na explicação de eventos e episódios, mas acabaram por revelar os condicionamentos inerentes ao seu protagonismo.

O *lock-out*, enquanto acontecimento, é irrupção, reflexo de contextos e construção. O texto introdutório em análise demonstra como os efeitos de um processo o transformam e alteram, sob a forma testemunhal, que visa aparentemente a imparcialidade, mas serve-se desse fito para extrapolar esse alegado intento.

Veja-se como instrumentalmente se força essa objectividade, através da referência a dois momentos apresentados como inevitáveis e que reforçaram o *lock-out*, entendido pelos responsáveis das empresas jornalísticas como algo alheio à sua vontade e nunca enquanto ampliação de um gesto eventual e tendencialmente autoritário: a comunicação ao público no boletim das empresas jornalísticas e a nota oficiosa da reunião destas, três dias volvidos. Sobre esta nota diz-se o seguinte na introdução ao acordo que pôs fim ao *lock-out*:

A assembleia geral das empresas dos jornais de Lisboa, editores de *A Imprensa*, resolveu ontem esclarecer o público, declarando mais uma vez que o conflito existente com a classe gráfica se limitou a uma questão moral, sem qualquer carácter económico. As empresas notificaram por unanimidade a sua deliberação de não recommençar a publicação dos seus jornais sem que fique assente o princípio que a classe gráfica não imporá a essas empresas a suspensão da sua publicidade sempre que qualquer jornal, seja ele qual for, seja impedido de circular. (...) As Empresas Jornalísticas não duvidam reconhecer, como sempre reconheceram, à Federação [do Livro e do Jornal] o seu direito e o seu dever de defender os seus interesses de classe (...). Em virtude deste acordo cessa hoje a publicação de *A Imprensa*, jornal editado por todos os jornais de Lisboa e que estavam normalmente saindo nos últimos dias cinco edições diárias. (*A Capital*, 4 de Julho de 1919)

A Capital e as outras empresas jornalísticas que assinaram a introdução ao acordo que pôs fim ao *lock-out* comprometeram-se a respeitar a defesa dos direitos de classe por parte da Federação do Livro e do Jornal, representante dos gráficos. Esta, em contrapartida, foi instada a aceitar não suspender a publicidade por parte das empresas quando os jornais fossem impedidos de circular. Essa aceitação ficou plasmada na primeira cláusula do acordo propriamente dito, enquanto a questão da defesa dos direitos de classe foi salvaguardada na alínea b) do referido documento, comprometendo-se a Federação do Livro e do Jornal “a não

prejudicar as empresas jornalísticas que sejam alheias ao conflito”. Documento que apresenta como terceira decisão conjunta a seguinte:

Ambas as partes entendem que as empresas jornalísticas não são obrigadas a pagar aos operários gráficos os dias em que estes se conservem em greve, mas levantando-se dúvidas sobre se num determinado momento houve greve ou *lock-out*, ambas as partes entregam a resolução dessas dúvidas à decisão de um árbitro que não pertença a nenhuma das classes interessadas, mas da confiança dos litigantes. (...) A decisão do árbitro será respeitada em absoluto por ambas as partes; d) As empresas aceitam o reatamento imediato das relações com a Comissão da Federação do Livro e do Jornal para ultimar as negociações entabuladas acerca das reclamações pendentes. Aceite este acordo dá-se como imediatamente terminada a suspensão dos jornais, não exercendo as empresas represálias sobre o seu pessoal nem retaliações sobre os seus colegas que não aderiram ao movimento. (*A Capital*, 4 de Julho de 1919)



Figura 16
Edição com o “Acordo entre as Empresas Jornalísticas e a Federação do Livro e do Jornal”, in *A Capital* (4 de Julho de 1919).
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

No dia 5 de Julho, *A Capital* publicou um editorial no qual detalhou livre e autonomamente a sua posição, que retoma, desde o título, *a questão dos jornais*. Neste texto ficou claro algo que não estava explícito na tomada de posição conjunta das empresas jornalísticas no proémio ao acordo com a *Federação do Livro e do Jornal* e a classe dos gráficos, talvez porque o proémio e termos do clausulado que postulam e confirmam o fim do *lock-out* assumem um carácter respectivamente institucional e jurídico, situação que não se verifica no editorial em questão. Neste mantem-se a preocupação de esclarecer o público acerca do seguinte:

A atitude de resistência das empresas jornalísticas à resolução da classe gráfica que motivou o seu protesto, não foi talvez bem compreendida pela maior parte do público. Para muitos ter-se-ia, porventura, tratado apenas de uma questão absolutamente circunscrita aos interesses do operariado e do patronato, nos domínios da publicidade jornalística. A verdade, porém, é que a questão teve um âmbito e um significado muito maiores. (...) A imprensa de Lisboa, esta é que é a verdade, não defendeu apenas a sua existência e a sua dignidade. Com a sua atitude levantou um dique a reivindicações excessivas de carácter social, reivindicações baseadas nos exemplos mais intoleráveis e mais delirantes lá de fora. (*A Capital*, 5 de Julho de 1919)

O editorial d'*A Capital* transcreve criticamente um documento publicado em pleno conflito n'*A Batalha* do dia 26 de Junho. Trata-se de uma exposição que precedeu a apresentação de uma moção da autoria de Clemente Vieira dos Santos, pertencente à classe operária, e que se expressou no decurso de uma sessão ocorrida no Porto, de apoio ao comício de Lisboa. O editorial considera essa exposição *reaccionária* e antes de sobre ela se pronunciar detidamente procede à transcrição do documento ao qual se opõe, mas permitindo aos leitores o cotejo entre posições e o exercício do contraditório:

Nesse documento, cujas conclusões foram aprovadas por unanimidade, dizia o seu autor o seguinte, que é verdadeiramente sugestivo: É então que se afirma a consciência colectiva de uma classe a que tenho a honra de pertencer. (...) E num país onde o jornalismo não existe e os jornalistas são aves raras, não é de estranhar que os tipógrafos, à semelhança dos de Barcelona, estabeleçam a «censura vermelha». (*A Capital*, 5 de Julho de 1919)

O comentário do editorial é profundamente negativo para com esta *censura vermelha*, defendida por um representante dos tipógrafos, e chama *ditadura do proletariado* à consciência de classe que Clemente José Vieira parece incentivar. Estamos perante um conflito ideológico grave, e o jornal não deixa dúvidas da sua posição:

Como se vê caminhava-se resolutamente para reduzir a imprensa a um estado de verdadeira escravidão em presença da chamada «ditadura do proletariado». (...) Em todo o caso, o autor do

documento preconiza o emprego violento da Censura Vermelha contra os jornais. (*A Capital*, 5 de Julho de 1919)

O editorial d’*A Capital* faz questão de distinguir os radicais da classe operária, mormente os gráficos, da maioria que, no entender do vespertino, não alinha pelo mesmo diapasão e condena esse radicalismo:

Fácil seria demonstrar que os próprios operários são vítimas dessa propaganda dissolvente de todos os princípios de ordem e harmonia social, uma minoria ambiciosa procura impor-se a todas as classes, não duvidando coagir e até aterrorizar a classe operária. Não é nessa classe que se encontra o menor número de vítimas cometidas por essa minoria alucinada. (*A Capital*, 5 de Julho de 1919)

Sublinhe-se, igualmente, o pendor conservador da perspectiva propugnada pelo editorial em análise, que defende a manutenção da *ordem* e da *harmonia social*. Precisamente um mês volvido após o acordo que cessou o *lock-out*, *A Capital* publica a decisão do árbitro Joaquim Alves Ferreira, proposto pela classe gráfica e aceite pelas empresas jornalísticas. A figura do árbitro estava prevista no acordo, nele ficando assente que seria chamada se surgissem dúvidas no que tange ao acordo. Elas manifestaram-se, sem colocar em causa a maioria das cláusulas expostas anteriormente e recaíram sobre a natureza do processo conflituoso que antecederia o entendimento. Tratar-se-ia de uma greve que o activara, de um *lock-out*, ambos ou nenhum deles?

Joaquim Alves Ferreira expressou-se do seguinte modo:

E sem divagações, nem redundâncias, pelo que fica sumariamente exposto, julgo ter havido a greve que, em economia social se denomina (...) somente até à manhã do dia 19 de Junho. A greve, como tal considerada, cessou pelas declarações constantes de ofício às empresas em que lhes foi comunicado que os quadros dos jornais retomavam a sua actividade profissional, por haverem cessado os seus motivos determinantes. Haveria depois o *lock-out*? É meu parecer que não houve “*lock-out*” no sentido genérico, e a coalizão de patrões que fecham oficinas para resistir às exigências dos operários. Ora, no caso vertente, não se deu precisamente isso. As oficinas fecharam por motivo de greve. E porque, quando os operários a deram por terminada, declarando retomar o trabalho, justificaram a sua atitude examinando a questão económica no mesmo passo que surgiu outra de carácter moral, não menos delicada e melindrosa, mais certamente por insuficiência de redacção do respectivo ofício, mas cuja procedência vieram afinal a reconhecer, desviaram evidentemente a hipótese de *lock-out* no período (...) de 19 de Junho a 3 de Julho, em que não houve propriamente greve nem *lock-out*, mas apenas incidentes resultantes de um conflito que terminou pela celebração de um acordo. (*A Capital*, 3 de Agosto de 1919)

4.4. A censura e as leis de imprensa³

Uma das primeiras prioridades da República foi a revogação da «lei repressiva da liberdade de imprensa de 11 de Abril de 1907», de João Franco. O que se fez num ápice, logo após a revolução republicana, a 10 de Outubro de 1910. Ainda neste mês, a 28, era

promulgada uma nova Lei de Imprensa que estabelecia «o direito de expressão do pensamento pela imprensa, cujo exercício é livre, independente de caução, censura ou autorização prévia» (Art. 1.^o), permitia a mais ampla liberdade de crítica aos actos do Governo (Art. 13.^o) e restituía ao júri o julgamento de todos os crimes de imprensa (Art. 28.^o). Será esta, até 1926, a única Lei de Imprensa, isto é, diploma com carácter global” (TENGARRINHA, 2006).



Figura 17

A nova Lei de Imprensa que define o “exercício do direito de liberdade de imprensa”, in *Diário do Governo*, 28 de Outubro de 1910.

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

³ Este ponto reproduz, com algumas alterações e achegas, o ponto 2. A Censura e as leis de imprensa, do capítulo que Álvaro Costa de Matos publicou sobre a Imprensa na I República Portuguesa (Matos, 2017, pp. 233-306).

Por outro lado, a Constituição de 1911 acolheria no seu artigo 13.º o artigo 1.º acima referido da Lei de Imprensa, sem deixar de acrescentar que o “abuso deste direito [de expressão do pensamento] é punível nos casos e pela forma que a lei determinar”. Mas, durante a I República, foram publicadas várias disposições legais que acabaram por limitar drasticamente a aplicação das bases legais para uma situação de ampla liberdade de imprensa. A saber:

- i) as leis de 9 e 12 de Julho de 1912, como resposta às ameaças monárquicas e à intensa agitação operária, que ampliavam alguns dos fundamentos da apreensão de jornais pelas autoridades judiciais, administrativas ou policiais;
- ii) a Portaria de 29 de Agosto de 1913, que apertava a vigilância governamental, através dos governadores civis, incumbidos agora de elaborar novas listas de publicações periódicas dos seus distritos;
- iii) o Decreto de 12 de Março de 1916, já no contexto da entrada de Portugal na I Guerra Mundial, que concedia poderes às autoridades administrativas e judiciais para apreender, independentemente de julgamento, todos os escritos considerados prejudiciais ao esforço militar;
- iv) a Lei de 28 de Março de 1916, que impôs a censura prévia, «enquanto durar o estado de guerra», a exemplo do que já acontecia em todos os países aliados;
- v) o Decreto de 31 de Março de 1916, que regulamentava a censura prévia, concedendo novamente ao governador civil poderes para suspender as publicações que não cumprissem a lei: a primeira Comissão de Censura Distrital foi criada em Lisboa, no Governo Civil, e, no ano seguinte, as comissões de censura alargaram-se aos distritos do Porto, Braga, Évora e Viseu;
- vi) o Decreto de 31 de Julho de 1916, que tornou extensível às colónias portuguesas o articulado da lei de 28 de Março, “ou seja, a censura preventiva passava a vigorar em todo o território português e não apenas na Metrópole” (PINTO, 2011);
- vii) a Lei de 6 de Setembro de 1917, publicada para atender aos protestos cada vez mais recorrentes dos jornais, que vai restringir a acção das comissões de censura apenas às notícias que fossem efectivamente prejudiciais à «defesa militar ou económica e às operações de guerra» ou «envolvessem propaganda contra a guerra»;
- viii) o Decreto de 9 de Dezembro de 1917, apresentado pouco depois do golpe de Sidónio Pais, que colocou um ponto final na censura prévia à imprensa, ainda que provisoriamente;

ix) o Decreto de 13 de Abril de 1918, que repôs em vigor as leis de 9 de Julho de 1912 e de 28 de Março de 1916, restabelecendo, portanto, a censura prévia à imprensa: voltam a ser visadas, além das notícias de natureza militar relacionadas com o conflito, também as que diziam respeito à segurança interna e ordem pública — situação que se mantém até inícios de 1919, com a justificação da necessidade de enfrentar as incursões monárquicas;

x) a Lei de 28 de Fevereiro de 1919, publicada depois de vencidas as tentativas monárquicas, que volta a abolir censura prévia. Esta só regressaria oficialmente depois da revolução do 28 de Maio de 1926, que instaurou a Ditadura Militar, para dar lugar ao mais longo período de vigência da censura prévia à imprensa no Portugal contemporâneo. Dissemos oficialmente porque, pelo meio, entre 1919 e 1926, a censura informal, bem como as apreensões e suspensões de jornais continuaram a fazer parte do quotidiano jornalístico nacional. Consequentemente, não surpreendem o historiador as violentas reacções dos directores de jornais e dos seus jornalistas às tentativas de amordaçar a imprensa escrita.



Figura 18
O enterro da censura visto pelo lápis do caricaturista Rocha Vieira, numa alusão à Lei de 28 de Fevereiro de 1919, in *Século Cómico*, de Março de 1919.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

4.4.1. As reacções dos jornalistas

As leis de imprensa da República foram objecto dos mais violentos protestos vindos da classe dos jornalistas. Na sequência da Lei de 9 de Julho de 1912, que permitia a apreensão

de «periódicos, cartazes, anúncios, avisos e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos ou publicações que forem expostos à venda por qualquer modo distribuídos ou afixados ou expostos em quaisquer lugares públicos», que fossem «pornográficos ou redigidos em linguagem despejada e provocadora contra a segurança do estado, a ordem e a tranquilidade pública», ou que contivessem “ultraje às instituições republicanas”, vários jornais foram suspensos (Junho de 1914), como o *Diário da Manhã*, *O Dia* e o *Diário do Noite*.

O *Diário da Manhã*, em carta de 17 de Agosto enviada aos outros jornais, revelava que em seis dias o jornal fora apreendido quatro vezes, três das quais em dias seguidos, e, mais grave, que o seu redactor-chefe recebera ordem de prisão, o que o levava a concluir: «restamos duas soluções: ou ficarmos sujeitos a escrever apenas para a polícia e para o governo, ou suspendermos, até que volte a haver um balbucio de liberdade de imprensa neste país» (Cit. Lemos, 2006). Um dia depois, a 18 de Agosto, o diário socialista *Vanguarda* mostrava-se preocupado com as apreensões de jornais e consequente desemprego, pois «dezenas de famílias» ficavam «sem trabalho e sem pão».

Mais paradigmático foi o caso de Brito Camacho, na altura presidente do Partido da União Republicana, quando, a 23 de Dezembro de 1914, tentou publicar no seu jornal *A Luta* um artigo contra a participação de Portugal na guerra. O Governo, na altura presidido por Azevedo Coutinho com os democráticos de Afonso Costa, não permitiu a sua circulação sem prévia autorização do director da Polícia de Investigação (João Eloy), e, para evitar a saída do jornal, mandou cercar o edifício d’*A Luta*, por polícia fardada e à paisana. Como resposta, foi publicado um novo jornal, intitulado *A Notícia*, em tudo igual ao que seria *A Luta* (mas sem o artigo que causara o problema) — uma das estratégias usadas pelos jornais para contornar o controlo das autoridades judiciais, administrativas ou policiais. No artigo de fundo do *novo* jornal Brito Camacho afirmava: «o que a ditadura franquista não fez, sendo o rei o sr. D. Carlos, fê-lo agora um governo democrático, sendo chefe de Estado o dr. Manuel Arriaga». Mas a indignação não ficou por aqui: noutro artigo, intitulado “A censura prévia e a lei de imprensa”, Brito Camacho voltava à carga: «A lei de imprensa da lavra do sr. Afonso Costa ou da sua responsabilidade [Lei de 28 de Outubro de 1910] proíbe no seu artigo 1.º a censura prévia à imprensa. O governo democrático a que o sr. Afonso Costa não preside mas dirige, exerce a censura prévia como hoje se viu e como em outro lugar provamos».

As leis de 12 e 28 de Março de 1916 provocaram igualmente grande descontentamento nos jornais pelas divergências sobre a sua interpretação. A primeira,

que rejeitava a censura mas dava às autoridades policiais ou administrativas poderes que lhes permitiam a apreensão de publicações que contivessem «boato ou informação capaz de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado no que respeita, quer à sua segurança interna ou externa, quer aos seus interesses em relação a nações estrangeiras, ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defesa militar», levantou numerosos protestos dos jornais. (Lemos, 2006)

No dia 22 de Março,

representantes da imprensa de Lisboa reuniram-se com o ministro do Interior, coronel António Pereira Reis, que os informou de que o Governo decidira levar ao Parlamento uma proposta de lei estabelecendo o regime de censura prévia, com o objectivo de reduzir, na medida do possível, os prejuízos eventualmente causados pela fiscalização rigorosa dos jornais já depois de impressos. Os jornalistas aceitaram a proposta, atendendo às circunstâncias e porque sempre era menos gravosa financeiramente do que a apreensão; a censura passaria a receber provas de página e o que os jornalistas solicitavam era que fosse rápida na apreciação, a fim de se não perderem os correios. (Lemos, 2006)



Figura 19
Lei n.º 495 que sujeitou “à censura preventiva os periódicos” enquanto durasse o “estado de guerra”, in *Diário do Governo*, 28 de Março de 1916.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Pouco depois, a 28, era instituída a censura prévia, embora garantindo que apenas seriam alvo da censura os assuntos relacionados com a guerra e a defesa nacional. A partir daqui a acção da censura tornou-se muito mais visível devido aos espaços em branco que surgiam nos jornais no lugar dos textos suprimidos, e que vão proliferando dada a forte tentação de cortar não apenas as notícias relativas à guerra ou à segurança nacional, mas também as que continham críticas políticas ao Governo. Brito Camacho, em coerência com as suas anteriores posições, voltou a ser um dos principais críticos da censura jornalística. Alinhou com

ele o jornal *O País* que, no dia 31 de Março, escrevia: «Sempre que o democratismo tem o poder não se esquece nunca de exercer a sua sanha contra a imprensa», lamentando-se ainda de que enquanto o seu jornal, ainda antes de instituída a censura prévia, era examinado antes de poder circular, outros, como o *República*, *O Mundo* ou *O Século*, jornais próximos de Afonso Costa (*O Mundo*, aliás, era o órgão do Partido Democrático), estavam dispensados desse exame. Alinharam também com Camacho os redactores do jornal *A Manhã*, que, em Setembro de 1917, apresentaram uma moção ao Parlamento, lida mais tarde por Luís Derouet (deputado e jornalista), e que vale a pena citar porque é reveladora das dificuldades vividas pelos jornais e na qual é patente o seu desagrado pela arbitrariedade praticada na aplicação da lei: “Os representantes dos jornais de Lisboa reunidos [a única excepção foi o *República*, que considerava a censura imprescindível, devido ao estado de guerra], a convite do *Jornal do Comércio e das Colónias*, para tratar do modo irregular por que está sendo exercida a censura prévia, determinada pelo estado de guerra; Considerando que essa censura, que apesar de lesiva dos seus direitos mais fundamentais, a imprensa aceitou por inspirações de sentimento patriótico, só deveria aplicar-se, nem se poderia julgar que assim deixasse de suceder, a quaisquer notícias ou apreciações de carácter prejudicial para as operações de guerra, e nunca servir aos governos para impedir o debate público, cujos excessos, a darem-se, só podem estar sob a alçada da lei de imprensa; declaram que reputam vexatória para a sua missão e ultrajante para o seu patriotismo a aplicação da censura fora dos casos taxativos da inconveniência da publicação das notícias ou apreciações de carácter militar, ou de propaganda com a guerra, em que todo o país está empenhado. E resolvem empregar todos os esforços no sentido de tornar devidamente respeitada em Portugal a instituição da imprensa que em todos os países é considerada como uma garantia indispensável dos direitos populares e do prestígio dos próprios regimes que neles vigoram» (Cit. Lemos, 2006)⁴.

A tomada de posição deu os seus frutos, pois os «representantes dos jornais de Lisboa» conseguiram que fosse votada uma nova lei, a 6 de Setembro de 1917, que, escrevia o jornal *Portugal*, se «executada de boa-fé, conciliará a liberdade de imprensa com a liberdade de acção de que o poder executivo necessita neste momento para revolver os problemas da guerra». Pelos vistos, não foi, como o testemunha o mesmo jornal, que acusa as autoridades de exercerem a censura «duma maneira revoltante, permitindo-se o próprio Ministério da Guerra intervir directamente neste assunto, como se as funções ministeriais e os serviços públicos não se achassem repartidos por dez departamentos especiais. Só faltou mobilizar a imprensa e colocar um major à frente de cada jornal! Houve jornais que ficaram reduzidos a pouco mais de metade em consequência dos cortes feitos abusivamente pela censura». Os jornais contra-atacaram, decretando a *pena do silêncio*, isto é, decidiram não publicar as

4 A moção seria publicada em *Diário do Governo*.

notas oficiais do governo, nem quaisquer outras comunicações de origem oficial. O Governo recuou, e numa nota enviada para as redacções dos jornais terminava com as restrições à «publicação de notícias referentes aos últimos acontecimentos», «entregado essas notícias ao bom critério e patriotismo da imprensa, confiando que ela se orientará no sentido dos superiores interesses do país, evitando informações que possam induzir em erro ou perturbar o espírito público e o sossego que tão necessário é a todos neste momento delicado da nossa nacionalidade». Mas este *estado de graça* não durou muito tempo, uma vez que em Novembro de 1917 regressavam as apreensões e as suspensões. O jornal *O Liberal* viu mesmo as suas instalações serem seladas e os seus directores, redactores e colaboradores serem presos e ameaçados de expulsão do país. Previsivelmente, a imprensa de Lisboa levantou-se em protesto contra uma medida considerada arbitrária. O *insuspeito* Egas Moniz não se conteve e, no jornal *Opinião*, desancou duramente o Governo, que acusava de «censura intolerante e inquisitorial». Num artigo intitulado “Liberdade de Imprensa”, escreveu: «Sem razão alguma justificativa da estranha e inqualificável violência, sem julgamento algum, arbitrariamente, como o acto audacioso de um rei absoluto, foram mandados para além das fronteiras o director e redactores d’*O Liberal*. Nem averiguaram de provas, nem julgaram os pseudo-delinquentes. O governo substituindo-se ao poder judicial contra o que expressamente determina a Constituição, julgou como entendeu e quis, condenando ao exílio um grupo de jornalistas pela forma mais arbitrária e mais violenta de que temos conhecimento. E hão-de querer dizer-nos que estamos em regímen liberal e que não pesa sobre nós o poder insuportável dum czarismo que à força do ridículo não deixa de ser violento».

Durante a ditadura de Sidónio Pais os protestos dos jornais continuaram. É certo que Sidónio aboliu a censura prévia (Decreto de 9 de Dezembro de 1917),

como corolário das críticas que o seu movimento preparatório havia feito contra o governo anterior do Partido Republicano Português (Partido Democrático). Em contrapartida, porém, desenvolveu forte repressão policial, não dependente de julgamento prévio, visando expressamente este partido (Portaria de 28 de Dezembro de 1917). (Tengarrinha, 2006)

Os governadores civis foram também obrigados a dissolver os centros políticos e a suspender as publicações periódicas que ameaçassem a ordem e a segurança públicas (Portaria de 9 de Janeiro de 1918). Uns meses depois, com o agudizar da oposição à ditadura, foi restabelecida a censura prévia, através do Decreto de 13 de Abril. Para a imprensa afecta ao regime, como *A Voz Pública*, do Porto, o governo ter-se-ia limitado, «brandamente, suavemente, a aplicar à imprensa demagógica as medidas repressivas da liberdade de imprensa que o demagogismo criara em 1916, quando a situação era incomparavelmente menos grave» Pelo contrário, os jornais da oposição protestaram, como *O Dia*, que recomendava: «A termos de voltar à censura, esta devia limitar-se ao que se continha na lei de 6 de Setembro de 1917

que vigorava à data de 5 de Dezembro. E nada mais». Mas não se ficaram pelos protestos, e criaram uma comissão de jornalistas que foi recebida por Sidónio (22 de Maio de 1918), a quem entregaram uma representação reclamando contra o regime de censura em vigor, que retomava as disposições de 1916 e não, ao menos, as de 6 de Setembro de 1917. A reunião foi profícua, e no dia 22 de Junho era publicado novo decreto, que revogava tanto a Lei de 28 de Março de 1916, como a de 6 de Setembro de 1917. No seu articulado, era estabelecido que «enquanto durar o estado de guerra ficam sujeitos a censura preventiva os periódicos e outros impressos», mas restringindo a acção das comissões de censura às notícias prejudiciais «à defesa nacional, militar ou económica ou às operações de guerra» ou com «propaganda contra a guerra». A situação acalmou um pouco e com o fim da guerra veio também o fim da censura prévia à imprensa, a 28 de Fevereiro de 1919.

Mas os jornais continuaram a enfrentar as mais diversas dificuldades para a sua regular publicação. A 4 de Agosto de 1919, o jornal operário *A Batalha* queixava-se

da presença da Polícia na casa de impressão à espera de que saísse o primeiro exemplar impresso para o levar ao Governo Civil, onde era lido com todos os vagares e só autorizado a publicar-se já muito depois da hora habitual de saída; em Abril de 1920, esteve suspenso por duas vezes porque «não se sujeitou aos caprichos despóticos do famigerado sr. Baptista» (o presidente do Governo, coronel António Maria Baptista). (Lemos, 2006)

Nos anos 20, o órgão da Confederação Geral do Trabalho foi constantemente submetido a censura prévia. A 26 de Maio de 1920, Pedro Muralha, num artigo de fundo publicado n' *A Vanguarda*, com o título de “Liberdade de Imprensa”, dava também conta da apreensão deste jornal: «*A Vanguarda* foi ontem apreendida. Porquê, não o sabemos. O que sabemos é que foi apreendida e, conseqüentemente, que os nossos prezados leitores ficaram sem a ler. Eu não sei por que lei o sr. António Maria Baptista [que também era ministro do Interior] se orienta para submeter este jornal ao regime vexatório da censura. *A Vanguarda* não pode circular sem que na Polícia de Segurança do Estado autorizem a sua publicação. (...) *A Vanguarda* quando não é proibida de circular, demora-se a ser censurada de maneira a perdermos toda a venda, correios e agentes».

Na sequência do episódio que ficou conhecido como a “Noite Sangrenta”, em que foram assassinados António Granjo, Machado Santos e José Carlos da Maia, em Outubro de 1921, o Governo, na altura presidido pelo coronel Manuel Maria Coelho, tentou novamente impor a censura prévia, ainda que circunscrita “à imprensa de Lisboa”. A reacção dos jornais não se fez esperar, com *A Vanguarda*, uma vez mais, o *Diário de Notícias* e *O Século*, a liderarem o protesto. *A Vanguarda* acusava o Governo de «enveredar pelo caminho das apreensões e suspensões», *O Século* achava a «medida inteiramente injustificada e desnecessária, tanto mais que toda a imprensa se tem limitado a publicar noticiário dos acontecimentos, sem o mínimo ataque ao

governo e ao actual estado de coisas», enquanto o *Diário de Notícias* optava por expor as consequências do estabelecimento da censura: «Entendeu o governo que devia estabelecer a censura prévia à imprensa, depois de várias entidades oficiais terem pedido a essa mesma imprensa o seu auxílio para se estabelecer a tranquilidade nos espíritos públicos e de terem recebido em resposta a manifestação de idênticos desejos. O governo presta a si próprio um mau serviço, e não presta melhor serviço ao país. De manhã por diante, o público sempre inclinado a ver os acontecimentos por um prisma de exagero, deixará de ter confiança nos seus jornais e, ainda que nada haja que possa alarmá-lo, terá sempre a suspeita de que se lhe ocultam factos graves. Não nos parece esse o melhor modo de se atingir o fim em vista, nem de se conseguir uma colaboração amistosa com a qual só o regime e o país teriam que aproveitar». Poucos dias depois, o Governo desistia das suas pretensões e a medida foi suspensa.

Entre Janeiro de 1922 e Novembro de 1923, durante os três ministérios de António Maria da Silva, então líder dos democráticos, os problemas com a liberdade de imprensa mantiveram-se, com as habituais apreensões de jornais, e os consequentes protestos dos jornalistas. A 6 de Outubro de 1922, *O Radical* afirmava que se vivia «num período de puro absolutismo governativo», e denunciava: «Anteontem foi arbitrariamente apreendido o nosso colega *A Palavra*. Nem circular pôde, porque lhe foi apreendida a primeira página ao entrar na casa da máquina. Ontem, igualmente foi apreendido e proibido de circular o nosso colega *O Correio da Manhã*. Excessos destes definem um governo de prepotências que caminha para uma próxima agonia, com a mania da perseguição. Exceda-se o sr. António Maria da Silva e verá o trambolhão que apanha». Devido a tais críticas, *O Radical* começou a ser objecto de uma apertada vigilância das autoridades policiais, como relatava a 9 de Outubro: «Desde quinta-feira parece que o nosso jornal ao entrar na máquina merece os maus olhares da Polícia. Quando sai o primeiro exemplar é levado por ordem superior ao governo civil onde sujeitam *O Radical* à censura prévia. Protestamos contra estas arbitrariedades que afrontam as leis». No dia seguinte voltava ao ataque, para escrever que os jornais viviam «pois em um regime de censura prévia e da lei da rolha adoptada pelo governo do sr. António Maria da Silva». Outro jornal que alinhou nas críticas foi *A Vanguarda*, que publicou um violentíssimo artigo contra a censura, denunciado que nos dias 4 e 5 de Outubro os jornais *Correio da Manhã*, *A Palavra* e a própria *A Vanguarda*, haviam sido impedidas de sair pela polícia «à ordem do miserável de cúcoçado [António Maria da Silva] que no tempo da monarquia foi cacique a soldo e hoje é rico proprietário e presidente de ministério». Sem surpresa, *A Vanguarda* foi suspensa.

O jornal *A Época*, que, com muitos cortes, aguentou-se até 25 de Abril de 1925, registava no dia seguinte que, acabada a censura que até aí o impedira de dizer toda a verdade sobre a revolução, ia agora começar a levantar «as pontas desse véu, que encobre tanta nobreza e tanta traição, tanto heroísmo e tanta covardia». Não chegou a fazê-lo, pois as autoridades não tiveram para contemplações e suspenderam o jornal. E o último governo da I República, presidido por António Maria da Silva, instituiu, *de facto*, a censura prévia, sem revogação da

legislação vigente. Com excepção do *Novidades*, católico, e do jornal *O Rebate*, próximo do PRP, os jornais recusaram submeter-se ao arbítrio do governo. A 29 de Maio, *O Radical* escrevia que os lisboetas continuavam sem saber o que se passava no país, tudo porque «a censura não deixa passar nada que se refira aos graves acontecimentos. *O Radical* foi censurado ontem e, ao cabo, impressa a edição, cívicos postados à porta da oficina de impressão não deixaram que ele saísse para venda. Lavramos o nosso protesto contra a censura e, sobretudo, contra a forma como ela é feita, isto é, a censura quer que os cortes sejam substituídos por outra matéria, com o que não podemos concordar, não nos submetendo a essa ordem arbitrária e protestando energicamente contra ela».

Se, no início da censura prévia, determinada pela Lei de 28 de Março de 1916, as autoridades permitiram que as linhas eliminadas não fossem substituídas, mantendo-se os espaços em branco para não causar perturbações nos trabalhos tipográficos, nos últimos anos da I República, os governos começaram a exigir que os cortes de censura fossem preenchidos com outras notícias⁵. Procuravam, com isso, iludir os leitores de que não havia qualquer tipo de censura. O *Diário de Notícias* também nos dá testemunho dessas tentativas, na sua edição de 30 de Maio de 1926, numa nota intitulada “Ao País”: além de acusar o governo de exercer a censura prévia, «de facto» (o próprio *Diário de Notícias* teria sido objecto de «inúmeros cortes a informações por nós colhidas em todo o país»), acusa-o ainda de intimidar o jornal «a que os espaços correspondentes [aos cortes] não ficassem em branco». Mas vale a pena determo-nos um pouco mais nesta nota publicada na primeira página, porque ela é reveladora dos obstáculos que eram colocados aos jornais, situação que levou inclusivamente o diário lisboeta a preferir não sair a 29 de Maio, «para não iludir o público»: o jornal terá sido surpreendido, alta madrugada, por uma «intimação, mandada fazer por ordem de quem então era ainda o Presidente do Ministério [António Maria da Silva], para que as páginas do *Diário de Notícias* fossem à censura de não sabemos que empregado subalterno do governo civil, acrescentando-se que os cortes que essa censura entendesse dever fazer seriam preenchidos por originais que nada tivessem com os sucessos e arranjos *ad hoc* e por medida. (...) O ex-chefe do governo arrogava-se, já quase a despenhar-se do poder, de direitos que não lhe podíamos reconhecer, visto não estarem suspensas as garantias e acharem-se em vigor para todos os efeitos, os princípios da Constituição. E juntava à violência com que nos pretendia envolver a hipocrisia mais clara, porque queria ainda que o público acreditasse que nenhuns cortes se haviam feito, que a imprensa trabalhava em completa liberdade e que as informações que reproduzíssemos eram a expressão absoluta da verdade». Noutros casos, o desespero era tal, que não restava outro caminho senão a suspensão do jornal pelos próprios jornalistas: «Depois de três apreensões seguidas e duma tentativa de

5 Tentativas que não deixaram de inspirar o Estado Novo, que vai punir severamente a manutenção dos espaços em branco nos jornais.

assalto às nossas instalações, frustrada pela cavalaria da guarda republicana; convencidos de que a liberdade de pensamento foi suprimida e nem a propriedade nem a segurança individual encontram garantia nas leis, a *Vanguarda*, como protesto e por não estar disposta a sujeitar-se ao arbítrio da censura prévia, que a lei não faculta, suspende temporariamente a sua publicação». Provavelmente, terá sido por causa desta e doutras situações que Henrique Trindade Coelho, assíduo colaborador do diário republicano *A Manhã* [foi director de *O Século* no fim da I República], considerava que sob o regime republicano os jornais viviam «em completo e permanente regime de arbítrio», vítimas de «apreensão, censura prévia e impunidade de desmandos». (*A Manhã*, 29 de Abril de 1922)

Depois do golpe de 28 de Maio de 1926, a censura voltaria, *de direito*, e *de facto*, mas agora com uma nova estratégia: a censura não se limitava, “pela negativa, a pretender evitar a publicação de opiniões e informações consideradas perturbadoras da ordem política e social, mas, além disso, pela positiva, procurava fomentar uma opinião pública favorável” (a tese é de TENGARRINHA, 2006) ao novo regime, o Estado Novo.

4.4.2. A repressão da rua

A par da repressão administrativa, judicial ou policial, que levava à apreensão e suspensão dos jornais, tínhamos a repressão da rua, tão ou mais violenta que aquela. A repressão da rua era exercida por grupos de populares, que assaltavam jornais e as suas redacções, destruíam oficinas tipográficas e ameaçavam e espancavam os jornalistas. Ficaram

célebres as acções das «púrrias», das «carrapatas» [ou da «formiga branca»], bandos armados ao serviço dos partidos políticos, que exerciam o terror nos bairros sobre o seu controlo. Entre as vítimas destas quadrilhas políticas estavam naturalmente os jornais monárquicos, mas também republicanos, na sequência de revoltas ou pronunciamentos entre facções políticas rivais. (Matos, 2012)

Começando pelos primeiros, constatamos que não foi nada fácil a vida dos jornais monárquicos durante a I República. A maior parte dos jornais de opinião terminou logo após a revolução de 5 de Outubro de 1910, com o desaparecimento dos respectivos partidos políticos monárquicos. Os que ficaram e tentaram resistir, simplesmente como jornais monárquicos, foram regularmente assaltados e não raras vezes viram as suas redacções reduzidas a escombros. Três dias depois da revolução, a 8 de Outubro, o *Diário Ilustrado*, *O Liberal* e o *Correio da Manhã* foram assaltados e destruídos. O primeiro nunca mais voltou a aparecer. A redacção e a tipografia d’*O Liberal*, na Rua das Gáveas, em Lisboa, terão sido das primeiras a ser assaltadas, devido aos ataques de António Cabral, director do vespertino. Cabral foi obrigado a sair de Lisboa, depois de uma curta passagem pelas prisões republicanas, e o jornal acabou

por fechar portas (Janeiro de 1911). O *Correio da Manhã*, assaltado logo após a proclamação da República, viu novamente a sua sede ser assaltada, em Janeiro de 1911, e os seus principais redactores — “Aníbal Soares, escritor de categoria, Joaquim Leitão, cujas reportagens despertavam muito interesse, e D. José Paulo da Câmara, filho do notável dramaturgo D. João da Câmara” — (Martins, 1941), foram coagidos a abandonar Portugal. Isto aconteceu numa altura em que o jornal passava por um “êxito assombroso” (Martins, 1941).

O *Dia*, outro título monárquico, teve também uma vida bastante atribulada, com suspensões atrás de suspensões. Em Maio de 1911 foi alvo de uma tentativa de assalto. Interrompe a publicação e só reaparece seis meses depois, a 6 de Novembro. Seguem-se novamente várias interrupções, para voltar a aparecer a 24 de Fevereiro de 1915, com o seu director, Moreira de Almeida, a explicar que o jornal suspendera a publicação «forçado pelas acintosas perseguições que o impediram de circular». Voltaria a conhecer a sanha da censura, que o força a desaparecer por três anos, entre Janeiro de 1919 e 3 de Abril de 1922, continuando com muita dificuldade até 1927. O jornal *A Nação* não conheceu melhor sorte: em 21 de Outubro de 1913 foi assaltado e destruído, para só regressar ao convívio dos leitores um mês depois. O *Diário da Manhã* durou apenas 4 meses (Maio a Agosto de 1914) devido às várias suspensões que teve pelo meio. A *Restauração*, dirigida por Homem Cristo Filho, de 20 de Julho a 20 de Outubro de 1914, foi assaltado pela turba, “tendo os redactores defendido a sede como um baluarte, com agulhetas em jactos de água formidáveis” (Martins, 1941). O *Jornal da Noite* ainda durou mais de um ano (Julho de 1914 a Setembro de 1915), mas também acabou por desistir por causa das apreensões à ordem do Governo de Bernardino Machado e das depredações da “formiga branca”, «sob a vista complacente da autoridade». A sede e a tipografia do jornal, na Calçada dos Caetanos, em Lisboa, foram assaltadas e destruídas. O *Liberal* de 1916, continuador d’*O Liberal* destruído em 1911, e agora jornal monárquico legitimista, teve a mesma vida atribulada, durando até 1919, mas com muitas suspensões e prisões dos seus principais responsáveis. O seu director, António Teles de Vasconcelos, foi mesmo expulso para Espanha, em Dezembro de 1918, um mês antes de o jornal terminar. Em 1919, *A Monarquia*, ligada ao Integralismo Lusitano, interrompeu a sua publicação durante sete meses (Janeiro a Agosto), quando a proclamação da Monarquia no Norte de Portugal torna insustentável a vida dos jornais monárquicos. Quando recomeçou a sua actividade, o jornal continuou a ser vítima de apreensões, e,

quando a polícia o não fazia, as autoridades irregulares da República, instaladas na Brasileira do Rossio, chamavam o caso a si, arrancando violentamente aos ardinas os exemplares que estes tinham para a venda e com eles acendiam enormes fogueiras rituais em desagravo à República ofendida. (Ascensão, 1943)



Figura 20

Os resultados do assalto às instalações do jornal *A Nação* a 21 de Outubro de 1913. A fotografia é de Joshua Benoliel.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

A sede d'*A Palavra*, porta-voz da Causa Nacional da Monarquia, foi assaltada e parcialmente destruída uns meses depois da fundação do jornal, no dia 6 de Outubro de 1922. O *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais realistas, órgão da Causa Monárquica, foi assaltado e em parte destruído durante o movimento republicano de Fevereiro de 1927. Não se publicou durante três dias, entre 8 e 10 de Fevereiro. Mas publicou uma circular onde “explicava que a destruição do jornal resultara do apoio dado ao Exército, «em consequência de determinações superiores mas sem abdicarmos dos nossos ideais» e referia que era necessário obter receitas que cobrissem o prejuízo sofrido de duzentos mil escudos para que o periódico continuasse a publicar-se «visto que o triunfo da nossa causa está próximo e agora o triunfo da causa do rei nos sorri como nunca»” (Cit. Lemos, 2006). O Governo é que não esteve para meias medidas, encerrou o jornal, suspendeu-o até 4 de Maio, e prendeu o director, Fernando Pizarro, autor da circular. O *Correio da Noite* foi igualmente assaltado e destruído durante a revolta republicana de Fevereiro de 1927.

Os jornais republicanos não tiveram uma vida tão atribulada, até porque com o triunfo da República os que vinham da Monarquia, como *O Século*, reforçaram a sua posição, enquanto as novas folhas contaram, quase sempre, com a benevolência do regime. Naturalmente, houve excepções, fruto sobretudo das rivalidades entre os diferentes partidos políticos na disputa pelo

poder ou de situações de poder político autoritário. Alguns exemplos: O *Diário do Porto* teve uma vida muito efémera porque foi assaltado no final de Abril de 1912 e porque o seu director, António Claro, recebeu ameaças de morte. A *Luta* foi impedida de circular em 23 de Dezembro de 1914, embora tenha surgido para substituí-la, nesse mesmo dia, A *Notícia*, designada como órgão provisório da União Republicana e em tudo igual ao jornal de Brito Camacho, que aparecia também como director — uma das estratégias frequentemente usadas pelos jornais para contornar a acção da censura ou a repressão das autoridades. O *Intransigente*, criado em 1910, teve uma existência dolorosa e sobressaltada: acabou a 14 de Maio de 1915, quando o seu director, Machado Santos, foi preso e deportado para os Açores. Durante os três dias de combate que culminaram na vitória das tropas afectas a Sidónio Pais (5 a 7 de Dezembro de 1917), e de que resultaram 100 mortos e uns 500 feridos, massas de populares destruíram os jornais e as sedes do PRP, em Lisboa. O *Portugal*, de Lisboa, que começou por ser o órgão do PRP, interrompeu a sua publicação entre Dezembro de 1917 (altura em que foi assaltado e destruído) e Janeiro de 1920. Quando recomeçou, o director, Artur Leitão, não só alude à sua prisão, como relaciona a destruição com o progressivo afastamento do jornal do PRP, com cuja orientação e processos estava em desacordo. A *Manhã*, fundada em 1917, suspendeu a sua saída entre 16 de Dezembro de 1918 e 30 de Novembro de 1919, devido ao assalto que as suas instalações sofreram e que Mayer Garção, seu director, condena em artigo de fundo publicado no dia 1 de Janeiro de 1920. Neste texto, Garção garante que o assalto não pode ter sido obra dos republicanos e que «em nenhum caso se admite os assaltos aos jornais; mas sobretudo, politicamente, eles são, não só ineficazes, como contraproducentes». O *Norte*, adversário da República Nova, foi alvo de uma tentativa de militares do Porto para o obrigar a mudar de orientação política. Como o jornal não cedeu, foi suspenso desde fins de Setembro de 1918 até 15 de Abril de 1919. Na ressaca do Sidonismo, O *Tempo*, que começara por ser republicano, foi assaltado e suspenso a 12 de Fevereiro de 1919, por ordem de José Relvas, então presidente do Ministério e ministro do Interior. A *Capital* esteve impedida de sair durante duas semanas por ter sido igualmente assaltada depois do assassinio de Sidónio Pais.

Nos anos 20, os assaltos e as destruições de jornais continuaram, e não foram um exclusivo da I República. Logo após o golpe de 28 de Maio, que abriu o caminho à Ditadura Militar, foram fechados vários jornais e sedes de partidos. Para se defender, a ditadura teve como um dos alvos preferenciais os jornais, um dos poucos poderes independentes que restavam. No dia 22 de Julho de 1926 todos os jornais davam à estampa uma carta assinada pelo comandante da Polícia, capitão Aníbal de Azevedo, comunicando que a «partir de hoje é estabelecida a censura prévia à imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal, sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, para aquele fim». Para a liberdade de imprensa os tempos que se seguiriam seriam ainda mais tenebrosos!

4.4.3. A censura do *Diário de Lisboa* (1921-1926)

Nascido após a restauração da “República Velha” o *Diário de Lisboa* conheceu cedo a acção da censura. É certo que com o fim da Grande Guerra (1914-1918) veio também o fim da censura militar. Mas os jornais e as revistas continuaram a enfrentar as mais diversas dificuldades para a sua regular publicação: os assaltos e a destruição de redacções, as apreensões dos exemplares, as tentativas de reimpor a censura prévia, as suspensões diárias ou semanárias dos jornais, a vigilância das autoridades policiais e as intervenções violentas das “autoridades irregulares da República”. Ao ponto de a 29 de Abril de 1922, no diário republicano *A Manhã*, o assíduo colaborador Trindade Coelho denunciar, como já se disse, que sob o regime republicano os jornais viviam “em completo e permanente regime de arbítrio”, vítimas de “apreensão, censura prévia e impunidade de desmandos”. As críticas eram contundentes e foram corroboradas e subscritas por vários directores e jornalistas de Lisboa.

Em 1925, no mês de Abril, o *Diário de Lisboa* e *O Século* não puderam circular durante vários dias. O que levou Joaquim Crisóstomo, no Senado, a criticar a censura e a suspensão destes dois jornais, afirmando que não foi para restringir a liberdade de imprensa que se implantou a República! Como pano de fundo temos a tentativa de golpe militar de 18 de Abril de 1925, também conhecido por “Golpe dos Generais”: organizada pelo capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, pelo general João José Sinel de Cordes, pelo coronel Raul Augusto Esteves e pelo capitão Jaime Baptista, foi uma revolta de grande magnitude, envolvendo, pela primeira vez desde 1870, oficiais gerais no activo. Este movimento insurreccional é considerado como o primeiro ensaio do golpe de 28 de Maio de 1926, surgiu depois de boatos de uma tentativa de revolta monárquica publicados na imprensa a 5 de Março e contou com a colaboração de monárquicos e nacionalistas. A revolta militar foi sufocada pelo Governo, presidido por Vitorino Magalhães, do Partido Democrático, mas ela era o reflexo da simpatia crescente, no exército e mesmo na opinião pública, por soluções autoritárias e pelos regimes de tipo mussoliniano (em Itália) e riverista (em Espanha). Face aos ataques constantes dos anarquistas e da chamada Legião Vermelha (grupo parapolítico com filiação comunista), a burguesia, atemorizada, penderia para o lado de partidos e correntes de extrema-direita.

Como referido, a revolta militar foi sufocada pelo poder político republicano, que aproveitou a oportunidade para tentar asfixiar a imprensa, desde logo aquela que vinha denunciando ou criticando a acção do Governo. Ou seja, os jornais políticos mas também os noticiosos, como o *Diário de Lisboa*. A 18 de Abril o vespertino é censurado, com a sua primeira página fortemente mutilada: são notórios os espaços em branco que nesta altura ainda não tinham que ser substituídos por notícias avulsas. Todas as referências aos “graves acontecimentos” (revolta militar de 18 de Abril de 1925) foram suprimidas, quer no *Diário de Lisboa*, quer na restante imprensa. No dia seguinte, a 19 de Abril, o *Diário de Lisboa* é proibido de circular (tal como *O Século*) para só regressar a 24, com um editorial a denunciar “A suspensão”, a

sua perplexidade face ao teor das acusações (sedição) e a reafirmar a sua independência face a partidos e o seu género noticioso. O regresso vem com o rasto da censura, com abundantes cortes do “lápiz do censor” no interior e na última página. O que levou Joaquim Crisóstomo, no Senado, a criticar a censura e a suspensão do *Diário de Lisboa* e d’*O Século*, afirmando que não foi para enclausurar o pensamento e restringir a liberdade de imprensa que se implantou a República. E desafiou os restantes senadores: «Se a lei de imprensa é má e não corresponde aos fins para que foi promulgada, faça-se outra melhor».



Figura 21

A censura em acção no *Diário de Lisboa*: os desenvolvimentos das notícias relativas à revolta militar de 18 de Abril de 1925 foram fortemente cortados, resultando desses cortes enormes espaços em branco.

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

No acontecimento em causa, a revolta militar protagonizada por oficiais gerais no activo, monárquicos e nacionalistas contra o governo republicano, a censura não recai apenas sobre os jornais políticos, da oposição (“desafectos e hostis”), mas também sobre o *Diário de Lisboa*, um jornal eminentemente noticioso, “moderado” (como se classificava).

A perseguição de que eram alvo estes jornais testemunhava o seu poder. Nunca se compreenderá o que foi a imprensa desta altura se se julgar que os jornais eram apenas algo que

se acrescentara ao mundo tal como existia antes deles. A imprensa era o principal mecanismo de um universo em que os negócios públicos tinham saído do segredo do Parlamento para a praça pública por onde passava o povo soberano. A imprensa era a “democracia”, a nova medida de todas as coisas. Os jornais eram o “quinto poder” do Estado.

Conclusões

Apesar de o que a seguir se apresenta manter o título no singular, pela força expressiva que denota, pela assertividade que demanda, pela necessidade de cumprir um protocolo científico que salvguarde esta nomenclatura e a respectiva taxonomia, sem apelo imediato ao plural, certo é que este se insinua e impõe nos interstícios do estudo a que agora se coloca um ponto final, com a consciência de que transporta consigo reticências, dúvidas, apreensões e uma tão insanável quanto saudável incompletude, à espera de investidas futuras, sempre provisórias.

Resulta paradoxal e banal afirmar que a conclusão não conclui, se tivermos em conta o sentido apodítico e absoluto do vocábulo. Todavia, tal não nos desmobiliza, porque não foi esse o caminho trilhado nestas páginas, onde a crítica de fontes intentou evitar o relativismo, sem receio da relatividade que o conhecimento comporta e concita.

Neste andamento final esboça-se uma síntese dos principais conteúdos abordados no que tange à I República, período multimodo, percorrido por convergências, divergências, tensões, contradições, fruto da sua riqueza e diversidade. Para dela dar conta tentou-se evitar tomar os anos de 1910 a 1926 como um bloco estanque e homogéneo. Assim, no primeiro ponto fez-se um enquadramento mais genérico das características da I República. Pode objectar-se que este tipo de exercício propicia uma abordagem demasiado abrangente do contexto epocal, que acaba por instrumentalizar enquadramentos mais particulares, atinentes à dimensão jornalística, passível de surgir como subalterna e subsidiária face a uma panorâmica mais vasta. Para evitar *armadilhas* e certos percalços que uma metodologia de cariz parcialmente indutivo pode acarretar e comportar, sem perder algumas das suas virtudes, procurou-se, neste estudo, estabelecer relações não automáticas, nem mecânicas, nem hierarquicamente muito desiguais entre os enquadramentos genéricos da I República e breves contextos mais específicos de alguns jornais noticiosos e de informação geral, de modo a tecer paralelismos e comparações implícitas entre os vários momentos históricos, complexos no seu interior, as tramas de acontecimentos e as narrativas que concitaram a nível político, sobretudo, mas também demográfico, económico, social e cultural.

Escolheu-se, entre os jornais noticiosos, uma abordagem monográfica d’*A Capital: diário republicano da noite*, metodologia que permitiu uma pormenorização das características deste periódico, de modo a comprovar que pode funcionar como plataforma interessante de observação, dado que consigna um carácter permeável a certo hibridismo, uma vez que

sendo maioritariamente um jornal noticioso e de informação geral, abre-se a tensões de natureza política e ideológica que o condicionam e alteram, sendo por ele modificadas também.

A *Capital* pugna acerrimamente pela intervenção portuguesa na I Guerra Mundial. O vespertino era, nos primeiros anos, apoiante do Partido Evolucionista, fundado em 1912. Momentos antes da subida de Sidónio Pais ao poder, em Dezembro de 1917, o jornal manifestou-se muito crítico do governo de Afonso Costa, mas também tinha dúvidas relativamente ao que se passaria a seguir. Todavia, progressivamente aderiu ao Sidonismo. Um dos momentos mais tensos e controversos vividos nos jornais durante a I República foi o *lockout* patronal de Junho de 1919. Nele, A *Capital* tomou uma posição assertiva e de força no seio das empresas jornalísticas, apoiando-as muito claramente. Da suspensão dos jornais diários de Lisboa em Junho de 1919 importa reter as seguintes ideias:

1.^a A retaliação das empresas de jornais ao protesto do operariado gráfico insere-se numa espécie de reportório de acção. Este, como vimos com a publicação do jornal *A Imprensa*, não dispensava um órgão de informação próprio, reflectindo a centralidade que, já à época, a imprensa periódica ocupava na actividade política, independentemente do seu protagonista;

2.^a Embora favorecendo um dos lados da contenda, o Estado reconhece a relevância dos jornais na *res publica* ao assegurar, por via do “empréstimo” dos seus tipógrafos, que as empresas jornalísticas não se viam privadas da sua narrativa. Por outras palavras, a centralidade dos jornais na vida pública legitima a intervenção do poder político;

3.^a Assim se compreende melhor a dramatização que é feita pelo patronato: na forma como olham para a greve dos seus trabalhadores (“uma humilhante imposição operária”), para os seus objectivos políticos (o exercício da “ditadura do proletariado sobre a imprensa”) e resultados (a “negação da liberdade de pensamento e consciência”);

4.^o A estratégia discursiva adoptada pelo jornal *A Imprensa*, bem como a cobertura noticiosa feita pelo vespertino *A Capital*, mostram um jornalismo mais interventivo. Ou seja, perante determinados acontecimentos, neste caso a greve da classe gráfica por causa do encerramento do jornal *A Batalha*, em Junho de 1919, ambos os diários optam por um tipo de jornalismo mais parcial, mais politizado;

5.^a *Last but not least*, a produção jornalística do jornal *A Imprensa*, complementada pelo diário republicano da noite (entre outros jornais de Lisboa), insere-se numa estratégia de luta contra os grevistas, nomeadamente através da sua vinculação ao “sindicalismo revolucionário” (leia-se ao regime bolchevique), visando, portanto, o seu descrédito, e ao exercício de uma “censura vermelha”. A criação d’*A Imprensa* por parte das empresas de jornais como resposta à greve dos operários gráficos mostra como os jornais não se limitam a uma reconstituição dos acontecimentos enquanto

observadores externos, mas assumem uma posição fulcral na estratégia de luta desencadeada e, consequentemente, na produção de acontecimentos — o jornalismo como elemento mobilizador da política e não o contrário.

Em 1919, aquando da fugaz Monarquia do Norte, *A Capital* manifestou-se, de novo, fortemente contrária à Monarquia. Ao longo dos anos foi demonstrando posições republicanas moderadas, avessas a extremismos. Nessa medida, viveu com apreensão o 28 de Maio de 1926 e o que se lhe seguiu. N’*A Capital*, durante a I República, a escrita jornalística passou por vários momentos, oscilando entre a procura de objectividade e da verdade, assente nos acontecimentos, e um papel muito activo na construção destes. E, tal como os seus “colegas”, desde logo o *Diário de Lisboa*, analisado neste estudo, sofreu na pele a violência da rua e da acção da censura. Não há uma situação de “ampla liberdade de imprensa” na I República. Pelo contrário, o que temos, depois da experiência da censura militar durante a I Guerra Mundial, à semelhança do que se passou nos países beligerantes, é a continuação de uma censura informal e de rua que limitaram drasticamente a criação de uma efectiva situação de ampla liberdade de imprensa. Censura informal e de rua plasmada:

- 1) Nos assaltos e destruição das instalações dos jornais (redacções, administrações e tipografias): por exemplo, jornais católicos, monárquicos, operários e até republicanos, da oposição;
- 2) Nas prisões e expulsões dos directores e principais redactores de jornais para países estrangeiros, como, por exemplo, Espanha;
- 3) Nas apreensões feitas pela polícia ou pelas autoridades irregulares da República, instaladas, por exemplo, na Brasileira do Rossio, que destruíam e queimavam os jornais da oposição política ou que criticavam contundentemente o Governo;
- 4) Na suspensão dos jornais durante vários dias em vez da censura prévia, pois esta depois de 1919 deixou de estar regulamentada;
- 5) Nas ameaças de morte ou agressões físicas aos directores dos jornais, monárquicos sobretudo.

Em suma, verifica-se a constância de todos estes expedientes, combinados com a forte politização da opinião pública e publicada, a enorme instabilidade política, social e económica e a crescente desestabilização pela imprensa clandestina, muito relevante na formação de ideologia.

Em ocasiões futuras, importa analisar outros jornais noticiosos e de informação geral. A ausência de um empreendimento análogo constitui uma possível limitação a ser colmatada. Ainda assim, *A Capital* parece ser reflexo dos acontecimentos que narra e interpreta, mas também reflecte sobre eles e ajuda na sua construção. Mas convém efectuar uma investigação semelhante, em próximas ocasiões, nos casos do *Diário de Notícias*, do *Jornal de Notícias*, entre outros periódicos.

Bibliografia

- Almeida, F. J. (1999). Monárquicos em armas contra a República: o Reino da Traulitânia. *Revista História*, 21(10), 34-35.
- Amaral, L. (2009). Introdução. Que fazer com a República?, in L. Amaral (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)* (pp. 13-91). Edições 70.
- Ascensão, L. R. (1943). *O Integralismo Lusitano*. Edições Gama.
- Babo, I. (2011). *Acontecimento e Média. Configuração Mediática dos acontecimentos do ano*. Caleidoscópio. Revista de Comunicação e Cultura, 10, 73-84.
- Babo I. (2018). *Média, tempo e memória*. Vista, 2, 77-95.
- Baião, M. (2004). Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte, in M. Baião (Org.), *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* (pp. 55-60), Colibri.
- Barroso, L. (2018). A Grande Guerra em Angola: a expedição de Alves Roçadas e de Pereira D'Eça na estratégia intervencionista, *Ler História*, 72.
- Catoga, F. (2010). O republicanismo português. Cultura, história e política, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, História, III série, 11, 95-119.
- Chorão, L. B. (2009). *A crise da República e a Ditadura Militar*. Sextante Editora.
- Coimbra, A. (2000). *Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica (1910-1919)*. Universidade do Minho.
- Cristo, A. H. (2011). *O conceito de 'República' na historiografia da I República portuguesa (1910- 1926) desde 1974*. Instituto de Ciências Sociais.
- Cunha, P. F. da (2011). *A I República e a Constituição de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Farinha, L. (2009). Ditadura ou revolução? A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República. *Comunicação e Cultura — Imagens da República*, 8, 103-124. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2009.487>
- Fraga, L. A. (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo: os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Freitas, J. G. (2011). *Manuel de Arriaga: percurso intelectual e político de um republicano histórico (1840 -1917)*.
- Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira (1998). Guimarães, Manuel. Página Editora, 12[GABAR- HEHA], 897.
- Lemos, M. M. (2066). *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Ariadne Editora/Ceis20.
- Macedo, J. B. (1986). A opinião pública na história e a história na opinião pública, *Estratégia — Revista de Estudos Internacionais*, 1, 47-59.
- Martins, R. (1941). *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Inquérito.
- Matos, A. C. (2012). Bairro Alto, capital da imprensa portuguesa, in I. M. Viegas & M. Gomes (Eds.), *Bairro Alto: mutações e convívências pacíficas* (pp. 111-133). CML/Arquivo Municipal.
- Matos, A. C. (2017). A imprensa na Primeira República: Constantes e linhas de força, in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (pp. 233-309). Media XXI.
- Matos, L. S. (2010). *Concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo*. D. Quixote.
- Miranda, S. (1991). A base demográfica, in J. Serrão J. & A. H. O. Marques (Orgs.). *Nova história de Portugal* (pp.15-36). Editorial Presença.
- Moreira, N. B. (2012). *A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-historiográfica*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/67315>
- Marques, A. H. O. (1981). *Guia de história da 1.ª República*. Estampa.
- Oliveira, M. M. (2007). *Metajornalismo... ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Universidade do Minho.
- Pereira, D. (2009) A sociedade, in M. F. Rollo & F. Rosas (Orgs.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 79-92). Tinta-da-China.
- Pereira, J. C. S. (2010). O tempo republicano da literatura portuguesa. *Colóquio Letras*, 175. Separata 3. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinto, J. F. (2011). *Segredos do império da Lusitânia: A censura na Metrópole e em Angola*. Edições Almedina.
- Pires, A. P. (2010). O conflito mundial, in M. F. Rollo & F. Rosas (Orgs.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 55-60). Tinta-da-China.
- Ramos, R. (1994). A segunda fundação, 1890-1926, in J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VI). Editorial Estampa.
- Rodrigues, E. (2010). *5 de Outubro Umareconstituição*. Gradiva.
- Rollo, M. F. & Rosas, F. (Orgs.). (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Tinta-da-China.
- Samara, M. A. (2009). Sidonismo e Restauração da República. Encruzilhada de paixões contraditórias na história da Primeira República Portuguesa, in M. F. Rollo & F. Rosas (Orgs.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 371-395). Tinta-da-China.
- Santos, M. A. D. (2003). *A contra-revolução monárquica. Do Sidonismo à Monarquia do Norte*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/9793>
- Seabra, J. (2009). *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX*. Principia.
- Serra, J. B. (2009). A evolução política (1910-1917), in M. F. Rollo & F. Rosas (Orgs.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 55-60). Tinta-da-China.
- Silva, A. M. (2006). *Sidónio e o Sidonismo: história de um caso político*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Silva, A. M. (2000). A escrita (vária) da história da I República Portuguesa. *Ler História*, 38, 197-254.
- Sousa, J. P. (2017). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910, in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (Orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Vol. II. Portugal* (pp. 13-210). Media XXI.
- Sousa, P. M. (2016). 1916 — O ano da organização do CEP para França. O ano de mobilização militar. *Revista Militar*. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1124>
- Telo, A. J. (1977). *O Sidonismo e o movimento operário português: luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Ulmeiro.
- Tengarrinha, J. (1984). Imprensa, in J. Serrão (Dir.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. 3, pp. 266-272). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa* (2ª ed.). Caminho.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Edições Colibri.
- Tengarrinha, J. (1999). Imprensa, in A. Barreto & M. F. Mónica (Dirs.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. VIII, pp. 245-247). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Trindade, L. (2008). *O estranho caso do nacionalismo português, o salazarismo entre a literatura e a política*. Instituto de Ciências Sociais.
- Vasconcelos, A. A. T. de (1859). *O Sampaio da Revolução de Setembro*. Tipografia Guiraudet.

Capítulo V

O Jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação

Journalism during Estado Novo: censorship, propaganda and coercion

Ana Cabrera

Instituto de História contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
anacabrera@fcsh.unl.pt
ORCID ID: 0000-0002-2372-5165
CIÊNCIA ID 9611-32B6-EC8F

Resumo: O Estado Novo, criado no processo da Revolução Nacional por Salazar, está associado a um conjunto de ações estratégicas, cuja função era a de reforçar a capacidade de estruturar e arbitrar autoritariamente os equilíbrios fundamentais, embora contraditórios, entre as elites políticas, os interesses dominantes e a ação governativa. (Rosas:1996) O objetivo era o controlo de todos os organismos e estruturas do Estado. Nesse sentido um primeiro passo foi a elaboração de uma nova Constituição que seria aprovada através de um plebiscito que se realizou em 19 de março de 1933, que entraria em vigor a 11 de abril do mesmo ano. Mas os meses que se seguem à aprovação da Constituição são de uma intensa atividade legislativa: cria-se a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, o Estatuto Nacional do Trabalho, os Grémios, os Sindicatos Nacionais, e mais tarde a Mocidade Portuguesa. Também as estruturas da censura trabalham no sentido de reforçar a sua autoridade e controlo junto da imprensa e dos jornalistas, através da criação da Direção Geral dos Serviços de Censura em 1933. Apesar de todo o aparelho repressivo houve ocorrências de contestação e oposição a Salazar que acabavam sempre esmagadas pela intervenção da polícia política, pela ação dos Tribunais Plenários ou pelas diversas outras formas de repressão, entre elas o controlo da informação. Neste capítulo o nosso objetivo é compreender que jornalismo era possível realizar sob a tutela da censura e das estruturas de controlo da sociedade, criadas pelo Estado Novo? E analisar as diferenças entre jornais. Assim selecionámos quatro acontecimentos que envolveram governantes do Estado Novo, que despertaram o interesse do público e a atenção dos jornais. São esses acontecimentos: 1. O jornalismo no processo de construção do Estado Novo — o Plebiscito e a Constituição de 1933; 2. O atentado a Salazar em Lisboa, em 4 de julho de 1937; 3. As eleições para a Presidência da República, em 1958: candidatura de Humberto Delgado; 4. Marcello Caetano, os jornais e os jornalistas, em 1969. A análise da cobertura jornalística destes acontecimentos será feita a partir das narrativas impressas no *Diário de Notícias*; *Século*; *Diário de Lisboa* e *Diário Popular*. As peças foram selecionadas com base nas datas daquelas ocorrências, cobrindo o período em que se observa a atenção jornalística sobre os referidos acontecimentos. A metodologia baseia-se na análise e crítica da documentação. Concluímos acerca das diferenças entre os jornais selecionados ao nível da construção das narrativas, da seleção das notícias e do respetivo ângulo de abordagem, da titulação e da subserviência perante o regime.

Palavras-chave: Jornalismo, Estado Novo, Censura, Salazar, Humberto Delgado, Marcello Caetano.

Abstrat: Estado Novo was a political regime in Portugal created by Salazar following the National Revolution. This regime is linked with a set of strategies with the aim of strengthening the structure and refereeing of various social balances among the political elites, dominant interests and the government (Rosas: 1996). The goal was the control of all organisations and structures of the State, and a new constitution was the first step toward this goal. This constitution would have been approved in referendum on 19th March 1933, and came into force on 11th April 1933. The following months led to an intense production of new laws, creating a new Police for the Vigilance and Defence of the State, the National Statute for Work, Guilds, National Unions, and the Portuguese Youth. Also in this period the structures of the censorship were developed to strengthen they authority and the control of the media, with the creation of the Directorate-General of the Censorship Services in 1933. In spite of being in control of all the mechanisms of repression, there were a few instances of protest and opposition to Salazar. These ended up being crushed by the political police, by the Plenary Courts, and the other forms of repression, including the control of the information. In this chapter, we aim to understand which kind of journalism was possible under the censorship and structures of control of Estado Novo, exploring the differences between various newspapers. For this purpose, we have selected four events involving members of the government of Estado Novo, which triggered public interest and media coverage: 1. the referendum of the new constitution of 1933, 2. a murder attempt against Salazar in Lisbon on 4th July 1937, 3. the presidential elections of 1958 with the candidacy of Humberto Delgado, and 4. Marcello Caetano, the newspapers and journalists in 1969. The analysis of the media coverage of these events was based on the narratives of *Diário de Notícias*, *Século*, *Diário de Lisboa*, and *Diário Popular*. The news selected for this assessment was based on the dates of the events above, and when there was media coverage about them. Our methodology is based on the critical analysis of these documentation. We have found the main differences among the selected newspapers in terms of the level of construction of the narratives, the selection of news and their perspective, the titles and their survival to the regime.

Keywords: journalism, Estado Novo, censorship, Salazar, Humberto Delgado, Marcello Caetano.

Introdução

O Estado Novo está inevitavelmente ligado à figura de Salazar e de todos os seus apoiantes que almejavam construir um sistema político novo e original (Torgal, 2013).

Salazar era um homem que pouco se deixava ver, parco em convívios e amizades, adversário de exposições públicas. Nunca escreveu nada sobre si, nem notas, nem diários que deixassem ver fragmentos das suas vivências, dos seus sentimentos e, muito menos, das suas emoções. Nutria, pelos jornalistas e pelos jornais, uma profunda desconfiança. Pensava que os jornalistas deviam subordinar-se aos interesses do Estado Novo, comungar as mesmas ideias, propagando-as com o propósito de enaltecer as suas realizações.

Raramente deu entrevistas e, na exceção da sua realização, exigia rever as respostas, de forma a acomodar o texto escrito aos seus intentos. Uma das mais famosas entrevistas de Salazar, foi a que concedeu a António Ferro¹, publicada em cinco edições do Diário de Notícias, no ano de 1932, quando ainda ocupava a pasta de ministro das Finanças, deixando antever o que previa para o futuro de Portugal.

No ano seguinte, em 1933, Salazar seria o promotor do Estado Novo, e da sua política, que durará até 1974. Será, também, o obreiro de todas as estruturas fundadoras do Estado Novo, e da estratégia que o manterá no poder, até à sua substituição, na Presidência do Conselho de Ministros, por Marcelo Caetano, em 1968. Caetano dará continuidade ao seu trabalho, embora de uma forma mais moderna, colocando novas capas nas velhas leis que fundaram o Estado Novo.

A censura foi um dos mais importantes pilares do regime. Foi instituída pelo Governo da Ditadura Militar, justamente para evitar que a Imprensa pudesse ser usada contra o “bem-estar da nação”².

Apesar da indignação demonstrada por alguma imprensa, e pelos jornalistas, como é patente no *Diário de Lisboa*, de 23 de junho de 1926³, a censura é imposta, em Portugal, na sequência do golpe militar de 1926.

1 António Ferro (1895-1956) Foi escritor, jornalista, político e diplomata, grande admirador e colaborador de Salazar. O jornalismo foi a sua grande paixão, sendo a sua ligação à cultura forte e muito influenciada pelo modernismo. Também se sentiu fascinado pelas ditaduras europeias e chegou a entrevistar Mussolini, Hitler (cuja entrevista foi insipiente) e Primo de Rivera. O Secretariado de Propaganda Nacional, que dirigiu, a partir de 1933, foi a plataforma que lhe serviu para dinamizar a chamada “Política do Espírito” — a cultura subordinada aos fins políticos do Estado Novo.

2 Preâmbulo da Circular, de 28 de Agosto de 1931

3 (1926), *Diário de Lisboa*, nº 1599, Ano 6, Quarta, 23 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR — Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31313 (2022-2-22)



Figura 1
Diário de Lisboa, 23 de junho de 1926
 Fonte: Fundação Mário Soares
[\[http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31313 \(2022-2-22\)\]](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31313).

Esta primeira página mostra uma peça, onde a crítica à censura à imprensa é clara, sendo, provavelmente, a última vez que, nos próximos quarenta e oito anos, este jornal emitirá uma opinião.

Em 1933, procede-se a uma reestruturação dos serviços da censura, marcada pelo início de funções de Álvaro Salvação Barreto, na liderança da DGSCI (Direção Geral de Serviços de Censura Interna), a partir de 1 de Novembro de 1932 (Fialho Gomes, 2006a e 2006b)

Assim, a censura é um organismo do Estado, criada para vigiar, controlar e intimidar a imprensa e os jornalistas. Contudo, havia ainda uma outra forma de controlo, feita pelos proprietários da Imprensa. Estes eram, muitas vezes, convocados para reuniões, onde recebiam as orientações convenientes ao regime político, o que eles respeitavam, evitando-se, assim, contrariedades, tais como a retenção das provas nos serviços da censura, que criavam dificuldades na distribuição ou atrasos na saída dos jornais. Outra característica marcante, ao longo de todo o Estado Novo, é a obrigatoriedade de os diretores dos jornais, escolhidos pelos proprietários, serem aprovados pelos serviços da censura, que verificavam se se tratava de pessoa idónea, ou seja, fiel aos princípios do Estado Novo. Nesta medida, a censura funcionava por meio de um conjunto de várias camadas, em que todas elas comungavam dos objetivos de produzir informação jornalística inócua; favorável ao regime; pedagogicamente ativa na divulgação dos propósitos do Estado Novo, e onde a crítica e a análise estivessem

completamente ausentes. Este aparelho tinha, por outro lado, o propósito de naturalizar, junto à ação jornalística, a contenção analítica e crítica, e a necessidade de configurar a importância, e centralidade, da autocensura, tal como relatam todos os jornalistas que exerceram a profissão, durante o Estado Novo (Cabrera, 2006; Baptista & Correia 2007; 2010).

Por isso, é preciso ter em consideração que o jornalismo, durante o Estado Novo — de Salazar a Caetano — é uma prática profissional exercida sob a égide da censura. Mas a censura não afetava só a imprensa. Toda a produção cultural era supervisionada, ressaltando-se o papel da rádio, da literatura e do cinema e do teatro que contribuíram, por intervenção da censura, para a máquina de propaganda do Estado Novo (Torgal, 2013). Ainda assim, muitas outras instituições, criadas para além da censura, funcionavam como um aglomerado para restringir as liberdades. O seu papel consistia no controlo de setores sociais, de forma a enquadrá-los como sujeitos ativos e componentes participativos no Estado Novo. Foi o caso da criação da União Nacional, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), da Mocidade Portuguesa, dos Sindicatos Nacionais, da Legião Portuguesa, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), mais tarde Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e Direção Geral de Segurança (DGS), bem como dos Tribunais Plenários, especialmente dedicados ao julgamento de presos políticos.

A fundação do Secretariado da Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro, até 1949, mas sob a tutela direta de Salazar, encarregou-se da divulgação dos feitos do Estado Novo, segundo a formulação doutrinária da “Política do Espírito”. A propaganda e a repressão, por constituírem fatores de estabilidade para o salazarismo, deveriam, também, estar presentes no aparato constitucional. Era por isso urgente criar uma Constituição que fosse alternativa à de 1911, ainda em vigor. A nova Constituição foi plebiscitada em 19 de março de 1933.

Fernando Rosas argumenta que o Estado Novo criou, a partir dos órgãos do Estado, um projeto totalizante de reeducação dos espíritos e de criação de um novo tipo de ideia política — portugueses unidos em torno de uma ideologia nacional. As “verdades indiscutíveis” proclamadas no ano da Revolução Nacional, pela sua natureza propositiva e pela mundivisão totalizante que transportava, exigiram, e criaram, um aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas (ao nível das famílias, da escola, do trabalho, dos lazeres), com o propósito de criar esse particular “homem novo” do salazarismo.” Fernando Rosas (2001, p. 1034)

O grande objetivo, de Salazar, era o de “impedir a eclosão de uma discussão política e, ainda mais, que se alastrasse à massa dos cidadãos. As decisões eram, maioritariamente, tomadas no silêncio do gabinete, no resguardo das chancelarias e secretarias...” (Baptista: 2012, p. 99). A sua relação com os meios era escassa e distante. Não gostava que os seus ministros privassem com os jornalistas. Embora a Emissora Nacional, e a RTP, fossem controladas pelo Estado, raramente utilizou estes recursos e desagradava-lhe a exposição pública que tais meios proporcionavam.

Os jornais do regime prestavam um valioso serviço ao regime porque ampliavam o elogio laudatório e, em períodos de crise, desancavam os adversários internos e externos ao salazarismo (Baptista, 2012, p. 105).

O trabalho que apresentamos, conjuga a natureza do regime, e das suas instituições repressivas, com o que se fazia, ou se podia fazer nos jornais. A investigação foi orientada segundo as seguintes questões: Que informação era possível ser veiculada sob a tutela da censura? Como os jornalistas executavam o seu trabalho? Que margem de discricionariedade tinham na realização das suas reportagens? Que diferenças se observam no jornalismo ao longo do Estado Novo?

A análise da cobertura jornalística organizou-se a partir de quatro momentos sensíveis que seleccionamos para análise, a partir da problematização de como os jornalistas reportam os seguintes acontecimentos:

1. O jornalismo no processo de construção do Estado Novo — o Plebiscito e a Constituição de 1933
2. O atentado a Salazar em Lisboa, em 4 de julho de 1937
3. As eleições para a Presidência da República, em 1958 e a candidatura de Humberto Delgado
4. Marcello Caetano, os jornais e os jornalistas, em 1969.

Os acontecimentos foram seleccionados considerando-se a relevância e o impacto que tiveram na época, bem como os seus efeitos, no decorrer do devir histórico. Assim, o Plebiscito corresponde ao primeiro passo de legitimação do novo regime, com base numa nova constituição, muito distinta da do período republicano. O atentado de que Salazar foi alvo, em 4 de julho de 1937, quatro anos após a fundação do Estado Novo, teve um efeito emocional muito elevado que mobilizou o país, de norte a sul, e congregou mais apoios em torno da figura de Salazar. Pelo contrário, a candidatura de Humberto Delgado, às eleições presidenciais de 1958, abalou profundamente o regime, e deixou uma marca de agitação, na sociedade portuguesa, que se vai repercutir, nas lutas académicas, bem como nos movimentos sociais que abrangeram diversos setores ao longo dos anos 60. Por fim, em setembro de 1968, Marcelo Caetano ocupa o lugar que tinha sido de Salazar. Pela primeira vez, em 35 anos, a presidência do Conselho de Ministros é ocupada por uma nova figura. Há uma enorme expectativa em torno do que viria a ser a governação de Caetano, que era mais novo, tinha família, filhos e netos, era um prestigiado professor catedrático da Faculdade de Direito, com experiência governativa, durante vários anos, e tendo já ocupado diversos cargos no Estado Novo.

O trabalho tem por base a análise crítica de peças jornalísticas seleccionadas, em função dos acontecimentos já citados, e provenientes de quatro jornais diários, sendo dois matutinos

— *Diário de Notícias*⁴ e *O Século*⁵ — e dois vespertinos — *Diário Popular*⁶ e *Diário de Lisboa*⁷.

As peças, para análise, foram selecionadas com base nas datas das ocorrências, acompanhando o período em que se observa a atenção jornalística sobre os referidos acontecimentos.

5.1. O jornalismo no processo de construção do Estado Novo — o Plebiscito e a Constituição de 1933

Num contexto de senso comum, a ditadura, proclamada em 28 de maio de 1926, punha fim a um ciclo político de instabilidade, atribuída aos governos republicanos instados pela exaltação constante de lutas partidárias que, na rua e no Parlamento, criavam um clima de precariedade nocivo à governação.

A nova Constituição foi plebiscitada. Na proclamação, exortava-se a população ao voto da seguinte forma:

Aprovar a Constituição é, pois, querer o fortalecimento e a consolidação da autoridade, da defesa nacional e da ordem, a segurança das verdadeiras liberdades individuais, a restauração familiar, o desenvolvimento da nossa economia, uma ordenação racional de toda a nossa vida pública e privada. (“A Proclamação do Governo ao País”, *Diário de Notícias*, 18 de março de 1933)

A Constituição de 1933 marca o fim da ditadura militar. Terá sido aprovada por cerca um milhão e trezentos mil, mas as abstenções e votos em branco contavam como votos a

4 *Diário de Notícias* é um jornal matutino que se publicava desde 1864 e foi fundado por Thomaz Quintino Antunes e Eduardo Coelho, em 29 de Dezembro. Foi um jornal com uma penetração nacional. Revelou uma grande estabilidade, quer em termos organizativos, quer ao nível dos corpos de direção, quer ainda em termos gráficos. No período em estudo Augusto de Castro dirigiu o jornal, exceto nos períodos em que esteve em missões diplomáticas: de Junho de 1924 a Junho de 1939 e de Janeiro de 1945 a Dezembro de 1946, altura em que a direção foi confiada a Eduardo Schwalbach; e de Dezembro de 1946 a Agosto de 1947 em que a direção foi entregue a Pereira Coelho. Fernando Fragozo será diretor a partir de 1966.

5 *O Século* é um matutino publicado em Lisboa. Foi fundado em 1881 por Sebastião Magalhães de Lima, defensor intransigente do ideário republicano. A partir de 1924 o jornal é adquirido por João Pereira da Rosa que assume a direção em 1926. Este jornal cresce em popularidade e solidez económica ao longo dos anos 40. Guilherme Pereira da Rosa sucede a seu pai na direção da empresa tentando reverter as dificuldades que a Sociedade Nacional de Tipografia tinha desde os anos 50.

6 O *Diário Popular* surge em plena II Guerra Mundial (22 de Setembro de 1942). A iniciativa partiu de António Tinoco que agregou à sua volta vários investidores. Mais tarde a Sociedade Industrial de Imprensa fica confinada a dois sócios maioritários: Francisco e Henrique Pinto Balsemão. O *Diário Popular* é um jornal com uma grande estabilidade, tanto no que respeita a formas de organização como de apresentação. Entre Outubro de 1958 e 1974 Martinho Nobre de Mello dirige o *Diário Popular*.

7 O *Diário de Lisboa* é fundado em 7 de Abril de 1921, o que fez deste jornal, o mais antigo dos vespertinos portugueses. Pertence à Renascença Gráfica. Para além de incluir nas suas páginas a colaboração de homens prestigiados no campo da literatura, foram também seus colaboradores notáveis modernistas como Almada Negreiros, Stuart Carvalhais e mais recentemente Carlos Botelho e João Abel Manta. O Primeiro diretor é Joaquim Manso, depois Norberto Lopes, até 1967, seguindo-se-lhe Pedro Ruella Ramos.

favor. Terão sido mais de seis mil os votos “Não”. Esta Constituição deixava em aberto, para regulamentação futura, tudo o que dissesse respeito aos direitos e garantias individuais dos cidadãos, nomeadamente a liberdade de expressão, reunião e associação, que vão ser reguladas por leis especiais — os decretos constitucionais aprovados a partir de 12 de abril de 1933.

O novo documento constitucional, indispensável, pois substituiria a Constituição Republicana de 1911, resultou de um processo que se arrastou ao longo de 3 anos, entre 1930 e fevereiro de 1933. A sua elaboração adveio de um processo de gabinetes onde pontuaram Domingos de Oliveira (presidente do Governo) e António Oliveira Salazar, ministro das Finanças, inicialmente e, depois, presidente do Conselho de Ministros. A estes, juntaram-se diversas personalidades dos círculos do Integralismo Lusitano; representantes de diversas correntes nacionalistas; docentes da Universidade de Coimbra, bem como representantes da doutrina social católica. (Santos, 2019). Contudo, este documento que foi plebiscitado considerava, no seu artigo 1º, *que a todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento*, também por intermédio da Imprensa. Tal facto transforma este diploma num caso paradigmático, a que a oposição ao regime recorre, durante o salazarismo, tomando-o como referência política contraditória, em função do cerceamento das liberdades, que os diplomas do Estado Novo vão consignar.

O Plebiscito, realizado em 19 de março de 1933, é apresentado nos jornais como um acontecimento político de grande importância e surge nos grandes títulos de toda a imprensa. Tanto o *Diário de Notícias* como *O Século* apresentam peças, normalmente reportagens, onde relatam, pormenorizadamente, a forma como decorreu a votação e os contextos que envolveram o Plebiscito.

Com o título “Plebiscito nacional de ontem”, o *Diário de Notícias* destaca:

Em Lisboa, às primeiras horas do dia, vários aviões da Aeronáutica Militar e do Centro de Aviação Marítima, voaram sobre a cidade, lançando milhares de exemplares da mensagem do sr. Presidente da República, muitos cartazes foram ainda afixados às esquinas das ruas chamando o eleitorado ao cumprimento do seu dever. (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1933, p.1)



Figura 2
Diário de Notícias de 20
 de março de 1933 p.1.
 Fonte: reprodução do
 original (BNP).

No dia 20 de março, o *Diário de Notícias* dá grande destaque ao ato eleitoral com o título “O Plebiscito Nacional de ontem”, logo seguido da apresentação dos resultados:

A Constituição, conforme os resultados oficialmente apurados até agora, foi aprovada por cerca de 95% dos eleitores, tendo-se manifestado nas urnas 60% a favor e menos de 5% contra. (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1933, p. 1)

Seguidamente, o jornal apresenta, também, em primeira página, uma reportagem fotográfica, composta de várias imagens das mesas de voto, onde se destacam as fotos de várias individualidades a votar, nas respetivas assembleias. A legenda assinala:

Em cima o chefe do Estado e o presidente do Ministério votando; na 2.^a fila o voto do sr. Ministro da Guerra e um aspecto da assembleia no Liceu Camões; na 3.^a fila os srs comandante da Polícia, ministro do Interior e ministro da Justiça exercendo o seu direito de eleitores; em baixo os srs ministro da Obras Públicas e Comunicações e dos Negócios Estrangeiros saindo das assembleias eleitorais. (*Diário de Notícias*, 20 de Março 1933, p. 1)

Em nota de reportagem, o jornalista sublinha:

O acto plebiscitário de ontem teve a caracterizá-lo a absoluta ordem em que decorreu. Nem o mais ligeiro incidente se registou, tanto nas assembleias e secções de voto de Lisboa, que os nossos repórteres percorreram, como nas assembleias dos diversos pontos do País, de onde o Governo recebeu, durante o dia, informações telegráficas, que ao começo da noite concretizou na seguinte nota oficiosa. (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1933, p. 1),

e segue-se a nota oficiosa na integra. Mais à frente, o jornalista realça a presença feminina no ato eleitoral:

A presença de senhoras nalgumas secções de voto imprimiu um caracter de novidade ao acto eleitoral. S. Mamede e Camões foram as freguesias onde votaram em maior número, algumas delas, de posição humilde. (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1933, p. 1)

A página 5 dá continuação às notícias sobre o resultado do Plebiscito e apresenta os dados por distrito. A esta informação, juntam-se mais fotografias que destacam várias mulheres exercendo o seu direito de voto.

O voto feminino, enquanto facto e representação, é uma novidade, apesar de o direito de voto, às mulheres, ter sido concedido, pela primeira vez, em 1931, pelo decreto 19 694, de 5 de maio. Mesmo que se considere as restrições e limitações, a que as eleitoras estavam sujeitas, não deixava de ser uma singularidade, a merecer destaque nas notícias.



Figura 3
O Século, 20 de março de 1933, p.1.
Fonte: reprodução do original (BNP)

A cobertura de *O Século* foi igualmente minuciosa, como o título destaca:

Realizou-se, ontem, em todo o País, com absoluta tranquilidade, o acto plebiscitário, pelo qual foi aprovada a nova constituição política da República e prorrogado por dois anos o mandato presidencial do Sr. General Carmona. (*O Século*, 20 de março de 1933, p.1)

As fotos mostram também Carmona e Salazar exercendo o voto. Nos relatos do acontecimento, *O Século* destaca um pormenor interessante:

Nos cadernos eleitorais da 1ª secção da freguesia de Arroios, não estava incluído, quando abriu a assembleia, o nome do sr. dr. Oliveira Salazar. A presença dos jornalistas e dos fotógrafos, que esperavam a chegada do chefe do Governo, é que levou o presidente da mesa a requisitar à Junta de Freguesia, o verbete eleitoral, respeitante ao sr. dr. Oliveira Salazar. Quando este ali chegou já as listas continham o seu nome. (*O Século*, 20 de março de 1933, p. 1)

A reportagem sobre o Plebiscito apresenta, no dia 20 de março de 1933, três páginas dedicadas ao assunto. Para além das individualidades que votaram, salienta-se os resultados eleitorais dos diversos distritos, e das respectivas freguesias, destacando o número de eleitores, votos a favor, contra e abstenções. Algumas notas do jornalista são interessantes como se observa no resultado de uma freguesia do Distrito de Aveiro: “Arouca—Nas assembleias deste concelho entraram 2.877 listas. Foram, porém, contados 3.524 votos. Algumas dezenas de mulheres concorreram às urnas” (*O Século*, 20 de março de 1933, p. 5).

Esta narrativa prossegue e destaca-se o número de mulheres que acorreram às urnas, em cada freguesia. Também, em alguns Distritos, identificam-se os presidentes das mesas eleitorais.

A reportagem prolonga-se por diversos dias e, no caso de *O Século*, os resultados têm seguimento durante toda a semana.

O *Diário de Lisboa* apresenta uma foto a toda a primeira página, com a seguinte legenda: “Dois aspectos do acto eleitoral”:

À esquerda — o sr. general Carmona entregando a sua lista na assembleia que funcionou na escola primária de Cascais; À Direita o Sr. Dr. Oliveira Salazar exercendo o direito de sufrágio na assembleia que funcionou na cantina escolar da rua Carlos Barreiros em Arroios. (*Diário de Lisboa*, 19 de março de 1933, p. 1)



Figura 4
Diário de Lisboa, 19 de março de 1933, p. 1.
 Fonte: reprodução do original (BNP).



Figura 5
Diário de Lisboa, 19 de março de 1933, p. 4.
 Fonte: reprodução do original (BNP).

A página 4 oferece os resultados eleitorais de Lisboa e várias fotos de mesas de votação, com o seguinte destaque:

O acto eleitoral não modificou a fisionomia da cidade. Tudo decorreu normalmente. Da noite de ontem para hoje aumentou o número de cartazes de propaganda, tendo sido também afixadas algumas páginas do Diário da Manhã com apelos vários e recortes dos discursos ultimamente pronunciados pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar. (*Diário de Lisboa*, 19 de março de 1933, p. 4.)

A cobertura jornalística deste ato eleitoral sofreu a influência de uma Constituição que reunia um consenso, sobretudo entre os republicanos, que confiavam na sua tendência expressa de defesa das liberdades. Depois de plebiscitada a Constituição, os princípios de defesa das liberdades deveriam ser regulamentados por meio de diplomas. Todavia, a regulamentação irá mesmo negar aqueles princípios, na medida em que os diplomas constituirão normas legitimadoras do cerceamento dos princípios e das liberdades correspondentes. Estes aspetos não terão expressão na imprensa

O acompanhamento do plebiscito, pelos jornais, faz-se de forma relativamente diferenciada, embora a natureza da narrativa jornalística siga as fontes oficiais, destacando as personalidades mais proeminentes, tais como o Presidente da República, Chefe do Governo, e ministros. O *Diário de Notícias* oferece uma narrativa, com um forte pendor oficioso, que

acompanha de perto o caminho; as intenções e os objetivos do regime. Para tanto, descreve as situações detalhadamente e apresenta os discursos na íntegra. Já *O Século*, distancia-se um pouco mais, mas faz questão de mostrar a sua fidelidade. Ambos, asseguram destaque de primeira página ao tema e uma cobertura que perdura por alguns dias. Quanto ao *Diário de Lisboa*, afirma-se muito mais independente ao enviar jornalistas para os locais; realizar reportagens fotográficas de mesas de voto e fornecer uma descrição mais independente. No entanto, os jornais seguem as fontes oficiais, a propósito de um acontecimento planeado como é o Plebiscito. O jornalismo resultante acaba por estar marcado pela tutela da censura, a partir da qual a independência dos jornalistas é, sistematicamente, posta em causa. De notar que todos os jornais sublinham o voto feminino e mostram fotos, onde as mulheres estão presentes e exercem, apesar das restrições, o seu direito de voto.

5.2. O atentado a Salazar em Lisboa em 4 de julho de 1937

Na construção do Estado Novo, a estratégia central residia em evitar a contestação pública e a dissidência, porque isso podia pôr em risco o projeto político de Salazar. Combatia-se a divulgação de ações oposicionistas, por meio da máquina de propaganda e de uma imprensa aliada do regime, ou silenciada pela censura. O controlo da imprensa era a chave para desacreditar os inimigos e garantir a confiança nas políticas salazaristas. (Pena-Rodriguez, 2013; 2019)

Entre os anos de 1936 e 1937, e coincidindo com a guerra civil espanhola, ocorreram revoltas, como a dos marinheiros, em 8 de setembro de 1936, e, em 1937, cometeram-se ataques contra as instalações da Emissora Nacional e Rádio Clube Português, bem como o atentado a Salazar em 4 de julho do mesmo ano.

A explosão de uma bomba deu-se na altura em que Salazar saía do seu carro, na Avenida Barbosa du Bocage, para assistir a uma missa, na capela da casa do seu amigo Josué Trocado. O atentado foi organizado pela Frente Popular Portuguesa, que integrava republicanos radicais, o Partido Comunista Português e anarquistas. Ao contrário do esperado, este delito vai contribuir para difundir uma imagem messiânica de Salazar e reforçar o mito do salvador da pátria (Madeira, 2013).

Na altura, o Partido Comunista Português fez notar, no *Avante*, que esta era uma monstruosa farsa e que tinha sido levada a cabo pelo próprio regime, para reagrupar forças à volta do “Chefe” (Matos, 2017, p. 245). Ainda assim, toda a propaganda foi desenhada no sentido de atribuir todas as responsabilidades aos comunistas e reviralhistas (Madeira, p. 2013).

Salazar saiu ileso, seguindo-se uma espetacular onda de comoção pública que foi habilmente explorada pelo regime. Este atentado teve o condão de suavizar as tensões com o Presidente Óscar Carmona, bem como com forças armadas (Araújo, 2017).

As iniciativas dos organismos de propaganda do Estado Novo trataram de organizar incontáveis manifestações, de norte a sul do País, em apoio a Salazar. De igual forma, o clero organizou missas campais e Te Deum. Igrejas e capelas, de todas as cidades, rezaram missas pela salvação do salvador. Senhoras, respondendo a uma iniciativa do *Diário de Notícias*, encheram São Bento de rosas vermelhas. Poesias; orações; cartas e telegramas, provenientes de todos os ramos militares; de todos os grupos sociais; dos diversos setores do comércio; da indústria e agricultura; das aldeias às cidades; do interior do país à orla marítima, movimentaram os correios portugueses, com uma afluência contínua, durante os meses que se seguiram. Durante semanas, a imprensa portuguesa teceu loas ao ditador, por ter saído ileso do atentado e mesmo ter sido protegido por desejo divino. Os jornais disputaram, entre si, cachas com elevada emoção, onde competiam, também, no tom laudatório de apoio incondicional a Salazar e à sua obra. Por todo o país, levantou-se uma onda de solidariedade, com ações populares, algumas patrocinadas pelos próprios jornais, e todas elas desenvolvidas, com eloquentes pormenores, nas páginas dos jornais.



Figura 6

Diário de Notícias, 5 de julho de 1937, p. 1.

Fonte: reprodução do original (BNP).

O título do *Diário de Notícias* — “Um crime que visava a Nação” — é muito sugestivo, ou seja, o atentado “infame”, como o qualifica o jornal, era contra Portugal inteiro. O tom de todas as peças é laudatório, sendo Salazar tratado como um herói, ou salvador: “A alma de uma nação não se destrói com uma bomba”. Salienta a pacificidade do povo português, incapaz

de tal malvadez e considera que terá havido “mãos de estrangeiros” (*Diário de Notícias*, 5 de julho de 1937, p. 1).

“Um estampido brutal abalou as avenidas novas. Eram precisamente 10,25. O Sol claro e quente encharcava de luz as ruas regulares do bairro. (...) O sr. dr. Oliveira Salazar parou, circundou um olhar lento em volta — ainda da cratera recém-aberta se elevavam colunas de pó — e transpôs o limiar do portão. O fato escuro estava coberto de poeira, mas, no rosto sereno nem um musculo se movera em contração de espanto ou de temor. Depois — como todos os outros domingos — assistiu ao sacrifício da missa, certamente agradecendo a Deus ter velado por Portugal mais uma vez”. (*Diário de Notícias*, 5 de julho de 1937, p. 1)

Uma enorme fotografia apresenta a concentração que se realizou, à noite, em São Bento, de apoio a Salazar, que se dirigiu aos manifestantes com estas palavras: “— Não há dúvida. Somos indestrutíveis! Porque a Providencia assim o destina e na terra vós o quereis.” (*Diário de Notícias*, 5 de julho de 1937, p. 1)

A concentração foi organizada pelos legionários, a quem se juntaram muitos outros setores e grupos, reunindo-se no Rossio e seguindo, em manifestação, em direção a São Bento.

No dia seguinte, o *Diário de Notícias* prossegue com títulos panegíricos, exaltando e enaltecendo o líder: “Um momento de elevação patriótica. Portugal inteiro saúda o Chefe do Governo em manifestações da mais alta simpatia e em protestos da mais indignada repulsa pelo atentado contra a sua vida” (*Diário de Notícias*, 6 de julho de 1937, p. 1).

O jornalista confessa que lhe escasseiam as palavras para descrever o estado de exaltação que o País vive:

É preciso confessá-lo: o noticiário é insuficiente para dar uma ideia exacta e completa do estado de emoção e de entusiasmo que dominou o País. Essa admirável manifestação pública de domingo à noite resultou, na sua grandiosidade, no seu sabor espontaneo, no delírio de apoteose, que a caracterizou, na profunda vibração que a evoluiu — um verdadeiro grito de alma: a consciência e o coração dum povo em exteriorizações livres alarmando os espaços por onde se cruzavam ainda os últimos écos de grandes festas recentes em louvor do ressurgimento da Nação. (*Diário de Notícias*, 6 de julho de 1937, p. 1)

No editorial, com o título “Obra de Bandidos”, assinalam-se, mesmo, os putativos autores do atentado:

Foram sim, o Crime e a Mentira que baldadamente tentam minar o subsolo da Pátria para nos entregar como escravos à legião de assassinos que tem em Moscovo o seu quartel-general e em Espanha, hoje, o seu campo de batalha e amanhã (mercê de Deus!) o seu patíbulo! (*Diário de Notícias*, 6 de julho de 1937, p. 1)

Figura 7
Diário de Notícias, 6 de julho
 de 1937, p. 1.
 Fonte: reprodução do
 original (BNP).



Em todas estas peças, nota-se que o *Diário de Notícias* participa no enaltecimento da personalidade; no culto ao chefe e acentua, nas palavras e nos atos de Salazar, um desígnio divino e premonitório. A culpa do atentado é encaminhada para estrangeiros, a soldo de Moscovo, ou para aqueles que se batiam na guerra civil de Espanha contra as forças de Franco. O *Diário de Notícias* colabora, assim, numa poderosa ação de propaganda desenvolvida em torno do atentado.

Durante quinze dias consecutivos, o *Diário de Notícias*, trouxe o assunto em primeira página, com desenvolvimento em mais do que uma página interior. O atentado oferecia perspectivas abundantes para abordagens e análises diferenciadas, embora as notícias acabem por constituir um conjunto homogêneo, de natureza apelativa, sendo objeto único de interesse jornalístico as reações dos vários setores sociais, económicos e políticos em apoio a Salazar. As peças reforçam o tema da imunidade, e do desenvolvimento do programa do Estado Novo, sob formato apologético de enaltecimento de Salazar. A divulgação de telegramas, cartas, visitas e manifestações de apoio, para além das missas em ação de graças, ganham centralidade e funcionalidade publicitária em torno da temática prioritária “o salvador da Pátria”.

No dia a seguir ao atentado, *O Século* oferece uma primeira página repleta de pormenores: fotografia do local do atentado, planta para explicar como foi montado o atentado e vários artigos que descrevem o acontecimento.



Figura 8

O Século, 5 de julho de 1937, p. 1.

Fonte: reprodução do original (BNP).

Ontem, de manhã, foi praticado um miserável atentado contra o sr. dr. Oliveira Salazar. Quando o chefe do Governo entrava, para ouvir missa, em casa de um amigo, á avenida Barbosa du Bocage, uma bomba de dinamite que fora disposta por debaixo da tampa do colector foi feita explodir por meio de um sistema eléctrico accionado da caixa doutro colector, na avenida Cinco de Outubro. (*O Século*, 5 de julho de 1937, p. 1)

Trata-se um título desenvolvido que explica todo o acontecimento. E continua, em forma de opinião: “Felizmente, ninguém foi atingido; e era tal a força do criminoso engenho que, no leito da rua, ficou aberto um buraco enorme, onde cabem à vontade uns vinte homens, e, nos edifícios da frente, todos os vidros se partiram” (*O Século*, 5 de julho de 1937, p. 1).

O artigo de fundo é também encimado por uma fotografia de Salazar, semelhante à publicada no *Diário de Notícias*. O texto denuncia o bolchevismo, responsável pelas “tragédias, crimes e selvajarias e as inauditas infâmias de que tem sido teatro a pobre Espanha submetida ao império miserável dos “vermelhos”. (*O Século*, 5 de julho de 1937, p. 1)

O Século descreve Salazar caminhando ao encontro do seu amigo José Trocado, conforme se vê a seguir:

Sorridente, sereno, com uma serenidade verdadeiramente excepcional numa contingência daquelas, com absoluto domínio de vontade, o chefe do Governo agradeceu aos dois amigos as atenções, mas serenou-os com um gesto. Depois, relanceou, rápido, um olhar sobre o montão de terra, pedras, ferros torcidos e manilhas partidas que, a meio da avenida, substituíam, agora, a placa arborizada, e disse-lhes: — bem, vamos á missa! (*O Século*, 5 de julho de 1937, p. 1)

O Jornalista de *O Século* que escreve esta peça, certamente não assistiu à cena do atentado, nem ouviu as palavras que Salazar terá pronunciado, nem a forma como se dirigiu às senhoras que o esperavam, nervosas, dentro de casa. Estes detalhes, provavelmente criados pela sua imaginação, concorrem para o clima de emoção e promoção do mito que se vai desenvolver, em torno da figura do dirigente dos Estado Novo: o homem que não tem medo, que não se sobressalta perante o perigo e que é protegido por uma entidade divina.



Figura 9
O Século, 6 de julho de 1937, p. 1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

O jornal baseia as suas notícias nas diversas reações ao atentado:

Todo o País vibra de indignação pelo nefando atentado de ante-ontem.

Muitos milhares de telegramas enviados de quase todas as cidades, vilas e aldeias de Portugal, da Colónias e do Estrangeiro, entre os quais um de Hitler e outro de Mussolini, foram recebidos na casa do chefe do Governo manifestando-lhe inteira solidariedade e verberando o monstruoso crime. (*O Século*, 6 de julho de 1937, p. 1).

Também *O Século* dedicou a sua primeira página, a dar destaque a este assunto, pelo menos até o dia 12 de julho. As notícias foram alimentadas pela reação de diversos setores sociais que demonstraram publicamente a sua indignação. No dia 12 de julho, o órgão noticia o “Te-Deum em acção de Graças pelo malogro do atentado contra o chefe do Govêrno”.

Já o *Diário de Lisboa* faz-se mais parco na adjetivação para qualificar o atentado. A peça é encimada pelo título:

Atentado criminoso que se frustrou: Explodiu esta manhã uma bomba de dinamite em frente da capela onde o chefe do Governo ouve missa no momento em que o sr. dr. Oliveira Salazar saía do seu automovel. Não houve ferimentos e os estragos limitaram-se a vidros partidos. (*Diário de Lisboa*, 4 de julho de 1937, p. 1)

O título é desenvolvido, com a utilização de tipos, de variados tamanhos, para destacar algumas frases.

O editorial, provavelmente da autoria de Joaquim Manso, o diretor do Jornal, difere, em género e forma, dos homólogos do *Diário de Notícias* e de *O Século*:

“Pensamos hoje o que há muitos anos dissemos, numa hora de lutas ferozes e paixões inclementes: — “É contraproducente eliminar um adversário, quando as suas ideias já não cabem na vida do sementeiro, porque bracejam à espera das gerações futuras.”

“O atentado de que foi alvo o sr. Dr. Oliveira Salazar corresponde a uma mentalidade atrasada que não compreende como a época atual ordena a linha da sua conduta.” (*Diário de Lisboa*, 4 de julho de 1937, p. 1)

A descrição dos acontecimentos relacionados com o atentado foi feita nos seguintes termos:

Pouco depois das 10 e 20. Parou à porta do sr. dr. José Trocado o automóvel do chefe do Governo. O “chauffeur” Raul abria a portinhola saindo em primeiro lugar, o sr. Leal Marques, chefe de gabinete do sr. presidente do Conselho.

“Quando o sr. dr. Oliveira Salazar punha o pé no passeio ouviu-se uma forte explosão, voando pelos ares pedras e terra da placa central da avenida, enquanto se estilhaçavam muitos vidros dos

prédios vizinhos. (...) Mas o sr.dr. Oliveira Salazar, com a maior serenidade, apeou-se e disse para o Sr. Leal Marques... Vamos assistir à missa. O chefe do Governo entrou na Capela, tranquilizado as senhoras cujo nervosismo, como é natural, era grande. E ali ouviu a missa habitual.

(...) “— Como fiquei vivo, terei de continuar a trabalhar. Em seguida despediu-se de todos, dizendo da porta para o sr. José Teles: —Eu tenho sempre muita sorte nestas coisas! (*Diário de Lisboa*, 4 de julho de 1937. P. 1)



Figura 10
Diário de Lisboa, 4 de julho de 1937, p. 1.
 Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares [http://casacomum.org/cc/visualizador?past=05763.027.06562]



Figura 11
Diário de Lisboa, 5 de julho de 1937.
 Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares [http://casacomum.org/cc/visualizador?past=05763.027.06563]

“A Brecha”, um artigo de fundo, descreve a situação das finanças publicas:

Toda a gente sabia que o Estado se administrava como os morgados que empenham as suas rendas para salvarem os seus vícios. Já no tempo da descoberta da Índia as receitas não chegavam para cobrir as despesas. Pedíamos emprestado a juros altos, de levar couro e cabelo.”

(...) O sr. Dr. Oliveira Salazar apareceu como uma derradeira esperança, visto ter o orgulho de não prometer nada para fazer tudo. Precisamente quando a ruína se desenhava sem um disfarce, o professor de finanças revelou-se estadista, demonstrando que só a virtude tinha direito a gerir os dinheiros do Estado.

(...) Há cinco anos que ele, alargando a sua acção, de forma a poder dar corpo á mística e a doutrina que trazia no pensamento, traz o país entre mãos, não como o barro modelado pelo artista, mas sim como o espírito que cede à razão e à persuasão.

Formulamos os mais sinceros votos, para que o seu labor seja abençoado por Deus e as gerações de hoje nunca se esqueçam do homem que lhes deu a fé e a confiança para vencerem as dúvidas e temores da hora em que nasceram. (*Diário de Lisboa* 5 de julho de 1937, p. 1)

Diferente dos outros dois jornais, o *Diário de Lisboa* deu atenção mediática e destaque de primeira página ao atentado, durante dois dias (dias 4 e 5). Os textos são frugais em adjetivação relativa ao presidente do Conselho de Ministros e não relatam os movimentos que se desencadearam, de apoio a Salazar, ao passo que tanto o *Diário de Notícias*, como *O Século*, se centram nestes temas para manter o atentado em primeira página.

O artigo de fundo, do *Diário de Lisboa*, faz um historial da ação de Salazar como ministro das Finanças, contrapondo essa ação à desorganização dos dinheiros públicos, com gastos de montantes superiores às receitas, concluindo que o benefício que Salazar trouxe, e que lhe mereceu prestígio, foi o equilíbrio das finanças publicas. E, em dois dias, se deu por finalizada a participação jornalística do *Diário de Lisboa* na questão do atentado.

5.3. As eleições para a Presidência da República em 1958: a candidatura de Humberto Delgado

Vinte e um anos depois do atentado a Salazar, a candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958, criou um momento político que abalou profundamente o regime.

A historiografia contemporânea refere-se ao terramoto delgadista, para aludir ao efeito da candidatura do general de Humberto Delgado à presidência da República (Rosas, 1990; Reis, 1990). A aparente imutabilidade do regime, sofrerá um grande abalo, e não será apenas a candidatura mas, sobretudo, a campanha eleitoral feita em moldes inéditos, até então, no Portugal da ditadura salazarista (Reis, 2018). A expressão “obviamente demito-o” endereçada a Salazar, por um general formado no regime, abria brechas e contribuiria, largamente, para uma grande mobilização. A campanha para as eleições presidenciais iniciou-se a 10 de maio e teve, como momentos altos, a visita ao Porto, a 14 de maio, e a chegada à Lisboa a 16, do mesmo mês.

A imprensa portuguesa cobre largamente esta campanha e mobiliza, para o efeito, os seus melhores e mais competentes repórteres. Mas as reportagens e a informação são vítimas de uma censura que tinha sido reformulada em 1944.

A Direção Geral dos Serviços de Censura, que funcionava sob tutela direta de Salazar, era exercida por meio de um Conselho de Imprensa, onde tinham assento os diretores dos jornais que, aí, recebiam as instruções sobre a missão do Governo. Portanto, os dispositivos de controlo à imprensa estavam, naquele instante, reforçados, sob o comando direto Presidente do Conselho de Ministros, e apoiados numa forte estrutura orgânica que transformava a Imprensa numa marioneta das vontades e desígnios do regime.

Humberto Delgado tinha sempre sido fiel ao regime, e a Salazar, desde a fundação do Estado Novo. Participou no movimento militar de 28 de maio de 1926, servindo na Legião Portuguesa e na Mocidade Portuguesa. Porém, durante a II Guerra Mundial, Delgado passa de uma afinidade com o lado do eixo, para uma simpatia crescente para com os aliados. Representou Portugal, nos acordos secretos com o Governo Britânico, a propósito da utilização dos Açores, como base, durante a guerra. Foi o seu trajeto internacional que o afastou, progressivamente, de Salazar. Depois de ter estado um ano, como representante na Câmara Corporativa (1951-1952), foi nomeado, em 1952, adido militar na Embaixada de Portugal, em Washington, e membro dos representantes militares da NATO, chegando a chefiar a Missão Militar, junto à NATO, depois da sua promoção a general (2015: Rosa).

A cobertura jornalística, desta campanha eleitoral, marca as origens de uma mudança no jornalismo em Portugal (Cabrera 2006; Baptista & Correia 2007), bem como a organização contestatária dos estudantes, que se havia de transformar no movimento associativo, surgido na crise académica de 1962, e fortalecido, ao longo da década de 60. O tumultuoso apoio popular que Delgado recolhe; as declarações que proferiu; o estilo desabrido, truculento e direto, abalaram profundamente o regime. As presidenciais de 1958 serão, mesmo, as últimas, durante a vigência do Estado Novo. Após a eleição, que deu vitória a Américo Tomás, procedeu-se a uma revisão constitucional, onde o Presidente da República passará a ser eleito por um colégio eleitoral.

A campanha eleitoral começa a 10 de maio e acaba a 4 de junho, seguindo-se o ato eleitoral, em 8 de junho. Estavam em cena três candidatos: Américo Tomás apoiado pela União Nacional, Humberto Delgado candidato independente e Arlindo Vicente, com um passado antifascista, e apoiado pelo Partido Comunista Português e outros setores de esquerda. Nestas eleições, Arlindo Vicente desiste, a 30 de maio, a favor de Humberto Delgado, que reunia um vasto apoio popular.

Quando a candidatura de Américo Tomás estava, ainda, a ser formalizada, pela União Nacional, já Humberto Delgado fazia a primeira ação de campanha, numa conferência de imprensa, levada a cabo no café Chave de'Ouro, em Lisboa. O espaço era pequeno, para tanto público e tantos jornalistas. Foi ali, que o jornalista Lindorfe Pinto Basto, da agência

France-Press, fez a pergunta que havia de marcar toda a campanha eleitoral: “Sr. General, se for eleito Presidente da República, que fará do Sr. Presidente do Conselho? — Humberto Delgado respondeu: “Obviamente demito-o!”

Os significados e efeito, da candidatura de Humberto Delgado, abalaram, profundamente, o regime, produzindo um desequilíbrio que acelerou a desagregação da política situacionista. Como candidato independente, Delgado era um mediador entre militares desafetos do regime e a oposição liberal. Na campanha, teve um forte apoio popular, visível em todos os eventos. O Porto recebe-o apoteoticamente, entre 14 e 16 de maio. Os mais de 200 mil participantes, no comício, e as diversas manifestações que rodeavam sistematicamente Delgado, pressionam negativamente o regime (Faria & Delgado, 1998).

A partir deste quadro, as reações de contra-informação, lideradas, ao mais alto nível, pela União Nacional, foram imediatas. No regresso do Porto, por ação do ministro Santos Costa, o automóvel de Delgado é desviado, e afastado da multidão que o esperava em Santa Apolónia.

Dadas as condições adversas ao situacionismo, a repressão aumenta e, até ao fim da campanha, Delgado será várias vezes impedido de realizar ações, como aconteceu no comício de Braga (Rosa, 2015).

Inicialmente, a campanha, que para o regime parecia ser um passeio no parque, transformou-se num pesadelo, onde todos os representantes do regime foram obrigados a tomar parte e a intervir. Ministros, secretários de Estado, quadros da União Nacional, percorreram o País de norte a sul, organizando comícios e intervenções, para além de colaborações nos jornais, com artigos de apoio ao candidato Américo Tomás.

A oposição sabia que havia problemas com os cadernos eleitorais, a que não tinha acesso e viu-se impedida de inspecionar o funcionamento das mesas de voto e, naturalmente, sucederam-se as fraudes. Os resultados dão a Humberto Delgado 1/4 dos votos expressos. Américo Tomaz será o novo presidente da República.

Alguma imprensa, nomeadamente o *Diário de Notícias* e *O Século*, teve um papel fundamental na reprodução dos estereótipos do regime e no apoio ao candidato da União Nacional.



Figura 12
Diário de Notícias, 11 de maio de 1958, p. 1.
 Fonte: Fonte: reprodução do original (BNP)



Figura 13
Diário de Notícias, 13 de maio de 1958, p. 1.
 Fonte: reprodução do original (BNP).

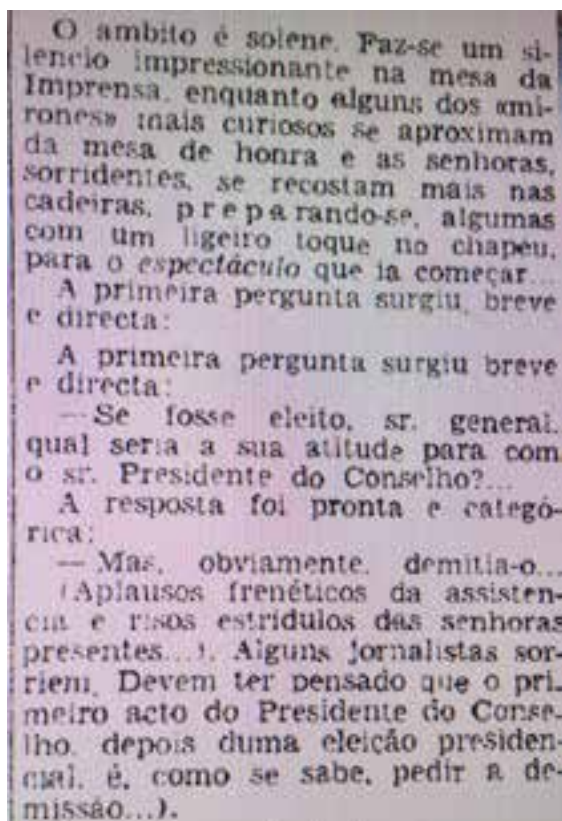
Estes dois números, do *Diário de Notícias*, demonstram como a frase de Humberto Delgado — “Obviamente demito-o” nem é mencionada. Assim, o que é notícia são as reações de apoio a Salazar e a indignação face à enorme “ofensa”, acerca da declaração de Humberto Delgado e a forma como afetava as lideranças do regime:

Milhares de telegramas recebidos na Presidência do Conselho manifestando agradecimento e confiança em Salazar e protestando contra as afirmações do general Humberto Delgado. (*Diário de Notícias*, 11 de maio de 1958, p. 1)

Canto inferior esquerdo vem o título da polémica:

A demissão do Presidente do Conselho e a instauração dum regime forte e de características militares eram as primeiras atitudes do general Humberto Delgado se fosse eleito. (*Diário de Notícias*, 11 de maio de 1958, p. 1)

Na verdade, a frase inspiradora de toda a polémica é publicada, apenas na página 7, como se pode observar:



O âmbito é solene. Faz-se um silêncio impressionante na mesa da Imprensa, enquanto alguns dos «mirões» mais curiosos se aproximam da mesa de honra e as senhoras, sorridentes, se recostam mais nas cadeiras, preparando-se, algumas com um ligeiro toque no chapéu, para o espectáculo que ia começar... A primeira pergunta surgiu, breve e directa:
A primeira pergunta surgiu breve e directa:
— Se fosse eleito, sr. general, qual seria a sua atitude para com o sr. Presidente do Conselho?... A resposta foi pronta e categórica:
— Mas, obviamente, demitia-o... (Aplausos frenéticos da assistência e risos estridulos das senhoras presentes...). Alguns jornalistas sorriem. Devem ter pensado que o primeiro acto do Presidente do Conselho, depois duma eleição presidencial, é, como se sabe, pedir a demissão...).

Figura 14

Diário de Notícias 11 de maio de 1958, p. 7.

Fonte: reprodução do original (BNP).

Neste texto, nota-se que o jornalista procura captar o ambiente, na conferência de imprensa:

O âmbito é solene. Fez-se um silêncio impressionante na mesa da Imprensa, enquanto alguns dos “mirões” mais curiosos se aproximavam da mesa de honra e as senhoras, sorridentes, se recostavam mais nas cadeiras, preparando-se, algumas com um ligeiro toque no chapéu, para o espetáculo que ia começar. (*Diário de Notícias*, 11 de maio de 1958, p. 7)

No dia 12 de maio, o destaque é dado às medidas de desagravo a Salazar, devido às palavras de Humberto Delgado.

Nota-se aqui um jornalismo feito sob a tutela da censura: descritivo, com pormenor, seguindo a sequência dos acontecimentos, cronometrado, onde se integra as intervenções dos oradores, por ordem. Ainda assim, em algumas peças, os textos deixam de fazer sentido e percebe-se

então os cortes da censura. De qualquer modo, este jornalismo correspondia, também, à tradicional linha editorial, onde o apoio ao regime, e a assunção do órgão oficioso era patente.

No dia 13, o jornal prossegue com os títulos laudatórios:

A admiração pela obra de Salazar e a repulsa pelas afirmações do general Humberto Delgado expressas em numerosas mensagens recebidas na Presidência do Conselho. (*Diário de Notícias*, 13 de maio de 1958, p 1).

O tom da titulação, e da narrativa jornalística, é, em tudo, semelhante àquela utilizada aquando do noticiário sobre o atentado de 1937. Esta situação deixa ver o imobilismo do jornal, mas também a decadência do regime. O regime, ao não encontrar novos argumentos, para confrontar os opositores, centra-se na intocabilidade de Salazar, como se o seu passado, simbólico, justificasse o seu presente estado político. Quanto ao jornal, insiste no mesmo género de narrativa, comportando-se como um órgão oficioso do regime. Mostra que o seu lado é o da defesa do regime de Salazar, e a sua missão é louvar o governante e tecer-lhe os mais rasgados elogios.

Tal como a maior parte da “grande imprensa” da época, o conservadorismo do jornal nota-se também no desenho da página e no imobilismo ao nível dos quadros dirigentes, intermédios e redatores. Augusto de Castro continuará a ser o diretor do jornal e manter-se-á no cargo até 1971, data da sua morte.



Figura. 15
O Século, 13 de maio de 1958, p.1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

O Século, nas suas reportagens sobre a campanha eleitoral, aproxima-se muito do estilo do *Diário de Notícias*. Como exemplo, a edição de 11 de maio realiza o desenho da primeira página com a intenção de colocar, lado a lado, a candidatura de Américo Tomás e a de Humberto Delgado. Para título da primeira notícia, não escolhe a frase emblemática que Humberto Delgado proferiu, em resposta a um jornalista, optando por citá-la, apenas à página sete. Assim, o título de primeira página resulta também da intervenção do candidato: “Se for eleito — declarou o sr. general Humberto Delgado na sua conferência de imprensa — para manter a ordem nas ruas, haverá um regime de força e técnica militares, embora durante um período curto” (*O Século*, 11 de maio de 1958, p.1).



Figura 16

O Século, 12 de maio de 1958, p. 1.

Fonte: reprodução do original (BNP).

Ainda sobre as palavras de Humberto Delgado, proferidas na conferência de imprensa de dia 10, o título sublinha, não as palavras, mas as reações de apoio a Salazar:

Erguem-se protestos contra as afirmações do sr. general Humberto Delgado acerca do sr. Presidente do Conselho, na sua conferência à Imprensa

Com exaltação patriótica e as mais significativas manifestações milhares de pessoas assistiram à sessão de propaganda eleitoral no ginásio do Liceu Camões, vitoriando constantemente os nomes de Portugal, do sr. Presidente do Conselho e do candidato à Presidência da República sr. Contra-almirante Américo Tomás. (*O Século*, 12 de maio de 1958, p. 1)



Figura 17
O Século, 17 de maio de 1958, p. 1.
 Fonte: reprodução do original (BNP).

Tal como no *Diário de Notícias*, as reações às palavras de Humberto Delgado continuam a fazer títulos na primeira página:

O prestígio de Salazar integrou-se de tal modo no património e na consciência geral da Nação que atentar contra ele é ferir profundamente os seus sentimentos mais nobres e desinteressados — palavras do sr. ministro do Interior na sessão de propaganda da U.N. realizada no Porto. (*O Século*, 13 de maio de 1958, p.1)

A campanha de Humberto Delgado sai da primeira página para as páginas 6 e 9, conjuntamente com outros candidatos. Para a primeira página vêm os assuntos internacionais, comentários ou intervenções, em sessões organizadas pela União Nacional, a favor de Américo Tomás, além de notas oficiosas como a da figura 18 ou comunicados como o da figura 19.

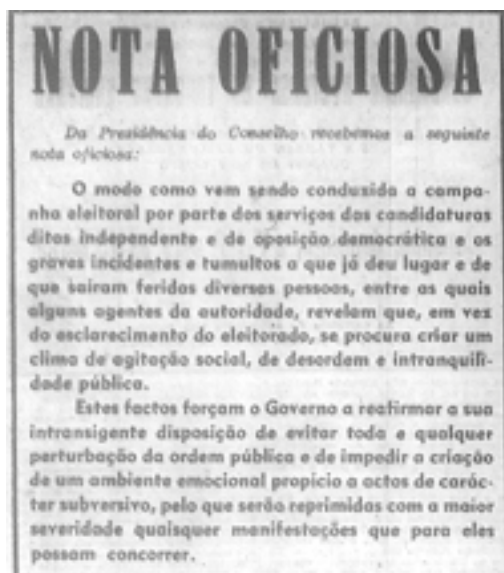


Figura 18

Nota oficiosa.

Fonte: *O Século*, 19 de maio de 1958, p. 1 (reprodução do original, BNP).



Figura 19

Comunicado do Ministério do Interior.

Fonte: *O Século*, 19 de maio de 1958, p. 1 (reprodução do original, BNP).



Figura 20

O Século, 19 de maio de 1958, p. 6.

Fonte: reprodução do original (BNP).



Figura 21

Diário de Lisboa, 10 de maio de 1958, p. 1.

Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17846]

Quanto à campanha eleitoral ela é enquadrada, sob tom apologético, para o candidato da União Nacional e sob tom disfórico/pejorativo para as afirmações de Humberto Delgado acerca de Salazar (cf. figura 20).

O título do *Diário de Lisboa*, Figura 21, é explicativo e oferece um ângulo, onde a consulta livre à Nação está presente, situação que foi omitida pelos dois jornais já citados: “O General Humberto Delgado afirma o propósito de promover a formação de um governo forte que assegure a ordem e permita uma consulta livre à Nação” (*Diário de Lisboa*, 10 de maio de 1958, p.1).

O jornal disponibiliza entrevistas a diversas individualidades, oposicionistas, tais como Rolão Preto, Vasco Vieira de Almeida e Vasco da Gama Fernandes.



Figura 22

Diário de Lisboa, 14 de maio de 1958, p. 1.

Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17858]



Figura 23

Diário de Lisboa, 14 de maio de 1958 p 9.

Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17858]

Segundo descrição do jornal, o general foi recebido na estação de Santa Apolónia por “Uma estrondosa manifestação — o general apareceu à portinhola da carruagem não ocultando franca emoção. Também alguns ferroviários apresentaram os seus cumprimentos de despedida.” (*Diário de Lisboa*, 14 de maio de 1958, p. 9). Já no Porto, a receção foi entusiástica, com o Coliseu a exceder três ou quatro vezes a lotação:

Pode dizer-se que excedeu todas as previsões o entusiasmo das manifestações com que foi acolhido, durante a sua visita a esta cidade, o general Humberto Delgado. Na sessão de propaganda, à noite, realizada no Coliseu, cuja entrada era por convites, a lotação da vasta sala de espetáculos foi excedida três ou quatro vezes. (...) hoje, pela manhã, perante medidas policiais que isolaram completamente o monumento ao Soldado Desconhecido, na Praça Carlos Alberto, e que obrigavam o publico a circular pelos passeios, o general Humberto Delgado foi ali prestar homenagem aos que, em 1914-18, morreram pela independência da Pátria. (*Diário de Lisboa*, 15 de maio de 1958, p. 9)



Figura 24

Diário de Lisboa, 21 de maio de 1958, p. 1.

Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos
Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17673]

A 21 de Maio, aos microfones do Radio Clube Português, Jorge Botelho Moniz entrevista Cunha Leal que declara o seu apoio a Humberto Delgado. A entrevista é também transcrita neste jornal (cf. figura 25).

Figura 25

Diário de Lisboa, 30 de Maio de 1958, p. 6.
Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação
Mário Soares/DRR — Documentos
Ruella Ramos [http://hdl.handle.
net/11002/fms_dc_18112]



Quando os dois candidatos oposicionistas selam um acordo e Arlindo Vicente desiste a favor de Humberto Delgado, o *Diário de Lisboa* titula assim: “Os dois candidatos oposicionistas concluíram um acordo para o acto eleitoral assumindo o candidato sr. dr. Arlindo Vicente posição a favor do general Humberto Delgado”. A peça continua:

Os dois candidatos, após reunião que tiveram em conjunto com alguns dos seus mais próximos colaboradores, chegaram a um acordo (...) O sr. dr. Arlindo Vicente faz a declaração de que ele próprio e os seus serviços, apoiarão, daqui até à eleição, a posição do general Humberto Delgado que passa deste modo a ser considerado candidato único da oposição. (*Diário de Lisboa*, 30 de maio de 1958, p. 6)

O *Diário de Lisboa* criou também uma rubrica para o acompanhamento eleitoral intitulada “Visita jornalística aos candidatos”. Nestas peças, o jornalista traça um perfil de cada um dos três candidatos. O primeiro a ser visitado foi o general Humberto Delgado, que recebe os jornalistas, na sua casa, com a mulher a tocar piano, e as duas filhas a ladeá-lo. Cena familiar muito comum nas campanhas eleitorais dos Estados Unidos da América, onde Delgado

se inspirou (Reis, 2018). Américo Tomás foi o último, fotografado a tentar apanhar o neto.

O *Diário de Lisboa* mostra-se como um jornal não afeto ao regime e que pretende manter a independência possível, num registo de imprensa subordinada à censura. Contudo, no plano da comunicação social, as diferenças com os outros dois veículos são **evidentes**, quer na seleção da titulação, quer na intencionalidade da colocação das peças nas páginas, quer ainda, na forma como os assuntos são abordados no texto jornalístico.

O *Diário Popular*, jornal muito mais recente, já que foi fundado em setembro de 1942, possui uma abordagem mais maleável e moderna.



Figura 26

Diário Popular, 10 de maio de 1958, p. 1.

Fonte: reprodução do original (BNP).

O *Diário Popular* é o único jornal que traz, para título da 1.^a página, a frase da polémica: “Se for eleito demito o Presidente do Conselho — afirmou o general Humberto Delgado na conferência de imprensa”. Este título é ilustrado por uma fotografia que mostra a conferência de imprensa realizada no Café Chave d’Ouro em Lisboa. (*Diário Popular*, 10 de maio de 1958, p. 1).

O texto jornalístico procura mostrar as emoções que se jogavam na conferência de imprensa:

A expectativa da reunião aumenta ainda mais. O ambiente parece carregar-se, como se fossemos todos assistir a um duelo de palavras, em que o diálogo tivesse o poder de ferir como a ponta de um florete. O candidato apresenta grande calma, o seu físico parece ainda mais avultado, pronto a receber os golpes eventuais de um hipotético adversário. Um colega de uma agência estrangeira pergunta: — “Se vossa Excelência for eleito Presidente da República qual será a sua atitude em relação ao sr. Presidente do Conselho?” Sem uma hesitação, fulminantemente, o candidato responde: — “Demito-o!” (*Diário Popular*, 10 de maio de 1958 p. 1 e p. 10)

Alguém na banca dos jornalistas manifesta-se vivamente a favor desta última frase, mas o jornalista do *Diário Popular* adverte:

A missão da imprensa é relatar fielmente quanto se passa. O jornalista não deve, no desempenho da sua missão profissional, tomar qualquer atitude política. Não chegou a haver incidente, pois o sentido da razão e da alta função da imprensa é logo esclarecido e compreendido. (*Diário Popular* 10 de maio de 1958 p. 1 e p. 10)



Figura 27
Diário Popular, 11 de maio de 1958, p. 1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

Ao contrário dos jornais afetos ao regime, o *Diário Popular* não faz suas, as palavras da União Nacional, mas atribuiu as declarações àquela instituição: “Eleições presidenciais: verdadeira afronta considera a União Nacional as declarações de general Humberto Delgado” (*Diário Popular*, 11 de maio de 1958, p. 1). Continua a peça:

Dos serviços de imprensa da União Nacional recebemos o seguinte comunicado ‘Assiste com pasmo, ao eclodir de um ataque frontal á mais representativa figura de Português das últimas três décadas’, o comunicado lembra a ligação de Humberto Delgado ao regime e salienta que o candidato (Humberto Delgado), não pode desconhecer a importância nacional e internacional que teve o Presidente do Conselho. (*Diário Popular*, 11 de maio de 1958, p. 1 e p. 10).



Figura 28
Diário Popular, 12 de maio de 1958, p. 1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

O jornal apresenta, em primeira página, e lado a lado, os títulos correspondentes às eleições presidenciais e os títulos salientam as preocupações ou explicações dos dois candidatos: o independente Humberto Delgado e o representante da União Nacional.

No dia 13 de maio, o *Diário Popular* destaca, na primeira página “As eleições presidenciais”, dando palavra a duas personalidades que apoiam cada um dos candidatos, por meio de entrevista. Esta estratégia, de acompanhamento das eleições, continua, no dia 14 de maio, com depoimento de Pinto Barriga, pela União Nacional e apoiante de Américo Tomás e de António Sérgio, apoiante de Humberto Delgado e prossegue durante a campanha eleitoral.

A receção que Humberto Delgado teve, à chegada ao Porto, foi apoteótica, com uma manifestação de mais de 100 mil pessoas. Mas a censura não permitiu a publicação de fotografias da viagem ao Porto. (Rosa, 2015). No dia 16, no regresso da viagem ao Porto, Humberto Delgado faz uma conferência de imprensa, com o objetivo de denunciar a forma como a sua campanha tem sido boicotada pelo governo. Nem uma fotografia da apoteótica receção, no Porto, foi publicada pela imprensa o *Diário Popular*, dá conta dessa situação, por meio da transcrição que faz da conferência de imprensa. (*Diário Popular* 17 de maio de 1958 p. 1 e 6).

No texto da p. 6 nota-se a falta de várias palavras. Depois do título “Aspectos da viagem ao Norte do País” lê-se “mais uma pausa”, como se o relato da conferência de imprensa tivesse sido interrompido — e, provavelmente o foi pela censura. Sabemos hoje que os arquivos dos jornais da época, por exemplo o do *Diário de Notícias*, dispõem de magníficas fotografias da campanha de Humberto Delgado, no Porto, cuja publicação foi proibida, diretamente pela polícia política (PIDE), de forma a apagar a existência da viagem ao Porto e da receção que lhe foi oferecida.

Por todo o país, Delgado teve receções notáveis que os jornais não puderam publicar.

O *Diário Popular* assinala, nas suas páginas, tal como foi feito pelo *Diário de Lisboa*, que “O Rádio Clube Português faz eco da campanha eleitoral, através dos seus emissores e sublinha que a direção desta emissora entendeu, que devia facultar a utilização dos seus emissores, aos candidatos à Presidência da República, independentemente das suas tendências políticas. (*Diário Popular*, 17 de maio de 1958, p. 7)

Observa-se também, as boas práticas jornalísticas do *Diário Popular*, que submete, a cuidadoso escrutínio, os documentos provenientes da propaganda eleitoral. Perante as dúvidas, quanto à origem fidedigna de um comunicado, atribuído ao candidato independente, os jornalistas cruzaram a informação, diretamente com os serviços da candidatura, que confirmaram a falsidade do comunicado. (*Diário Popular*, 19 de maio de 1958, p. 7)

O jornalismo feito sob a tutela da censura e toda a repressão e coação sobre os jornalistas que lhe estava associada, cumpria o objetivo de distorcer a realidade. Os relatos, relativos à campanha de Humberto Delgado, deixam ver os estragos e a deturpação da realidade que a censura propiciava.

Os agentes de autoridade, e a polícia política, tinham clara a estratégia de repressão e de provocação. A censura atuava também com um subterfúgio para apagar a novidade da campanha de Delgado. Para a visita ao Porto, tiveram a clara orientação de que nenhuma fotografia devia ser publicada, nem poderia haver notícias sobre a campanha, no Porto.

Contudo, há diferenças notórias entre os jornais. O *Diário de Notícias* mostra estar do lado do governo, comporta-se como um órgão oficioso em apoio a Salazar. O *Século* faz um caminho semelhante ao *Diário de Notícias*, embora não se comporte como um órgão oficioso.

Tanto o *Diário de Lisboa*, como o *Diário Popular*, são jornais que procuram uma maior independência, e refugiam-se na descrição dos acontecimentos, de onde se pode retirar algumas conclusões sobre o que, de facto, se passa. Ambos procuram equilíbrio quando

escolhem entrevistar, todos os dias, apoiantes dos dois lados das candidaturas presidenciais.

Contudo, o *Diário de Lisboa* toma as suas opções e escolhe apoiar a oposição.

Em eleições anteriores, era habitual uma certa abertura e flexibilização da censura durante o período eleitoral, para dar o tom de normalidade ao ato eleitoral. Mas nestas eleições não foi assim. Como se disse anteriormente, a censura radicalizou a sua ação e procedeu a uma intervenção draconiana cujo objetivo foi o de silenciar as ações de campanha de Humberto Delgado. Nenhum jornal conseguiu publicar acerca dos banhos de multidão que rodearam Delgado, durante os três dias que esteve no Porto, nem a sua chegada a Lisboa ou nas diversas ações de campanha que desenvolveu na capital e em diversos pontos do país.

5.4. Marcello Caetano: os jornais e os jornalistas — epílogo

Quando Salazar ficou incapacitado para governar, e foi substituído por Marcello Caetano, muitos pensaram que se abria um novo ciclo e, outros aventaram até a hipótese de se fazer uma transição que suavizasse o regime (Carvalho, 1973). Mas não foi assim.

Caetano foi um político profundamente implicado no espírito do Estado Novo, desde a sua juventude. A sua vida foi repartida entre diversos cargos políticos que desempenhou (ministério das Colónias 1944-47; preside à Câmara Corporativa entre 1949-1955; ministro da Presidência entre 1955 e 1958 e, finalmente, Presidente do Conselho de Ministros, entre setembro de 1968 e abril de 1974). A sua fidelidade ao regime não o impediu, porém, de tecer algumas críticas. Escrevia com regularidade a Salazar e fazia sugestões, mas todas elas dentro do espírito do Estado Novo (Antunes 1985; 1994).

A vida académica, e o gosto pelo ensino, ocuparam-no, juntamente com as atividades políticas. Entre 1959 e 1962 é Reitor da Universidade de Lisboa. A crise académica de 62, iniciada com a proibição, pelo Ministério da Educação, das comemorações do dia do estudante, criaram uma situação insustentável. A luta estudantil recrudescceu, os estudantes entraram em greve e houve cargas da polícia sobre as manifestações estudantis. Caetano pede uma audiência ao ministro da Educação, que lhe é recusada, sendo-lhe, mais tarde, retirada a confiança política. Profundamente sentido pela desconsideração e desautorização, apresentou a demissão.

Marcello Caetano também esteve sempre ligado à imprensa e ao jornalismo. Manteve colaboração com diversos jornais e considerava a experiência jornalística enriquecedora: *tão necessária foi sempre à minha vida intelectual a respiração pela Imprensa* (Caetano, 1968, p. 14). A este gosto, aliava também saberes sobre processos produtivos das notícias; a importância dos comentários; as técnicas de montagem; as estratégias de titulação. Por isso, o conhecimento destas matérias conferia à sua ação política uma maior intencionalidade (Cabrera, 2006).

Em “Ensaio pouco políticos”, escreveu sobre o papel da informação, na formação da opinião pública. Defendia que, em teoria, o processo ideal, de formação da opinião pública,

consistiria em proporcionar, a todos os indivíduos, a mais ampla e circunstanciada documentação acerca dos factos e das ideias do seu tempo (Caetano, s/d, p. 93). Contudo, o trabalho jornalístico coabitava com vários interesses, para além dos atos profissionais dos próprios jornalistas. Jogava-se com os interesses dos capitais, dos países, o que punha em causa, segundo Marcello, a objetividade. Considerava também que, na seleção; destaque e na titulação das notícias, havia intencionalidade e falta de isenção. Reconhece a importância da imprensa, quando considera que o jornal influi poderosamente na opinião. Mas constata que “as massas de leitores não lêem mais que os títulos e, por isso, o relevo dado a certo noticiário pode provocar ondas de emoção ou despertar reações de interesses que agitem momentaneamente, e, por vezes, violentamente, a opinião” (Caetano, s/d, pp. 94-95).

Para Marcello Caetano, nem os portugueses, nem os jornalistas, nem os políticos estavam preparados para viver sem censura. Mas, ao contrário de Salazar, Caetano serve-se da imprensa e da televisão para divulgar as suas ideias, propósitos e objetivos. Enfim, desenvolve uma estratégia de informação onde se apresenta à imprensa como um homem de família, aberto a novas relações com os jornalistas (permitindo que estes o acompanhem num dia de trabalho e entrem no seu gabinete) e favorável a que os seus ministros desenvolvam contactos com a imprensa. As viagens, no país e no estrangeiro são acompanhadas pelos jornalistas, em Portugal e nas colónias. As primeiras páginas, dos jornais da época, enchem-se de notícias que reportam as viagens e as declarações de Marcello, e onde fica patente a multidão que, em todo o lado, o rodeia (Cabrera, 2017, 2019).

Carla Baptista assinala como a biografia de Marcello foi construída pela imprensa, incluindo o prestigiado *Diário de Notícias* que apresenta: “o próximo homem forte do país era inteligente, afetuoso e popular” (Baptista, 2012, p. 194). É esta a imagem que a imprensa dá de Marcello, na medida em que todos os jornais o apresentam como uma pessoa simpática e sorridente.

Os jornalistas acompanham Caetano, com entusiasmo, pois “desde a exoneração de Salazar era frequente encontrar jornalistas à porta da casa de Caetano, que se tinha tornado num dos *hot places* da conspiração política lisboeta, palco de inúmeras reuniões com políticos, destinadas ao recrutamento do novo governo.” (Baptista, 2012: 199)

A percepção, por parte dos jornalistas, da atitude do governante, que se afigurava como uma enorme novidade e diferença, em relação a Salazar, incitou-os a sonhar com a liberdade de imprensa. Durante o ano de 1969-70, grupos de jornalistas promoveram, e assinaram abaixo assinados, pedindo liberdade de imprensa e uma nova lei. A lei chegou em 1971 mas, a liberdade de imprensa só regressou com o 25 de abril de 1974, que pôs fim ao Estado Novo.

Caetano explica porque não podia suprimir a censura:

O meu desejo teria sido o de suprimir a censura logo que cheguei ao Poder. Mas, pelas razões apontadas, de se achar o País envolvido numa luta em que o moral da retaguarda é tão importante como

o vigor combativo das tropas, e em que há forças poderosas do estrangeiro empenhadas em minar a nossa resistência, isso não é possível. (Marcello Caetano, 1972, pp. 132-133)

Marcello Caetano não queria, nem podia conviver com uma imprensa sem censura. O seu passado conservador; sua formação política; seu comprometimento com o espírito e os objetivos do Estado Novo, pesaram mais na sua decisão.



Figura 29
Conversas em família, 8 de janeiro de 1969.
Fonte: Arquivo da RTP.

Caetano, no entanto, não deixou de estabelecer uma estratégia de informação para se alicerçar no poder. A forma como se apropria dos meios de informação para, por meio deles, fazer passar a *ação* e a *emoção*, transforma-os em instrumentos estratégicos, ao serviço dos desígnios do seu poder e da sua ação governativa.

Contudo, a sua maior inovação residiu na forma como utilizou a Televisão. As “Conversas em Família” iniciaram-se em 8 de janeiro de 1969 e mantiveram-se, com uma periodicidade mensal, até março de 1974. Marcelo foi o primeiro político a usar a televisão, meio de que foi obreiro da sua fundação, quando foi ministro da Presidência.

As Conversas eram emitidas pela televisão, pela rádio, e publicadas, na íntegra, pelos jornais que, na véspera, anunciavam o horário da transmissão na TV. A importância desta iniciativa comunicacional é sublinhada por Cádima (1996), que reconhece o ano de 1969 como:

Um ano em que a informação televisiva se centrará portanto na figura de Marcello Caetano, de uma forma, aliás, insistente, não deixando de ter um claro significado o facto de logo a 8 de Janeiro começarem as suas “conversas em família” anunciadas por Henrique Mendes logo a abrir o TJ desse mesmo dia, e após — como era então norma — a leitura do boletim clínico de Salazar: “o Sr. Presidente do Conselho fará esta noite, às 22 horas, na RTP, a primeira de uma série de comunicações nas quais tratará alguns dos problemas do Governo. (Cádima, 1996, p. 212)

Cádima assinala ainda que:

Logo na primeira conversa, Marcello Caetano fará uso de todo o seu saber comunicacional — o que não era afinal novo para ele, pondo à prova, perante a audiência, o “actor político”, e solicitando-a para um pacto coloquial que escondia de facto todo o sentido instrumentalizador que será “captado” dentro em breve pelo seu amigo Ramiro Valadão. (Cádima, 1996, p. 213)

Anos mais tarde, após o colapso do regime, já no exílio na ilha da Madeira, Marcelo publica, em Madrid, o livro “Testimonio” onde refere as Conversas em Família:

E a verdade é que o país correspondeu com extraordinário interesse às minhas exposições. Muitos dias, para ouvirem as conversas em família (que nunca duravam mais de 20 a 25 minutos), parava tudo. Os que não tinham televisão procuravam os cafés mais próximos. Nas províncias havia famílias que percorriam quilómetros para poderem ver-me. A minha imagem popularizou-se e por todos os lados encontrava pessoas que me agradeciam “a presença nas suas casas” para conversar sobre temas de interesse geral. (Caetano, 1974, p. 58)

As “Conversas em Família” são, sem dúvida, um ponto alto e inovador da estratégia de informação marcelista. Pela televisão, Marcello entra nas casas dos portugueses e com uma atitude paternalista explica-lhes, numa linguagem acessível, os problemas que se colocam ao país. Caetano considerava que a governação assentava num *pacto de virtude*, segundo o qual o governante guiava coletividade, pelo que o sucesso de uma liderança autoritária consistia em dar ao povo a sensação de que era parte ativa na definição da política (Caetano, s/d, p. 124).

Os jornalistas e o jornalismo estavam, nos anos 60 e 70, num processo de transformação (Sobreira, 2003; Cabrera, 2006; Correia & Baptista, 2007, 2010; Sousa, ed., 2010; Lima, 2011; Baptista, 2012). As redações eram o palco do embate de duas gerações: uma mais jovem com formação universitária, a outra mais antiga e acomodada aos velhos processos da aprendizagem pela tarimba. Uma outra linha de explicação, para os diferentes posicionamentos destas gerações, pode ser vislumbrada por três acontecimentos e processos relevantes que intervieram na formação dos jovens jornalistas, dotando-os de uma forte consciência política. O primeiro deles representado pela memória e vivência das eleições presidenciais, em

que Humberto Delgado se apresentou como candidato independente e, numa campanha à maneira americana, defendia a democracia e a liberdade. Um segundo acontecimento é o conjunto de greves e crises académicas que se fizeram notar, desde 1962, em diante, e que agitaram as universidades e conduziram à organização de um movimento associativo plurifacetado e contestatário. Os jornalistas que frequentaram a universidade neste período entraram nas redações com um novo espírito e novas ideias. Por fim, a marcante realidade da guerra colonial, que condenava toda a juventude portuguesa a adiar as suas vidas e os seus sonhos, por causas que muitos deles contestavam.

O período marcelista é marcado pela contestação dos jornalistas exigindo a liberdade de imprensa e pela pressão que estes exerceram junto do Sindicato dos Jornalistas tendo conduzido à eleição de uma nova direção manifestamente de esquerda. Do ponto de vista jornalístico, a grande novidade, chegaria em janeiro de 1973, com o lançamento do semanário *Expresso*, projeto liderado por Francisco Pinto Balsemão. Apesar de todas as dificuldades, pressões e cortes da censura, este jornal veio revolucionar o panorama jornalístico português.

Fontes

Diário de Notícias

17 de março de 1933 a 27 de março de 1933

5 de junho de 1937 a 28 de junho de 1937

11 de Maio de 1958 a 8 de junho de 1958

O Século

17 de março de 1933 a 22 de março de 1933

5 de junho de 1937 a 28 de junho de 1937

11 de Maio de 1958 a 8 de junho de 1958

Diário de Lisboa

16 de março de 1933 a 22 de março de 1933

4 de junho de 1937 a 28 de junho de 1937

10 de Maio de 1958 a 8 de junho de 1958

Diário Popular

10 de Maio de 1958 a 8 de junho de 1958

Bibliografia

Antunes, J. F. (1985). (Ed.). *Cartas particulares a Marcello Caetano*. Vol. I e II, Publicações D. Quixote.

Antunes, J. F. (1994). (Ed.). *Salazar, Caetano — Cartas secretas (1932-1968)*. Difusão Cultural.

Araújo, A. (2017). *Matar Salazar. O atentado de julho de 1937*. Tinta-da-China.

Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da Política nos jornais portugueses. Do Século XIX ao marcelismo*. Escritório Editora.

Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas, do ofício à profissão — Mudanças no jornalismo português (1956/68)*. Editorial Caminho.

Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Livros Horizonte.

Cabrera, A. (2017). A imprensa portuguesa no Estado Novo. in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (Eds.), *Uma história da imprensa lusófona — Portugal* (pp. 311-384). Media XXI.

Cabrera, A. (2019). A estratégia de informação de Marcello Caetano o último governante do Estado Novo. *Media & Jornalismo*, 19(35), 223-235. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_15

Cádima, F. R. (1996). *Salazar Caetano e a Televisão Portuguesa*. Editorial Presença.

Caetano, M. (1972). *Progresso em paz*. Verbo.

Caetano, M. (1974). *Testimonio*. Parainfo

Caetano, M. (1977). *As minhas memórias de Salazar*. Verbo.

Carvalho, A. A. (1999). *A censura à imprensa na época marcelista*. Minerva.

Correia, F. & Baptista, C. (2010). *Memórias vivas do jornalismo*. Caminho.

Faria, T. (Coord.) & Degado, I. (1998). *Humberto Delgado e as eleições de 1958*. Veja.

Ferro, A. (1978). *Salazar*. Edições do Templo.

Garcia, J. L., Alves, T. & Léonard, Y. (Ed.) (2017). *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Edições 70.

Gomes, J. C. (2006a). Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo. *Media & Jornalismo*, 9, 57-88. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n9-04-Joaquim-Gomes.pdf>

Gomes, J. C. (2006b). *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*. Livros Horizonte.

Lima, H. L. D. (2012). *A imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.

Luís, F. (2020). António Ferro, o homem, os mitos e a verdade, *Visão*, 11 de junho de 2020.

Madeira, J. (2013). *1937 — O atentado a Salazar. A Frente Popular em Portugal*. Esfera dos Livros.

Matos, J. N. (2017). Salazar em *A Batalha* e no *Avante!* (1933-1968), in J. L. Garcia, T. Alves & Y. Léonard (Eds), *Salazar, o Estado Novo e os media* (pp. 235-262). Edições 70.

Pena-Rodríguez, A. (2013). Los grandes héroes ibéricos. Salazar, Franco y la Guerra Civil española: prensa y propaganda. *Journal of Spanish Cultural Studies*, 14, 36-51. <https://doi.org/10.1080/14636204.2013.841048>

Pena-Rodríguez, A. (2019). Contra la revolución ‘satánica’. Propaganda católica y legitimación del franquismo en Portugal durante la Guerra Civil española. *Revista de Estudios Sociales*, 69, 41-52. <https://doi.org/10.7440/res69.2019.04>

Reis, A. (1990). A abertura falhada de Caetano, in A. Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*, Vol.5. Publicações Alfa.

Reis, A. (1990). A televisão: arma do poder e janela para o mundo, in A. Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*, Vol.5. Publicações Alfa.

Reis, J. R. M. (2018), *O modelo de comunicação política da campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958: uma campanha americanizada*. [Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/25880>

Rosa, F. D. (2015). *Humberto Delgado. Biografia do general sem medo*. Esfera dos Livros.

Rosas, F. (1989). A crise do Liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, 2.

Rosas, F. (1990). Dos estertores da crise à paz podre, in A. Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*, Vol.5. Publicações Alfa.

Rosas, F. (1990). O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958, in A. Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*, Vol.5. Publicações Alfa.

Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV(157), 1031-1054. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>

Rosas, F. (2004). Marcelismo: ser ou não ser, in F. Rosas, F. & P. A. Oliveira (Eds.), *Transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)* (pp. 9-26). Editorial Notícias.

Santos, P. B., (2019). A Constituição de 1933 e a composição da sua estrutura económico-social, in A. Cunha, I. Veiga & C. Rodrigues (Eds.), *Economia e história — estudos de homenagem a José Maria Brandão de Brito* (pp. 73-90). Edições Colibri.

Sobreira, R. M. (2003). *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*. Livros Horizonte.

Sousa, J. P. (coord.). (2010). *O pensamento jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*. Livros LabCom. <http://labcom.ubi.pt/livro/12>

Torgal, L. R. (2013). *Ouvir, ver, ler e... converter: rádio, cinema e literatura na propaganda do Estado Novo*. CLUEB.

Capítulo VI

O jornalismo de imprensa no Portugal democrático

Portuguese press and democracy

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade
do Porto / CITCEM

hllima@letras.up.pt

ORCID: 0000-0003-3023-6412

Ciência ID: 451F-FE7D-B94A

Resumo: Este capítulo trata a imprensa noticiosa generalista portuguesa e as principais transformações ocorridas, depois do 25 de Abril de 1974. A Revolução implicou um conjunto de transformações e todos os meios de comunicação foram afetados pelos acontecimentos políticos. O derrube da ditadura provocou a abolição do exame prévio, bem como a politização e radicalização política. A liberdade de expressão levou à alteração dos conteúdos noticiosos e a abundância de acontecimentos noticiáveis imprimiu um ritmo inédito à informação. O estudo das primeiras de diários generalistas nacionais, para o período entre o 25 de Abril e 1º de Maio de 1974, permitem perceber as alterações da agenda noticiosa nestes primeiros dias da Revolução. O ano que se seguiu foi de luta política e convulsão social e as eleições de abril de 1975 tornaram-se um ponto central para o futuro de um regime democrático e, em consequência, um tema central para a imprensa. Pela primeira vez em quase 50 anos, os jornalistas tiveram a possibilidade de cobrir um acontecimento de grande valor-notícia enquanto imprensa livre. As eleições não foram reconhecidas unanimemente como essenciais e alguns dos principais responsáveis militares e organizações de esquerda não as reconheceram como representativas da vontade popular. Procura-se abordar aqui o agendamento desta temática, em diferentes jornais portugueses, bem como os enquadramentos decorrentes das clivagens políticas naquele período. Na consequência do período revolucionário e de quase uma década em que o setor público foi dominante, a imprensa escrita sofreu de problemas de sustentação, tendo como principais razões o aumento dos custos de produção, o passivo acumulado, o decréscimo nas vendas e na publicidade. Neste estudo são abordados os contextos de desenvolvimento da imprensa generalista, para as décadas de 80/ 90, tendo como ponto de partida, as orientações editoriais de novos títulos, como o *Expresso*, *Correio da Manhã*, *Tal & Qual*, *Semanário*, *Independente* e o *Público*, todos de iniciativa privada.

Palavras-chave: Revolução, eleições, imprensa estatizada, crise, valor-notícia, orientação editorial.

Abstract: This chapter tackles the Portuguese press and the main transformations that took place after the 25th of April 1974. The Revolution implied a set of transformations and all the media were touched by political events. The overthrow of the dictatorship provoked the abolition of the censorship, as well as the politicization and radicalized stands in society. Freedom of expression opened way to changes in news content and the abundance of news events gave it an unprecedented pace. The study of the covers in Portuguese dailies, between the 25th of April and the 1st of May 1974, allows us to perceive the changes in the news agenda in these first days of the Revolution. The year that followed was one of political struggle and social upheaval, and the elections of April 1975 became a central point for the future of a democratic regime and, consequently, a central subject for the press. For the first time in almost 50 years, journalists were able to cover an event of great news value as a free press. The elections were not unanimously recognized as essential and some of the main military officials and left-wing organizations did not recognize them as representing the popular will. Here, we seek to address the elections agenda, in different Portuguese newspapers, as well as the frameworks resulting from the political cleavages in that period. As a result of the revolutionary period and almost a decade in which the public sector was dominant, the written press suffered from sustainability problems, the main reasons being the increase in production costs, the accumulated liabilities, the decrease in sales and advertising. In this study, the development contexts of the general press for the 1980s and 1990s are addressed, parting from the editorial guidelines of new titles, such as *Correio da Manhã*, *Tal & Qual*, *Semanário*, *Independente* and *Público*, all from the private sector.

Keywords: Revolution, elections, nationalized press, crisis, news value, editorial orientation.

Introdução

Este capítulo sobre a imprensa noticiosa generalista portuguesa trata as principais transformações ocorridas com a Revolução do 25 de abril de 1974, o período em que a imprensa estatizada foi dominante no plano conjuntural e as transformações ocorridas com a liberalização deste setor, o aparecimento de novos títulos e as novas condições para o desenvolvimento de um jornalismo moderno e dinâmico.

Do ponto de vista metodológico, grande parte da investigação aqui apresentada resulta da pesquisa anteriormente publicada e que aponta vários dos contextos que enformaram o quadro de desenvolvimento da imprensa generalista noticiosa portuguesa, nomeadamente no que se refere ao período revolucionário e à fase subsequente da imprensa nacionalizada. Entendemos que os eixos conjunturais devem ser vistos como elementos interpretativos dos fenómenos que influenciaram os jornais e o jornalismo nos períodos tratados.

Os elementos de inovação do capítulo estão mais diretamente ligados a investigação parcelar, que tem sido realizada de forma sistemática, quer no tratamento de alguns conteúdos noticiosos, quer no estudo dos modelos editoriais de alguns dos jornais que pontuam a história da imprensa neste período. Falta, claramente, um maior investimento no estudo da história da notícia. Este é necessário para melhor se entender a evolução do processo de produção noticiosa na democracia portuguesa, bem como formas de consumo, circulação, e outras vertentes em que o jornalismo se insere. Nesse sentido, o capítulo sofre desta fragilidade, mas as condições para a realização da pesquisa aqui apresentada tiveram limitações e houve que optar por vias mais pragmáticas que pudessem produzir alguns resultados mais inovadores. Será desejável, em investigações futuras, continuar o estudo da imprensa neste período da III República, mais vocacionada para a história da notícia e das configurações editoriais.

6.1. A Revolução de Abril e os jornais

O 25 de Abril de 1974 foi amplamente noticiado pela imprensa generalista portuguesa. A apresentação de provas à censura determinou a forma como os diários noticiaram o golpe militar, o que gerou edições e tempos diferentes, mas também em razão da procura do público. Em primeira ou segunda edição os diários deram a notícia a toda a página. O *Diário de Notícias*, na 2ª tiragem tinha como manchete “Às primeiras horas da madrugada de hoje eclodiu um movimento militar” e como subtítulo, “A substituição do atual regime”. Os jornais da tarde traziam também manchetes, já mais atualizadas, em função da hora de fecho. Na *Capital* lia-se a toda a página, “Movimento das Forças Armadas desencadeia acção de madrugada”. O *Diário Popular* optou “Movimento da Forças Armadas preconiza entrega do poder aos militares”, acompanhado por uma fotografia com um tanque na “baixa” de Lisboa. O *República* fez três edições e a capa anunciava “As Forças Armadas tomaram o poder”, seguido das fotografias de Costa Gomes e António de Spínola. O *Diário de Lisboa* apresentou uma capa com mais texto e o título “O Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora”, mas incluía já o “Comunicado do Movimento”. O *Século* só anunciou o triunfo da Revolução a 26 de Abril, com “Triunfou o Movimento da Forças Armadas” e “O General Spínola preside à Junta de Salvação Nacional”, seguida de corpo de texto e incluindo na capa várias fotografias e uma nota editorial. Nos jornais do Porto, o *Jornal de Notícias* fez

uma edição especial com “Movimento das Forças Armadas desencadeado em todo o País”, com informação sobre o golpe e fotografia das tropas na Avenida dos Aliados. Também no dia seguinte, *O Primeiro de Janeiro* publicava, a 26, “O Movimento das Forças Armadas derubou o governo de Marcelo Caetano”, mas incluía outras informações como a proclamação do Movimento e restituição das liberdades cívicas, bem como declarações de Mário Soares. *O Comércio do Porto*, igualmente a 26 de abril, anunciava o êxito do golpe militar e “Proclamação da Junta Nacional”, ilustrado com fotografias de diferentes militares, das tropas no terreno e de populares.

A Revolução de Abril alterou as páginas dos jornais de forma imediata, mas para além das notícias do dia seguiram-se um conjunto de transformações que resultaram da evolução da conjuntura política, económica e social. As mudanças seriam também sentidas nos planos legislativo, na propriedade, no tecido social, quer nos meses imediatos, quer ao longo de todo o ano seguinte. Em consequência, os conteúdos noticiosos também se alteraram, sendo que as condições conjunturais viriam a influenciar os meios de comunicação social, segundo diferentes vertentes. Dentro desta dinâmica ganharam particular relevância os acontecimentos políticos: verificou-se uma multiplicação da matéria noticiável, não só pela abolição da censura, mas também pelo grande fluxo de informação que chegava às redações.

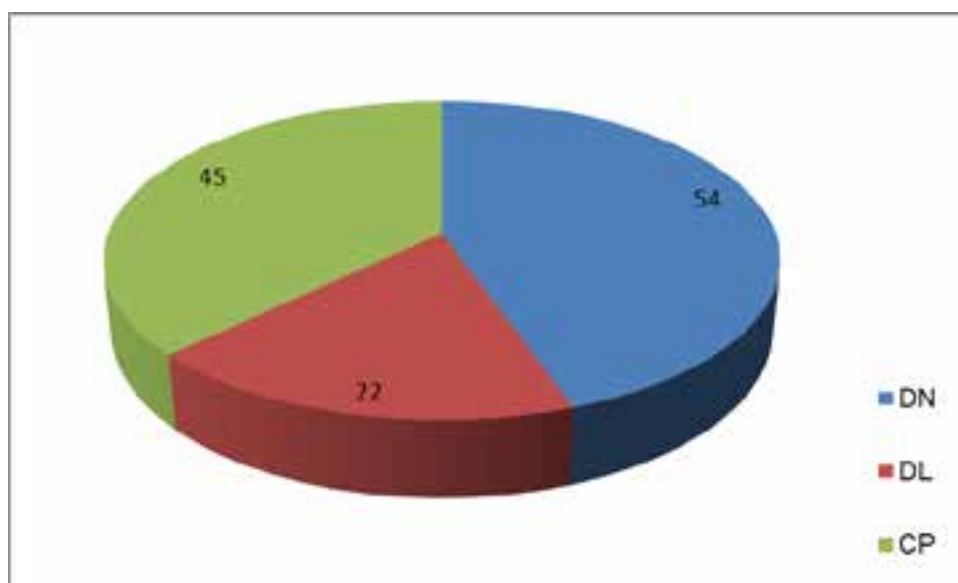
A revolução portuguesa transformou profundamente toda a atividade informativa. A primeira e mais óbvia das novidades prende-se com os próprios acontecimentos políticos, já que os jornalistas passaram a ter um enorme manancial de factos, que exigiam cobertura noticiosa. Esta nova dinâmica levou a uma transformação dos conteúdos. As primeiras páginas dos jornais constituem, assim, um espelho deste processo, quer pela factualidade noticiada, quer pelos enquadramentos jornalísticos desenvolvidos.

A título de exemplo, são apresentados os dados relativos às primeiras páginas de três jornais portugueses, que representam a diversidade de formatos existente naquele período, a nível nacional. Dois matutinos *Diário de Notícias* e *Comércio do Porto* e um vespertino, o *Diário de Lisboa*.

A amostra aqui apresentada incide sobre 121 notícias recolhidas entre o 25 de Abril e 3 de maio de 1974 e evidencia uma grande disparidade entre os dois diários da capital. A primeira nota a destacar é que o número de dias não é idêntico nos três jornais.

Gráfico 1

Número de notícias recolhidas entre 25 de Abril e 3 de maio de 1974.



Fonte: produção própria.

O *Diário de Notícias* é o jornal com mais dias contabilizados, porque estão disponíveis duas edições para o dia 25 de Abril e porque se publicou nos dias 1 e 2 de maio. No *Diário de Lisboa*, são apenas vistos sete dias e os dois primeiros são segundas edições. No dia 1 de maio não houve jornal, mas a reportagem sobre este dia saiu a 2. No *Comércio do Porto* foram vistos oito dias e todos de edição normal. O 1º de Maio foi noticiado a 3, porque O *Comércio* encerrou naquela data e no dia seguinte não se publicou.

Quanto à média de notícias publicadas na primeira página, o *Diário de Notícias* apresenta 9, valor aproximado que se vai manter nos meses seguintes. A única exceção a esta tendência é no dia 2, quando a manchete é o 1º de Maio e onde se publicam apenas duas notícias.

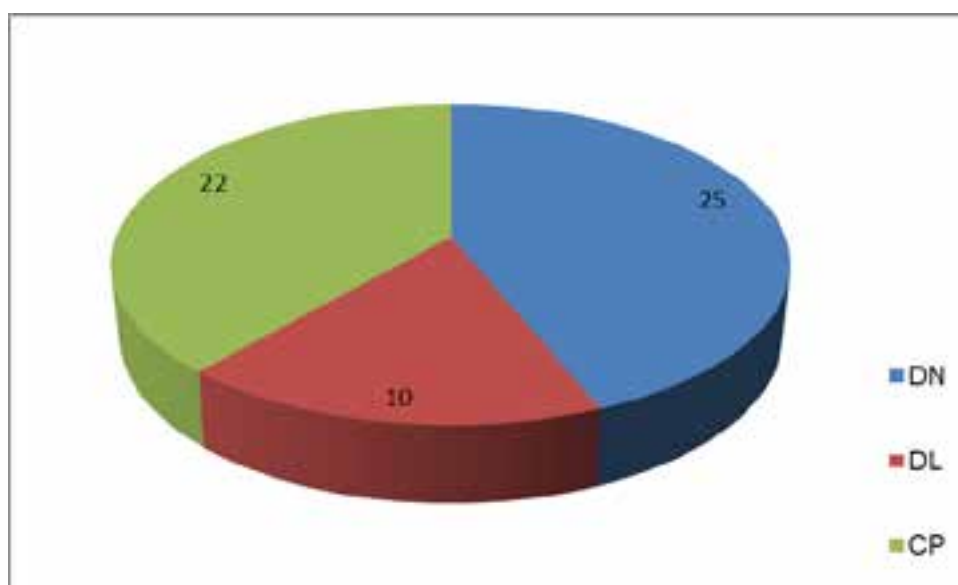
O *Diário de Lisboa* é, dos casos estudados, aquele que apresenta uma média inferior, com cerca de três notícias por cada número e mais uma vez com a edição do 1º de Maio a apresentar apenas duas notícias. Este valor não corresponde ao número de notícia no layout tradicional, que era à volta de seis. Esta tendência de poucas chamadas à primeira página manteve-se no período seguinte.

No *Comércio do Porto*, a média de notícias na primeira página é de cinco, mas o intervalo é muito variável. No dia 26 de abril, o *Comércio* apresentou apenas a notícia do golpe militar a toda a página, em contraste com o dia anterior, onde a edição normal contava com dez notícias. A tendência de muitas chamadas à primeira página continuou a ser uma das características deste diário.

O critério apresentado em seguida, prende-se ainda com aspetos de forma. Na maioria dos dias estudados, as manchetes e demais notícias eram essencialmente seguidas de texto. Outra tendência era o tratamento da informação da capa nas páginas seguintes, mas em vários casos, o texto da primeira página era já a notícia completa, em particular no *Diário de Notícias*. A utilização de fotografias é igualmente variável em cada diário e de uma maneira geral segue as tendências do período anterior.

Gráfico 2

Número de fotografias recolhidas entre 25 de abril e 3 de maio de 1974.

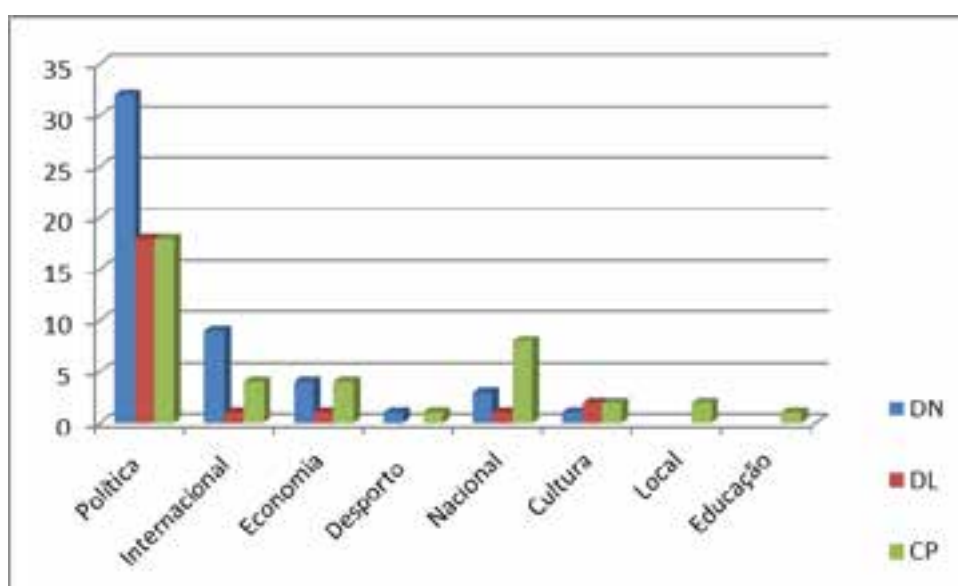


Fonte: produção própria.

Apesar de os três diários apresentarem, em regra, uma grande mancha de texto, importa destacar uma característica comum a todos: a cobertura do 1º de Maio obedeceu ao critério de publicação de pelo menos uma grande fotografia que procurava dar a dimensão multitudinária do acontecimento. Ainda em termos de diferença, o *Comércio do Porto* é o diário que apresenta maior número de fotografias na notícia do golpe militar (7), enquanto o *DN* e o *DL* publicam apenas uma.

Gráfico 3

Distribuição de notícias por editorias entre 25 de abril e 3 de maio.



Fonte: produção própria.

É clara a preponderância da editoria Política, o que era espectável. Convém, contudo, explicar algumas disparidades e resultados. Com exceção das notícias referentes às edições ainda vistas pela Comissão de Exame Prévio, do dia 25 de Abril, quase todas as demais estão direta ou indiretamente ligadas ao golpe militar. Por exemplo, as notícias do estrangeiro, emanadas por agência (com a Reuters em primeiro plano) têm a ver com o reconhecimento do novo regime. Quanto à editoria Nacional, nela são incluídas notícias relativas, por exemplo, à abertura dos aeroportos e ao 1º de Maio, porque se referem a este acontecimento, justamente, como celebração nacional. O mesmo é válido para Economia, uma vez que os títulos se referem ao sistema bancário e seus agentes, e à Educação, já que a única notícia presente no Comércio anuncia a abertura normal dos estabelecimentos de ensino.

Em termos de análise de conteúdo, podem ser destacados alguns aspetos comuns aos três diários. As edições, que nos três jornais noticiam o golpe pela primeira vez, usam a rádio como fonte para construir a notícia. Os próprios comunicados do MFA são tirados do Rádio Clube Português. Estes diários só começam a produzir notícia própria quando, no segundo dia, fazem a reportagem dos acontecimentos, mas sempre incluindo informação oficial. Um dos títulos mais curiosos do *Diário de Notícias* é a recusa de Spínola em dar uma entrevista ao jornal. O primeiro contacto de Spínola com os meios de comunicação social teria lugar a 27, quando terá dado a primeira conferência de imprensa aos jornalistas, também segundo o DN.

A cobertura fotográfica só começa a ser diversificada nos dias seguintes ao golpe de estado, pelo que se nota um certo comedimento na cobertura dos acontecimentos de rua, por

exemplo. É curioso o *Diário de Lisboa* ter escolhido duas imagens de Abel Manta (que são referidas por terem sido cortadas pela censura) e não as imagens das ruas de Lisboa. A grande expressão popular em imagem é univocamente tratada pelos três diários e corresponde às fotografias de meia página que retratam as celebrações do 1º de Maio. Este acontecimento é também enquadrado, em termos de discurso, de forma similar: antes das celebrações há o apelo à serenidade e cidadania e nas peças em que se dá a notícia, evidencia-se a maturidade democrática, ao contrário da ideia propagada pelo anterior regime.

Apesar dos apelos à serenidade presentes nestas edições, em termos políticos, rapidamente se verificou uma escalada de confrontos entre as diversas forças partidárias, tendo os militares assumido um papel central no processo. Assistiu-se a uma profunda viragem no plano social e encontraram-se novas formas de representatividade no setor laboral e associativo. As organizações de trabalhadores lideraram uma onda reivindicativa sem precedentes, que levaram à melhoria das condições laborais, mas também alimentaram o ambiente de conflitualidade que se vivia. A para destas transformações, a conjuntura económica foi marcada por uma crise, que apesar de inserida no plano internacional, teve um agravamento motivado pelas medidas tomadas pelos diferentes governos, pela desestruturação do tecido económico, pela inflação, entre outras condicionantes. A comunicação social não passou ao lado destas mudanças. A imprensa viveu um verdadeiro processo de rutura, ainda que a modernização das empresas se tivesse iniciado já na fase final da ditadura (Cabrera, 2006, Correia & Baptista, 2007)

A Revolução dos Cravos significou para a história do país uma nova era. Na imprensa, o derrube da ditadura provocou uma série de alterações radicais que se traduziram na abolição do exame prévio e num outro conjunto de transformações de consequências drásticas. Estas estão diretamente ligadas ao processo político posto em marcha com a radicalização que se fez sentir em todas as frentes da sociedade portuguesa, mas também a um outro conjunto de fatores mais intrínsecos da comunicação social. Também nas empresas jornalísticas se fizeram sentir os efeitos de saneamentos das chefias conotadas com o anterior regime. Quase em simultâneo, os trabalhadores encontraram formas de representatividade dos seus interesses e os jornalistas elegeram os conselhos de redação, organismos que tinham como objetivo permitir a sua participação na orientação editorial. A liberdade de expressão garantiu uma alteração dos conteúdos noticiosos e a abundância de acontecimentos noticiáveis imprimiu um ritmo nunca visto à informação.

Depois do momento inicial de grande dinamismo vivido pelos jornais, estes seriam inevitavelmente afetados pelo processo revolucionário em curso. Os reflexos fizeram-se sentir em várias frentes e as suas consequências variaram segundo os casos. As redações envolveram-se em maior ou menor grau na luta política, o que determinou também a que os conteúdos noticiosos refletissem esse engajamento. O clima de conflitualidade e a onda de reivindicações que caracterizou o Processo Revolucionário em Curso (PREC) chegou igualmente às empresas jornalísticas.

O domínio dos meios de informação foi um dos traços transversais a este período e esteve na origem das várias situações contraditórias. A defesa da liberdade de imprensa foi um dos princípios reivindicados por profissionais, políticos e militares. Contudo, a luta pela conquista do poder levou a condicionamentos ou situações em que se procurou impor pela força o discurso único, particularmente no auge do gonçalvismo. Daí que as medidas políticas decididas neste campo, tenham sido marcadas por esta dicotomia e que a legislação entretanto aprovada fosse considerada inadequada pelos sectores mais radicais. Pelo seu lado, os militares tiveram também em relação à comunicação social uma prática manipuladora, esgrimindo o argumento da legalidade ou da legitimidade revolucionária, conforme os seus interesses de momento. Esta estratégia foi particularmente favorável a partir do 11 de Março, com o processo das nacionalizações e a colocação de militares à frente das empresas jornalísticas, que passaram para o sector público.

Os meios de informação desempenharam um papel central na luta que se estabeleceu entre as diferentes forças políticas. Os que alinharam pela via socializante — a maioria — procuraram servir os interesses da propaganda da esquerda mais radical. Os que tentaram escapar à lógica do discurso unitário foram alvo de pressões sistemáticas e estiveram na origem das ondas de contestação ao gonçalvismo. De uma forma ou de outra, a violência dos conflitos vividos na imprensa diária generalista, particularmente na de Lisboa, traduziu-se em desfechos dramáticos para alguns dos jornais ancestrais, que acabariam por encerrar.

O papel das fontes noticiosas foi igualmente alterado com o 25 de Abril. Instituições, fontes anónimas ou agentes de vária ordem, militares, dirigentes de partidos, sindicatos, etc., fizeram parte dos novos processos de agendamento. A convocação sistemática de conferências de imprensa, sessões de esclarecimento ou envio de comunicados traduzem a interação procurada com os jornalistas, que fez parte da estratégia comunicacional.

Para além das condições da liberdade de expressão os jornais transmitiam uma cadência pautada pelo ritmo frenético dos acontecimentos políticos. As redações integraram novos jornalistas para, tendência que já se vinha fazendo sentir desde o período anterior, sendo nem sempre a função informativa foi o principal resultado.

6.2. Nova legislação da Imprensa

O modelo legislativo que se afirmou depois do 25 de Abril, com todas as hesitações e desvios, é um dos aspetos que condiciona a evolução da imprensa. Para além da incontornável abolição da censura prévia, quer o Sindicato dos Jornalistas, quer várias personalidades ligadas ao meio defendiam a existência de uma lei de imprensa. O Movimento dos Capitães e o Programa do MFA, contemplaram o exercício de uma imprensa livre. Contudo houve divergências neste como noutros aspetos, o que se traduziu em dificuldades para o campo do jornalismo.

A primeira situação de exceção decorre do general Spínola, através da criação da comissão *ad hoc* para a imprensa¹. O seu exercício foi polémico desde o seu início, mas marcado por duas balizas temporais distintas: a vigência e atuação em prol dos interesses spinolistas até ao afastamento de Spínola em 28 de setembro, e o segundo período que se caracteriza pela ascensão do gonçalvismo e, como tal com uma linha de atuação inversa da anterior.

A criação de uma comissão de vigilância dos conteúdos da comunicação social era contrária aos princípios da liberdade de pensamento e expressão, mas o general Spínola pretendia a prevenção de situações que alterassem a ordem pública: “Em primeiro lugar, não podem ser alteradas nem a ordem nem a tranquilidade, nem afectada a integridade nacional. Toda a evolução se caracteriza por um enfraquecimento relativo da estrutura orgânica; e não faltaria quem, de um lado ou de outro, se empenhasse em alterar o equilíbrio no seu conjunto., explorando fendas e clivagens para por elas introduzir o germe nocivo da subversão, em ordem a acelerar a derrocada dos valores em que nos apostamos em preservar.” (Spínola, 1978, pp. 223)

O documento legal que criava a comissão *ad hoc* previa o seu carácter transitório e remetia para a nomeação de outra comissão, formada a 12 de agosto de 1974, que ficou encarregue da elaboração do novo projeto de lei de imprensa. Este grupo de trabalho incluía personalidades do âmbito da imprensa, como Arons de Carvalho, Pinto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa entre outros, integrava várias sensibilidades da vida política, sindicato, grémios e era presidida por Sousa Franco. As reuniões do grupo sucederam-se em tempo recorde, o que permitiu a apresentação do documento final em 12 de setembro, que foi a debate público.

A nova proposta de Lei baseou-se num conjunto de princípios gerais relativos ao direito fundamental da liberdade de pensamento e expressão, mas traduzia também uma realidade resultante de 48 anos de ditadura. As garantias eram anunciadas no Preâmbulo, nomeadamente no ponto 3. A nova legislação determinava o princípio democrático que alia a prática informativa ao exercício da cidadania, pela constituição de uma opinião pública esclarecida consumo de notícias. Este princípio seria reiterado pela Constituição de 1976, nos artigos 37º ao 40º relativos à liberdade de pensamento e expressão.

A lei de imprensa estruturava-se em cinco capítulos e começando por definir os direitos relativos à liberdade de imprensa e também à informação, englobando-se aqui o direito a informar e a ser informado. No primeiro capítulo o texto procurava delimitar os campos jurídicos de cada um dos intervenientes no processo informativo, para poder delimitar os direitos e a sua forma de exercício, bem como os deveres de quem exercia a atividade. Consagrava

1 “1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão *ad hoc* para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;” (*Decreto-lei 281/74*, de 25 de Junho)

também os direitos e os mecanismos de defesa do público. Como referem Agee e Traquina (1987), a nova legislação dotava os jornalistas de uma série de mecanismos protetores da prática profissional, mas além disso, a capacidade de poder participar na orientação editorial.

Os direitos do público baseavam-se no direito do cidadão a ser informado e incluíam a obrigatoriedade da publicação do estatuto editorial, do direito de resposta e da identificação da publicidade. Outro direito importante remetia para a possibilidade de recurso à entidade reguladora, criada pela mesma lei, o Conselho de Imprensa.

Outro dos aspetos regulamentados na Lei foi o do acesso à informação e o direito ao sigilo profissional, pedra basilar da atividade jornalística e que anteriormente não era salvaguardado. Verificava-se ainda uma preocupação de responsabilização dos conteúdos, quando as fontes eram omissas.

O conselho de redação e definição da sua composição foram outras prerrogativas essenciais confirmadas pela Lei. A assembleia do Sindicato dos Jornalistas de 2 de maio de 1974, solicitou à Junta de Salvação Nacional o reconhecimento dos conselhos de redação e a Lei de Imprensa ratificou uma situação que já se verificava na prática.

A lei determinava ainda os crimes de abuso de liberdade de imprensa e a questão das responsabilidades. O abuso de liberdade de imprensa implicava a aplicação de sanções específicas, também determinadas pela legislação, como as penas suspensivas e as coimas a aplicar pelos tribunais. No âmbito das responsabilidades a lei consagrava o princípio de solidariedade do diretor e a responsabilidade solidária por parte do conselho de redação.

Os princípios gerais consagrados na Lei de Imprensa de 1975, nomeadamente o direito à livre informação e o direito de ser informado viriam a abranger todas as áreas de comunicação social, já que a sua pertinência ficava reiterada pela sua inclusão na Constituição.

A Lei de Imprensa suscitou graves protestos e logo durante o período do debate público ficou claro que o novo documento legal não reunia todos os consensos e em muitos setores surgiu a noção de que a liberdade de imprensa era um conceito burguês. Durante todo o período revolucionário e também em consequência do 25 de Novembro, as situações de exceção em relação à lei de imprensa sucederam-se.

Outro exemplo de condicionamento da informação foi dado pela 5ª Divisão. A ação deste organismo criado no âmbito de operações militares, transcendeu competências e desmultiplicou-se em ações ideológicas que funcionaram como uma máquina de propaganda capaz de influenciar a opinião pública, quer diretamente, através das campanhas de dinamização, quer pela pressão junto dos media (Ribeiro, 2014).

A 5ª Divisão levou a cabo uma estratégia comunicacional militar, que era já uma prática utilizada durante a guerra colonial, por exemplo com as “campanhas psicológicas”. No pós-25 de Abril, os militares controlaram os órgãos de poder e, em vários casos, a administração direta de meios de informação. Este modelo de propaganda foi ainda apresentado no “Plano de Ação Política”² emanado do Conselho da Revolução.

Ainda dentro dessa perspetiva restritiva dos militares relativa à imprensa, pode ser referido o “Projeto Jesuíno”. Em pleno «Verão Quente», a 5 de Agosto de 1975, a notícia exclusiva sobre a nova legislação foi publicada pelo *Jornal Novo*, (Gomes, 2012, pp. 108)

Os esforços de controlo da imprensa não se limitaram, contudo, à fação gonçalvista. A violação à Lei de Imprensa voltou a verificar-se mesmo depois do falhanço do “Projeto Jesuíno”. O Conselho da Revolução, já quando dominado pelo “Grupo dos Nove”, usou das suas prerrogativas legislativas e publicou o documento que viria a ser conhecido como a Lei de Censura Militar. Este novo diploma foi anunciado em comunicado, que de alguma forma procurava explicar a razão da imposição de condicionamento informativo no âmbito militar. A legislação teria, apenas, uma intenção preventiva pelo que mantinha o respeito pelo «legítimo pluralismo das opiniões», contudo, procurava evitar situações que minassem a disciplina e unidade das Forças Armadas, dada a cobertura jornalística a uma manifestação de unidades da Polícia Militar, que se recusaram a embarcar para Angola.

Entre outubro e novembro de 1975, os quartéis viveram atos de desobediência às cadeias de comando. A imprensa deu notícia destes acontecimentos. Apesar de não se ter voltado a verificar a ingerência direta do Conselho da Revolução, vários jornais sofreram processos judiciais, na sua maioria da iniciativa do Ministério da Comunicação Social. Os jornais controlados pelo Partido Comunista e pela extrema-esquerda divulgaram sistematicamente notícias que relatavam o clima insubordinação nos quartéis. Daí nova situação de exceção que afetou os meios de informação, em consequência do 25 de Novembro. Vários jornais foram sancionados e só voltaram a sair depois de alteradas as chefias.

2 “A mobilização do povo português para a via socialista exige, além de uma nova política de informação, uma acção dinamizadora constante que, pela presença e pela prática, torne visíveis e operantes as recomendações e programas emanados dos órgãos centrais. Para tal, é necessária uma acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar adequada numa acção conjunta com as organizações populares unitárias de base que, melhor do que ninguém, poderão reflectir os mais justos anseios e necessidades da população. Para esta acção deverão ser postos à disposição os meios humanos e materiais convenientes, não se esquecendo que a revolução de 25 de Abril foi feita para o povo e será desse povo que lhe virá a sua força, continuidade e razão de ser.” Plano de Acção Política do CR -21/6/75, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12>

6.3. A imprensa e o processo revolucionário: o exemplo da cobertura da campanha eleitoral de 1975

A nacionalização da imprensa não estava prevista no Programa do MFA. Ela decorre da nacionalização da banca e seguros e não de um plano previamente delineado. A entrada da maioria dos jornais do sector público foi de encontro à conjuntura política vivida na época. A transferência parcial ou total da propriedade teve como consequência alterações a nível das administrações, mas também favoreceu a luta pelo controlo dos jornais por parte das facções mais radicais. Nos casos em que a propriedade anterior pertencia ou à Caixa Geral de Depósitos ou ao Banco Nacional Ultramarino, a passagem parcial ou total para as mãos do Estado verificou-se a partir de setembro de 1974. Quando a propriedade estava dividida por empresas da alçada estatal, como no caso do *Jornal de Notícias*, as nacionalizações verificaram-se também através dos decretos lei de 15 de abril de 1975. As exceções em que o capital não foi totalmente nacionalizado foram o *República* e *Primeiro de Janeiro* e, no caso do *Diário de Lisboa*, a maioria da propriedade continuou a pertencer a privados. Contudo, também aqui se produziu a intervenção estatal, dado que o *DL* pertencia em parte ao BNU, mas também porque a sua situação económica se tinha degradado muito em resultado do seu grande endividamento à banca. A reconversão das empresas traduziu-se, do ponto de vista da gestão, na nomeação de novas administrações, aliás em concordância com um novo Decreto-lei N.º 123/75 de 11 de março, e que era relativo aos saneamentos e às novas nomeações. Estas alterações traduziram-se também na escolha de novas chefias para as redações.

Nos jornais de Lisboa criou-se o clima ideal para que se iniciasse um modelo informativo que se caracterizou pelo discurso monolítico, colado ao gonçalvismo. A conquista das redações fez-se em função dos processos políticos que se desencadearam nos jornais. Foram várias as situações em que se registaram intervenções diretas para afastar jornalistas de orientação mais moderada. Estas purgas verificaram-se em todo o processo do “Verão Quente”. No *Diário de Notícias*, por exemplo, Ribeiro Santos e José Carlos Vasconcelos foram afastados para dar lugar a Luís de Barros e José Saramago, impostos pelo plenário de trabalhadores. Mas mais polémico ainda foi o episódio conhecido como o “caso dos 24”, que se reporta a um comunicado subscrito por jornalistas que contestavam a orientação do jornal. Seria o plenário de trabalhadores que votaria a expulsão destes jornalistas que só viriam a ser integrados após o 25 Novembro, por terem sido considerados vítimas de saneamentos revolucionários (Gomes, 2014). O discurso do *Diário de Notícias* foi ideologicamente comprometido, e, de acordo com Azevedo (2020), terá tratado o MFA, Vasco Gonçalves e o PCP com um enquadramento favorável.

Dentro da mesma lógica, foi o conflito que se desenrolou em *O Século*. Face às dificuldades económicas que o jornal vivia, um grupo de jornalistas atribuiu a descida das tiragens à orientação política adotada. Processou-se na redação um referendo que visava afastar as

chefias pró-comunistas. A proposta vencedora apresentava em alternativa Roby Amorim e Luís Alves para as chefias da redação. A comissão de trabalhadores não aceitou o resultado do referendo e depois de uma série de confrontos entre os dois setores elegeu um linotipista para diretor. Em consequência, os “referendistas” criaram uma versão *off-set* do jornal e a administração nomeada pelo governo demitiu-se. O conflito entre o sector redatorial e a tipografia manteve-se e só depois do 25 de Novembro os “referendistas” voltariam a ser integrados (Lima, 2014).

Outra das estratégias para impor o discurso único, traduziu-se em atos censórios perpetrados ora pelas redações ora pelos tipógrafos, através do bloqueio à saída de conteúdos dos quais discordavam. Tal sucedeu, por exemplo, no *Diário de Lisboa* quando se recusou a incluir o “Documento dos Nove”. O jornal optou por publicar uma avaliação muito crítica baseada em certos extratos do texto. Quanto ao *Jornal Novo*, a comissão de trabalhadores da empresa tipográfica onde este diário era impresso decidiu boicotar a sua publicação, por não estar de acordo com a inclusão de um comunicado do Partido Socialista. Foram várias as ocasiões em que publicações foram impedidas de sair por ação do setor da impressão.

Os jornais diários foram marcados por vários episódios de condicionamento da atividade informativa, mas nenhum deles foi tão extremado como o do jornal *República*. O clima de confronto entre duas facções partidárias já se fazia sentir praticamente desde o verão de 1974. Em outubro daquele ano, o setor tipográfico opôs-se à publicação de um artigo crítico de António Reis sobre o MDP/CDE. Sucederam-se episódios de abertura e fecho, sob o controlo da CCT durante o “verão quente”, mas a situação financeira do *República* entrou em colapso. Depois dos acontecimentos do 25 de Novembro, o jornal reapareceu mas por pouco tempo. Seria encerrado a 23 de dezembro e restituído aos legítimos proprietários em março de 1976, mas não voltaria a ser publicado. O *República* foi particularmente relevante pelas reações que suscitou e pela guerra de comunicados que produziu, tendo várias personalidades e instituições participado na polémica.

Os episódios revolucionários que marcaram a imprensa da capital também tiveram eco no Porto, ainda que com resultados diferentes. O *Jornal de Notícias* teve uma orientação editorial muito à esquerda, muito controlada pelo conselho de redação. A alteração do seu estilo popular tradicional levou a que este jornal viesse a ser pejorativamente denominado “Pravda”, por analogia com o jornal soviético. O descontentamento do seu público levou mesmo a que o JN fosse queimado, durante a distribuição. O *Comércio do Porto*, depois do mesmo posicionamento editorial do JN, sofreu uma grande reviravolta e passou a ser uma das vozes de maior oposição ao gonçalvismo e aos comunistas, tendo sido alvo de muitas pressões e foi mesmo atacado à bomba. O *Primeiro de Janeiro* foi um diário que se pautou por uma maior moderação, nunca tendo sido controlado pelos comunistas, nem mesmo na tipografia (Lima, 2012).

Para além dos jornais diários tradicionais, houve ainda o lançamento de novos títulos que constituíram as vozes não-alinhadas em todo este período. O semanário *O Tempo* foi

fundado por Nuno Rocha e correspondia a uma orientação mais conservadora, tendo tido, por isso mesmo. Vários percalços na sua criação e impressão (Gomes, 2021). Um pouco mais tarde surgiu o jornal *A Luta*, vespertino que veio substituir o *República* e que se caracterizou pelas campanhas contra a CCT e também nas batalhas contra o Partido Comunista e os gonalvistas. Um novo semanário, *O Jornal*, seria igualmente lançado em 1975, por José Carlos Vasconcelos e Cáceres Monteiro. Mas o título que mais se destacou foi sem dúvida o *Jornal Novo*, criado em abril de 1975 e dirigido por Artur Portela Filho. Este diário conseguiu um impacto considerável pela sua voz incómoda na denúncia de situações, o que constituía uma alternativa clara ao discurso dominante. Daí o seu sucesso em termos de tiragens, que no “Verão Quente” atingiram números elevados.

A evolução do processo político teve consequências muito complexas para as empresas jornalísticas. As situações de conflitualidade obrigaram à intervenção estatal e as nacionalizações colocaram a maioria dos jornais sob a alçada do Estado. A progressiva radicalização do discurso jornalístico permitiu lógicas de propaganda alheias à vocação informativa primordial que levou a perda de leitores, que foi agravada com o aumento do custo dos jornais, a subida do nível de vida e a quebra registada pelo facto de deixar de haver edições dominicais.

O 25 de Abril de 1974, tal como foi referido, teve como consequência uma mudança drástica na forma de produzir notícias. Para além dos contextos da luta política e das diversas formas em que a conjuntura revolucionária impactou os jornais, foi inegável o aumento da matéria noticiável. Foram vários os momentos de grande valor-notícia, uma vez que os acontecimentos políticos geraram grandes tensões. Por outro lado, os atores dos momentos mais marcantes do período revolucionário foram figuras presentes na agenda das notícias, quer por iniciativa própria, quer pela relevância das suas ações (Figueira, 2007).

Serão necessários estudos mais sistematizados sobre a cobertura noticiosa para os anos de 1974/ 1975, para melhor entender o processo de construção das agendas. Aqui cabe destacar a investigação realizada por Pedro Marques Gomes, que resulta em diferentes publicações que tratam a relação entre o jornalismo e a Revolução, mas também uma abordagem importante dos conteúdos noticiosos, quer na perspetiva de determinados diários, quer de diferentes acontecimentos políticos. Tal é o caso das publicações sobre o *Diário de Notícias* (Gomes, 2013; 2019) e sobre o *Jornal Novo* (Gomes 2013; 2015). Da mesma forma, a análise de conteúdo realizada por Celiana Azevedo (2020) no *Diário de Notícias* constitui um importante contributo para a melhor compreensão da história da imprensa, neste período.

As temáticas de grande valor-notícia foram muitas, sendo a própria imprensa e os seus acontecimentos parte da agenda noticiosa, entre 1974/ 1975. Dentro desse critério de noticiabilidade, destacamos as primeiras eleições livre portuguesas. Nesse sentido apontamos os resultados obtidos em dois estudos complementares que abrangem alguns dos diários generalistas portugueses. Nos contextos de luta política e convulsão social, as eleições de abril de 1975 tornaram-se um ponto central para o futuro de um regime democrático e, em

consequência, um tema central para a imprensa. Pela primeira vez em quase 50 anos, os jornalistas tiveram a possibilidade de cobrir um acontecimento de grande valor-notícia enquanto imprensa livre.

As eleições são reconhecidas como centrais na agenda noticiosa e as organizações de média normalmente desenvolvem estratégias para uma cobertura capaz e abrangente. No entanto, o contexto político vivido em Portugal em 1974/1975 condicionou a forma como a imprensa fez a abordagem jornalística deste processo. Um dos fatores que pode ser apontado é a o papel desempenhado pelos jornalistas (Mesquita, 1994b; Gomes 2014) ou a intervenção direta da V Divisão do MFA. Todo o clima gerado pelas nacionalizações, novas administrações e as próprias organizações dos jornalistas contribuíram para desafiar a liberdade de imprensa e interferir no controlo editorial (Conselho de Imprensa, 1979). As eleições não foram reconhecidas unanimemente como essenciais e alguns dos principais responsáveis militares e organizações de esquerda não as aceitaram como representativas da vontade popular.

Apresentam-se aqui alguns dos jornais que fizeram a cobertura das eleições, mas ressalva-se que haveria ainda necessidade de um trabalho mais abrangente e detalhado para melhor conhecer a forma como este acontecimento foi noticiado pela imprensa generalista portuguesa. O primeiro estudo elaborado incidu sobre o *Diário de Notícias* e *Jornal Novo* (Lima, Luís, 2018) e tem em consideração a orientação política oposta de cada jornal. Num segundo momento, foi feita a recolha de dados relativa aos jornais *O Século* e *Expresso*, mais uma vez para que o entendimento seja feito numa abordagem comparativa.

A metodologia utilizada procura entender a estratégia editorial utilizada, nomeadamente em termos de volume de notícias, géneros jornalísticos e valor-notícia. Assim, o estudo de conteúdo aborda os procedimentos jornalísticos, categoriza e quantifica a notícia de forma a compreender os efeitos de composição, hierarquia da notícia e jornalística. A análise é complementada pela identificação e classificação das fontes presentes nas notícias de cada jornal, que pode fornecer outro nível de compreensão para a hipótese de posições editoriais divergentes, o que é em certa medida apontado por Figueira (2007) referente ao período de 1975 conhecido como “Verão Quente”.

As eleições foram um assunto político central, mas o pacto assinado entre a maioria dos partidos políticos e o MFA (Pacto MFA-Partidos) reforçava o papel dos militares na sociedade portuguesa, independentemente dos resultados do processo eleitoral. Fora do pacto ficaram partidos como o Partido Popular Monárquico (PPM) e partidos de esquerda que ainda assim concorreriam nas eleições: MES, UDP, FEC (m-l), PUP e LCI.

De acordo com a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), 14 organizações políticas foram às urnas. A CNE publicou os resultados totais finais da votação no Diário da República de 19 de maio de 1975. O Partido Socialista (PS) com 38%, foi o vencedor, seguido do Partido Social Democrata (PPD) com 26%. O Partido Comunista (PCP) obteve 12%, o Centro Social Democrático (CDS) 8% e o Movimento Democrático Popular — Comité Eleitoral Democrático

(MDP-CDE) 4%. A União Popular Democrática (UDP) e a Associação para a Defesa do Interesse de Macau (ADIM), obtiveram menos de 1%, mas suficiente para eleger um representante cada. Estes depurados eleitos votariam a Constituição de 1976, com exceção do CDS. Os resultados foram vistos por alguns como uma surpresa, dada a baixa percentagem do Partido Comunista e de organizações radicais de esquerda.

Em 1975, o *Diário de Notícias* era o maior jornal português. Desde a sua fundação, em 1864, teve uma importância crescente, com particular importância para o período do Estado Novo, como referido anteriormente. Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, o *DN* passou por alterações profundas, com processos de saneamento das chefias ao regime e acabaria por se integrar no grupo dos diários estatizados, como também já foi referido. Editorialmente, o jornal teve também uma deriva editorial, que resultou do PREC e dos contextos anteriormente expostos.

O *DN* era um jornal de formato “broadsheet” e apresentava uma grande diversidade de notícias. A primeira página trazia muitas notícias e o tamanho das manchetes era variável, mas havia uma clara diferença entre os assuntos centrais da agenda do dia e os menores. A manchete podia incluir uma fotografia ou infografias. Em regra, além do título e do lead, havia também texto, um layout possível graças ao tamanho. A inclusão de notícias variadas e em grande número era possível graças à redação, que em Lisboa e segundo Gomes (2014, p. 85), contava com mais de 60 jornalistas, neste período.

No mês das eleições, e globalmente, a capa do *Diário de Notícias* incluiu grande variedade temática. Sendo o *DN* um jornal de referência, as editoriais Política e Internacional pontuaram naturalmente, mas a política, enquanto enquadramento noticioso, pode ser considerada em sentido abrangente, na medida em que os acontecimentos e agenda eram o resultado da situação revolucionária que o país atravessava.

Outros temas de capa das manchetes eram relativos aos militares, que neste caso em particular, poderiam ser considerados como Política, já que controlavam o poder através do Conselho da Revolução. As manifestações e greves sindicais, dado o momento revolucionário da época, também foram frequentes e podem ser enquadradas na mesma perspetiva. Nesta agenda complexa, a cobertura da campanha eleitoral teve lugar nas capas do *DN*, mas a hierarquia noticiosa foi compartilhada por outros temas demais agendamento diário.

Os dados recolhidos espelham os diferentes formatos jornalísticos e a capacidade de organização de cada um desses jornais. Apesar das diferenças de intervalo de tempo, as grelhas de análise contemplam todas as notícias do mês de abril até a divulgação do resultado das eleições. A amostra compreende um total de 486 notícias, onde foram incluídos todos os casos considerados, ainda que nem todos correspondam a géneros jornalísticos.

O segundo nível de análise considera as fontes das notícias, nomeadamente as fontes institucionais e as subcategorias identificadas nos dois jornais. Portugal vivia então um momento político muito polarizado e todos os partidos e organizações procuravam estar

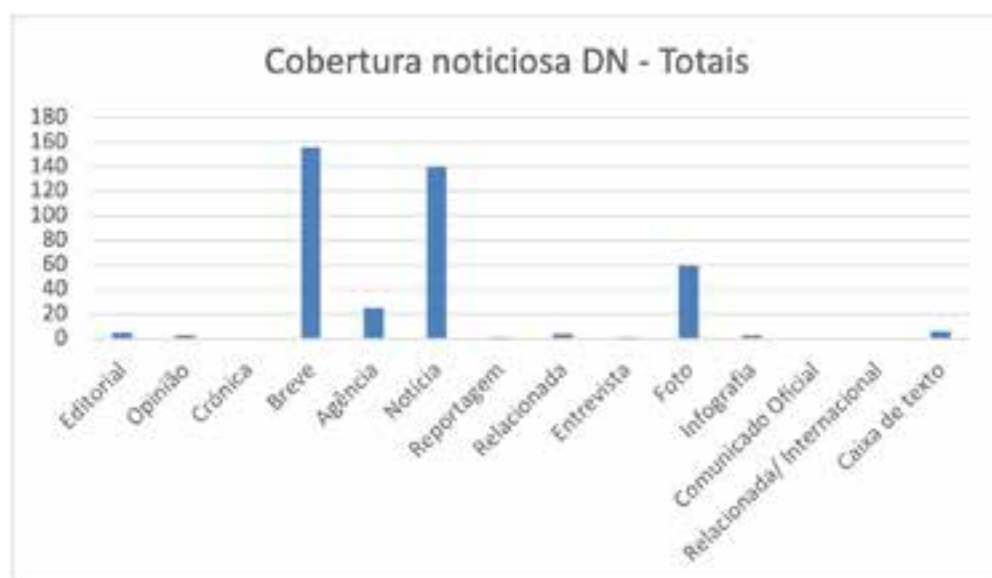
presentes na imprensa (Mesquita, 1996a), mas outros atores políticos procuravam protagonismo noticioso. A pressão das fontes sobre os jornalistas e fontes era constante, dada a quantidade de organizações e individualidades que procuravam influenciar a agenda pública e que viam o jornal como meio de propaganda.

A tabela a seguir mostra a evolução das categorias no *Diário de Notícias*, levando em consideração todas as notícias e diversos itens recolhidos em abril de 1975.

Nestes dados, todas as notícias, notícias relacionadas e géneros jornalísticos, e todas as entradas relacionadas com as eleições foram considerados um total de 404 casos.

Gráfico 4

Géneros jornalístico no *Diário de Notícias*.



Fonte: produção própria.

Os números globais mostram que as categorias Breve (156) e Notícia (140) foram predominantes, seguidas das Foto (60), o que confirma uma remissão para o facto por parte do *Diário de Notícias*. As categorias Reportagem e Entrevista (1, cada) tiveram pouca relevância. Estas são normalmente utilizados na cobertura de assuntos noticiosos importantes, onde o efeito de composição é muito importante, nomeadamente para dar aos leitores uma percepção mais ampla e meios de interpretação mais profundos sobre a cobertura noticiosa de destaque. Ainda assim, este diário apresentou cinco editoriais sobre as eleições e três colunas de opinião. Outra característica do efeito de composição, a Crónica está ausente, porém houve uma coluna especial que abordou a interpretação dos resultados eleitorais. Este jornal não

considerou o valor das notícias internacionais relacionadas. O enquadramento das notícias desses resultados de alguma forma reforça o posicionamento do *Diário de Notícias*, cujas manchetes “Confirmou-se o caminho socialista” e “Venceu o Povo da Aliança — o MFA” re-metem para a linha ideológica dominante.

O *Jornal Novo* fez a sua agenda diária de forma idêntica ao *Diário de Notícias*, mas a abordagem jornalística foi bastante diferente, dadas as dimensões e o propósito deste vespertino. O *Jornal Novo* foi um dos vários jornais publicados no período revolucionário, com o objetivo de contrariar a mensagem da imprensa estatizada. Foi lançado dia 17 de abril de 1975, por Artur Portela Filho, que no primeiro editorial destacou a missão do jornal: “Jornalismo de ação, intervenção, esclarecimento, o *Jornal Novo* recusa a violência, o sectarismo, a segregação. Sabemos porque lutamos e também o que lutamos contra, mas sabemos que a melhor forma de lutar é pela participação competente e serena na construção do nosso futuro” (*Jornal Novo*, 17 de abril, 1975, p. 1). Este diário assumiu no número de lançamento a orientação socialista, mas numa perspetiva moderada. Tinha por detrás a mais poderosa associação patronal da época, a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), que, segundo João Figueira (2007), mais do que um propósito de negócio, tinha uma intenção política. Esta ideia decorre do facto de a CIP ter encerrado um jornal rentável quando considerou que não se justificava a sua necessidade (Figueira, 2007, p.217).

Como o *Jornal Novo* começou a ser editado em meados de abril, a cobertura da campanha eleitoral foi necessariamente menor do que em outros títulos, apesar de ser um diário vespertino. No entanto, as diferenças entre os dois jornais não resultam apenas da lacuna temporal. O *Jornal Novo* era um vespertino, que se publicou até 1979. Tinha tamanho tabloide e poucas páginas, o que limitava o espaço de impressão e consequentemente o número de notícias. A redação era muito menor do que a do *DN* (menos de 20 jornalistas), o que acentua a disparidade em termos de cobertura noticiosa. Globalmente, o *Jornal Novo* apresentou, em abril de 1975, reportagens de grande envergadura e de menor variedade temática³.

3 Os dados relativos ao *Diário de Notícias* e *Jornal Novo* foram previamente publicados no artigo em co-autoria com Rita Luís, 2018, Coverage of the elections of April, 1975 in the *Diário de Notícias* and the *Jornal Novo*: a case study, *RiHC — Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, p. 23-40.

Gráfico 5
Gêneros jornalísticos no *Jornal Novo*.



Fonte: produção própria.

Este vespertino apresentou apenas 83 notícias, mas mostrou maior variedade de gêneros jornalísticos. Notícia (26) e Foto (20) foram as categorias com maior número. A distribuição por outros gêneros parece mais equilibrada e foram incluídos Reportagem, Entrevista, Editorial, Coluna de Opinião e Crônica, apontando para uma estratégia de composição. As categorias Breve e Agência não são significativas, como já foi dito, este jornal optou por reportagens extensas. O *Jornal Novo* também incluiu o discurso oficial do Presidente Costa Gomes à nação, destacando a importância das primeiras eleições livres. As reações internacionais também estiveram presentes. Apesar de ter uma cobertura menor, este jornal, pela variedade de notícias, deu aos leitores a possibilidade de uma visão mais ampla sobre as notícias eleitorais, aliada a uma abordagem interpretativa dada por editoriais, formadores de opinião e até mesmo de grande reportagem, que incluiu um especialista em sistemas eleitorais.

Quanto aos resultados das eleições, o *Jornal Novo* realizou a “Vitória das forças progressistas”, mas também “Eleições — O povo vota”, bem como uma entrevista a Mário Soares: “Os resultados vão mudar o governo” (*Jornal Novo*, 26 de abril de 1975).

O jornal *O Século* foi um dos diários centenários portugueses de maior relevância. Lançado ainda no século XIX, este jornal de orientação editorial republicana, cedo evoluiu para um formato jornalístico de grande sucesso e com grande implantação na capital. O período que sucedeu ao 25 de Abril de 1974 foi também de grande agitação política e haveria de colocar o jornal dentro das lógicas da imprensa estatizada. Ainda assim, é notável o esforço que *O Século* fez na cobertura da primeira campanha eleitoral, depois do derrube da ditadura.

Quantificar a amostra de *O Século* não é fácil. As dificuldades no processo de categorização e identificação advêm do encadeamento de eventos e notícias, das opções gráficas, mas também de o jornal incluir outro tipo de publicações, como comunicados oficiais, comunicados de partidos, ações de campanha partidária, reuniões, comícios e sempre entre uma a meia página de agenda de ações programadas (cerca de 300 entradas). Embora a diversidade possa parecer menos importante que a do *Diário de Notícias*, na verdade, a cobertura da campanha eleitoral foi um esforço extraordinário deste diário.

Gráfico 6
Gêneros jornalísticos em *O Século*.



Fonte: produção própria.

Neste jornal, as eleições foram oito vezes a manchete principal. A maioria das notícias eram reportagens sobre ações de campanha, mostrando um enorme esforço de cobertura e revelando uma enorme capacidade organizacional. Este diário desenvolveu uma estratégia editorial muito completa, patente pela variedade de fontes, notícias e diferentes formatos de informação. Todos os dias, além das notícias sobre reuniões e outras, foi dado um grande espaço à agenda da campanha, com a programação dos eventos. Apesar da riqueza da cobertura eleitoral, os outros temas principais da agenda parecem ter maior noticiabilidade. A relevância do Pacto MFA — Partidos e das nacionalizações ficou clara pela escolha de fontes militares e governamentais mais presentes nas manchetes, mas também por uma abordagem jornalística diferente, nomeadamente com entrevistas de fundo.

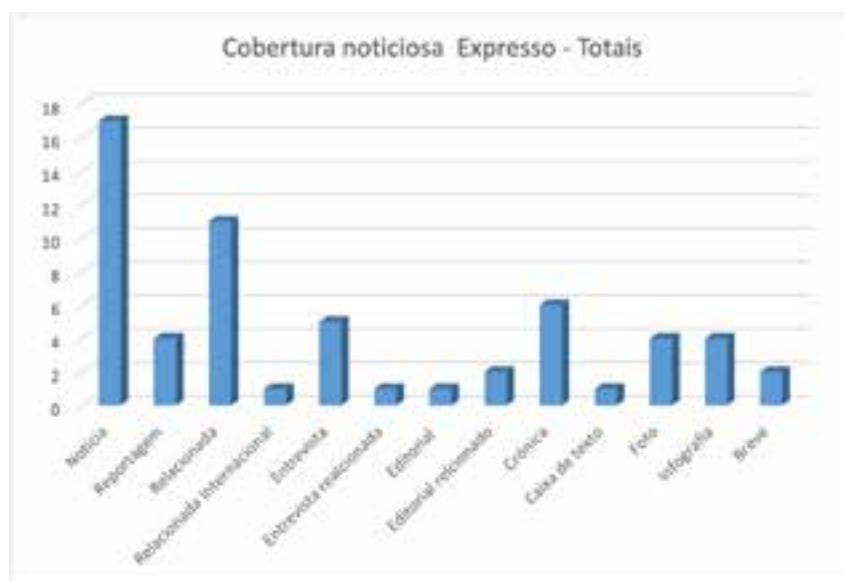
Os títulos remetem para efeitos de valoração, que surgem também no discurso jornalístico. No primeiro caso, seguem-se dois exemplos: “Rosa Coutinho preconiza a criação do partido do MFA contra as eleições”, é uma entrevista com uma fonte militar de topo, adversa ao sufrágio (*O Século*, 16 abril de 1975). No comunicado do MFA “Como não fazer o jogo da recção e votar na revolução” havia um apelo direto à orientação de voto (*O Século*, 25 abril de 1975). A adjetivação está patente em expressões como “Campanha eleitoral traumatizante” (*O Século*, 22 de abril 1975), “É legítimo duvidar dos resultados de das eleições depois de 48 anos de ditadura” 27 abril 1975 ou “Na cintura industrial a tradição manteve-se. Grândola e margem sul: o povo é quem mais ordena” (*O Século*, 27 abril de 1975)

Em dois editoriais, este diário revela a sua posição face ao ato eleitoral. Com o título “Votar em branco também é também falar verdade” fica clara a oposição ao sufrágio que é reiterada, no texto: “E a verdade de quem não sabe tem de ser claramente proferida, como um depoimento. Num testemunho. (...) Deixar nas urnas, amanhã, o seu voto em branco é, para aqueles que têm dúvidas, dizer toda a verdade, neste momento.” (*O Século*, 22 abril 1975) No editorial “A tabuada das eleições” o próprio título retira valor à capacidade decisória do povo, e a interpretação das escolhas diferentes é conotada com ignorância e manipulação: “A leitura geral da votação mostra que em muitas regiões do País, o caciquismo, as folhas de paróquia, e as pressões dos senhores da terra, dominam e destroem. “, se levantaram contra os verdadeiros interesses do povo, servindo-se dele como compulsivos guardiões de privilégios que o arrasam” (*O Século*, 27 abril de 1975).

As colunas de opinião reforçam a perspetiva anti-eleitoral e a defesa da via revolucionária. Em “Via democrática: sonhos e pesadelos” há uma adjetivação clara e enviesamento discursivo, que é retomado no texto: “Individualismo burguês e pseudo-socialismo (...) o caminho Português rumo ao socialismo parece hoje mais do que provável, parece certo.” (*O Século*, 8 abril de 1975) Na coluna “Duas posições em confronto” questiona-se a liberdade das eleições: «Eleições fisicamente livres mas não verdadeiras» (fonte do MFA) (...) “forças do obscurantismo, saudosistas e traiçoeiras tudo fazem para confundir o Povo” (*O Século*, 24 abril de 1975). Por último, no artigo “O que é o voto revolucionário”, há um apelo ao voto nas organizações vistas como genuínas: “De um lado os que querem ver avançar o processo revolucionário (...) vida digna e feliz. (...) Em oposição vemos outros partidos que com demagogia e descaradamente, com falsas aparências ou sem vergonha tentam ludibriar o Povo.” (*O Século*, 25 abril 1975).

As eleições no semanário *Expresso* resultaram numa amostra de notícias recolhidas entre 5 de abril e 4 de maio de 1975, num total de 59 casos, sobre a campanha eleitoral e os resultados.

Gráfico 7
Géneros jornalísticos no *Expresso*.



Fonte: produção própria.

O jornal produziu grandes artigos de fundo, espaços editoriais e de análise, duas manchetes e vários destaques na capa, foi tema da Revista e criou o Caderno “Expressoeleições”. Produziu ainda duas entrevistas e editoriais. A cobertura eleitoral do *Expresso* é significativamente diferente de *O Século* ou *Diário de Notícias*, na medida em que é um jornal semanário e os seus artigos são orientados para a análise e informação de fundo e não a notícia/ reportagem de remissão para o facto. Apesar disso, há uma grande variedade de fontes e temáticas. A preocupação do semanário é claramente a eficácia das eleições, enquanto ato de escolha democrática, face aos constrangimentos políticos institucionais vividos naquele período.

O editorial “Eleições à vista” é curto e remete para um ambiente de preocupação, “À medida que se aproxima o 25 de Abril, adensa-se o ambiente em Portugal.” Esta situação decorre da desvalorização das eleições por parte dos militares: “Por um lado, alguns elementos do MFA insistem em atacar os partidos, em descrer da capacidade de discernimento dos eleitores, em minimizar as eleições, em apelar ao voto em branco.”; O editorial critica também os partidos e o exacerbar de ódios: “Por outro lado, os últimos dias de campanha implicam apoteoses dos vários partidos, na medida das suas possibilidades, quer através da TV e da Rádio, quer em comícios e sessões, e provocam claramente os contrastes e as contradições, o exacerbar dos ódios e das paixões, a irrepreensível premência da caça ao voto.” (*Expresso*, 12 abril de 1975). O tom é sobre os perigos que ameaçam as eleições, o ambiente de intriga e rumores de golpes políticos.

Também no editorial de 5 de abril, “MFA, partidos, eleições e via socialista”, o poder militar é questionado e definido como “um poder paralelo aos três poderes clássicos, mas claramente superior.” Para o *Expresso*, os poderes dos militares correspondem a um para poder, que se sobrepõe à lógica eleitoral: “Ao atribuir, por várias vezes, nos últimos tempos, indiscutível relevância às próximas eleições, os membros do Conselho da Revolução têm demonstrado que estão conscientes de que o paralelismo de poderes não se mantém indefinidamente e que, para se tornarem convergentes e não divergentes, é necessário que quem governa (revolucionariamente ou não) saiba interpretar o querer de quem é governado”. (*Expresso*, 5 abril de 1975)

Na *Revista Expresso* de 12 de abril, esta temática foi retomada no artigo “Regime presidencialista militar com partidos”, o Pacto MFA — Partidos é claramente criticado: “A solução encontrada relativamente ao acordo ontem celebrado foi uma solução híbrida — a Constituição será formalmente o resultado da actividade de uma Assembleia Nacional Constituinte, para o efeito eleita, mas em termos práticos, a síntese dos seus princípios programáticos e sobretudo a estrutura do poder político e administrativo ficam desde já definidos num Pacto que vincula um grande número de partidos políticos concorrentes às eleições.” (*Expresso*, 12 abril de 1975)

Na edição de 25 de abril o semanário fez o balanço de um ano de revolução. Neste número, o tom dos artigos é sempre de dúvida quanto à eficácia do ato eleitoral: “Portugueses vão às urnas em ambiente de grande expectativa”. O tom de balanço de um ano de revolução esteve presente na forma como o jornal avaliou o papel dos militares, os grandes desafios económicos que se colocavam ao país e também uma perspetiva muito crítica do papel da imprensa na sua função informativa, em tempos de liberdade de expressão (*Expresso*, 19 abril de 1975).

Apesar do jornalismo de tom moderado e analítico, o *Expresso* procurou trazer às suas páginas vozes divergentes. Militares e elementos de diferentes partidos políticos tiveram espaço de agenda, num claro equilíbrio. Aqui, de destacar uma reportagem especial com um grupo radical revolucionário que era contra as eleições, as Brigadas Revolucionárias.

6.4. O período da imprensa estatizada

Nos anos seguintes, os efeitos do período revolucionário fizeram-se sentir na imprensa, a diversos níveis. A maioria dos diários tradicionais manteve-se no setor público, o que levou a que a designação das administrações tenha dependido das mudanças político-partidárias. O clima de conflitualidade e as influências ideológicas geradas durante o PREC, não desapareceram com o 25 de Novembro. Gradualmente instalou-se um cenário de crise, motivado pelas perdas nas tiragens e o decréscimo da publicidade. Foi necessário um esforço de “normalização”, que implicava a efetiva aplicação da legislação, mas também a redução das tensões e da carga político-partidária que tinham se instalado nas redações.

O processo de democratização da sociedade portuguesa teve ainda de sofrer uma série de transformações até encontrar o caminho da estabilidade e do normal funcionamento das várias instâncias, e a comunicação social teve um papel determinante nesse percurso. Contudo, ela foi igualmente alvo de esgrima no complexo jogo de conquista, partilha ou manutenção do poder, com todas as distorções ou parcialidades consentidas ou impostas.

A governamentalização dos meios de informação foi uma das acusações onnipresente entre 1976 e o final da década de 80, quando se iniciaram as reprivatizações. A razão deste balizamento temporal deve-se à cronologia das revisões constitucionais. O ano de 1982 constituiu um primeiro momento em que foi possível a aprovação de vários documentos que promoveram uma maior agilidade no setor público, mas só a Lei Constitucional nº 1/89 pôs fim à cláusula de irreversibilidade das nacionalizações ocorridas, na sua maioria, na sequência do 11 de Março de 1975.

No ponto 2 inseriam-se as empresas de comunicação social. Contudo, não seria prevista a reprivatização de todo o setor. O Estado teria sobretudo uma intervenção reguladora, cabendo-lhe criar legislação específica para transformação das empresas públicas em sociedades anónimas, mas salvaguardava a possibilidade de deter algumas prerrogativas como a de possuir um conjunto de ações privilegiadas, o que lhe concederia o direito de veto. Esta cláusula permitia a intervenção nos sectores considerados de interesse nacional, aliás, posta em causa pela União Europeia posteriormente. O processo de venda das empresas do Estado seria ainda complementado com os *Decretos-lei* 236/93, 380/93 e 65/94, que incidiram sobre a afetação das receitas provenientes das reprivatizações e sobre o controlo de posições dentro das empresas privatizadas, nomeadamente pela preocupação da entrada de capitais estrangeiros.

A evolução da imprensa portuguesa, após o 25 de Novembro de 1975, caracteriza-se pelo facto de o Estado ser o proprietário dos principais diários generalistas nacionais. Não houve uma situação de monopólio estatal, uma vez que havia jornais pertencentes a empresas privadas, uns de circulação nacional, outros dentro da designação de imprensa regional e local. A criação de novos jornais de circulação nacional esteve normalmente ligada à informação e ao debate político, ainda que não se tratassem de jornais partidários.

Globalmente, deu-se uma gradual pacificação da sociedade e a perda da carga ideológica radical que marcou as publicações durante o período revolucionário. Esta acalmia é constatável através dos casos reportados ao Conselho de Imprensa, que passaram a ser, na sua maioria, queixas que se referiam a direito de resposta.

Ainda que as situações relativas ao abuso de liberdade de imprensa tenham surgido em grande número no período inicial (1976, sobretudo) elas tenderam a aparecer apenas pontualmente nos anos seguintes. Não significa isto que os jornais deixassem de fazer noticiário político; muito pelo contrário. De uma maneira geral, os jornais não eram condenados e as sanções, quando aplicadas, eram geralmente penas suspensas. Outra das queixas surgida com insistência era o recurso a direito de resposta invocado por personalidades ou instituições, situações que o Conselho de Imprensa arbitrava com relativa facilidade.

O período constitucional inicial foi marcado pela instabilidade governativa, em que os mandatos não eram concluídos. Para a imprensa estatizada, esta rotação de governos trouxe problemas financeiros graves, mas também laborais. As debilidades económicas começaram a evidenciar-se desde cedo. A partir de 1976, são criadas as empresas públicas, a EPNC (Empresa Pública Notícias e Capital) e a EPSP (Empresa Pública Século e Popular), sendo os demais diários considerados intervencionados e de capital misto. Pretendia-se facilitar a gestão, dado o estado em que ficaram os jornais depois do período revolucionário. Mas o poder dos governos nomearem administrações e chefias provocou um clima de tensão com os jornalistas e há exemplos de atritos quer com executivos de maioria partidária, quer com os de iniciativa presidencial de Ramalho Eanes.

Uma das características centrais do período da imprensa estatizada foi o acentuar da crise nos jornais. Esta tendência refletiu-se em todos os setores e durante cerca de uma década, várias foram as vozes nos jornais que chamaram a atenção para o problema. Na sua origem, estariam o passivo herdado do investimento ainda no período da ditadura, o período revolucionário, as graves perdas registadas na imprensa estatal, que tiveram como consequência os apoios indiscriminados que os sucessivos governos concediam aos jornais. Outros fatores acentuaram a crise: a descida nas tiragens, o preço do papel, as perdas na publicidade levaram a que a subsistência de jornais dependesse de uma política de subsídios.

Quer no setor público, quer privado, a crise económica é constatável por alguns dos números disponíveis, mas também pelos contínuos alertas que as autoridades de diferentes quadrantes políticos iam lançando. Num estudo encomendado pelo Conselho de Imprensa, em 1978, revelava uma situação financeira grave: “O relatório elaborado por aquela reputada economista [Manuela Silva] apontava o valor de 1 611 418 contos para os prejuízos acumulados no conjunto da imprensa nacionalizada e intervencionada.” (Carvalho, 1986: 286).

A política de subsídio das empresas jornalísticas foi mantida por vários governos com orientações políticas muito distintas. O financiamento da comunicação social foi uma das características mais complexas de todo este período, sendo esgrimido para justificar a crise e assacar responsabilidades pelas diferentes partes. As empresas públicas não eram as únicas a receber apoios. Quase dois terços do subsídio de papel foram para o setor privado, já que o maior número de títulos correspondia à imprensa regional.

Por incapacidade ou por falta de controlo do Estado sobre a gestão das contas das empresas, os gastos foram-se acumulando e as soluções parecem ter passado por diferentes formas de cabimentar fundos de apoio⁴.

4 Pontualmente os governos faziam publicar legislação em que se definia os subsídios anuais, como é o caso do *Despacho Normativo* nº 21/79, nº 311/81, nº 178/82, nº 181/82. Atribuíam-se também outros apoios que dependiam das subidas de preços verificadas noutros setores, como os portes pagos, de que os *Despachos Normativos* nº 69/82, nº 70/82, nº 72/84, são exemplos, bem como subsídios de papel, *Despacho Normativo* nº 65/81, nº 165/82, nº 71/84, nº

Havia também muitas publicações periódicas de iniciativa privada de duração efêmera, uma vez que a estrutura financeira que as sustentava era muito frágil. Todas as publicações nacionais e regionais recebiam verbas. Por outro lado, algumas publicações de circulação diária ou semanal eram claramente jornais com um perfil editorial político, ainda que não fossem declaradamente órgãos de partidos.

A carestia e a carência do papel assumiram um papel central, sendo a maior parte importado. Todos os anos os governos determinavam os subsídios a conceder para o pagamento do papel. Essa atribuição fazia-se em função das tiragens e circulação dos títulos. Outra das formas de subsídio contemplado pela lei era o porte pago. Este sistema de financiamento tornou-se ainda mais alargado com os governos a subsidiarem portes para o estrangeiro.

O fecho de alguns títulos traduz também as dificuldades que o setor atravessou. Jornais que foram criados na sequência da Revolução, apenas com uma intenção de informação política, tenderam a desaparecer. Joaquim Vieira aponta a normalização da vida política para justificar o seu desaparecimento:

De entre os títulos que a curta prazo desapareceram contam-se o *Jornal Novo*, e *A Luta*, sendo substituídos pela *Tarde* e *Portugal Hoje*, também de curta duração. O *Tempo* e o *Diário* sobreviverão ainda por mais de uma década, mas com uma influência cada vez mais diminuta. Casos notáveis de resistência são os de *O Dia* e do semanário *O Diabo*, fundado em 1975 por Vera Lagoa e posicionado à extrema-direita. (Vieira, 1998, p. 278).

A extinção gradual destes jornais, criados com o objetivo do combate político, reflete uma alteração em termos das preferências do público, que parece ter abandonado as grandes polémicas e começou a evidenciar outro tipo de interesses mais diferenciados. Nos casos do *Diário Popular* e de *A Capital* houve um esforço no sentido da alteração da linha editorial, que tinha como objetivo ir ao encontro das preferências dos leitores.

A circunstância de encerramento dos jornais da tarde prende-se com outro fator de crise para imprensa, a publicidade. No início da década de 90, deu-se a relativa liberalização do mercado televisivo, o que retirou anunciantes aos jornais. Também a proliferação das rádios, nomeadamente a TSF, Rádio Press ou a Rádio Nova, que ocuparam um novo espaço noticioso, que retirava público a estas publicações.

No início da década de 90, deu-se uma alteração significativa no campo dos media. Para além do aparecimento de novos títulos, imprensa especializada e a relativa liberalização do mercado televisivo, houve também a proliferação das rádios, sendo o espaço noticioso mais concorrencial, o que retirou público aos títulos nacionais tradicionais, temas

91/85, entre outros, como a redução de tarifas de telecomunicações.

que seriam alvo de notícia dos jornais, nomeadamente nos exemplos apresentados adiante.

A sobrevivência dos jornais de circulação nacional acabaria por estar também ligada à questão das vendas. Segundo a legislação, a fiscalização cabia ao Conselho de Imprensa, mas este organismo nunca teve meios para o fazer. Nos relatórios, para além de se chamar a atenção para esta incapacidade, aparecem apenas dois registos de tiragens. Para o ano de 1979, são reportados apenas os números do mês de janeiro, sem indicar os resultados dos jornais estatais *O Século* e *A Capital*. O registo seguinte é o das vendas do primeiro trimestre de 1983, de acordo com dados divulgados pela Associação da Imprensa Diária, em valores brutos.

Caberia às administrações fazer chegar os dados ao governo, mas o controlo de tiragens e sobras não era feito por uma entidade independente. Os dados oficiais eram publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Os critérios foram, contudo, variáveis ao longo dos anos. O controlo das tiragens e a criação da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT) só ocorreu em 1986, mas gerou grande polémica, tendo os jornais do Estado mostrado muita resistência a este mecanismo de aferição.

6.5. O jornalismo português em democracia: linhas editoriais e contextos de desenvolvimento

A construção do sistema mediático português na III República é um processo complexo e que carece ainda de estudos monográficos detalhados, de forma a poderem ser aferidas linhas de evolução. É sabido que a forma como a imprensa e os demais media se estruturam, nas décadas de 80/90 do século XX, resulta de um conjunto de processos de influência que têm a sua origem na ditadura, no período controverso que sucedeu à revolução de 25 de Abril de 1974, mas também de outros elementos estruturantes como a conjuntura política, condicionalismos económicos e os baixos índices de leitura e consumo de jornais.

A edificação do sistema mediático português levaria à sua integração no Modelo Pluralista Polarizado, definido na perspetiva de Hallin e Mancini (2004). O sistema público de gestão da imprensa, mas também o setor privado vocacionado para o combate político de alguma forma foram os elementos estruturantes vividos pela imprensa e demais meios, na década de 80, em Portugal. Os modelos de gestão e a criação de jornais com um propósito político podem ser entendidos como:

(...) a tendency to instrumentalization of media by politic and economic elites and they their use as tools of bargaining and manoeuvring among those elites, frequent state intervention and involvement in the media system, lesser development of journalistic professionalism, lower newspaper circulation and so on. (Hallin & Mancini, 2012, p. 279).

Na perspetiva destes autores, os modelos de média geralmente estruturam-se pela forma como o regime político se articula com o sistema de mediático, sendo determinante no estabelecimento de modelos democráticos de governação.

No caso português, a Revolução de 1974 encerrou um período de quase 50 anos de ditadura. Nas duas décadas seguintes, a evolução dos media foi marcada pela herança histórica da ditadura e também pelo período revolucionário. Entre 1976 e 1988, diversos fatores contribuíram para criar um ambiente contraditório nas relações entre a imprensa e os poderes políticos. Durante esta fase, delinearam-se duas perspetivas sobre o papel do jornalismo e da imprensa, que ficaram patentes na integração no setor privado ou setor público. Este último era dominante e caracterizou-se pela manutenção de uma dependência do poder político, uma vez que a maioria dos meios de comunicação era apoiada pelo Estado, o que levou a formas de controlo político nas redações.

Ainda neste período, mas particularmente com o fim do processo de reprivatização dos jornais, um novo ciclo emergiu, com a criação de empresas e grupos jornalísticos, pelo lançamento de uma imprensa especializada, a afirmação do jornalismo investigativo e pela assunção da função de *watchdog* típico de uma imprensa enquadrada num sistema democrático.

A lei de imprensa de 1975, que prevaleceu por um longo período, colocava o foco na ideia de uma cidadania esclarecida e na contribuição que o jornalismo deveria ter na divulgação de assuntos políticos, numa visão típica dos sistemas mediáticos das democracias ocidentais. Os próprios jornalistas construíram esta imagem de independência política, mais próxima dos jornais americanos do final do século 20, que não apresentavam preferências políticas (Gunther & Mughan, 2000, p. 11).

Apesar das dificuldades em delinear um marco teórico claro para o período em que predominou a imprensa estatizada, parece ter existido uma clara preferência por um tipo de jornalismo muito marcado pela agenda política. Não fora a forma vincadamente institucional de relacionamento dos jornalistas com as fontes de poder, patente nas notícias dos jornais daquele período, poder-se-ia olhar para esta época como o primado do jornalismo de referência (Ribeiro, 2009). Os jornais portugueses, a partir de 1974, concederam grande espaço à agenda política, ao noticiário internacional e também à economia. Sendo estas consideradas as editoriais típicas do “quality journalism” é também verdade que o jornalismo se define não só pelos conteúdos, mas também pelo discurso das notícias, os leitores a quem se dirige e, inevitavelmente, como um modelo de negócio, embora não se esgotando nele (Richardson, 2006).

Esta diversidade de objetivos terá sido a mais difícil de concretizar entre os anos 1976 e seguintes. De uma maneira geral os jornais estatizados praticaram um jornalismo muito marcado pelas fontes políticas e pela própria dinâmica da agenda daquele período, caracterizado por uma grande instabilidade governativa, mas também pela hierarquia das fontes, fossem elas partidárias, militares ou o Presidente da República.

Este modelo deixou de fora os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica, que não encontraram bom acolhimento no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabaram por ser adotadas, como foi o caso do *Correio da Manhã*, lançado por Vítor Direito, em 1979. Com um início marcado por grandes dificuldades, este jornal acabaria por vingar e ter implantação na Grande Lisboa, tendo como público-alvo uma população menos instruída e com menor interesse nos debates políticos típicos da agenda dos títulos nacionais.

Definir esta publicação ou outras num perfil editorial sensacionalista carece ainda de estudos de conteúdo detalhado, contudo terá sido o próprio fundador do jornal, que cansado das polémicas partidárias se propôs o lançamento de um tabloide à maneira britânica, quer no design quer nos conteúdos” (*Correio da Manhã*: o jornal que nasceu para responder às preocupações do “homem da rua”, *Público*, 19 março de 2004). O *Tal & Qual*, lançado em 1980, estaria numa linha editorial mais sensacionalista, como se verá adiante. Quanto ao *Jornal de Notícias*, embora não optando por uma tabloidização clara, também acabaria por regressar ao seu estilo de jornalismo de orientação mais popular. As décadas de 80 e 90 do século XX trouxeram transformações no campo da imprensa e dos media. Assim, a história do jornalismo é também a história dos media, onde se cruzam fatores internos e externos de influência. Há linhas de desenvolvimento transversais ao panorama mediático ocidental, mas também e há características específicas de cada país. A imprensa portuguesa integra-se em alguns aspetos, nos ciclos globais de desenvolvimento, mas tem elementos específicos que se prendem com as particularidades históricas e com debilidades enraizadas.

Embora com cronologias diferentes, segundo os países, as empresas jornalísticas sofreram processos de reconfiguração para garantir a sobrevivência, face a momentos de crise acentuada. Crise transversal, mas com cronologias diferentes, levou ao corte nos custos, ao desaparecimento de títulos, à fusão de empresas, à inserção em grupos de média e à globalização. Deste processo resultaram também linhas de convergência. Tal é o caso da perspectiva do desenvolvimento vista à luz da economia política dos media:

One area which is worth considering in relation to journalism’s historical context is that of the political economy of the media and the ways in which journalism has fitted within it. Considerations of the political economy of journalism support the view that journalism history needs to be better integrated not only into the mainstream of media historiography but into the historiography of related areas.” (Hampton & Conboy, 2014)

Outra das linhas de identificação comum é o modelo de jornalismo praticado:

This is the idea that news media worldwide are converging toward a single global model of journalism. The assumption is usually that that world media are converging toward a liberal system more

or less like the system that prevails in the United States, dominated by commercial media and by a professional culture oriented toward information consumers, factual reporting, political independence and the objectivity norm.” (Hallin, 2009).

Para Marcel Broersma esse fenómeno traduziu-se numa ideia de americanização dos formatos jornalísticos:

In spite of this initial opposition, the influence of US journalism and American culture in general rose during the course of the twentieth century (...). It is useful to distinguish between «Americanization» as process and as a discourse. At both levels, «Americanization» offered journalism a framework to cope with modernity and the upcoming democratic society. It (...) offered valuable strategies to make journalism more attractive and accessible for mass audience while providing it with autonomy and authority. (Broersma, 2020).

Estes diferentes elementos também tiveram a sua influência na forma como evolui o jornalismo em Portugal. Esta perspetiva de modernidade esteve sobretudo presente em novos projetos jornalísticos. São em seguida apresentados três projetos editoriais muito distintos, justamente porque correspondem a variedade de opções para diferentes públicos. A imprensa portuguesa adotou processos de readaptação e criaram-se novos projetos, que ofereceram uma maior diversidade temática e um jornalismo mais de encontro ao gosto de audiências mais amplas. Os jornais procuraram outras formas de sustentabilidade como o corte de custos e a informatização das redações. Por outro lado, a contratação de jornalistas com formação superior, novas temáticas e *layouts* diferentes são alguns dos aspetos inovadores e de abandono do propósito editorial socialista (Lima, 2012).

Partindo destes elementos enquadramentos, procuramos entender como se construíram os elementos de identidade editorial de alguns jornais e a forma como se articularam com os seus leitores, através de uma análise de conteúdo, que tem como pano de fundo a prevalência do jornalismo de referência, mas onde também se afirmam projetos de intenção sensacionalista.

O Expresso, *Semanário* e *Tal & Qual* foram os jornais estudados nos anos de 1983/1984, numa fase da imprensa portuguesa em que o setor dos Estado era dominante, e as temáticas da política eram também o eixo da maioria das agendas noticiosas. No campo da imprensa privada de âmbito nacional, destacamos estes três periódicos, sendo que dois deles foram lançados nesta década, embora o *Expresso* tenha nascido no final da ditadura.

Para esta abordagem são consideradas duas perspetivas: o jornalismo de referência e a emergência do formato tabloide. O jornalismo de referência privilegia o tratamento das temáticas da política, internacional e economia. A linguagem é cuidada e os temas são abordados numa perspetiva aprofundada. (Franklin *et al.*, 2005; Preston, 2004). As definições do sensacionalismo radicam nos jornais anglo-saxónicos do século XIX, mas com a evolução

da imprensa, alguns elementos-chave permitem uma melhor identificação do formato, anteriormente enunciadas e a que poderíamos ainda acrescentar o enquadramento de escândalo (Thompson, 2000). Alguns destes elementos acabariam por ser uma das linhas de desenvolvimento editorial do *Tal & Qual*, um dos jornais selecionados. O *Expresso* corresponde à sua matriz editorial de fundação, enquanto que o *Semanário*, apesar de se inserir nas temáticas dos “quality papers”, integra alguns elementos de “soft news”.

No campo do setor privado da imprensa, o estudo destes três títulos para o período de 1983/1984, justifica-se porque representam as linhas editoriais anteriormente definidas, mas também porque foram projetos de maior folego e de aceitação por parte do público português. Não se trata de fazer a sua história destes títulos, porque esse seria um projeto mais sistemático e desenvolvido, mas sim de pontuar algumas das suas características editoriais e as notícias publicadas. Contudo, os anos e títulos escolhidos espelham de alguma forma uma época de transição, com elementos claros de inovação.

O jornal *Expresso* foi lançado em 1973, por iniciativa de Francisco Pinto Balsemão, que procurou criar um semanário segundo os modelos escolhidos: *The Observer* e *Sunday Times*.

Tive como modelo projetos profissionais, como o *Sunday Times* e o *The Observer*. Consegui, aliás, que um pequeno grupo de pessoas, que ia trabalhar no *Expresso*, fizesse um estágio em ambos os jornais.” (Pinto Balsemão em entrevista ao *Expresso*, 28 setembro de 2020)

Ainda no tempo da ditadura e da censura, o seu slogan era “*Expresso*, o jornal dos que sabem ler”. De formato “broadsheet”, este semanário teve, desde os primeiros números, uma vocação para as temáticas da política, em que a ideia da perspetiva crítica face ao poder levou punições pelo regime censório ainda durante a ditadura, sendo visto como “irreverente” (Cavaco, 2012, p. 105). Após o 25 de Abril, o jornal teria também inúmeras fricções com os militares no período revolucionário, que foi marcado por dificuldades económicas. Já no período da democracia constitucional, a perspetiva de entender o jornalismo como “whatchdog” do sistema político manteve-se e foi continuada pelas diferentes chefias do semanário.

“A partir de 1976, normalizada a situação política, o jornal começa finalmente a poder assumir o papel de contrapoder — no sentido de assumir e respeitar a legitimidade de um poder finalmente democrático e sufragado em eleições livres. A concorrência é vasta e quer o *Tempo* quer *O Jornal* chegam a ultrapassar o *Expresso*. A competição, porém, nunca assustou Balsemão. “A concorrência foi-nos sempre útil: de cada vez que um novo concorrente aparecia, o produto melhorava, o *Expresso* aumentava as vendas, o mercado publicitário alargava”. Uma verdade que se há de confirmar mais tarde com o *Semanário*, *O Independente* e o *Sol*.” (José Pedro Castanheira, *Revista Expresso*, 5 janeiro de 2013)

Nos anos aqui em estudo, 1983 corresponde a alguma indefinição, em razão da ida de Pinto Balsemão para a chefia do VIII Governo Constitucional (1981/ 1983). Foi um período

complexo, marcado pelo desentendimento entre Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa, resultando na saída deste do jornal e alterações nas chefias. Augusto de Carvalho assumiu o cargo de diretor interino do *Expresso* e tinha como subdiretor José António Saraiva. No ano seguinte, este seria já o novo diretor, sendo o redator principal Augusto de Carvalho. A década de 80 foi uma fase de crescimento e renovação da redação, com a entrada de vários jornalistas de referência e com o aumento de número de páginas do jornal e dos cadernos. A *Revista* ficaria a cargo de Vicente Jorge Silva.

Em termos de formato o *Expresso* tinha 24 páginas no caderno principal, e dois suplementos, de paginação variável, mas, em regra, podia ir às 70 páginas. O jornal tinha uma publicidade abundante em todos os cadernos. A agenda noticiosa era sobretudo constituída pelas editoriais nobres como Política, Economia, Internacional. As páginas dedicadas à Cultura cobriam, em regra muitos géneros típicos das elites, como música clássica, literatura, belas artes, embora não excluindo outras temáticas.

O *Expresso* publicava muitas notícias e géneros jornalísticos variados, as temáticas eram muito diversificadas, mas a Política era a editoria dominante. Nos primeiros meses de 1983, o jornal dedicava as manchetes e as notícias principais ao governo de aliança e à crise governativa. Tratava-se do IX Governo, chefiado por Mário Soares e constituído por uma coligação pós-eleitoral entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, que se manteve até 1985. O segundo ano de análise do *Expresso* revela uma agenda também marcada pela crise governativa, mas agora conferindo grande ênfase ao papel desempenhado pelo Presidente da República, Remalho Eanes. Na coluna “Política à portuguesa”, José António Saraiva assinava o texto “CNARP: finalmente o partido” (*Expresso*, 26 maio de 1984), explicando as movimentações em torno das hostes eanistas. Vicente Jorge Silva, Maria João Avilez assinaram “Eanismo, o minuto zero”, para a edição da *Revista* (*Expresso*, 26 maio de 1984). O tom dos artigos é crítico e toca os diferentes setores partidários. O jornalismo praticado é, em termos discursivos, de avaliação da situação política, com críticas ao PSD, PS e a todo o espectro político nacional ou local.

Neste biénio, o *Expresso* publicou também jornalismo de investigação, como um caso relativo a “luvas” na compra de aviões Lockheed, (*Expresso*, 3 março de 1983). Publicou também sobre o resvalar de contas na construção de habitação social, em maio do mesmo ano, peça assinada por Joaquim Vieira (*Expresso*, 21 maio de 1983). No ano seguinte, durante o verão, saem também uma série de notícias em vários números relativas às FP-25, sendo a primeira sobre a preparação de novos atentados (*Expresso*, 30 junho de 1984).

A *Revista* foi um dos elementos mais claros do tratamento do jornalismo em profundidade. O jornal agendava um tema e desenvolvia uma perspetiva informativa exaustiva e complementar. A título de exemplo, em maio de 1983 o jornal abordou a correlação entre a implantação partidária e o figurino social português, com recursos a diferentes géneros, imagem e infografias: “Domínio socioeconómico e estrutura partidária” (*Revista Expresso*, 7 maio de 1983). Os temas da *Revista* eram muito variados, podendo incluir notícias de sociedade,

saúde, as rádios, mas a política era também tratada neste caderno, quando se pretendia uma cobertura mais aprofundada como é o caso do especial “PSD: trajeto de uma década” (*Revista Expresso*, 5 de maio de 1984).

O jornal *Semanário* foi lançado em 1 de novembro de 1983 e contou com jornalistas e por várias figuras marcantes da sociedade portuguesa, da época. No projeto inicial participaram nomes como Marcelo Rebelo de Sousa, saído do *Expresso*, Proença de Carvalho, José Miguel Júdice, João Lencastre, Fernando Ulrich, entre outros. Tinha como diretor Vítor Cunha Rego e o chefe de redação era José Mendonça da Cruz. A linha editorial deste semanário, para o período em análise, tinha pontos coincidentes com o *Expresso*, uma vez que a agenda noticiosa era sobretudo o noticiário político. Tinha também uma abordagem concorrencial e polémica com este jornal.

As edições iniciais tinham menos páginas e eram de número variável, mas chegaria, em 1984, às 64. Acabaria por criar também um caderno, *Dossier*, onde se tratavam temas mais profundamente, mas que ficava aquém do *Expresso*. A publicidade inicial era escassa, foi aumentando, mas nunca teve o mesmo volume que o seu rival.

O número de lançamento faz uma manchete com as chefias militares, assinado por Miguel Júdice, e a capa refere artigos de vários colunistas ilustres. No editorial vinha estipulado o propósito do *Semanário*, que seriam as notícias de política, sociedade, economia e internacional, mas também a moralização das instituições (“Estatuto editorial”, *Semanário*, 1 de novembro de 1983). No editorial assinado por Vítor Cunha Rêgo, o diretor prometia não fazer um jornalismo de subserviência: “Fora do sistema, fora da gestão do ‘poder’, da prática que se instalou, mas que vai chegando ao fim, irá marcar uma vontade.” (“O que nos Interessa”, *Semanário* 1 novembro de 1983)

Uma grande parte do jornal era ocupada por colunas de opinião, assinadas por figuras políticas ou jornalistas, que tocavam as diferentes notícias da agenda política. As perspetivas sobre economia eram também muito frequentes, sobretudo em temas de macroeconomia e a relação com a crise. Outros colunistas faziam abordagens mais abrangentes de temas de sociedade ou local, como Paulo Valada e Agustina Bessa-Luís. Marcelo Rebelo de Sousa assinava a coluna da penúltima página.

Os títulos das notícias, tal como no *Expresso*, eram muito avaliativos, mas podem ser vistos como mais adjectivantes, no sentido negativo: “A carta de Belém: um monstrosinho jurídico” (*Semanário*, 17 dezembro 1983), “RTP, o assalto em marcha” (*Semanário*, 14 janeiro de 1984) ou “Soares quer sair mas o PSD não vai nisso” (*Semanário*, 30 novembro de 1984), são alguns exemplos de processos de enquadramento interpretativo.

Embora a política fosse o principal tema de agenda, o *Semanário* também incluía “soft-news”. Havia, semanalmente, uma página dedicada a eventos da sociedade lisboeta, como festas e estilos de moda. Um artigo sobre a boa forma de Jane Fonda é chamado à capa (*Semanário*, 31 março de 1984), e as rubricas sobre mulheres eram normalmente dedicadas a temas de beleza e boa forma.

O semanário *Tal & Qual* foi fundado em 1980, por Joaquim Letria, e o título resulta de um programa com esse nome, que o jornalista tinha na RTP, mas que foi forçado a abandonar. A história do lançamento deste semanário foi dada a conhecer recentemente e o projeto nasceu de uma iniciativa conjunta de Joaquim Letria, Rocha Vieira, Ernâni Santos e Ramon Font (Rosa, Fafe, 2020). O primeiro diretor foi Joaquim Letria, sendo substituído, em 1984, por Rocha Vieira. Aquando do lançamento tinha 14 páginas. A publicidade inicial era escassa, mas acabaria por aumentar.

Desde o primeiro número que o jornal procurou ser uma “pedrada no charco” no meio jornalístico português e o recurso ao sensacionalismo foi assumido como uma forma diferente de fazer notícias: “O *Tal & Qual* publicará as histórias que não saem nos outros jornais”, segundo Rocha Vieira (Rosa & Fafe, 2020, p. 20). A visão crítica deste fundador em relação aos outros jornais está de acordo com a avaliação feita por Joaquim Letria, no mesmo livro: “Os jornais na altura não davam notícias’. Eram sinfonias de uma só pauta, repetição do mesmo eco, diligentemente vigiadas, por jornalistas convertidos em comissários.” (Rosa & Fafe, 2020, p. 19).

O jornal assumiu-se como tabloide sensacionalista, sendo as capas deste período constituídas por inúmeras manchetes de escândalo. No plano das editoriais o semanário apresentava grande variedade, mas notícias de sociedade tinham a primazia. A política também esteve muito presente, mas os títulos propunham interpretações de escândalo ou temas polémicos.

As peças de jornalismo de investigação não eram normalmente assinadas, o que era comum neste período. Tal como nos outros dois semanários, a notícia de investigação fazia-se com fontes omissas ou mencionadas de uma forma vaga. Segundo é também relatado no livro, eram usados pseudónimos nas peças mais polémicas ou a assinatura “Repórter Tal & Qual”.

Um dos enquadramentos claros de escândalo foi o recurso a temáticas de cariz sexual e nestas, as fotografias eram abundantes e explícitas. O reforço da linha sensacionalista é evidente neste período com duas capas relativas a figuras públicas. Disso são exemplos as fotos da apresentadora Maria Elisa, tiradas de um filme numa praia (*Tal & Qual*, 2 junho de 1983), e de Ana Zanatti, que teria feito um filme de cariz pornográfico (*Tal & Qual*, 8 e 21 janeiro de 1983). Mas estas temáticas foram recorrentes na vida do jornal e a imagem de nus ou de cariz sexual abrange tantos nomes conhecidos da sociedade portuguesa, como de ilustres desconhecidas.

A escolha do *Tal & Qual*, neste período específico de tempo, prende-se, particularmente, com o “Caso D. Branca”. Este representa um exemplo notável de jornalismo de investigação que abalou os alicerces do regime democrático. Em março de 1983, o jornal faz manchete com “D. Branca — uma banqueira às suas ordens” (*Tal & Qual*, 5 março de 1984). A primeira leitura da notícia deixa algumas dúvidas quanto à forma como a informação chega ao jornalista, uma vez que não há fontes citadas. Contudo, a boa prática jornalística fica evidenciada porque se entende que o repórter procurou cruzar a informação. No livro sobre o jornal, é explicado como o caso chega à redação, e como o jornalista Hernâni Santos entrevista a senhora

e a onda de reações que se sucederam (“Só quero ajudar os pobres”, *Tal & Qual*, 12 abril de 1984). A primeira grande notícia seria o início de muitas manchetes. As implicações do caso e o envolvimento de diversas personalidades acabariam por resultar no processo judicial e condenação da “banqueira do povo”. As consequências foram também políticas, obrigando à intervenção do ministro da Finanças, Ernâni Lopes (“Ernâni faz xequê a D. Branca” (*Semanário*, 29 de junho de 1984). Ainda que os outros dois semanários tenham feito a cobertura deste escândalo financeiro, a verdade é que o *Tal & Qual* “fez” notícia e os outros jornais seguiram este tema de agenda. É também certo que o caso foi tratado até à exaustão, como também é típico do jornalismo sensacionalista e dos enquadramentos de escândalo.

A modernização da imprensa, segundo as linhas anteriormente expostas, trouxe a diversificação da agenda noticiosa, mas também alguma perda de qualidade de informação e a ascensão do jornalismo tabloide. Os jornais escolhidos para o período seguinte, que abriria a época dos media em Portugal, espelham alguns elementos da diversidade na imprensa generalista portuguesa. O estudo incide sobre os diários *Correio da Manhã*, anos 1979/ 1990, de forma a aferir a evolução, o *Público* anos 1990/1991 para identificar a sua matriz fundacional, e o semanário *Independente*, no ano de 1988, correspondendo também ao ano de início de publicação.

O *Correio da Manhã* foi lançado a 19 de março de 1979, tendo como diretor Vítor Direito. A propriedade era da Presslivre, Imprensa Livre, SARL. De acordo com Matos Lemos (2006), o jornal pertencia a uma cooperativa de jornalistas.

No número de lançamento, o jornal publicou o seu propósito editorial através do “Bilhete Postal de apresentação”, onde se definia como um diário privado, independente e democrático. Era privado por oposição à imprensa do Estado. Afirmava a independência face a posicionamentos partidários e definia-se como democrático no sentido de ser contra radicalismos (*Correio da Manhã*, 19 de março de 1979).

No primeiro ano de publicação, em 1979, apesar de o *CM* ser, frequentemente, definido como um projeto tabloide, a política é uma constante. Outro fator que contradiz essa caracterização é o facto de esta editoria ser normalmente chamada à capa, embora nem sempre à manchete. Podemos constatar, também, que os enquadramentos discursivos não eram obrigatoriamente sensacionalistas. Ainda assim, o jornal publicou títulos como “Lisboa corre para o prego” ou “Moça simples era espia” (*Correio da Manhã*, 19 março de 1979); “Os medicamentos estão pela hora da morte” (*Correio da Manhã*, 25 março de 1979); “Pintassilgo hablo muito mas disse pouco” (*Correio da Manhã*, 6 de agosto de 1979). Durante o primeiro ano de publicação, este diário apresentou uma miscelânea de notícias, mal-arrumadas, mas em que a organização editorial era confusa e os temas não obedeciam exatamente a secções. As editorias dominantes eram política, internacional, sociedade e crime. Graficamente o jornal era pobre e pouco apelativo e apesar de se publicarem algumas fotos de mulheres insinuantes, não havia chamada à capa, como é vulgar atualmente.

Em 1990, a linha editorial do *Correio da Manhã* é similar, mas os elementos de

tabloidização são mais frequentes nas capas e nas notícias. Ainda assim, os temas de política continuam a merecer destaque na primeira página e com muito tratamento da agenda. O *CM* produziu bastante noticiário internacional, num ano muito marcado pelo fim do Bloco de Leste. Contudo, as notícias procuravam mais o ângulo humano, do que as questões de geopolítica. Neste ano, alguns enquadramentos discursivos eram já vulgares e de mau gosto. Os enquadramentos de escândalo tornaram-se mais evidentes e as capas produziam grandes títulos, mas pouco desenvolvimento da notícia.

O pendor sensacionalista fazia-se notar nos elementos discursivos das manchetes como “Anarquia assusta hoteleiros” (*Correio da Manhã*, 6 fevereiro de 1990); “Descoberto petróleo em Torres” (*Correio da Manhã*, 4 março de 1990); “Quinhentos homicídios este ano” (*Correio da Manhã*, 6 dezembro de 1990).

Em várias notícias em que o tema é a morte produziam abordagens mórbidas como “Elena Ceausescu: a megera da Roménia” (*Correio da Manhã*, 2 fevereiro de 1990) ou “Fenómenos insólitos investigados por jornalista francês” (*Correio da Manhã*, 14 dezembro de 1990). Os enquadramentos de escândalo estavam também presentes, particularmente em notícias sobre figuras públicas, como “Filho do Marques da Graciosa matou a mulher e suicidou-se” (*Correio da Manhã*, 15 dezembro de 1990); ou “Embargadas as obras na casa de Soares” (*Correio da Manhã*, 1 de dezembro de 1990).

Globalmente, apresentou uma clara evolução face ao seu ano de lançamento. As melhorias traduziram-se num maior agendamento de desporto, onde se podem destacar os cadernos. Houve ainda mais noticiário local. O jornal apresentava uma cobertura mais alargada em termos geográficos, e maior diversidade temática, o que terá contribuído para o aumento do seu público. Registaram-se também melhorias gráficas evidentes, face aos números iniciais. O *CM* inclui, em 1990, mais fotografias de mulheres, também com nus, mas ainda sem chamadas à capa. Não era um tabloide puro, mas tem traços editoriais que evidenciavam essa tendência.

O jornal *O Independente* saiu nas bancas a 20 de maio de 1988. Era um semanário, propriedade da SOCI — Sociedade Independente de Comunicação. Teve como diretor inicial Miguel Esteves Cardoso, coadjuvado por Paulo Portas. Foi um projeto diferente e que gerou múltiplas polémicas. “Um jornal que marcou uma geração, agitou o país e coloriu o jornalismo cinzento que se fazia por cá. Um jornal que desarrumou certezas, desempoeirou formatos, libertou palavras, espicaçou ideias, provocou debates. Um jornal que desassossegou a política, fez tiro ao alvo a ministros e partiu dentes ao poder. Um jornal que foi amado e odiado.” (Costa, Valente, 2015).

Logo no número 0, *O Independente* debate a necessidade de haver jornais, mas assinala as dificuldades do setor. Não publicou um manifesto editorial, mas num artigo assinado por Miguel Esteves Cardoso, “A nossa história”, há a explicação de como surgiu a ideia entre ele e Paulo Portas e que conclui com: “O Independente ainda não tem história. Esperamos que venha a tê-la.” (*O Independente*, 20 maio de 1988).

Este semanário era composto por quarto cadernos e podia chegar às 130 páginas. Tinha uma imagem gráfica diferente, ousada quer na maquetagem, quer nas imagens. Apresentava muita diversidade temática, com enquadramentos discursivos inovadores, muitas vezes provocadores ou chocantes. Globalmente, era dirigido a um público jovem, urbano, cosmopolita.

Durante o ano de 1988, as manchetes foram maioritariamente sobre política. Em regra, o título era em tipo grande e a imagem ocupava quase toda página, sendo o texto escasso. Enquadramentos discursivos diferentes das manchetes, mas também de outros títulos produziam uma remissão interpretativa através de metáforas, imagens, exageros, humor, etc.. Alguns exemplos destes enquadramentos publicados na primeira página: em “Há guerrilhas no Cavaquistão”, o recurso é a uma linguagem metafórica depreciativa (*O Independente*, 3 de junho de 1988); “As Ma\$\$as do PC” [sic] remete para um enquadramento de humor e jogo de palavras (*O Independente*, 2 dezembro de 1988). Na manchete “Afundou” [Constâncio e a demissão de secretário geral do PS], há uma construção de imagem profundamente negativa (*O Independente*, 28 de outubro de 1988). O humor está presente em variados títulos como “A vingança do chinês”, relativa à saída do ministro Roberto Carneiro do governo, numa clara alusão à sua fisionomia (*O Independente*, 18 novembro de 1988). “As notícias no diário das ditas”, onde mais uma vez recorre a um jogo de palavras para identificar o DN (*O Independente*, 16 dezembro de 1988). Em “PSD: sopa no Eurico”, o jornal usa mais uma vez o humor para identificar uma ação negativa (*O Independente*, 14 outubro de 1988). Os exemplos de enquadramentos discursivos foram constantes e atingiram os diferentes atores políticos, mas houve uma maior preponderância nas temáticas relativas ao governo de Cavaco Silva.

Do ponto de vista temático, o jornal apresentou temas de cultura tratados com grande qualidade, mas eram diferentes do habitual, por vezes alternativos, com uma evidente opção pelos gostos musicais de Miguel Esteves Cardoso. A literatura e outras artes também estavam presentes e reforçam a ideia de gostos claramente preferidos por um público jovem e urbano.

O jornal *Público* é outro exemplo desta nova geração de jornais surgida num período de grande dinamismo da imprensa portuguesa e dos media. Lançado em 5 de março, 1990, a sua propriedade pertencia a Público, Comunicação Social S.A., uma empresa detida pelo Grupo Sonae.

O projeto deste diário terá partido de Vicente Jorge Silva, que inicialmente o apresentou a Pinto Balsemão, que não acolheu a ideia:

O mesmo não sucede com Belmiro de Azevedo, o “patrão” da Sonae, que transforma o sonho de Vicente no matutino *Público*, lançado em 1990. Vicente e Wemans levam consigo quase uma vineta de jornalistas, entre os quais José Manuel Fernandes, Nuno Pacheco, Teresa de Sousa e José Vítor Malheiros, além de outros trabalhadores. (*Revista do Expresso*, 5 janeiro de 2013)

Com Vicente Jorge Silva, como diretor, e Jorge Wemans como diretor-adjunto, o *Público* ensaia o novo projeto com números 0, ainda em 1989, em que as edições são primorosas. O aspeto gráfico era de uma qualidade extrema, sendo as fotografias um elemento estético muito demarcado dos demais jornais. Já nesta altura, o diário publica infografias de grande qualidade. Estas edições o incluíam cadernos especiais, mas também notícias, de tratamento aprofundado. Foram uma experiência gráfica e de conteúdos de grande qualidade.

No número de lançamento foi publicado o “Estatuto Editorial”, que ainda se mantém, bem como o editorial “Nasceu um Jornal”, onde se podia ler: “um projeto que se propõe alargar horizontes e introduzir um novo ritmo na imprensa portuguesa.” (*Público*, 5 março de 1990, p. 17). Também neste número, o artigo “Público: o diário mais lido pelos quadros médios e superiores”, duas infografias retratam o perfil dos leitores, bem como as tiragens dos diferentes diários nacionais (*Público*, 5 março de 1990, p. 18).

E o *Público* é claramente um jornal de referência, pela preponderância das editoriais de Internacional e Política, bem na forma cuidada como são tratados os temas das demais editoriais, pela qualidade dos seus textos e imagem gráfica.

No editorial “Os últimos resistentes”, Vicente Jorge Silva abordou o tema que foi primordial e transversal a todo aquele ano, o fim do Bloco de Leste (*Público*, 5 março de 1990). Embora o noticiário de internacional não tenha sido exclusivo com os temas da Perestroika e as suas consequências, muitas das manchetes deste período abordaram esta questão. A unificação alemã foi tratada aprofundadamente e artigos sobre os diferentes países que saíram da órbita da URSS foram abordados ao longo do ano, sendo muitas vezes acompanhados por infografias, mapas e fotografias num esforço de composição notável. Já no final do ano, as manchetes do *Público* anunciavam o conflito eminente no Golfo. Durante o mês de janeiro de 1991, o jornal fez tratamento exaustivo da guerra, em que as manchetes refletiam o valor noticiado a este tema. O jornal investiu de múltiplas formas na cobertura da Guerra do Golfo, com enviados especiais, correspondentes estrangeiros, uma minuciosa reportagem fotográfica e inúmeras infografias explicativas dos movimentos de tropas e do armamento utilizado.

O jornalismo de referência era óbvio nas editoriais de Política, Internacional ou Economia. Por exemplo, em plena Guerra do Golfo, o *Público* fez a cobertura da campanha eleitoral de uma forma minuciosa e, mais uma vez, recorrendo a infografias para espelhar os resultados. Um caderno sobre regimes presidenciais, apresenta um dos artigos de fundo mais curioso sobre este tema é “As miragens gaulistas na democracia portuguesa” (*Público*, 11 janeiro de 1991).

A inovação deste jornal está também patente na forma como trata os temas de Ciência, Cultura e Educação, nomeadamente as questões do ensino superior. Sociedade, Local e Desporto complementam a diversidade informativa do jornal. Artigos do tipo “watch-dogging journalism” estão igualmente presentes em temas como “Mondego, o desastre

secreto”, a manchete de 13 de maio de 1990, ou “O escândalo secreto do petróleo angolano”, que foi a manchete de 16 de julho de 1990, sendo um tema tratado aprofundadamente, em que se expunham as ligações entre a Petrogal e a Sonangol.

Conclusões

A Revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe grandes transformações ao jornalismo português. O programa do Movimento das Forças Armadas previa o fim da censura prévia, que se extinguiu após o golpe militar. Com a liberdade de expressão, os jornais e media noticiosos puderam assumir o seu papel de informação e de função social no sentido da construção da cidadania.

Na sequência do golpe que derrubou a ditadura, os jornais deram notícia dos acontecimentos que se iam desenrolando no país. Um estudo das primeiras páginas dos *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *Comércio do Porto* revela algumas características editoriais dominantes. Um fator de diferenciação entre os jornais é o número de notícias. Neste campo, o que apresenta uma maior alteração em relação ao período anterior é o *Diário de Lisboa*, com uma média bastante inferior. Quer o *Diário de Notícias* quer o *Comércio do Porto* mantêm valores idênticos, tendência que se vai manter durante o resto do período revolucionário. Quanto às editoriais, a Política ocupa lugar destacado nos três diários, sem surpresas. O *Comércio* foi o diário que apresentou maior diversidade temática, na edição de 25 de Abril, que foi ainda vista pelos censores. Na cobertura fotográfica, o *DN* é quem mostra menor diversidade. A grande alteração do protagonismo da imagem dá-se com o 1º de Maio, com as grandes fotografias do povo nos comícios. O *Comércio* também constitui exceção neste campo, uma vez que no dia 26, quando noticia o golpe militar, inclui sete fotografias na primeira página. Quanto à análise de discurso para estes dias iniciais da revolução, pauta-se por uma linguagem sóbria e cautelosa, e a relação permanente com os comunicados oficiais.

Após o golpe militar e as celebrações iniciais, o país viveu momentos conturbados nos planos político, económico e social. A factualidade noticiosa multiplicou-se e as primeiras páginas dos jornais refletiram essa transformação. A imprensa foi chamada a dar cobertura a valores notícia essenciais ao jornalismo, mas foi igualmente arrastada na escalada da luta política que se seguiu. O primeiro momento dessa transformação política deu-se com o afastamento de chefias coniventes com a ditadura. Contudo, a politização das redações acabaria por se implementar em consequência de um conjunto de fatores. De entre eles destacam-se a própria essência do processo político e reivindicativo, mas também a forma como os militares conceberam o papel da comunicação social. A nova Lei de Imprensa, que deveria ser o documento enquadrador da liberdade jornalística, foi posta em causa e contestada pelos profissionais. Este quadro global gerou configurações

muito específicas nas primeiras páginas dos jornais. O período entre o 25 de abril de 1974 e todo o ano seguinte foi marcado pela radicalização da luta política e pela instabilidade social, enfatizadas pelo PREC.

Em termos de noticiabilidade, as primeiras eleições livres de 1975 funcionaram como valor-jornalístico de primeira grandeza e a imprensa teve a oportunidade, pela primeira vez, organizar a cobertura das eleições segundo um modelo noticioso democrático, mas também de atuar como principal fonte de informação para a cidadania do povo português.

Apesar disso, foram condicionadas por uma conjuntura muito particular. Foi assinado um pacto entre a maioria dos partidos políticos e o MFA, assegurando o seu poder na sociedade portuguesa, o que limitou o impacto das eleições, quanto ao modelo governativo. Ainda assim, a nova Assembleia votaria a Constituição de 1976, dando início ao período da democracia representativa.

A análise comparativa entre os jornais *Diário de Notícias*, *Jornal Novo*, *O Século* e *Expresso* permite determinar que há diferença nos formatos jornalísticos e na hierarquia das notícias, como era expectável. Houve categorias com comportamento semelhante e outras com resultados muito diferentes. O *DN* e *O Século* apresentam, naturalmente, uma cobertura mais extensa, sendo este último o que produz mais formatos noticiosos. A ideia de valor-notícia e hierarquia fica confirmada nos dois diários, pelo elevado número de notícias, mas em ambos os jornais, as chamadas à capa tiveram a forte concorrência do tema Pacto MFA — Partidos e as nacionalizações. No entanto, a relevância não foi confirmada pelos efeitos de composição, considerando o baixo número de artigos de fundo, entrevista e reportagem. O *Jornal Novo* apresentou um número menor de notícias, até porque a sua publicação começa a 17 de abril e era um jornal de formato pequeno, com uma estrutura muito menos poderosa. Contudo, fez um grande esforço informativo. Os artigos tinham uma dimensão bastante maior e a estratégia explicativa era mais óbvia.

O semanário *Expresso*, ao ter periodicidade muito diferente, apresentou um menor número de notícias, mas o tema foi sempre chamada de capa e tratado de uma forma muito aprofundada. Apesar do tom crítico dos seus artigos, houve grande diversidade de géneros jornalísticos e os efeitos de composição foram evidentes. O *Expresso* publicou entrevistas com os principais atores do momento e não excluiu as posições mais radicais anti-eleição.

Nas duas décadas seguintes, a evolução da imprensa foi marcada pela herança histórica da ditadura, e também pelo período revolucionário. Entre 1976 e 1988, diversos fatores contribuíram para criar um ambiente contraditório nas relações entre a imprensa e os poderes políticos. Na sequência do 11 de Março, os principais grupos financeiros foram nacionalizados, onde se incluíram as empresas de media, que ficaram a pertencer ao Estado.

Durante esta fase, delinear-se duas perspetivas sobre o papel do jornalismo e da imprensa, que ficaram patentes na integração no setor privado ou setor público. Este último era dominante e caracterizou-se pela manutenção de uma dependência do poder político, uma

vez que a maioria dos meios de comunicação era apoiada pelo Estado, o que levou a formas de controlo político nas redações.

Ainda neste período, mas particularmente com o finalizar do processo de reprivatização dos jornais, um novo ciclo emergiu, com a criação de empresas e grupos jornalísticos, pelo lançamento de uma imprensa especializada, a afirmação do jornalismo investigativo e pela assunção da função de “watchdog”, típico de uma imprensa enquadrada num sistema democrático.

Considerando a dificuldade em delinear um marco teórico claro para o período em que predominou a imprensa estatizada, parece ter existido uma clara preferência por um tipo de jornalismo muito marcado pela agenda política. Este modelo deixou de fora os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica, que não encontraram bom acolhimento no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabariam por ser adotadas por alguma imprensa portuguesa.

Partindo das conceções de jornalismo de referência e sensacionalismo e procuramos identificar estes enquadramentos definidores no *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual*, para os anos 1983/1984, através do estudo de conteúdos.

O *Expresso*, pela organização editorial, pela preponderância dos temas de política, mas também pelo tratamento aprofundado de notícias mais complexas, entre outros múltiplos elementos, encaixa no modelo de jornalismo de referência, de acordo com a sua matriz fundacional.

O *Semanário* tem o mesmo propósito em termos de tratamento temático, mas o enquadramento dos títulos é muito mais valorativo. A abordagem crítica é também evidente pelo grande espaço dado ao comentário e opinião, em detrimento da notícia. Por outro lado, este jornal faz um apelo a um tipo de diferente de leitores através de uma inclusão continuada de “soft-news”. No plano das editoriais é semelhante ao jornal anterior, mas tem um tom mais ligeiro quer na forma de escrita, quer na variedade das notícias mais populares.

O *Tal & Qual* tem um propósito declarado de sensacionalismo. Cumpre o modelo definido no campo teórico enunciado e tem um enfoque forte em notícias de escândalo e de apelo sexual. A imagem é usada abundantemente e com o intuito de chocar. Os títulos são provocativos e os temas de sociedade preponderantes. Contudo, faz jornalismo de investigação e traz à luz uma das melhores histórias jornalísticas daquele período, embora sempre tratada de forma irreverente.

Os anos 90 do século XX em Portugal ficaram conhecidos como a década da imprensa. Houve uma inclusão de novos elementos de modernidade, sobretudo nos novos projetos jornalísticos, alguns dos quais se iniciaram mais cedo. A imprensa portuguesa adotou processos de readaptação e criaram-se novas linhas editoriais, que ofereceram uma maior diversidade temática e um jornalismo mais de encontro ao gosto de outros públicos. Os jornais procuraram outras formas de sustentabilidade como o corte de custos e a informatização das redações. Equipas de jornalistas novas e mais jovens, um maior dinamismo, *layouts* mais arrojados

representam alguns dos aspetos inovadores. A perspetiva evolutiva dos jornais portugueses para este período é-nos dada pela análise editorial de três jornais muito diferentes: *O Correio da Manhã*, *O Independente* e o *Público*.

Em 1979, apesar de o *CM* ser frequentemente definido como um projeto tabloide, a Política é uma constante no primeiro ano de publicação. Esta editoria era frequentemente chamada de capa e os enquadramentos discursivos não eram obrigatoriamente sensacionalistas. Graficamente, o jornal era pobre e pouco apelativo. Em 1990, a linha editorial do *Correio da Manhã* é a mesma, mas os elementos de tabloidização estão mais presentes. O jornal apresentou melhorias, cobertura mais ampla e maior diversidade, o que terá contribuído para o aumento do seu público.

O Independente foi um semanário diferente e esteve no centro de inúmeras polémicas. Tinha uma imagem gráfica nova e apelativa. Apresentava muita diversidade temática, com enquadramentos discursivos inovadores, muitas vezes provocadores ou chocantes. Era dirigido a um público jovem e urbano. Durante o ano de 1988, a Política foi o tema dominante. Do ponto de vista temático, o jornal apresentou temas de cultura tratados com grande qualidade. A literatura e outras artes também estavam presentes e reforçam a ideia de gostos claramente preferidos pelo seu público-alvo. A sua crítica mordaz atingiu atores dos diferentes quadrantes políticos, bem como diferentes instituições.

O *Público*, lançado em 1990, é claramente um jornal de referência, pela preponderância das editorias de Internacional e Política, bem como na forma cuidada no tratamento dos temas das demais editorias, pela qualidade dos seus textos e imagem gráfica, particularmente nos números iniciais.

O jornalismo de qualidade era óbvio nas editorias nobres. A desagregação do Bloco de Leste foi tema de agenda ao longo de todo ano, sendo o Internacional uma aposta clara do jornal, em termos temáticos. No final do ano e início do ano seguinte, o *Público* fez uma cobertura intensa da Tempestade no Deserto e dos acontecimentos que antecederam a guerra. A Política e Economia foram também temas de agenda primordiais e o jornal desenvolveu artigos de fundo e infografias para conseguir bons efeitos de composição. A inovação deste jornal está também presente na diversidade e originalidade temática em temas de Ciência, Cultura e Educação.

A Revolução de Abril de 1974 inaugurou uma nova era para a imprensa portuguesa. O período revolucionário marcou os jornais na forma como noticiaram os acontecimentos, mas também na sua estrutura e propósito, como nos evidenciam os exemplos tratados nos estudos de caso. Depois da atribulada fase inicial, os jornais generalistas portugueses passaram por grandes dificuldades financeiras e durante quase uma década, a crise e o domínio da imprensa estatizada foram os vetores dominantes.

Gradualmente, novos projetos editoriais foram surgindo ou afirmando-se e o panorama noticioso tornou-se mais diverso e capaz de agradar a públicos mais diferenciados. Dentro da

iniciativa privada, os estudos de caso referidos apontam para essa variedade, mas também para o alinhamento com os processos de renovação nos jornais vividos a nível internacional. Esta tendência seria acentuada com a criação dos grupos de media e a entrada dos formatos digitais e multimédia, que são hoje os elementos estruturantes dos títulos que sobreviveram.

Bibliografia

- Correio da Manhã*: o jornal que nasceu para responder às preocupações do 'homem da rua, *Público*, 19 de março de 2004.
- Agee, W. K. & Traquina, N. (1987). *O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*. Veja.
- Alfaia, J. (1983). *Modernizar e garantir a liberdade: a comunicação social de 1981-82*. Grafiarte.
- Azevedo, C. (2020). Um Verão Quente no Diário de Notícias: Uma profunda análise do DN durante o Processo Revolucionário em Curso 1975, in J. P. Sousa, C. Baptista (Eds.), *Para Uma História do Jornalismo em Portugal* (pp. 249-264). Livros ICNOVA. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/e-book-para-uma-historia-do-jornalismo-em-portugal/>
- Broersma, M. (2019). Americanization, or: the rhetoric of Modernity. How European journalism adapted US norms, practices and conventions, in K. Arnold, P. Preston, S. Kinnebrock (Eds.), *The handbook of European communication history* (pp. 403-419). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781119161783.ch22>
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Livros Horizonte.
- Cádima, F. R. (1999). Os media na Revolução (1974-1976), in J. M. M. de Brito, *O País em Revolução* (pp. 321-358). Editorial Notícias.
- Campbell, W. J. (2001). *Yellow journalism: picturing the myths, defining the legacies*. Praeger Publishers.
- Carvalho, A. A. (1986). *A liberdade de informação e o Conselho de Imprensa: 1975-1985*. Direção-Geral da Comunicação Social.
- Cavaco, S. (2012). *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista os media no cruzamento de interesses políticos e negócios privados*. Edições Colibri.
- Conboy, M. (2006). *Tabloid Britain: constructing a community through language*. Routledge.
- Conselho de Imprensa (1979). *A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976*. [Doc. Policopiado]. Conselho de Imprensa.
- Conselho de Imprensa (1983). *O que é para que serve?* Conselho de Imprensa.
- Direção-Geral de Comunicação Social (1990). *Imprensa escrita e jornalismo: legislação básica*. Direção-Geral de Comunicação Social.
- Esser, F. (1999). Tabloidization of news. A comparative analysis of Anglo-American and German press journalism. *European Journal of Communication*, 14(3):291-324. <https://doi.org/10.1177/0267323199014003001>
- Faustino, P. (2004). *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*. Media XXI.
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como atores políticos: o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Almedina.
- Franklin, et al. (2005). *Key concepts in journalism studies*. SAGE.
- Gomes, P. M. (2013). O *Jornal Novo*, a Revolução e a Liberdade de Imprensa. *Media & Jornalismo*, 12(2), 63-76.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2021). *A Imprensa na Revolução. Os Novos Jornais e as Lutas Políticas de 1975*. Imprensa Nacional.
- Gunther, R., Mughan, A. (2000). *Democracy and the media: a comparative perspective*. Cambridge University Press.
- Hallin, D.C. & Mancini, P. (2012). Conclusion, in D. C. Hallin, & P. Mancini (eds.), *Comparing media systems beyond the Western World* (pp.278-304). Cambridge University Press.
- Hallin, D.C. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge University Press.
- Kurtz, H. (1993). *Media circus: the trouble with America's newspapers*. Random House.
- Hampton, M., Conboy, M. (2014). Journalism history: A debate. *Journalism Studies*, 15(2), 154-171. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2013.816547>
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuguesa e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Lima, H. (2014a). Portuguese democracy and patterns of transformation in national newspapers: a comparative model approach. *Media Watch Journal*, (5)3, 345-357. <https://indianjournals.com/ijor.aspx?target=ijor:mw&volume=5&issue=3&article=007>
- Lima, H. (2014b). Elementos de censura en la prensa en la transición democrática portuguesa. La lucha por el poder editorial en *O Século y República*, in J. Gillaumet & F. Salgado. (eds.), *El periodismo en las transiciones políticas. Desde la revolución portuguesa hasta la primavera árabe* (pp. 21-34). Biblioteca Nueva.
- Lima, H. (2016). A imprensa na 3ª República, in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (eds.), *Uma história da imprensa lusófona II — Portugal* (pp. 385-472). Media XXI.
- McLachlan, S. & Golding, P. (2000). Tabloidization in the British Press: a quantitative investigation into changes in British newspapers 1952-1997, in C. Sparks, J. Tulloch (eds.), *Tabloid tales: global debates over media standards* (pp. 75-90). Rowman and Littlefield Publishers.
- Mesquita, M. (1994a). O caso República: um Incidente crítico, *Revista de História das Ideias*, 16, 507-554.
- Mesquita, M. (1994b). Os meios de comunicação social, in A. Reis (ed), *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 360-405). Círculo de Leitores.
- Patterson, T. E. (2000). *Doing well and doing good: how soft news and critical journalism are shrinking the news audience and weakening democracy — and what news outlets Can do about it*. Harvard University Press.
- Preston, P. (2004). Tabloids: only the beginning, *British Journalism Review*, 15(1), 50-55. <https://doi.org/10.1177/0956474804043839>
- Ribeiro, V. (2009). *Fontes Sofisticadas de Informação*. Media XXI.
- Ribeiro, V. (2014). Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 9, 231-248. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1204>
- Richardson, J. (2006). *Analysing newspapers: an approach from critical discourse analysis*. Macmillan Education.
- Rosa, G. P., Fafe, J. P. (2020). *Tal & Qual — Memórias de um jornalismo*. Âncora Editora.
- Santos, C. (1990). *Comunicação social: tempos de mudança*. Ministério da Juventude.
- Silva, E. C. (2004). *Os donos da notícia: concentração da propriedade dos media em Portugal*. Porto Editora.

- Sparks, C., Tulloch, J. (Eds.). *Tabloid tales: global debates over media standards*. Rowman and Littlefield Publishers.
- Spínola A. (1978). *País sem rumo: contributo para a história de uma revolução*. Scire.
- Thompson, J. B. (2000). *Political scandal: power and visibility in the media age*. Polity Press.
- Valente, L. & Costa, F. S. (2015). *O Independente. A Máquina de Triturar Políticos*. Matéria Prima.
- Vieira, J. (1998). A emancipação do jornalismo português (1945-1995), in *Portugal nas Artes, nas Letras e nas Ideias* (pp. 45-95). Centro Nacional de Cultura.

Capítulo VII

Para uma história do negócio da imprensa portuguesa: políticas da informação entre 1926 e 1976

Towards a business history of Portuguese press: information policies, between 1926 and 1976

Suzana Cavaco

FEP da Universidade do Porto, CITCEM
scavaco@scavaco.com
ORCID: 0000-0001-8129-8555
Ciência ID: oF13-4848-0821

Resumo: Nos últimos anos do Estado Novo, o mercado da imprensa diária portuguesa sofreu um movimento de concentração de propriedade, protagonizado por grandes grupos económicos/financeiros, numa lógica de instrumentalização dos media. Derrubado o regime pelo golpe de Estado de 1974, Portugal viveu um período revolucionário que termina com a eleição do Presidente da República em 1976. No entanto, os jornais são estatizados, na sequência da nacionalização da banca e companhias de seguros por decisão do Conselho da Revolução. O presente capítulo compara os resultados das empresas jornalísticas entre 1974 e 1976, com a situação no período de governação marcelista (1968-1974), altura em que a imprensa diária ficou concentrada em poucos grupos económicos/financeiros. Também explora a influência das políticas da informação (por exemplo, barreiras à entrada, obstáculos ao funcionamento e outras intervenções), recuando para tal até ao golpe militar de 1926, altura em que se começaram a erguer os alicerces autoritários do regime. Verificamos que o novo regime “herdou” em 1974 um conjunto de empresas jornalísticas com resultados líquidos negativos; pelo que as políticas informativas explicam, em parte, a crise que afetava a imprensa pós-25 de Abril. Nessa altura, a Imprensa foi palco de lutas pela definição do rumo e natureza do novo regime político; e os conflitos laborais/ideológicos internos ou conduziram a resultados negativos empresas anteriormente lucrativas ou agravaram a situação das empresas anteriormente deficitárias. Como exceção, existiu um jornal que em 1974 passou de um histórico de prejuízos para o território do lucro; mas no ano seguinte, uma forte convulsão interna/externa ditou a sua morte (lenta). Em conclusão, quer no Estado Novo, quer nos primeiros anos de democracia, as políticas da informação foram influenciadas não só pelas ideias políticas e económicas, como também pela confusão entre interesse público e interesses particulares (por exemplo, dos partidos, dos governantes). Este estudo fornece evidências de que o exercício do jornalismo como agente partidário pode não favorecer a saúde económica das empresas.

Palavras-chave: jornalismo, imprensa, política da informação, Estado Novo, 25 de Abril

Abstract: In the last years of Estado Novo, the Portuguese daily press market underwent a movement of ownership concentration, carried out by large economic/financial groups, in a logic of instrumentalization of the media. With the regime overthrown by the 1974 coup d'état, Portugal experienced a revolutionary period that ended with the election of the President of the Republic in 1976. During that period, newspapers were nationalized, following the nationalization of banks and insurance companies by decision of the Council of Revolution. This chapter compares the results of journalistic companies between 1974 and 1976, with the situation during the government of Marcelo Caetano (1968-1974), when the daily press was concentrated in a few economic/financial groups. It also explores the influence of information policies (e.g., barriers to entry, obstacles to functioning, and other interventions), going as far back as the military coup of 1926, when the foundations of the authoritarian regime were erected. We verified that, the new regime “inherited”, in 1974, a set of journalistic companies with negative net results. Therefore, the information policies explain, in part, the crisis that affected the press after the 25th of April. At that time, the Press was a stage for fights to define the course and nature of the new political regime and the internal labor/ideological conflicts/confrontations either led to negative results for previously profitable companies or worsened the situation of previously loss-making companies. As an exception, there was a newspaper that, in 1974, went from a history of losses to the territory of profit; but in the following year a strong internal/external convulsion dictated its (slow) demise. In conclusion, both in the Estado Novo and in the early years of democracy, information policies were influenced not only by political and economic ideas but also by the confusion between public interest and particular interests (of political parties, government members, for instance). This study provides evidence that the exercise of journalism as a party agent may not favor the economic health of companies.

Keywords: journalism, newspaper, information policy, New State, April 25

Introdução

Assumir que as empresas são motivadas puramente para perseguir o lucro é demasiado simples e simplista, pois pode haver objetivos alternativos que vão desde a filantropia até

benefícios específicos associados à posse de certos tipos de negócios (Doyle, 2002). Esta crítica à teoria tradicional da empresa é especialmente relevante no caso das empresas media. As suas atividades são “inextrincavelmente políticas e económicas”, pelo que não são um negócio qualquer (McQuail, 2003).

Os media são uma indústria que lida com a produção e distribuição de informação, cultura e ideias (Croteau & Hoynes, 2019). O campo jornalístico apresenta-se-nos próximo do campo intelectual e artístico, na medida em que, também nesse mercado dos bens simbólicos, os bens se constituem como realidades de dupla face: mercadorias e significações, permanecendo relativamente independentes os respetivos valor mercantil e valor cultural (Bourdieu, 1992).

O jornalismo exerce um “poder simbólico” que constitui um poder “invisível”, “quase mágico”, “de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (Bourdieu, 1989). Nos anos 90, Bourdieu atribuía a importância do campo jornalístico no mundo social ao facto de ser detentor do monopólio de difusão a grande escala da informação: por um lado, permite o acesso dos simples cidadãos ao conhecimento universal; por outro, tem o poder de existência pública, de reconhecimento e de acesso à notoriedade pública (Bourdieu, 1997). Todavia, os jornalistas não estão apenas submetidos às regras estipuladas pelos pares (autorregulação); pois o campo jornalístico depende permanentemente da avaliação do mercado do público e (quase sempre) do mercado do anunciante (Bourdieu, 1997). Bourdieu alertava para os riscos desta falta de autonomia, que caracteriza o campo jornalístico, afetar a autonomia de outros campos sociais, ao reforçar neles o polo comercial (Bourdieu, 1997).

Esta perspetiva do sociólogo Bourdieu conduz-nos ao conceito “externalidades”. Os produtos media geram “enormes” externalidades (Baker, 2004). Externalidades significa que estamos perante atividades que afetam positiva ou negativamente terceiros sem que estes tenham de pagar ou sejam indemnizados por essas atividades (Samuelson & Nordhaus, 2010). Os efeitos sobre o exterior podem ser profundos ou superficiais, podem afetar muitos ou poucos (Samuelson & Nordhaus, 2010). Os privados podem conseguir solucionar o problema das externalidades (chegar a uma solução eficiente, internalizando as externalidades), através, por exemplo, da autorregulação ou de um acordo entre as partes. Mas, quando as partes não resolvem essas falhas/ineficiências de mercado (por implicar altos custos de negociação), a intervenção governamental pode/deve intervir (Krugman & Wells, 2018), quer para impedir, minimizar ou desencorajar as externalidades negativas, quer para potenciar as externalidades positivas. O Estado — que detém “o monopólio do uso [considerado] legítimo da (...) violência” (Weber, 2017, p. 94) — pode internalizar as externalidades: no primeiro caso, através da regulação e/ou da tributação fiscal; no segundo caso, através de subsídios e/ou incentivos fiscais (Mankiw, 2012). O Estado pode ainda assumir a propriedade no todo ou em parte.

De acordo com o modelo de organização industrial (Hoskins *et al.*, 2004), a maior ou menor intervenção governamental influencia a estrutura do mercado, a conduta das empresas e o desempenho. Como afirma Stiglitz (2019), os mercados não existem no vácuo, sendo estruturados, por meio de regras, regulamentos e políticas. Desde os primeiros tempos da imprensa, a capacidade de comunicar através dela tem sido alvo de muitas formas de intervenção pelas autoridades do Estado (Doyle, 2013). No caso dos media, as intervenções dos poderes públicos são mais de natureza política e social do que económica, relacionando-se por exemplo com questões relativas a pluralismo (Toussaint-Desmoulins, 2004).

Dos três tipos puros de legitimação da dominação, ou formas de poder político, apontados por Max Weber (2017), destaca-se a autoridade pela legalidade — que se opõe à autoridade que advém do carisma e à autoridade do “eterno ontem” (em que os costumes/tradição validam). A dominação pela “legalidade” assenta na crença na validade do “estatuto legal” e da “competência” em regras racionalmente criadas, e às quais todos (súbditos e detentores de poder) devem obedecer (Weber, 2017).

O conceito weberiano “autoridade racional-legal” é explorado por Hallin e Mancini, em *Comparing Media Systems: Three models of media and politics* (2004). Nesse estudo, o forte desenvolvimento da autoridade racional-legal evidencia-se-nos como fator-chave no desenvolvimento da imprensa. Em contrapartida, o clientelismo, como um dos fatores que constroem esse desenvolvimento. Os autores relacionam a instrumentalização dos media com a fraco desenvolvimento da autoridade racional-legal e vice versa:

A instrumentalização dos media (...) é menos provável nos sistemas com uma forte autoridade racional-legal: os proprietários dos media estão menos propensos a ter alianças fortes e estáveis com partidos políticos específicos e a usar as suas empresas media como instrumento de intervenção nos assuntos políticos. A independência das instituições administrativas e judiciais, e o carácter de governança baseado em regras da política pública, significam que nos sistemas onde a autoridade racional-legal é forte as empresas não dependem sobremaneira de decisões arbitrárias de funcionários específicos, que podem, por exemplo, favorecer uma empresa com que têm ligações políticas, nem os seus destinos ficam demasiado afetados qualquer que seja o partido que calhe estar de momento no poder.” (Hallin & Mancini, 2004, p. 57).

No sul da Europa, é relativamente vulgar a instrumentalização dos media; sendo esta entendida como o controlo dos media por agentes externos (como partidos, políticos, grupos ou movimentos sociais, ou agentes económicos) que se servem deles para obter influência política (Hallin e Mancini 2004). Portugal, Itália, Grécia e Espanha pertencem ao grupo dos países que os autores classificam de sistema “Pluralista Polarizado”, onde a intervenção do Estado e dos partidos no mercado é alta, tal como é elevado o paralelismo político (isto é, o grau e a natureza das ligações entre os media e os partidos políticos, ou outro tipo de

organizações). Diferente dos países do sul europeu que experienciaram longos períodos de autoritarismo e censura; o forte papel do Estado nos países do centro e norte da Europa que integram o sistema de media “corporativista democrático” é acompanhado por uma forte proteção da liberdade de imprensa (Hallin & Mancini, 2004). O contraste entre estes dois sistemas de media é evidente: nível de profissionalização baixo e desenvolvimento da imprensa de massa fraco nos países pertencentes ao sistema “Pluralista Polarizado”; enquanto que nos países pertencentes ao sistema “corporativista democrático” verifica-se uma forte profissionalização e uma autorregulação institucionalizada, bem como uma elevada circulação de jornais. A imprensa de massa desenvolveu-se, desde cedo, quer nos países do norte e centro da Europa (Alemanha, Holanda, Suécia, por exemplo), quer nos países do modelo Liberal (ao qual se integram o Reino Unido e os Estados Unidos da América, por exemplo). Este último caracterizado por um domínio relativo dos mecanismos de mercado.

O presente capítulo explora os resultados das empresas jornalísticas nos primeiros anos do regime democrático (1974-1976), comparando-os com a situação no período de governação marcelista (1968-1974), altura em que a imprensa diária ficou concentrada em poucos grupos económicos/financeiros. Procura avaliar a influência das políticas da informação. Para tal, recua até ao golpe de 28 de maio de 1926, altura em que se começaram a erguer os alicerces autoritários de um regime que perdurará boa parte do século XX.

Este estudo visa contribuir para a história do campo jornalístico em Portugal, um campo da esfera social que se nos parece próximo simultaneamente do campo económico, do campo político e do campo intelectual e artístico. Temos presente as palavras de Bourdieu acerca da história da vida intelectual e artística:

A história da vida intelectual e artística das sociedades europeias revela-se através da história das transformações da função do sistema de produção de bens simbólicos e da própria estrutura destes bens, transformações correlatas à constituição progressiva de um campo intelectual e artístico, ou seja, à autonomização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos. (Bourdieu, 1992, pp. 99)

O estudo assenta sobretudo no recurso à análise documental de relatórios e contas das empresas, e da legislação e outras disposições legais relacionadas, direta ou indiretamente, à imprensa em vigor no Portugal continental no período temporal em estudo. A consulta da imprensa da época permite não só cruzar informação, como nos aproximar mais da realidade então vivida/percecionada/construída. Escolhemos sobretudo o *Diário de Lisboa* como fonte devido à facilidade na sua consulta.

Uma das dificuldades do estudo prende-se com os relatórios e contas, nem sempre fáceis de encontrar. Por exemplo, o relatório e contas relativo ao exercício de 1974, da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do *Diário de Notícias*, foi publicado apenas em outubro de

1979 (mais de três anos e meio após o agendamento da assembleia dos acionistas para “discutir, aprovar ou modificar” o relatório e contas). Outra dificuldade (e que resulta também em limitação) diz respeito à não uniformidade na apresentação das rubricas (concentradas, diluídas...) nos relatórios e contas, quer entre empresas distintas, quer mesmo da própria empresa em anos diferentes.

Cabe-nos reconhecer antes de mais a complexidade do tema em análise, que comporta assuntos com múltiplas dimensões e, muitas vezes, com opacidades difíceis de descortinar. Uma complexidade que advém também do facto de Economia e Política se interrelacionarem, influenciando a produção e desempenho das empresas jornalísticas.

Depois de traçar o panorama da situação entre 1968 e 1976 das empresas detentoras de jornais diários, voltamo-nos para as políticas quer no período democrático quer no Estado Novo, recuando neste caso ao golpe militar de 1926. Nos dois períodos, focamos a atenção nas políticas da informação no que respeita a barreiras à entrada, obstáculos ao funcionamentos e outras intervenções.

7.1. O negócio da imprensa diária em Portugal: do Estado Novo à Democracia

O regime autodenominado Estado Novo, institucionalizado em 1933 a partir dos alicerces da Ditadura Militar, foi liderado por Oliveira Salazar e depois por Marcelo Caetano até ser derrubado em 1974, por um golpe de Estado conduzido por um grupo de jovens capitães. Durante esse regime antiparlamentar, antidemocrata e antiliberal (Salazar, 2007), a imprensa esteve sujeita a vários constrangimentos que influenciaram a produção e procura da informação (Cavaco, 2019).

Durante a governação marcelista, a imprensa diária foi alvo de cobiça por parte de grandes grupos económicos/financeiros. Como se pode verificar na Tabela 1, entre 1968 e 1973, foram adquiridos seis dos treze jornais diários que se publicavam nas duas maiores cidades portuguesas: dois no Porto (o matutino *O Comércio do Porto* e o vespertino *Diário do Norte*) e quatro em Lisboa (os matutinos *Jornal do Comércio* e *O Século*, e os vespertinos *A Capital* e *Diário Popular*). Em 1968, pertenciam à banca estatal quase todo o capital do matutino *Diário de Notícias* (84%), e quase um terço do capital do matutino *Jornal de Notícias*. Ao Banco Nacional Ultramarino pertenciam 33% do vespertino *Diário de Lisboa*, desde 1966. No conjunto dos não adquiridos, podemos encontrar: o *Época*, órgão da Ação Nacional Popular (ANP¹); o

1 *Época* surge em outubro de 1971 na sequência da fusão do órgão da União Nacional *Diário da Manhã* (1931) e o jornal católico *A Voz*. A Ação Nacional Popular, movimento político de apoio a Marcelo Caetano e dirigida por este, surgiu em 1970, em substituição da União Nacional, que fora criada em 1930.

Novidades, pertencente ao episcopado; o vespertino *República* que se posicionava como diário de oposição ; e o matutino portuense *O Primeiro de Janeiro* . Este último estava na mira de um grande grupo económico/financeiro quando o regime caiu em 1974 (Cavaco, 2012).

Tabela 1

Situação da propriedade da imprensa diária em Lisboa e Porto, em 1973.

		adquirido antes do Governo de Caetano	adquirido durante o Governo de Caetano	não adquirido
matutinos	Lisboa	<i>Diário de Notícias</i>	<i>O Século</i>	<i>Diário da Manhã / Época</i>
			<i>Jornal do Comércio</i>	<i>Novidades</i>
	Porto	<i>Jornal de Notícias</i>	<i>O Comércio do Porto</i>	<i>O Primeiro de Janeiro</i>
vespertinos	Lisboa	<i>Diário de Lisboa</i>	<i>Diário Popular</i>	<i>República</i>
			<i>A Capital</i>	
	Porto		<i>Diário do Norte</i>	

Fonte: Elaboração própria.

A ideia de que o poder de mercado (concentração) se traduz em poder político (Stiglitz, 2019) explica em parte o movimento de concentração ocorrido durante a governação marcelista. Ao desocultar motivações escondidas, Cavaco (2012) demonstra que a obtenção de benefícios da aquisição de um órgão de comunicação social, por um grupo económico privado “não puro”, passou mais por apoiar e/ou pressionar o poder político do que pelo desempenho económico (real ou potencial) da empresa (Cavaco, 2012). Houve quem, de entre os empresários amigos ou reverentes (do regime ou do chefe do Governo), procurasse controlar a informação jornalística, censurando o que já havia sido autorizado pela censura oficial (então denominada de “exame prévio”) (Cavaco 2012).

A Tabela 2 mostra de forma simplificada a evolução dos resultados das empresas jornalísticas entre 1968 e 1976. Verificamos que em 1973, pelo menos sete das empresas jornalísticas (53,8% das treze então existentes) apresentavam prejuízo: *A Capital*, *Diário do Norte*, *Jornal do Comércio*, *Novidades*, *Comércio do Porto*, *O Século*, e *República*. Cinco destes jornais haviam sido adquiridos durante a governação marcelista. No fim de 1974, no ano em é depositado o Estado Novo, há um conjunto de cinco jornais, cujas empresas (38,5%) passam de uma tradição lucrativa a prejuízo: *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal de Notícias*, e *O Primeiro de Janeiro*. Em contrapartida, há um diário que passa de uma tradição de resultados negativos a lucro (Tabela 2).

Tabela 2

Imprensa diária: evolução dos resultados, 1968-1976.

	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Companhia Nacional Editora (<i>Diário da Manhã / Época</i>)									
Editorial Caminho (<i>O Diário</i>)									
Editorial República (<i>República</i>)									
Empresa do Jornal do Comércio (<i>Jornal do Comércio</i>)									
Empresa de O Comércio do Porto (<i>O Comércio do Porto</i>)									
Empresa de Publicidade do Norte (<i>Diário do Norte</i>)									
Empresa do Jornal de Notícias (<i>Jornal de Notícias</i>)									
Empresa Nacional de Publicidade (<i>Diário de Notícias</i>)									
Empresa O Primeiro de Janeiro (<i>O Primeiro de Janeiro</i>)									
Novimprensa - Sociedade de Publicações (<i>Jornal Novo</i>)									
Renascença Gráfica (<i>Diário de Lisboa</i>)									
Rigor - Sociedade de Informação e Cultura (<i>O Dia</i>)									
Sociedade Cooperativa Editorial A Luta (<i>A Luta</i>)									
Sociedade Gráfica da Capital (<i>A Capital</i>)									
Sociedade Industrial de Imprensa (<i>Diário Popular</i>)									
Sociedade Nacional de Tipografia (<i>O Século</i>)									
União Gráfica (<i>Novidades</i>)									

Legenda:

	prejuízo
	lucro
	inexistência ou não consulta de relatório e contas

Fonte: Elaboração própria.

Tendo sido “manifestamente um jornal de esquerda entre 1972 e 1974” (Cabrera, 2005, p. 259), o *República* foi o único diário que apresentou resultado positivo no ano do golpe militar que derrubou o Estado Novo (Tabela 2). Porém, em 1975, este jornal foi palco de conflitos laborais/ideológicos que se transformaram “num profundo confronto ideológico” (Rezola, 2007, pp. 164, 171). A 19 de maio, os diretores e os jornalistas foram “na prática sequestrados” por tipógrafos e outros trabalhadores (Mesquita, 1996, p. 370) e uma edição do *República* foi feita à revelia da redação e da direção, tendo como diretor-interino Álvaro Belo Marques, até então diretor-comercial da empresa (Mesquita, 2005). Na madrugada seguinte, no dia em que o *República* completaria 64 anos, o edifício do jornal foi selado depois de evacuado sob proteção militar.

O Conselho da Revolução, reunido a 9 de julho resolveu nomear o diretor do jornal *República* (o militar Jorge Pereira de Carvalho), bem como a comissão administrativa para a Editorial República S.A.R.L. que seria composto por três militares, um dos quais “a designar

oportunamente” (*Diário do Governo*, 17 de julho de 1975). No dia seguinte, a 10 de julho, o *República* reaparece ao público renovado. Não correu bem.

No mês seguinte, a 28 de agosto de 1975, o *República*, sob direção do militar Pereira de Carvalho, queixou-se da “grave situação económica” que o jornal atravessava. A 11 de dezembro de 1975, o Governo aceitou o pedido de demissão de Pereira de Carvalho, tendo a Resolução sido publicada no *Diário do Governo* de 23 de dezembro de 1975. O *República* já não chegou às bancas nesse dia 23.

Devolvido aos proprietários por decisão do Conselho da Revolução, em março de 1976, saíram ao público — e para manutenção do título — apenas mais três números de duas páginas, com indicação de Raul Rêgo como diretor: um em 1976, outro em 1977, e o último em 1978 (Figueira, 2014). A este desinteresse em reerguer o jornal não será alheia a existência do vespertino *A Luta*, lançado em agosto de 1975 tendo como diretor Raul Rêgo. No primeiro ano de atividade, a Sociedade Cooperativa Editorial A Luta registou um lucro de 3,3 milhões de escudos, tendo-se destacado como a única empresa lucrativa em 1975 no mundo da imprensa diária de Lisboa e Porto, de acordo com os dados a que tivemos acesso. Em 1976, o prejuízo de 148 mil escudos foi considerado pela cooperativa como “eficiente” face “à crítica situação” em que se encontravam as empresas jornalísticas.

O desempenho das empresas foi fortemente afetado pelos conflitos laborais e/ou ideológicos internos no pós-25 de Abril. A partidarização dos jornais e o desvio da sua vocação noticiosa afastaram os leitores. Lima conta que, no “auge do gonçalvismo, queimaram-se jornais” em “autos de fé” com as populações em fúria contra as “matérias noticiadas”, manifestando a sua “rejeição ao facto de os diários se terem convertido nos porta-vozes das forças políticas no poder” (Lima, 2011, p. 79). Aliás, a edição do *República* de 19 de maio de 1975, publicado sob a nova direção, que os socialistas classificaram de “pirata” (Mesquita, 2005), foi queimada na manifestação de protesto que o Partido Socialista (PS) convocara em frente às instalações do jornal, como ficou registado pela RTP².

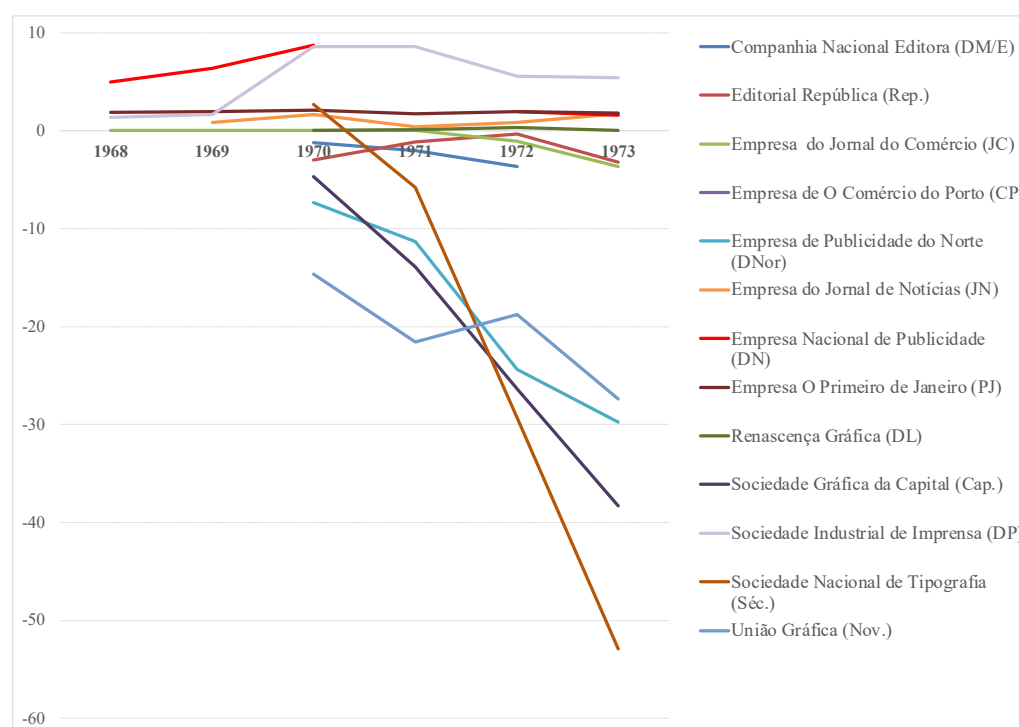
Outros fatores ajudam a explicar os maus resultados das empresas jornalísticas. O *choque petrolífero* de 1973 — que fez mergulhar as economias capitalistas desenvolvidas ocidentais numa crise (Maddison, 1991) — afetou Portugal, tendo o aumento acelerado do petróleo trazido pesados desafios a uma imprensa que (pelo menos a maior parte dela) já estava em dificuldade (Tabela 2). Em 1972, quatro das empresas jornalísticas apresentavam resultados líquidos negativos que variavam entre os -18,7 milhões e os -29,3 milhões de escudos: União Gráfica (*Novidades*), Empresa de Publicidade do Norte (*Diário do Norte*), Sociedade Gráfica da Capital (*A Capital*), e a Sociedade Nacional de Tipografia (*O Século*). Ainda que a Empresa

2 “Do 11 de março ao fim do Gonçalvismo”, RTP, de 27 de fevereiro de 1980 disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/do-11-de-marco-ao-fim-do-goncalvismo/>

de Publicidade do Norte tivesse prosseguido, deixou de ter atividade produtiva em 1973. O Gráfico 1 ilustra a evolução dos resultados das empresas detentoras de jornais diários, durante o período marcelista, entre 1968 e 1974.

Gráfico 1

Resultados das empresas detentoras de jornais diários, 1968-1974 (em milhões de escudos).



Fonte: Elaboração própria.

No início de maio de 1974, o *Diário de Lisboa* escrevia que a abolição da censura, pela Junta de Salvação Nacional, não era suficiente para tornar livre a Imprensa portuguesa, considerando que “o mais grave problema da informação em Portugal” era “a censura interna ainda existente na maior parte dos jornais”, fruto do “assalto aos jornais que foram sucessivamente comprados por poderosos grupos financeiros”; pois no anterior regime “o poder económico se ligara estreitamente ao poder político para, conjuntamente, dominarem a informação” (*Diário de Lisboa*, 4 de maio de 1974).

Entre o 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975, a maioria das empresas jornalísticas experienciou forte turbulência, em lutas radicais pelo controlo da informação, desde logo contra os elementos conotados com o regime anterior e/ou que haviam exercido (ou teimavam em exercer) censura interna. De acordo com Lima, o impacte do período revolucionário

foi menor nos jornais do Porto quando comparado com as situações dramáticas verificadas na capital (Lima, 2011). Ainda que “a toada reivindicativa” tenha atingido *O Primeiro de Janeiro*, “ela nunca assumiu proporções extremas” neste jornal, onde “a propriedade do jornal nunca foi posta em causa” (Lima 2011, pp. 84-85).

A situação deste portuense contrasta com a dos outros três jornais que pertenciam ao conjunto de diários não adquiridos por grupos económicos/financeiros durante o marcelismo (Tabela 1), pois dois tiveram morte (quase) imediata com a queda do regime (*Época* e *Novidades*); e o outro sofreu uma convulsão interna que o condenou a uma morte lenta, entre julho e dezembro de 1975 (*República*).

Relativamente ao conjunto dos adquiridos, um desapareceu ainda antes de 1974 (*Diário do Norte*), seis acabaram estatizados, na sequência da nacionalização da banca e companhias de seguros, por decisão do Conselho da Revolução. Tal verificou-se, apesar da nacionalização dos meios de comunicação social não estar inscrita em nenhum partido político nem constar no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA)³.

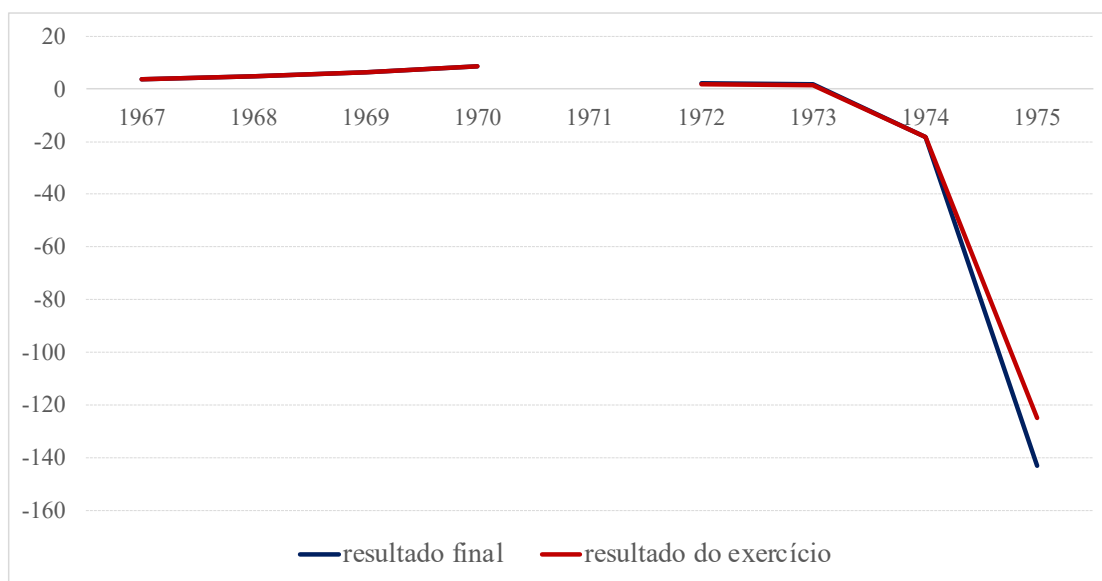
Maria Antónia Palla recorda os primeiros tempos de democracia em que, por um lado, “o movimento laboral, na sua esquerdização progressiva após o 28 de Setembro [de 1974], criou em algumas empresas situações que determinaram a intervenção do Governo”; e que, por outro lado, “os governos privilegiavam o conceito de controlo político através da informação, o que acabaria por causar uma imensa perturbação nas regras do negócio” (1990, pp. 274-5).

Vejamos um exemplo: o *Diário de Notícias*. Em 1973, num ano marcado pelo choque petrolífero, a Empresa Nacional de Publicidade obteve um lucro superior a 1,5 milhões de escudos (-18,8% do que os 2 milhões de 1972). A publicação do relatório e contas relativo ao exercício do ano de 1974, que deveria ter ocorrido na primeira metade de 1975, apenas se verifica em outubro de 1979. Este atraso demonstra que algo de muito errado se passava na empresa. O prejuízo de 1974 foi de 18,3 milhões. Os valores relativos ao ano seguinte atingiram os 143,2 milhões negativos (Gráfico 2).

3 Publicado no *Diário de Lisboa* de 26 de abril de 1974 e só mais tarde, a 14 de maio de 1974, no *Diário do Governo*, sob a forma de anexo à Lei 3/74 de 14 de maio.

Gráfico 2

Empresa Nacional de Publicidade: evolução dos resultados, 1967-1975 (em milhões de escudos).



Fonte: Elaboração própria.

O *Diário de Notícias* sofreu uma convulsão interna nos tempos que se seguiram ao 25 de Abril, sobretudo após o “assalto do Partido Comunista ao jornal” em março de 1975 (Lemos, 2006: 265), o que explica, pelo menos em parte, os referidos resultados negativos da Empresa Nacional de Publicidade.

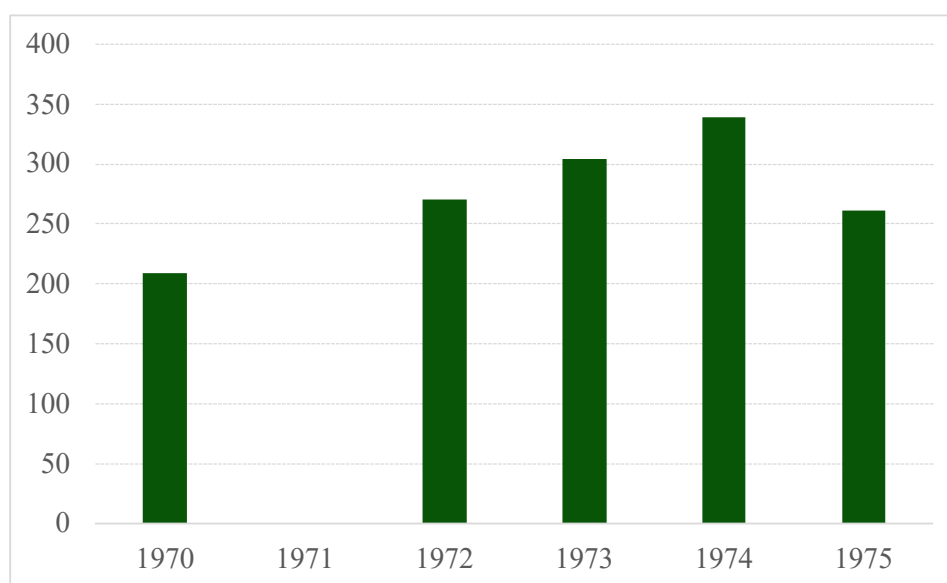
No *Verão Quente* de 1975, o manifesto subscrito por 30 jornalistas do *Diário de Notícias* que assumia publicamente discordância com a orientação desse jornal mereceu o repúdio de quem controlava o jornal: “os trabalhadores da empresa” acusaram esse documento de “miserável pasquim” e os seus subscritores de “grupo provocador”, de “pequeno grupo infiltrado”, que se “apresenta como apartidário” mas que “quis fugir à estrutura democrática pela qual se regem os trabalhadores desta empresa tentando uma manobra chantagista — mas frustrada — para que o documento fosse publicado sem ser apresentado em plenário” (*cit. in Diário de Lisboa*, 16 de agosto de 1975). Por decisão de um plenário dos trabalhadores de 19 de agosto de 1975, foram suspensos (tendo em vista um futuro saneamento) os trinta jornalistas, de entre os quais se encontrava o presidente da direção do Sindicato dos Jornalistas (*Diário de Lisboa*, 19 de agosto de 1975). Os trabalhadores da empresa aproveitaram a ocasião para manifestar “total confiança” à então direção do jornal “na luta que nos une (...) por uma informação ao serviço do processo revolucionário” (*cit. in Diário de Lisboa*, 19 de agosto 1975). Aliás, duas das regras do Estatuto Editorial do *Diário de Notícias*, em vigor nessa altura, estipulavam: “Defender intransigentemente a Revolução para um socialismo autêntico” e “manter a vigilância contra as manobras divisionistas (...) combatendo-as sem hesitação”

(cit. in *Diário de Lisboa*, 19 de agosto de 1975). Luís de Barros e José Saramago eram nessa altura, respetivamente, o diretor e o diretor adjunto do *Diário de Notícias*. Luís de Barros fora subsecretário de Estado da comunicação social nos II e III Governos Provisórios.

O montante das “vendas” (em valores correntes) atingiu os 338,8 milhões de escudos em 1974. Em 1975, verificou-se uma quebra de 23% face a 1974 nesse tipo de receitas (Gráfico 3). A esta diminuição não é alheia também a suspensão temporária da publicação no pós-25 de novembro.

Gráfico 3

Empresa Nacional de Publicidade: receita das “vendas”, 1970-1975 (em milhões de escudos).



Fonte: Elaboração própria.

Depois de suspenso a 26 de novembro, reapareceu a 22 de dezembro de 1975, sob “direção socialista” com Vítor Cunha Rego a diretor e Mário Mesquita a diretor adjunto, ambos do Partido Socialista (PS), sendo o segundo deputado da Assembleia Constituinte (*Diário de Lisboa*, 16 de janeiro de 1975).

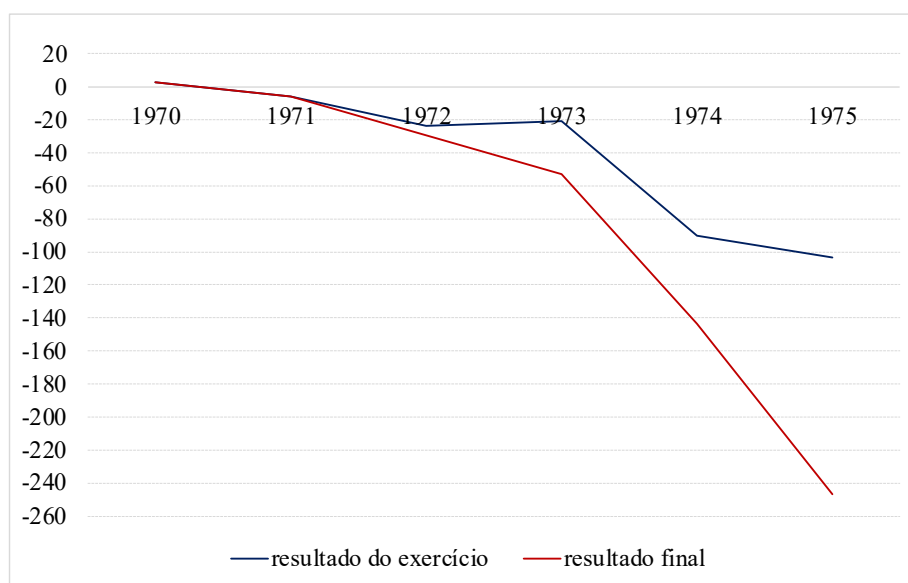
Portanto, o caso do *Diário de Notícias* permite-nos compreender que as lutas internas tiveram impacte negativo nos resultados líquidos da empresa.

Vejamos agora um exemplo para ilustrar como a turbulência interna no período revolucionário até 25 de novembro serviu para agravar a situação de empresas jornalísticas que já se apresentava deficitária no Estado Novo. A detentora de *O Século*, a Sociedade Nacional de

Tipografia, cujo prejuízo atingiu os 246,8 milhões de escudos em 1975, apresentava resultados negativos desde 1971 (Gráfico 4). Foi adquirida em 1972 pelo “empresário colaborador” Jorge de Brito, por meio milhão de escudos (Cavaco, 2012, p. 556-557).

Gráfico 4

Sociedade Nacional de Tipografia: evolução dos resultados, 1970-1975 (em milhões de escudos).

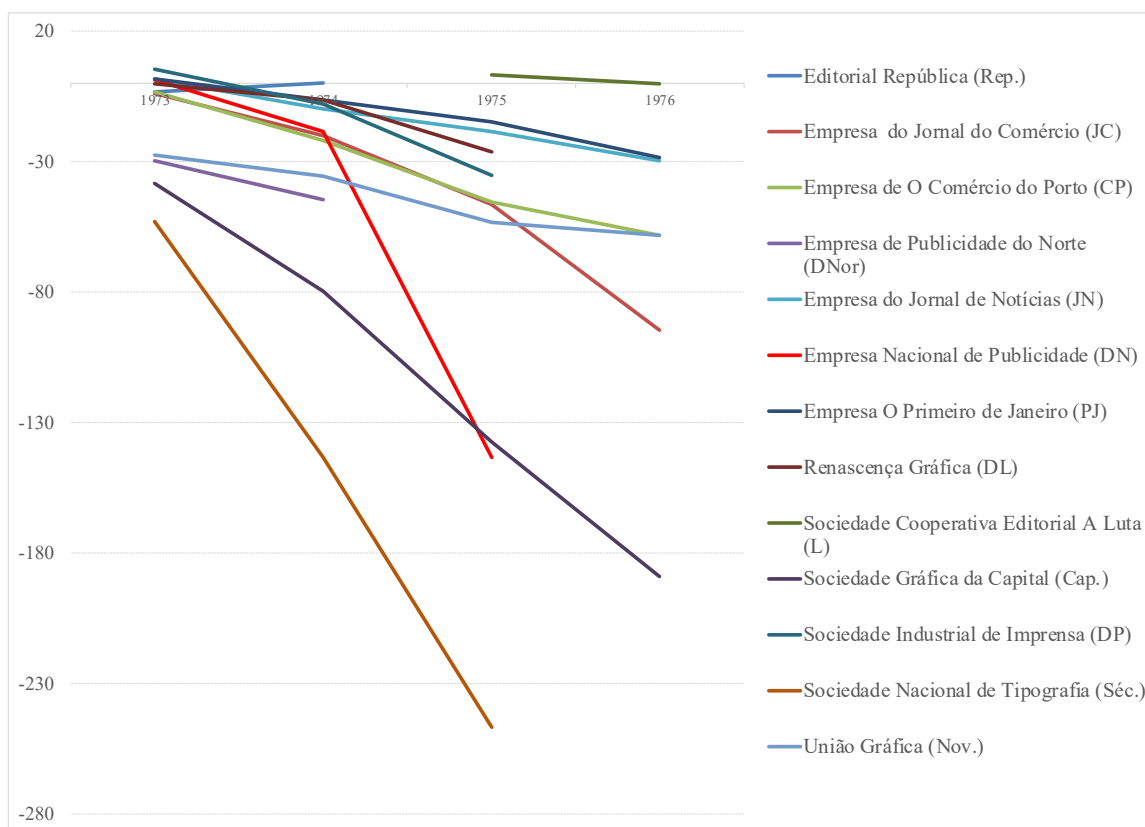


Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 5 ilustra o agravamento dos prejuízos das empresas detentoras de jornais diários, que ocorreu de forma mais acentuada a partir de 1974. O atraso na publicação dos relatórios e contas pode ser explicado com a convulsão interna vivida nalgumas empresas.

Gráfico 5

Resultados das empresas detentoras de jornais diários, 1974-1976 (em milhões de escudos).



Fonte: Elaboração própria.

Convém assinalar aqui que não conseguimos aceder aos relatórios e contas das proprietárias dos diários:

- *Jornal Novo*, cujo primeiro número saiu a 17 de abril de 1975, sob direção de Artur Portela Filho
- *O Dia*, cujo primeiro número saiu a 11 de dezembro de 1975 sob direção de Vitorino Nemésio e David Mourão Ferreira;
- *O Diário*, cujo primeiro número saiu a 10 de janeiro de 1976, sob direção de Miguel Urbano Rodrigues.

No Verão Quente de 1975, o governo declarou “em crise” a imprensa com intervenção do Estado, calculando o prejuízo mensal dessa imprensa em cerca de 42 mil contos (“Nota oficiosa do M.C.S. sobre a situação da imprensa”, in *Diário de Lisboa*, 26 de agosto de 1975). Por essa altura, o Estado era, direta ou indiretamente, detentora de (pelo menos em parte) das empresas proprietárias de jornais diários: *A Capital*, *O Comércio do Porto*, *Diário de*

Lisboa, Diário de Notícias, Diário Popular, Jornal de Notícias, Jornal do Comércio, O Século.

Menos de um ano depois, o Governo declara que todas as “empresas editoras de publicações periódicas ditas estatizadas” se encontravam “em situação de falência técnica” (Decreto-Lei 639/76 de 29 de Julho de 1976).

7.2. Políticas na Ditadura Militar e no Estado Novo

A ditadura nascida do golpe militar de 28 de maio de 1926 foi instável, pelo menos nos primeiros tempos. Oliveira Salazar foi nomeado ministro das Finanças por Decreto 11707 de 3 de junho de 1926, mas colocou o lugar à disposição poucos dias depois, sendo exonerado por Decreto 11753 de 24 de junho. O general Gomes da Costa substituiu o comandante Mendes Cabeçadas que foi afastado a 17 de junho. Depois de liderar o Governo, Gomes da Costa foi, a 9 de julho, detido no Palácio de Belém e substituído pelo general Óscar Carmona que passou a chefiar o novo governo. A 29 de novembro, Carmona passou a acumular essas funções com as de Presidente interino da República.

Poucos dias depois das eleições Presidenciais de 25 de março de 1928 em que Óscar Carmona foi candidato único⁴, Salazar aceitou o convite para integrar o Governo. Aceitou, mas não sem impor um conjunto de condições que se consubstanciavam numa espécie de ditadura do ministério das Finanças dentro da Ditadura Militar. Na tomada de posse, afirmou: “O país precisa, sobretudo, ter na minha inteligência e na minha honestidade uma absoluta confiança. Essa confiança, exijo-a eu (...) Sei muito bem o que quero e para onde vou” (*Diário de Lisboa*, 27 de abril de 1928, p. 8). Em julho de 1932, Salazar ascendeu à chefia do Governo. No discurso de tomada de posse, desse 8º governo da Ditadura Militar, prometeu: “os homens que constituem o Ministério são outros, mas o governo é o mesmo — o governo da Ditadura Nacional” (*Diário de Lisboa*, 5 de julho de 1932, 2ª ed, p. 12). Liderará a governação do país durante décadas, até cair de uma cadeira em 1968.

Para substituir Salazar, o Presidente da República escolheu Marcello Caetano, um doutrinador do corporativismo. Nas suas *Lições de Direito Corporativo* (1935), Caetano explica que o sistema corporativo português era “filho” de duas correntes: a nacionalista e a católico-social. Apesar de reconhecer que o corporativismo português, nos seus princípios fundamentais, acusar predominante influência italiana, Caetano fazia questão de salientar a originalidade do modelo português, distanciando-o em termos políticos do “fascismo” de Mussolini. Em 1938,

⁴ Óscar Carmona virá a ser reeleito sem opositor em 1935, em 1942 e em 1949. Nas Presidenciais de 1949, a oposição chegou a apresentar a candidatura do general Norton de Matos, mas retirou-a antes da votação. Carmona foi Presidente até à sua morte, a 18 de abril de 1951.

ao regressar de uma viagem a Itália, em missão do Instituto de Alta Cultura, escreveu a Salazar: “Um mês de observação, em contacto com alguns dos mais esclarecidos valores do regime fascista, radicou-me na convicção da superioridade da nossa fórmula a que falta em teatro o que lhe sobeja em seriedade e honestidade.” (Caetano, in Antunes, 1994, p. 98).

O corporativismo preconizado pelo Estado Novo defendia a supremacia do interesse coletivo da nação face aos indivíduos; mas divergia da escola marxista ao propor-se promover, através de soluções corporativas, a harmonia e colaboração das classes: capitalista, técnico e operário são encarados como elementos complementares, interdependentes e solidários no interesse da prosperidade da indústria em que colaboram, concorrendo para a realização do bem comum, a que todos se subordinam, apesar de exprimirem interesses diferenciados (Caetano, 1935).

Caetano também não acreditava na “mão invisível” preconizada por Adam Smith, pelo que a economia corporativa do Estado Novo era “uma economia de autodireção” no sentido de ser organizada e dirigida “pelos próprios interessados, sob as vistas do Estado”, sendo este último a “supercorporação”: “[O Estado] Abster-se-á de ser comerciante, industrial, banqueiro (...) mas em compensação fica sendo o supremo árbitro, regulador e juiz: acima das corporações, ele é a supercorporação, o poder político integrando, unificando e dirigindo as energias nacionais.” (Caetano, 1935, p. 18-19).

Na perspetiva do Estado Novo, ainda que a economia corporativa assentasse nas bases da iniciativa privada, esta última deveria estar sujeita a restrições e a concorrência condicionada à disciplina corporativa (Caetano, 1935). Defendia uma atividade económica guiada “por uma profunda preocupação moral”, ou “dominada pela moral”, incumbindo ao Estado o dever de assegurar “a perfeita conformação” dos processos e fins económicos com as normas de consciência moral (Caetano, 1935, pp. 13-15). Pela revisão constitucional de 1951 (Lei 2.048 de 11 de junho), a religião católica foi consagrada como a “religião da Nação Portuguesa”. Na revisão constitucional de 1959 (Lei 2.100 de 29 de agosto), entende-se que “o Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social” com o objetivo, entre outros, de “impedir os lucros exagerados do capital, não permitindo que este se desvie da sua finalidade humana e cristã”. Os portugueses eram assim conformados não só a uma doutrina económica como a uma moral oficial. A imprensa tinha como dever promovê-las ou, pelo menos, respeitá-las.

Contudo, Caetano — que se assumia “ligado passionalmente” às ideias corporativistas (Caetano, [1958], p. 116) — confessou a Salazar a sua frustração pelas deformações que a doutrina sofria ao ser transportada para a ação e lamentava que ela caminhasse para “um descrédito irremediável” (Caetano, in Antunes 1994, pp. 104). O próprio Caetano reconheceu publicamente que o “corporativismo doutrinário entrou em eclipse”, sendo “substituído por um dirigismo centralista”, lamentando os excessos de regulamentação e de burocracia que desvirtuavam o espírito do sistema centralizado (Caetano, [1958], p. 127,130). Para Caetano, essa

omnipotência do Estado comprometia o enquadramento do Estado Novo no corporativismo de inspiração cristã, que, enquanto tal era uma doutrina antitotalitária (Caetano, [1958]). Ou seja, Caetano defendia um Estado “forte e justo”, um Estado que não se substituísse aos indivíduos, nem absorvesse as atribuições que cabiam às corporações (Caetano, 1941). No manual *Curso de Ciência Política e Direito Constitucional* (1959), afirmou que só haveria Estado corporativo se os representantes das sociedades primárias tivessem autoridade para aprovar as leis e pudessem zelar para que não fossem ultrapassados os limites do Poder político.

As bases para a instituição das corporações foram promulgadas apenas em 1956 (Lei 2.086 de 22 de agosto). A Corporação da Imprensa e Artes Gráficas foi criada três anos depois, por Decreto 42.523 de 23 de Setembro de 1959, mais de vinte e cinco anos após a consagração constitucional do corporativismo.

Caetano inaugurou o curso de Direito Corporativo na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1935; presidiu à Câmara Corporativa entre 1949 e 1955, depois de exercer as funções de ministro das Colónias entre 1944 e 1947. Voltará a integrar o Governo de Salazar entre 1955 e 1958. Revelará mais tarde que enquanto ministro da Presidência apreciara sobretudo as funções que se relacionavam com o Secretariado Nacional da Informação (SNI), pois lhe permitiram, entre outros, ser o introdutor da televisão em Portugal em 1955.

Caetano distinguia-se de Salazar pela sensibilidade que manifestava em relação aos media. Em 1965, na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, reconheceu a relevância que a opinião pública poderia desempenhar na vida política do Estado: função motora (ao reclamar iniciativas ou exigir reformas); função refreadora (ao servir de travão quando impede abusos ou faz refletir sobre as providências a tomar); função sancionadora (ao formar um tribunal que aprova ou condena atos e medidas, aplaude decisões ou censura os homens) (Caetano, 1971). Contudo, para além de considerar que o cidadão médio não tinha competências, nem acesso a informação essencial; também entendia que a opinião pública “é sempre corruptível” (Caetano, 1971, p. 125). Em 1969, Caetano, já enquanto Presidente do Conselho, justificou a censura com a impreparação cívica dos portugueses para a liberdade: “Nem jornalistas nem empresas editoriais, nem Governo, nem público estão preparados para um regime de responsabilidade perante os tribunais.” (Caetano *cit.* in Carvalho, 1973, pp. 90-91). Portanto, sob uma visão paternalista do Governo/Estado, a censura justificava-se devido aos efeitos da própria censura.

7.2.1. Obstáculos ao funcionamento: a censura

A Ditadura Militar recorreu à censura para controlar a informação, mas não a institucionalizou. A 17 de junho de 1926, menos de um mês depois do golpe de 28 de maio, o general Gomes da Costa, que liderava então a Junta de Salvação Pública, declarou ao *Diário de Lisboa*:

“o governo garantirá, republicanicamente, todas as liberdades, inclusive a de imprensa, desde que, é claro, não se cometam abusos.” (*Diário de Lisboa*, 17 de junho de 1926). No editorial do dia seguinte, este vespertino, ainda que desejasse que a “pena de jornalista” não sofresse “entraves nem malsinações”, reconhecia que o “país há muito tempo que não sabe o que seja um governo — dos que governam” (*Diário de Lisboa*, 18 de junho de 1926). A 22 de junho, chegou aos jornais um ofício, sob a chancela da Polícia Cívica de Lisboa, que anunciava a censura à Imprensa:

Por ordem superior, levo ao conhecimento de v. [ex^a] que, a partir de hoje, é estabelecida a censura à Imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal, sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana para aquele fim. — Saúde e Fraternidade — Lisboa, 22 de Junho de 1926 — O 2º comandante, Cap. Aníbal de Azevedo (*Diário de Lisboa*, 22 de junho de 1926)

O estabelecimento da Censura foi divulgado na imprensa diária, mas não publicado oficialmente no *Diário do Governo*. A 24 de junho, os jornais informavam os seus leitores: “Este número foi visado pela Comissão de Censura” (Figura 1).



Figura 1
Primeira página do *Diário de Lisboa* de 24 de junho de 1926.
Fonte: Recuperada da Web [Fundação Mário Soares / Documentos Ruella Ramos <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05743.007.01964>].

A despeito da repressão, a liberdade de imprensa é proclamada no artigo 1º dos dois diplomas legais relativos à imprensa publicados em julho de 1926. O Decreto 12.008 de 29 de Julho (subscrito por Óscar Carmona), que surgiu para alterar e esclarecer algumas disposições do Decreto 11.839 de 5 de Julho (subscrito pelo anterior chefe de governo, Gomes da Costa), afirmava expressamente: “A todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de caução ou censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia”. No artigo 9, lê-se: “Nenhuma autoridade poderá, sob qualquer pretexto ou razão, apreender ou por outra forma embaraçar a livre circulação de qualquer publicação”. Também o artigo 12 não sofreu alteração:

Não são proibidos os meios de discussão e crítica de diplomas legislativos, doutrinas políticas e religiosas, atos do Governo, das corporações e de todos os que exercem funções públicas, com o fim de esclarecer e preparar a opinião para as reformas necessárias pelos trâmites legais e de zelar a execução das leis, as normas de administração pública e o respeito pelos direitos dos cidadãos.

Todavia, continuava a proibir-se o uso de “linguagem despejada”, sob pena de prisão correcional e multa correspondente (art. 10), sem explicar o significado de “linguagem despejada”.

Uma alteração assinalável verificou-se relativamente ao decretado anteriormente: agora bastariam três condenações pelo crime de difamação para o periódico ser “suprimido”, e à terceira vez que o diretor do periódico fosse condenado pelo mesmo crime ficaria “incapacitado” para dirigir qualquer periódico, pelo tempo de cinco anos (Decreto 12.008). Mesmo assim, a Ditadura Militar não confiava apenas neste tipo de repressão. A 7 de julho, entre a publicação dos dois diplomas legais (Decreto 11.839 e Decreto 12.008), o *Diário de Lisboa* protestava contra a censura:

“(...) o tempo não vai para grandes reportagens, ou mesmo para entrevista política, que a Censura corta impiedosamente (...) Organiza-se um sistema político que, pela voz dos seus mais altos representantes, promete não cortar um milímetro de liberdade à imprensa. Mas a breve trecho, surgem de vários lados gritos de alarme, que põem em sobressalto os meios governamentais:

— O jornalista, eis o inimigo!

E contra o jornalista mobiliza-se uma comissão de censura (...)

Jornalismo sem liberdade não é jornalismo. Estabelecer a censura prévia é camuflar a opinião pública, é fingir que se governa com o aplauso de toda a gente (...).

Nos últimos dias, têm-se dado factos que só por si bastariam para condenar irremissivelmente a censura. O jornalista cala-se, porque lhe ordenam.

A 3 de agosto de 1926, no dia seguinte à publicação no *Diário do Governo* do Decreto 12.008, o *Diário de Lisboa* informou os seus leitores que o “regimen de censura à Imprensa foi-se apertando cada vez mais”:

A comissão de censura já não se limita a visar as provas de granel e de página que lhe enviamos. Pela última circular recebida, os jornais não podem abrir a venda sem que a comissão tenha visado pela segunda vez um exemplar impresso do jornal. Isto representa um atraso enorme e um prejuízo incalculável. Perdem-se sistematicamente os correios e ninguém indemniza as empresas dos prejuízos sofridos.

Na Imprensa, acreditava-se que a Censura fosse uma realidade de curto prazo, ainda que o Decreto 12.008 não deixasse de ser “uma espada de Damocles assente sobre jornais e jornalistas” (*Diário de Lisboa*, 3 de agosto de 1926).

Com as revoltas de Fevereiro de 1927, que procuravam restaurar a República liberal e democrática, a censura endureceu. A Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo reporta que “numerosos jornais e revistas deixaram de se publicar em todo o País”, incluindo diários como *O Mundo*, do Partido Republicano da Esquerda Democrática, dirigido por Urbano Rodrigues (1979, pp. 6-7).

Em 1933, nas vésperas do 7º aniversário do 28 de maio, o *Diário do Governo* publicou o Projeto de Constituição de 1933, subscrito pelo Governo encabeçado por Salazar (Decreto 22.241 de 22 de fevereiro de 1933). Esse Projeto de Constituição, ainda que reconhecesse a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma como um dos “direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses” (ar. 8, nº 4), atribuía ao Estado a incumbência de defesa da opinião pública “de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum” (art. 20). Esta Constituição — que definia o Estado português como uma “República corporativa” — será aprovada por 97,2% dos 1,3 milhões de eleitores inscritos no plebiscito nacional de 19 de março (*Diário do Governo*, 11 de abril de 1933).

A 11 de abril de 1933 — no mesmo dia em que o *Diário do Governo* informa os resultados do plebiscito à Constituição e que esta entra em vigor; no mesmo dia em que Salazar foi (re)nomeado Presidente do Conselho pelo Presidente da República Carmona (por Decreto 22472) — foi promulgado o decreto governamental onde se lê: “Continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas (...) [que] versem assuntos de carácter político ou social” (Decreto-Lei 22.469). O vespertino *Diário de Lisboa*, desta vez, limitou-se a reproduzir o diploma sem fazer qualquer comentário à situação da imprensa.

Pelo Decreto-Lei 22.469 de 11 de abril de 1933, a censura visa “impedir a perversão da opinião pública” e as comissões encarregadas de a exercer são nomeadas pelo Governo. Com isto, o novo poder político atribui à entidade censória natureza governamental; apesar da Constituição de 1933 prever a regulação da liberdade de expressão através de “Leis especiais”:

Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão de pensamento, de ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos⁵

Na revisão constitucional de 1959 (Lei 2.100 de 29 de agosto) lê-se: “Lei especial definirá os direitos e os deveres, quer das empresas, quer dos profissionais do jornalismo, por forma a salvaguardar a independência e dignidade de umas e outros”. E, à lista daquilo que “constitui matéria da exclusiva competência da Assembleia Nacional”, acrescenta-se a aprovação das bases gerais sobre o exercício das liberdades a que se refere o §2 do artigo 8º (art. 17 da Lei 2.100).

Em 1967, Salgado Zenha lamentava que, oito anos passados, o regime de direito ainda não tivesse substituído o então regime “de pura e mera polícia do pensamento e da informação”, assistindo-se a “uma imprensa sem lei”:

não há lei que regule a nossa Imprensa. (...) A realidade, a triste realidade, é o magro e esquelético Decreto 22.469, de 11 de Abril de 1933, que submete à censura prévia as publicações gráficas. Não se dá sequer ao incómodo de a regulamentar em pormenor. (...) A lei de imprensa atual são as instruções e as circulares da Censura, as interferências constantes do S.N.I. na vida dos jornais e da própria Censura, e até os telefonemas de quem manda para os censores e destes para os jornais. Em última análise, a lei de imprensa é o lápis azul do censor (...), o lápis azul dos censores escolhidos pelo Governo.” (Moura *et al.*, [1968], pp. 76-77)

A lei de imprensa foi um tema adiado décadas.

Em setembro de 1968, Marcello Caetano substituiu Salazar na Presidência do Conselho de Ministros. O país viveu então a esperança de uma “abertura” do regime e o Governo experienciou um “estado de graça” que ficou conhecido como “Primavera Marcelista”. Mas, para Mário Soares, a efemeridade deste período traduziu-se numa “primavera política” que não chegou sequer a florir (1974, p. 657).

Em novembro de 1968, Caetano manteve em vigor o regime de censura prévia (Decreto-Lei 48.686 de 15 de novembro de 1968) que fora estabelecido em 1933. Ficava agora dependente da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, através da Direção-Geral de Informação. Esta última veio substituir a Direção-Geral dos Serviços de Censura criada em 1933 (Decreto Lei 22.756 de 29 de junho de 1933). Na realidade, várias alterações introduzidas por Caetano não foram mais do que retoques de cosmética. Ele tentou explorar o poder simbólico das palavras.

5 Pela revisão constitucional de 1971, acrescenta-se a regulação do exercício da liberdade religiosa.

Com a Lei de Imprensa de 1971 (Lei 5/71 de 5 de Novembro) e o Estatuto da Imprensa (Decreto-Lei 150/72 de 5 de Maio) que a abrange e desenvolve, a “censura prévia” foi cristalizada de “exame prévio”. Deu-se-lhe um carácter temporário/transitório ao estipular que o regime de exame prévio existiria quando fosse decretado o estado de sítio ou de emergência. Entre a aprovação dos dois documentos, a Assembleia Nacional “reconhece que persiste a ocorrência de atos subversivos graves em algumas partes do território nacional” (Resolução de 20 de dezembro de 1971 in *Diário do Governo*, 27 de dezembro de 1971).

A Lei de Imprensa de 1971 (Lei 5/71 de 5 de Novembro) considera que a “imprensa exerce a função social de permitir a expressão do pensamento, a divulgação de conhecimentos e a difusão de informações, tendo em conta o interesse coletivo”; mas limita o desempenho dessa função, ao estipular que a imprensa “deve circunscrever-se às [informações] que provenham de fonte conhecida, (...) e com exclusão daquelas (...) que sejam tendenciosas ou manifestamente contrárias aos interesses nacionais.”

Ou seja, os portugueses continuavam impedidos de ler nos jornais informação relevante, por exemplo, acerca da questão ultramarina, a menos que tal informação fosse abonatória ou em conformidade com os interesses do Governo. Apesar de ser considerado “o problema nº 1 da atualidade portuguesa” (Mário Neves in Moura *et al.*, [1968], p. 47), o problema ultramarino permanecia como “o principal assunto tabu” (Carvalho & Cardoso, 1971, p. 243), “um problema escondido (...) que não se pode discutir nem conhecer” (Godinho, [1973], p. 27).

Os portugueses desconheciam o que se passava na guerra do ultramar que — iniciada em 1961 se desenvolvia em três frentes de combate: Angola, Guiné e Moçambique, que lutavam pela independência. Isto apesar de, em 1973, a guerra mobilizar 6% da força de trabalho, e os gastos militares absorverem cerca de 45% das despesas de consumo público e 30% dos gastos correntes de todo o setor público administrativo (Lopes, 2002). Aliás, os portugueses não podiam estar informados e esclarecidos acerca daquilo que contribuiu decisivamente para a queda do regime, como se depreende dos argumentos que antecedem as medidas que constituem o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) na sequência do golpe de Estado de Abril de 1974. Nesse Programa do MFA lê-se, entre outros:

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objetivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos

(...) a definição daquela política só é possível com o saneamento da atual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo Português (anexo à Lei 3/74 de 14 de maio)

A Junta de Salvação Nacional assumia no programa do Governo Provisório “que a solução das guerras no ultramar” era “essencialmente política, e não militar”, cabendo-lhe criar

“condições para um debate franco e aberto com vista à definição do futuro do ultramar (...) no respeito pelo princípio da autodeterminação” (Decreto-Lei 203/74 de 15 de maio). O próprio Marcello Caetano reconhecerá no pós-25 de Abril que “toda” a sua atuação de governante foi condicionada pela questão ultramarina: “A sua existência explica muito do que fiz — e também muito do que não pude fazer” (Caetano, 1974, p. 17).

Seja como for, a proibição — que podia ser parcial ou total — continuou a não se limitar a assuntos de carácter militar, nem sequer de oposição ideológica/política. Limitava-se a imprensa também “para assegurar (...) a defesa da moral” (Base XIII da Lei de Imprensa). Ainda que, desde setembro de 1968, comessem a abordar assuntos até aí considerados tabu (Balsemão, 1971), os jornais estavam proibidos de escrever “em termos pormenorizados e sensacionalistas casos de vadiagem, libertinagem, uso de estupefacientes, suicídio e crimes violentos”; e de publicar “extratos de processos sobre o estado e a capacidade das pessoas ou referentes a crimes contra a honestidade, de ultraje à moral pública, de aborto ou de difamação ou injúria” (Decreto-Lei 150/72). Ou seja, além de impor uma moral oficial, o regime proibia os jornais de informar violações dessa moral; não se respeitando o princípio da publicitação da justiça. Também não se respeitava o princípio da transparência respeitado (de certa forma) desde a Ditadura Militar; pois agora nem sequer se consentia que a Imprensa fizesse qualquer referência ou indicação de que os textos/imagens foram submetidos a exame prévio. O objetivo era gerar a aparência de normalidade para que o leitor ficasse com a perceção/ilusão de que a censura não existia. A partir de 1 de junho de 1972, altura em que entrou em vigor o Decreto-Lei 150/72, os jornais deixaram de publicar o tradicional aviso “visado pela censura” ou “este número foi visado pela Comissão de Censura”.

Num regime de censura prévia, os queixosos de crime de abuso de liberdade de imprensa são “aqueles a quem a Censura não protege”, denunciava Salgado Zenha em 1967: “se nos jornais visados pela Censura aparecem injúrias e difamações — às vezes de uma escandalosa grosseria — é porque os seus autores pertencem ao grupo dos protegidos (...) pelo Poder” (Moura *et al.*, [1968], p. 18). Pior ainda era violar o direito de resposta ao adversário, pois as respostas dos visados estavam sujeitas a cortes (Salgado Zenha in Moura *et al.*, [1968], p. 52). Zenha afirmou também que as queixas eram inúteis: “É sabido que, com maior ou menor periodicidade, aparece uma amnistia que enterra esses processos (...), se os visados pelos ataques não gozam da simpatia de quem manda” (Moura *et al.*, [1968], pp. 18, 52). Zenha virá a ser Ministro da Justiça no I Governo Provisório no pós-25 de Abril de 1974.

Numa espécie de “apartheid intelectual” como deplorava José Cardoso Pires (1999, p. 191), a mera referência a certas palavras (por exemplo, repressão), nomes ou livros era silenciada com cortes que podiam eliminar o texto todo. Arons de Carvalho (1973) explica que se podem identificar como fortes indícios de intervenção da censura: uma pequena notícia com subtítulo; a ausência de uma rubrica habitual (por exemplo, notas do dia) substituída por um

anúncio; o espaço aumentado entre linhas ou palavras em jornais impressos pelo sistema offset (como era o caso do *Diário de Lisboa*).

Os cortes da censura significavam não só aborrecimentos, como também desperdício de tempo, trabalho e material (por exemplo, viagens efetuadas), forçando a substituições por alternativas menos pertinentes, oportunas ou adequadas para ocupar o espaço censurado. A um jornal diário que vive da atualidade, qualquer atraso pode comprometer irremediavelmente o sentido de oportunidade.

Desrespeitar cortes da censura podia resultar num castigo de meses em “prova de página” (Carvalho, 1973). Diferente das habituais provas tipográficas a “granel” (provas individuais, sem indicação da página onde seria publicado o texto), um pequeno corte de três linhas na “prova de página” era suficiente para: obrigar a repaginar (para ocupar o espaço cortado), tirar uma nova prova, e sujeitar de novo à apreciação do Exame Prévio. Isto era especialmente difícil a um jornal em formato *broadsheet*. Apesar da repressão, era habitual estabelecer-se um relacionamento relativamente cordial entre os censores e os dirigentes dos jornais, tal pode acontecer entre o preso e o carcereiro. Era até frequente o censor insurgir-se contra a “falta de lealdade” quando o jornal ousava passar pelas “malhas da censura” uma informação ou opinião menos favorável ao regime (Cavaco, 2012, p. 323). Como os textos ou imagens submetidos a exame prévio podiam “ser proibidos, total ou parcialmente, mas nunca alterados” (Decreto-Lei 150/72), era frequente estabelecer-se um diálogo com o censor, em que o chefe de redação ou diretor tentava explicar o sentido do conteúdo que se pretendia publicar. Até porque havia diversidade de critérios na atuação da censura: “O que é permitido por um censor, pode ser cortado por outro” (Carvalho, 1973, p. 70). O censor aproveitava a ocasião para dar “instruções” ou “sugestões” (Carvalho & Cardoso, 1971). Naturalmente que este processo atrasava a produção dos conteúdos, pelo que o tempo que levava até a aprovação final, tendia a retardar a impressão e consequentemente a distribuição, comprometendo a colocação do produto em banca atempadamente. Os atrasos provocados pela censura podiam refletir-se na diminuição das vendas do jornal, por exemplo nas vendas de fim de semana, atendendo a que vários postos de venda fechavam na tarde de sábado e no domingo.

“Quanto custa a Censura a cada jornal? Custa-lhe tanto mais quanto menos o jornal dobrar a cerviz às diretrizes e orientação e vontade de quem manda”, afirmou Raul Rêgo, em 1969, no II Congresso Republicano de Aveiro, calculando em quase um milhão de escudos o prejuízo anual causado pela censura a um jornal menos conformista:

Em tempo perdido pelo pessoal, dispêndio de material, incluindo carros que vão e vêm da Censura, telefonemas que não mais acabam, perda dos correios, tudo isso talvez uns dois contos e meio por dia. Isso perfará mais de novecentos contos anuais! (1969, p. 175)

Raul Rêgo revelou então que o *Diário de Lisboa* sofrera vinte e cinco intervenções da Censura, entre 5 e 8 de maio desse ano. A 25 de abril de 1974, no dia em que o golpe militar depôs o regime Estado Novo, o vespertino *República* afirmou: “Não caberiam nos jornais de um mês, sequer nos de um ano inteiro, todos os artigos ou notícias que a Censura, e mais recentemente o exame Prévio, nos impediu de publicar.”

Segundo Mário Neves, os jornais portugueses tinham muita dificuldade em atrair a colaboração de bons especialistas porque estes não se queriam sujeitar às restrições da Censura ou não sabiam como tratar os temas sem levantarem reparos ou suspeitas. Os “temas económicos são na maioria dos casos interpretados como tendo perigosas implicações de ordem pública e social”, afirma Neves para exemplificar a arbitrariedade das decisões da censura (Moura *et al.*, [1968], p. 47). Diz mesmo: “Muitas vezes há intervenções da Censura em matéria que não se podia sequer sonhar que elas pudessem vir a verificar-se” (Moura *et al.*, [1968], p. 29).

Em 1967, contando com trinta e oito anos de prática de jornalismo diário desenvolvida sob o regime de censura, Mário Neves lamentava o baixo nível do profissionalismo no jornalismo em Portugal. (Moura *et al.*, [1968], p. 28). Nuno Teixeira Neves ilustra o impacto da censura no brio profissional do jornalista:

Imaginem uma profissão em que o esmero fosse impedido, em que ninguém pudesse ser excelente, nem sequer bom; imaginem um alfaiate a quem rasgassem os melhores fatos (...) garanto-lhes que, muitas vezes, (...) aquilo que nos cortam é o vigor mais fino do nosso trabalho (...) uma autêntica castração. (1969, 19)

Na perspetiva de Mário Neves, o hábito que se estabelecera de fornecer aos jornalistas comunicações escritas também ajudava a quebrar o brio profissional. Recorde-se que a Constituição (desde 1933) proibia a imprensa de “recusar, em assuntos de interesses nacionais, a inserção de notas oficiosas de dimensões comuns que sejam enviados pelo Governo. Recorde-se também que o regime serviu-se do Secretariado de Propaganda Nacional, um organismo, criado em 1933 (Decreto-Lei 23.054 de 25 de setembro de 1933), que, em 1944 (quando se aproximava o fim da II Guerra Mundial), mudou de nome, passando a designar-se Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (Decreto-Lei 33.545 de 23 de Fevereiro de 1944), continuando na dependência da Presidência do Conselho. No SNI, como era comumente designado, foram integrados os serviços de censura. Em 1968, menos de um mês depois de Marcello Caetano assumir a chefia do Governo, os serviços do SNI transitaram para a Secretaria de Estado da Informação e Turismo, criada na Presidência do Conselho (Decreto-Lei 48.619 de 10 de outubro de 1968).

Maria Antónia Palla, jornalista desde 1968, diz não ter sido “mártir da censura” porque aprendeu a “escrever para passar na Censura” (Correia & Baptista, 2010, pp. 302-305). Ela, tal como Adelino Gomes, pertenciam a uma nova geração, mais politizada e irreverente, que

entrou para as redações, pensando “que iam derrubar o regime” (Adelino Gomes *cit.* in Cavaco, 2012, p. 366). Estes jovens jornalistas resistiam ao conformismo e à autocensura, duas grandes tentações que induziam o jornalista a se acomodar/conformar e a não questionar/refletir sobre determinados problemas. A autocensura era de facto uma das virtudes convenientes ambicionadas pelo Estado Novo. Salazar, numa entrevista reproduzida no jornal *O Século*, de 31 de Agosto de 1961, afirmou tê-la conquistado aos jornalistas: “O Governo conseguiu disciplinar a Imprensa [...] Hoje, os nossos jornalistas não precisam da censura, porque atuam não apenas nos termos da lei, mas segundo uma ética de comedimento e de equilíbrio, como convém ao interesse nacional”.

A autocensura não se confunde com a autorregulação. Esta última era a “meta desejada” pelos democratas e que pressupõe um código de ética profissional do jornalista (um código deontológico) elaborado pelos próprios jornalistas; ainda que Salgado Zenha, em 1967, julgasse não haver “incentivo nesse sentido enquanto subsistir a escravidão da Censura” (Moura *et al.*, [1968], p. 88). Defendia que “um jornalismo responsável não pode ser senão um jornalismo livre”; e que a “existência da censura prévia tem como resultado o apagamento de todas as responsabilidades” (Moura *et al.*, [1968], p. 86). Na sua perspetiva, o sistema da censura prévia “é totalitário”: “Nada lhe escapa. O seu objetivo é uma imprensa dirigida e uniforme. E a opinião pública não pode exercer nenhuma influência sobre a orientação do jornal ou reprová-lo (...). Quem manda é a Censura.” (Moura *et al.*, [1968], p. 74). Dá testemunho do “alheamento do País”, como resultado da “informação facciosa e a discussão proibida”, pois era “absolutamente extraordinária a ignorância da esmagadora maioria dos portugueses sobre as questões mais rudimentares do nosso atraso económico e cultural”: “Difícilmente encontrará alguém que saiba em que têm consistido os vários Planos de Fomento” (Salgado Zenha in Moura *et al.*, [1968], p. 55).

O Sindicato Nacional dos Jornalistas — que no Estado Novo se enquadrava na lógica do Estado Corporativista — publicou em 1972 o *Projeto do Código de Deontologia Profissional do Jornalista*, para ser presente à Assembleia Geral. Mas, este Projeto não chegou a ser votado; tendo-se aprovada uma moção em que se afirmava não haver condições para aprovar um código deontológico enquanto não fosse abolida a censura (Cavaco, 2012).

7.2.2. Barreiras legais à entrada

Poucos anos depois da Constituição de 1933, o Estado Novo criou barreiras que dificultavam e até mesmo bloqueavam a entrada de novos agentes na imprensa portuguesa.

Em 1936, a fundação de novos jornais ou revistas passou a estar condicionada à decisão discricionária da Direção dos Serviços de Censura a quem cabia avaliar a exigida “idoneidade intelectual e moral dos responsáveis pela publicação” (Decreto-Lei 26.589 de 14 de maio de

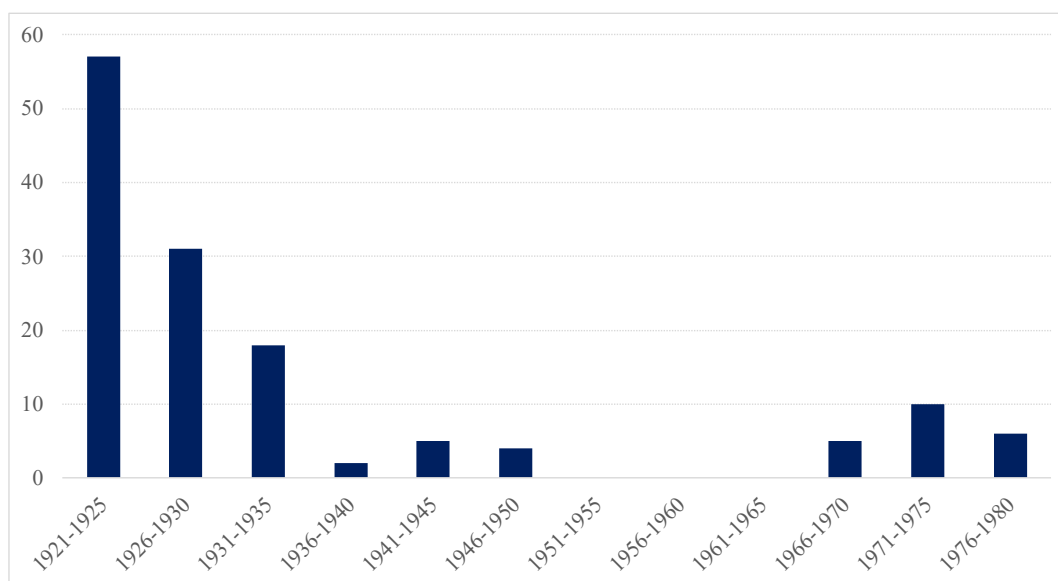
1936)⁶. Em caso de denegação pela Direção dos Serviços de Censura, permitia-se recurso não para um Tribunal, mas para o ministro do Interior. Na prática, a mudança ou substituição de diretor ou editor — mesmo que por motivo de falecimento — estava também dependente de autorização da Censura (Moura *et al.*, [1968]). E esta última poderia negá-la sucessivamente.

A autorização prévia ao ser negada a opositores ou dissidentes favorecia a perspetiva monolítica do regime. Percebemos melhor esta perspetiva se atendermos a um dos lemas que constituíam as bases do Estado Novo: “não discutimos autoridade e o seu prestígio” (Salazar, 2007, p. 83). Salazar, em “Como se ergue um Estado”, publicado em 1937, defendia: “há menos desvantagem em não se deixar criticar do que em não se fazer obedecer” (2007, p. 85).

Entre 1921 e 1980, em 59 anos, criaram-se em Portugal 138 novos jornais diários, 76,8% nos primeiros 14 anos desse período (1921-1936), apesar da quebra mais acentuada desde 1928. Em 1936, não se registaram qualquer novo título; mas em contrapartida extinguíram-se 5 diários. O gráfico 6 sugere o impacte da autorização prévia.

Gráfico 6

Criação de novos diários em Portugal, entre 1921 e 1980, por quinquénios.



Fonte: adaptado de Lemos, 2006.

6 Relativamente às Colónias, já, em 1926, havia sido reconhecida a “indispensável (...) responsabilidade eficaz” conseguida “só pela exigência de idoneidade” (Decreto 12.271 de 3 de setembro de 1926), sendo em 1927 instituído o sistema de “prévia autorização” (Decreto 13841 de 27 de junho de 1927).

Para o diminuto número de novos títulos verificado depois de 1936 contribuiu a exigência de caução:

Nenhuma publicação, periódica, ou não, mas sujeita por lei ao regime de censura prévia, poderá ser fundada (...) sem que tenha sido feita prova suficiente dos meios financeiros da respetiva empresa. Entender-se-á que os não possui a empresa que, por meio de depósito, fiança ou aval bancário, não preste a garantia suficiente dos salários e ordenados ou correspondentes despesas de colaboração, composição, revisão e impressão, durante o prazo de seis meses. (Decreto-Lei 26.589 de 14 de maio de 1936)

Ainda que “menos grave” do que a autorização prévia, a caução “facilita a dependência em relação ao grande capital” (Carvalho & Cardoso, 1971, pp. 213, 216), uma dependência que fragilizava fortemente a imprensa e o jornalismo. A exigência de caução impelia a imprensa a recorrer à banca, como foi o caso do vespertino *A Capital* cuja entidade proprietária — a Sociedade Gráfica da Capital — recorreu ao Banco Borges & Irmão que prestou a seu favor uma garantia de 300 contos, numa fiança válida por um ano e renovada anualmente (Cavaco, 2012). Em 1972, tal fiança deixou de ser necessária.

A Lei de Imprensa de 1972 foi um balde de água fria naqueles que aspiravam ao fim do regime de censura prévia. Mesmo assim, com o Estatuto da Imprensa, tornou-se muito mais fácil criar uma empresa jornalística e designar um Diretor.

Pelo Decreto-Lei 150/72 de 5 de maio, o “direito à utilização da imprensa” abrangia, entre outros, o “direito de edição e de constituição de empresas jornalísticas ou editoriais”, passando a exigir-se apenas nacionalidade portuguesa e residência em Portugal, a quem pretendesse constituir empresas jornalísticas individuais. As sociedades comerciais estavam sujeitas aos seguintes requisitos: a) terem a sede e a direção efetiva em Portugal; b) os administradores ou gerentes serem portugueses e residirem em Portugal; c) a maioria do capital social ser português; d) as ações representativas da maioria do capital social serem nominativas, em caso de sociedades anónimas. Para o exercício das funções de diretor, diretor-adjunto ou sudirector de publicações de natureza jornalística, tinha-se de cumprir alguns requisitos, sendo que estavam dispensados os que já exercessem esses cargos à data da entrada em vigor do diploma: a) ser cidadão português; b) estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos; c) possuir o curso complementar dos liceus ou habilitação equivalente. Quaisquer dessas funções não podiam ser exercidas simultaneamente em mais de um jornal diário. E no caso de se tratar de funcionário público, civil ou militar, na efetividade de exercício, dependia de autorização do respetivo ministro. Contudo, a Direção-Geral da Informação podia dispensar esses requisitos.

Para responder às preocupações daqueles que alertavam para o perigo da excessiva concentração da imprensa que se encontrava então nas mãos de poucos grupos económicos/

financeiros, o Estatuto da Imprensa submetia à autorização governamental “a fusão de duas ou mais empresas proprietárias de publicações de natureza jornalística”; bem como a “aquisição, por uma empresa proprietária de publicações de natureza jornalística, de ações, quotas ou outras partes de capital de sociedades proprietárias da mesma natureza, quando os valores adquiridos, por si ou adicionados a outros de que já seja titular, representem, pelo menos, 30% do capital destas” (Decreto-Lei 150/72). Constituíam obstáculos à autorização quando se presumisse que a aquisição: a) fosse suscetível de prejudicar a divulgação correta e objetiva de informações; b) pudesse conduzir ao monopólio das inserções publicitárias; c) visasse impedir ou restringir a independência das publicações; d) se destinasse à eliminação de uma publicação concorrente; e) conduzisse ao resultado de a empresa adquirente, considerada a tiragem das publicações em causa, dominar mais de 50% das publicações do sector.

Portanto, apesar de se avançar com limitações à concentração, legitimava-se uma certa dose de discricionariedade, ao conceder ao Governo — e não a órgãos independentes — o poder de avaliar e decidir nessa matéria, potenciando naturalmente o favorecimento daqueles que eram mais próximos ou reverentes do regime.

Seja como for, em 1971, Balsemão já alertava para o atraso da regulação do setor, pois verificava que, numa espécie de jogada por antecipação, “os grupos de pressão diretamente ou por interposta pessoa, começaram a comprar títulos tentando precaver-se contra os inconvenientes (para eles) de uma relativa liberdade de Imprensa” (Balsemão, 1971, p. 230).

7.2.2. Outras intervenções

Em 1936, o Estado Novo não se ficou por medidas de controlo preventivo: censura prévia, autorização prévia e caução. O Decreto-Lei 26.589 de 14 de maio de 1936 acrescentou outra medida caprichosa inibidora da concorrência: os anúncios dos serviços públicos/oficiais e das empresas concessionárias passariam a ser publicados apenas nos jornais que constassem numa espécie de lista elaborada pela Direção dos Serviços de Censura. No preâmbulo desse Decreto-Lei explicava-se essa medida constrangedora da imprensa nos seguintes termos:

Acontece por vezes que alguns organismos oficiais fazem publicar anúncios em jornais cuja ideologia é oposta à do Estado e que incansavelmente trabalham por destruir os princípios fundamentais da Constituição Política. Com essa publicação não só se auxiliam os inimigos da sociedade e do Estado, como se obrigam indiretamente à leitura de tais órgãos todos os interessados na matéria dos anúncio.

Os jornais que desagradavam o poder político deixavam de poder usufruir da receita proveniente dos anúncios de carácter oficial, incluindo os anúncios judiciais, sob pena de estes não

terem validade legal (Decreto 27.543 de 1 de Março de 1937). Para além de uma evidente manipulação da concorrência, estamos perante uma forma de censura económica. Beneficiava-se uns e estrangulava-se outros; mas aqueles que eram favorecidos por este subsídio indireto estavam sujeitos à pressão política. Significava simultaneamente um benefício, mas uma ameaça de serem estrangulados no caso de prevaricarem, pois a referida lista dos jornais favorecidos podia ser “aditada ou corrigida” (Decreto-Lei 26.589 de 14 de maio de 1936).

Condicionar as receitas provenientes da publicidade pública aos órgãos de comunicação social ganha maior relevância num país de reduzidas dimensões e com baixos índices de leitura (Cavaco, 2019). No fim dos anos 60, registavam-se 71 exemplares por mil habitantes em Portugal, em claro contraste com uma Suécia ou Inglaterra, onde esses valores eram de 528 e de 463, respetivamente (Fernandes, 1973). Atendendo à “saúde pública” como indicador que nos permite aferir o desenvolvimento de um país, vale a pena referir que, nessa altura, o consumo alimentar em Portugal, tanto a nível quantitativo como qualitativo, não satisfazia as necessidades mínimas diárias dos seus habitantes, de acordo com dados da OCDE (Fernandes, 1973). Num país pobre e com uma imprensa amordaçada, a informação jornalista não constitui um bem de primeira necessidade, nem sequer simbolicamente.

No início de 1971, o Imposto do Selo sobre a publicidade aumentou 7 pontos percentuais, passando de 3% para 10% (Decreto-Lei 653/70 de 28 de maio). Dado que eram as empresas jornalísticas quem de facto pagavam e não os anunciantes, o Grémio (no seu relatório e contas relativo a 1970) previa que o aumento deste imposto agravasse a “já precária situação económica da maior parte das Empresas agremiadas”.

No Estado Novo, o Governo interferia decisivamente na alteração do preço de venda ao público dos jornais, mas fazia-o nos bastidores, para não se associar negativamente ao aumento do preço que por norma desagradava os consumidores; diferente do que acontecera na I República em que essa alteração se fazia por decreto.

Em 1946, menos de um ano após o fim da II Guerra Mundial, o preço dos jornais aumentou, passando de 38 centavos aos vendedores e de 50 centavos ao público para 65 centavos (+71%) e 80 centavos (+60%), respetivamente. A margem de lucro dos vendedores, isolando outros fatores, baixou de 31,6% para 23,1%. Ao Grémio Nacional de Imprensa Diária — que agrupava as entidades patronais na lógica do Estado Corporativista — cabia assumir publicamente essa subida, ainda que afirmasse ter “Pedida ao Governo autorização, devidamente fundamentada, para este novo preço” no início de março desse ano (*Diário de Lisboa*, 29 de outubro de 1946). Asseverou que tomou esta resolução pela “absoluta impossibilidade de suportar por mais tempo prejuízos que de há muito se mostravam cada vez maiores”, apresentando como “razões justificativas” os “extraordinários aumentos nos principais produtos que entram na confeção dos jornais”, nomeadamente nos custos de papel que aumentaram 245%.

Os valores referidos eram relativos a março de 1946; o comunicado do Grémio — para esclarecer os leitores da “justiça” da resolução e de que não havia “qualquer propósito de

especulação ou ganância” — tinha data de 29 de outubro, dia em que foi divulgado no mesmo dia no *Diário de Lisboa*. A subida de preço, ocorrida a 1 de novembro, terá sido retardada pelo Governo, como sugere a carta que Salazar enviou a Caetano em meados de outubro, ao interpretar a atitude da imprensa como retaliação ao adiamento para novembro da entrada em vigor do aumento de preço (Salazar in Antunes, 1994, p. 196).

Em 1956, perante a solicitação do Grémio e dalguns diretores de jornais para se elevar o preço dos jornais para 1\$00, o ministro da Economia, Ulisses Cortês, manifestou o inconveniência desse aumento “em face da política dos preços do governo”; e, considerando tratar-se de um problema com “incidências políticas” cuja solução transcendia a sua competência, reencaminhou-o para Marcello Caetano, o então ministro da Presidência, de quem dependiam diretamente as relações com os jornais (Ulisses Cortês *cit.* in Cavaco, 2012). Depois de ouvir Salazar e de acordar com o ministro da Economia, o então Ministro da Presidência, chamou Pereira da Rosa, administrador-delegado de *O Século* e procurador à Câmara Corporativa, para lhe “comunicar” a data em que seria alterado o preço de venda dos jornais, e para lhe “explicar”: “1º a iniciativa não devia ser do Governo, o que quer dizer que o aumento não seria obrigatório; 2º portanto apenas aumentariam, *por resolução sua*, as empresas que quisessem; 3º não falariam em dificuldades *recentes*” (Caetano in Antunes, 1994, p. 380). A 1 de outubro de 1956, o preço dos jornais subiu para 1\$00. Não foi o Grémio quem publicamente deu a cara pelo aumento de preço. Mas os jornais — dez diários — que o assumiram e se explicaram junto dos leitores/consumidores:

Jornal do Comércio, O Comércio do Porto, Diário de Notícias, O Primeiro de Janeiro, O Século, Jornal de Notícias, República, Diário de Lisboa, Diário Popular e Diário do Norte vêm participar aos seus leitores que tomaram a deliberação de aumentar o preço de venda dos seus exemplares de oitenta centavos para um escudo (...).

O público não desconhece as dificuldades com que temos lutado e que vêm a avolumar-se desde há anos (...). De resto, a situação difícil da Imprensa não se verifica só entre nós, mas é antes uma crise de caráter mundial que encontra a sua origem na guerra de 1939-45. (...) [Em 1946], foi a Imprensa portuguesa muito mais comedida do que a estrangeira, pois limitou-se a pequena subida [do preço], ao contrário do que sucedeu noutros países. (...)

Seguimos a política de apenas tentarmos afastar a crise que nos assombra (*Diário de Lisboa*, 30 de setembro de 1956).

O preço de venda dos jornais manteve-se inalterado durante treze anos. Em 1969, depois do Grémio Nacional da Imprensa Diária diligenciar junto do Governo, Marcello Caetano, agora Presidente do Conselho de Ministros, acabou por permitir que a subida para 1\$50 ocorresse a três semanas e meia das eleições legislativas. Contudo, esse aumento foi mais uma vez considerado insuficiente pelo Grémio (Relatório e contas relativo a 1969). O relatório e

contas relativo a 1973 revela que, a situação deficitária que atingia a maior parte das empresas jornalísticas levou o Grémio, reunido em Assembleia Geral, a considerar que se “impunha” um novo aumento: para 2\$50. Revela também que, a alteração foi suspensa perante a possibilidade colocada pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo de serem concedidos “determinados benefícios” aos jornais diários. Nessa altura, os custos agravavam-se com o *choque petrolífero*. Os benefícios recebidos ficaram aquém das expectativas do Grémio, ao limitarem-se a estabilizar o preço do papel de jornal com a concessão aos jornais diários de um subsídio relativo ao consumo no período de Março a Dezembro de 1973. A alteração do preço de venda avulsa para 2\$50 ocorreu a 1 de Fevereiro de 1974, numa altura em que o Grémio estava convencido, mais uma vez, de que tal subida já não cobria o aumento de custos entretanto verificado. Também *O Comércio do Porto* lamentava que este aumento tivesse sido “retardado até ao limite máximo possível, com grande prejuízo das empresas jornalísticas”, considerando que serviria “apenas para minorar a grave situação económica das empresas jornalísticas” (*O Comércio do Porto*, 27 de fevereiro de 1974).

Este procedimento, habitual no Estado Novo, de controle do preço de venda dos jornais pelo Governo ilustra a situação de dependência da imprensa portuguesa. O protelar repetidamente as alterações do preço de venda, contribuía para a fragilidade financeira das empresas jornalísticas, tornando-as potencialmente mais vulneráveis a pressões. Na prática, a economia corporativista autodirigida pelos organismos corporativos “nunca existiu”, estando esses organismos “sempre, até ao fim, sujeitos à direção e ao apertado controlo do Estado” (Lopes, 2002). Na prática, assistiu-se a um desvirtuamento do corporativismo ao subjugar os organismos às decisões do Governo que decidia consoante as suas próprias conveniências.

Em 1974, a cerca de dois meses do golpe militar de Abril, o Conselho de Ministros aprovou um diploma tendo em vista isentar de impostos aduaneiros a importação de papel de impressão destinado a ser utilizado nas publicações periódicas (Decreto-Lei 45/74 de 14 de fevereiro).

7.3. Políticas entre o 25 de Abril e a institucionalização da democracia

No dia 25 de abril de 1974, pela Lei 1/74, o Presidente da República Américo Thomas, foi destituído, o Presidente do Conselho Marcello Caetano exonerado⁷, a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado dissolvidos, passando esses poderes a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional, presidida pelo general António Spínola.

⁷ Nesta Lei 1/74, publicada no suplemento número 97 do *Diário do Governo* de 25 de abril, a Junta de Salvação Nacional deu nova redação aos nomes Américo Thomaz e Marcello Caetano que passam respetivamente a Américo Tomás e Marcelo Caetano. Ainda nesse mesmo dia, o *Diário do Governo* escrevera esses nomes na versão original, como era habitual.

Entre 1932 e 1974, durante 42 anos, Portugal conheceu apenas dois chefes de Governo (Salazar e Caetano) e três Presidentes da República (Óscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Thomaz). Entre Abril de 1974 e 1976, conhecerá três Presidentes da República: Francisco Costa Gomes, nomeado a 30 de setembro de 1974 na sequência da renúncia de Spínola, virá a ser sucedido por Ramalho Eanes. Este último, depois de eleito, tomou posse em julho de 1976. No entanto, Portugal viveu vários episódios tão conturbados quanto determinantes, como o 28 de setembro 1974, o 11 de março de 1975, o 25 de novembro de 1975.

A 15 de maio de 1974, o professor universitário e ex-bastonário da Ordem Advogados Adelino da Palma Carlos é nomeado Primeiro-Ministro (Decreto 204/74). Raul Rêgo, diretor do vespertino *República* e um dos fundadores do Partido Socialista, é o homem escolhido para o novo Ministério da Comunicação Social (Decreto 205/74).

Porém, este I Governo Provisório caiu dois meses depois de tomar posse. A “ação concertada” entre Spínola e o Primeiro-Ministro para reforçar os poderes presidenciais não convencer o Conselho de Estado; e perante esta tentativa fracassada de “golpe de Estado constitucional”, Palma Carlos demitiu-se a 9 de julho (Rezola, 2007, p. 83-87). Este episódio, que deixou o Presidente da República numa posição enfraquecida, marca “uma importante viragem na complexa correlação de forças”, geradas na sequência do 25 de Abril (Rezola, 2007, p. 87).

Em julho de 1974, o militar Vasco Gonçalves foi nomeado Primeiro-Ministro (Decreto 336/74 de 17 de julho). O militar José Sanches Osório assumiu, neste o II Governo Provisório, o Ministério da Comunicação Social (Decreto 337/74 de 17 de julho), que teve como subsecretário de Estado o jornalista Luís de Barros (Decreto-Lei 342/74 de 18 de julho e Decreto-Lei 350/74 de 7 de agosto). Após o 28 de setembro de 1974, Luís de Barros voltou a exercer esse cargo no III Governo Provisório (Decreto nº 520/74 de 4 de outubro), tendo sido então nomeado pelo Presidente da República Costa Gomes, que sucedeu a Spínola.

Cada vez mais isolado no aparelho de Estado e militar, Spínola, a 10 de setembro, a propósito do reconhecimento por Portugal da independência de Guiné-Bissau, apelou à “maioria silenciosa” que despertasse e que se defendesse “ativamente dos totalitarismos extremistas que se digladiam na sombra” (Spínola in *Diário de Lisboa*, 30 de setembro de 1974). Alguns dias depois, um anúncio de página foi enviado pela Publifarma, aos jornais, com a convocação da manifestação da “maioria silenciosa” em “homenagem ao general Spínola, contra os extremismos”; mas os jornais diários ter-se-ão recusado a publicar esse anúncio por suspeitarem “das intenções reacionárias que estariam por detrás da homenagem”, como escreve o *Diário de Lisboa*, de 30 de setembro de 1974, que relata que foram colados cartazes com esse anúncio nas ruas de Lisboa na madrugada do dia 19, e lançados, nesse dia, por avionetas, cartazes nos arredores da capital, em Coimbra “e outras zonas do país”. Nas divergências políticas sobre o processo de democratização, as partes em confronto sentiram necessidade de controlar/silenciar os meios de comunicação social:

Por determinação do general António Spínola, o Ministério da Comunicação Social informou os jornais, cerca das 2 da manhã, de que não poderiam sair no sábado [28 de setembro]. Pouco depois, também por ordem do Presidente da República, a Polícia de Segurança Pública ocupou a Emissora Nacional e a Rádio Renascença, enquanto a GNR fazia suspender as emissões da Rádio Clube Português. No Porto, as estações de radiodifusão eram ocupadas pela Polícia de Segurança Pública. O COPCON, por seu lado, reforçava o dispositivo de defesa da Radiotelevisão Portuguesa e do Aeroporto de Lisboa (*Diário de Lisboa*, 30 de setembro de 1974)

Na perspetiva do *Diário de Lisboa*, o Governo de Vasco Gonçalves considerou a manifestação “muito justamente, como tentativa de restabelecimento do regime fascista” (*Diário de Lisboa*, de 30 de setembro de 1974). Na manhã de 30 de setembro, Spínola comunicou ao Conselho de Estado, num discurso transmitido pela rádio e pela televisão que renunciava às funções de chefe de Estado, lamentando que o país vivesse num “clima generalizado de anarquia” (Spínola in *Diário de Lisboa*, 30 de setembro de 1974). “Duas horas depois do discurso do general Spínola, o Primeiro-Ministro reunido com os representantes da Informação anunciaria comovidamente que o general Costa Gomes acabava de ser designado Presidente da República”, escreve o *Diário de Lisboa*, na segunda edição desse dia 30.

No III Governo Provisório, o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves chamou a si a gestão da pasta da Comunicação Social (Decreto-Lei 516/74 de 2 de outubro) e criou a Secretaria de Estado da Comunicação Social, dada “a importância que a comunicação social reveste no processo de democratização do País” (Decreto-Lei 516/74 de 2 de outubro). O militar Guilherme Conceição Silva foi o homem escolhido para essa Secretário de Estado (Decreto 518/74 de 2 de outubro). Por despachos de 3 de outubro, o Primeiro-Ministro delegou no ministro sem pasta Vítor Alves “a gestão da pasta da Comunicação Social” que acumulou com “a gestão da Defesa” (*Diário do Governo*, suplemento de 3 de outubro de 1974). Depois do militar Vítor Alves, foi a vez do militar Jorge Correia Jesuíno ser nomeado Ministro da Comunicação Social (Decreto-Lei 83-C/75 de 24 de fevereiro).

O Ministério da Comunicação Social esteve a cargo de Jorge Jesuíno em 1975, entre 24 de fevereiro e setembro de 19 de setembro, compreendendo os III (em parte), IV e V Governos Provisórios, liderados por Vasco Gonçalves.

O 11 de março de 1975 — classificado por uns como *intentona* e por outros como *inventona* — termina com a fuga de Spínola (*Diário de Lisboa*, 11 de março de 1975, 3ª edição). Considerando, entre outros, “que os acontecimentos ocorridos em 11 de Março de 1975 impõem uma tomada de atitudes muito firmes por parte do Movimento das Forças Armadas”, a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado são extintos, e instituído o Conselho da Revolução que passa a ter poderes constituintes até à promulgação da nova Constituição (Lei 5/75 de 14 de março). Entre o 11 de março 1975 e o 25 de novembro 1975, acentuou-se “a influência e a manipulação partidária na imprensa” (Conselho de Imprensa, 1979, p. 43).

No primeiro aniversário do 25 de Abril, os portugueses foram chamados a escolher os seus representantes na Assembleia Constituinte. Na véspera, a imprensa publicou um guia prático das eleições com as informações mais elementares (Figura 2). Afinal, estas eram as primeiras eleições livres, depois de décadas de sufrágio que, para além de não ser universal, era constrangido/falseado. Pelo Decreto-Lei 621-A/74, de 15 de novembro, foi dado “o direito de voto aos maiores de 18 anos e aos analfabetos, bem como aos emigrantes que preencham determinadas condições, julgando-se assim ter cumprido o imperativo democrático que confere ao povo a soberania”.



Figura 2
Guia prático das eleições.
Fonte: *República*, 24 de abril de 1975
(segunda página).

No dia 25 de abril de 1975, votaram para a Assembleia Constituinte 5,7 milhões de 6,2 milhões de eleitores inscritos (91,7%). O PS-Partido Socialista elegeu então 116 deputados, o PPD- Partido Popular Democrático 81, o PCP- Partido Comunista Português 30, o CDS-Centro Democrático Social 16, o MDP/CDE-Movimento Democrático Português 5, a UDP-União

Democrática Popular 1, e a ADIM-Associação de Defesa dos Interesses de Macau 1⁸. Em termos de número de votos, o PS obteve 37,9%, o PPD 26,4%, o PCP 12,5%, o CDS 7,6%, o MDP/CDE 4,1%, a UDP 0,79%, a ADIM 0,02% (*Diário do Governo*, 19 de maio 1975, suplemento).

A viragem à esquerda acentuou-se depois do 11 de março, mas não tanto quanto algumas forças de esquerda desejavam. Nessa altura, a Imprensa era uma espécie de microcosmo social, com fronteiras demasiadamente porosas, onde se jogava o futuro do macrocosmo político, económico e social do país.

Exatamente um mês depois do 11 de março, o Conselho de Ministros do IV Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, declarou “pronta a efetuar” “a transferência do estabelecimento da Companhia Nacional Editora para a Editorial República” (*Diário do Governo*, 23 de abril de 1975). De acordo com aquela Resolução do Conselho de Ministros, o que estava em causa era “a defesa dos interesses dos trabalhadores” da empresa que antes publicava o órgão da Ação Nacional Popular (o diário *Época*). A Editorial República tinha um posicionamento publicamente assumido como próximo do PS.

No mês seguinte, a 19 de maio de 1975, os conflitos bipolarizados no *República*, entre tendências socialistas (administração, direção, redação) e tendências comunistas e de extrema-esquerda revolucionária (restantes trabalhadores, sob liderança do setor gráfico) subiram de tom, a ponto de a direção e redação se afirmarem “sequestradas” pela Comissão Coordenadora dos Trabalhadores. Sentindo-se traído, o ministro Mário Soares protestou, ameaçando demitir-se. Ele e outros dirigentes do PS participaram na manifestação, que se reuniu nessa tarde, em frente ao jornal, onde foram entoadas palavras de ordem: “Não se pode ignorar a vontade popular!” “Este jornal não é do Cunhal!” e “República é do povo, não é de Moscovo” (*cit. in Mesquita*, 2005)

Na madrugada do dia 20 de maio, o edifício do jornal foi evacuado e selado por forças militares. No dia em que *República* completaria 64 anos de publicação (20 de maio), o jornal não se publicou. Reaparecerá nas bancas a 10 de julho, com nova direção e redação renovada; provocando a demissão dos ministros do PS e depois do PSD, do então governo de coligação (IV Governo Provisório). A 19 de julho, no comício que ficou conhecido como “Comício da Fonte Luminosa”, Mário Soares pediu a substituição do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves (*Diário de Lisboa*, 21 de julho de 1975).

Na perspetiva de Inácia Rezola, o caso *República* não só tornou “as posições do PS e PCP irreconciliáveis”, como também “contribuiu para o reforço do PS como líder contra as tentativas hegemónicas do PCP”, tendo sido “a gota de água que desencadeia o processo de resistência e luta do *Verão Quente* de 75” (Rezola, 2007, pp. 171). Para José Rebelo, este caso

8 O nome dos deputados da Assembleia Constituinte podem ser consultados aqui <https://debates.parlamento.pt/outrasInformacoes/r3/dac/deputados-constituintes>

“assumiu dimensões paradigmáticas no contexto da guerra fria, fazendo do PS um exemplo no combate pelas liberdades” (2018, p. 173). Para João Figueira, o caso *República* constitui um exemplo do impacto que o exercício do jornalismo atingiu em Portugal:

O país vive em clima de grande efervescência e, no meio desse vulcão político-partidário, o conflito protagonizado pelo *República* representa um microcosmo do Portugal da época, no plano seja das lutas, seja da argumentação, das estratégias e das alianças. Mas constitui, também, um exemplo notável da importância da imprensa naquele período conturbado e, acima de tudo, de como o exercício do jornalismo era, na realidade, uma atividade com um impacto político como nunca voltou a ter, em Portugal. (Figueira, 2014, pp. 69-70)

A 29 de maio de 1975, apareceu *O Jornal do Caso República*, com o antetítulo “jornalistas em luta pela liberdade de expressão” indicando no cabeçalho não só o diretor (Raul Rêgo) como os nomes dos vinte e dois redatores saídos do vespertino *República*, de entre os quais, por exemplo, Arons de Carvalho e Jaime Gama. Prometia publicar-se enquanto o caso *República* não fosse solucionado. Saíram apenas dez números, sendo o último a 15 de julho de 1975.

A 25 de agosto de 1975, os autoassumidos “espoliados de uma trincheira” [do jornal *República*] lançaram o vespertino *A Luta*:

Espoliados de uma trincheira, com o consentimento de autoridades tão imbecis como conscientes da injustiça que era praticada, aqui estamos de novo na refrega, com a mesma fé nos destinos da Pátria. Nem as algemas de ontem, nem os atropelos de hoje mataram em nós a esperança.

A Luta tinha como antetítulo “jornal socialista, pluralista e independente” (Figura 3) e era dirigido por Raul Rêgo, que fora diretor do *República* e Ministro da Comunicação Social no I Governo Provisório. Em maio de 1975, Rêgo recebera a “Pena de Ouro da Liberdade” pela Federação Internacional dos Editores de Jornais e Publicações que “quis premiar uma longa luta pela liberdade de Informação e pela dignificação da Imprensa” (Conselho de Imprensa, 1979, p. 87).



Figura 3
Primeira número de *A Luta*.
Fonte: *A Luta*, 25 de agosto de 1975
(Primeira página).

Na primeira página deste primeiro número de *A Luta*, lemos com curiosidade uma notícia feita com base em “fontes geralmente bem informadas” que asseguram que o militar Carlos Fabião era indicado como Primeiro-Ministro de um elenco governativo que seria apresentado nesse mesmo dia ao Presidente da República, e onde o militar Vítor Alves era “apontado como certo” para a Comunicação Social (Figura 3). O jornal não acertou no nome do futuro Primeiro-Ministro.

O VI e último Governo Provisório surgiu a 19 de setembro de 1975, sendo o militar José Pinheiro de Azevedo nomeado Primeiro-Ministro (Decreto 507-A/75 de 19 de setembro) e António Almeida Santos nomeado Ministro da Comunicação Social (Decreto 507-B/75 de 19 de setembro). A Vítor Alves foi-lhe atribuído o Ministério da Educação e Investigação Científica.

No outono de 1975, vivia-se em Portugal um clima de pré-guerra civil que culmina com o 25 de novembro de 1975 que representa a “derrota” da linha gonçalvista e o “desmantelamento da esquerda militar” (Rezola, 2007, p. 271). Para Inácia Rezola, o 25 de novembro é “um dos episódios mais complexos da Revolução Portuguesa”, tendo o “grande mérito (...)”

provavelmente de possibilitar o fim da Revolução e o aceleração do processo de transição” entre o processo revolucionário, que marcara os anos de 1974-1975, e a “institucionalização da democracia” em que a “tomada de posse de Ramalho Eanes como presidente da República assinala o fim da ordem revolucionária” (2007, pp. 251, 272, 370-371).

Eanes — um militar que se notabilizou na crise do 25 de novembro — foi democraticamente eleito a 27 de junho de 1976⁹ com 61,59% dos votos. Eanes reconhecerá mais tarde que o controlo político-partidário da comunicação social foi a questão mais crítica do seu mandato (Cádima, 2022).

A 23 de julho, Mário Soares tomou posse como Primeiro-Ministro do I Governo Constitucional¹⁰. Manuel Alegre foi então chamado a desempenhar o cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social (Decreto 603-C/76 de 27 de julho). As eleições para as legislativas haviam ocorrido a 25 de abril de 1976, destacando-se cinco partidos com deputados eleitos: o PS (34,88%), o PPD (24,35%), o CDS (15,97%); o PCP (14,39%) e a UDP (1,68%) (*Diário da República*, 16 de outubro de 1976).

A Constituição fora promulgada já a 2 de abril de 1976 (Decreto de aprovação da Constituição de 10 de abril). Nela, a liberdade de imprensa é consagrada no artigo 38º, onde se afirma que a liberdade de imprensa implica a liberdade de expressão e criação dos jornalistas, bem como a intervenção destes na orientação ideológica dos órgãos de informação, “sem que nenhum outro sector ou grupo de trabalhadores possa censurar ou impedir a sua livre criatividade”. É também consagrado constitucionalmente o direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.

Em substituição da ideologia corporativa do Estado Novo, o novo quadro constitucional consagrou a ideologia de orientação socialista. A República Portuguesa passou a “um Estado democrático, baseado na soberania popular”, com o objetivo de “assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras” tendo em vista a “transformação numa sociedade sem classes”. Proclama-se ainda que a organização económico-social “assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação coletiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras”.

9 Eanes será reeleito em 1980.

10 Ocupou esse cargo até 1978. Virá a ser eleito Presidente da República entre 1986 e 1996.

7.3.1 Obstáculos ao funcionamento

No dia 25 de abril de 1974, o jornal *República* publicou na primeira página da sua primeira edição “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura (Figura 4). Na manhã seguinte, as instalações da Comissão de Exame Prévio foram assaltadas por populares e parte do recheio e arquivos do jornal do regime (*Época*) foi destruída (*Diário de Lisboa*, 26 de abril de 1974).



Figura 4

Primeira edição de 25 de abril de 1974 do *República*.

Fonte: *República*, 25 de abril de 1974 (Primeira página).

“A ‘institucionalização’ pública da ideia de que a democracia reconquistada em Portugal, a 25 de abril de 1974, acabou com a censura nos media portugueses é uma falsa ideia”, afirma Cádima, para quem à censura marcelista sucedeu “a censura de Abril” ou “censura ‘revolucionária’ que nasceu a par da democracia e em conflito com ela” (2022, p. 22).

O Programa do MFA aboliu a censura e o exame prévio. Mas, no “imediato” também criou uma comissão *ad hoc* “para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema”, dependente diretamente da Junta de Salvação Nacional e em funções até à publicação de novas leis de imprensa e de outros media pelo futuro Governo Provisório. O objetivo desta

Comissão *ad hoc* era “evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reacionários” (Programa do MFA). Extinta a 29 de novembro de 1975, a Comissão *ad hoc* surgiu perante aquilo a que se considerava ser “a necessidade imperiosa de evitar o uso indevido de uma liberdade que tem de ser responsável”. Se por um lado, se reconhecia o dever de “garantir ao povo português uma completa isenção de informação”; por outro lado, atribuía-se aos meios de comunicação “a missão fundamental” “de cooperar ativamente na reconstrução do País, dentro de um indispensável regime de responsabilidade, quer das direções, quer dos corpos redatoriais” (Decreto-Lei 281/74 de 25 de junho). Ou seja, de acordo com as conveniências, tanto se podia exigir à Imprensa que fosse isenta, como exigir que fosse cooperadora. Atendendo a que a comissão *ad hoc* era constituída por militares, a Imprensa continuava a estar sujeita a um controlo político que recorria ao poder militar para se impor.

As empresas de comunicação social que infringissem os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas e da Lei 3/74, ficariam sujeitas a multa até meio milhão de escudos e à pena de suspensão até sessenta dias do órgão através do qual se processara a infração, “sem prejuízo da responsabilidade criminal prevista nas leis vigentes que possa ser exigida às pessoas singulares, as quais ficam sujeitas ao foro militar” (Decreto-Lei 281/74).

A 2 de agosto de 1974, cerca de um mês depois da publicação do Decreto-Lei que autoriza a Junta de Salvação Nacional a nomear uma comissão *ad hoc*, os vespertinos de Lisboa — *República*, *Diário de Lisboa* e *A Capital* — foram sujeitos a uma “interrupção forçada” de um dia (*Diário de Lisboa*, 3 de agosto de 1974).

Na madrugada do 28 de setembro de 1974, dia da fracassada “manifestação silenciosa”, que conduzirá à renúncia de Spínola de Presidente da República, os jornais foram informados pelo o Ministério da Comunicação Social de que não poderiam ser publicados nesse dia.

No início do ano seguinte, a situação era muito diferente. O cerco ao gonçalvismo apertava-se e a situação do V Governo era cada vez mais precária.

A 9 setembro, o Conselho da Revolução decretou a chamada “lei da censura militar” (Lei 11/75 de 9 de setembro), proibindo a divulgação de relatos, notícias, comunicados, moções ou documentos sobre acontecimentos ou tomadas de posição em unidades ou estabelecimentos militares, exceto se essas informações fossem provenientes de determinadas entidades. O objetivo era “prevenir as atuações que visam atingir a coesão, a disciplina e a dignidade das forças armadas”. No preâmbulo dessa Lei 11/75, o Conselho da Revolução justificava-se considerando que os órgãos de comunicação “nem sempre (...) desempenham o seu importante papel de maneira clara e responsável”, atribuindo-lhes uma “pesada responsabilidade (...) na elucidação e esclarecimento da opinião pública”, evocando o Plano de Ação Política [do Conselho da Revolução] em que se reconhecia “a necessidade e o desejo de que ela fosse ‘ao mesmo tempo verdadeira e pedagógica, elucidando e ensinando o povo, e não excitando-o e confundindo-o, como até agora, por vezes, tem sido praticado’.”

Esta Lei esteve pouco tempo em vigor. Vasco Gonçalves demitir-se-á pouco depois, tendo sido em seguida empossado Pinheiro de Azevedo como Primeiro-Ministro (VI Governo Provisório). Por essa altura, o Conselho da Revolução revogou a Lei 11/75 com o argumento de que, naquele momento, considerava-se “possível e conveniente optar por outros mecanismos” que, “sem se repercutirem gravemente nos órgãos de informação”, conduzissem à desejada “coesão, a disciplina e a dignidade das forças armadas” (Lei 12/75 de 25 de setembro).

Dois dias após o 25 de novembro de 1975, o Conselho da Revolução recomendava ao Governo que tomasse “medidas de reestruturação do sector da informação escrita, nomeadamente das empresas estatizadas, tão urgentemente quanto possível, de molde a”, entre outros “promover a publicação de um código deontológico”, bem como “garantir o pluralismo, a objetividade e o prestígio interno e internacional da informação por elas praticadas” (*Diário do Governo*, de 27 de novembro de 1975, segundo suplemento). O Conselho da Revolução lamentava que “na generalidade, embora com diversos graus de culpa e algumas exceções”, as administrações, direções, conselhos de redação e corpos redatoriais, se mostrassem “sistematicamente renitentes ao acatamento de algumas disposições da Lei de Imprensa em vigor (...), esquecidos, sobretudo, de que o direito à informação inclui o direito de ser informado.” No entender do Conselho da Revolução, alguns desses jornais produziam “uma informação tendenciosa por ação ou omissão, distorcida, monolítica e em alguns casos panfletária”, acusando essa informação de alienar o povo não só para a sua leitura (resultado em significativas reduções de tiragem e ou aumentos de sobras), como “em alguma medida para a Revolução”. Considera que nos jornais onde tal ocorre, além de representar “uma clara reprovação popular do teor da informação por eles praticada”, “é contribuinte do respetivo deficit de exploração, juntamente com o empolamento dos custos (nomeadamente do papel, dos salários e das taxas) e a redução da publicidade”.

É curioso que esta convulsão na Imprensa tenha ocorrido a despeito da Lei de Imprensa — prevista no Programa das Forças Armadas — ter já sido promulgada a 3 de março de 1975 (Decreto-Lei 85-C/75 de 26 de fevereiro). Esta Lei de Imprensa faz uma “referência especial” à criação do Conselho de Imprensa, “como órgão independente, em que convergem representantes dos órgãos de imprensa e da opinião pública portuguesa”. Competia ao Conselho de Imprensa “salvaguardar a liberdade de imprensa, nomeadamente perante o poder político e poder económico” (Decreto-Lei 85-C/75). Em abril de 1975, esta entidade era presidida por um juiz e constituída por mais dezassete elementos representantes: do MFA (3), dos jornalistas (6), dos representantes de empresas jornalísticas (2), dos diretores de publicações (diária e não diária) (2) e dos partidos de coligação (4) do então IV Governo Provisório. Em novembro de 1976, perante a institucionalização dos novos órgãos do poder político (Governo e Presidente da República eleitos nos termos da Constituição), o Conselho de Imprensa deixou de funcionar junto do Governo para exercer as suas funções junto da Assembleia da República, pois, entendeu-se que “a garantia da sua independência” passava “por um enquadramento alheio ao Poder Executivo” (Decreto-Lei 816-A/76 de 10 de novembro).

Considerada como das mais avançadas da época (Rezola, 2019), a nova Lei de Imprensa garantia um dos requisitos básicos da investigação jornalística, e, como tal, fundamental à democracia: o sigilo profissional. Lê-se no número 4 do artigo 5º:

Os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, não podendo o seu silêncio sofrer qualquer sanção direta ou indireta. Os diretores e as empresas não poderão revelar tais fontes, quando delas tiverem conhecimento. (Decreto-Lei 85-C/75 de 26 de fevereiro).

A Lei de Imprensa estabelecia a obrigatoriedade de se criar um conselho de redação sempre que o periódico tivesse mais de cinco jornalistas profissionais. A esse conselho de redação — composto “por jornalistas profissionais eleitos por todos os jornalistas profissionais que trabalham no periódico” — competia, entre outros, cooperar com a direção na definição das linhas de orientação do periódico, bem como pronunciar-se, sob voto deliberativo, sobre questões deontológicas.

Enquanto os jornalistas se envolviam em lutas laborais/políticas; é o poder político que, através da Lei de Imprensa, deu ao Sindicato dos Jornalistas um prazo para elaborar o código deontológico dos jornalistas: noventa dias a contar da entrada em vigor desta Lei de Imprensa.

7.3.2 Outras intervenções

O programa do Governo Provisório de maio de 1974, pressupunha que os órgãos de informação tratariam dos problemas da vida pública portuguesa, “de modo responsável e construtivo” (Decreto-Lei 203/74 de 15 de maio). O programa, aprovado pela Junta de Salvação Nacional, estipulava que o Governo Provisório atuaria de acordo, entre outros, com: a “Garantia e regulamentação do exercício das liberdades cívicas, nomeadamente das definidas em Declarações Universais de Direitos do Homem”, bem como a “Garantia da independência e pluralismo dos meios de informação, com salvaguarda do carácter nacional da Radiotelevisão Portuguesa e da Emissora Nacional”. Dois meses após o 25 de Abril, o serviço concedido à Radiotelevisão Portuguesa foi suspenso, por tempo indeterminado, passando a ser gerida diretamente pelo Governo (Decreto-Lei 278/74 de 25 de junho).

Na verdade, ainda que se proclamasse “a independência e pluralismo dos meios de informação”, evitava-se a diversidade e promovia-se a homogeneidade de pensamento. Tal como no Estado Novo, os media continuaram a ter importância estratégica para os agentes políticos. O controlo da informação continuou a fazer-se quer através da censura mais ou menos oculta, quer através da propaganda mais ou menos descarada.

A 27 de fevereiro de 1975 (antes do 11 de março), o III Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, nomeou (em Conselho de Ministros) o presidente do conselho de

administração da Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L., justificando essa decisão com o argumento de que era “grave” a situação económica e financeira a que chegara a empresa e que “tem sido motivo de preocupação dos seus trabalhadores”, pelo que afirma: “não pode o Governo deixar de atender, desde já, à situação dos trabalhadores e à importância social de (...) o jornal O Século” (*Diário do Governo*, 27 de fevereiro de 1975). Foi então nomeado presidente do conselho de administração dessa empresa o militar Aventino Alves Teixeira. O Despacho acrescenta: “logo que os trabalhadores o indicarem por eleição — o que se torna extremamente urgente — será nomeado outro vogal para o conselho de administração”. Nesse mesmo dia 27 de fevereiro de 1975, é também aprovado em Conselho de Ministros a nomeação do militar Manuel de Oliveira Rego para vogal, “por proposta do presidente do conselho de administração da Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L.” (*Diário do Governo*, 27 de fevereiro de 1975). No dia seguinte, o Conselho de Ministros “decidiu nomear” Álvaro Manuel Pinto dos Santos para exercer o cargo de vogal, “conforme decisão da comissão dos trabalhadores da referida empresa” (*Diário do Governo*, 8 de março de 1975).

A 18 de dezembro de 1975, o VI Governo Provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo, nas dezoito nomeações que fez para as seis empresas jornalísticas, quatro eram militares, distribuídos pelas empresas proprietárias de *A Capital*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *O Século* (*Diário do Governo*, 18 de dezembro de 1975).

Para José da Silva Lopes, a filosofia económica que inspirou os primeiros governos a seguir ao 25 de Abril “foi mais intervencionista do que no regime anterior”, tendo o movimento de intervenções em empresas atingido “o seu pico” em 1975 e continuado em 1976, “embora bastante enfraquecido, e esgotou-se em 1977” (2002, p. 289, 308).

O programa do Governo Provisório de maio de 1974 afirmava que, em matéria de política económica e financeira, o Governo atuaria de acordo, entre outros, com: a “Eliminação dos protecionismos, condicionalismos e favoritismos que restrinjam a igualdade de oportunidades e afetem o desenvolvimento económico do País”; a “Adoção de novas providências de intervenção do Estado nos sectores básicos da vida económica, designadamente junto de atividades de interesse nacional, sem menosprezo dos legítimos interesses da iniciativa privada”; e o “Apoio e fomento de sociedades cooperativas”. Previa ainda a “nacionalização dos bancos emissores” (Decreto-Lei 203/74 de 15 de maio).

A 15 de setembro de 1974, o Banco Nacional Ultramarino — detentor de um terço do capital do jornal *Diário de Lisboa* (Renascença Gráfica) — foi uma das primeiras instituições a serem nacionalizadas (Decreto-Lei 451/74 de 13 de setembro). Mais tarde, na sequência do 11 de Março de 1975, foram decretadas as nacionalizações (Decreto-Lei 132-A/75 de 14 de março). Isto ocorreu a despeito do Programa do MFA, onde se lê: “as grandes reformas de fundo só poderão ser adotadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte” (anexo à Lei 3/74 de 14 de maio).

Por via da nacionalização da banca, das empresas seguradoras e outras, o Estado, em novembro de 1975, era, direta ou indiretamente, titular (“de mais de 20% do capital social ou credor por empréstimos ou dação de garantias correspondentes, em globo, a mais de 50% do ativo total, líquido de amortizações, e excluindo contas de ordem, constante do último balanço aprovado”), de oito empresas detentoras de jornais diários:

- Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L., proprietária do jornal *O Século*, além de outras publicações periódicas;
 - Empresa Nacional de Publicidade, S. A. R. L., proprietária do *Diário de Notícias*;
 - Sociedade Gráfica de A Capital, S. A. R. L., proprietária de *A Capital*;
 - Empresa do Jornal de Notícias, S. A. R. L., proprietária do *Jornal de Notícias*;
 - Renascença Gráfica, S. A. R. L., proprietária do *Diário de Lisboa*;
 - Sociedade Industrial de Imprensa, S. A. R. L., proprietária do *Diário Popular*;
 - Empresa de O Comércio do Porto, S. A. R. L., proprietária de *O Comércio do Porto*;
 - Empresa do Jornal do Comércio, S. A. R. L., proprietária do *Jornal do Comércio*.
- (*Diário do Governo*, de 27 de novembro de 1975, segundo suplemento).

Por Resolução do Conselho de Ministros de 12 de agosto de 1975, presidido por Vasco Gonçalves, o sector da imprensa diária a cargo do Estado foi declarado “em crise”, prevenindo-se introduzir nessa imprensa “no mais breve prazo”, “a política de austeridade que o País inadiavelmente exige” (*Diário do Governo*, de 27 de agosto de 1975).

A 27 de novembro de 1975, dois dias após o 25 de novembro, perante a “crise” do setor da Imprensa, o Conselho da Revolução resolveu demitir imediatamente todos os membros em exercício da administração daquelas empresas e dissolver as direções, incluindo diretores-adjuntos e subdiretores, e conselho de redação. Resolveu também suspender a publicação dos jornais e revistas editados por aquelas empresas até à nomeação pelo Governo, de novos administradores (“dentro do prazo de dez dias, a contar da data desta resolução”), “concomitantemente com necessária medida de intervenção em todas as referidas empresas”. O Conselho da Revolução recomendou ao Governo que tomasse “medidas de reestruturação do sector da informação escrita, nomeadamente das empresas estatizadas, tão urgentemente quanto possível”. Essas medidas tinham também em vista “Reduzir o número de empresas estatizadas ou, no mínimo, dos jornais, e eventualmente outras publicações por elas editadas”, para assegurar a viabilidade financeira das empresas e órgãos de informação resultantes dessa reestruturação.

O Conselho da Revolução entendia que perante empresas “fortemente deficitárias” — com um deficit global mensal da ordem dos 50 milhões de escudos, a sua massa salarial mensal da ordem dos 45 milhões de escudos e o seu débito global perante a banca ou empresas nacionalizadas da ordem de mil milhões de escudos — “se não justifica a existência, só no sector

estatizado, de cinco diários matutinos e três vespertinos, a que acrescem os matutinos e vespertinos privados, alguns dos quais já ou a caminho de justificarem medidas de assistência ou intervenção”. Naquela Resolução de 27 de novembro de 1975, o Conselho da Revolução lamentava que as referidas empresas estatizadas laborassem “em regime de total autonomia”, em termos de composição, impressão, e distribuição, o que representava “duplicação, e consequente inutilização de circuitos, com reduzido índice de ocupação do equipamento e dos serviços”. Ou seja, o Conselho da Revolução defendia a concentração de mercado e de propriedade no setor da informação jornalística. Isto, apesar de no programa do Governo Provisório, aprovado pela Junta de Salvação Nacional em Maio de 1974 (Decreto-Lei 203/74 de 15 de maio), se prever a “montagem de esquemas antimonopolistas em matéria de informação”.

Em 1976, uma das primeiras medidas do Primeiro Governo eleito democraticamente por sufrágio universal foi nacionalizar as posições sociais não pertencentes direta ou indiretamente ao Estado no capital de quatro sociedades anónimas — Empresa Nacional de Publicidade (editora do *Diário de Notícias*) Sociedade Nacional de Tipografia (editora de *O Século*), Sociedade Industrial de Imprensa (*Diário Popular*), e Sociedade Gráfica de A Capital (*A Capital*). No Decreto-Lei 639/76 de 29 de Julho de 1976 afirma-se que todas essas “empresas editoras de publicações periódicas ditas estatizadas” se encontravam “em situação de falência técnica” e que, apenas tinham podido subsistir “à custa de empréstimos da banca nacionalizada garantidos ou não por aval do Estado, devem hoje ao sector público — ultrapassada a sua capacidade de endividamento — mais do que valem.” Para enfrentar a crise do sector da informação escrita estatizada, esse diploma estabelecia a fusão (“por incorporação”) de quatro empresas, duas a duas, resultando na Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital (EPNC); e na Empresa Pública dos Jornais Século e Popular (EPSP). O Estado explicará mais tarde essa medida de concentração dois a dois:

Tratou-se, nessa altura, de ensaiar uma estratégia de concentração empresarial, com vista à obtenção de economias de escala. Cada jornal tinha a sua estrutura de composição, de impressão e de distribuição, as suas instalações e os seus serviços administrativos de apoio autónomos. Vindos todos eles, por força das circunstâncias, à titularidade do mesmo dono, afigurou-se um desperdício essa multiplicação inútil de estruturas, e uma boa medida a concentração 2 a 2, e mais tarde num só, dos equipamentos, dos circuitos de distribuição, dos serviços administrativos e de contabilidade. (Resolução do Conselho de Ministros 44/83, in *Diário da República*, Série I, de 24 de setembro de 1983).

Contudo, a situação não melhorou.

“Apesar de ter sido instrumento já muito importante da política económica do Estado Novo, o controle de preços tornou-se ainda mais generalizado e apertado nos primeiros anos após o 25 de Abril”, afirma Silva Lopes (2002, p. 296). Porém, em relação à venda de jornais, o novo regime atuou (aparentemente) de forma diferente. Pelo Decreto-Lei 645/76 de 30 de

julho, os preços de venda ao público, as tabelas de publicidade e as margens de comercialização das publicações periódicas passam a ser estabelecidos “livremente” pelas respetivas empresas editoras. Porém, a alteração do preço de venda ao público dos jornais estatizados estava dependente da autorização, em despacho, dos Ministros da Comunicação Social e das Finanças (Despacho conjunto in *Diário do Governo*, 27 de setembro de 1976). O aumento de preço foi autorizado nesse Despacho Conjunto de setembro de 1976. Ainda assim, a livre comercialização apresenta-se-nos aparente atendendo a que quase toda a imprensa diária de Lisboa e Porto (à exceção de poucos, como *O Primeiro de Janeiro*) era detida por empresas estatizadas ou sob intervenção do Estado.

Conclusão

Entre o golpe militar de 28 de maio de 1976 e o 14 de julho de 1976, altura em que foi eleito por sufrágio universal o primeiro Presidente da República, há uma distância de meio século. Durante esse período, a comunicação social esteve sob controlo político que não deixou de recorrer à ajuda militar para se impor.

A imprensa, pouco depois do golpe de 28 de maio de 1926, foi informada pela Polícia Cívica que passaria a estar sujeita a censura. Estava nessa altura convencida de que a censura existiria por pouco tempo; mas não foi assim que aconteceu. Construído sobre o alicerce autoritários da Ditadura Militar, o Estado Novo — que durará até 1974 — assumiu constitucionalmente em 1933 uma perspetiva autoritária e paternalista em relação à imprensa. Durante décadas, amordaçou a imprensa com controlos preventivos discriminatórios.

Manipulava-se a concorrência, beneficiando uns e sufocando/evitando/eliminando os inconvenientes. Mas, aqueles que eram favorecidos por exemplo por subsídio indireto (através da publicidade de organismos do Estado) estavam sujeitos à pressão política, pois tratava-se simultaneamente de um incentivo e de uma ameaça para não prevaricarem.

A censura/exame prévio impossibilitava a imprensa de satisfazer as necessidades informativas do público leitor, independentemente do investimento que a imprensa tivesse feito em trabalho e material. O caráter perecível da informação jornalística era incompatível com as delongas nas decisões da Censura, que variava de censor para censor. O Estado Novo esforçou-se por impor um discurso moral e político uniformizado, proibindo o debate plural, ou opiniões desviantes da linha oficial, ou sequer a publicação de qualquer informação que não lhe conviesse. A autocensura era uma das virtudes convenientes ambicionadas por Salazar, desejando que a Imprensa lhe fosse laudatória ou pouco mais do que a extensão do *Diário do Governo*. O “Governo conseguiu disciplinar a Imprensa” afirmou Salazar, para quem havia “menos desvantagem em não se deixar criticar do que em não se fazer obedecer”. Com Caetano não foi muito diferente.

Procurando explorar o poder simbólico das palavras, Caetano fez várias alterações que não passavam de meras manobras cosmética. Não prescindiu da censura, crismada agora de exame prévio. Preferiu estimular o mercado, acabando com a autorização prévia e a caução. Esta última era geradora de relações de dependência que fragilizavam a imprensa e o jornalismo. Ainda assim, o Estado Novo mantinha-se interventor, agindo nos bastidores consoante os interesses do Governo. O caso do aumento de preço de venda dos jornais é um exemplo de como o poder político podia agir egoisticamente/oportunisticamente apesar do impacto negativo que tal poderia ter nas empresas jornalísticas e na qualidade dos produtos.

Portanto, um jornalismo omissivo e/ou mutilado tendencialmente amorfo e/ou acrítico e/ou reverente não atraía leitores nem era cativante. Atendendo ao poder simbólico do jornalismo capaz de modelar a perceção, torna-se impossível quantificar as externalidades negativas geradas pelas políticas de informação que vigoraram no país durante décadas.

Com o golpe militar de 25 de Abril, Portugal mudou. E a imprensa também. Mas também se registaram falsas alterações.

O posicionamento estratégico dos partidos políticos passou pela Imprensa. Esta transformou-se numa espécie de microcosmo de fronteiras muito porosas onde os agentes políticos, militares, laborais e jornalísticos se digladiavam na definição do rumo e natureza política, económica e social do novo regime. As fortes divergências políticas sobre o processo de democratização do país levaram as partes em confronto a controlar/silenciar os meios de comunicação social. Em nome da Liberdade e da Democracia/Revolução.

Apesar das virtualidades do *Conselho de Imprensa*, a quem competia “salvaguardar a liberdade de imprensa, nomeadamente perante o poder político e poder económico”, parece-nos evidente que este mecanismo de *media accountability* teve muito pouco poder de influência perante um país em convulsão.

O caso *República* é bem ilustrativo deste período conturbado da imprensa portuguesa. Este o jornal foi suspenso e as instalações seladas por forças militares na madrugada do seu 64º aniversário. Isto ocorreu em maio de 1975. Os resultados da Editorial República relativos ao exercício de 1974 eram francamente positivos, uma vez que não só a empresa deu lucro depois de anos de prejuízo; como era nesse ano uma exceção na Imprensa diária em termos de resultados. Em 1975, a crise profunda em que mergulhava a Imprensa diária portuguesa agravou-se.

Todavia, o novo regime democrático “herdara” um conjunto de empresas jornalísticas com resultados líquidos negativos. Na verdade, a intervenção governamental do Estado Novo e a instrumentalização da imprensa também não haviam sido favoráveis ao desempenho económico das empresas jornalísticas.

Em conclusão, quer no Estado Novo, quer no início do novo regime, as políticas da informação foram influenciadas, não só pelas ideias políticas e económicas, como também pela confusão entre interesse público e interesses particulares (por exemplo, dos partidos, dos governantes).

Ainda que se reconheça que o jornalismo, enquanto “parte ativa e empenhada do combate político”, se tenha revelado “uma atividade com um impacto político como nunca voltou a ter, em Portugal”, este estudo fornece evidências de que o exercício do jornalismo como agente partidário pode não favorecer a saúde económica das empresas.

Bibliografia

- Antunes, J. F. (1994). *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Difusão Cultural.
- Balsemão, F. P. (1971). *Informar ou depender?* Edições Atica.
- Baker, C. E. (2004). *Media, markets, and democracy*. Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Difel.
- Bourdieu, P. (1992) *Economia das trocas simbólicas*. Editora Perspectiva.
- Bourdieu, P. (1997) *Sobre a televisão*. Celta Ed.
- Cabral, L. (1994). *Economia industrial*. McGraw-Hill.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Livros Horizonte.
- Caetano, M. (1935). *Lições de direito corporativo*. s/e.
- Caetano, M. (1941). *Problemas da revolução corporativa*. Editorial Acção.
- Caetano, M. ([1958]). *Páginas inoportunas*. Bertrand.
- Caetano, M. (1959). *Curso de ciência política e direito constitucional*. Coimbra Editora.
- Caetano, M. (1971). *Ensaio pouco políticos*. Editorial Verbo.
- Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Distribuidora Record.
- Caetano, M. (2000). *Minhas memórias de Salazar*. Verbo.
- Cádima, F. R. (2022). *Os presidentes, a política e os media: uma história do 25 de Abril*. D. Quixote.
- Carvalho, A. A. (1973). *A censura e as leis de imprensa*. Seara Nova.
- Carvalho, A. A., Cardoso, A. (1971). *Da liberdade de imprensa*. Editora Meridiano.
- Cavaco, S. (2012). *Mercado media no período marcelista: os media no cruzamento de interesses políticos e negócios privados*. Edições Colibri.
- Cavaco, S. (2019). Imprensa portuguesa no fim do Estado Novo: consumo e contextos. *Media & Jornalismo*, (19)35, 85-100. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_6
- Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista (1980). *A política de informação no regime fascista*. Vol. I. C.L.N.S.R.F.
- Conselho de Imprensa (1979). *A imprensa escrita em Portugal*. Conselho de Imprensa.
- Correia, F. & Baptista, C. (2010). *Memórias vivas do jornalismo*. Editorial Caminho.
- Croteau, D. & Hoynes, W. (2001). *The business of media: corporate media and the public interest*. Pine Forge Press.
- Toussaint-Desmoulins, N. (2004). *L'économie des médias*. Puf.
- Doyle, G. (2013). *Understanding media economics*. Sage.
- Fernandes, B. H. (1973). *Portugal através de alguns números*. Prelo Editorial.
- Figueira, J. (2014). Caso República: a morte de um jornal cansado de lutar, in M. I. Rezola & P. M. Gomes (2014). *A revolução nos média* (pp. 53-78). Tinta-da-China.
- Godinho, J. M. [1973]. *Carta aberta ao presidente do conselho: análise de um regime*. Cadernos República.
- Hallin, D. C. & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge University Press.
- Hoskins, C., McFayden, S. & Finn, A. (2004). *Media economics: applying economics to new and traditional Media*. Sage.
- Krugman, P. & Wells, R. (2018). *Microeconomics*. Macmillan Learning.
- Lemos, M. M. (2006). *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Ariadne Editora.
- Lima, H. (2011). *A imprensa portuguesa e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Lopes, J. S. (2002). *A economia portuguesa desde 1960*. Gradiva.
- Maddison, A. (1991). *Dynamic forces in capitalist development: a long-run comparative view*. Oxford University Press.
- Mankiw, N.G. (2012). *Essentials of economics*. South-Western Cengage Learning.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mesquita, J. (2005) Quando um jornal se torna o protagonista da luta política. *Jornal de Notícias*, 19 de maio de 2005. <https://www.jn.pt/arquivo/2005/quando-um-jornal-se-torna-o-protagonista-da-luta-politica-481338.html>
- Mesquita, M. (1996). Os meios de comunicação social, in A. Reis (coord.). *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 360-405). Temas e Debates.
- Moura, F. P., Neves, M., Fernandes R. & Zenha, S. (1968). *O estatuto da imprensa*. Prelo Editora.
- Palla, M. A. (1990). A liberdade de imprensa entre o poder e a independência. In A. Reis (dir.) *Portugal Contemporâneo* (Vol. VI, pp. 271-280). Publicações Alfa.
- Pires, J. C. (1970). Técnica do golpe de censura, in J. C. Pires, *E agora, José?* Publicações Dom Quixote.
- Rebelo, J. (2018). República. In A. Reis, M. I. Rezola & P. B. Santos (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*. Figueirinhas.
- Rego, R. (1969). A censura prévia administrativa, in *II Congresso Republicano de Aveiro: Teses e Documentos*. Seara Nova.
- Rezola, M. I. (2007). *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Esfera dos Livros.
- Rezola, M. I. (2019). Romper com o passado: a Revolução nos Média (Portugal, 1974-1975). *Media & Jornalismo*, (19)35, 249-262. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_17
- Salazar, A. O. (2007). *Como se ergue um Estado*. Esfera do Caos.
- Samuelson, P. A. & Nordhaus, W. D. (2010). *Economics*. McGraw-Hill.
- Soares, M. (1974). *Portugal Amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*. Arcádia.
- Stiglitz, J. E. (2019). *People, power, and profits: progressive capitalism for an age of discontent*. W. W. Norton & Company.
- Weber, M. (2017). *A ciência e a política como ofício e vocação*. Antropos.

Eurico José Gomes Dias

Visões panorâmicas sobre a
História da Imprensa Periódica
Portuguesa [1641-1820]

*Panoramic views on the History of the
Portuguese Periodical Press [1641-1820]*

Jorge Pedro Sousa

Imprensa portuguesa
(1820-1864): da turbulência
à estabilidade

*The Portuguese press (1820-1864):
from turbulence to stability*

Helena Lima

Continuidade e inovação na
imprensa portuguesa de finais
do século XIX: a emergência
do jornalismo noticioso

*Tradition and innovation in the
Portuguese press at the end
of the 19th century: the emergence
of news journalism*

Álvaro Costa de Matos,

Nuno Bessa Moreira

A Imprensa Periódica
na I República Portuguesa
(1910-1926): novos contributos
para a sua história

*The Periodical Press in the First
Portuguese Republic (1910-1926): new
contributions to its history*

Ana Cabrera

O Jornalismo no Estado Novo:
censura, propaganda e coação

*Journalism during Estado Novo:
censorship, propaganda and coercion*

Helena Lima

O jornalismo de imprensa
no Portugal democrático

Portuguese press and democracy

Suzana Cavaco

Para uma história do negócio
da imprensa portuguesa:
políticas da informação entre
1926 e 1976

*Towards a business history of Portuguese
press: information policies, between
1926 and 1976*